

# Forças Armadas e Defesa no Brasil

# Anuário 2021

Organizadoras

Marina Vitelli

Juliana Bigatão



Observatório  
Brasileiro de  
Defesa e  
Forças Armadas  
EPPEN-UNIFESP



**GEDES**

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

# Sumário

Apresentação	3
Equipe	4
Como ler este Anuário	5
Análise quantitativa	6
1. Ameaças à democracia	11
2. As forças armadas e o meio ambiente	97
3. As forças armadas e a pandemia	113
4. As forças armadas sob escrutínio	154
5. Indústria e orçamento de defesa	168
6. Lei de Segurança Nacional	189
7. Militares no governo	201
8. O 7 de setembro	289
9. Política externa e defesa	298
10. Segurança pública	307

# Apresentação

O **Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)** é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede **Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas**, coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), criado em 2001.

O **ObDEF** é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e, entre seus campos prioritários de observação, estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. No **Anuário 2021 - Forças Armadas e Defesa no Brasil**, apresentamos uma sistematização dos materiais que constituem os Informes Brasil publicados semanalmente em 2021 pelo **Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas\***, catalogados de forma temática e cronológica. Além disso, oferecemos uma análise quantitativa das matérias que formam a base de construção do Informe Brasil: reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas que, ao longo do ano, abordaram temas referentes à defesa nacional e à atuação das forças armadas brasileiras.

Os redatores e as redatoras do Informe Brasil realizam diariamente a leitura e coleta de material em três periódicos: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. Os dois primeiros estão entre os três jornais de maior circulação diária no Brasil, já o último é um jornal sediado na capital do país e que apresenta um noticiário político mais detido aos órgãos da administração federal. O Informe Brasil abarca o período de sete dias de trabalho dos redatores (do sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do **ObDEF**. Na escrita dos resumos, estamos sempre atentos para especificar de qual periódico foi extraída cada informação e qual tipo de texto está sob escrutínio, pois entendemos que um editorial não pode ser resumido da mesma forma que uma reportagem. O mesmo vale para as colunas opinativas, que sempre levam a assinatura do articulista. Os resumos do Informe Brasil reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, e não a opinião de quem está resumindo.

Para a construção deste **Anuário**, contamos com uma equipe que desenvolveu uma ferramenta para a catalogação dos resumos dos 46 Informes Brasil publicados em 2021, os quais foram separados de acordo com o tema predominante. A ferramenta também sistematizou os materiais jornalísticos de forma a possibilitar a análise quantitativa da frequência dos assuntos em cada periódico e de outras informações consideradas relevantes, como o perfil dos autores e autoras das colunas.

Além do **Anuário**, que apresenta o noticiário factual e as problematizações da própria imprensa sobre defesa e forças armadas no Brasil, o **ObDEF** também elaborou **Informes Temáticos** com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como a grande imprensa constrói as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Nos Informes Temáticos – disponíveis no site do GEDES e no Repositório Institucional da Unifesp – buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Convidamos os leitores a apreciarem tanto o Anuário quanto os Informes Temáticos, que em nossa avaliação, no ano de 2021, evidenciam cada vez mais facetas do deteriorado quadro de relações civis-militares no Brasil.

Juliana Bigatão e Marina Vitelli

---

\* Para receber os informes semanais, inscreva-se no nosso newsletter no endereço [www.gedes-unesp.org](http://www.gedes-unesp.org)



# Equipe

## Anuário 2021: Forças Armadas e Defesa no Brasil

### Organizadoras

Marina Vitelli (Unifesp)  
Juliana Bigatão (Unifesp)

### Equipe técnica

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasio Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovanni Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaíne Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Briese Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

### Supervisorxs do Informe Brasil

Heed Mariano Silva Pereira  
Juliana Bigatão  
Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Pontes Vinhó

### Coordenador do Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas

Héctor Luis Saint-Pierre (Unesp)

Para citar este Anuário:

VITELLI, Marina; BIGATÃO, Juliana (org). Anuário 2021: forças armadas e defesa no Brasil. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, Universidade Federal de São Paulo, 2022.



# Como ler este Anuário

---

## Análise quantitativa

Nesta seção, nossos leitores e leitoras encontram dados quantitativos sobre o material jornalístico analisado pela equipe do ObDEF. Na primeira parte do Anuário podem ser apreciadas informações estatísticas sobre o tipo de material publicado, os temas abordados, a relação entre as temáticas e os momentos do ano, os perfis dos colunistas, entre outros indicadores.

## Capítulos temáticos

Na sequência, o Anuário apresenta capítulos temáticos preparados a partir da classificação dos resumos dos informes semanais. Cada seção começa com uma síntese dos fatos e segue com o texto na íntegra dos resumos sobre o tema, ordenados de forma cronológica.

Se você está fazendo uma pesquisa sobre um desses temas ou simplesmente tem interesse no assunto, sugerimos a leitura do capítulo temático. A análise sobre o assunto é aprofundada no informe temático correspondente, disponível no site do GEDES.

## Acesso à base de dados

O ObDEF coloca à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade a base de dados utilizada para a redação dos informes semanais. A planilha de Excel reúne todos os resumos em ordem cronológica, filtrados por tema, bem como o registro de cada peça de material jornalístico analisada pela equipe de redação, incluindo o hiperlink ao jornal, sempre que possível.

Se você é um/a pesquisador/a interessado/a em forças armadas e defesa no Brasil, acreditamos que essa base de dados pode ser muito útil! Não esqueça de referenciar o ObDEF sempre que utilizar nossa base nos seus trabalhos.

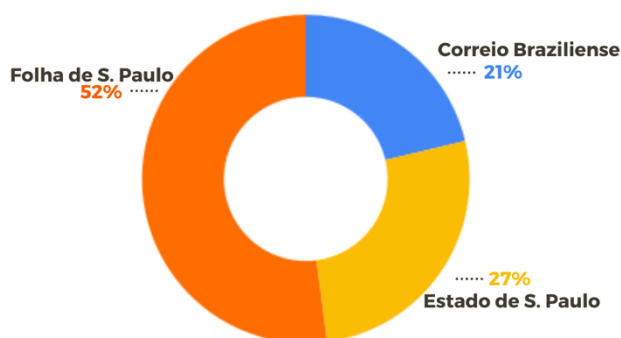
Para fazer o download da base de dados, clique no link: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2022/01/Base-de-dados-ObDEF-2021-repositorio.xlsx>

# Análise quantitativa

No ano de 2021 a equipe do Informe Brasil, do **Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas** analisou 1.306 peças de material jornalístico, incluindo reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas, relacionadas ao tema de defesa e forças armadas no país, em três periódicos diferentes: *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O material analisado semanalmente foi sintetizado em 46 informes publicados ao longo do ano. O trabalho realizado possibilitou a apresentação em números do tratamento midiático sobre a temática no país.

46	Informes semanais
558	Resumos
3	Jornais
1.306	Peças de material jornalístico
868	Reportagens
311	Colunas e análises
80	Editoriais
47	Entrevistas

DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL POR PERIÓDICO - 2021



Elaboração: GEDES

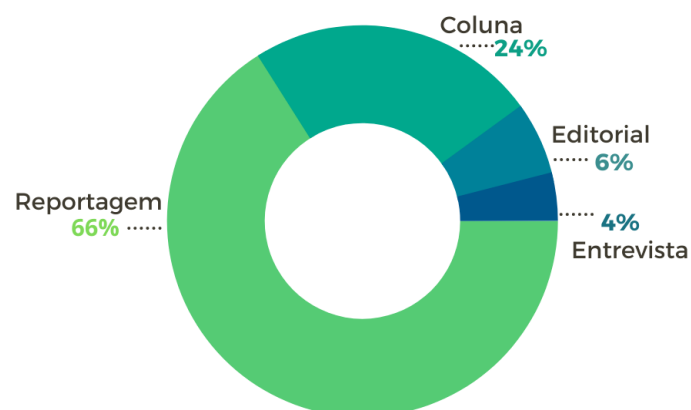
## Material por jornal

Dentre o total do material analisado, observou-se que o periódico *Folha de S. Paulo* foi o que mais veiculou matérias a respeito, registrando sozinho **52%** de todas as publicações, seguido por *O Estado de S. Paulo*, que publicou **27%** das notícias. O *Correio Braziliense* foi o que menos veiculou notícias abordando a questão, representando os outros **21%**.

## Tipo de material publicado

66% do material publicado pelos periódicos tratavam-se de *reportagens*, seguidos por *colunas e análises*, correspondentes a 24% do total. Já os *editoriais* e as *entrevistas*, somados, corresponderam a 10% dos materiais analisados.

## DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL POR TIPO - 2021

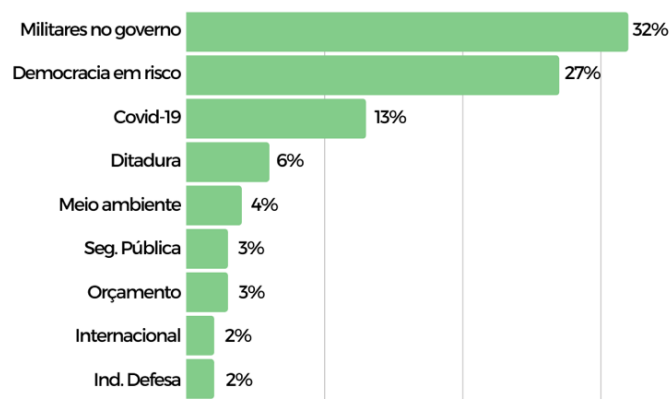


Elaboração: GEDES

## Frequência de temas

Dentre os temas abordados pelos periódicos, a categoria de **Militares no governo** foi a que mais apareceu no material analisado, representando quase  $\frac{1}{3}$  de todas as categorias abordadas pelos periódicos. O segundo tema mais recorrente nos periódicos se refere à categoria **Democracia em risco**, cuja frequência foi de 27%. O envolvimento dos militares na **pandemia da Covid-19**, apareceu em terceiro lugar (13%), seguida pelo tema **Ditadura** (6%). Durante o ano, o tema menos abordado pelos periódicos foi referente à **Indústria de Defesa** (2%).

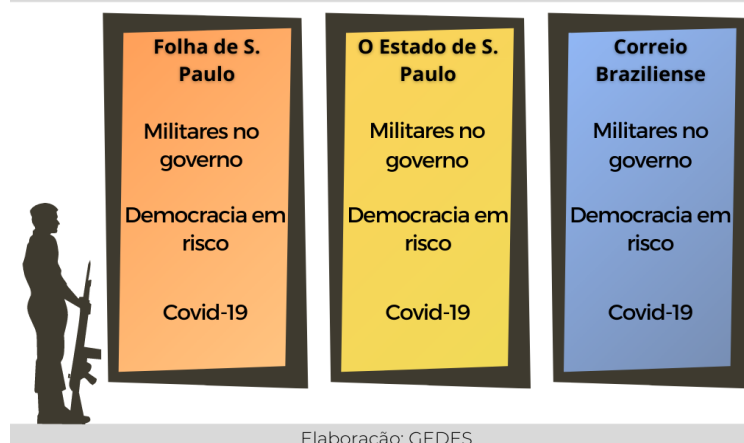
## FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS TEMAS - 2021



Elaboração: GEDES

Em 2021, o ranking dos três temas mais frequentes nos jornais analisados coincidiu, conforme mostra a figura. Nota-se que nenhum dos três assuntos responde à concepção tradicional da defesa e do papel precípua das forças armadas: a defesa externa. Pelo contrário, eles indicam que os acontecimentos envolvendo forças armadas no Brasil em 2021 são assuntos de política interna, salientando o envolvimento cotidiano dos militares na política doméstica, incluindo um militar da ativa chefiando o Ministério da Saúde durante uma pandemia. Mais alarmante ainda: sua participação em acontecimentos que colocam as regras democráticas sob ameaça.

## PRINCIPAIS TEMAS NOTICIADOS POR PERIÓDICO - 2021



Elaboração: GEDES



## Frequência de temas por período do ano

Pensando nos temas que se destacaram em diferentes períodos do ano, podemos perceber que questões relativas à **Militares no governo** receberam mais publicações em março e julho, coincidindo com a troca do ministro da Defesa e dos comandantes das forças e com a citação de integrantes das forças armadas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.

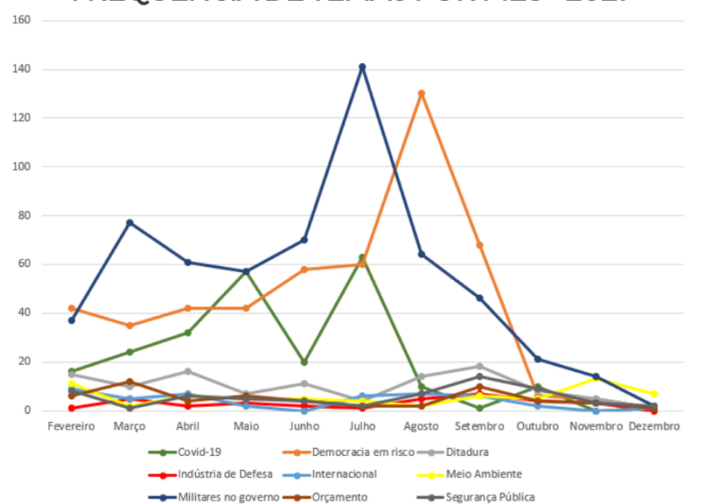
O tema **Ameaças à democracia** teve um momento de claro destaque em agosto, por ocasião do desfile militar na esplanada dos ministérios, coincidindo com o tratamento no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso.

No caso da categoria de **Covid-19**, há dois picos: um em maio, devido ao começo dos trabalhos da CPI, incluindo o depoimento do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e um segundo em julho, motivado pelo número de integrantes das forças armadas envolvidos em irregularidades na compra das vacinas.

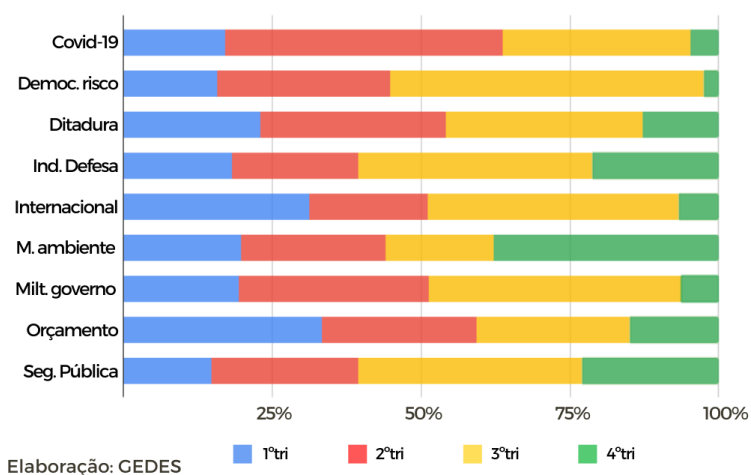
## Tipo de material por jornal

Ao analisar a presença dos quatro tipos de materiais jornalístico analisados, a Folha de S. Paulo concentra o 61% dos *editoriais* sobre defesa e forças armadas publicados em 2021. O jornal também supera largamente os outros dois na publicação de *reportagens* (51%) e *colunas e análises* (56%). Já no referente às *entrevistas*, os três jornais têm números similares.

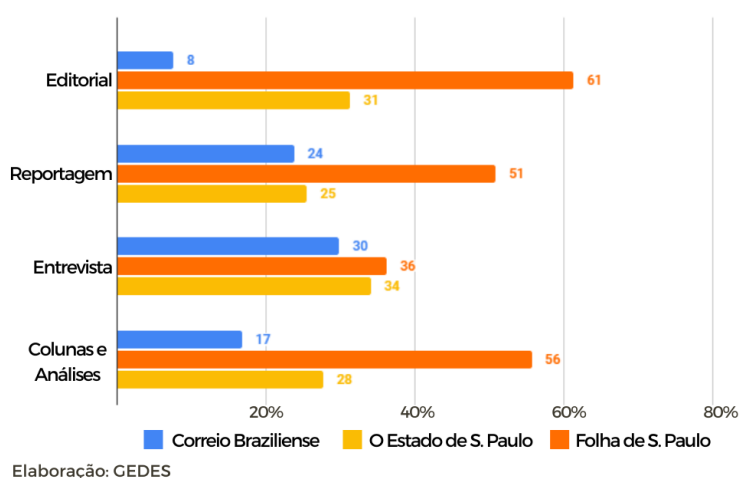
### FREQUÊNCIA DE TEMAS POR MÊS - 2021



### FREQUÊNCIA DE TEMAS POR TRIMESTRE - 2021



### DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE MATERIAL (%) POR PERIÓDICO - 2021





## Reportagens

Em números absolutos

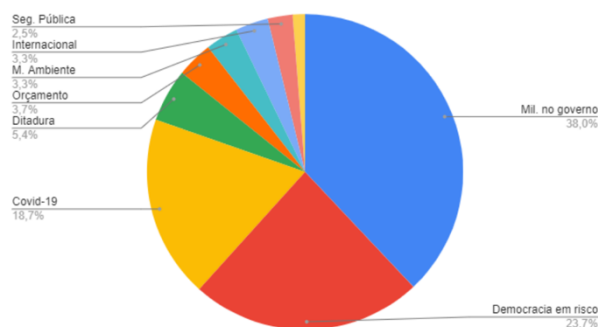
FSP: 441

OESP: 221

CB: 206

Total: 868

Distribuição dos temas por tipo de material  
**REPORTAGENS - 2021**



Elaboração: GEDES

## Editoriais\*\*

Em números absolutos

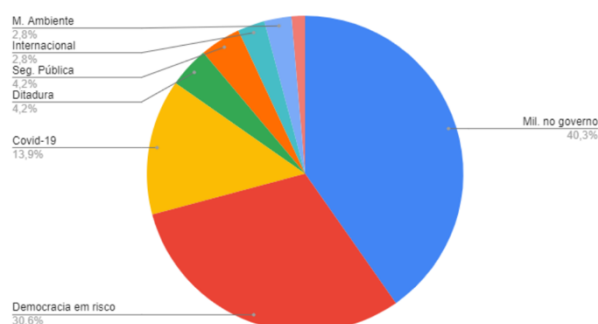
FSP: 49

OESP: 25

CB: 6

Total: 80

Distribuição dos temas por tipo de material  
**EDITORIAIS - 2021**



Elaboração: GEDES

## Entrevistas

Em números absolutos

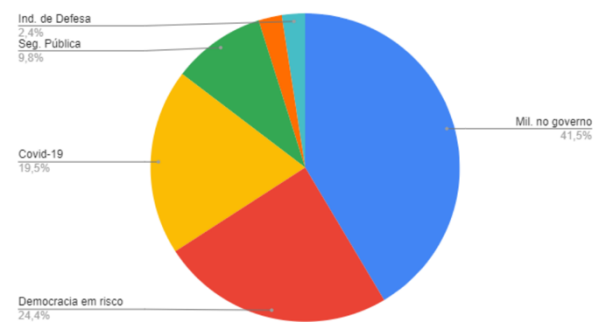
FSP: 17

OESP: 16

CB: 14

Total: 47

Distribuição dos temas por tipo de material  
**ENTREVISTAS - 2021**



Elaboração: GEDES

## Colunas e análises

Em números absolutos

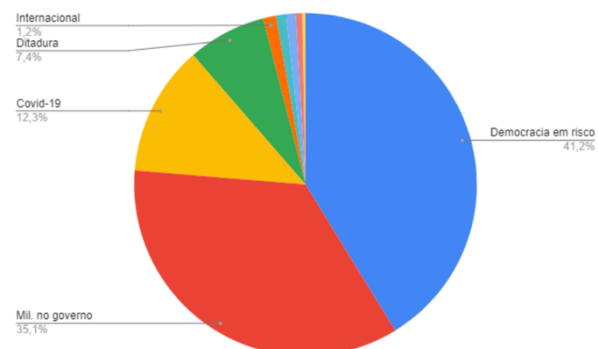
FSP: 173

OESP: 86

CB: 52

Total: 311

Distribuição dos temas por tipo de material  
**COLUNAS E ANÁLISES - 2021**

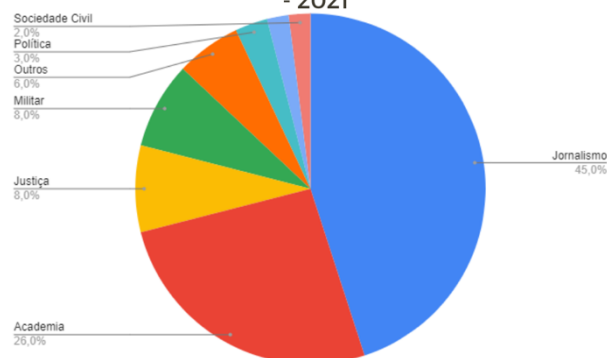


Elaboração: GEDES

\*\* Esta categoria inclui as peças do O Estado de S. Paulo assinadas pelo jornalista Antônio Carlos Pereira

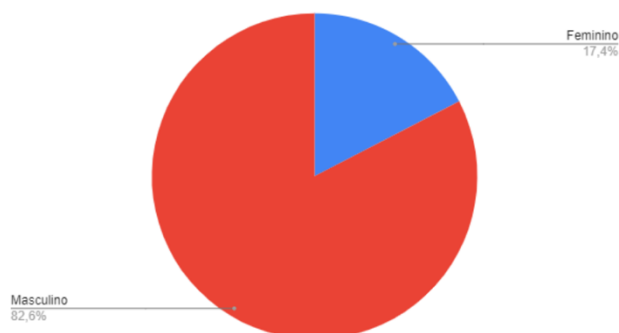
## Perfil das autorias dos textos de opinião e análise

PERFIL DE COLUNISTAS SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO - 2021



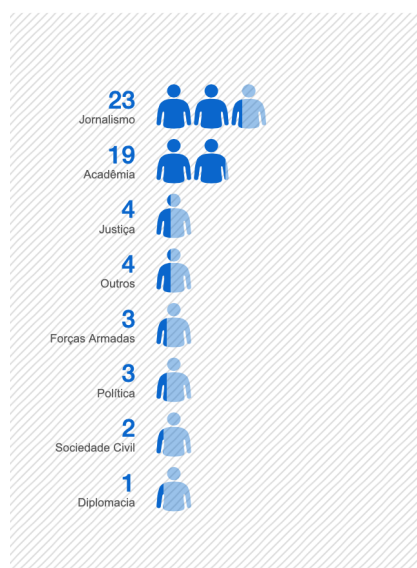
Elaboração: GEDES

PERFIL DE COLUNISTAS SEGUNDO GÊNERO - 2021

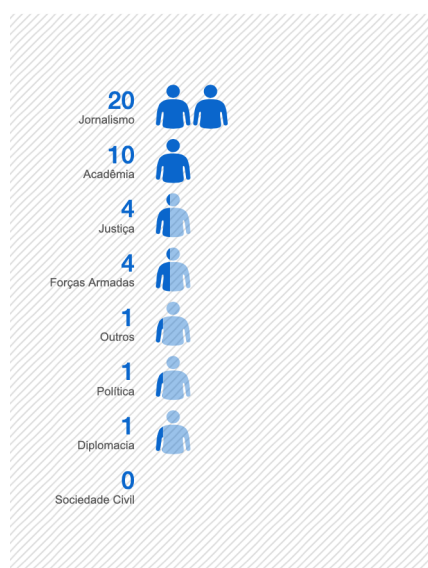


Elaboração: GEDES

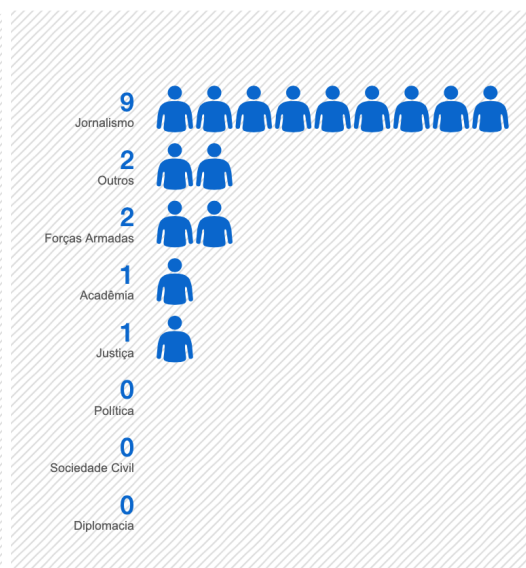
### Folha de S.Paulo



### O Estado de S.Paulo



### Correio Braziliense



## Os 10 colunistas com mais peças publicadas

- 1º - Luiz Carlos Azedo (CB)
- 2º - Eliane Cantanhêde (OESP)
- 3º - Elio Gaspari (FSP)
- 4º - Janio de Freitas (FSP)
- 5º - Cristina Serra (FSP)
- 6º - Álvaro Costa e Silva (FSP)
- 7º - Bruno Boghossian (FSP)
- 8º - Igor Gielow (FSP)
- 9º - Ruy Castro (FSP)
- 10º - Marcelo Godoy (OESP)

Total de colunistas: 115

# 1 Ameaças à democracia

## Novas faces do deteriorado quadro das relações civis-militares no Brasil

No ano de 2021, uma série de acontecimentos e discursos explicitaram as diversas formas nas quais o papel das forças armadas na política brasileira se difere do esperado numa democracia. Por um lado, declarações políticas de membros do alto escalão das forças armadas foram recorrentes. De outro, o próprio presidente da República tentou instrumentalizar as forças armadas para seu benefício político pessoal. Em interlocução com os fatos relatados nas seções “Militares no governo” e “As forças armadas e a pandemia”, esta seção aborda diversas facetas do deteriorado quadro das relações civis-militares no Brasil que enfraquecem a democracia.

Em fevereiro de 2021 foi publicado o livro “Villas Bôas - Conversa com o Comandante”, escrito pelo professor Celso Castro (FGV) a partir de entrevistas com o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019. No depoimento, o general fez menção aos tweets postados em 2018, em referência ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do *habeas corpus* apresentado pelo ex-presidente Lula da Silva. Villas Boas revelou que uma primeira versão com “teor bem mais incendiário” teria sido modificada por colegas militares incluindo o ministro da Defesa e general da reserva Joaquim Silva e Luna, juntamente com o general da reserva Alberto Mendes Cardoso e militares da ativa servindo no Alto Comando do Exército, alguns dos quais passaram a ocupar cargos muito importantes no governo Bolsonaro, como os generais da reserva Fernando Azevedo e Silva, Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Walter Souza Braga Netto e Edson Leal Pujol. O ministro do STF Edson Fachin reagiu às declarações de Villas Bôas, classificando como “intoleráveis e inaceitáveis” quaisquer tipos de pressão contra o Poder Judiciário e que, se comprovada, a declaração se constitui “gravíssima e atenta contra a ordem constitucional”. Em resposta à crise, o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, procurou o presidente do STF, Luiz Fux, e defendeu que a manifestação de Villas Bôas foi uma ação isolada, negando que tenha havido uma reunião do Alto Comando para deliberar sobre o assunto. Os militares consideraram a reação de Fachin “despropositada” por se tratar de algo ocorrido há três anos e de não considerar o já referido sentimento de “impunidade”.

No mês seguinte, ocorreu o episódio identificado pela imprensa como a mais grave crise militar do período recente. No dia 29 de março, o presidente Bolsonaro demitiu o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e nomeou para o posto o então ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, terceiro militar a chefiar a pasta no período democrático. Embora a troca tenha envolvido outros cinco ministérios, a imprensa a interpretou em razão da resistência de Azevedo e Silva em defender o presidente em seus embates com o Judiciário e os governadores nos conflitos pelo gerenciamento da pandemia, no contexto de novas restrições à movimentação de pessoas para frear a transmissão do vírus. Após sua demissão, Azevedo e Silva emitiu uma nota na qual declarou ter sido leal ao presidente e enfatizou que nos dois anos de seu mandato buscou preservar as “Forças Armadas como instituições de Estado”, sentença esta que, para os jornais, seria indicativa das discordâncias entre presidente e general sobre a instrumentalização das Forças Armadas pelo governo.

No seu primeiro dia à frente da pasta, Braga Netto anunciou aos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica o desligamento de seus cargos. Segundo a imprensa, a demissão do comandante do Exército, Edson Leal Pujol, já era esperada em razão de divergências com o presidente quanto à politização da instituição, o que não teria ocorrido até então por resistência de Azevedo e Silva em fazê-lo. Já os comandantes da Marinha e da Aeronáutica teriam sido desligados porque se esperava suas renúncias em solidariedade a do Pujol. Houve um momento de tensão até o anúncio dos novos comandantes, durante o qual se temia que Bolsonaro os escolhesse seguindo preferências políticas; mas ele acabou respeitando o critério de antiguidade. Assim, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira substituiu Pujol no comando do Exército, o almirante Almir Garnier dos Santos assumiu o comando da Marinha, ao passo que o comando da Força Aérea passou a ser do tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior.

Uma das primeiras ações de Braga Netto à frente do Ministério da Defesa foi mudar o texto da ordem do dia alusiva ao Golpe Civil-Militar de 1964 que havia sido escrito pelo predecessor, inserindo uma menção de celebração do golpe como um marco histórico. Além do mais, no novo texto exaltou a ditadura como um pedido do povo brasileiro.

Outro episódio que provocou repúdio generalizado foi a participação do então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, num evento político na cidade do Rio de Janeiro junto ao presidente da República. De acordo com Regulamento Disciplinar do Exército, é considerado transgressão deixar de cumprir o Estatuto Militar, o qual veda a manifestação pública de um militar da ativa sobre assuntos político-partidários sem que haja autorização. Representantes de diversos partidos políticos criticaram Pazuello pela indisciplina e pediram sua punição como sinalização de inadmissibilidade da quebra da disciplina e da hierarquia nas forças.

Segundo as normas, caberia a Paulo Sérgio, comandante do Exército, questionar Pazuello, abrir o processo e, depois de julgado, aplicar a punição. Ao tomar conhecimento que seria emitido um comunicado à imprensa informando a abertura de uma apuração disciplinar contra Pazuello, o presidente Bolsonaro ligou para o ministro da Defesa e o proibiu que o fizessem, manifestando sua posição contrária a uma punição do general.

O processo disciplinar foi aberto após representação contra Pazuello protocolada no Ministério Público Militar. Em defesa enviada ao Comando do Exército, Pazuello negou ter participado de ato político-partidário e argumentou ter sido convidado para um passeio de moto pelo presidente, sendo surpreendido com o pedido para subir no carro de som onde o mesmo estava. Além disso, ressaltou que não é filiado a nenhum partido e que o país não está em período eleitoral. Pazuello justificou ainda que estava com o comandante em chefe das Forças Armadas, o próprio presidente da República, e que não faria uma desfeita a ele. Disse também que a atividade "não teve nenhum viés político" uma vez que Bolsonaro não estava filiado a nenhum partido político naquele momento. O comandante do Exército, general Paulo Sérgio, acatou os argumentos apresentados pela defesa de Pazuello e decidiu não punir o general, pois entendeu que "não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar". Ademais, o Exército impôs sigilo de 100 anos ao processo, sob a justificativa de "preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do oficial [Pazuello], bem como resguardar os preceitos constitucionais da hierarquia e da disciplina, no âmbito das Forças Armadas".

As eleições de 2022 também ocuparam a pauta política e mobilizaram declarações de militares. Em meio ao declínio nas intenções de voto indicadas nas pesquisas eleitorais de 2022, Bolsonaro, apoiado por militares que compõem seu governo, passou a proferir acusações infundadas sobre a segurança das urnas eletrônicas, exigindo mudanças no sistema eleitoral. No final do mês de julho, o presidente fez uma transmissão acompanhado do coronel da reserva do Exército, Eduardo Gomes da Silva – apresentado como "analista de inteligência" – que alegou que as urnas têm "problemas" e precisam de "melhorias", sem apresentar provas das afirmações. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou inquérito administrativo para investigar as acusações feitas por Bolsonaro ao sistema eleitoral sem evidências.

Nesse contexto, no dia 22 de julho, o jornal O Estado de S. Paulo afirmou que Braga Netto, por meio de um interlocutor político, teria proferido ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que sem voto impresso não haveria eleições em 2022. Em resposta, Lira teria procurado Bolsonaro para dizer que não participaria de nenhuma ruptura institucional. Questionado pela Folha de S. Paulo, Braga Netto negou a informação e alegou que não se comunica com presidente de outros poderes por meio de interlocutores, que as forças armadas sempre atuam nos limites da Constituição e seguiu defendendo o voto impresso. Lira, por sua vez, negou a informação ao periódico, mas em suas redes sociais não desmentiu as ameaças. Segundo o presidente do TSE, Luis Roberto Barroso, ao questioná-los, ambos desmentiram a informação.

As declarações de Braga Netto provocaram reações – ainda que moderadas – no Supremo e no Congresso. Em 27 de julho, o ministro do STF Gilmar Mendes solicitou investigação das falas do general, e pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre os pedidos de investigação contra Braga Netto e suas declarações sobre o voto impresso. O procurador-geral Augusto Aras instaurou apuração preliminar para averiguar "possível infração político-administrativa" na mensagem de Braga Netto a Lira, suspendendo outras investigações do mesmo teor por parte do Ministério Público Federal (MPF), já que a PGR investigava o caso. Para os decanos do STF, a investigação aberta por Aras se tratou de manobra estratégica para afastar o caso da Corte.

Por outro lado, em agosto, Braga Netto foi convocado para uma audiência conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o ministro negou ter ameaçado as eleições de 2022, se queixou de sofrer "criminalização" por "ter uma posição diferente" e ainda disse que o Brasil não passou por uma ditadura entre 1964-1985, negando as torturas e execuções do regime militar.

Poucos dias depois, em 10 de agosto, enquanto a Câmara dos Deputados se reunia para deliberar sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso, ocorreu outro episódio que associou as forças armadas ao clima de ameaça contra a democracia: um desfile militar com características inéditas nas redondezas do Congresso. O desfile fazia parte da Operação Formosa, a qual acontece anualmente desde 1988. No entanto, antes realizado pela Marinha,

essa foi a primeira vez em que participaram o Exército e a Aeronáutica, sob coordenação do Ministério da Defesa; e a primeira ocasião em que um desfile militar aconteceu na Esplanada em dia útil. Por conta dessas e outras excepcionalidades, o desfile, desde seu anúncio, foi compreendido por políticos, analistas, membros do Judiciário e a imprensa como uma forma de pressionar, intimidar e influenciar o voto positivo dos parlamentares à PEC do voto impresso. Altamente criticado, o desfile foi também ridicularizado sobretudo nas redes sociais pela precariedade e sucateamento dos equipamentos militares, além do baixo apoio popular.

Enquanto o desfile ocorria, de acordo com O Estado de S. Paulo, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, e o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, se encontraram em uma reunião que não constava na agenda oficial de ambos e foi mantida em segredo. Conforme o periódico, Barroso questionou Mourão sobre a escalada das tensões entre os Poderes e um eventual apoio das forças armadas a intentos golpistas de Bolsonaro, ao que Mourão o “tranquilizou” alegando compromisso do Alto Comando com a legalidade e que “ninguém impediria as eleições de 2022”.

No último trimestre do ano, Bolsonaro mudou de estratégia: abandonou a pressão pelo voto impresso, mas apoiou uma maior participação das forças armadas na organização do pleito. No mês de setembro, Barroso procurou o ministro da Defesa para obter a indicação de um representante militar para compor a Comissão de Transparência das Eleições que acompanhará cada etapa do processo de preparação do pleito de 2022, também composta por representantes de partidos políticos, Tribunal de Contas da União (TCU), MPF, Ordem dos Advogados do Brasil e acadêmicos. O indicado foi o general de divisão do Exército e comandante de defesa cibernética, Heber Garcia Portella, que terá acesso livre a recursos do TSE no planejamento de auditoria do processo eleitoral. A inclusão de um militar na Comissão foi elogiada por Bolsonaro e justificada pelo presidente do TSE em razão da “representatividade do setor na sociedade”. Além disso, em dezembro, o general Azevedo e Silva - ex-ministro da Defesa - foi indicado para assumir o cargo de diretor-geral do TSE.

Por fim, um episódio que resultou numa atitude incorreta do ministro da Defesa e dos comandantes das forças foi a resposta dada às falas proferidas em 7 de julho pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia. Em razão dos indícios de envolvimento de militares em esquemas de corrupção na aquisição de vacinas, além da desastrosa gestão de Pazuello enquanto ministro da Saúde, Aziz utilizou a expressão “lado podre” para se referir a estes militares. Em resposta, o Ministério da Defesa emitiu uma nota assinada em conjunto com os comandantes das três forças de cunho autoritário e ameaçador. Na nota, os oficiais alegaram que o senador atacou os militares “de forma vil e leviana”. Ademais, em entrevista ao jornal O Globo, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, condenou a fala de Aziz e disse que “fazer julgamentos de oficiais é muito desagradável e não podemos aceitar” e ainda que “homem armado não ameaça”, a qual ratificou em suas redes sociais. Braga Netto foi convocado a comparecer em audiência da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados no dia 17 de agosto para se explicar sobre a nota que, de acordo com a Folha de S. Paulo, foi uma “imposição de Braga Netto” aos comandantes e o “texto veio pronto”.

**Marina Vitelli**

*Docente do Departamento de Rel. Internacionais da UNIFESP*

**Gislaine Amaral Silva**

*Graduada em Rel. Internacionais pela UNIFESP*

**Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scanduzzi**

*Graduada em Rel. Internacionais na Unesp/Franca*

## FEVEREIRO

### **Correio Braziliense analisou a relação de Jair Bolsonaro com as Forças Armadas**

Jair Bolsonaro, aumentou sua rede de proteção contra ações políticas e jurídicas, o periódico Correio Braziliense publicou a avaliação de Luís Felipe Miguel, professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), segundo o qual Bolsonaro tem atuado na promoção do aparelhamento das instituições, colocando pessoas próximas em cargos-chave com o objetivo de proteger a si e sua família. Além disso, o professor declarou que a insistência de Bolsonaro em vincular as Forças Armadas ao governo e a sugestão da possibilidade de intervenção militar, caso haja uma crise institucional, é uma forma de intimidar o Supremo

Tribunal Federal (STF) e o Legislativo. Para Miguel, Bolsonaro tem se afastado do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, e de outros generais que demonstravam mais independência em relação a ele. Contudo, nomeou o general da ativa Eduardo Pazuello como ministro da Saúde, o qual tem se mostrado subordinado ao presidente e elevado o alto grau de exposição dos militares no governo Bolsonaro, fato que tem incomodado generais de alta patente. (Correio Braziliense - Governo - 07/02/21)

### **Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro I**

Segundo os jornais O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense, o resultado das eleições de Arthur César Pereira de Lira como o novo presidente da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Otavio Soares Pacheco como presidente do Senado Federal terão impacto para os militares que compõem o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Primeiramente, de acordo com o Correio Braziliense, haveria uma “queda de braço” entre o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico e contra-almirante Antônio Barras Torres, e o deputado federal Ricardo José Magalhães de Barros, aliado de Lira e cotado para substituir o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo desejo do parlamentar de liberar vacinas importadas e aprovadas no exterior em cinco dias e sem testagem no Brasil, propostas rechaçadas pela diretoria da Anvisa. As críticas de Barros foram direcionadas à velocidade de trabalho da agência e aos custos de uma testagem nacional, chegando a defender até mesmo mudanças na legislação para alcançar tal objetivo. Já Barras Torres, que vem atuando sob muita pressão do presidente Bolsonaro, governadores e corpo científico, tentou se manter diplomático, mas, mesmo assim, chegou a politizar a disputa quando indagou “a quem interessa” enfraquecer a Anvisa, além de defender a velocidade de trabalho da agência e negar que existiriam pressões vindas da Presidência da República. O Estado também chegou a abordar o tema, reafirmando a cotação de Barros para o cargo de Pazuello e a disputa com Barras Torres; porém, o jornal também acrescentou que Barros não deseja comandar a pasta da Saúde, mas almeja algum cargo na área. Por outro lado, o partido do deputado, Patriotas, ainda mantém interesse pela posição de ministro da Saúde. Além disso, o Correio também descreveu a liderança de Barras Torres “como se estivesse num navio” e que “responde por tudo a bordo”. Outro tema também abordado pelo jornal foi a possível abertura do Legislativo para as pautas mais radicais defendidas pelo presidente Bolsonaro como forma recuperar sua popularidade apelando para o seu eleitorado mais ideológico. Dentre tais reformas, o jornal apontou a reestruturação das Polícias Militares (PM) estaduais, consistindo numa diminuição do controle dos governadores sobre as corporações, algo visto como uma potencialização para interferências indevidas por parte da Presidência da República nesse setor. Ademais, o jornal também relatou que essas propostas estariam causando “temor” em especialistas e nas forças armadas, já que tais reformas aprovadas, aliadas ao discurso - sem provas - de fraudes nas eleições de 2018 poderiam insuflar a tensão política no pleito de 2022 de maneira similar ao que ocorreu na invasão ao Capitólio estadunidense no início deste ano. Para o cientista político Danilo Moraes dos Santos, é inconcebível a agressão às instituições democráticas com participação das FFAA, no caso das PMs, por não haver uma estrutura única de comando hierarquizada como há por exemplo no Exército, é também implausível o uso delas num golpe, uma conjuntura que mudaria caso uma maior centralização das polícias em um Comando Geral fosse efetivada, por fim, o politólogo conclui afirmando ser inconstitucional tal medida, visto que a Constituição Federal de 1988 dá os governadores estaduais o comando das PMs. (Correio Braziliense – Política – 08/02/21; O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/21)

### **Colunistas comentaram as fragilidades da democracia brasileira**

Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, o advogado e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, apresentou uma análise histórica sobre os golpes de Estado. Definindo-o como “ato de violência praticado por governante ou seu opositor contra governo eleito de conformidade com as normas constitucionais, para manter ou tomar o poder” e usando exemplos históricos do Brasil e do exterior, assim como obras científicas, Pazzianotto Pinto chegou à conclusão de que golpes de Estado são mecanismos de transferência de poder



relativamente comuns ao longo do século XX, além de que na maioria das vezes quem toma o poder pelo uso da força são as Forças Armadas. Como exemplos de golpes de Estado na história brasileira ele citou o de 1937, quando o então presidente da República Getúlio Vargas deu um golpe apoiado pelos militares e estabeleceu o período ditatorial conhecido como Estado Novo; o de 1945, quando os mesmos militares que apoiaram Getúlio em 1937 o derrubaram em favor de uma nova Constituição democrática. O advogado também destacou o golpe de 1964, quando o Comando Supremo da Revolução - composto por membros dos três setores das Forças Armadas - anunciava uma "revolução vitoriosa", a qual "se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte (...). Essa é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte". A partir disso, o Brasil viveu por 20 anos sob aquilo que o autor denominou regime de exceção, no qual "para presidir a República era requisito ser general de Exército", até a eleição de Tancredo de Almeida Neves em 1985 e a promulgação da atual Constituição Federal em 1988. Porém, Pazzianotto Pinto advertiu que a Constituição de 1988 e a transição para a democracia não garantem o fim dos golpes de Estado no Brasil. O advogado lembrou as falas de Eduardo Bolsonaro sobre a possibilidade de fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de "um cabo e dois soldados", a militarização do governo de Jair Bolsonaro e a declaração deste de que "quem decide se o povo vai viver na democracia ou na ditadura são as Forças Armadas". Segundo Pazzianotto Pinto, este é um indicativo de que "alguém está à procura de um pretexto para a ruptura da ordem institucional". Em coluna à Folha de S. Paulo, Ricardo Viveiros, jornalista, professor e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, classificou como "democracia em risco" a atual situação brasileira, comparando com o que houve no Capitólio semanas antes do fim do mandato do ex-presidente estadunidense Donald Trump. Isto porque, conforme justificou, desde o início de seu governo, Bolsonaro tem "inflado seus seguidores" contra os Poderes Legislativo e Judiciário, criando teorias infundadas sobre a insegurança das urnas eletrônicas. O jornalista lembrou o episódio em que apoiadores de Bolsonaro tentaram invadir o Congresso Nacional e jogar rojões no edifício do Supremo Tribunal Federal (STF), e destacou a empreitada de facilitação do porte de armas por parte do presidente. De acordo com Viveiros, Bolsonaro tem dado muitas oportunidades às Forças Armadas, tanto em termos de trabalho, salários e benefícios, quanto à imagem, sendo mais compensatório para estes oficiais trabalhar no governo do que nas Forças Armadas. Além disso, destacou que nem durante o regime militar tantos militares ocuparam postos de deputados, senadores e governadores, grande parte destes eleitos com o apoio de Bolsonaro durante as campanhas eleitorais. Para Viveiros, no futuro "esse pessoal não gostará de perder o espaço conquistado no poder, podendo assim gerar condições para qualquer tipo de ação que garanta Bolsonaro no 'comando' do país". Concluiu ponderando que nas Forças Armadas existem oficiais superiores responsáveis que demonstram atenção a estes fatos, mas alertando que a sociedade também precisa estar atenta, num esforço conjunto de garantir o "futuro da ainda frágil democracia brasileira". O colunista Ruy Castro, do periódico Folha de S. Paulo, citou a remilitarização do governo civil em uma "receita de golpe de Estado", elaborada por ele em sua coluna, e que estaria sendo seguida pelo presidente Bolsonaro. Para Castro, milhares de militares foram infiltrados na Administração Pública, e isso seria um "ensaio de compra das Forças Armadas". Além disso, outro elemento com participação dos militares seria a ameaça de fechamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, através da ameaça de por "tropa na rua". (Folha de S. Paulo - Opinião - 09/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 12/02/21; O Estado de S. Paulo - Coluna - 08/02/21)

Jair Bolsonaro define a ditadura militar como "um pouco diferente do que temos hoje" Conforme noticiado pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente Jair Bolsonaro definiu o regime militar como "um pouco diferente do que temos hoje", em declaração dada numa cerimônia no Centro de Lançamento de Alcântara, localizado no estado do Maranhão. A afirmação foi dita após exaltar os cinco presidentes militares pelas obras feitas durante os 21 anos de ditadura (1964-1985), mais especificamente, pela base de lançamento de foguetes de Alcântara, onde estava. O presidente também definiu o regime como tendo "muita responsabilidade com o futuro do país", ignorando as violações à democracia e aos direitos



humanos cometidas no período, principalmente através da tortura, do assassinato de opositores e da supressão de eleições. (Folha de S. Paulo - Poder - 12/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/21)

### **Novo livro de entrevistas com o general Villas Bôas repercutiu**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari comentou sobre o lançamento do livro "Villas Bôas - Conversa com o Comandante", livro escrito pelo professor Celso Castro a partir de entrevistas com o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019. De acordo com Gaspari, o livro rememora tanto o período de impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, quanto o tweet escrito no dia 3 de abril de 2018, um dia antes do julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal (STF). No tweet, o então comandante tinha questionado "quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais" e ainda disse que "o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais". Além disso, também relembra a posse do presidente da República Jair Bolsonaro, marcada por um discurso de agradecimento ao comandante Villas Bôas, com a afirmação de que o comandante foi um dos responsáveis pela eleição de Bolsonaro e que aquilo que havia sido conversado entre os dois morreria entre eles. Em resposta à essa afirmação, Villas Boas declarou: "Garanto que não foi um tema de caráter conspiratório". Por outro lado, segundo Gaspari, o general Villas Bôas se equivocou ao afirmar que no momento em que o presidente eleito, Tancredo Neves faleceu, o presidente da Câmara, Ulysses Silveira Guimarães, tentou impor uma nova eleição, sendo contrário à José Sarney assumir a presidência. O colunista Gaspari afirma que na verdade, Ulysses não queria uma nova eleição e sempre defendeu a posse de Sarney. Ademais, no dia seguinte, a Folha publicou outro texto abordando o tweet de 2018 e o livro de Castro. Nele, é reportado parte do conteúdo do livro, no qual diz-se que o tweet tinha originalmente um "teor bem mais incendiário" do que aquilo que foi por fim publicado, o motivo da mudança teria sido a intervenção de colegas militares. No dia 2 de abril, Villas Boas havia discutido a ideia de "admoestar" o STF a respeito do julgamento e, após tomar ciência das intenções, o então ministro da Defesa e general da reserva Joaquim Silva e Luna, juntamente ao general da reserva e conhecida voz moderada no Exército Brasileiro Alberto Mendes Cardoso, interviram no formato do texto originalmente intencionado por Villas Bôas, tirando menções que sugerissem uma intervenção institucional no funcionamento da corte, levando ao formato de ameaça velada que foi tweetado. No livro, Villas Bôas defende que a mensagem foi apenas "um alerta", negando se arrepender do gesto e de ter dado "favoritismo político" para o então candidato à Presidência, Jair Messias Bolsonaro, além de negar ter discutido o tema com Silva e Luna e afirmar erroneamente que Raul Belens Jungmann Pinto era o titular da pasta da Defesa naquela época. Ademais, Villas Bôas também disse ter tratado do tema com uma vasta gama de pessoas, incluindo sua equipe e o Alto-Comando do Exército, as quais hoje em dia se encontram no governo Bolsonaro. Dentre os personagens consultados incluem o atual ministro da Defesa e general da reserva Fernando Azevedo e Silva; o atual ministro-chefe da Secretaria de Governo e general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira; o atual chefe da Casas Civil e então comandante do Sudeste e interventor no estado do Rio de Janeiro, Walter Souza Braga Netto; e o atual comandante geral do Exército - sucessor de Villas Bôas - e então comandante militar do Sul, Edson Leal Pujol. Quando procurados pela Folha, Silva e Luna, Azevedo e Silva, Braga Netto e Ramos, assim como o Comando do Exército, não quiseram comentar o episódio e alguns militares não identificados chegaram a negar as afirmações de Villas Bôas, dizendo que a decisão coube apenas ao então comandante e seu "núcleo bruto". Por fim, a Folha também descreveu como Pujol, que teve atritos com Bolsonaro ao longo de 2020, estaria "cioso" com o potencial negativo que o livro teria na imagem das Forças Armadas. Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram a reação do ministro do STF Edson Fachin às declarações de Villas Bôas, classificando como "intoleráveis e inaceitáveis" quaisquer tipos de pressão contra o Poder Judiciário e que, se comprovada, a declaração se constitui "gravíssima e atenta contra a ordem constitucional".

Em nota publicada, Fachin delineou: “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República”. “E destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, citando o Art. 142 da Constituição brasileira. Declarou também que o ataque ao Capitólio promovido por apoiadores do ex-presidente Trump apenas não se configurou em golpe porque as Forças Armadas estadunidenses tiveram “postura exemplar dentro da legalidade constitucional”. Em editorial, a Folha de S. Paulo destacou que o ocorrido em 2018 abriu “precedente perigoso” e lembrou que o próprio general havia declarado à época em entrevista à Folha que o tuíte havia chegado ao “limite da responsabilidade institucional”. Ademais, ponderou que a declaração do general se tornou ainda mais “densa” quando é posto que fora motivada por medo de que a esquerda retorne ao poder e que é “perturbador” saber que a Alta Cúpula do Exército participou do ato. Mas o jornal acredita que o comportamento de Villas Bôas tenha se limitado ao episódio e que não “denote pendores golpistas”. Em coluna à Folha, a jornalista Cristina Serra opinou que o livro-depoimento lança luz ao período “mais turbulento da história recente do país, que vai do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro” e que a informação mais importante é sobre a participação da Alta Cúpula na redação do tuíte. Destacou que as declarações do general evidenciaram que as Forças Armadas “não engoliram a Comissão Nacional da Verdade (‘foi uma fachada nas costas’)”. Serra demonstrou preocupação com o fato de que, com os militares de volta à política 30 anos após a redemocratização, ocupando “milhares de cargos” e acumulando “salários, privilégios e benesses” e ao lado de Bolsonaro na culpa dos 240 mil mortos pela Covid, a grande dúvida é, então “quando —e se— será possível mandá-los de volta para os quartéis”. Eliane Cantanhêde em coluna ao Estado lembrou que à época da publicação, o general havia lhe declarado em reportagem ao mesmo jornal que não se tratava de uma publicação pessoal, mas de um posicionamento do Alto Comando do Exército, confessando não ter sido combinada com a Aeronáutica e a Marinha. A colunista lembrou que Celso de Mello, ministro do STF hoje aposentado, posicionou-se naquele momento também não de forma pessoal. Sem mencionar Villas Bôas, classificou a manifestação como “claramente infringente”, “insurgências de natureza pretoriana que, à semelhança do ‘ovo da serpente’, descaracterizam a legitimidade do poder civil instituído e fragilizam as instituições democráticas”, associando à recente fala de Fachin. Declarou que alinhado ao que lhe havia dito em 2018, o general declarou à FGV que, embora “tresloucados” batam às portas das Forças Armadas reclamando intervenção e retorno dos militares ao poder, é algo que tem “chance zero” de ocorrer e que seu tuíte foi antes um “alerta” do que “ameaça”. Mas destacou que a eleição de Bolsonaro se deu com “empurrão dos militares” e que o presidente constantemente faz uso de símbolos das Forças Armadas e de seu nome para ameaças de golpes. “Podem ser meras bravatas. Ou não.” concluiu a jornalista. O ministro do STF, Gilmar Mendes, também respondeu ao general e defendeu o respeito entre os Poderes. “A harmonia institucional e o respeito à separação dos Poderes são valores fundamentais da nossa República”, afirmou o magistrado no Twitter. “Ao deboche daqueles que deveriam dar o exemplo responde-se com firmeza e senso histórico: ditadura nunca mais!”. (Correio Braziliense - Política - 16/02/21; Correio Braziliense - Política - 17/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/02/21)

### **Colunista demonstrou preocupações sobre estabilidade institucional através de especulações sobre o pleito presidencial de 2022**

Em coluna para a Folha de S. Paulo, Thiago Amparo alertou e discorreu sobre as ameaças à democracia brasileira. Nela, o colunista descreve como as instituições não estão “funcionando perfeitamente” e como o Brasil está “banhando-se” no autoritarismo. No texto são especulados vários caminhos para o futuro do país na forma do pretérito, como se estivesse narrando eventos após as eleições de 2022. Primeiramente, o texto abre falando sobre os resultados do pleito presidencial, numa situação na qual Bolsonaro perde o segundo turno em um cenário de “fake

news de fraude eleitoral” e oposição dividida. Nisso, após prever que a pandemia do novo Coronavírus se prolongaria até o início de 2022 e acumularia 400 mil óbitos, narra uma revolta dos militares, descrevendo-a como um “tenentismo 2.0”, com parte dos policiais militares aderindo a uma tentativa de golpe de Estado em um motim similar ao acontecido no Ceará em fevereiro de 2020. O Supremo Tribunal Federal (STF) ficou dividido, com os ministros bolsonaristas apoiando o golpe e temendo uma cena como a que ocorreu em agosto de 2020, quando o presidente ameaçou mandar tropas contra a corte. A população ficou com medo de protestar em favor dos eleitos, visto que a regularização do porte de armas acabou favorecendo milícias pró-Bolsonaro. Após a acumulação de dezenas de mortos naquilo que Amparo descreve como “balbúrdia militaresca”, o Estado democrático prevalece, o novo presidente é empossado sem a presença de Bolsonaro, que então se muda para Atibaia ou Barra da Tijuca. Por fim, o autor vai até 2023, narrando como após a tentativa de golpe de Estado, os jornais dirão que era possível que o STF e o Congresso tivessem revogado os decretos armamentistas de Bolsonaro, que a escolha entre Bolsonaro e outros candidatos “não era tão difícil assim”, que “não faltou” pessoas para avisar dos perigos das políticas de Bolsonaro à democracia, que o presidente deveria ter sido “investigado por genocídio” vide sua má condução da pandemia do Covid-19 e que os políticos deveriam ter se unido numa “Frente Ampla” contra o bolsonarismo. Terminando assim, com a irônica frase “em 2023, no entanto, já era tarde. Quem dera estivéssemos em 2021”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/02/21)

### Militares e reeleição de Bolsonaro

De acordo com o jornal Correio Braziliense, militares estão empenhados na reeleição de Jair Bolsonaro, mas, para isso, o presidente deve “moderar o discurso, esquecer as picuinhas e investir na recuperação econômica do país”. Segundo o jornal, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, contribuiu para que os aliados do Planalto saíssem vitoriosos da corrida pelos comandos da Câmara e do Senado, visando a aprovação de pautas de interesse do Executivo, o que causou descontentamento entre os militares. Ramos, contudo, alega que militares entendem o “momento político” pelo qual passa o governo. Um oficial entrevistado comentou: “Conheço muitos militares que não votaram no Bolsonaro quando era deputado e continuam não votando. As Forças Armadas não são um bloco único” e disse haver preocupação com a imagem da instituição. Para ele, para haver reeleição, Bolsonaro deve melhorar a comunicação e a economia. Segundo o Correio, para manter o apoio dos militares, Bolsonaro retomou bandeiras como a aprovação do excludente de ilicitude, espécie de salvaguarda jurídica para militares que, porventura, matarem em serviço. Para o senador Major Olímpio, a adesão à campanha de reeleição do mandatário será de um grupo significativo de veteranos, mas que não haverá “apoio maciço”, visto que “a grande massa, que são ativos, está revoltada porque só está perdendo”. (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

### Colunistas comentaram a relação de Bolsonaro, militares e centrão

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o analista político Creomar de Souza que desdobramentos na reformulação de cargos no governo, especialmente ministérios, podem impactar integrantes das Forças Armadas. Para ele, o Centrão “está de olho” em pastas que pertencem a militares e é preciso equilíbrio para lidar com esse dilema: “Se Bolsonaro insistir em uma diminuição desses espaços, entra com menor vocalização entre militares para uma reeleição. Caso não, perde no Centrão.” Para Vera Chemim, constitucionalista e mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os militares não vão interferir de forma contundente numa eventual reeleição de Bolsonaro, pois existem divergências internas. “A relação entre Bolsonaro e os militares não parece estável”. Já para Rodrigo Prando, cientista político da Universidade Presbiteriana Mackenzie, os militares estão comprometidos com o governo. “No começo do governo, acreditava-se que o núcleo militar seria mais pragmático e poderia tentar conter os ímpetos dele de confronto. Estávamos enganados. (...) Foi Bolsonaro que radicalizou alguns generais”. Prando ainda comentou que, ao inserir mais de 6 mil militares em cargos civis, Bolsonaro ligou a imagem das Forças Armadas a ele e ao governo. “Ao que parece, os militares estão intrinsecamente ligados ao governo e não o abandonarão. Claro, isso trará, a médio e longo prazos, problemas para a imagem das Forças Armadas”. Ele destacou

ainda que os militares que eram contrários ao Centrão “calaram-se e, hoje, estão todos ligados”. (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

### **Colunistas comentaram sobre interferências de militares no governo**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, Vinicius Sassine comentou sobre as interferências de comandantes militares no governo. O colunista apontou para ações do então comandante do exército general Eduardo Villas Boas nas eleições de 2018 para favorecer Jair Bolsonaro, como um tuíte feito para interferir no julgamento de um habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sassine também comentou sobre o silêncio do atual líder do exército, o general Edson Leal Pujol, quanto à permanência do general Eduardo Pazuello, atual ministro da Saúde, na ativa e sobre a produção e distribuição massiva de cloroquina feita pelo exército brasileiro. O colunista da Folha, Hélio Schwartzman, disse ter acreditado que as Forças Armadas brasileiras haviam se profissionalizado, abandonando de vez a ingerência política e buscando o aprimoramento técnico, mas que havia se enganado. “O famoso tuíte de 2018 em que o general Eduardo Villas Bôas fez ameaça velada ao STF até poderia, com boa vontade, ser classificado como estupidez individual. Agora que ficamos sabendo que a mensagem resultou de uma trama envolvendo toda a cúpula do Exército, o caso ganha outra dimensão”. Em coluna para a Folha, o professor Silvio Almeida, também comentou o caso da “ameaça ao STF” feita por Villas Bôas. Segundo o colunista, isso demonstra o “avançado estado de decomposição política e institucional” no qual o país estava e “o fim da esperança de que o Brasil, finalmente, exorcizara o espírito antidemocrático”. Além disso, o evento representaria uma perda da “noção de limite” por parte da população brasileira, ao considerar normal um comandante do Exército opinar sobre um processo judicial em uma democracia. Como contraponto, Silvio Almeida citou o caso do ex-comandante do Exército uruguaio, Guido Marini Ríos, que foi preso em 2018 por opinar sobre a reforma da previdência e demitido em 2019 por criticar o judiciário. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 19/02/21)

### **Deputado federal é mantido preso após declarações antidemocráticas e defesa da ditadura militar**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade manter a prisão do deputado federal Daniel Silveira, que divulgou um vídeo no dia 16 de fevereiro defendendo a volta do Ato Institucional nº5 (AI-5) – o decreto mais repressivo e restritivo da ditadura militar – e agredindo verbalmente os ministros do STF, além de propor o rompimento da ordem constitucional com o uso das Forças Armadas. Daniel Silveira foi indiciado por cometer crime previsto na Lei de Segurança Nacional, enquadrando-se nos artigos 17 e 18, que preveem a detenção para quem tentar mudar a ordem ou o Estado de direito através da violência ou da ameaça ao livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados. Em entrevista dada à Folha, Ana Carolina Moreira Santos, conselheira da Ordem dos Advogados dos Brasil (OAB), destacou que “o ato representa um abuso do direito de livre manifestação, sobretudo quando proferido por um agente público pertencente a outro poder constituído, o que é vedado pela Constituição Federal”. Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, William Waack comentou sobre o caso de Daniel Silveira, e ressaltou que a imunidade parlamentar do deputado não lhe garante proteção contra “a prática de delitos penais e o incitamento do golpe e destruição da ordem democrática”. Ademais, em coluna para o jornal Folha de S. Paulo, a jornalista Mônica Bergamo ressaltou que a prisão do deputado bolsonarista, segundo os próprios ministros da suprema corte, é um recado para os militares defensores do tuíte do general Eduardo Villas Bôas, pressionando o STF no julgamento do habeas corpus de Lula em 2018. Para o magistrado, ambos os casos, o de Daniel Silveira e do Villas Bôas, compõem um mesmo “movimento antidemocrático e de ameaça às instituições”. (Correio Braziliense - Política - 18/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 19/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/02/21).

### **Ministro da Defesa procurou o presidente do Supremo Tribunal Federal para atenuar crise causada por tuíte do general Eduardo Villas Bôa**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, procurou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para atenuar a crise institucional gerada pela revelação que o tuíte do general Eduardo Villas Bôas, pressionando o STF a negar o habeas corpus do ex-presidente Lula em 2018, teria sido discutida pelo Alto-Comando do Exército. Segundo relato de Luiz Fux, o ministro da Defesa enviou-lhe uma mensagem dizendo que a manifestação de Villas Bôas foi uma ação isolada e que as Forças Armadas gostariam de conter a crise iniciada. Além disso, Fernando Azevedo afirmou, em mensagem, que não aconteceu nenhuma reunião do Alto-Comando para deliberar sobre a decisão do Supremo no julgamento em questão. Porém, a revelação de que o tema foi discutido pela alta-cúpula do Exército envolve 15 generais de quatro estrelas, dos quais 3 são ministros do atual governo Bolsonaro, incluindo o próprio general Azevedo. Ademais, a Folha ressaltou que o então ministro da Defesa, general da reserva Joaquim Silva e Luna, e o conhecidamente moderado general da reserva Alberto Mendes Cardoso, ao saberem do tuíte, teriam atuado para moderá-lo, através da remoção de menções às intenções de interferência no Supremo Tribunal Federal pelas Forças Armadas. A movimentação de ambos os generais deu certo, restando apenas ameaças veladas no tuíte: "Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais". Entretanto, para o presidente do STF, esse tipo de pressão não tem efeito, pois "o Supremo não funciona com pressão" sendo a mesma até "afrontosa". Outrossim, Fux comentou a discussão na suprema corte tratando das funções das Forças Armadas, a qual chegou a conclusão que a Constituição não concede o direito de intervenção em outros poderes pelos militares. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/02/21)

### **Para Lula, Edson Fachin foi covarde ao não ter respondido tuíte de Villas Bôas**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin foi covarde ao não ter respondido ao tuíte do general Eduardo Villas Bôas, pressionando o STF a negar o habeas corpus do ex-presidente às vésperas das eleições, em 2018. Fachin apenas respondeu ao tuíte recentemente, 3 anos após a sua publicação, afirmando ser "intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão injurídica sobre o Poder Judiciário". Para Lula, a Constituição não garante ao Exército o direito de dar um "pito" nas ações do Supremo. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/02/21)

### **Militares comentam tuíte do general Eduardo Villas Bôas e prisão de deputado federal**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, membros da alta-cúpula das Forças Armadas consideram que o tuíte do general Eduardo Villas Bôas foi mal interpretado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo generais da ativa e da reserva, a postagem em rede social era meramente uma manifestação de insatisfação contra a "sensação de impunidade" presente entre militares, e não envolvia intenções conspiratórias nem ilegais. Além disso, os militares afirmaram que Villas Bôas costumava dizer que o Exército "se pautava na tríade legalidade, legitimidade e estabilidade", não comprometeu nenhum desses 3 princípios durante seu período como comandante do Exército. Segundo a Folha, os militares consideraram a reação do ministro do STF, Edson Fachin, "despropositada", por se tratar de algo ocorrido há 3 anos e de não considerar o já referido sentimento de "impunidade". Contudo, alguns militares da reserva consideram que o ex-comandante do Exército poderia ter evitado dar o depoimento que revelou a participação do Alto-Comando do Exército na confecção do tuíte. Para eles, essa atitude reavivou desnecessariamente uma polêmica do passado. Ademais, para evitar o agravamento da crise, militares acreditam que Fernando Azevedo, ministro da Defesa, não se pronuncie sobre o assunto ou, no máximo, publique uma nota para "reafirmar o apreço das Forças Armadas pela democracia". Já no caso do deputado federal preso após incitar um novo AI-5, principal decreto autoritário promulgado pela ditadura militar, e atacar os ministros do STF, a Folha ressaltou que os militares consideraram isso uma



“manifestação desnecessária e agressiva”. Outrossim, sobre o vídeo gravado pelo deputado defendendo Villas Bôas em sua afronta ao STF, os militares o consideraram como tendo uma motivação mais eleitoral do que de defesa das Forças Armadas, buscando o apoio do eleitorado de direita e de Jair Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/02/21)

### **Repercussões sobre a indicação de general para a presidência da Petrobras**

Em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, a colunista Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, interveio na Petrobras na tentativa de ter mais um general como “escudo”. Cantanhêde comparou a indicação do general da reserva Joaquim Silva e Luna para o comando da Petrobras com a nomeação do general Eduardo Pazuello ao ministério da Saúde, o qual se mostrou despreparado e sem conhecimento do Sistema Único de Saúde. Desta forma, ela indicou que o general na Petrobras não conheceria a importância da política de preços independente numa empresa, assim como estaria disposto a fazer o mesmo movimento de Pazuello na militarização da Saúde, ou seja, nomear militares da reserva para altos postos na Petrobras. A colunista chegou a comparar as interferências de Bolsonaro e as diversas nomeações de militares para cargos importantes do governo com o que ocorreu na Venezuela no governo Hugo Chávez, adicionando que este era um amador perto de Bolsonaro. Em coluna ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo destacou que com a militarização de estatais, o governo Bolsonaro está dando uma “guinada populista e estatizante” a fim de agradar a base eleitoral e “consolidar o poder dos generais no Palácio do Planalto”. Concluiu que está havendo uma “abdução” do ministro da Economia, Paulo Guedes, pelos militares, já que a nomeação de Silva e Luna não passou por ele. Até a manhã do dia 23/02/2021, a empresa já havia perdido mais de 100 bilhões em valor de mercado. Ademais, destacou que o desafio do general será convencer os acionistas de que não é “pau mandado” de Bolsonaro, como se nota com o general Pazuello, e ponderou que a diferença no caso da Petrobras é que os acionistas da petroleira, sobretudo os estrangeiros, podem demandar indenização na Justiça em razão de prejuízos causados pela intervenção indevida do governo na política de preços dos combustíveis, lembrando o que fizeram na época do “Petrolão”. (Correio Braziliense - Poder - 23/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/02/21)

### **Revelações de livro de Villas Bôas geram reações de ministro do Supremo Tribunal Federal**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, é um dos principais críticos do presidente da República, Jair Bolsonaro, e da atuação política dos militares. Neste sentido, Fachin tem alertado sobre possíveis riscos à democracia que a “militância bolsonarista” oferece. Segundo a Folha, o STF e o Palácio do Planalto tiveram um episódio de conflito após o ministro Fachin responder em nota ao ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, afirmando ser “intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão jurídica sobre o Poder Judiciário”. De acordo com a Folha, o ministro Fachin se referia à declaração de Villas Bôas de que o tuíte publicado dias antes do julgamento que levou à prisão o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria sido elaborado por ele em conjunto com integrantes do Alto-Comando das Forças Armadas. Em resposta, Villas Bôas questionou por que Fachin demorou três anos para comentar sobre o assunto. Ademais, a Folha lembrou que em entrevista ao periódico, o ministro Fachin afirmou que estaria ocorrendo uma “remilitarização do governo civil”, declarando que este seria um dos sinais da “corrupção da democracia” brasileira, além de demonstrar preocupação com a presença do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde. Segundo a Folha, Fachin também demonstrou preocupação em relação à possibilidade de um golpe militar no Brasil, mencionando uma “recusa antecipada de resultado eleitoral adverso”. Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari afirmou que Villas Bôas também demorou três anos para explicar como o texto do tuíte foi produzido. Além disso, Gaspari comentou sobre a afirmação de Villas Bôas de que o texto foi preparado inicialmente por sua equipe e pelos integrantes do Alto Comando, para então ser enviado para comandantes militares de área. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 21/02/21)

### **Presidente do Senado afirmou que não há militarização do governo federal**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem prerrogativa para nomear membros do governo. Ademais, Pacheco afirmou que não há um processo de militarização, mas sim de escolha de pessoas para exercer cargos. Segundo Pacheco, mesmo com falas favoráveis ao AI-5 e ao regime militar, não haveria riscos à democracia brasileira. Contudo, indicou que o Congresso Nacional estaria pronto para reagir a qualquer ameaça. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/02/21)

### **Colunista discutiu ameaças à democracia vindas de dentro do Estado brasileiro**

Partindo da prisão do deputado federal Daniel Lucio de Silveira, acusado de atacar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defender a intervenção militar, o advogado Thiago de Souza Amparo discorreu em coluna para a Folha de S. Paulo sobre outras ameaças à democracia presentes no Estado brasileiro. Amparo apontou como o STF usou a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1983 ainda durante o Regime Militar (1964-1985), para punir Silveira por ter feito "apologia à ditadura". O episódio foi classificado como trágico e inconstitucional, visto que a LSN "carrega o DNA repressivo" do Regime, completando com um clamor para que o STF a declare inconstitucional. O colunista também lembrou que o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli foi conivente com o Ministério da Defesa em decisão de maio de 2020, a qual permitiu à instituição continuar celebrando o aniversário do golpe militar de 1964. Amparo destacou que a decisão do STF apontava que "cabe aos historiadores, não ao Judiciário dizer o que é golpe e o que foi ditadura". Amparo também apontou as falas do deputado federal Eduardo Bolsonaro no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em 2019, em defesa do Ato Institucional nº5 (AI-5), o mais repressivo da ditadura. O deputado não sofreu qualquer consequência, assim como seu pai, Jair Bolsonaro, ao elogiar governos ditatoriais em países vizinhos. Por fim, o colunista fez diversas recomendações ligadas à "justiça de transição", como a substituição da LSN, a maior atenção às recomendações da Comissão Nacional da Verdade - das quais 80% não foram cumpridas em todo ou em parte -, a criação de Museus e instituições de memória que preservem a história de tortura do Regime, a desmilitarização das Polícias Militares, um maior controle civil sobre as instituições militares e a proibição por lei da apologia à ditadura. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21)

### **Ex-ministro da Defesa acusou Bolsonaro e sua política armamentista de potencializar uma guerra civil**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, encaminhou carta aberta aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar que vetem os decretos do governo de Jair Bolsonaro que facilitam o acesso a armas. Jungmann teceu duras críticas à política armamentista de Bolsonaro, associando-a a um "nefasto processo" que ameaça o sistema democrático, fazendo também alusões ao episódio recente dos ataques ao Capitólio estadunidense, que poderiam se repetir no pleito presidencial brasileiro de 2022. Na carta, o ex-ministro apontou que armar a população sempre serviu, ao longo da história, aos interesses de ditaduras, golpes de Estado, massacres, discriminação, separatismos, genocídios e governos fascistas. Ademais, Jungmann afirmou que os decretos atentam "frontalmente contra o papel constitucional" dos militares e o monopólio do uso legítimo da força - algo essencial para a manutenção da soberania de qualquer Estado -, clamando assim pela "defesa das nossas Forças Armadas". A Folha ressaltou que Jungmann é civil e possui "bom trânsito" com o STF e as Forças Armadas. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Jungmann relatou que a repercussão da carta entre os ministros com os quais ele tem acesso foi em tom de "preocupação". Ao ser questionado sobre o argumento de que o porte de armas é garantia de liberdade da população, o ex-ministro ressaltou que "a garantia da liberdade está na democracia, no respeito à Constituição e aos poderes" e analisou que os decretos atendem "muito mais a uma preocupação política e ideológica" da base eleitoral de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/02/21)



## Colunista abordou armas reais ou simbólicas das forças armadas contra o Supremo Tribunal Federal

Em coluna à Folha de S. Paulo, o advogado, professor de direito penal e ex-secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, entre 2005 e 2007, Pierpaolo Cruz Bottini, discorreu acerca dos momentos em que o Supremo Tribunal Federal (STF) se viu pressionado pelo Executivo e/ou pelas Forças Armadas em decisões emblemáticas. O advogado remontou eventos desde a República Velha, quando em 1892 o presidente da República, marechal Floriano Peixoto, ameaçou a Corte para que não concedesse habeas corpus em favor dos presos políticos da Revolta da Armada, até as recentes ameaças ao colegiado proferidas pelo deputado federal Daniel Lucio de Silveira, que o levaram à prisão. Bottini mencionou o momento em que, às vésperas do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o general Eduardo Villas Bôas usou o twitter para pressionar o STF no que seria uma “ameaça velada”, mas cujas implicações hoje se sabem mais “ameaçadoras”. Mais de um século depois da Revolta da Armada, Bottini destacou que o STF segue sendo pressionado pelo Poder Executivo, que muitas vezes se utiliza das Forças Armadas, apontando “armas reais ou simbólicas”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/02/21)

### MARÇO

## Folha de S. Paulo analisou sintomas da corrupção da democracia citados por Edson Fachin

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, dentre os sete sintomas de corrupção da democracia mencionados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, estão a militarização do governo civil e a intimidação dos demais Poderes. No que se refere à remilitarização do governo civil, segundo a Folha, o presidente da República, Jair Bolsonaro, recebeu o apoio das Forças Armadas desde a sua campanha à presidência, em 2018, além disso, escolheu o general Hamilton Mourão para ser seu vice e até julho de 2020, havia aumentado em mais de 30% a presença de militares da ativa no governo. De acordo com a Folha, com a indicação feita por Bolsonaro, do general Joaquim Silva e Luna para a presidência da Petrobras, mais de um terço das empresas estatais federais serão comandadas por um militar. Segundo a Folha, Jorge Zaverucha, professor de ciência política da Universidade Federal do Pernambuco, afirmou que: “Não existe democracia que mereça esse nome e tenha essa quantidade de militares no aparato do Estado brasileiro”. De outro lado, sobre a intimidação dos demais poderes, a Folha lembrou a participação de Bolsonaro em manifestações favoráveis ao fechamento do Congresso Nacional e do STF e à intervenção militar, além de ter se manifestado algumas vezes publicamente contra decisões do STF. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

## A Folha de S. Paulo comentou sobre o retorno do debate sobre a Lei de Segurança Nacional

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República trouxe novamente o debate sobre a importância de uma lei que substitua a Lei de Segurança Nacional (LSN), herdada do período militar. A Lei de Segurança Nacional foi acionada pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, após declaração de que o Exército estaria se associando a um genocídio, em relação ao combate à pandemia. Além disso, o ministro da Justiça, André Mendonça, utilizou a lei para solicitar investigações contra jornalistas, entre eles, o colunista do periódico Folha de S. Paulo, Hélio Schwartsman, após a publicação do texto “Por que torço para que Bolsonaro morra”. Contudo, a LSN também tem sido utilizada para embasar a prisão de aliados de Bolsonaro, como o ministro do STF, Alexandre de Moraes, que determinou a prisão do deputado federal aliado à Bolsonaro, Daniel Silveira. Neste sentido, segundo a Folha, existem, até fevereiro de 2021, 37 projetos de lei para alterar ou revogar a LSN. De acordo com a Folha, a deputada federal Margarete Coelho, escolhida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para comandar as principais medidas de alteração política durante sua gestão, afirmou ser favorável à revogação da LSN, sob o argumento de que a lei não deveria ter permanecido após a Constituição de 1988 e declarou que as Forças Armadas têm como papel proteger o Brasil de inimigos externos e não de seus próprios cidadãos. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

### **Especialistas analisam a militarização do governo de Jair Bolsonaro**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a ascensão da militarização no governo de Jair Bolsonaro "pode corromper a democracia do país". De acordo com especialistas entrevistados pelo jornal, a atuação política dos militares distancia as Forças Armadas de seu papel constitucional, sendo este a defesa contra ameaças externas. O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Alcides Costa Vaz, associou a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, com o "sentimento contrário à esquerda e uma expressão clara do antipetismo". Já o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Leonardo Avritzer, destacou nota divulgada pelo Clube Militar, em que declarava que "grande parcela da população tem saudades da ditadura". O professor afirmou que, por mais que o Clube não represente todos os militares, é "uma expressão muito forte daquilo que se pensa [entre os militares]". Ademais, o periódico também entrevistou Samuel Vida, advogado e professor de Direito da Universidade Federal da Bahia, que argumentou que a democracia no país nunca se consolidou, tendo sido a militarização uma constante para grupos específicos, com destaque para negros e indígenas. Outra especialista entrevistada foi a professora Vera Karam, da Universidade Federal do Paraná, que afirmou que a participação dos militares no governo "pode imprimir uma lógica antidemocrática à gestão, sem que haja necessidade de golpe". Outra visão é a de Catarina Rochamonte, presidente do Instituto Liberal do Nordeste, que afirmou que a indicação de militares por Bolsonaro é decorrente da necessidade do presidente por "pessoas servis", de forma que "há um processo de 'venezuelização' do Brasil". Posteriormente, o jornal destacou a participação de militares em alto escalão do governo, sendo o vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão, um general do Exército. Complementarmente, o período evidenciou que dos 21 ministros do atual governo, nove são integrantes das Forças Armadas. Destacou-se também que houve aumento de 33% no número de militares da ativa em cargos comissionados e ainda, mais de um terço das estatais federais são comandadas por militares. A Folha de S. Paulo evidenciou que o alinhamento do presidente com as Forças Armadas também pode ser visualizado na promessa de ampliar os armamentos, na ausência de cortes do Ministério da Defesa e na exclusão dos militares da reforma previdenciária. O periódico também destacou o elevado número de operações de garantia da lei e da ordem instituídas desde o início do atual governo, e afirmou que "em momentos de pressão, Bolsonaro costuma radicalizar o discurso na tentativa de fidelizar a sua base de apoio mais fiel e relaciona a democracia do país à vontade das Forças Armadas". Sobre este cenário, o professor Samuel Vida avaliou que há uma legitimação crescente de que as Forças Armadas são adequadas para solucionar crises, visão esta corroborada por Alcides Vaz que se referiu à visão dos militares como guardiões da pátria. Ainda segundo o jornal, nas eleições de 2020, aumentou em 39% o número de policiais e militares eleitos no país. Por fim, o periódico indicou que a previsão dos especialistas para um cenário em que Bolsonaro perca as eleições, é que as Forças Armadas "devem voltar aos seus deveres constitucionais". (Folha de S. Paulo - Poder - 01/03/21)

### **Analistas avaliaram contestação de Bolsonaro aos resultados eleitorais e seu risco à democracia**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a recorrente contestação das eleições brasileiras e seu método de votação pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, somada à militarização do governo e à flexibilização do acesso a armas alimentam a desconfiança sobre o risco de um golpe. A questão se intensificou após o episódio da invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump. Bolsonaro afirmou que se não houver voto impresso ou uma maneira de auditar o voto, haverá no Brasil em 2022 um "problema pior do que nos Estados Unidos". A antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz afirmou que a constante alusão do golpe de 1964 como um golpe democrático seria uma tentativa de criar outra narrativa. Apesar disso, a cientista política Joyce Luz afirmou que mesmo que haja um risco do alto comando das Forças Armadas apoiar um golpe, o pensamento dentro da instituição não é homogêneo em relação a uma ruptura democrática. Por sua vez, Alcides Costas Vaz, professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos em Política e Segurança Internacional (GEPsi) da Universidade de Brasília (UnB), as Forças Armadas

não têm a disposição para contestar o resultado das eleições. Para a Folha, a cientista política Rita Biason, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), afirmou que não haveria um apoio dos militares e do setor financeiro em uma possível tomada de poder por Bolsonaro. Por sua vez, o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho afirmou que caso os militares não apoiem Bolsonaro após uma eventual derrota, tentarão buscar espaço no governo eleito para manter as conquistas obtidas ao longo de seu mandato. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/03/2020)

### **Justiça autorizou a manutenção de nota publicada pelo governo Bolsonaro exaltando o golpe militar de 1964**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região (TRF-5) derrubou decisão da Justiça Federal do Rio Grande do Norte que determinava a exclusão da nota intitulada “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”, publicada no site do Ministério da Defesa e assinada pelo general Fernando Azevedo e Silva, ministro da pasta, e pelos três chefes das Forças Armadas. Além de autorizar a manutenção do comunicado, o TRF-5 também permitiu a publicação de anúncios comemorando o golpe de 1964 nos meios de comunicação, prática também proibida pela decisão derrubada. A nota descrevia o golpe de 64 como um “marco da democracia brasileira”, por supostamente ter protegido o país de uma ameaça socialista em meio à Guerra Fria. Segundo a Folha, a decisão do TRF em questão foi justificada por considerar que a nota “não ofende os postulados do Estado democrático de Direito e nem os valores constitucionais da separação dos Poderes ou da liberdade”, como afirmou o relator do processo, o juiz federal Rogério Fialho Moreira. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/03/21)

### **Editorial se manifestou contrário a vigência da Lei de Segurança Nacional**

Em editorial o jornal Folha de S. Paulo caracterizou a Lei de Segurança Nacional (LSN) como um “entulho autoritário”, ou seja, uma legislação herdada do regime militar (1964-1985). Neste sentido, a Folha destacou que grande parte da legislação do período foi substituída ou declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo fato de ter sido utilizada em raros momentos nos anos anteriores ao governo do presidente da República Jair Bolsonaro, acreditava-se que não seria necessário revogá-la e que ela “morreria de morte natural”. Contudo, segundo a Folha, durante o governo Bolsonaro, a LSN passou a ser utilizada de forma recorrente para enquadrar jornalistas, chargistas e críticos do governo. Além disso, a LSN também foi utilizada pelo STF no inquérito sobre as fake news, que resultou na prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro. No dia 17/03/21 cinco manifestantes foram detidos pela Polícia Militar do Distrito Federal sob a justificativa de infringência à Lei de Segurança Nacional, por terem estendido uma faixa com a mensagem “Bolsonaro Genocida”. Portanto, para a Folha, torna-se urgente extinguir a LSN, seja pela revogação sem a criação de outro instrumento legal ou com criação de uma outra legislação. De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, declarou que a Corte tem um “encontro marcado” com a Lei de Segurança Nacional. Em transmissão ao vivo, realizada no dia 20/03/21, Lewandowski afirmou que a LSN seria uma espécie de fantasma que tem vagado no judiciário e precisa ser “exorcizada”. O ministro Lewandowski afirmou que a LSN foi editada antes da Constituição Federal de 1988, que tem forte atenção aos direitos e garantias fundamentais, portanto, o STF deve analisar se esse “fóssil normativo” é constitucional. (Folha de S. Paulo - Opinião - 21/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/03/21)

### **Novos discursos de Bolsonaro geraram desconforto entre militares**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, os discursos do presidente da República Jair Bolsonaro têm gerado desconforto entre ele e a ala militar. Durante o domingo (21/03/21), o Bolsonaro esteve no Planalto acompanhando a manifestação de alguns de seus apoiadores. Diante do público, o presidente, de acordo com o jornal, disse: “Alguns tiranetes ou tiranos tolfhem a liberdade de muitos de vocês. Pode ter certeza, o nosso Exército é o verde oliva e é vocês também. Contem

com as Forças Armadas pela democracia e pela liberdade” - referindo-se aos governadores dos estados que estão adotando medidas de isolamento social para conter os avanços da pandemia. Devido à polêmica declaração, a Folha de S. Paulo disse que diversos militares que estão dentro e fora do governo se reuniram para discutirem sobre a fala de Bolsonaro e demonstraram discordância com o pensamento dele. O jornal lembrou de ação similar do presidente que teria ocorrido no ano de 2020, quando o presidente esteve em manifestações pró retomada do regime militar e levou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para sobrevoar uma delas. O jornal caracterizou como “atitude ambígua” o posicionamento de militares quando, ao mesmo tempo em que naquela ocasião as altas cúpulas das Forças Armadas emitiram duas notas para negar intentos golpistas, Azevedo apoiou o general Augusto Heleno, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quando este ameaçou “consequências imprevisíveis” para a possibilidade de apreensão do celular de Bolsonaro no curso da investigação de interferência do presidente na Polícia Federal. Além disso, a Folha retratou que a popularidade de Bolsonaro durante os meses de Auxílio Emergencial, tirou os militares dos holofotes políticos do país, mas a malfadada gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e as críticas feitas por membros das Forças Armadas à ação, fizeram com que eles ganhassem novamente notoriedade. Além disso, a Folha disse que ministros do Supremo conversaram com alguns membros do alto escalão das Forças Armadas, que negaram perigo de golpe militar. Esse clima de tensão se iniciou após as afirmações do presidente que tomaria “medidas duras” na pandemia, logo após insistir que tinha apoio militar para tanto. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/03/21)

### **Demissão de Azevedo e Silva aumentou rumores sobre aprofundamento da politização das Forças Armadas**

O periódico Folha de S. Paulo destacou o simbolismo da demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa ter ocorrido justamente na semana em que se rememora o golpe de 1964 que instaurou a ditadura civil militar no país, considerando a existência de “rumores” de que, neste ano, o presidente Jair Bolsonaro esperava uma nota com teor mais incisivo por parte da Defesa, o que não seria o perfil de Azevedo, conhecido por uma postura mais “conciliadora”. Em razão desta característica, a Folha, o Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo apontaram a preocupação entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com a demissão, já que Azevedo costumava ser “pivô entre Judiciário, governo e militares”. Mencionaram que o general possuía boa relação com a Corte, tendo trabalhado no gabinete do ministro Dias Toffoli antes de assumir a Defesa e mantinha “boa relação” com o presidente do STF, Luiz Fux. Neste sentido, apontaram que em mais de uma ocasião de ameaça de golpe, o próprio Azevedo acalmava o Supremo “nos bastidores” rechaçando esta possibilidade, o que aconteceu inclusive após sua demissão, ao indicar que seguia como general e que as Forças Armadas estão comprometidas com a “democracia e a Constituição”. À Folha, o jornalista Igor Gielow destacou que a tensão entre militares e Bolsonaro teria sido “arrefecida” pelos ganhos que as Forças Armadas obtiveram sob a gestão de Azevedo em questões previdenciárias, de cargos, soldos e investimentos, mas que sua missão de “equalizar” as tensões com o presidente não foi bem-sucedida. Para a jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna ao Estado, o desligamento do general representa um “basta” das Forças Armadas ao “desgoverno (...), delírios ideológicos e ameaças golpistas, (...) e de afundar o Brasil no cenário internacional”. A jornalista concordou com Gielow sobre os ganhos especialmente do Exército na gestão de Bolsonaro, mas declarou que o “bônus não compensa o ônus” de imagem. Este afastamento da imagem do presidente já era notório entre os comandos da Marinha e da Aeronáutica, destacou Cantanhêde. Para ela, o que é evidente é que Braga Netto encontrará um Ministério da Defesa altamente politizado, mas ainda não está evidente se assumirá o “jogo sujo” recusado por Azevedo. Os três periódicos deram destaque à nota emitida por Azevedo e Silva após sua demissão, em que agradeceu aos integrantes das três forças, declarou ter sido leal ao presidente e enfatizou que nos dois anos de seu mandato buscou preservar as “Forças Armadas como instituições de Estado”, sentença esta que, para os jornais, é indicativo das discordâncias entre presidente e general sobre a instrumentalização das Forças Armadas pelo governo. Apesar disso, destacaram que 10 dos 23 atuais ministros são militares. Braga Netto, então titular

da Casa Civil, foi substituído pelo também general da reserva Luiz Eduardo Ramos, que chefiava a Secretaria de Governo. Já o Estado noticiou que Braga Netto entrará em contato com os ministros do STF para tentar uma aproximação com a corte, após o presidente Jair Bolsonaro ter dito que não deseja mais confrontos com a mesma. Apesar disso, o jornal rememorou que um dos motivos da recente crise entre o alto comando das Forças Armadas e o presidente foi justamente a recusa do primeiro em defendê-lo em seus conflitos com o STF e os governadores. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

## ABRIL

### **Após Ministro da Defesa, comandantes das três forças foram demitidos**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que, após a demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica foram desligados de seus postos em primeira reunião com o general Walter Braga Netto, substituto de Azevedo. Segundo os periódicos, a demissão do comandante do Exército, Edson Leal Pujol, já era esperada em razão de divergências com o presidente Jair Bolsonaro quanto à politização da instituição. Conforme os jornais, a demissão não teria ocorrido até então por resistência do general Azevedo e Silva em fazê-lo. Os desligamentos dos comandantes da Aeronáutica e da Marinha, brigadeiro Antonio Carlos Moretti Bermudez e almirante Ilques Barbosa Júnior, respectivamente, eram esperados em solidariedade a Azevedo. Para um general entrevistado pelo Correio, o episódio inédito descartou a possibilidade de politização das Forças: “A avaliação é de que os generais devem deixar o recado claro ao governo de que nenhuma das três Forças vai apoiar ou se aventurar em medidas autoritárias e que as intenções do presidente não terão sucesso, caso ele insista”. Segundo a Folha, aliados de Bolsonaro no Congresso Nacional justificaram que as trocas do ministro da Defesa e dos três comandantes são naturais em qualquer governo e não ameaçam a democracia ou as instituições de Defesa. “Todo governo fez uma reavaliação após dois anos. É natural que ocorra numa pandemia, quando o governo tem que dar respostas rápidas e oportunas. O presidente tem a prerrogativa de fazer as trocas”, disse o deputado major Vitor Hugo, líder do PSL na Câmara dos Deputados. Para a Folha, Bolsonaro não entende o papel das Forças Armadas em uma democracia, e a demissão dos três comandantes evidencia “sua fraqueza quando tenta mostrar força além da conferida e limitada pela Constituição”. Ruy Castro, colunista da Folha, afirmou que o plano de Bolsonaro é “pazuellar” as Forças, ou seja, repetir com a instituição as humilhações, desacatos, afrontas e tentativas de controle vividas pelo ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e lembrou momentos em que o presidente invocou “meu exército” para sustentar discursos. Por sua vez, William Waack, em coluna para O Estado de S. Paulo, destacou que as demissões do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas destruíram o resto do respeito que os oficiais superiores tinham pelo presidente Jair Bolsonaro, pois não concordaram com a tentativa de politização das Forças Armadas pelo Executivo. Ademais, Waack afirmou que “se em algum momento Bolsonaro acreditou que tinha um Exército para chamar de ‘seu’, só um bom psiquiatra conseguiria explicar essa visão de mundo, pois, a partir da realidade dos fatos, o presidente jamais poderia ter feito essa afirmação”. O Estado também relatou que a intervenção do presidente Bolsonaro na cúpula das Forças Armadas elevou os ânimos nos quartéis. No intervalo entre a demissão e o anúncio dos novos comandantes, os oficiais-generais agiram em seus próprios quartéis para acalmar a tropa, como aconteceu em Boa Vista (Roraima), onde o comandante da Operação Acolhida, o general de divisão Antônio Manoel de Barros, fez um discurso para o contingente afirmando que compreendia que muitos poderiam estar “chateados” com a demissão dos comandantes, mas reforçou o papel das Forças Armadas como instituições de Estado que seguem o seu dever constitucional. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Correio Braziliense - Política - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)



### **Ao nomear novos comandantes das Forças Armadas, Bolsonaro optou por diálogo e evitou escalada da crise**

Conforme os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente Jair Bolsonaro evitou uma escalada na pior crise militar desde 1977 com a nomeação dos novos oficiais-generais para o comando das Forças Armadas, pois respeitou os critérios de antiguidade. O general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que dirigia o Departamento-Geral de Logística (DGP) do Exército, será o novo comandante da Força, substituindo o general Edson Leal Pujol, e a sua escolha foi o meio encontrado pelo Executivo para aliviar a tensão entre o governo federal e a caserna, após a demissão do general Fernando Azevedo e Silva do cargo de ministro da Defesa. Por sua vez, o novo comandante da Marinha será o almirante Almir Garnier dos Santos, ao passo que o comando da Força Aérea passa a ser do tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Segundo editorial do *Correio*, o presidente Bolsonaro acatou a recomendação dos militares para uma transição tranquila nos comandos das três Forças; e também destacou a nomeação do general Paulo Sérgio, já que este em entrevista ao *Correio* no dia 28/03/2021, defendeu o distanciamento social como medida utilizada para controlar as infecções pelo novo coronavírus no Exército, o que vai na contramão da narrativa construída pelo Planalto ao longo da pandemia. Por fim, durante a apresentação dos novos comandantes no dia 31/03/2021, o ministro da Defesa, general Braga Netto, leu uma declaração afirmando que “os militares não faltaram no passado e não faltarão sempre que o país precisar”, e complementou que as Forças Armadas “se mantêm fiéis às suas missões constitucionais de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e as liberdades democráticas”. Eliane Cantanhêde, em coluna para o *Estado*, comentou que “Bolsonaro cultiva o mandonismo, exige subserviência e vê inimigos por toda a parte. Até entre os militares que lhe são tão convenientes”, e que os dois anos de mandato confirmaram que quem manda de fato no governo é o presidente Jair Bolsonaro, e não os militares como se especulou em seu início. Segundo Cantanhêde, a demissão dos chefes das três Forças foi “ótima para os demitidos e para as Forças Armadas”, pois estabeleceu firmemente que elas são instituições de Estado, comprometidas com os seus deveres constitucionais. Ao mesmo tempo, a colonista avaliou que a crise militar foi péssima para Jair Bolsonaro, por não poder mais utilizar o Exército para ameaçar a democracia e as suas instituições. Seguindo uma linha de pensamento parecida, o general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho comentou para a *Folha* que as demissões de Azevedo e Silva e dos comandantes militares foram sinais de falta de respeito por parte de Jair Bolsonaro, e que ao tentar se aproximar o presidente acabou se distanciando dos militares. Ademais, o general da reserva considera que não há chance alguma do Exército embarcar em eventuais manobras autoritárias, e o recado deixado pelos militares demitidos confirma isso. Segundo o militar, sua geração de colegas foi forjada com o compromisso de se afastar da política e de profissionalizar as Forças Armadas, e está claro que as instituições são “fortes o suficiente para administrarem o governo democrático que foi estabelecido”. De acordo com o *Correio*, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, também comentou a crise ocorrida entre os militares e o governo. Para ele, a maior crise do tipo em quase 50 anos “ocorreu com a menor tensão possível”, devido à lealdade dos comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército ao general Fernando Azevedo e Silva. Além disso, para Onyx a troca do alto comando militar foi consequência natural da nomeação do general Walter Braga Netto para o Ministério da Defesa, porquanto é plausível ele ter liberdade de “estruturar o comando das Forças de acordo com a sua opinião, a sua visão”. O *Correio Braziliense* também ressaltou a análise feita pelo doutor em direito penal e econômico, professor Conrado Gontijo, de que a tentativa de politização das Forças Armadas por Bolsonaro poderia ser caracterizada como crime de responsabilidade e eventualmente resultar em um processo de impeachment. O professor ressaltou que as Forças Armadas “têm papel constitucional de servir ao Estado brasileiro, não a qualquer interesse político circunstancial”. (*Correio Braziliense – Política – 01/04/21; Correio Braziliense – Opinião – 01/04/21; Correio Braziliense - Política - 02/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21*)

## Ordem do Dia é alterada para celebrar o Golpe de 1964

Conforme os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, uma das primeiras ações do general Braga Netto à frente do Ministério da Defesa foi mudar o texto da ordem do dia alusiva ao Golpe Civil-Militar de 1964 que havia sido escrito pelo ex-ministro, Fernando Azevedo e Silva, celebrando o golpe como um marco histórico, o que não estava contido na primeira versão. Além do mais, no novo texto exaltou a ditadura como um pedido do povo, "os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964". Na contramão do governo federal, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram o tom festivo em relação à data, com destaque para Gilmar Mendes, que postou em suas redes sociais que "o dia 31/03 não comporta a exaltação de um golpe que lançou o país em anos de uma ditadura violenta e autoritária. Ao contrário: é momento de exaltar o valor da nossa democracia conquistada com suor e sangue. Viva o Estado de direito". De acordo a *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, as capitais brasileiras foram marcadas no dia 31/03/2021 por atos que celebravam o Golpe de 1964, ao passo que pediam uma nova intervenção militar no Brasil, entretanto, com o presidente Jair Bolsonaro no poder. Em São Paulo, por exemplo, a manifestação ocorreu em frente ao Comando Militar do Sudeste, e além dos pedidos de intervenção, os manifestantes gritavam palavras de ordem contra o comunismo, e muitos outros questionavam a eficácia das vacinas contra a covid-19 e defendiam o uso de medicamentos para o tratamento da doença, como ivermectina e hidroxicloroquina. A *Folha* ressaltou que o artigo 22 da Lei de Segurança Nacional qualifica como crime "fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social", já o artigo 23 da mesma lei, destaca que também é crime "incitar à subversão da ordem política ou social, à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis", podendo gerar pena de um a quatro anos de detenção. A *Folha* também relatou a opinião do general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho sobre o ato de Braga Netto. O general da reserva considerou inoportuna a defesa do golpe militar de 1964 por parte do governo, por reabrir "feridas que estão cicatrizando" e advogar por um evento que dividiu a sociedade brasileira. Para Francisco Mamede, "não era o momento adequado para se fazer referências, redigir notas, fazer manifestações em público sobre o que aconteceu no período." (*Correio Braziliense – Política – 01/04/21*; *Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21*; *Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21*; *O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21*)

## Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas I

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* abordou as demissões no Ministério da Defesa e na cúpula militar, que demonstraram "de forma abrupta e tensa, a intenção do presidente Jair Bolsonaro de mostrar que tem voz de comando na caserna", mas que seu desfecho indicou um posicionamento das Forças Armadas alinhado à Constituição e não com o atual governo. Nesse sentido, a missão do novo ministro, general Walter Braga Netto, seria a de pacificar os ânimos enquanto se mantém leal aos desígnios do presidente da República. Entrevistada pelo *Correio*, a professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart afirmou que Braga Netto se encaixa na "lógica de submissão, de correia de transmissão", buscada por Bolsonaro. Já a avaliação de militares ouvidos pelo jornal é a de que Braga Netto não deve promover mudanças bruscas, mas que qualquer tentativa de interferência política nas Forças Armadas poderia ser barrada pelos novos comandantes ou mesmo "rechaçada publicamente". Em sua coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Demétrio Magnoli partilhou de opinião semelhante, afirmando que os comandantes da ativa bateram "continência à Constituição" ao recusar o alinhamento político com Bolsonaro e com os generais que "lideraram uma volta ao passado", dentre eles os generais Eduardo Villas Bôas, Augusto Heleno e Hamilton Mourão. De acordo com o *Correio*, a demissão coletiva dos três comandantes demonstrou o choque das decisões de Bolsonaro com os interesses dos militares, de modo que, até o momento, os militares conseguiram impedir o avanço da política sobre os quartéis.



Segundo o Correio, Bolsonaro teria tentado cooptar apoio militar para propor um Estado de exceção. Sobre o assunto, em coluna opinativa para a Folha, a jornalista Cristina Serra apontou incoerências entre a suposta aversão das Forças Armadas pela política e episódios recentes da atuação dos militares – tais como a mensagem de Villas Bôas direcionada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, a celebração do golpe de 1964 e a própria presença dos militares em altos cargos no governo federal –, sendo assim "avalistas e fiadores, cúmplices e co-autores" das mortes em decorrência da pandemia da Covid-19. Serra disse ainda que os militares "tratam o povo como inimigo a ser derrotado, deixando-o morrer de doença e fome", e que esse "genocídio brasileiro" seria "crime de lesa-pátria". Já o advogado criminal e ex-presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004) Luís Francisco Carvalho Filho criticou, em coluna para a Folha, a fala de Bolsonaro em tratar o Exército como "seu", afirmando que esse "peculato político" pode ser visto como crime de responsabilidade. O jornalista Álvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a Folha, também criticou a fala do presidente, chamando-a de "delírio arrogante" e parte de um projeto "Um exército para chamar de meu", em que exigirá ser tratado pelos novos comandantes das Forças Armadas como "comandante-em-chefe das Forças Armadas". De acordo com o Correio, alguns militares afirmaram que o ano de 2022 será marcado por forte acirramento político e possível questionamento por parte de Bolsonaro dos resultados eleitorais. Contudo, em suas perspectivas, não existe espaço para apoio político por parte dos militares. Por sua vez, João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) afirmou que houve um estremecimento nas relações entre Bolsonaro e os militares, pois o presidente haveria "demitido de forma desonrosa", assim como fez com os ministros civis demitidos. Neste sentido, Martins Filho afirmou que os militares "apostaram todas as fichas no Bolsonaro, e estão vendo quem queria jogar com as Forças Armadas. Em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eliézer Rizzo de Oliveira afirmou que o Brasil estaria vivendo uma crise perigosa, a intervenção política nas Forças Armadas focada na sua instrumentalização, cuja responsabilidade seria integralmente do presidente Bolsonaro. Neste sentido, Bolsonaro teria ordenado ao general Edson Leal Pujol, ex-comandante do Exército, que se opusesse ao STF, após decisões que favoreceram o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, seu possível adversário em 2022. Ainda no O Estado, a colunista Sonia Racy declarou que, em conversa, o ex-ministro Antonio Delfim Netto afirmou que o Brasil não estaria correndo nenhum risco de golpe, alegando que "com a mudança radical de regras que Castello Branco promoveu (como primeiro presidente pós-64) um militar não pode ficar na ativa por mais de doze anos", não haveria tempo para "conchavos". Além disso, Delfim Netto declarou que a nova geração de militares foi disciplinada para respeitar a Constituição e garantir o seu cumprimento. (Correio Braziliense - Política - 03/04/21; Correio Braziliense - Política - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Blogs - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/04/21)

### **Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas II**

Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que a nota do general Fernando Azevedo e Silva e a entrega dos cargos dos comandantes militares significaram um fracasso da tentativa do presidente da República, Jair Bolsonaro, em "alinhar as Forças Armadas a seu projeto de poder" e um gesto de "sim à democracia", ao analisar que os novos comandantes estão alinhados com seus antecessores imediatos. Jungmann também afirmou que o uso do pronome possessivo "meu" para se referir ao Exército é uma tentativa de mobilizar os militares a seu favor, que, junto das massas, são as duas forças que possui para aprovar seu programa, e avaliou que eventuais apoiadores do presidente entre a suboficialidade não representam uma possibilidade de ruptura da hierarquia. Quanto ao crescente envolvimento dos militares na política, o ex-ministro indicou seu início na discussão do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), quando "foi feito um acordo que, pelo que relatam, não foi cumprido", desencadeando uma maior proeminência dos militares, a exemplo do tuíte em 2015 do então comandante do Exército, general Villas

Bôas. Jungmann afirmou que Villas Bôas "buscou se antecipar, e foi uma forma inadequada de se expressar", mas que não acredita na possibilidade de uma ruptura democrática caso o STF tivesse decidido a favor de Lula nem que os ministros tenham se dobrado a qualquer pressão. Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, o advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Miguel Reale Júnior criticou Bolsonaro pela tentativa de criação de "nichos de obediência" ao impor a lógica do quartel aos ministérios, citando como exemplo a nomeação de um general como ministro da Saúde e um coronel como secretário executivo da pasta, "imperando o que haviam aprendido na caserna: disciplina, ou seja, um manda e o outro obedece às ordens superiores, com submissão cega às determinações". O advogado também comentou a demissão do ministro da Defesa como reação às pressões políticas, e que o esforço do general Azevedo e Silva em preservar as Forças Armadas "como instituição de Estado" lhe renderam o apoio dos comandantes das três Armas. Reale Júnior encerrou afirmando que Bolsonaro não terá ainda mais poder para "confrontos e mobilização nacional com o 'seu' exército". (Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 03/04/21)

### **Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas III**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, a jornalista Flavia Lima afirmou que a tese de que os militares não se dobraram à política deve ser acolhida com bastante reflexão. Lima analisou as manchetes de diversos jornais no dia 30/03/21 e 31/03/21, após a demissão do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, destacando dentre elas O Estado de S. Paulo, que apontou que o "Ministro da Defesa caiu por recusar uso político das Forças Armadas", enquanto O Globo ressaltava: "Militares recusam adesão política, e Bolsonaro troca chefes das Forças". De outro lado, na Folha de S. Paulo, a discussão sobre o "uso político" dos militares foi destacada no editorial "Dever Cumprido", que abordava que o incentivo de Bolsonaro à "inadmissível politização dos quartéis", indicando que essa pretensão não encontraria eco no alto escalão. A colunista afirmou que os exemplos mencionados demonstram que os jornais aderiram à versão dos militares de que haveria uma recusa à politização imposta pelo presidente. Neste sentido, essa narrativa tem sido utilizada desde o início do governo Bolsonaro, apresentando os militares como "atores desinteressados", fora da política e compondo uma ala do governo capaz de conter os excessos de Bolsonaro. Seguindo essa linha, a justificativa para a saída dos comandantes das Forças teria sido a pressão de Bolsonaro, na tentativa de "alinhar as FA com a defesa política do governo". Contudo, os militares estão alinhados à Bolsonaro desde sua campanha eleitoral, portanto, a mudança não permite concluir que os militares recusaram a politização das Forças. Segundo Lima, o que parece é que os militares tentam se afastar da crise política e sanitária que o Brasil tem enfrentado. Desta forma, apenas as articulações para as eleições de 2022 e o olhar atento da imprensa demonstrarão se os militares estão ou não na política. De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o governo da Argentina tem optado por adotar um distanciamento estratégico em relação à troca no comando das Forças Armadas brasileiras. Segundo alguns setores diplomáticos a falta de declarações, pode estar associada à falta de afinidade ideológica entre os dois países e a tentativa de não piorar a relação. De acordo com O Estado, uma fonte do ministério das Relações Exteriores afirmou que o chanceler da Argentina, Felipe Solá, não interpreta a situação como preocupante. Em uma reunião, o chanceler teria dado a entender que analisou a situação como algo interno ao Brasil. Contudo, um embaixador argentino se mostrou surpreso com a falta de posicionamento da Argentina em relação à situação brasileira, pois no seu ponto de vista, isto seria algo preocupante. De outro lado, Patricio Gómez Talavera, professor e especialista em assuntos brasileiros da Universidade de Buenos Aires, afirmou que a instabilidade preocupa, mas ainda não teria sido entendida como algo prioritário. A estratégia argentina seria não opinar em assuntos internos para não prejudicar a relação bilateral. O professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho destacou que na manhã do dia 29/03/2021 os militares tinham sua imagem desgastada pela péssima gestão do general Eduardo Pazuello, como ministro da Saúde e no fim do dia, eram vistos como defensores da Constituição e da missão precípua das Forças Armadas, resistindo à um governo

que estaria tentando arrastá-las para a política. Contudo, no dia 30/03/2021, essa versão já se mostrava contraditória, após a nota do Ministério da Defesa, sob o comando do ministro Braga Netto. Em seu texto, Martins Filho declarou que a ideia de que os generais não se associam a governos estaria abalada desde o dia 31/05/2020, quando Bolsonaro e Azevedo e Silva embarcaram em um helicóptero militar para sobrevoar uma manifestação contrária ao STF e ao Congresso Nacional. Portanto, para Martins Filho, nesse momento em que a narrativa de que as Forças Armadas não se alinham à governos, seria importante rever os rumos dos militares antes das próximas eleições. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 04/04/2021)

### **Colunista comentou movimentações de Bolsonaro na troca dos comandantes das Forças**

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, Celso Rocha de Barros afirmou que a saída dos três comandantes das Forças Armadas foi uma forma de protesto contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, e que os atos mostraram ao povo brasileiro que Bolsonaro é, de fato, golpista. Apesar disso, Barros ponderou que o presidente não está almejando um golpe de Estado a curto prazo, mas que mesmo assim teve que demitir os comandantes, que provavelmente iriam se opor a tal ato. Por fim, Barros afirmou que o presidente tinha o objetivo de colocar comandantes golpistas no poder, mas falhou em suas escolhas, pois aparentemente os novos chefes das Forças Armadas se opõem à ideologia do presidente. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 05/04/21)

### **Supremo Tribunal Federal julgará ações protocoladas contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional**

A Folha de S. Paulo abordou as ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) que questionam a legalidade da aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN), criada durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O periódico destacou que a LSN vem sendo utilizada como argumento tanto da oposição ao presidente da República, Jair Bolsonaro, quanto por investigações de ataques ao STF e ao Congresso. De acordo com o jornal, no mês de março, quatro ações foram protocoladas na Corte a fim de questionar a compatibilidade da LSN com a Constituição de 1988, marco da redemocratização do país. Destas ações, duas movidas pelos partidos PTB e PSDB requerem anulação completa da lei. Outras duas, movidas pelos partidos PSB, PSOL, PT e PCdoB em conjunto, pediram que a lei fosse invalidada com parte de seus artigos limitados pelo STF. A Advocacia-Geral da União (AGU) requisitou em petição que as ações não sejam acolhidas pela Corte e que a lei seja considerada constitucional. O ministro do STF Gilmar Mendes concedeu 5 dias para que o Ministério da Justiça justifique a utilização da LSN contra críticos a Bolsonaro e que também o façam a Polícia Civil do Rio de Janeiro e as Polícias Militares do Distrito Federal e de Minas Gerais. Segundo o jornal, um dos desafios da Corte é manter a coerência de suas decisões, visto que esta utilizou artigos da LSN em julgamentos, a exemplo nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/04/21)

### **Congresso Nacional planeja substituir a Lei de Segurança Nacional, herança do regime militar**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, os líderes partidários dentro do Congresso Nacional planejam com urgência a substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) pela nova Lei do Estado Democrático de Direito. Aprovada em 1983, ainda durante o regime militar (1964-1985), a LSN abria brechas jurídicas para perseguições e; após a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que motivou ataques por parte do presidente da República Jair Bolsonaro; a substituição da lei ganhou uma nova urgência. Segundo o Correio, o abandono da nova lei seria para “evitar perseguições e ataques às liberdades, venha de onde vier”, indicando assim uma repreensão tanto do STF - que estaria tentando modular a lei que até o momento é alvo de quatro ações na corte - quanto ao presidente Bolsonaro - que também já foi acusado de usá-la para perseguir críticos de seu governo. Todos os partidos, até os mais bolsonaristas - especialmente após a prisão do deputado federal Daniel Lucio da Silveira pelo STF -, têm interesse em substituir a lei, porém, ainda há divergências sobre o formato exato da nova Lei do Estado Democrático de

Direito. Além disso, em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista José Roberto Guzzo criticou a manutenção do inquérito aberto contra o jornalista Oswaldo Eustáquio, pelo STF baseado na LSN. Segundo o colunista, Oswaldo Eustáquio foi detido no dia 18/12/20, em inquérito aberto pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, por supostamente ter “instigado uma parcela da população” e promover o antagonismo ao Congresso Nacional e ao STF. Contudo, Guzzo argumentou que é possível discordar das falas de Oswaldo Eustáquio e ainda assim, achar incorreta e ilegal a prisão do jornalista. A Folha destacou que especialistas consultados pelo periódico consentiram que a LSN é incompatível com um regime democrático e que o Congresso Nacional deve revisita-la, mas divergiram em determinados pontos críticos que precisam ser analisados com cautela e alertaram que “o novo texto pode trazer riscos e que é preciso um debate aberto à sociedade”. A Folha apontou que a nova lei poderá ser nomeada como Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito e seus termos seguem em discussão no plenário, podendo sofrer alterações. De acordo com O Estado de S. Paulo, um grupo de 70 entidades da sociedade civil divulgou um manifesto com críticas ao debate, “de forma açodada”, sobre a lei pelo Congresso. O documento – intitulado Pacto Pela Democracia – propõe a reformulação da LSN, mas sugere “participação e amplo debate” com a sociedade civil antes da votação de um novo marco legal. Segundo o jornal, assinam a nota conjunta a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Conectas Direitos Humanos, Fundação Tide Setúbal, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Igarapé, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), WWF Brasil, Oxfam Brasil, entre outras entidades e movimentos sociais. Segundo elas, há preocupação com a possibilidade de a reforma da LSN abrir caminho para a criminalização de movimentos sociais e correntes políticas. (Correio Braziliense - Política - 12/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/04/21)

### **Em livro, Eduardo Cunha, declarou que foi procurado pelo general Eduardo Villas Bôas meses antes do impeachment de Dilma Rousseff**

Conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, cassado, relatou em seu livro recém-lançado que se encontrou com o general Eduardo Villas Bôas em agosto de 2015, quando este era Comandante do Exército. Segundo o ex-deputado, o general o convidou à época para uma viagem à Amazônia, na qual manifestou preocupação com a “situação política” do país. Entrevistado pela Folha, Cunha negou ter sido procurado por militares para discutir o impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, afirmou que Villas Bôas lhe contatou para expressar sua preocupação e que naquele momento lhe contou que jantaria com o então vice-presidente da República Michel Temer “para estreitar relações e, ao mesmo tempo, conhecer suas ideias”. Conforme Cunha, naquele momento o impeachment já era cogitado por Temer. Cunha relatou também que Villas Bôas estava incomodado com os rumores de que o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva poderia assumir o Ministério da Defesa. Além disso, para Cunha, os militares que então trabalhavam próximos à Dilma atuavam como “fontes de informações para os comandantes”. “Ele demonstrava conhecer a rotina do palácio com uma desenvoltura que não seria possível sem fontes internas. [...] Dilma não sabia, mas era vigiada o tempo todo dentro do palácio”. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/21)

### **Colunista comentou estado atual da economia e instituições de Estado no Brasil**

Em uma coluna opinativa no jornal Correio Braziliense, o político Roberto Lúcio Rocha Brant criticou a situação atual vivenciada pelo Brasil. No texto, a conjuntura política, a pandemia e as perspectivas para o futuro e economia do país são tratadas com muito pessimismo. Em sua coluna Brant remontou a crise entre o presidente da República Jair Bolsonaro e as Forças Armadas ocorrida no fim de março de 2021, dizendo que a democracia “pareceu sob ameaça” por causa de um “impulso criativo” vindo do chefe do Executivo de reformar as lideranças do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Segundo o colunista, o Brasil reencenou “um tipo

de drama rotineiro na vida das acidentadas repúblicas da América Latina”, vindo o episódio também como uma “volta para o passado”. Para o político, a crise foi algo tão ímpar que pareceria uma “obra de ficção e não da realidade”. Porém, ele também completa que para a surpresa de muitos, as lideranças políticas nacionais vieram “a público para reafirmar que a democracia brasileira é inegociável” e que os militares não estão a serviço de qualquer governo, mas sim do Estado brasileiro. Por esse movimento inesperado em um contexto que remonta o passado, Brant completa que “a história nos pregou uma peça”. Por fim, após uma leitura das baixas expectativas de crescimento econômico, indicando uma recuperação lenta, o autor completa que o desenvolvimento da economia e melhor redistribuição de riqueza (algo consequentemente ligado à superação da pandemia) são essenciais para que a nação saia desse “risco de desordem”, onde para ele “a democracia não tem como sobreviver”. (Correio Braziliense - Brasil - 12/04/21)

### **Bolsonaro muda o tom e se refere às Forças Armadas como “suas”, e não mais “minhas” como havia feito anteriormente**

Conforme noticiou o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro usou o pronome possessivo “suas” para se referir às Forças Armadas, passando a ideia de que elas pertencem à população, em uma cerimônia militar na última quinta-feira, dia 15/04/21, mudando o tom anteriormente adotado ao falar “minhas Forças Armadas” e “nossas Forças Armadas”, referindo-se a elas como se fossem uma força militar pessoal, o que havia sido interpretado como uma tentativa de politização das FFAA e gerou fortes polêmicas. Além disso, Bolsonaro também declarou que não vai decretar lockdown nacional nem utilizar o Exército para “obrigar o povo a ficar em casa”. Ademais, a Folha também ressaltou que em frente ao Comando Militar do Sudeste, onde ocorreu a cerimônia, reuniram-se cerca de 100 manifestantes pedindo por “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, porém o presidente não falou com os apoiadores na saída como esperavam. (Folha de S. Paulo - Poder - 16/04/21)

### **Colunista apontou enfraquecimento de Bolsonaro após troca de comando das Forças Armadas**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas comentou sobre o enfraquecimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, após a substituição dos comandantes das Forças Armadas. De acordo com Freitas, o pedido de demissão conjunta dos comandantes tinha como objetivo demonstrar uma distância, ou ao menos uma fissura na relação entre o Exército e Bolsonaro. Além disso, Freitas destacou que após a aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo investigar a atuação do governo durante a pandemia, o presidente Bolsonaro teria voltado a fazer declarações antidemocráticas, a exemplo de: “O pessoal fala que eu tenho que tomar providências, eu estou aguardando o povo dar uma sinalização”. Neste ponto, Freitas mencionou que não houve repercussões em relação a essa afirmação. Por outro lado, lembrou que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, é um dos principais alvos do inquérito sobre o enfrentamento à pandemia. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 18/04/21)

### **Historiadora comentou sobre os desafios enfrentados pela frágil democracia brasileira**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, Maud Chirio, historiadora francesa especialista em história das Forças Armadas e da ditadura militar brasileiras e professora na Universidade Gustave Eiffel, analisou o sentimento de espanto do restante do mundo em relação ao Brasil governado pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo Chirio, desde o início do século XXI, o Brasil passou a ser visto como uma democracia consolidada. Contudo, havia sinais de contestação desse novo período, dentre eles: protestos de oficiais em relação à Comissão da Verdade, o aumento de candidaturas de militares às eleições e as intervenções de generais em situações políticas. A historiadora afirmou que tais episódios eram vistos como anacrônicos e não como sinais de que havia um projeto de poder almejado pelas Forças Armadas. Neste sentido, destacou que a eleição de Bolsonaro dificultou a manutenção dessa narrativa, por conta de seus discursos favoráveis ao regime militar, porém muitos entenderam o episódio como um “monstro político acidental”, incapaz de abalar uma democracia consolidada. Além disso, a presença da



chamada “ala militar” no governo era vista como um setor capaz de equilibrar e moderar a chamada “ala ideológica”. Ao passo que, para Chirio, isto demonstrava que a democracia brasileira estava fragilizada. Portanto, em sua visão, o Brasil não detém uma democracia sólida, e sim “sistema degradado e prisioneiro de suas Forças Armadas”. Na visão da historiadora, para reconstruir sua democracia, o Brasil deve desmilitarizar o poder e promover eleições livres. (Folha de S. Paulo - Opinião - 18/04/21)

### **General Edson Pujol, ex-comandante do Exército, afirmou que a corporação é fiel à Constituição**

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que em cerimônia do dia 19/04/2021 em alusão ao dia do Exército, que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o general Edson Pujol, em sua última aparição pública no posto de comandante do Exército, afirmou que a corporação permanecerá fiel aos preceitos constitucionais e aos princípios de legalidade. A Folha rememorou a crise militar ocorrida após a demissão do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, que cedeu lugar ao general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, e que desencadeou a troca dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O comando do Exército será assumido pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, descrito com perfil diferente de Pujol, sendo associado mais ao antecessor, general Eduardo Villas Bôas, o qual tem perfil bolsonarista e ocupa cargo no Palácio do Planalto desde 2019. Segundo O Estado, o presidente Bolsonaro agiu rápido para indicar novos nomes para o comando das Forças, tendo ajuda do novo ministro da Defesa. O jornal apurou que foi sugerido que o critério de antiguidade fosse privilegiado para as escolhas, embora os mais experientes em cada função não tenham sido nomeados. Para o comando do Exército, o general Paulo Sérgio não seria a primeira opção de Bolsonaro, mas o seu perfil “apaziguador”, sua habilidade no trato com os subordinados e um estilo “um manda, outro obedece” foram decisivos para a sua nomeação. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/21).

### **Em discurso, ministro da Defesa pediu união nacional e equilíbrio entre os três poderes**

De acordo com os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, afirmou que é preciso respeitar o processo democrático e a escolha da maioria dos brasileiros para conduzir o país. Além disso, Braga Netto destacou que o país “precisa estar unido contra qualquer tipo de iniciativa de desestabilização institucional que altere o equilíbrio entre os poderes e prejudique a prosperidade do Brasil”. O pronunciamento ocorreu na cerimônia de troca do comando do exército, quando assumiu o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Em meio ao desgaste político esperado com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 e a maior crise militar desde a redemocratização, o ministro afirmou que as Forças Armadas seguem prontas para garantir a liberdade e a democracia. Nas palavras de Braga Netto: “Neste período de intensa comoção e incertezas que colocam à prova a maturidade, a independência e a harmonia das instituições democráticas brasileiras, o Exército, a Marinha e Força Aérea mantém o foco em suas missões constitucionais, permanecendo sempre atentas à conjuntura nacional”. (Folha de S. Paulo - Poder - 21/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/04/21)

### **Colunista comentou as tentativas de uso político das Forças Armadas por Bolsonaro**

Em coluna para o jornal O Estado de S. Paulo, Sérgio Fausto, cientista político e diretor-geral da Fundação Fernando Henrique Cardoso, comentou as tentativas de uso político das Forças Armadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Primeiramente, Sérgio Fausto analisou o resultado da recente crise militar como motivo para “alívio e apreensão”, alívio pelo presidente ter seguido o critério de antiguidade para a indicação dos novos comandantes militares, evitando assim um aprofundamento da crise, e apreensão pelo fato do aparelhamento das Forças Armadas ser um objetivo do projeto político bolsonarista do qual Bolsonaro não abriu mão, principalmente porque a cooptação do Exército é essencial para que suas ameaças sejam levadas minimamente a sério. Como métodos de cooptação, o cientista político citou os cargos entregues a militares na administração pública, a ampliação do orçamento, melhoria dos soldos e o comparecimento



a formaturas, os quais criaram a ilusão nos militares que eles próprios controlariam o governo Bolsonaro. Porém, de acordo com Fausto, as Forças Armadas deixaram claro que não apoiarão um eventual golpe do presidente contra as instituições democráticas, mesmo assim o mero discurso de alinhamento dos militares com o governo serve para manter a sua imagem de "homem forte", essencial em um momento de crescente enfraquecimento político do governo. Além disso, Sérgio Fausto comentou as futuras eleições de 2022, elucidando que Bolsonaro pode utilizar a antipatia dos militares com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu potencial adversário, a seu favor. A rejeição dos militares, iniciada no governo Dilma Rousseff por conta da Comissão da Verdade e das interferências nas Forças Armadas, poderia empurrá-los para um maior alinhamento com o atual presidente. Por fim, Sérgio Fausto esclareceu a necessidade da manutenção das Forças Armadas como instituição de Estado para que a democracia seja preservada. (Folha de S. Paulo - Espaço Aberto - 23/04/21)

### **Periódico criticou discurso do novo ministro da Defesa**

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo criticou declarações do general da reserva Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa. O jornal afirmou que Braga Netto "entrou em área perigosa" durante a transmissão do comando do Exército no dia 20/04/21, quando disse que "é preciso respeitar o rito democrático e o projeto escolhido pela maioria dos brasileiros para conduzir os destinos do país", além de afirmar que as Forças Armadas estão "sempre atentas à conjuntura nacional" ao se referir às suas missões constitucionais. O editorial ressaltou que o Congresso e o Judiciário, bem como qualquer cidadão, possuem o direito e a legitimidade de criticar, contestar e investigar decisões do Executivo, bem como recorrer à Justiça contra autoridades, e que a "obrigação de aceitar o resultado das urnas" não dissipa tais direitos, ao contrário do que "transparece na confusão do general —cujo tom é autoritário". O periódico encerrou afirmando que as Forças Armadas de um país democrático são uma instituição de Estado, e exortou que o novo ministro "saiba privilegiar e dar materialidade à sua retórica mais virtuosa". (Folha de S. Paulo - Opinião - 24/04/21)

### **Cúpula militar rebateu afirmação de Bolsonaro sobre emprego do Exército contra medidas de isolamento social**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que é absurda a política de "lockdown, quarentena, fica em casa, toque de recolher" e que o Exército pode ir à rua para "acabar com essa covardia". Bolsonaro concedeu entrevista para a TV A Crítica durante visita a Manaus, em 23/04/21, e afirmou que se prepara para "um caos generalizado no Brasil pela fome", devido às medidas de combate à pandemia, e que pode decretar o emprego das Forças Armadas para cumprir o direito de ir e vir e reestabelecer a lei e a ordem, previstos nos artigos 5º e 142º da Constituição, respectivamente. Ainda segundo o periódico, o presidente afirmou que o plano de ação foi discutido com todos os seus ministros, incluindo o general Walter Braga Netto, da Defesa. Alguns militares da cúpula afirmaram à Folha, em consulta no dia 24/04/21, que Bolsonaro confunde conceitos e tem utilizado sua posição de comandante-em-chefe das Forças Armadas de maneira política. De outro lado, o jornal lembrou que, ao longo do ano de 2020, durante a crise institucional no governo, Bolsonaro participou de manifestações favoráveis ao fechamento dos demais Poderes e utilizou a imagem das Forças Armadas para apoiá-lo. O desgaste entre Bolsonaro e os militares teria diminuído, mas com o agravamento da pandemia, o presidente solicitou que o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, lhe garantisse mais apoio político das Forças. Contudo, o então comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, rechaçou a ideia. De acordo com a Folha, a rejeição ao apoio a Bolsonaro se deu pelo fato do Exército estar sob duras críticas pela gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Neste sentido, a falta de apoio resultou na demissão de Azevedo e na saída dos três comandantes das Forças. Ainda assim, segundo a Folha, os três novos comandantes indicaram que seguiriam o posicionamento dos seus antecessores, tranquilizando os militares. (Folha de S. Paulo - Poder - 24/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 25/04/21)

### **Roberto Brant comentou possível candidatura de Bolsonaro em 2022 como volta ao passado**

Em coluna publicada no periódico *Correio Braziliense*, o ex-ministro da Previdência e Assistência Social Roberto Lúcio Rocha Brant teceu comentários sobre os prospectos para as eleições presidenciais de 2022. Especificamente sobre uma possível candidatura de Jair Bolsonaro, esta representaria uma volta ao passado militarista e autoritário, nos moldes do regime militar (1964-1985) que “legou à sociedade civil recessão, inflação e insolvência do Estado”. (*Correio Braziliense - Política - 26/04/21*)

### **Novo comandante do Exército congelará publicações em seu perfil pessoal no Twitter**

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pretende se afastar de sua conta pessoal no Twitter, seguindo o modelo de seu antecessor, general Edson Leal Pujol, e suspender publicações na rede enquanto estiver à frente do Comando do Exército. O Estado destacou que, embora a manifestação político-partidária de militares da ativa seja vedada por regulamentos disciplinares e pelo Estatuto dos Militares, nos últimos anos a presença de militares em redes sociais tem trazido à tona a volta das Forças Armadas à política. Ademais, o jornal destacou que desde a manifestação no Twitter do general Eduardo Villas Bôas em 2018 sobre o julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi significativo o aumento de oficiais nas redes sociais: 31 generais e coronéis da ativa próximos à Villas-Bôas aderiram às redes e, muitos deles, realizaram campanha a favor de Bolsonaro nas eleições de 2018. O jornal resgatou apuração que havia realizado em 2019, na qual evidenciou-se que o novo comandante do Exército era um dos poucos militares que mantinham distância de assuntos político-partidários no ambiente virtual, seguindo normas de uso das redes sociais elaboradas por Pujol. De acordo com *O Estado*, a decisão do general não se trata apenas de cautela e que, oficialmente, o Exército alegou se tratar de política de comunicação que visa privilegiar canais oficiais da Força nas redes sociais. Em oposição, o periódico apontou para o crescente número de publicações em redes sociais em defesa do bolsonarismo pelo novo comandante da Força Aérea, o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, que quase dobraram entre 2019 e 2020. O recém-nomeado comandante na Marinha, almirante Almir Garnier, por sua vez, não dispõe de perfil em redes sociais. (*O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/21*)

### **Daniel Silveira virou réu após ataques ao Supremo Tribunal Federal**

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, transformou em réu o deputado federal Daniel Silveira no dia 28/04/21, denunciado após divulgar um vídeo defendendo o Ato Institucional no 5 (AI-5) e por promover discurso de ódio contra os membros do STF. Além disso, Silveira foi enquadrado pela Procuradoria-Geral da República na Lei de Segurança Nacional, uma vez que incitou a animosidade entre a Corte e as Forças Armadas. (*O Estado de S. Paulo - Política - 29/04/21*)

### **Em nota, presidente do Clube Militar conclamou poder executivo a “restabelecer a lei e a ordem”**

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Clube Militar, general da reserva Eduardo José Barbosa, divulgou uma nota defendendo o governo do presidente Jair Bolsonaro e atacando os outros poderes e a oposição. Segundo o general, o executivo é o único poder a cumprir a Constituição, e defendeu que ele utilizasse o artigo 142 para “restabelecer a lei e a ordem” voltando a utilizar as “algemas” nos “verdadeiros criminosos que estão a serviço do ‘poder das trevas’”. Para Barbosa, as “trevas” estão representadas no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de “bandido de estimação” dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que teriam encontrado “subterfúgios para anular” os processos contra o ex-presidente. Além disso, o general criticou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada no Senado, afirmando que o resultado dela será “culpar o presidente por aquilo que não o deixaram fazer”. Por fim, o presidente do Clube Militar declarou que “bastou a eleição de um presidente que acredita em Deus para que todo o inferno se levantasse contra

## MAIO

ele". Segundo o Estadão, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, havia se encontrado com militares da reserva antes da divulgação da nota, porém, ao questionar a pasta, o periódico não obteve resposta sobre quem eram esses militares. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/04/21)

### Militares da ativa praticam ativismo político em desobediência a legislação militar

Na última segunda-feira (03/05/21) o jornal Correio Braziliense divulgou os resultados de uma pesquisa que buscava tuítes políticos na rede social de 115 militares da ativa ligados ao general Eduardo Villas Bôas. De acordo com o periódico, em um período de dois anos (2018-2020) foram encontradas cerca de 3,4 mil publicações com posicionamento político nas redes sociais de 22 oficiais-generais - 19 generais, 2 almirantes e 2 brigadeiros. O conteúdo presente nas postagens está em grande maioria relacionados à demonstração de apoio ao Governo Federal, no entanto, há algumas poucas publicações que demonstram aversão as atitudes do presidente da República Jair Bolsonaro e seus familiares. Esse tipo de comportamento e exposição é proibida dentro das Forças Armadas, pelo Estatuto Militar e regimentos disciplinares e portarias das Forças. De acordo com o Ministério da Defesa existem também cartilhas que orientam e explicam os comportamentos permitidos nesse ambiente de relacionamento. Desde que a pandemia começou, o número de tuítes de militares da ativa com teor político aumentaram ainda mais, assim como as punições. De acordo com o periódico, a Marinha puniu em 2020, 20 militares por comportamento indevido em redes sociais. Segundo o cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira, este tipo de publicação viola as normas militares e deve ser controlada, pois "a aplicação das normas republicanas confronta o partido fardado, ao passo que a impunidade reforça a autonomia militar". Já para os antropólogos Celso Castro e Piero Leirner e as de cientistas políticos como José Murilo de Carvalho e Oliveiros S. Ferreira uma das questões centrais do debate é o conceito de "partido fardado" cunhado pelo cientista político francês Alain Rouquié. Para Oliveira, o "partido fardado" é uma ação antiga feita pelos militares para continuar influenciando o país nas tomadas de decisões através de um ativismo militar. De acordo com a pesquisadora Ana Penido, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes), o "partido fardado" é uma organização temporária que surge nos momentos de tensão interna nas Forças Armadas ou entre as instituições e o governo. Já o coronel da reserva Marcel Pimentel afirmou que a politização dos militares teve início na última década e que o "partido militar se coloca em um dos polos da política e cria o risco de divisões nas Forças, com a volta ao estado de indisciplina crônica, vivido nos quartéis antes de 1964". (Correio Braziliense – Apoio – 03/05/21)

### Bolsonaro voltou a personalizar as Forças Armadas em discurso

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, no dia 09/05/21, o presidente da República Jair Bolsonaro voltou a proferir declarações que personalizavam as Forças Armadas. Naquele dia, em Brasília, o mandatário aglomerou diversos apoiadores, sem o uso de máscaras, e partiu em uma caravana junto a motociclistas pelo centro da capital federal por cerca de uma hora, em homenagem ao Dia das Mães. A Folha ressaltou que tanto na partida quanto na chegada, o presidente esteve acompanhado de uma banda militar e que, enquanto discursava, estava ao lado do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. Tanto a Folha quanto o Correio ressaltaram que Bolsonaro disse que os militares não farão cumprir os decretos que impõem o isolamento social estabelecidos pelos governadores e prefeitos ao redor do Brasil. Ademais, segundo a Folha, Bolsonaro também ressaltou sua condição de "chefe supremo das Forças Armadas", voltou a usar a expressão "meu exército" para se referir às três Armas e chamou os motoqueiros de "nosso exército", enquanto era acompanhado pelo lema "eu autorizo" dos manifestantes, indicado pelo jornal como uma manifestação de apoio às ameaças de medidas autoritárias vindas do presidente. Com isso, a Folha ressaltou que a fala reforça uma politização nas Forças Armadas; relembrou a crise ocorrida no final de março, quando o presidente demitiu o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, desencadeando a maior crise militar desde a redemocratização; e falas passadas de Bolsonaro que ameaçavam o uso de militares para impedir as restrições à atividade econômica em prol do

distanciamento social. (Correio Braziliense - Política - 10/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 10/05/21)

### **Em discurso para militares, Bolsonaro condicionou a liberdade de um país à boa vontade dos militares**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro fez um discurso para os militares da Guarnição Militar de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, no qual afirmou que a liberdade “passa por vocês [militares]. Vocês decidem, como em qualquer país do mundo, como aquele povo vai viver”. Além disso, o presidente cogitou que militares sejam convocados para atuar contra as medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos para controlar a proliferação da covid-19, afirmando que “tenho certeza de que vocês agirão dentro das quatro linhas da Constituição, se necessário for. Espero que não seja necessário, que a gente parta pra (sic) normalidade. Estamos longe dela”. Para o colunista da Folha, Bruno Boghossian, o discurso representa uma tentativa de renovação da aliança entre o governo Bolsonaro e os militares, na intenção de que eles o ajudem a se manter no poder. Para tanto, o colunista afirmou que Bolsonaro oferece “poder e antipetismo” aos militares, por meio da distribuição de cargos no governo e da polarização com a esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), por ser esse um ponto de encontro entre a agenda do governo e as convicções ideológicas dos militares. Sobre o último ponto, Bolsonaro declarou: “Na política, estamos polarizados”, referindo-se ao PT, e que “Cada um pode fazer seu juízo de quem é o melhor ou quem é menos ruim. Mas eu duvido que [quem] fizer uma análise do que aconteceu no Brasil nos últimos 20 anos, eu duvido que essa pessoa erre no ano que vem.” Segundo Boghossian, o presidente já deixou claro que contestará o resultado das eleições em 2022 caso saia derrotado, e para isso quer contar com o apoio de seus colegas de farda. (Correio Braziliense - Política - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21)

### **Participação de general Eduardo Pazuello em ato político I: repercussões entre os militares e análises da imprensa**

Segundo os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no dia 23/05/21, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, junto ao ministro da Infraestrutura e militar da reserva, capitão Tarcísio Gomes de Freitas, participaram de um evento político, na cidade do Rio de Janeiro, com o presidente da República Jair Bolsonaro. O evento, além de aglomerar apoiadores de presidente, a maioria sem máscara, foi interpretado como um ato político. Segundo o Correio, Pazuello foi para prestigiar o presidente. Durante seu discurso, Bolsonaro voltou a personificar o Exército, chamando-o de “meu”, e mencionou que as Forças Armadas não imporiam as medidas de isolamento social de combate à covid-19. O presidente também discursou que os manifestantes eram o “nosso exército” e sugeriu uma possível candidatura de Freitas para o governo do estado de São Paulo em 2022, prometendo uma “limpeza” no estado. Os jornais repercutiram a presença de Pazuello no evento, a despeito de sua posição de general da ativa do Exército, além do não uso de máscara por parte do ex-ministro da Saúde. Segundo o Correio e a Folha, a presença de Pazuello potencializou a pressão para que o militar, um general de três estrelas que atualmente ocupa apenas uma função burocrática na força, entre para a reserva. De acordo com os periódicos, discussões sobre um possível afastamento de Pazuello da instituição não são novas, para o Correio e a Folha, desde que ele se tornou ministro da Saúde em 2020 - permanecendo na ativa mesmo enquanto no cargo - sua posição tem sido questionada. Porém, com as investigações contra o militar sendo abertas pela Polícia Federal e seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia - o qual contou com o acionamento do Exército pelo senador e presidente da CPI Omar Aziz para deliberar sobre o comparecimento ou não do militar -, a situação do ex-ministro ficou “inviável”. Em decorrência da participação de Pazuello no evento do Rio de Janeiro, o Exército poderia “dar sua cartada final”, visto que no Alto Comando teriam “acabado os protestos” a favor da manutenção de Pazuello na ativa, com tais militares classificando a ação do general como “descabida”, algo atestado por generais ouvidos pela Folha. Segundo o

Correio, há um esforço do Exército para dissociar sua imagem de vieses político, demonstrar apartidarismo e prevenir uma crise interna; já a impunidade de Pazuello seria interpretada como uma justificativa para que os quartéis se politizem, visão essa também compartilhada pelo Estado; e uma maneira de evitar futuros desgastes, caso o general volte a depor na CPI. De acordo com Regulamento Disciplinar do Exército, é considerado transgressão deixar de cumprir o Estatuto Militar (EM), o qual veda a manifestação pública de um militar da ativa sobre assuntos político-partidários sem que haja autorização, e, conforme a Folha, a transgressão nº 57 do Regulamento Disciplinar do Exército e o artigo 45 do EM são as principais infrações do general. As punições podem ser advertência, impedimento disciplinar, repreensão, detenção disciplinar, prisão disciplinar, licenciamento ou exclusão a bem da disciplina. Segundo as normas, cabe ao comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, questionar Pazuello, abrir o processo e, depois de julgado, aplicar a punição. O jornal Correio Braziliense não descartou a possibilidade de que o ex-ministro da Saúde peça por conta própria a transferência à reserva, já que aliviaria o atrito com Bolsonaro caso uma punição viesse unilateralmente do Exército. Mas, segundo interlocutores, Pazuello rejeitou esta possibilidade antes do fim da CPI da Pandemia, por considerar que ficaria fragilizado frente aos senadores como general reformado. Outra medida possível seria remeter o general para a reserva com data retroativa, de modo a evitar a punição; porém, o jornal avaliou que isso configuraria crime de falsificação de documento público. Na avaliação do Correio, o Exército encontra-se em uma “sinuca de bico”, pois a impunidade ou punições mais leves ao general seriam prejudiciais para sua imagem e um incentivo à politização e outras manifestações parecidas dentro da força; e, por outro lado, a tomada de medidas mais drásticas gerariam uma ruptura com o presidente Bolsonaro. Ademais, a Folha também relembrou o desenrolar do depoimento de Pazuello na CPI da Pandemia e a ascensão do general Walter Souza Braga Netto como ministro da Defesa depois da “maior crise militar em mais de quatro décadas” em março de 2021, o qual se mostra alinhado aos desejos de Bolsonaro em relação aos militares, visto que já esteve presente em palanques junto ao presidente e discursou “na mesma linha” que o mandatário. Finalmente, o Correio avaliou que caso Pazuello fosse para a reserva, a decisão seria publicada no dia 24/05/21 no Diário Oficial da União. Em editorial, o mesmo jornal ponderou que o Exército deve dar uma “resposta mais contundente ao desrespeito” de Pazuello e que a cobrança nos quartéis é por uma “punição exemplar”. Para o periódico, o general foi o que mais causou estrago à imagem das Forças Armadas desde que assumiu “um cargo civil, explicitou a incapacidade de gestão, a subserviência e o apego a mentiras”. A Folha, em editorial, classificou a ação de Pazuello como “inaudita” desde a consagração da Constituição de 1988, o que “foi demais para o elevadíssimo grau de confusão entre a caserna” e o governo Bolsonaro e, assim como o Correio, acredita que pode se deflagrar uma crise de hierarquia. Além disso, destacou a Folha: “Quem está investido das armas e da autoridade para defender a nação de agressões externas não disputa o poder político, do contrário o sistema degenera para a guerra civil ou a ditadura”; para o jornal, já bastou seu “desserviço” na gestão da pandemia. A Folha relembrou que o próprio Braga Netto havia feito algo semelhante a Pazuello, mas por ser da reserva, esteve livre de punições. O general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho, ouvido pelo jornal, afirmou que o caso é grave e seria difícil alegar que não houve transgressão; a questão, no entanto, estaria no grau da decisão que o comandante Oliveira tomaria, “leve” ou “branda”. Em entrevista ao Estado, o ex-ministro da Defesa do governo de Michel Temer, Raul Jungmann, declarou que a maior responsabilidade é do presidente e que o caso não poderia ser comparado ao que levou ao seu afastamento no governo Temer, na ocasião em que Mourão foi o transgressor. Em coluna ao mesmo jornal, a jornalista Eliane Cantanhêde também afirmou que Bolsonaro é o maior responsável pela presença de Pazuello no ato e que o general foi usado pelo presidente para “esfregar na cara das Forças Armadas quem manda e quem obedece, testar limites do novo ministro da Defesa e jogar o novo comandante do Exército contra a parede”. Cantanhêde relembrou que o processo pregresso do presidente por indisciplina continua “implodindo” as Forças Armadas. A jornalista destacou que, se não tomasse providências, Paulo Sérgio seria conivente com a “implosão”, portanto, sua “saída foi fazer, mas sem anunciar”. (Correio Braziliense - Política - 24/05/21; Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/05/21; Folha



de S. Paulo - Poder - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21)

### **Participação de general Eduardo Pazuello em ato político II: repercussões no meio político**

Segundo os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, a participação do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em um ato político na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23/05/21, junto ao presidente da República Jair Bolsonaro, repercutiu fortemente no meio político. Como reação ao evento, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramage, classificou-o como “memorável” em suas postagens em redes sociais. O evento foi duramente criticado por senadores que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, presidente e senador Osmar Aziz e pelo vice-presidente, senador Randolfe Rodrigues, para quem o ato de Pazuello “deu mais munição para a CPI da Covid”. Entrevistado pelo Correio, Rodrigues declarou que Pazuello deverá explicar à CPI sua postura no ato com Bolsonaro, ferindo as normas de conduta militar. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) afirmou incondizente a participação de Pazuello em tal ato, por ele ser um general de Divisão do Exército; o Partido dos Trabalhadores (PT) postou em suas redes sociais uma ilustração de Pazuello com o dizer “missão cumprida” junto ao número de mortos pela covid-19; e o presidente do partido Cidadania, Roberto Freire, também pediu pela punição do ex-ministro, dizendo que o gesto quebra a hierarquia militar e é caracteristicamente uma indisciplina e, assim, sua punição reforçaria que as Forças Armadas não são um instrumento político, além de também ter visto o evento como “um ato político de extrema-direita”. Conforme o periódico Correio Braziliense, foi protocolada uma representação contra o general Eduardo Pazuello no Ministério Público Militar, em razão de sua participação em um ato político. Deputados da oposição esperam que Pazuello seja penalizado por infringir regras disciplinares que orientam as Forças Armadas. O deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Marcelo Freixo declarou que se não houver penalidade, outros militares podem agir de forma similar. Freixo ainda ressaltou a gravidade da participação de um general da ativa em um evento de caráter político-eleitoral, visto que as Forças Armadas são instituições de Estado, que servem ao país e não a um governo. Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, o tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, considerou a ida do general Pazuello ao palanque de Jair Bolsonaro um caso de indisciplina. Para o ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), quanto mais alta a hierarquia do militar, maior a responsabilidade e mais grave a indisciplina. A ministra do STM, Maria Elizabeth Rocha, fez uma declaração semelhante, afirmando que “Não é possível que discursos político-partidários adentrem os quartéis, porque isso pode comprometer toda a cadeia de comando”. Em coluna opinativa para a Folha, o político, professor e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do PSOL, Guilherme Boulos, apontou que o Exército está no “fio da navalha” desde o início do governo Bolsonaro e que, além da quebra de hierarquia, o exemplo que o general deixa às patentes mais baixas é ainda pior. Para Boulos, as crises com a Alta Cúpula demonstram que Bolsonaro pretende se aproximar das patentes mais baixas e “dá gestos claros para a quebra de hierarquia”, o que faz do evento uma “encruzilhada” para o país, pois a ausência de punição implicaria na “politização bolsonarista da tropa”. A Folha destacou ainda que a presença de Pazuello no ato gerou incômodo no vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, para quem o ex-ministro deveria ser punido pelo Exército ou solicitar sua passagem para a reserva, mas que se trata de prerrogativa interna da força. Além disso, segundo a Folha e O Estado, Mourão acredita que Pazuello “cometeu um erro” e está arrependido, negando que haja politização nos quartéis. (Correio Braziliense - Política - 24/05/21; Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Correio Braziliense - Política - 27/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 27/05/21; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 28/05/21)

### **Participação de general Eduardo Pazuello em ato político III: Bolsonaro proibiu que o Exército e o Ministério da Defesa se manifestassem sobre punição**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro proibiu que o Exército e o Ministério da Defesa se



manifestassem publicamente em repreensão ao general da ativa e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, em razão de sua participação no ato político de Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro no dia 23/05/21. Ao tomar conhecimento que seria emitido um comunicado à imprensa informando que seria aberta uma apuração disciplinar contra Pazuello, Bolsonaro ligou para o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e o proibiu que o fizessem, cancelando o comunicado. De acordo com a Folha, o processo aberto “sob pressão” da alta cúpula visa apurar se Pazuello violou o Estatuto Militar e o Código de Disciplina do Exército, já que se tratava de evento de natureza política. De acordo com o Correio, fontes informaram que o presidente já advertiu que também não quer a aplicação de nenhuma punição ao general e, para o jornal, isto pode abrir nova crise entre a presidência da República e as Forças Armadas, a segunda neste ano. Segundo o Correio, alguns generais quatro estrelas já pediram a prisão de Pazuello em reunião do Alto Comando da Força, mas o comandante preferiu conversar com Braga Netto antes. A punição pode vir do comandante do Exército ou uma ação movida pelo Ministério Público Militar junto à Justiça Militar. Devido à determinação de Bolsonaro, o Ministério da Defesa e o Exército permanecem em silêncio acerca da eventual punição ao general. A interferência do presidente da República torna-se cada vez mais palpável, e Bolsonaro garante utilizar o poder do cargo para evitar qualquer penalidade ao general, o que segundo os jornais incomoda o Alto Comando do Exército. Na avaliação dos periódicos, a convocação de Pazuello à CPI da Pandemia e a proximidade com o governo deteriora a imagem das corporações militares, para mais, alguns militares do alto escalão relatam sobre o risco do rompimento das Forças Armadas com o governo. O Estado apontou que a ordem de silêncio dada por Bolsonaro a Braga Netto veio enquanto estava em Quito, no Equador, e o presidente também ficou contrariado com Mourão que se manifestou favorável a uma punição do general Pazuello. O Estado lembrou que Mourão havia sofrido sanções por manifestações públicas sobre política enquanto estava na ativa durante os governos dos ex-presidentes da República Dilma Rousseff e Michel Temer. (Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21)

#### **Participação de general Eduardo Pazuello em ato político IV: general apresentou sua defesa**

Segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em defesa enviada ao Comando do Exército, afirmou que não participou de um ato político-partidário. De acordo com o general da ativa, ele foi convidado para um passeio de moto pelo presidente da República Jair Bolsonaro e foi surpreendido com o pedido para subir no carro de som onde o mesmo estava. Além disso, Pazuello ressaltou que não é filiado a nenhum partido e que o país não está em período eleitoral. O periódico Correio Braziliense destacou a alegação de que Pazuello agiu de acordo com a “honra pessoal”, presente no o artigo 6 do Regimento Disciplinar do Exército. Nesse artigo, denota-se que a aplicação do regimento da corporação deve considerar a “honra pessoal: sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o militar, perante seus superiores, pares e subordinados”. Pazuello argumentou que estava com o comandante em chefe das Forças Armadas, o próprio presidente da República, e que não faria uma desfeita em sua presença. Com esses argumentos o ex-ministro elaborou sua defesa, porém dificilmente será completamente aceita pelo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, responsável por decidir qual será a punição de Pazuello. Segundo a Folha, alguns militares do Alto Comando do Exército veem a necessidade tanto de punição quanto de afastamento do general para a reserva. Contudo, ambas as ações têm percalços que impedem a sua completa execução. A decisão de ir para a reserva deve partir de Pazuello, que se nega a tomá-la pelo menos até 2022, pois, em sua visão, isso seria uma demonstração de fraqueza diante da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, que o convocou para depor novamente depois de sua participação no ato político com Bolsonaro. Já no caso da punição, a Folha apontou que o general Paulo Sérgio está sofrendo pressão direta do presidente para não punir seu ex-ministro. No caso de uma punição grave, Bolsonaro ameaça simplesmente anulá-la, forçando o comandante do Exército a se demitir, o que abriria a segunda crise militar em menos de dois meses. Ao mesmo tempo, os militares do Alto Comando temem que a impunidade ou uma punição branda abram uma brecha para que oficiais de baixa patente

participem de atos políticos impunemente, minando a hierarquia da instituição. Como uma possível forma de contornar essa situação, que estaria sendo buscada pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, o Estado ressaltou a possibilidade de utilizar a "repreensão" como punição, um meio termo entre a sanção mais branda e mais pesada. Nesse caso, uma forte censura escrita pelo comandante é publicada no boletim interno da caserna, tornando-a pública e manchando a imagem do militar em questão, especialmente se for de alta patente. (Correio Braziliense - Política - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21)

## JUNHO

### **Participação de Pazuello em ato político I: jornais avaliaram qual seria a punição aplicada ao general**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abordaram a intenção do general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de apresentar defesa oral ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, em razão de sua participação no ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 23/05/21. De acordo com o Correio, Pazuello se encontraria com o comandante do Exército em 10/06/21 para se defender oralmente. Conforme havia sido indicado, Pazuello preferiria se defender desta forma, mesmo já tendo feito por escrito através de formulário de apuração 72 horas após a notificação. Em conformidade com o regimento interno do Exército, após este prazo, inicia-se um novo de oito dias úteis para audiência oral. Em reportagem, a Folha de S. Paulo apurou junto a militares próximos do general Paulo Sérgio que o fato dele ter entregue o formulário a Pazuello "denota a gravidade do episódio", e que o comandante já havia manifestado "incômodo, inconformismo e insatisfação" com a situação. Ainda segundo a Folha, apesar de Bolsonaro, seus filhos e seus auxiliares terem caracterizado reiteradamente o ato como "retrato de força política" e "demonstração gigantesca de apoio popular", a defesa formulada por Pazuello no relatório argumentou que a atividade "não teve nenhum viés político". O Correio destacou que a oitiva presencial está de acordo com o regulamento de apuração, sendo prerrogativa do comandante da força convocar o investigado após a apresentação da defesa por escrito e, portanto, Paulo Sérgio pode requisitar demais esclarecimentos a Pazuello. O jornal destacou que, conforme oficiais da força, o general Paulo Sérgio poderia optar por não tornar pública sua deliberação sobre o caso, a fim de não expor Pazuello. Além disso, tem sido aconselhado a não optar pela prisão disciplinar, a punição mais severa, para que não deflagre nova crise com o governo. O Correio apontou que a defesa por escrito chegou ao Comando do Exército em envelope lacrado, enquanto o comandante acompanhava Bolsonaro em visita à Amazônia, ao lado dos generais da reserva e ministros da Defesa, Walter Braga Netto, e da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na qual "fez afago aos militares" dizendo que os "respeita". Posteriormente, em transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro defendeu Pazuello e disse que "não deseja ver o 'nosso gordinho' punido". Segundo O Estado de S. Paulo, oficiais do Exército avaliaram que a convocação presencial de Pazuello poderia acontecer após sua defesa por escrito "não ter convencido". Além disso, conforme regimento, o comandante teria até o dia 07/06/21 para se manifestar e Pazuello teria mais dez dias úteis para recorrer. Conforme oficial ouvido pelo Estado, o simples fato de ser investigado já é grave e qualquer punição, leve ou severa, será "desabonadora". O Estado lembrou ainda o posicionamento de generais da reserva de que "uma intervenção política do Palácio do Planalto, com mudança de uma eventual punição a Pazuello, poderá desautorizar o comandante e provocar sua renúncia". (Correio Braziliense - Poder - 29/05/21; Correio Braziliense - Poder - 01/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/06/21)

### **Participação de Pazuello em ato político II: Bolsonaro pediu ao comandante do Exército para não punir o general**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria pedido ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que não puna o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ter participado de ato favorável ao presidente no dia 23/05/21. Segundo a Folha, o pedido de Bolsonaro pode agravar a crise latente

entre a Presidência e o Exército. Além disso, a participação de Pazuello teria desagradado o Alto Comando do Exército, composto por 15 generais quatro estrelas e comandado por Paulo Sérgio, e a cúpula defendeu a punição de Pazuello, pois o regimento militar veda manifestações políticas à militares. Para a Folha, a movimentação de Pazuello para a reserva, manobra que já foi cogitada algumas vezes, neste episódio é vista como insuficiente pelos generais. De outro lado, segundo generais ouvidos pela Folha, Pazuello argumentou em sua linha de defesa destinada ao Exército que não poderia ser punido porque estava apoiando o cidadão Bolsonaro, não o presidente da República em um ato político. Além disso, afirmou que o fato de Bolsonaro não ser filiado a nenhum partido retirou o caráter político do evento. De acordo com a Folha, pessoas próximas ao comandante do Exército apontaram a dificuldade da decisão sobre punir ou não Pazuello, uma vez que a remissão poderia politizar as Forças Armadas. No sentido contrário, caso puna o general Pazuello, dificilmente o comandante do Exército conseguirá seguir no cargo, resultando em uma segunda crise militar em um curto intervalo de tempo. Por sua vez, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou ser favorável à punição de Pazuello por indisciplina. Em editorial, a Folha avaliou ser "um expediente falacioso" e "um escárnio" a afirmação de que o ato protagonizado por Pazuello e Bolsonaro não teve caráter político. O texto destacou que "o chefe de Estado está em campanha aberta pela reeleição" devido a pressões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), além da perda de popularidade, e que a presença do general da ativa nesse ato "não pode ter sua gravidade subestimada", pois seria "lastimável" e criaria "um precedente perigoso". Em coluna para a Folha, o jornalista Hélio Schwartzman afirmou que "vingança" após quase ter sido expulso do Exército em 1986 é a melhor explicação para a situação que Bolsonaro colocou a instituição após todas as crises no seu governo. Schwartzman destacou que os intensos esforços de relações públicas do Exército para afirmar seu comprometimento com a democracia não são compatíveis com o "apoio ostensivo que militares da ativa dão a um político autoritário", e que a decisão do comandante do Exército sobre punir Pazuello severamente ou temporizar e punir apenas simbolicamente, talvez pudesse ter sido evitada "se, lá atrás, os oficiais não tivessem temporizado ao punir Bolsonaro". (Folha de S. Paulo - Opinião - 29/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21)

### **Participação de Pazuello em ato político III: postura do ministro da Defesa é questionada e ministros do STF temem fraqueza**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que anteriormente possuía uma postura discreta, mudou seu comportamento quando saiu da Casa Civil do governo do presidente Jair Bolsonaro, para assumir o Ministério da Defesa, aproximando mais a pasta da política. Segundo a Folha, o comportamento adotado por Braga Netto tem gerado divergências entre militares de gerações diferentes. Por um lado, os mais novos estariam enxergando a proximidade do ministro da Defesa com a política com desconforto. Já os mais velhos não estariam entendendo o posicionamento de Braga Netto como um motivo de preocupação. Além disso, a Folha destacou que Braga Netto tem feito discursos a civis, declarando que as Forças Armadas estão prontas para defender a Constituição. Tais declarações se aproximam do discurso adotado por Bolsonaro sobre a possibilidade de uma ruptura institucional. Por outro lado, em coluna para O Estado de S. Paulo, a jornalista Vera Rosa identificou a preocupação entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de que Braga Netto tenha se tornado "um novo Pazuello", assumindo um perfil político para fazer tudo o que o presidente quer. O temor é que, diante do arquivamento do processo contra Pazuello por sua presença no ato político com o presidente, em 23/05/21, e uma possível politização da tropa, Braga Netto não tenha pulso para segurar tais manifestações. De acordo O Estado, em 14/05/21, um sargento participou de transmissão ao vivo do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO) e a divulgação deste fato ampliou a tensão sobre o caso do general Pazuello. O major Vitor Hugo, antigo integrante das Forças Especiais do Exército e ex-líder bolsonarista no Congresso Nacional, deu espaço para as reclamações públicas do sargento, que convocou seus colegas para participarem do movimento reivindicatório. O Exército informou ao Estado que foi aberta uma sindicância para apuração dos fatos, sendo que militares escutados pelo jornal declararam que a participação do sargento Luan Rocha foi um desrespeito a toda cadeia de comando. Rocha é 3.º sargento de Material Bélico da ativa e trabalha na Companhia de Comando da 15.ª Brigada

de Infantaria Mecanizada. O Regulamento Disciplinar veda o militar da ativa de participar de atos político-partidários. O ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, expôs sua preocupação com o caso de Pazuello, “como punir um sargento, se o general não for punido? Se aceitar isso, acaba a disciplina nas Forças Armadas”, externou o militar. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21; O Estado de S. Paulo – Política – 03/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

#### **Participação de Pazuello em ato político IV: comandante do Exército livrou o general de punição**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, decidiu não punir o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, em razão de sua participação em ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, em 23/05/21. Segundo a nota que anunciou o desfecho do caso, “não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar” naquilo que foi referido como um “evento” e não como um ato político-partidário. Para tomar esta decisão, o general Paulo Sérgio acatou os argumentos apresentados na defesa de Pazuello, realizada por escrito e oralmente. Conforme defendido pelo ex-ministro, a manifestação não teve caráter político-partidário, uma vez que o presidente da República não está filiado a nenhum partido político no momento e por não estarmos em período de eleição. Porém, os jornais apontaram que o Regulamento Disciplinar do Exército e o Estatuto dos Militares são categóricos em afirmar que a participação em manifestações desse tipo é terminantemente proibida, independente do momento. Por isso, os jornais avaliaram que o comandante do Exército não aceitou os argumentos de Pazuello de bom grado, tendo-o feito por pressão do presidente Bolsonaro, comandante em chefe das Forças Armadas, que ameaçava anular uma eventual punição e deflagrar uma nova crise com as forças, forçando a renúncia de Paulo Sérgio. Contudo, os periódicos apontaram que a decisão do comandante do Exército não foi uma deliberação unânime do Alto Comando do Exército e de outros militares, os quais não tinham poder de decisão nesse caso, mas poderiam emitir opiniões ao comandante da força. A maior parte dos generais de quatro estrelas que compõem o Alto Comando defendia algum tipo de punição, que varia desde a advertência oral até a prisão por 30 dias. O encarceramento era defendido por poucos, por conta da pressão do presidente; porém acreditavam que alguma forma de sanção intermediária deveria ser aplicada, ou ao menos a advertência oral. Segundo os jornais, a necessidade de punição se impunha justamente pelo precedente perigosíssimo que seria aberto no caso contrário: a anarquia e a insubordinação poderiam se generalizar nas baixas patentes do Exército, fortemente bolsonarista, que poderiam utilizar a impunidade para apoiarem publicamente candidatos políticos, em especial os que pleiteiam a presidência em 2022. E é justamente isso que não só os militares, como membros da sociedade em geral, temem que vá acontecer como consequência da decisão do comandante do Exército. O desdobramento desta deliberação para as baixas patentes poderá ser visto no próximo caso a ser julgado, o de um sargento da ativa que reclamou sobre a remuneração em uma transmissão ao vivo do deputado federal major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo no Congresso Nacional. Apesar do descontentamento, membros das Forças Armadas evitam comentar o assunto ou questionar a decisão, por respeito à hierarquia e à inquestionabilidade da ordem de um superior. (Correio Braziliense - Política - 04/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

#### **Participação de Pazuello em ato político V: repercussões sobre a decisão do comandante do Exército de não punir o general**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo relataram a repercussão da decisão do comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, de arquivar, sob pressão do presidente Jair Bolsonaro, o processo contra o general Eduardo Pazuello por sua presença em ato político com o presidente, em 23/05/21. Deputados ouvidos pela Folha de S. Paulo - Rodrigo Maia (DEM-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Kim Kataguirí (DEM-SP), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Ivan Valente (PSOL-SP), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Alexandre Padilha (PT-SP) - concordaram que a decisão é uma mancha à imagem do

Exército e uma sinalização ruim à sociedade. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), proponente de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que veda aos militares da ativa a ocupação de cargo de natureza civil na administração pública, disse ao periódico que vai intensificar os esforços junto a parlamentares para conseguir apoio para a PEC, acrescentando que "é muito ruim que o Exército esteja passando para a sociedade uma opinião de que não há separação entre Forças Armadas e governo. É ruim essa sinalização". O presidente do PSD, Gilberto Kassab, afirmou ao jornal que a "situação chegou a um nível temerário" e que "nenhum país pode prescindir de regras nas Forças Armadas".

Ciro Gomes, candidato à presidência em 2018 pelo PDT, chamou a atenção que "ao render-se às pressões de um presidente inconformado com a ordem constitucional, o Alto Comando preferiu se preservar a preservar o Exército". Na mesma linha, os ex-ministros da Defesa ouvidos pelo Estado, Aldo Rebelo e Raul Jungmann, afirmaram que a ausência de uma punição ao general pode ter efeitos na disciplina e na honra das Forças Armadas. O jornal afirmou também que ministros do STF lamentaram a decisão, alegando que uma reputação é difícil de ser construída e poucos erros podem derrubá-la. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, chamou a atenção, conforme relato do Correio e do Estado, para o fato de que "a partidarização das Forças Armadas ameaça a democracia e abre espaço para a anarquia nos quartéis", exigindo respostas firmes das instituições. Os colunistas da Folha, Bruno Boghossian, Igor Gielow e Reinaldo Azevedo, concordaram que o Exército demonstra fraqueza e subserviência ao presidente Bolsonaro. No entanto, os colunistas do Estado, Marcelo Godoy e Vera Rosa, notaram que a indisciplina da tropa, alimentada pela não punição ao general e pela politização dos quartéis, pode ser mais do que o atual ministro da Defesa, general Braga Netto, consegue controlar. No Senado, parlamentares ouvidos pelo Correio e pelo Estado evitaram avaliar a decisão do comandante do Exército. Segundo a leitura de um grupo de oposição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, é necessário evitar "esticar a corda" e, com isso, "fazer o jogo" do presidente da República. Para o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), a "decisão do Exército é interna e administrativa". Já o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou torcer para que a decisão do Exército seja apenas um "recuo" momentâneo na guerra em defesa da democracia e contra os "golpistas e inimigos da Constituição".

Generais da ativa ouvidos pelo Estado afirmaram que o Alto Comando do Exército tem ciência de que a decisão não foi bem recebida e que gerou desgaste à instituição, mas consideraram que a decisão não desestabiliza o Exército e que, por outro lado, uma punição a Pazuella seria como uma reprimenda ao presidente Bolsonaro. Entretanto, o general Paulo Chagas, combatente de cavalaria e já reformado, afirmou ao jornal que o desfecho do caso Pazuella ameaça a disciplina e que o comandante Paulo Sérgio colocou sua autoridade em risco. O Estado relatou que a decisão já era esperada por pessoas próximas ao general Pazuella, como uma decisão "técnica". E o presidente Jair Bolsonaro negou que haja qualquer interferência nas decisões sobre punições nas Forças Armadas. Em transmissão ao vivo relatada pelos jornais, num diálogo com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, o presidente Bolsonaro afirmou que a decisão "é do chefe imediato dele ou do comandante da unidade. E a disciplina só existe porque nosso código disciplinar é bastante rígido". (Correio Braziliense - Política - 04/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

### **Absolvição de general Pazuella I: contextualização**

Em reportagem, o jornal Folha de S. Paulo detalhou o recente impasse gerado entre o Exército e a presidência da República a respeito da punição do general Eduardo Pazuella, ex-ministro da Saúde e general da ativa, que participou de ato político no Rio de Janeiro no dia 23/05/21 ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Apesar de constituir crime um militar da ativa participar de eventos político-partidários, o Exército livrou Pazuella de quaisquer punições em anúncio no dia 03/06/21. Pazuella é general de três estrelas e responsável por logística militar; em 2020, abandonou seu posto como comandante da 12ª Região Militar para assumir o cargo de ministro da Saúde, o qual ocupou até março de 2021. Desde o dia 01/06/21, o militar mantém um cargo como secretário de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à presidência da República. Em defesa, Pazuella alegou estar ao lado do cidadão Bolsonaro, e não do presidente da República, e ainda afirmou que a não filiação de Bolsonaro a



partidos políticos é suficiente para desconsiderar o evento como um ato político. Alguns dias após o episódio, Bolsonaro se encontrou com o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, da mais alta patente. Em março de 2021, quando os três comandantes das Forças Armadas foram exonerados devido a discordâncias com Bolsonaro, Oliveira conseguiu ascender como comandante do Exército, obtendo então competência para julgar crimes como o cometido por Pazuello. No encontro, o presidente disse que não queria que Pazuello fosse punido. No dia 03/06/21, o novo comandante do Exército cedeu, culminando no arquivamento do processo sob a justificativa de que não houve "prática de transgressão disciplinar por parte do general Pazuello". Sobre o ato de Pazuello, o vice-presidente da República, Antônio Hamilton Mourão, indicou a punição do colega militar, sugerindo que o ex-ministro solicitasse transferência para a reserva. Mourão afirmou que a punição evitaria "que a anarquia se instaure dentro das Forças Armadas". Após a decisão de Oliveira de livrar Pazuello, Mourão decidiu não comentar o assunto com a Folha. O Alto-Comando do Exército é composto por 15 oficiais de quatro estrelas no topo da carreira militar. Apesar de não ter voz na punição de Pazuello, o corpo foi consultado por Oliveira no dia 02/06/21 – apesar do comandante já estar com a decisão tomada desde o dia 30/06/21. Inicialmente, a maioria dos oficiais defenderam que Pazuello fosse punido pela "evidente transgressão disciplinar", com sugestões desde punições mais leves até as mais severas. Contudo, de acordo com O Estado de S. Paulo, pesou o argumento de impedir o escalonamento da crise, e que Pazuello teria sido chamado pelo presidente da República a subir no palanque, sendo o ato então de responsabilidade do comandante supremo das Forças Armadas. Por fim, a reportagem apontou que a decisão de Oliveira foi firmada apesar da falta de unanimidade, mas ainda assim foi respaldada pelo Alto Comando do Exército, de modo a preservar a disciplina: "não foi nem será contestada pela cúpula verde-oliva". O Estado também destacou que a decisão destoa do histórico de punições da Força, em processos administrativos para apurar "transgressões de natureza político-partidária". Dentre os casos, o periódico destacou o processo do próprio presidente da República, preso na década de 1980 após publicar um artigo em protesto ao salário das tropas, e o caso mais recente, do terceiro sargento da Marinha Michel Uchiha, colocado em prisão disciplinar na Escola Naval do Rio de Janeiro por criticar Bolsonaro nas redes sociais. Além destes personagens, o general Walter Braga Netto, atual ministro da Defesa, apoiou o ex-ministro da Saúde, algo tido pelo jornal como central no desenrolar da situação. De mesmo modo, o general Luiz Eduardo Ramos, atual chefe da Casa Civil, se manteve na defesa de Pazuello respaldado por um grupo de militares ligados à presidência. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/06/21)

### **Absolvição de general Pazuello II: repercussão entre militares e políticos**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo Carlos Alberto dos Santos Cruz criticou a absolvição do general Eduardo Pazuello, classificando-a como um "péssimo exemplo para o Brasil", um "ataque frontal à disciplina e à hierarquia" das forças armadas e uma "desmoralização para todos nós". Santos Cruz afirmou que a decisão se trata de mais um movimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, para enfraquecer as instituições, e que a "união de todos os militares com seus comandantes continua sendo a grande arma para não deixar a política partidária, a politicagem e o populismo entrarem nos quartéis". Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a ingerência de Bolsonaro nas forças armadas tem sido cada vez maior. A não punição de Pazuello, determinada pelo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, confirmou a resistência do presidente quanto a qualquer punição para Pazuello. Com a resposta negativa ao reconhecimento da transgressão, militares realizaram "um contorcionismo retórico" ou evitaram comentar a decisão do comandante. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, por exemplo, disse que não comentaria a decisão "por uma questão de disciplina intelectual", alegando também ser, enquanto general, subordinado ao Comandante do Exército. Generais ouvidos pelo periódico vão iniciar estratégias de contenção de danos, como orientações contrárias à participação em atos políticos, temendo a multiplicação de movimentações políticas e quebra de hierarquia dentro das forças após a decisão. Já no meio político, presidenciais e ex-ministros comentaram a decisão. Ciro Gomes afirmou que o regulamento disciplinar é claro ao dizer que "militar não faz política", e que o Alto Comando do Exército se rendeu às pressões de "um presidente



inconformado" para se preservar. João Amoedo, Gleisi Hoffmann, Marina Silva, e Marco Aurélio Mello afirmaram que a decisão abre precedente perigoso, enfraquecendo a hierarquia e disciplina da instituição. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann afirmou que Bolsonaro "persegue o modelo de [Hugo] Chávez", reduzindo o comando dos militares e transferindo-o para ele, e que a decisão abre margem para rupturas e divisões internas nas forças armadas. Jungmann, assim como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, destacou a possibilidade de o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para regulamentar a participação de militares da ativa no governo. A deputada federal Joice Hasselmann também comentou as semelhanças com o chavismo, apontando uma "politização escancarada do Exército". O ex-ministro da Defesa Celso Amorim lamentou o desrespeito ao regulamento do Exército, e fez coro com a análise de Jungmann de que a decisão enfraquece a integridade das forças e domestica o Exército em uma instituição de governo, da figura do presidente da República. O também ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo, em entrevista ao Correio, consonou com seus pares, dizendo que a absolvição pode estimular a anarquia nas forças, já que abre margem à interpretação de que a politização e a indisciplina estão liberadas. Ao mesmo tempo, lembrou que Bolsonaro "sempre praticou a indisciplina" enquanto militar, tendo sido expulso do Exército; e que agora, como presidente, "acha que tem carta branca para fazer o que quiser", ignorando preceitos constitucionais que prezam pela hierarquia e disciplina (Correio Braziliense - Poder - 05/06/21; Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 05/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/06/21)

### **Revogação da Lei de Segurança Nacional foi paralisada no Senado**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), já aprovada pela Câmara dos Deputados, está travada há um mês no Senado, que sequer definiu o relator da proposta. A LSN foi elaborada durante a ditadura militar (1964-1985) e mantém características autoritárias, como a criminalização da calúnia ao presidente da República, e tem sido constantemente utilizada pelo governo para processar opositores. Sobre isso, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse: "É estarecedora e fruto de total abuso de autoridade a prisão do professor em Goiás. Esse despojo da ditadura vem sendo utilizado como medida de intimidação contra os cidadãos que se manifestam pacificamente contra o governo". O projeto que substituirá a LSN chama-se "Lei do Estado Democrático" e institui 14 novos crimes, entre eles o de golpe de Estado, além de remover o "entulho" autoritário da lei anterior. De acordo com o jornal, o governo do presidente Jair Bolsonaro é contrário ao projeto e pretende barrá-lo, não só porque a LSN é utilizada como uma "ferramenta de intimidação" a opositores, como também pelo novo projeto declarar crime passível de cinco anos de prisão o disparo de notícias falsas (fake news) em períodos eleitorais, uma vez que Bolsonaro é acusado em diversas ações no Tribunal Superior Eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 04/06/21)

### **Absolvição de general Pazuello III: repercutiu em jornais**

Em editorial, o periódico Correio Braziliense afirmou que a atitude do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, comandante do Exército, em absolver o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, provavelmente foi tomada por prudência e ponderação, mas que "abriu as portas da caserna à politização entre os comandados" e estabeleceu precedente para os que apoiam o presidente da República. O texto conclui que, no momento delicado de pandemia, fome e desemprego que vive o país, devem imperar a cautela, o bom senso e o compromisso com a democracia, pois o que está ruim "pode se tornar muito pior". Analistas ouvidos pelo Correio consideram a não punição de Pazuello como sendo parte de um "xadrez jogado pelo presidente [Jair Bolsonaro] para eventual aventura autoritária sem a participação da cúpula das Forças Armadas". Embora não tenham certeza sobre a viabilidade de tal "aventura", os analistas concordaram em dizer que o "baixo escalão" militar é a base de sustentação e o "bloco forte" de Bolsonaro no Exército. Segundo um dos analistas – o sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César –, essas patentes "falam a língua" do presidente, abrindo espaço para que ele "saia da retórica para a ação". Nesse sentido, a impressão geral dos especialistas é de que tal "aceno ao baixo escalão" gera um desgaste tanto para o Exército quanto para a democracia.

O periódico Folha de S. Paulo, em seu editorial, classificou a defesa de Pazuello como uma "desculpa esfarrapada", e disse ser impossível ignorar o "perigoso precedente" mesmo face à tentativa do comandante em evitar uma nova crise com o governo federal. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista Hélio Schwartzman afirmou ser inadmissível que os militares sejam o foco de instabilidade institucional de um país, sendo "melhor que não existissem". A jornalista Cristina Serra pontuou que não é possível responsabilizar essa decisão pela "instalação da anarquia entre os fardados", pois essa insubordinação já vem sendo instigada há muito tempo. O jornalista Jânio de Freitas afirmou que o envolvimento dos militares na política foi recorrente na história do país: as "interferências de militares do Exército na política e nas instituições civis" acontecem desde a proclamação da República. Para o jornalista, esses diversos episódios "criaram no Brasil a normalidade anormal", no qual os princípios de hierarquia e disciplina seriam apenas "lenda[s] sem jamais terem sido realidade". Por fim, em relação à participação de Pazuello no palanque ao lado do presidente, Freitas sustentou que a isenção dada pelo comando do Exército ao ex-ministro somada à sua "nomeação cômica" ao posto de estudos estratégicos da Presidência, questionam a existência de uma "hierarquia, disciplina e respeito à legislação e à Constituição" nas instituições militares. Já em entrevista à Folha, o pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Paulo Ribeiro da Cunha afirmou que a absolvição de Pazuello deixou o Exército "acéfalo, com um comando desmoralizado diante da subserviência", criando cenários para que outros grupos desrespeitem os regimentos internos. Mais do que isso, o acadêmico afirmou que o comandante do Exército "perdeu o respeito da tropa" ao aceitar que um capitão – Bolsonaro – desse uma ordem para um general. Cunha sustentou que, dadas as tensões existentes, o que os militares querem é sair do governo "sem maiores danos" à reputação da instituição, que já vem sendo desprestigiada. Por fim, o pesquisador defendeu que é preciso pensar em canais democráticos e legais para que os militares tenham o direito de participação política e partidária, o que não equivale a episódios como o da participação de Pazuello em manifestação a favor do presidente. O jornalista e escritor Elio Gaspari afirmou que a "indisciplina bolsonarizada" prevalece no atual governo, sendo impossível determinar a sua duração ou desfecho. Segundo Gaspari, a relação entre militares e política coloca em xeque a disciplina, fazendo com que ela "sai[a] aos poucos" pelas portas dos quartéis. Ainda, lembrando o comentário do ex-general e ex-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, sobre o "mau militar", Jair Bolsonaro, o colunista retomou um episódio histórico, do ano de 1972, no qual Geisel demonstrou sua insatisfação com a transgressão à hierarquia do Exército dado o envolvimento de um sargento com questões políticas da época. Em seu editorial, O Estado de S. Paulo lamentou que Pazuello não tenha sido punido "de modo exemplar pelo Exército no mesmo dia em que subiu em um palanque ao lado de Bolsonaro", e ecoou o argumento de que a decisão "lamentável" apenas estimula o florescimento da insubordinação nos quartéis. O texto concluiu afirmando que, ao se calar nessa crise, o Exército se torna um partido para Bolsonaro, e que, a menos que a Força se manifeste pela manutenção da ordem constitucional, não há garantias de que os militares não se dividirão "em facções incontroláveis". Em um texto escrito por Denis Lerrer Rosenfield e publicado pelo Estado, o autor caracterizou Pazuello como "servil ao presidente" e com atuação não digna, assistindo o aumento de mortes e "desonrando a farda que ainda usa por ser general da ativa". Para Rosenfield, a obediência e fidelidade do ex-ministro foram descabidas, pois ele não deveria seguir "ordens arbitrárias", uma máxima que é "válida para a vida civil e a militar". Sobre a decisão de não punir o ex-ministro, Rosenfield a caracterizou como "desfeita para sua própria instituição" que "escancarou a porta para a anarquia militar". Em coluna ao Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde indicou que as forças armadas "jogam no lixo seus princípios basilares" ao acatar a vontade de Bolsonaro. Classificou como "indefensável" que os oficiais se calem em nome da indisciplina. Para Cantanhêde, ao optarem por Bolsonaro em 2018, os militares acreditavam que teriam "a bússola e o manche", mas foram "subjugados" por ele quando diz "Quem manda sou eu" ao receberem medalhas e aumentos salariais em plena pandemia e crise de desemprego. Cantanhêde salientou que não se ouve defesa da postura de Bolsonaro por nenhum oficial-general das Forças, mas também nenhuma manifestação de "descontentamento", mencionando que delegaram este papel aos ex-ministros da Defesa Raul Jungmann e Aldo Rebelo e ao general Santos Cruz. Para ela, "oficiais sérios e com senso de

responsabilidade” indicam que se trata apenas de “sensação de vitória” de Bolsonaro, mas que o que conseguiu foi aprofundar a divisão e disparar “sinal de alerta”. (Correio Braziliense - Poder - 05/06/21; Correio Braziliense - Opinião - 05/06/21; Correio Braziliense - Poder - 06/06/21; Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Correio Braziliense - Opinião - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/06/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 06/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/06/21; O Estado de S. Paulo - Notas & Informações - 05/06/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 07/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 08/06/21)

### **Processo que absolveu Pazuello recebeu sigilo de até 100 anos**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Exército decidiu impor sigilo de até cem anos ao processo disciplinar que resultou na absolvição do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Segundo a Folha, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), foram encaminhados pedidos ao comando do Exército para que fosse dada transparência tanto à defesa por escrito de Pazuello quanto aos andamentos do processo disciplinar instaurado pelo comandante da Força. O Exército negou os pedidos, argumentando que o caso se enquadra no trecho da LAI que trata de informações pessoais, e, assim: “informações pessoais” terão acesso restrito, “independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem”. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/06/21)

### **Jornal comparou aceite à Copa América com a política esportiva de Médici**

Segundo o jornal Correio Braziliense, o aceite do presidente da República, Jair Bolsonaro, em sediar a Copa América no Brasil pode ser comparado às ações do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), durante o regime militar (1964-1985). Para o jornal, “atores políticos sempre compararam a seleção a uma substância potente o suficiente para remover as manchas históricas dos governos”. Durante o governo Médici, além da estratégia de tentar aparecer visualmente mais popular e distanciar-se de seu passado como membro de órgãos de repressão, o presidente tendia a usar o esporte como um potencializador de sua popularidade, aparelhando a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) com militares: “Onde o Arena [Aliança Nacional Renovadora] vai mal, mais um time nacional Naquela época, era frequente que o governo e a CBD interferissem nas federações estaduais, dirigentes de clubes e, sobretudo, na seleção brasileira. Sobre este ponto, o jornal relembrou a substituição do técnico João Saldanha por Mario Jorge Lobo Zagallo para a Copa do Mundo de 1970. A respeito da Copa América, o colunista Juca Kfourri teceu uma dura crítica à posição de Bolsonaro, usando o trocadilho “Cova América” para se referir ao evento, e comparou o tratamento dado por André Megale, diretor da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), às denúncias de assédio sexual contra Rogério Caboclo, presidente da CBF, com a defesa de Eduardo Pazuello a respeito de sua presença em um ato político. Finalmente, Kfourri disse esperar que no futuro a camisa da CBF deixe de ser utilizada pelos favoráveis à tortura e intervenção militar. (Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Esporte - 07/06/21)

### **Futuro da substituição da Lei de Segurança Nacional ainda é incerto**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, há uma possibilidade de que, caso aprovada, a substituta da Lei de Segurança Nacional (LSN) possa ser vetada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para, assim, livrar apoiadores enquadrados em crimes segundo a lei original. A LSN foi aprovada em 1983, durante a ditadura militar (1964-1985), mas recentes movimentações no Legislativo e Judiciário deram coro à sua substituição. O novo texto, que prevê dentre outros o crime de atentado ao Estado democrático de Direito, já foi aprovado na Câmara, está em discussão no Senado e tem defensores entre a oposição e a base do presidente. Em particular, os apoiadores do presidente temem movimentações vindas do Supremo Tribunal Federal (STF) que usaram a LSN para criminalizar atos que pedem o fechamento do Congresso Nacional e o retorno do Ato Institucional nº5 (AI-5). Ademais, mesmo em caso de veto total ou parcial vindo do presidente, o Congresso ainda tem a possibilidade de derrubá-lo. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

### Colunistas discorreram sobre ameaças à democracia no Brasil

Em coluna escrita por Luiz Paulo Costa e publicada pelo periódico O Estado de S. Paulo foi tratado sobre o estado atual da democracia no Brasil. Relembrando sobre 1964, ano do golpe que instaurou a ditadura militar (1964-1985), o colunista caracteriza que o período autoritário foi fruto da retomada dos plenos poderes presidenciais por João Goulart após o referendo de 1963. Sobre o regime autoritário, Costa afirmou que até a atualidade o Brasil vive suas reminiscências, relembrando distorções no princípio “um eleitor, um voto” no sistema eleitoral brasileiro, uma herança do “pacote de Abril”. Por sua vez, o jornalista e diretor de opinião do Estado Antônio Carlos Pereira acredita que a “escalada da crise” entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os militares pode implicar em “forte degradação democrática” ao país, fazendo-o “assemelhar-se à Venezuela chavista”. Pereira embasou-se em entrevistas dada ao Estado pelo ex-ministro da Defesa Raul Jungmann, que alegou que “Bolsonaro persegue o modelo de Chávez” e transforma as forças armadas em “braço do bolsonarismo”. O jornalista destacou que os últimos eventos têm demonstrado que Bolsonaro tenta transformar as forças em “sua guarda pretoriana” e uma crise está se instaurando pelas narrativas que pretendem levantar dúvidas sobre o processo eleitoral. Pereira também resgatou entrevista dada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Roberto Barroso à TV Cultura, em que denomina o aumento de militares no governo como “chavização”, destacando os problemas de que as Forças Armadas se identifiquem com governos, já que a alternância democrática pode permitir ruptura na condução governamental, mas as Forças Armadas como instituição de Estado devem permanecer independentemente da política. Para o jornalista, as regalias dadas aos militares, a militarização do governo e o fato de Bolsonaro chamar de “meu Exército”, não se trata de figura de linguagem, mas de sua intenção de “enredar as Forças Armadas em seus devaneios golpistas” e menciona o aumento em 30% de militares da ativa no governo, bem como a submissão do general Eduardo Pazuello ao governo sob “vista grossa do Comando do Exército” como ponto alto desta crise. Ademais, o jornalista destacou a tentativa do Congresso de resistir à militarização pela Proposta de Emenda Constitucional que pretende proibir a atuação de militares da ativa em cargos civis no Executivo, mas reforçou que pode ser uma ação tardia e que a “identificação forçada por Bolsonaro entre ele e os militares já não depende mais de quem usa o crachá do governo”. Já em coluna de opinião para O Estado de S. Paulo, o jornalista Fernando Gabeira apontou a decisão do Exército de não punir o ex-ministro Eduardo Pazuello por sua participação em manifestação política com o presidente Jair Bolsonaro, como um exemplo de ameaça à democracia. De acordo com o jornalista, a decisão dos militares de “abrir mão do estatuto disciplinar” ocorreu a fim de evitar uma crise com o presidente do Executivo. Ainda, o colunista também afirmou que “os fundamentos de um governo autoritário já estão sendo estabelecidos no país”, e destacou que as atuais ameaças à democracia se dão progressivamente. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 07/06/21; O Estado de S. Paulo - Notas & Informações - 08/06/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 11/06/2021)

### Bolsonaro cita Forças Armadas durante evento com motociclistas em São Paulo

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, em evento com motociclistas na cidade de São Paulo, no dia 12/06/2021, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou respeitar os militares e declarou à polícia militar presente no local que estes são auxiliares das Forças Armadas: “Vocês são auxiliares das Forças Armadas. Tenho certeza que, no cumprimento da lei e da ordem, pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais, nós estaremos juntos, aconteça o que acontecer”. Ademais, o periódico O Estado de S. Paulo publicou um artigo do general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, explicando que o presidente tenta usar o Exército em seu projeto “chavista de poder”. Segundo Santos Cruz, instituições sólidas são obstáculos para projetos pessoais de poder e no Brasil, em meio a diversas crises institucionais, o Exército, que junto com a Marinha e a Força Aérea constituem as instituições de maior prestígio do país, vem sofrendo com uma tentativa de erosão pelo presidente da República. Santos Cruz afirmou ainda que, de maneira sistemática, Bolsonaro vem testando o Exército e utilizando-o como uma ferramenta pessoal e partidária, o que acaba por levar, “de maneira covarde”, o ônus para as Forças Armadas. Por outro lado, em coluna

opinativa para a Folha de S. Paulo, Jânio de Freitas afirmou que o silêncio e distanciamento da Força Aérea e da Marinha demonstram o não endosso a Bolsonaro, e que a grande dedicação das duas forças ao profissionalismo militar seria um empecilho na tentativa de fechamento do circuito golpista - referente a uma nota em 2018 feita pelo general Eduardo Villas Bôas que foi encarada como referência a uma interferência institucional. Ainda segundo o autor, para intervenções na vida política do regime, a unidade entre as três forças é crucial, dada a experiência histórica do século passado. Mesmo assim, segundo Freitas, Bolsonaro insistiria em tentar promover seu projeto, restando à Marinha e à Força Aérea a comprovação de sua dignidade a partir do comprometimento com o regime constitucional democrático. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/21)

### **Indisciplina militar causa atritos no país desde os anos 1950**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, manifestações políticas de militares que não foram repreendidos causam atritos nas mais diversas crises desde a segunda metade do século passado - referenciando a presença de Eduardo Pazuello em ato político com Jair Bolsonaro que não gerou punição ao militar. Segundo o jornal, entre os exemplos históricos está o ocorrido em 1955, quando o coronel do Exército Jurandir Bizarria Mamede fez um discurso em que deslegitimava o pleito eleitoral e acabou não sendo punido, embora o ministro da Guerra à época, general Henrique Lott, tenha sido favorável à repreensão. Ao ser desautorizado pelo presidente interino, Carlos Luz, Lott organizou um "contragolpe" e garantiu a queda de Luz. Toda movimentação política garantiu a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, em 1956. Alguns anos depois, ainda segundo a reportagem, outro embate foi o que antecedeu o golpe militar de 1964, quando marinheiros se rebelaram dentro de um sindicato e apresentaram reivindicações salariais e trabalhistas. A Folha também relatou o caso de Gustavo Moraes Rego, general da reserva e chefe do gabinete militar no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que ficou cinco dias preso após criticar o último dos presidentes do período, João Baptista Figueiredo (1979-1985). Além disso, o jornal lembrou que durante a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) alguns militares da reserva escreveram críticas ao governo devido a instauração da Comissão Nacional da Verdade, mas nenhum responsável foi advertido. A Folha consultou a professora do departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, Maria Celina D'Araujo, segundo a qual as manifestações políticas por parte de militares não é novidade, e o que acontece é que, na atual conjuntura, as Forças Armadas não inspiram confiança em relação ao respeito às instituições democráticas e ao estado de direito, o que gera insegurança por parte da população. Antonio Carlos Will Ludwig, professor aposentado da academia da Força Aérea, concordou que a participação de militares na política não é novidade na história brasileira. Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, o autor ressaltou que, por mais que a absolvição do general Eduardo Pazuello tenha sido muito comentada - tanto positiva, quanto negativamente -, em grande medida, as falas não alcançam o cerne do problema: "durante mais de um século quase nada foi feito para aperfeiçoar as relações civis-militares". (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 12/06/21)

### **Pedido do Ministério Público busca manter a investigação de atos antidemocráticos**

Segundo o jornal Correio Braziliense, o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União pediu informações ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre inquérito que apura a organização, financiamento e divulgação de atos antidemocráticos que estimulavam intervenção militar e fechamento de instituições, com faixas pedindo "intervenção militar com Bolsonaro no poder". O requerimento é assinado pelo procurador Lucas Rocha Furtado e tem o objetivo de apurar se houve uso de recursos públicos nas manifestações. O jornal relatou que o pedido será analisado pelo relator do caso no STF, o ministro Alexandre de Moraes e, se autorizado, pode gerar uma nova frente de investigação. Essa iniciativa ocorre, conforme pontuou o Correio, num momento em que o inquérito original corre o risco ser arquivado, por pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que vê falta de indícios claros de envolvimento de pessoas com foro nos crimes investigados. (Correio Braziliense - Política - 18/06/21)



### **Partidos da oposição acionam a Justiça contra sigilo do Exército sobre o caso da não punição a Pazuello**

O jornal O Estado de S. Paulo relatou que quatro partidos da oposição ao presidente Jair Bolsonaro – PT, PCdoB, PSOL e PDT – acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o sigilo de 100 anos, imposto pelo Exército, sobre o procedimento administrativo disciplinar instaurado contra o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Pazuello foi processado, se defendeu da acusação e não foi punido por ter participado de ato político no Rio de Janeiro junto ao presidente, em 23/05/2021, o que é proibido a integrantes das Forças Armadas. O jornal informou que a relatora será a ministra Cármen Lúcia. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/06/21)

### **Risco à democracia: grupos políticos, partidos e colonistas temem a presença de militares no governo**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, ex-militantes de partidos e organizações políticas contra a ditadura militar (1964-1985) fundaram um novo grupo político. O movimento, chamado "Geração 68 Sempre Na Luta", em referência à resistência contra o endurecimento do regime após o Ato Institucional nº 5 em 1968, reuniu políticos e artistas como José Dirceu, Celso Amorim, Eduardo Suplicy, Luiza Erundina, José Genoíno, Chico Buarque, Sebastião Salgado, Marilena Chauí e Fernando Moraes. O grupo publicou um manifesto, no qual afirma sua posição contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, "que intencionalmente tem induzido a morte de milhares de brasileiros" por "inépcia e negacionismo", e afirmou que a democracia está em perigo agora como esteve em 1964. Segundo o mesmo periódico, um "superpedido" de impeachment contra o presidente da República está sendo articulado por um variado grupo de opositores políticos – como ex-aliados e partidos da oposição. Dentre os "mais de 20 tipos de crime contra a lei de responsabilidade" contidos no pedido, destaque é dado à relação de Bolsonaro com as Forças Armadas: a interferência do presidente e efetiva troca da cúpula das forças, em março de 2021, configuram, para o grupo, uma prática de "abuso de poder" que contraria a Constituição Federal. Ademais, a presença de Bolsonaro em atos a favor da intervenção militar promove, de acordo com o grupo, o incentivo à "desobediência à lei ou infração à disciplina" por parte de militares. Por sua vez, em coluna opinativa à Folha, o jornalista Jânio de Freitas sustentou que a omissão do Exército perante os "preparativos de Bolsonaro" contribui com a ameaça que o presidente representa à democracia do país. Para Freitas, o fato de o ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, requerer "uma montanha de bilhões" do governo com a justificativa de proteção do território nacional contra perigos externos desvia a atenção para o real problema: o de que "a ameaça está aqui dentro [do país]". Em coluna opinativa ao periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista Celso Ming afirmou que a representação dos interesses das Forças Armadas na forma de "bancadas suprapartidárias no Congresso" reflete um dos "cupins" que desgastam a cultura democrática nacional. Nesse sentido, o colunista criticou tanto a presença dos mais de 6 mil militares no governo de Jair Bolsonaro quanto as reivindicações – ou "vantagens pessoais", segundo Ming – das Forças Armadas pelo "aumento de verbas [...] e adicionais de salário e de aposentadoria". (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 20/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 20/06/21)

### **Ministra do Supremo Tribunal Federal exigiu explicações sobre sigilo da investigação de Pazuello após participação em ato político**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia deu cinco dias para que o Ministério da Defesa, liderado pelo general da reserva Walter Braga Netto, explique o sigilo de 100 anos imposto ao processo administrativo disciplinar contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por sua participação em ato político. A ordem derivou de uma ação movida por diversos partidos de oposição ao presidente da República, Jair Bolsonaro, alegando que o sigilo fere o direito de acesso à informação e o princípio da moralidade administrativa; além de declararem ser de "interesse público" que essas informações sejam divulgadas. Esses partidos também



alegaram que o arquivamento do processo poderia levar a uma “insubordinação das tropas” de forma generalizada, ameaçando a democracia e a hierarquia militar. No pedido, Cármen Lúcia manifestou a “urgência e prioridade” da prestação de informações e também declarou que o prazo imposto é improrrogável. Após a prestação de informações, a ministra também orientou que a Advocacia Geral da União e a Procuradoria Geral da República terão três dias cada um para fazer vista ao que for divulgado pelo Ministério da Defesa. O caso da ida de Pazuello a um ato político junto a Bolsonaro e a subsequente absolvição concedida pelo comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, continuaram repercutindo no meio político. De acordo com reportagem publicada pelo Estado, o senador Tasso Ribeiro Jereissati, em videoconferência ao grupo Parlatório S.A., disse que a classe política ficou preocupada com a decisão de arquivamento do processo pelo Exército: “O silêncio das Forças Armadas intranquilizou o País e também o meio político”. Ainda assim, o parlamentar disse acreditar que as Forças Armadas irão cumprir e resguardar a Constituição Federal de 1988. (Correio Braziliense - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/06/21)

### **Governo Bolsonaro defendeu que ofensas cometidas contra militares podem ser julgadas pela Justiça Militar, mesmo envolvendo civis**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, no dia 17/06/2021, o advogado-geral da União substituto, Fabrício da Soller, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer no qual defende que civis que proferirem ofensas às Forças Armadas e às instituições militares serem julgados pela Justiça Militar. De acordo com a Folha, a posição teria sido elaborada por meio de pareceres emitidos pelo Ministério da Defesa, Exército, Aeronáutica, Marinha e Secretaria-Geral da Presidência da República acolhidos pela Advocacia Geral da União (AGU). A Folha também ressaltou que tal movimento ocorreu enquanto a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) move uma ação no STF - tendo como relator o ministro Gilmar Ferreira Mendes - alegando o “silenciamento de jornalistas e ativistas” e pedindo que a corte considere inconstitucional artigos de legislações que visem “coibir a publicação de informações referentes a servidores públicos, pessoas públicas, candidatos a cargos eleitorais, militares e instituições militares”. Dentro deste último, o jornal disse existir no Código Penal Militar uma lei de 1969 - período da ditadura militar (1964-1985) - que prevê que civis podem ser julgados e punidos por crimes militares em caso de ofensas e ataques a instituições militares e às Forças Armadas. Segundo a ABI, os termos “afetar as instituições militares” e “atingir as Forças Armadas” na lei abrem a possibilidade de aplicação do Código Penal Militar e ativação do foro da Justiça Militar em julgamento de civis. Além disso, a ação também alega que tal cenário teria um “efeito resfriador” nos jornalistas que desejam publicar sobre assuntos que envolvem as Forças Armadas. Por outro lado, o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, discordou do entendimento e da ação da ABI. Segundo um parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em casos de ilícitos penais dolosos ou com ausência do dever de cuidado objetivo, deve-se haver uma sanção penal, “sob pena de conferir-se (...) um salvo conduto para o cometimento de crimes contra a honra de militares, políticos e agentes públicos”. A AGU alegou que a ação da ABI representa um afastamento do juiz natural da causa, pois mesmo que os delitos sejam praticados por civis, por serem contra instituições militares, devem ser “considerados crimes militares e, portanto, de competência da Justiça Militar”. Assim, a AGU afirmou que a ação da ABI não deve ser aceita, alegando inexistir “pertinência temática” e por não considerar o princípio da separação de Poderes. Para o governo Bolsonaro, “não há compatibilidade entre a previsão de crimes contra a honra e o respeito à liberdade de expressão”, defendendo que ofensas a instituições militares, mesmo feitas por civis, devem ser julgadas pela Justiça Militar. Em editorial, a Folha de S. Paulo repudiou a tentativa de se ampliar as atribuições da Justiça Militar, denunciando um caráter “que mistura corporativismo e saudosismo autoritário” na atitude do governo Bolsonaro. Segundo a Folha, esse tema não representa somente um pronunciamento acalorado do presidente, mas sim um fator decisivo no que diz respeito à “solidez das liberdades democráticas de imprensa e manifestação”. Além disso, o editorial salientou que “não se concebe motivo para que os fardados tenham suas demandas julgadas em foro próprio”, e caso

isso se concretizasse, haveria um “risco de que vieses corporativos nas decisões (...) levem à brandura com colegas abusivos ou à censura de críticas externas incômodas”. (Folha de S. Paulo - Poder - 21/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/06/21)

### **A perigosa politização das forças armadas**

Em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo, o professor da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e doutor em ciência política pela Universidade da Califórnia-San Diego, Octavio Amorim Neto, considerou a decisão do Exército de não punir o general da ativa Eduardo Pazuello por participação em ato político como uma rendição às pressões do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Amorim Neto, a atitude demonstra que o “presidente exige que oficiais, da ativa e da reserva, possam ser utilizados para explícitos desígnios políticos – seja para intimidar a oposição, seja para o projeto de reeleição”, instaurando o Exército como um dos seus pilares políticos, e degradando a imagem do comandante da força, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, frente outros generais da ativa e da reserva. O professor também considerou que o “ex-capitão está fazendo o Exército girar como rolha no redemoinho bolsonarista”, o que pode levar a um agravamento da situação, e até mesmo uma guerra civil, o que é possível levando em consideração a atual configuração do Congresso Nacional, controlado majoritariamente por parlamentares de direita, que não se importam com a presença militar na política, já que ela garante sua sobreposição à esquerda. Por fim, Amorim Neto pontuou que hoje o Brasil é um país de ‘coalizões civis-militares’, em que Bolsonaro formou a sua, e restam às forças democráticas formarem a delas, e que caso saiam vitoriosas, devem despolitizar as forças armadas, e “também prepará-las para, a partir de 2023, o estabelecimento pleno do seu controle pelos poderes políticos eletivos, a começar pela nomeação de um líder civil para chefiar o Ministério da Defesa”. A respeito de tema conexo, o jornal O Estado de S. Paulo publicou coluna opinativa do presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, na qual este fez referência a um artigo de Marcelo Pimentel na revista Interesse Nacional, evidenciando a existência de um ‘Partido Militar’. Pimentel ilustrou o cenário político atual como um espaço de intensa participação militar, seguindo em um movimento ‘consistente e organizado’, que tem por objetivo “a conquista do poder (já alcançado) e sua manutenção (em processo)”. Esse partido possui um agente influente na atualidade – o ‘capitão’ – que apesar de sua importância, não desempenha o papel de líder do processo de “politização/militarização”. Barbosa depositou na influência militar sobre o governo uma justificativa para as atitudes do presidente, verificadas em frases como “meus generais”; “os militares é (sic) quem decide como o povo vai viver”; “o senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”, esta última dirigida ao general Villas Bôas, ex-comandante do Exército. Por fim, Barbosa atribuiu ao Legislativo e ao Judiciário o papel de manter a “ordem constitucional, da democracia e da estabilidade institucional pelo estreitamento da relação civil-militar com o lado que publicamente se coloca contra a politização das Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 22/06/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 22/06/21)

### **Professores avaliam a participação de militares no governo**

Em artigo de opinião no periódico O Estado de S. Paulo, o professor de teoria política Marco Aurélio Nogueira, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), comentou sobre os militares na política brasileira. Segundo o professor, durante a ditadura (1964-1985), os militares eram temidos, e após a redemocratização passaram a ser “neutros” e atinentes à constituição federal. Entretanto, no governo de Jair Bolsonaro, tem se observado um aumento da participação de militares no cenário político. Nogueira ainda discutiu os motivos que levaram os militares a apoiarem o atual governo, fato que, conforme o autor, fez com que as Forças Armadas não se distinguissem mais do governo. O Estado também publicou entrevista com o historiador Adriano Freixo, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), o qual afirmou que a cooptação das forças de segurança estaduais e a aproximação crescente de militares das três Forças Armadas com o governo sugere uma ‘bolsonarização’ das polícias e que, além de não ajudar na segurança pública, apresenta um

risco democrático. (O Estado de S. Paulo- Opinião- 26/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 27/06/21).

### **Publicação do Washington Post critica participação de generais no governo Bolsonaro**

Nelson de Sá, jornalista, em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, comentou a publicação do jornal Washington Post do dia 29/06/21, escrita pelo jornalista e escritor Mac Margolis. A matéria "O que mantém Bolsonaro? Pergunte aos generais" retrata de forma crítica a participação de militares no governo brasileiro e convoca a população a repensar as Forças Armadas. Mac Margolis, ainda, reforçou: "soldados pertencem ao quartel, não ao palácio. Esse é um problema que o impeachment não pode resolver", apontou Nelson de Sá. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

### **"Superpedido" de impeachment de Bolsonaro apresenta referências a militares na política**

Em coluna opinativa a Folha de S. Paulo, Ilona Szabó de Carvalho, mestre em estudos internacionais e autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo", comentou as justificativas do "superpedido de impeachment" de Jair Bolsonaro, protocolado dia 30/06/2021. Entre elas estão, pelo menos, 21 possíveis crimes cometidos pelo "pior presidente eleito da nossa história", afirmou Carvalho. Para a autora, a democracia brasileira está sendo "corroída por dentro" desde o primeiro dia de governo, e segue a ideia de que as democracias, hoje, "não morrem somente com tanques nas ruas". A quebra da regra hierarquia das Forças Armadas, o ato impune do general e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o numeroso quantitativo de militares no governo, a "retórica agressiva e ameaçadora do próprio presidente contra jornalistas" indicam os rumos para qual o Brasil segue, relatou a autora. "É preciso agir agora para conter a deterioração e estancar o sofrimento da população", comentou, por fim, Carvalho. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

JULHO

### **Informações do inquérito sobre atos antidemocráticos serão utilizadas em nova investigação, com foco em grupos digitais organizados**

Segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento do inquérito que apurava a organização e o financiamento de atos antidemocráticos, mas também abriu novas frentes de apuração para investigar a existência de grupos digitais organizados para atacar os poderes Legislativo e Judiciário e pedir o retorno à ditadura militar. Os jornais relatam que o ministro identificou métodos e núcleos estruturados semelhantes aos identificados em outro inquérito, o das fake news, com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de Direito. As investigações compartilharão integralmente as provas, uma vez que têm investigados comuns e hipóteses semelhantes. O Estado informou ainda que o presidente Jair Bolsonaro classificou a decisão de "covardia" e sugeriu haver relação com sua afirmação de que há uma "articulação" entre três ministros do Supremo para barrar o voto impresso. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/21)

### **Colunistas ponderam sobre o papel de Bolsonaro na crise entre Senado e Forças Armadas**

Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, a jornalista, comentarista e escritora Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenta aproximar as forças armadas de si a fim de compensar a queda em popularidade e o barulho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Segundo ela, a nota expedida pelo Ministério da Defesa contra as declarações do presidente da CPI, Omar Aziz, possui tom de intimidação e foi combinada previamente com Bolsonaro. Desse modo, a jornalista argumenta que o único beneficiário de uma crise entre as Forças Armadas e o Poder Legislativo seria Bolsonaro. Em coluna para o Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo observa que as recentes declarações de Jair Bolsonaro estão em consonância com a crise entre o Senado e as Forças Armadas. Na quinta-feira, dia 08/07/2021, Bolsonaro declarou que "Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições". Segundo Luiz Carlos Azedo, essa fala do presidente, que faz parte de sua campanha contra as urnas

eletrônicas, demonstra intenção de impugnar as eleições caso venha a perdê-las. Para o jornalista, a forte presença militar no governo, as declarações de Bolsonaro e a nota emitida pelo ministério da Defesa não podem ser analisadas separadamente. Segundo Azedo, na eleição de 2022 também está em jogo o projeto de poder das Forças Armadas e a permanência de militares em cargos estratégicos. Azedo denota que, ao se cercar de militares, Bolsonaro demonstra “uma estratégia de cooptação política de oficiais de alta patente com propósitos claramente golpistas”. (Correio Braziliense - Política - 08/07/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 09/07/2021)

### **Presidente do Senado quer ligar para comandantes das Forças Armadas**

Conforme o periódico Correio Braziliense, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que “não enviaremos 50 notas” à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, em referência ao documento assinado pelo Ministro da Defesa em conjunto com os chefes das três forças em 07/07/21, que afirmava que o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), atacara os militares “de forma vil e leviana”. O comandante da Aeronáutica disse que as falas de Aziz foram ofensivas e prematuras, e que “fazer julgamentos de oficiais é muito desagradável e não podemos aceitar”. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a entrevista do comandante da Aeronáutica não agradou parlamentares nem da base do governo, nem da oposição. Para o jornal, as falas de Baptista, após a divulgação da nota assinada, demonstraram um alerta às instituições. Ainda segundo o periódico, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados e aliado de Bolsonaro, em suas redes sociais, posicionou-se contrário à manifestação política de comandantes militares, a que chamou de “oportunismo”, e afirmou ter compromisso com a democracia, com reformas, com a harmonia e a governabilidade. A Folha assinalou que Lira possui mais cem pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro arquivados. Segundo o Correio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-GO), afirmou que o atrito entre as Forças Armadas e a CPI estava superado; porém, declarou que o Congresso Nacional não aceitará qualquer intimidação contra as prerrogativas parlamentares. Pacheco afirmou que desejava telefonar para os comandantes das três forças, como já havia feito no dia 08/07/21 em conversa com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto. O Estado afirmou que Pacheco decidiu prorrogar por 90 dias os trabalhos da CPI da covid-19. Segundo o periódico, a atitude teve como objetivo “desgastar mais o governo” e impôs mais uma “derrota” a Bolsonaro. A Folha apontou que o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou uma ação no Ministério Público Militar denunciando a postura do comandante da Aeronáutica, cujas falas “configuram transgressão disciplinar” pelo conteúdo político e de ameaça a outro Poder. (Correio Braziliense – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 11/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/07/21)

### **CPI da covid-19 II: atritos envolvendo as Forças Armadas**

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo abordaram os atritos entre senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e as Forças Armadas, após as apurações sobre possíveis irregularidades e corrupção na compra de vacinas apontarem para nomes de militares que atuaram no governo. Segundo os jornais, o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), cobrou apoio do Senado e da Câmara dos Deputados à CPI e declarou que não teme “quarteladas”. Ainda afirmou “não vamos investigar uma instituição militar, longe de nós. Nós temos responsabilidade institucional. Agora, vamos, sim, investigar o que aconteceu nos porões do Ministério da Saúde. E, na medida em que esses fatos forem sendo conhecidos, e essas provas forem apresentadas, nós vamos cobrar a punição de seus responsáveis, sejam eles civis, sejam eles militares- não importa”. Isto porque, no dia 07/07/21, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), comentou sobre as investigações terem apontado o envolvimento de militares em irregularidades, alegando que os “bons militares” devem estar envergonhados pelo comportamento de “membros do lado podre” da Instituição. Segundo o Correio, senadores devem convocar novamente o coronel Elcio Franco, um dos investigados pela CPI, junto com outros cinco oficiais. Após a fala do presidente da CPI, as tensões entre parlamentares e militares se estreitaram, e ainda segundo o Correio, as

investigações avançam em “terreno minado”. Em entrevista ao Correio, o senador Izalci Lucas comentou a nota emitida pelos comandantes das Forças Armadas e pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, em condenação à fala de Aziz. Para Lucas, houve falha de comunicação e as Forças Armadas teriam entendido de “forma mais agressiva” a fala de Aziz, “o que não é verdade”. Alegou que não se pode “confundir” as Forças Armadas com “um ou outro militar”, uma vez que se trata de uma Instituição de Estado e não de governo, razão pela qual o presidente da República, Jair Bolsonaro, não pode utilizar militares no governo para “confundir a população”, pois estes não representariam as Forças Armadas como um todo. Segundo a Folha, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, que foi ministro da Secretaria de Governo da Presidência por seis meses, criticou as manifestações em nota conjunta dos comandantes das três Forças e de Braga Netto e salientou que Bolsonaro tenta “arrastar as Forças Armadas para o jogo político” e utilizá-las como “instrumento de intimidação política e ‘jogo de poder pessoal’”. Para Santos Cruz, manifestações institucionais podem causar mais desgastes à CPI, que é política e ao mesmo tempo investigativa, e a nota dos comandantes e da Defesa agravou o atual cenário de crise. Embora não veja problema no fato de militar ocupar cargo de gestão federal, o general criticou o alto número de militares no governo e avaliou haver desequilíbrio em relação ao número de civis, e que Bolsonaro o fez intencionalmente, a fim de “transferir para o governo o prestígio social das Forças Armadas”. Santos Cruz destacou que, por parte das Forças Armadas, não há “missão” alguma em casos de militares no governo. Além disso, criticou as ameaças golpistas de Bolsonaro sobre as eleições de 2022. Em coluna ao O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde salientou que quem prejudica a imagem das Forças Armadas não são Aziz e a CPI, mas o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello e “seus militares”. Para Cantanhêde, o comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira Nogueira, está em “situação delicada” entre Planalto e Defesa, de um lado, e o Alto Comando, de outro, pois os generais de quatro estrelas veem e ouvem as críticas da população a Bolsonaro e acham um “absurdo” a postura do presidente da República em relação a máscaras e vacinas. Além disso, apontou que a nota foi iniciativa de Braga Netto, cada vez mais aliado ao presidente, e sublinhou um caráter mais agressivo oriundo do Planalto, que pretendia um “ameaça ainda mais dura” a Aziz. A jornalista destacou o tom de ameaça da nota e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista Jr., que, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que “homem armado não ameaça”, fala ratificada pelo comandante da Marinha no Twitter. Em coluna ao Estado, o economista Pedro Fernando Nery associou a nota dos comandantes e da Defesa à “teoria econômica de falar bobagem”, que se trata de uma “sinalização” de que, ao falar bobagens, o indivíduo aceita sacrifícios de reputação em prol de uma determinada situação, provando que é “bom soldado”. Neste caso, a nota seria um aceite de prejuízos à imagem da Instituição na sociedade, a fim de sinalizar seu apoio a um grupo, no qual se inclui Bolsonaro. Nery conclui que pode não ser este o caso, mas que, não sendo, implica em “déficit de capital humano nas tropas” se os comandantes forem “apenas o clichê que aparentam ser: um trio de ressentidos e despreparados”. O Estado abordou ainda o passado de militância de Aziz no movimento estudantil contra a ditadura militar (1964-1985) e pelas Diretas Já. De acordo com O Estado, o senador foi monitorado pela Secretaria Nacional de Informações (SNI) do regime como “subversivo” e identificado como “o Palestino”, em alusão à sua ascendência. (Correio Braziliense - Política- 10/07/21; Correio Braziliense - Política - 11/07/21; Correio Braziliense - Política- 13/07/21; Folha de S. Paulo- Covid-19- 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo- Política- 10/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/07/21)

### **CPI da covid-19 III: representantes de diversos setores políticos e sociais comentaram tom de ameaça da nota de militares**

No jornal Folha de S. Paulo, Elio Gaspari, Jânio de Freitas, Vinicius Torres Freitas e Raul Jungmann comentaram os atritos que vêm ocorrendo entre as Forças Armadas e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. Segundo o jornalista Jânio de Freitas, a nota do ministro da Defesa e dos três comandantes das Forças Armadas contra a CPI –que investiga militares possivelmente envolvidos em esquemas irregulares de compra de vacinas– constitui uma tática característica dos bolsonaristas. De acordo com Elio Gaspari, jornalista e autor de



livros sobre a história do regime militar, a "Venezuela das milícias ficou mais perto". O autor mostrou preocupação quanto a uma ruptura democrática e afirmou que o sistema político venezuelano parece cada vez mais perto do Brasil. Gaspari ainda reforçou o caráter histórico desse tipo de ameaça, relembrando outros posicionamentos do ex-comandante do Exército, general Villas Bôas, em sua rede social. Já Vinicius Torres Freire, jornalista e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard, aventou que Bolsonaro e as Forças Armadas querem acostumar o país à ideia de golpe. Segundo Freire, o histórico do governo Bolsonaro deixa isso bem claro, enquanto o Brasil se acomoda com as ameaças, aguardando as eleições presidenciais. Na avaliação do jornalista, o que vem ocorrendo já é golpe, destruição institucional e caracteriza-se como crime. Por sua vez, Raul Jungmann, ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, concedeu entrevista para a Folha, na qual afirmou que o principal problema das últimas crises com as Forças Armadas é a omissão da Câmara dos Deputados de regular a atuação dos militares da ativa. Jungmann afirmou que não se pode generalizar a atitude de um general como um posicionamento da instituição Forças Armadas, e que a mesma não tem intenções golpistas. Ao periódico O Estado de S. Paulo, o deputado federal Baleia Rossi, presidente do MDB, declarou: "A maior das funções das Forças Armadas é ajudar a zelar pelo Estado Democrático de Direito. Conquista de todos. Qualquer retrocesso seria inaceitável". Em entrevista ao Estado, Gilberto Kassab, ex-prefeito da cidade de São Paulo e atual líder do PSD, declarou que o senador Omar Aziz, presidente da CPI da covid-19, não ofendeu os militares, mas sim fez uma manifestação muito crítica. Kassab também avaliou, sobre a relação dos militares com o governo, que acredita que as coisas podem ter se misturado um pouco, mas que o comportamento inadequado não deve culpabilizar todos. Já o sociólogo Marcelo Coelho, em coluna opinativa para a Folha, avaliou que a reação das Forças Armadas à declaração de Aziz tem serventia: "vem demonstrar, a meu ver, como era ilusória a impressão de que a cúpula militar seria um contrapeso para a doideira de Bolsonaro". Para o sociólogo, falta autocrítica das Forças Armadas em relação aos acontecimentos de 1964, o que permite que atitudes de "indisciplina" - como as de Pazuello - saiam impunes. "[Os] comandantes simplesmente não se conformam com os limites estabelecidos para sua atuação dentro de uma democracia", ressaltou Coelho. Delfim Netto, economista e ex-ministro da Fazenda, afirmou, em coluna para a Folha, que "alguns [...] integrantes das Forças Armadas revelam desconhecer que a Constituição não lhes confere a atribuição de poder moderador". Já o sociólogo Paulo Delgado endossou as críticas às Forças Armadas, em coluna ao Estado. Para ele, os militares sabem seu lugar, mas estão sendo "levados por amigo da onça, [de modo que] não só leem errado seu estatuto como partilham da intromissão do governo na ordem militar" (Folha de S. Paulo - Poder - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 14/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 14/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 14/07/21)

#### **CPI da covid-19 IV: Braga Netto é convocado pela Câmara dos Deputados após publicação de nota**

Segundo o jornal Correio Braziliense, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, foi convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para comparecer em audiência no dia 17/08/21 a fim de responder pela publicação da nota, também assinada pelos três comandantes das Forças Armadas, com "tom de ameaça" à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. O jornal apontou que a nota foi emitida em virtude do comentário do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre o "lado podre" das Forças. Em resposta, a nota afirmava que os comandantes não admitiriam "qualquer ataque levado às instituições que defendem a democracia e liberdade do povo brasileiro", comentário que foi visto por parlamentares como uma "tentativa de intimidação". Conforme reportagem da Folha de S. Paulo, durante a sessão da CPI do dia 13/07/21, o senador Renan Calheiros afirmou que a comissão deveria seguir o exemplo da Câmara e também convocar Braga Netto, por seu "envolvimento no enfrentamento à pandemia". Ainda segundo a Folha, o ministro da Defesa tornou-se "provocador-chefe da República", e tem gerado críticas de outros militares e do Supremo Tribunal Federal. A visão é de que "o general tem sido tão bolsonarista quanto o chefe", afirmou o periódico. Outro ponto sensível da polêmica nota é a versão de "incomodados



oficiais-generais” que indicaram que a nota foi uma “imposição de Braga Netto” aos demais comandantes militares, e que o “texto veio pronto”, acrescentou a Folha (Correio Braziliense - Política - 14/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 14/07/21).

### **Militares no governo Bolsonaro I: opiniões sobre manifestações políticas por parte de membros das Forças Armadas**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, a jornalista Cristina Serra criticou a participação massiva de militares no governo Bolsonaro, além da demora de esclarecimento sobre as denúncias de corrupção. Serra declarou, em referência aos militares: "Baixem o tom senhores. O Brasil não tem medo de suas carrancas, de seus tanques". Ainda no mesmo periódico, uma pesquisa do Datafolha apontou que 68% das pessoas são contrárias a manifestações políticas por parte dos militares, como no caso da presença do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em ato bolsonarista. Ademais, 39% dos ouvidos acham aceitável, enquanto 4% não souberam opinar. A pesquisa também aferiu se militares devem assumir cargos no governo: 58% acreditam que não deveriam, enquanto 38% acredita que sim, e por fim 4% não souberam responder. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo o jornal, os desdobramentos da atuação de Pazuello têm causado diferenças na opinião pública sobre a atuação dos militares na política brasileira. (Folha de S. Paulo- Opinião-10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21)

### **Militares no governo Bolsonaro II: jornais apontaram ameaças à democracia**

Conforme o editorial do jornal Folha de S. Paulo, o governo de Jair Bolsonaro proporcionou muito poder e participação política aos militares, fato que, além de ameaçar a democracia, também está associado a um recente escândalo de possível corrupção de membros das forças na compra de vacina. O editorial ainda afirmou que, apesar das denúncias estarem sob investigação, "a reação do governo ao demitir os envolvidos sugere que algo está errado". Da mesma maneira, o periódico O Estado de S. Paulo publicou um editorial informando que não há mais espaços para chantagens e ameaças às instituições democráticas e, por isso, cabe ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, dar seguimento em pelo menos um dos 123 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Em coluna opinativa para a Folha, o sociólogo Celso Rocha de Barros declarou que esperava uma reação das Forças Armadas quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que as eleições de 2022 devem ocorrer com votos impressos, caso contrário, não ocorrerão. Por outro lado, a nota do Ministério da Defesa e dos chefes militares foi entendida como ameaça de um golpe de Estado caso "a CPI continue a investigar oficiais bolsonaristas que roubaram dinheiro de vacina". Na avaliação de Barros, a reação da cúpula das Forças Armadas à citação de militares pelo presidente da CPI da covid-19, senador Omar Aziz, é um sinal de que "protegerão seus corruptos". O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna para a Folha de S. Paulo, comparou os militares dispostos a fazer ameaças ao processo eleitoral e apologia ao golpe de forma anônima a membros de grupos criminosos como o "PCC (Primeiro Comando da Capital), o Comando Vermelho, as milícias ou grupos terroristas". O jornalista afirmou ainda que militares "que estejam dispostos a pregar abertamente o golpe, com invasão do Congresso e do Supremo, prisão dos parlamentares de oposição e dos ministros independentes do Supremo, fechamento dos veículos de comunicação" poderiam até ter seus anseios publicados, mas com nome, endereço e um pedido de prisão. O colunista se disse disposto a preservar o anonimato apenas de militares dispostos a dizer que "essa conversa de golpe é bobagem". Já a coluna do jornalista Bruno Boghossian na Folha criticou a atuação de militares brasileiros junto a Jair Bolsonaro a partir de trechos divulgados pela CNN do livro escrito pelo general estadunidense Mark Milley. No livro, o general relatou os planos e as ações elaborados após o presidente Donald Trump, derrotado nas eleições de 2020, buscar atacar o resultado do pleito. Segundo o jornalista, a atuação para garantir a democracia nos Estados Unidos ocorreu nos bastidores, com apoio de militares, da CIA e do FBI. Já sobre o Brasil, o jornalista afirmou que ministros e comandantes preferem agir em sintonia com o presidente Jair Bolsonaro, que se antecipou aos obstáculos que Trump não conseguiu ultrapassar, tendo chefes das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal a seu lado.

(Folha de S. Paulo – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/07/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/07/21)

### Colunas opinativas avaliaram participação de militares da ativa no governo

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o professor da Universidade Federal de São Carlos, João Roberto Martins Filho, recordou uma tradição de filósofos e teóricos, como Maquiavel, Tocqueville, Clausewitz e Huntington, que consideravam papel dos militares se ater apenas à "atividade-fim de sua profissão" em vez da política, mas que as Forças Armadas brasileiras até hoje não aceitaram esse ensinamento. O professor afirmou que a presença dos militares na política segue no centro de sucessivos tensionamentos com autoridades civis, o que coloca em risco a disciplina dos quartéis e danifica a imagem da instituição perante a sociedade. Por fim, Martins Filho recordou pesquisa que aponta que "a maioria dos brasileiros já considera que oficiais da ativa não devem se imiscuir na política", e que cumpriria impedir por lei que isso aconteça, através de um período de quarentena ou o requisito de deixar a carreira militar, uma vez que "numa democracia, mesmo a nomeação de oficiais da reserva deve ser a exceção e não a regra". Já o tenente-coronel Durval Lourenço Pereira, mestre em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, em coluna para o mesmo jornal, afirmou ser um "dever patriótico" do cidadão fardado se interessar pela política do país, "ao invés de se conservar indiferente ou subserviente ao governo". O tenente-coronel afirmou ainda que a presença de militares em cargos do governo "deveria ser até desejável", frente à experiência em administração pública e "conhecimento bem acima da média" por parte dos oficiais, e afirmou que as atuais limitações da Constituição são "vingança dos que tiveram seus projetos de poder ceifados em 1964". Pereira atribuiu o novo projeto de lei para limitar a presença de militares da ativa em postos da administração pública à uma hipocrisia de um "establishment", que tenta "abalar o prestígio da classe fardada" com uma "agenda ambientalista-globalista" e "massiva doutrinação ideológica da população, nos moldes do socialismo bolivariano". Por sua vez, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira, em coluna para a Folha, recordou o histórico de participação direta dos militares brasileiros em nove crises políticas no último século, com interesses corporativos desempenhando importante papel na decisão de interferir no processo político do país, e que as três décadas de abstinência política pós-1988 "foram marcadas por um crescente ressentimento dos militares com governos civis, em função de alterações na carreira e regime previdenciário, falta de recursos para projetos estratégicos, assim como pela criação da Comissão Nacional da Verdade". O professor afirmou que, o exemplo do general norte-americano Mark Milley, que segundo o livro "I Alone Can Fix It" se negou a aderir "aos delírios antidemocráticos de Trump", os militares brasileiros devem compreender que "o fato de deterem o monopólio da violência impõe que se abstenham do jogo político" democrático, bem como de aceitar cargos no governo e "soltar notas temerárias contra as instituições democráticas". Também em coluna opinativa à Folha, o mestre em ciências militares, Marcelo Pimentel Jorge de Souza, afirmou que o país é, hoje, governado por um grupo informal e coeso composto por militares, denominado "partido militar". Formado por generais e coronéis da "geração de 1970", esse partido representaria mais do que uma simples ala militar, uma vez que tem buscado "conquistar e se manter no poder". Também chamado "partido fardado", o grupo é fruto da interação de três elementos, segundo Souza: a politização das Forças Armadas, a militarização da política e da sociedade, e a pretensão de poder político com características autoritárias. Para além de expressarem opiniões, generais e coronéis tomaram decisões e mudaram os rumos da política desde a chegada ao poder, com a presidência de Jair Bolsonaro: o "núcleo restrito de militares, que controla, orienta e gerencia o governo, o presidente e as narrativas sobre seus papéis políticos", mostrou-se como um "verdadeiro partido político". De acordo com Souza, a constituição de tal "partido fardado" se revelou arriscada e imprópria, dado que o movimento em direção à política abala "os alicerces da muralha que deve manter as Forças Armadas de países livres e democráticos em seu espaço institucional". A falta de punição àqueles que descumpriram normas e regimentos também contribuiu para o enfraquecimento dos alicerces democráticos que envolvem as Forças. Nesse sentido, Souza sustentou, por fim, que somente por meio do poder civil – representado pelo voto de parlamentares, de juízes e do eleitor – será possível reconstruir a "muralha" que vem

sendo destruída pelo partidarismo e pela inconstitucionalidade da "geração de 1970". Já em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou que os integrantes das Forças Armadas que ocupam posições no governo "são patriotas com aptidões que podem ser muito úteis nas atividades civis, mas não têm a competência dos técnicos e gestores públicos de carreira". Segundo Azedo, a atual presença de militares no poder tem representado uma "tutela militar [que é a] gênese do autoritarismo corporativista [...] incompatível com a Constituição de 1988". De acordo com o jornalista, uma pesquisa revelou que existem, hoje, cerca de 6,2 mil oficiais nos altos escalões do governo que são, sobretudo, da ativa. Tais números demonstram, para Azedo, uma subversão da hierarquia militar e uma ameaça à democracia, que se revelou, por exemplo, no envolvimento de membros das Forças Armadas em "negociações onerosas" de vacinas: metade dos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 nesse âmbito possui alguma patente militar. (*Correio Braziliense* - Política - 18/07/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 17/07/21; *Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 17/07/21; *Folha de S. Paulo* - Ilustríssima - 18/07/21)

### **Ministro da Defesa adverte que, sem voto impresso, não haverá eleição em 2022**

Em uma série de matérias, os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* discutiram movimentações do general e ministro da Defesa Walter Braga Netto. Primeiramente, no dia 20/07/21, o *Correio* reportou que, em evento de homenagem a Santos Dumont, patrono da Aeronáutica, em uma base da Força Aérea Brasileira (FAB) em Brasília, o ministro discursou que o Brasil precisa de "homens públicos com coragem moral e ética", lembrando de figuras heroicas do passado. Braga Netto também afirmou que "verdadeiro e Supremo soberano é o povo brasileiro", além de assegurar que as Forças Armadas sempre estarão ao lado do povo brasileiro e da preservação dos "valores nacionais" e da estabilidade nacional. Além disso, o *Correio* ressaltou que a fala esteve dentro do contexto de tensão entre as Forças Armadas e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, após alegações de corrupção cometida por militares. Segundo *O Estado*, Braga Netto, teria mandado um recado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), por meio de um interlocutor político, alegando que as eleições de 2022 somente ocorreriam mediante a aprovação do voto impresso, ao qual Lira teria procurado o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e respondido que não participaria de nenhuma ruptura institucional. A *Folha* comunicou que, em nota, Braga Netto negou a informação, argumentando que não se comunica com presidentes de outros Poderes por meio de terceiros. Na mesma nota, Braga Netto afirmou que as Forças Armadas irão sempre atuar nos limites da Constituição e voltou a defender o voto impresso, bandeira do bolsonarismo, dizendo que o povo deseja transparência e legitimidade nas eleições e que a discussão acerca do voto impresso auditável é legítima nesse viés. Lira desmentiu o ocorrido ao ser questionado pela *Folha*, mas em comunicado em rede social não desmentiu as ameaças. Segundo o jornal, Lira dissipou a crise ao dizer que "As últimas decisões do governo foram pelo reconhecimento da política e da articulação como único meio de fazer o país avançar", se referindo às recentes mudanças ministeriais realizadas por Bolsonaro. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, afirmou ter conversado com Lira e Braga Netto e disse que ambos desmentiram qualquer ameaça às eleições. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), também comentou o ocorrido: "É lógico que vai ter eleição. Quem é que vai proibir eleição no Brasil? Por favor, gente. Nós não somos república de banana", acrescentando que não há espaço para um regime autoritário. Mesmo assim, Mourão continuou a defender o voto impresso e atualizações no sistema eleitoral brasileiro. Tais movimentações não repercutiram bem entre parlamentares, juízes e instituições. O *Correio* afirmou que a negativa de Braga Netto não foi suficiente para convencer o meio público que o ministro não havia ameaçado as eleições. Segundo apuração da *Folha*, Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), reiterou que as Forças Armadas devem respeitar o debate sobre a urna eletrônica, para que ele ocorra em meios institucionais, de modo a não haver "coaçoões autoritárias armadas". Deputados e senadores acreditam que a atitude de Braga Netto na pasta da Defesa tem sido demasiada subserviente, e que o ocorrido aumentará a adesão contrária ao voto impresso, tanto na Câmara quanto nas ruas, mas não acreditam que Bolsonaro irá diminuir a participação militar em sua gestão. Além disso, segundo *O Estado*, partidos se articularam

para derrubar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, e diversas manifestações em defesa da democracia foram comunicadas, assim como a demanda pela convocação do Ministro da Defesa para prestar esclarecimentos. O ministro do STF, Edson Fachin, também se pronunciou, dizendo que o sistema eleitoral "encontra-se desafiado pela retórica falaciosa, perversa, do populismo autoritário". (Correio Braziliense - Política - 20/07/21; Correio Braziliense - Política - 23/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 23/07/21)

### **Repercussão sobre a possível ameaça do general da reserva Walter Braga Netto I**

Conforme o periódico Correio Braziliense, a declaração do ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, complicou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135 de 2019, que prevê a inclusão do voto impresso nas eleições. Segundo o jornal, parlamentares afirmaram que Braga Netto dificultou a aprovação da PEC do governo. O deputado federal Hildo Rocha declarou "Eu acho que ela vai ser enterrada. Vai ser arquivada. Ele (Braga Netto) jogou uma pá de terra na PEC. Já estava difícil ser aprovada, com essa mensagem de Braga Netto, ficou impossível". Já o deputado federal Fabio Trad afirmou que "O Congresso não pode baixar a cabeça. Se a Câmara votar favorável à PEC, a sociedade vai imaginar que foi por causa da declaração de Braga Netto, assim, estaríamos nós submetendo a um relacionamento com domínio e submissão, com ameaças e chantagens. Isso fulminaria e aniquilaria o princípio da tripartição dos poderes. Seria a declaração de um regime ditatorial." Além disso, o jornal Folha de S. Paulo, publicou três editoriais sobre o assunto, dois redigidos pelos jornalistas Cristina Serra e Hélio Schwartzman. Ambos os editoriais repudiaram as supostas ameaças do general da reserva Braga Netto, e criticaram a participação de militares em assuntos civis, como também repudiaram a impunidade crescente de militares que ferem a Constituição, e se envolvem cada vez mais diretamente no governo e na política do país. Já o periódico O Estado de S. Paulo, o ex-secretário de Justiça Aloísio de Toledo César, expressou por meio de coluna opinativa sua conclusão sobre a ameaça do ministro da Defesa "Aquele que tem espadas na mão pode sentir a compulsão de atirá-la sobre a mesa na hora de uma negociação". Aloísio defendeu a separação entre os militares e o governo, e a submissão de civis e militares à Constituição brasileira, e à democracia. Em entrevista o ex-presidente da Comissão de Ética da Presidência da República Mauro Menezes, no mesmo periódico, afirmou que Braga Netto cometeu crime de responsabilidade, que é passível de punição. Menezes ainda afirmou "O ministro da Defesa não tem nenhuma competência para interferir em assuntos que digam respeito ao cumprimento do calendário eleitoral". Existem fatos a serem apurados, necessariamente. Uma vez confirmado este gesto (a ameaça à realização das eleições de 2022), nós estamos diante de um crime de responsabilidade cometido por um ministro de Estado. De acordo com o artigo 7.º da Lei de Impeachment, constitui crime de responsabilidade impedir, inclusive por ameaça, o livre exercício do voto. Utilizar o poder federal para impedir a execução de uma lei eleitoral também consta deste artigo 7.º como crime de responsabilidade e como hipótese de impeachment de ministro." (Correio Braziliense - Poder - 24/07/21, Folha de S. Paulo - Opinião - 24/07/21, Folha de S. Paulo - Coluna Opinativa - 24/07/21, O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 24/07/21, O Estado de S. Paulo - Política - 24/07/21)

### **Repercussão sobre a possível ameaça do general da reserva Walter Braga Netto II**

Segundo o jornal Correio Braziliense, no dia 24/07/21, Bolsonaro fez um passeio entre a Estrutural e a Asa Norte de Brasília e estava acompanhado do General da reserva Walter Braga Netto em alguns desses momentos. Já no final, quando perguntado sobre a carta enviada por Braga Netto ao atual presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira, que configurou uma possível ameaça, Bolsonaro não respondeu. O jornal Folha de S. Paulo, lembrou um caso ocorrido no dia 23/04/20 em que Braga Netto havia desmentido uma situação na qual estava correta, isso porque o general voltou a desmentir um ocorrido, também, agora sobre o envio à Arthur Lira do pedido sobre o voto impresso. Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, Elio Gaspari afirmou que o efeito bolsonarista nas Forças Armadas pode ser visto por meio da crença da opinião pública nas duas jornalistas que noticiaram a ameaça do que na nota contestatória do general quatro estrelas e ministro da Defesa. Ainda na Folha de S. Paulo, Eliezer Rizzo de Oliveira, cientista político e

professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), comentou as repercussões do caso em uma entrevista e disse que 'protagonismo militar está em pleno ato', comparou a situação com a invasão do Capitólio por trumpistas nos Estados Unidos e diz que o desenho de uma crise vem da manifestação pelo voto impresso, sim, mas que desde 2018 um conjunto de interesses mobilizou as Forças Armadas como num partido "verde-oliva", adjunto a candidatura de Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/07/21)

### **Colunistas comentaram sobre golpistas**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, Celso Rocha de Barros comentou a não tão iminência de golpe que foi incitada pelo ministro da Defesa, Braga Netto, na semana passada proferida ao Presidente da Câmara. De acordo com Barros, não basta que as FFAA não compactuem com o golpe que Bolsonaro e alguns militares da ativa vêm insinuando, eles devem, afirmou ele, abrir fogo contra qualquer pessoa que queira interferir na democracia do país, seguindo o exemplo de posicionamento que as FFAA estadunidenses tiveram no início do ano. Nas palavras do autor: "Devem abrir fogo mesmo se os golpistas forem militares ou policiais que, por terem alma de desertor, escolham Bolsonaro contra a pátria. Se o próprio presidente da República der a ordem do golpe, deve ser preso. Se resistir, deve ser morto". Nesse sentido, o autor denotou que as Forças Armadas devem intervir em qualquer cenário de golpe e fazer com que o órgão funcione como instituição, de acordo com os preceitos que regem a sua existência. Marcelo Coelho, por sua vez, em coluna à Folha de S. Paulo, afirmou que as ameaças de golpe "uma vez caindo no vazio" fortaleceram o centrão. Para o mestre em sociologia, se por um lado as provocações de Braga Netto acerca das eleições "não intimidaram ninguém", de outro, Coelho apontou a falta de reações que seriam necessárias em uma democracia. Para o autor, a resposta correta seria a prisão de "qualquer militar que se metesse a dar recados ao poder civil". Mesmo sem as prisões que julgou coerente, Coelho não acredita haver um sentimento de medo em relação aos militares e vê no "ultrabolsonarismo militar" um "tiro pela culatra", já que ameaças de golpe que não se concretizam acabam por fortalecer o papel do Centrão como contrapeso a "um presidente enlouquecido". Já o jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o Correio Braziliense, afirmou que um golpe antes das eleições é muito improvável, mas que numa eventual vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, é um risco a ser considerado. O autor chamou a atenção para o risco de que o discurso de que o sistema eleitoral brasileiro é passível de fraude funcione para desacreditar o resultado das eleições caso Bolsonaro seja derrotado. Além disso, comparou Bolsonaro e Lula a Carlos Lacerda e Getúlio Vargas, nas eleições de 1950. "O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar", teria dito Lacerda, segundo citação do jornalista. A diferença, pontuou, é que o atual governo tem mais militares e as Forças Armadas podem se politizar em rejeição a Lula e ao Partido dos Trabalhadores. O jornalista afirmou que Bolsonaro trabalha para isso, com o intuito de impedir a posse de Lula, mesmo que vença as eleições. (Correio Braziliense - Política - 30/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 26/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 28/07/21)

### **Pedido de investigação sobre nota de Walter Braga Netto foi enviado a Procuradoria Geral da República**

Segundo a Folha de S. Paulo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, solicitou no dia 27/07/21, um pedido de investigação sobre o pronunciamento de Walter Braga Netto, ministro da Defesa, acerca das realizações das eleições de 2022. O envio deste pedido, explicou a Folha, trata-se de um procedimento de praxe, "já que o órgão é o responsável por investigar autoridade com prerrogativa de foro no tribunal". A solicitação foi referente a uma nota de Braga Netto ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, na qual dizia que "sem a aprovação do voto impresso, não haveria eleições em 2022", lembrou o periódico. Ademais, conforme exposto pelo Correio Braziliense, no mesmo dia de sua publicação, isto é, no dia 08/07/21, Bolsonaro repetiu a "ameaça de Netto", afirmando que "ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições". Em resposta a esses acontecimentos, o vice-presidente



da República Hamilton Mourão se pronunciou e reiterou que eleições em 2022 correrão: "É lógico que vai ter eleição. Quem é que vai proibir eleição no Brasil? Por favor, gente. Nós não somos república de banana", lembrou a Folha. Nesse sentido, em coluna opinativa à Folha, a jornalista Mônica Bergamo afirmou que o Procurador-geral da República, Augusto Aras, vai intimar Braga Netto para que o ministro explique a nota enviada a Lira. Ademais, "Aras quer ouvir também o presidente da Câmara dos Deputados", comentou a jornalista. Somente após esses procedimentos, decidirá sobre abertura de um inquérito, afirmou Bergamo. O Estado de S. Paulo, por sua vez, comentou o pedido de Mendes para que o STF se manifestasse sobre as petições de investigação contra Braga Netto. As petições, explicou o periódico, reafirmam a importância da investigação ante um risco à democracia. Na Câmara dos Deputados tramita uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pede para que uma "nova etapa" da auditoria de votos seja feita, por meio da inclusão de impressoras nas urnas eletrônicas. Segundo O Estado de S. Paulo, a tendência é que o pedido, cuja autoria é da deputada bolsonarista Bia Kicis, não seja aprovado. O General Braga Netto, que será ouvido no dia 17/08/21, somado a uma série de pedidos de esclarecimentos feitos às Forças Armadas, lembrou o jornal. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 28/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/07/21)

### **Coronel da reserva fez comentários sobre urnas eletrônicas junto a Bolsonaro e Tribunal Superior Eleitoral abriu inquérito para apurar conduta do presidente**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o coronel da reserva do Exército, Eduardo Gomes da Silva, participou de transmissão ao vivo do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre as urnas eletrônicas em 29/07/21. Gomes da Silva foi apresentado por Bolsonaro como "analista de inteligência" e o presidente afirmou que o coronel estava retransmitindo informações que lhe foram passadas por outra pessoa, que optou por não aparecer devido a "muita preocupação pela sua exposição". Segundo O Estado, o coronel, que já foi oficial de inteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE), foi indicado a um cargo no Palácio do Planalto em 2020 pelo general da reserva Luiz Eduardo Ramos, à época chefe da Secretaria de Governo. Posteriormente, Gomes da Silva acompanhou Ramos para o novo cargo de assessor especial da Casa Civil, onde permanece até hoje. Segundo oficiais ouvidos pelo jornal, o coronel já demonstrava simpatia por Bolsonaro enquanto estava na ativa, em 2018, "patrulhando" grupos virtuais de militares contra "críticos da partidização". Durante a transmissão, o coronel afirmou que as urnas têm "problemas" e precisam de "melhorias", sem apresentar provas dessas afirmações. A Folha, O Estado e o Correio Braziliense noticiaram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade abrir um inquérito administrativo para investigar as acusações proferidas por Bolsonaro contra o sistema eleitoral, sem apresentar nenhuma prova. Em sessão, o presidente Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que o Judiciário precisa "vislumbrar o momento adequado para erguer a voz diante de eventuais ameaças", e chegou a mencionar as Forças Armadas em seu discurso, em decorrência das últimas falas do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, mas desistiu, e por fim reforçou a importância de respeitar a constituição. O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, destacou que o Brasil está à beira de uma "erosão democrática", e apesar de não mencionar diretamente, as mensagens de Fux e Barroso deixaram em evidência seus alvos, que segundo O Estado, inclui as Forças Armadas. Em editorial, O Estado ressaltou a importância de "finalmente", o judiciário "passar da palavra à ação, [...] cumprindo seu papel institucional". Em coluna opinativa ao Correio, o jornalista Luiz Carlos Azevedo criticou a postura de Bolsonaro, que se vê como figura inquestionável, e ressaltou que o poder instalado na Presidência é institucional, "sujeito aos freios e aos contrapesos dos demais poderes", e o Brasil é uma democracia de massas, consagrada pela constituição de 1988. Azevedo colocou o regime militar como paradigma do presidente, e o caracterizou como um conspirador contra a alternância do poder, pois não há outra maneira de explicar seu posicionamento de ataque às instituições, inclusive àquela que o elegeu. Azevedo também ponderou sobre as manobras de Bolsonaro no que diz respeito às eleições e à atuação dos militares. Em sua visão, Bolsonaro se apoia nas Forças Armadas e no Centrão, enquanto busca minar o poder do STF e do TSE, usando como ferramentas a descentralização da apuração das eleições e a adoção do voto impresso.



Ademais, Azedo argumentou que, consciente que as Forças Armadas não estão dispostas a interferir nas eleições, Bolsonaro busca acirrar a crise entre as alas mais saudosistas do regime militar e o STF, de modo a dificultar a realização do pleito em 2022. Em coluna ao mesmo periódico, o jornalista André Gustavo Stumpf classificou a política do presidente como a de "nível mais baixo desde que o Brasil se tornou independente", comprometendo negociações e demonstrando uma má educação em seus relacionamentos. Segundo Stumpf, Bolsonaro se elegeu sem projeto de Brasil, sustentando ideias religiosas, reacionárias e negacionistas, e instaurou um governo de intenso envolvimento militar, militares esses que vem se desgastando diante da opinião pública, e se envolvendo no governo de maneira constrangedora, resultado da "jogação" de militar contra militar promovida pelo presidente. (Correio Braziliense - Opinião - 03/08/21; Correio Braziliense - Política - 03/08/21; Correio Braziliense - Política - 06/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21; O Estado de S. Paulo - Especial - 04/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/08/21)

### **Retomada das atividades no STF contemplará discussão de ameaças feitas por Braga Netto**

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que a retomada das atividades no Supremo Tribunal Federal (STF) contemplará discussões sobre as ameaças feitas pelo general Walter Souza Braga Netto, ministro da Defesa, sobretudo sobre o "recado" dado ao presidente da Câmara dos Deputados acerca da impossibilidade de realização das eleições de 2022 sem a aprovação do voto impresso. De acordo com a Folha, o relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, já se manifestou nas redes sociais exigindo respeito às instituições por parte das Forças Armadas. Segundo O Estado, além de Gilmar Mendes, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, vem sendo pressionado para se manifestar sobre a declaração de Braga Netto de que "não haveria eleições em 2022 se não houvesse voto impresso e auditável". Fux pretende utilizar o tradicional discurso de retomada dos julgamentos após o recesso do Judiciário, no dia 02/07/21, para "destacar que os Poderes não podem extrapolar seu papel", além de exaltar a "importância da estabilidade democrática", reafirmando que não admitirá ruptura institucional. Ainda de acordo com o periódico, Fux avaliou, em conversas reservadas, a possibilidade de citar as Forças Armadas e Braga Netto em seu discurso, ou manter o tom "mais genérico" para evitar animosidade com as Forças Armadas. Em seu editorial, o Estado avaliou o comentário de Braga Netto: é "um atentado contra o regime democrático a tentativa de impor alguma condição para a realização das eleições". Ainda segundo O Estado, no dia 03/08/21, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou a convocação de Braga Netto, com o intuito de ouvir as explicações do ministro acerca de suas declarações. Conforme publicado pela Folha de S. Paulo, no dia 04/08/21, o requerimento foi protocolado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) e a previsão é para que o depoimento ocorra no dia 17/08/21. De acordo com o Correio Braziliense, o procurador-geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, está sofrendo pressões internas em razão de seu "silêncio" perante os "ataques de Jair Bolsonaro às instituições". Segundo subprocuradores ouvidos pelo periódico, essa "postura excessivamente discreta" não deverá continuar por muito tempo, já que "quanto menos o procurador age, mais os outros Poderes se movimentam". O Correio ressaltou que "para piorar", Gilmar Mendes determinou que a Procuradoria Geral da República (PGR) se manifeste sobre os pedidos de investigação contra Braga Netto e suas declarações sobre o voto impresso. (Correio Braziliense - Política - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 01/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/08/21)

### **Colunas e entrevista avaliam discursos de militares e a conjuntura política**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o geógrafo Demétrio Magnoli afirmou que "os golpistas brasileiros" no entorno do presidente da República, Jair Bolsonaro, utilizam a palavra liberdade como senha para reconhecerem uns aos outros, citando como exemplo a nota recente do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, e outra anterior, assinada em conjunto com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em repúdio às declarações do senador Omar Aziz, na qual afirmaram o compromisso das Forças

Armadas com a "liberdade do povo brasileiro". Magnoli destacou que as afirmações funcionam, por um lado, para testar a tolerância do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) diante da ameaça, e de outro, "enviam sinais para grupos bolsonaristas em quartéis militares e policiais" para indicar claramente sua posição política. Em análise, a Folha avaliou a atual conjuntura do governo Bolsonaro, apontando a impopularidade do presidente. Em uma parte do texto, também comparou Bolsonaro ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lembrando como após perder as eleições para Joe Biden em 2020, o então mandatário estadunidense - apontado também como um ídolo e "prole" de Bolsonaro - promoveu "a farsa da intencionalidade de 6 de janeiro", isto é, provocar uma massa de pessoas a invadir à força o Legislativo estadunidense para impedir a confirmação de posse de Biden. Mesmo com o fracasso do intento, ainda assim houve danos institucionais e repercussões, como uma manifestação anti-golpista dos chefes das Forças Armadas dos Estados Unidos. Nisso, a análise apontou que o Ministério da Defesa - liderado por Braga Netto - está indo "na direção contrária" ao que os norte-americanos fizeram. Por outro lado, o jornal também afirmou que os comandantes das Forças brasileiras ainda assim prometem legalismo, mesmo que de forma discreta e longe do público. Em entrevista ao Correio Braziliense, o ex-deputado federal Alberto Fraga afirmou que pelo fato de os militares não serem "treinados" à prática política, eles cometem erros, pois essa prática exige habilidade que a formação militar não proporciona. O ex-parlamentar, que indicou ainda apoiar o presidente da República, considerou a pandemia como o principal vetor de desgaste do governo Bolsonaro e avaliou que foi um erro nomear um ministro da Saúde que não é médico e que inseriu muitos militares - e não técnicos em saúde - em postos chave do Ministério. Fraga justificou que possivelmente Bolsonaro nomeou militares para a pasta da Saúde a fim de acabar com a corrupção, já que militares, na visão de Fraga, apesar da pouca ou nula habilidade política, são disciplinados e fiéis. (Correio Braziliense - Política - 03/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/08/21)

## AGOSTO

### Supremo Tribunal Federal e Exército descartaram possibilidade de golpe

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e integrantes do Alto-Comando do Exército concordaram sobre mitigar as declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre as eleições de 2022. A Folha apurou que generais integrantes do Alto-Comando do Exército, apesar de "críticos em relação à atuação de ministros do STF", afirmaram que as reações do presidente da corte, Luiz Fux, fazem sentido frente ao temor de que a tentativa de invasão do Capitólio estadunidense por apoiadores de Donald Trump se repita no Brasil. A percepção dos militares é de que, apesar de inexistir qualquer possibilidade de golpe por parte de Bolsonaro apoiado pelas Forças Armadas, a crise aberta pelos "arroubos autoritários do presidente" deve se prolongar. Já o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a ruptura democrática seria "desmoralizante" para as Forças Armadas, razão pela qual afirmou não acreditar que elas "se deixem seduzir por esse tipo de retrocesso histórico". Já o decano do STF, Gilmar Mendes, ressaltou que os militares "compreendem seu papel institucional". (Folha de S. Paulo - Poder - 07/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/08/21)

### Ruptura democrática preocupa políticos e jornalistas

Segundo em coluna para o periódico Correio Braziliense, Denise Rothenburg avaliou que a classe política está cada vez mais preocupada com a relação às Forças Armadas na política, mesmo com repetidas falas de militares de que não estão considerando uma possível ruptura democrática. Ainda segundo o periódico, a intimidação feita pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para defender seus interesses a partir das Forças Armadas é uma das causas para a tensão entre os três poderes. A colunista lembrou que recentemente, na Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) acusou o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, de espionagem. Em coluna opinativa, ainda no Correio Braziliense, Luiz Carlos Azedo lembrou as intervenções ocorridas na história do país pelos militares desde a proclamação da República em 1889, e argumentou que em nenhum dos casos a intervenção foi moderadora, mas sempre com caráter de derrota democrática. Ainda segundo o autor, o "Partido Fardado", pequeno grupo de generais liderados por Braga Netto, tenta tensionar a

alta hierarquia das próprias forças armadas, principalmente do Exército, na defesa de interesses políticos. Na Folha de S. Paulo, Jânio de Freitas também comentou a ameaça à democracia brasileira, ao elucidar a paralisia das instituições: a Câmara dos Deputados e o Senado liderados por políticos que não estão à altura do cargo, nem do momento; o judiciário, que está sozinho; e a Procuradoria Geral da República contida pelo carreirismo de Augusto Aras. Assim, Freitas concluiu que caso ocorra o golpe, não faz diferença se for pleno ou parcial, já que teve permissão para ocorrer. (Correio Braziliense - Política - 08/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/08/21)

### **Militares negaram ameaça a eventual posse de Lula**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), solicitou a aliados, como o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, que se reunissem com membros do Exército para apurar como sua possível eleição seria recebida pelas Forças Armadas. O discurso de oficiais da ativa e da reserva, dentre eles o ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e o general da reserva Sérgio Etchegoyen, tem sido de resistência a aprofundar diálogos, devido à "tentativa de tirar de comandantes a prerrogativa de escolha nas promoções e a forma com que Dilma conduziu a Comissão Nacional da Verdade", que segundo eles deveria também ter apontado os crimes da luta armada contra a ditadura, conforme teria sido pactuado com o ex-presidente. Contudo, também foi consenso entre eles a afirmação de que "prestarão continência a qualquer pessoa eleita", não havendo qualquer tipo de óbice por se tratar do petista. Um líder político de centro ouvido pela Folha e que conversou com comandantes militares recentemente partilhou com o periódico a impressão de que Jair Bolsonaro se encontra isolado do setor militar pelos recentes atritos envolvendo o general da ativa Eduardo Pazuello e a renúncia conjunta dos três comandantes das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/08/21)

### **Desfile militar na Esplanada dos Ministérios I: tramitação da PEC do voto impresso**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, a Praça dos Três Poderes, em Brasília, recebeu no dia 10/08/21 um desfile militar. Segundo os jornais, o evento foi organizado pela Marinha para convidar o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para assistirem à tradicional Operação Formosa, que ocorre todos os anos desde 1988 no estado de Goiás. No entanto, foi a primeira vez que Exército e Força Aérea participaram, que o Ministério da Defesa coordenou a Operação e que um desfile militar ocorreu na Esplanada e no Palácio do Planalto em um dia útil. Para realização do comboio, foram mobilizados carros anfíbios, obuseiros da Marinha, blindados, lançadores de mísseis, viaturas policiais, tanques e cerca de 2500 membros das Forças Armadas. Os jornais ressaltaram que o comboio partiu do Rio de Janeiro e chegou ao Planalto no mesmo dia em que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso que propunha mudanças no sistema eleitoral, atualmente realizado via urnas eletrônicas, tramitava no Congresso Nacional. A PEC é uma bandeira defendida pelo presidente e por aliados, incluindo militares. Desde que o desfile foi anunciado, diversos parlamentares e membros do Judiciário se pronunciaram a respeito e muitos alegaram que o desfile se tratava de uma manobra para pressionar, intimidar e influenciar os parlamentares a votarem a favor da PEC, além de terem sido pegos de surpresa, como, segundo o Correio, também o foram oficiais do Alto Comando. O jornal também destacou que, de acordo com fontes militares anônimas, a inclusão das sedes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso no trajeto foi definida e ordenada pelo Ministério da Defesa. A Folha e O Estado, porém, apontaram que o desfile e o desvio do trajeto no dia da votação da PEC foram ordem de Bolsonaro para pressionar os deputados e, de acordo com O Estado, foi dada na sexta-feira anterior, quando Bolsonaro já sofria os "reveses" do voto impresso. Conforme apontou a Folha, os internautas compararam o Brasil com a Coreia do Norte devido ao exibicionismo que ocorreu no país meses atrás. O Correio e a Folha destacaram que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, classificou como uma "trágica coincidência" que o desfile e a votação tenham acontecido no mesmo dia, mas que tal ocorrência "não é usual", o que se torna um problema num país "polarizado" como o Brasil. A senadora Simone Tebet classificou como uma ação de "intimidação" e "inconstitucional",

passando de “simbolismo” para “intimidação real”. O senador Randolfe Rodrigues declarou que se tratava de uma “demonstração de covardia” e não de “força”, enquanto o senador Alessandro Vieira questionou o desperdício de verbas públicas numa “exibição vazia de poderio militar” e protocolou na Justiça Federal da 1ª Região junto a outros parlamentares uma ação pública requerendo que o desfile fosse impedido, o que foi indeferido. De acordo com o Correio, para Celso Amorim, ex-ministro da Defesa no governo da ex-presidente da República Dilma Rousseff, o desfile é “preocupante diante da crise institucional entre o Palácio do Planalto e os outros Poderes”, além de interpretá-lo como uma “ameaça”, seja consciente ou inconsciente. Além disso, Amorim entendeu o desfile como uma demonstração de apoio dos militares a Bolsonaro. Ao mesmo jornal, Aldo Rebelo, que também chefiou a pasta da Defesa no governo Rousseff, manifestou estar “confiante” de que as Forças Armadas não “embarcariam numa ‘aventura’ com Bolsonaro”, já que, embora o apoiem em qualquer “tarefa de interesse público”, não violariam a Constituição. Em coluna ao Correio, o jornalista Luiz Carlos Azedo chamou o desfile militar de “tanqueata” e destacou como “gesto equivocados” de Bolsonaro, que está “empenhado em constringer os comandantes militares a fazerem demonstrações de alinhamento político”. Para Azedo, o evento tratou de corroborar as ameaças feitas por Braga Netto de não realizar eleições em 2022 caso a PEC não seja aprovada. Para a jornalista Denise Rothenburg, em coluna ao mesmo jornal, “se corresse, ficaria pior” e a decisão da Marinha de manter o desfile seria uma prova de que já estava previamente agendado. Por sua vez, a Marinha emitiu uma nota negando que o evento tivesse a intenção de pressionar e que havia sido planejado antes da agenda de votação da PEC ser definida. Para O Estado, o ex-ministro da Defesa do governo de Michel Temer, Raul Jungmann, classificou como “despautério” e que nunca tinha acontecido de Bolsonaro envolver a Instituição [Forças Armadas] na “defesa de seu governo” e acredita que isso “se voltará contra ele”. O jornal lembrou que Bolsonaro havia feito duas tentativas de “exibição de força”, mas somente esta foi acatada pelo Ministério da Defesa. Para a jornalista Cristina Serra, em coluna à Folha, “o fator militar” é o que se impõe como dificuldades aos intentos de golpe de Bolsonaro, pois acredita que não seja certo quantos militares efetivamente o apoiariam. Serra aponta que muitos militares, ao falarem com a imprensa, o fazem “off the record” e seria preciso distinguir informação e blefe. No entanto, para ela, Bolsonaro apenas precisaria do apoio de alguns setores da Instituição, e então, para “a quebra institucional” bastaria uma “canetada”. A jornalista classificou o desfile como “marcha da insensatez” e salientou a responsabilidade de Lira no evento por ter “prolongado” a questão do voto impresso. Para o jornalista Álvaro Costa e Silva, em coluna ao mesmo jornal, além de todos os problemas que se impõem na gestão de Bolsonaro, acrescenta-se o “golpe em curso, se é que já não vivemos dentro dele”. O desfile, para Costa e Silva, impede que a situação seja classificada apenas como “crise institucional”, e fazê-lo seria “maquiar a realidade”. Também à Folha, o jornalista, eclesiástico e escritor Frei Betto questionou se o Brasil já não estaria vivendo uma ditadura, pelas convicções fascistas de Bolsonaro, seu apreço pelo regime militar de 1964 e lembrou as declarações do comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista Junior, ao jornal O Globo de que caberia às Forças Armadas “tutelarem a democracia”, que “não abririam mão disso” e “homem armado não ameaça”. Frei Betto ainda rememorou as vésperas do golpe de 1964 quando militantes de esquerda acreditavam que as instituições “eram sólidas” e não havia risco de ruptura, além do “respaldo militar” a João Goulart, o então presidente da República. Frei Betto declarou que “onde há fumaça, há fogo” e é “ensurdecido silêncio dos militares da ativa”. Em coluna ao Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde reiterou que o trajeto do desfile militar pela Esplanada foi ordem política do Planalto e do Ministério da Defesa diante da iminente derrota da PEC no Congresso. Para Cantanhêde, oficiais da três Forças estão “morrendo de vergonha” e acreditava que o desfile seria “um tiro n’água”, porém, “ameaçador” e o pior é “a submissão das Forças Armadas às pirraças infantis e irresponsáveis de Bolsonaro”. Segundo a Folha, um dia antes da votação da PEC, representantes do Foro Conservador, o qual reúne cerca de 76 movimentos de direita, entregaram ao presidente Jair Bolsonaro uma carta em que se colocam à disposição para irem às ruas em favor do voto impresso. Segundo o texto, o grupo clamou para que as Forças Armadas façam o seu papel histórico e “estejam atentas às possíveis tentativas antidemocráticas de golpe contra a nossa República e ataques à nossa Constituição”. Apesar dos anseios do

governo Bolsonaro, a PEC foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, segundo reportagem do Correio Braziliense no dia 11/08/21. Para ser aprovada, a proposta precisaria ter pelo menos 308 deputados a favor de sua aprovação, número que compõe três quintos da casa. Contudo, durante a sessão, teve apenas 229 votos favoráveis - e 218 desfavoráveis, explicou o jornal. Já era esperado a derrota da proposta na Câmara, mas, mesmo que o texto tenha sido derrubado, o Correio indicou que a discussão sobre o "voto auditável" deve continuar ocorrendo. Na visão do periódico O Estado de S. Paulo, segundo matéria publicada no dia 11/08/21, a derrubada da PEC tem um alto custo político, uma vez que é fruto da escada de tensões entre as Instituições e o Presidente, e seu "resultado foi a maior derrota política de Bolsonaro desde que assumiu o mandato, em 2019". (Correio Braziliense - Política - 09/08/21; Correio Braziliense - Política - 10/08/21; Correio Braziliense - Política - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 09/08/21; Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 09/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 10/08/21; Folha de S. Paulo - Paineis - 10/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 10/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 10/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/21)

### **Desfile militar na Esplanada dos Ministérios II: alvo de críticas e piadas**

Recebida primeiramente em meio a críticas, a Operação Formosa, voltada à capacitação de fuzileiros navais, tornou-se um desfile "constrangedor" na Esplanada dos Ministérios no dia 10/08/21, conforme materiais publicados no Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Segundo o Correio, "a precariedade dos equipamentos e ausência de apoiadores transformou a parada num vexame e atingiu diretamente o meio militar", aspecto que fez com que o desfile virasse na internet no formato de memes e piadas. O Correio, a Folha e O Estado reforçaram a ausência significativa de alguns convidados, como Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, e de Hamilton Mourão, vice-presidente da República. Em editorial, o Correio acrescentou que "coincidência ou não de datas, não há como não associar o desfile militar na Esplanada dos Ministérios ontem (10/08/21) à discussão do voto impresso na Câmara dos Deputados". Ainda, na visão do periódico, se de um lado o desfile soou como intimidação e demonstração de força, de outro, mostrou o isolamento do presidente Jair Bolsonaro no Planalto. A Folha, por sua vez, avaliou que "o evento não trouxe nenhum saldo positivo para o governo" e sofreu críticas até de alas que apoiam o presidente. Em coluna ao Correio, Luiz Carlos Azedo comentou o "vexame" que se tornou a exposição militar e avaliou que o desfile "deprimente" foi "na política, uma afronta à democracia; no plano militar, demonstração de fraqueza. Para a política externa, um vexame internacional". Além disso, a exibição acabou por demonstrar um verdadeiro sucateamento dos equipamentos de combate da Marinha, ressaltou Azedo: "não é difícil imaginar gozação nos gabinetes presidenciais dos nossos vizinhos da Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela". Mesmo ante os constrangimentos, Azedo lembrou que é necessário não perder de vista as intenções do presidente da República de "arrastar as Forças Armadas para essa aventura antidemocrática", e que mesmo que tal "empreitada" seja difícil, não é impossível. Por fim, reiterou que o desfile evidenciou o isolamento do presidente não só no âmbito nacional, como também no internacional. Nas páginas da Folha de S. Paulo, a demonstração foi "patética" e rebaixou a imagem das Forças Armadas e do país. Em editorial, o periódico avaliou que a demonstração "despropositada" foi "uma derrota moral e um certificado adicional da enrascada em que os fardados se meteram ao apoiar Bolsonaro e ajudá-lo a montar seu governo" - não que tal movimento fosse necessário, tendo em vista a atuação de Eduardo Pazuello durante seu tempo no ministério da Saúde, lembrou a Folha. Em coluna opinativa à Folha, o jornalista Hélio Schwartzman ressaltou que "se as Forças Armadas se prestaram ao papelão da terça-feira, não foi por obediência devida, mas por golpismo ou pusilanimidade de seus oficiais-generais". Já na visão de Bruno Boghossian, conforme exposto em coluna à Folha, o episódio, usado como ferramenta de intimidação, ocorreu "sob o estímulo do governo Jair Bolsonaro e a complacência de outras instituições", concluindo que "o partido militar está completo". Relembrando a fala de Pedro Aleixo, vice-presidente brasileiro no ano de 1968, a jornalista Mariliz Pereira Jorge avaliou que "enquanto Jair Bolsonaro brinca de "marcha soldado" e desmoraliza as Forças Armadas, a democracia no Brasil vai sendo corroída pelas beiradas". Para a autora, segundo sua coluna à



Folha, pior do que os tanques na rua, é discurso de Bolsonaro de defesa da democracia, enquanto na prática tenta destruí-la. Carlos Alberto dos Santos Cruz, general da reserva e ex-ministro da Secretaria do Governo, criticou o desfile: para a Folha, o general disse que “achou [o evento] desnecessário, inoportuno e inconveniente”. Na visão de Elio Gaspari, o desfile “ecoou a cena em que o presidente americano Donald Trump pretendia comemorar a data nacional de 4 de julho de 2020 (quatro meses antes da eleição) com uma parada militar de aviões sobrevoando grandes cidades e tanques no gramado da Casa Branca”. Como lembrou em coluna à Folha, a pretensão de Trump, nos Estados Unidos, foi mal recebida. Já no Brasil, “Bolsonaro conseguiu seu desfile”. Opinião semelhante foi compartilhada pelo governador de São Paulo, João Dória (PSDB) e pelo vice-presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, segundo reportagem da Folha, no dia 11/08/21. Já na visão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como escrito por Mônica Bergamo para a Folha, o desfile foi “patético”. Para Lula, apesar de Bolsonaro tentar estabelecer um clima de tensão e medo, o mesmo não tem força para promover um golpe militar que se sustente. A mesma reportagem noticiou que o desfile foi criticado durante a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19, no dia 10/08/21. Segundo a Folha, a imprensa internacional também publicou críticas ao desfile militar e à postura de Bolsonaro, tal como nos jornais Le Monde, Clarín, The Guardian, Der Spiegel, Washington Post, ABC e Financial Times. Em comum, as reportagens avaliaram criticamente o desfile como uma demonstração de força de Bolsonaro, indicaram uma crise nas instituições brasileiras, além de um clima de tensão devido aos ataques contra o atual sistema eleitoral, segundo reportagem da Folha. Na avaliação do O Estado, conforme publicado em editorial no dia 11/08/21, o desfile foi “cabal” e se com ele Bolsonaro “pretendia fazer as instituições democráticas se acoelharem, fracassou”. Para Carlos Melo, cientista político e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), o dia do desfile foi de “constrangimentos”, como afirmou em coluna opinativa ao O Estado. Para Rosângela Bittar, em coluna ao mesmo periódico, o desfile mostrou que o presidente “incide na ilusão de que conta com todos os segmentos armados da República”. Ainda em coluna para o Estado, William Waack discorreu acerca do debate que teria emergido entre as Forças Armadas, em decorrência do desfile militar promovido pelo governo federal, sobre o limite da obediência em relação à administração Bolsonaro. De acordo com o colunista, os militares superiores avaliaram que uma “ordem tresloucada dele [Bolsonaro] deixou de ser uma possibilidade e passou a ser uma probabilidade”, mas o afastamento do presidente deveria se dar, somente, por meio de vias legais. Para Waack, as Forças Armadas se encontram divididas e sofrem com a ausência de lideranças. Outra colunista que tratou do tema foi a jornalista Angela Alonso, para a Folha, onde identificou que as reações ao que chamou de “tanqueata presidencial” seguiram três padrões. Por um lado, houve a desmoralização humorística, com referências ao desenho Corrida Maluca, ao quadro Lata-Velha apresentado por Luciano Huck e a montagens comparando o ocorrido ao golpe militar em Mianmar, em fevereiro de 2021, e ao ditador norte-coreano Kim Jong-un. Por outro, houve as respostas sérias de indignação e defesa das instituições, reiterando o império da lei e do Estado de Direito, “pela enésima vez desde o início deste desgoverno”, como escreveu a jornalista. Por fim, a jornalista apontou que também houve a reação ufanista, desapontada, mas “grudada em Bolsonaro e às suas ordens”. A colunista chamou a atenção para a presença de “endinheirados e prestigiosos, empresários, pastores e artistas, que arrastam clientes e crentes” entre os apoiadores de Bolsonaro, citando os cantores sertanejos Sérgio Reis, Zezé de Camargo e Gustavo Lima. E reforçou que nas redes sociais Bolsonaro tem um exército bem equipado em guerra com a democracia. (Correio Braziliense - Política - 11/08/21; Correio Braziliense - Opinião - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Paineis - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 12/08/21)



### **Em cerimônia com uso de máscara opcional, Jair Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas são o poder moderador**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo relataram que, em cerimônia de promoção de oficiais das Forças Armadas ocorrida no Palácio do Planalto em 12/08/21, o cerimonialista da Presidência da República anunciou que a máscara era item opcional. Segundo a Folha, o anúncio inaugurou oficialmente o uso optativo da máscara no Palácio e o cerimonialista fez uma pausa antes de ler a palavra "opcional". O Estado informou que houve risos, nesse momento, do presidente da República Jair Bolsonaro e do ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que estavam sem o item de proteção; e que muitos no local tiraram as máscaras. Na cerimônia, os jornais informaram que o Bolsonaro fez um breve discurso, no qual afirmou que as Forças Armadas são o poder moderador e darão "apoio total às decisões do presidente para o bem da nação". O Correio relembrou, em contraposição, uma menção do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, de junho de 2020, à "missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e garantia da lei e da ordem", o que não acomoda o exercício de poder moderador. Já a Folha relembrou que as declarações sucederam uma série de afirmações golpistas de Bolsonaro, ameaçando inclusive a realização das eleições de 2022. O jornal rememorou que Bolsonaro já disse, em janeiro de 2021, em tom de ameaça, que "quem decide se um povo vai viver na democracia ou na ditadura são as suas Forças Armadas". A Folha também relatou que as declarações sobre o suposto poder moderador são amparadas em um vídeo em que o advogado e professor Ives Gandra Martins afirma que os militares teriam um papel de poder "moderador" em uma situação de crise extrema entre os poderes, mas não para "romper" a lei e a ordem. Segundo o jornal, porém, professores de direito e constitucionalistas são quase unânimes em afirmar que uma intervenção militar representaria uma ruptura institucional. (Correio Braziliense - Política - 13/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/08/21)

### **Presidente do Tribunal Superior Eleitoral se reuniu com o vice-presidente da República Hamilton Mourão sobre apoio dos militares à ruptura democrática**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luís Roberto Barroso se reuniu com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, no dia 10/08/21, enquanto acontecia o desfile militar na Praça dos Três Poderes. No encontro, que não constava da agenda oficial das duas autoridades e foi mantido em segredo, o ministro Barroso indagou sobre a escalada de tensão entre os Poderes e um possível apoio das Forças Armadas a qualquer tentativa de golpe por parte do presidente da República Jair Bolsonaro, e Mourão o teria tranquilizado reafirmando o compromisso do Alto-Comando com a legalidade e que "ninguém impediria as eleições em 2022". (O Estado de S. Paulo - Política - 14/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/08/21)

### **Discurso do ministro da Defesa Walter Braga Netto aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras reviveu a discussão sobre o papel das Forças Armadas**

Segundo os jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, o discurso do atual ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, na tradicional cerimônia de entrega de espadins aos cadetes do 1º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), reviveu discussões sobre o papel das Forças Armadas. No dia 14/08/21, o ministro afirmou aos cadetes que "as Nossas Forças Armadas sempre foram protagonistas dos principais momentos na história do país" e ressaltou que os formandos militares deveriam confiar nos direcionamentos e decisões de seus líderes e superiores. Ao citar o artigo 142 da Constituição Federal durante o discurso, Braga Netto realizou alterações para enfatizar a função das Forças como "instituição mediadora dos Poderes" para a garantia da democracia e da liberdade, o que, de acordo com a Advocacia Geral da União e o Supremo Tribunal Federal, não reflete a correta interpretação do texto constitucional. Para o Correio, a fala do ministro da Defesa apenas reforçou a sua posição, já muito comentada, de "alinhamento às posições de Bolsonaro". Já em seu editorial, o Estado sustentou que o suposto papel de "poder moderador" das Forças Armadas,

defendido pelo presidente da República Jair Bolsonaro e pelo ministro Braga Netto, pressupõe, na verdade, o “estrito cumprimento das ordens presidenciais” por parte dos militares, o que significaria, incluso, apoio à “aventura autoritária” de Bolsonaro. (Correio Braziliense - Poder - 15/08/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 15/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/08/21)

### **Hamilton Mourão reagiu às ameaças de Jair Bolsonaro contra ministros do Supremo Tribunal Federal**

De acordo com os periódicos O Estado de São Paulo e Correio Braziliense, o vice-presidente, Hamilton Mourão, declarou que acha muito improvável que os membros do Senado Federal aprovem o impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração veio logo após as ameaças feitas pelo presidente da República Jair Bolsonaro, após os membros do Supremo decretarem a prisão de Roberto Jefferson, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro e aliado de Bolsonaro. O vice-presidente também declarou que não enxerga Roberto Jefferson como uma ameaça para a democracia brasileira e se disse contrário ao voto impresso. (Correio Braziliense - Poder - 16/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/08/21)

### **Jornalista discorreu acerca das tensões democráticas**

Em coluna opinativa ao periódico Correio Braziliense, o jornalista André Gustavo Stumpf discorreu acerca das possibilidades que o futuro guarda para a política brasileira, pois, um golpe militar sem o apoio de Washington é quase que uma “missão impossível”, já que o presidente da República Jair Bolsonaro iniciou suas relações com o presidente norte-americano Joe Biden com o ‘pé esquerdo’. A pouco tempo, Jake Sullivan que é o conselheiro de segurança nacional do Estados Unidos, se encontrou de maneira discreta com Bolsonaro, pautando sua visita em três principais temas: a preservação ambiental, distanciar a Huawei do leilão do sistema 5G brasileiro e a defesa da democracia do país, oferecendo inclusive a possibilidade de integração do Brasil a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) - o encontro ocorreu antes do desfile de blindados na Esplanada dos Ministérios durante a votação do voto impresso. As relações militares entre os brasileiros e estadunidenses são benéficas ao setor, e a possibilidade de rompimento desse laço pode trazer grandes prejuízos. O jornalista chegou a citar o fato de Hugo Chávez, Benito Mussolini e Adolf Hitler terem sido eleitos, e que Bolsonaro está seguindo o roteiro de “formação de líderes populistas”, desses ditadores. (Correio Braziliense - Opinião - 17/08/21)

### **Ministro da Defesa negou ameaça das Forças Armadas aos Poderes**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, negou as acusações de ameaças feitas pelas Forças Armadas ao Estado Democrático de Direito. As declarações foram feitas em uma audiência conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Trabalho, Administração e Serviço Público. Braga Netto negou ter ameaçado a ocorrência das eleições de 2022, caso o voto impresso não fosse aprovado, citando que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, também desmentiu o ocorrido. O general evitou expressar opiniões sobre o voto impresso, mas defendeu suas falas anteriores, afirmando que existe uma criminalização “se a pessoa tem uma posição diferente”. Além disso, Braga Netto argumentou que o desfile de blindados que ocorreu no mesmo dia da votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso havia sido planejado com meses de antecedência, e não teve a intenção de ameaçar os Poderes. Na Comissão, Braga Netto também afirmou que as restrições aos desfiles em comemoração à Independência do Brasil foram impostas em virtude da pandemia, mas disse que exposições, bandas e outras demonstrações ainda podem ocorrer dependendo da conjuntura de cada localidade. Por último, em sua fala mais controversa, Braga Netto afirmou que o Brasil não passou por uma ditadura (1964-1985), chegando a negar a tortura e as execuções. Segundo ele, “Houve um regime forte, isso eu concordo. Cometeram exceções dos dois lados, mas isso tem que ser analisado na época da história, de Guerra Fria e tudo o mais. Não pegar uma coisa do passado

e trazer para os dias de hoje". (Correio Braziliense - Política - 18/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/08/21)

### **Jornalistas comentaram declaração de Augusto Heleno sobre "poder moderador"**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou a declaração do general da reserva e chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, Augusto Heleno, quando afirmou ser constitucional o uso do artigo 142 da Constituição Federal pelas Forças Armadas para "coibir excessos" e agir como "poder moderador". O jornalista pontuou que a proposta é um "estupro constitucional", e que Heleno têm plena consciência disso, se utilizando do recurso para "agitar a extrema-direita". Costa e Silva concluiu que o que não está explícito na lei não deve ser cumprido, e que o general "faria melhor" se dedicando à composição de paródias musicais, relembrando a campanha eleitoral do presidente da República, Jair Bolsonaro, em 2018, em que Heleno cantou "se gritar pega centrão / Não fica um, meu irmão". Sobre a declaração de Heleno, em coluna para a Folha, a jornalista Cristina Serra comentou que se trata de "outra mentira que só existe nas mentes delirantes desses generais que exalam naftalina de seus ternos mal-ajambrados". (Folha de S. Paulo - Opinião - 21/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/08/21)

### **Jornalistas comentaram posicionamentos antidemocráticos de generais governistas das Forças Armadas**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, Elio Gaspari, jornalista e autor de livros sobre a ditadura militar no Brasil, questionou o que a Força Armada tem a ver com a transparência eleitoral, tendo em vista que o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quer um representante militar na comissão de transparência das eleições que ocorrerão em 2022. Gaspari comentou a falta de sorte que Barroso teve ao ter sido divulgado um encontro com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Em sua coluna para a Folha, Jânio de Freitas comentou os últimos acontecimentos sobre o desequilíbrio nos três poderes, citando que a formação militar exibida por alguns membros do governo não deveria ser novidade, mas que o general Braga Netto, ministro da Defesa, ainda é capaz de surpreender ao declarar que não houve ditadura no Brasil. Ademais, o jornal Correio Braziliense na "Crônica da Cidade" com Severino Francisco, explicitou um pedido do jornalista de que frente aos acontecimentos recentes, as Forças Armadas cumpram sua função constitucional de defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais, e não funcione como uma milícia circunstancial do presidente da República, Jair Bolsonaro. Em coluna para a Folha, a jornalista Cristina Serra discorreu sobre os comentários dos generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, este último secretário de governo, nos quais afirmaram não ter havido ditadura militar no país. Braga Netto afirmou que o que houve foi um "regime forte" e que "se houvesse ditadura, talvez muitas pessoas não estariam aqui". Para Ramos, se tratou de um "regime militar de exceção, muito forte" e que se trata de "questão de semântica". Serra destacou as violações de Direitos Humanos do regime, que "matou, torturou, escondeu corpos, estuprou, perseguiu opositores, cassou mandatos, fechou o Congresso" e que negar o que houve é uma ofensa à memória daqueles que lutaram pela democracia, os que morreram e os que sobreviveram. Além disso, Serra indicou como "ainda mais grave" a declaração do general Heleno de que o "ferro-velho apresentado na Esplanada" é "perfeitamente compatível" para atuar na "Garantia da Lei e da Ordem", confessando que se trata de aparelho militar cujo destino é o uso interno em "controversas GLOs [operações de Garantia da Lei e da Ordem], pois o inimigo está aqui dentro". De acordo com a jornalista, tais declarações são reveladoras da "origem, tradição e síndrome de capataz do Exército Brasileiro". Serra conclui declarando que após 30 anos do fim da ditadura, as Forças Armadas ainda não encontraram seu lugar na democracia e, portanto, o poder civil precisa refletir sobre "que Forças Armadas queremos". Na seção Folha Explica, ao discorrer sobre a crise institucional promovida por Bolsonaro, o papel das Forças Armadas na crise foi indicado como não sendo "algo novo", já que o presidente chegou a chamar a instituição de "meu Exército"; fez diversas ameaças de uso das Forças e estado de sítio durante a pandemia e, mais recentemente, o desfile militar na Praça dos Três Poderes no mesmo dia da votação do "voto impresso", que teria sido interpretado como tentativa de "demonstração de

força” e pressão contra outros poderes num momento em que se vê em “baixa nas pesquisas”. (Correio Braziliense - Cidades - 22/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/08/21.)

### **Ex-presidentes consultaram generais sobre risco de golpe**

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, os ex-presidentes da República Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney e Fernando Collor, preocupados com as ameaças de Jair Bolsonaro de não aceitar os resultados das próximas eleições sem que haja o voto impresso, consultaram generais sobre a real possibilidade de um golpe com o apoio militar. Nas conversas, foi perguntado aos militares sobre a grande participação do presidente nos eventos das Forças Armadas. A resposta foi de que esse é um tipo de proibição que não cabe a eles, mas que não é motivo suficiente para uma ruptura democrática. Todos os cinco presidentes receberam as mesmas informações de que o Exército não tem possibilidade de ruptura. Além disso, ainda segundo a reportagem, as Forças Armadas estão monitorando um possível risco de rompimento das cadeias de comando nas Polícias Militares. Segundo o contato feito diretamente por Cardoso, existe por parte do Exército um desconforto com a postura dos comandantes da Marinha, almirante Almir Garnier, e da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Ademais, a reportagem mostrou que segundo os interlocutores militares, o nome de Lula é uma das principais razões ao apoio a Bolsonaro e que alguns até sonham com a candidatura do atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Segundo os jornais Correio Braziliense e O Estado, Cardoso deu continuidade aos comentários sobre as ameaças à democracia. Em entrevista, o ex-presidente foi questionado “se a democracia tem força para chegar até 2022”, sobre a qual respondeu que que sim, mesmo sofrendo os recentes ataques, que considera pouco concretos e ancorados em discursos e símbolos. Além disso, ele também afirmou não ver “sentimento antidemocrático” no povo brasileiro e que as Forças Armadas não têm “tendência” a apoiar um golpe militar, algo que Cardoso também vê como crucial para um fechamento de regime político. Segundo O Estado, em evento online do grupo Parlatório, o sociólogo afirmou achar que a possibilidade de uma ruptura democrática “é baixa”. No evento, Cardoso disse que não vê militares afirmando pretensões de descumprir a Constituição Federal de 1988 e que, apesar de afirmar conhecer pouco das Forças Armadas, não as vê como um “risco à ordem”. Em editorial, a Folha de S. Paulo analisou que as respostas das Forças Armadas, obtidas pelos ex-presidentes, demonstram que as “bravatas” de Bolsonaro “mais revelam fraqueza e isolamento do que força”. No entanto, não é por isso que deixam de ser preocupantes: “São tempos muito estranhos esses em que uma manifestação de respeito de generais do Exército à Constituição traz certo alívio para os cidadãos” afirmou o periódico. (Correio Braziliense - Política - 23/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 22/08/21; O Estado de S. Paulo - Política 23/08/21)

### **Em editorial, periódico discorreu sobre Lei de Segurança Nacional**

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo lembrou a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.108/2021 que revogou a Lei de Segurança Nacional (LSN) e criou novos títulos no Código Penal relativos a crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o jornal, essa reforma foi “um passo importante” na defesa do Estado e da democracia, estabelecendo uma norma que “respeita as liberdades e garantias fundamentais”. Contudo, O Estado disse que a LSN não se caracterizava como “mero entulho autoritário”, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) sempre manifestou a validade da lei perante a Constituição Federal de 1988. Ainda assim, o jornal reconheceu na LSN “uma estrutura voltada para a proteção ideológica do Estado”, criando o risco de que seu texto fosse interpretado e usado na defesa da honra de membros do Estado brasileiro ou de determinadas correntes de pensamento. Esse perigo tomou maior materialidade no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, que usou a LSN para “calar e intimidar opositores” em uma atitude “incompatível com a Constituição” e com o Estado Democrático de Direito. Mesmo assim, para o periódico, a norma ainda “protegia bens jurídicos importantes, especialmente em relação ao funcionamento das instituições

democráticas". Desse modo, ressaltou-se a importância de que a lei substituta defina crimes que ameacem ou impedem o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito, sendo sua preservação o "ponto fundamental da nova lei". Entre os crimes incluídos no novo texto está o atentado à soberania, a espionagem e o golpe de Estado. Outro destaque apontado pelo editorial foi a abertura de novas aplicações do artigo 286 do Código Penal - que pune incitações públicas a crimes -, já que a PL 2.108/2021 inclui que incitar animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade é conduta criminosa, podendo acarretar em três a seis meses de prisão ou multa. Por fim, o jornal completou dizendo que atualmente "é necessário dispor de instrumentos jurídicos que [...] não sejam tolerantes com ataques e ameaças ao funcionamento das instituições". (O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/08/21)

### **Abin garantirá segurança da urna eletrônica no pleito de 2022**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) firmou um contrato de R\$2.455.140,00 com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 27/05/2021 para prestar serviços na garantia da segurança das urnas eletrônicas durante o pleito eleitoral de 2022. O acordo prevê que o órgão fornecerá ao TSE "apoio, orientação e técnicos e especializados [...] nas áreas de criptografia, segurança de hardware e das comunicações, segurança e auditoria de sistemas de votação, segurança física e computação forense". Tal procedimento é padrão, sendo que o apoio da Abin às eleições tem sido feito há 23 anos e, segundo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - sob o qual é operada a Abin -, desde 1998 a agência elabora o código fonte de algoritmos - que cifra os dados da urna - para o uso exclusivo do TSE durante as eleições, além da assinatura do software dos arquivos de resultado das votações. (O Estado de S. Paulo - Política - 23/08/21)

### **Sete de Setembro I: Jornais repercutiram expectativas sobre ameaças antidemocráticas**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o general da reserva Paulo Chagas classificou como "bravatas" e "discurso inflamado nas redes sociais" as ameaças antidemocráticas de aliados do presidente da República, Jair Bolsonaro, que anunciam atos pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 07/09/2021, feriado da Independência do Brasil. Para o general, não há possibilidade de que nenhuma das Instituições sejam fechadas e a melhor solução para a "crise institucional fomentada por Bolsonaro é o diálogo". Além disso, para o militar, caso ninguém o faça, "as instituições mais vocacionadas para mediar conflitos são as Forças Armadas", que devem "estabelecer a lei e a ordem". Segundo o Correio, o general Chagas se posicionou contrário à politização das Forças Armadas, que não devem "tomar partido nas brigas da República" e teceu críticas ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. O militar declarou que não apoiará Bolsonaro nas próximas eleições e que acredita que o nome de uma "terceira via" seria o mais apropriado, embora ainda não saiba qual será. Ao jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde declarou que o "clima é de tensão e preocupação" após Bolsonaro pedir o impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes e se apropriar do 07/09 para os atos antidemocráticos, vistos pelo Planalto como um "divisor de águas". Para Cantanhêde, Bolsonaro "rachou as Forças Armadas, ao intervir no Ministério da Defesa e nos comandos de Marinha, Exército e Aeronáutica". A jornalista retomou a fala do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, de que se trataria de "fogo de palha, preocupação zero" e declarou que, embora a intenção de Mourão tenha sido de "tranquilizar o país", está difícil e "basta um punhado de malucos para transformar o fogo de palha em incêndio". Em transmissão ao vivo pelas redes sociais em 26/08/21, segundo relato do Correio Braziliense, Bolsonaro afirmou que os atos simpáticos ao seu governo até hoje foram pacíficos "porque tem muito agente de segurança, muito policial civil, militar, das Forças Armadas que não vão deixar esse pessoal fazer baderna e querer nos culpar". O periódico, porém, relatou preocupações das autoridades de São Paulo e do Distrito Federal com a presença de radicais bolsonaristas, incluindo policiais militares. Em coluna ao Correio, o jornalista Carlos Alexandre de Souza relatou que integrantes das Forças Armadas estão se mobilizando para os atos em Brasília. O jornalista citou uma tenente-coronel da reserva, identificada como Regina, que em vídeo nas redes sociais convocou militares veteranos e



familiares que moram em Brasília para se concentrarem em frente ao Ministério da Defesa. Segundo o jornalista, a tenente-coronel se apresenta como “militar do Exército, filha de militar do Exército, ex-esposa de militar do Exército e mãe de um militar do Exército”. Já a Folha de S. Paulo identificou a tentativa dos bolsonaristas de inverterem a narrativa e dar um verniz democrático aos atos do dia 07/09. O jornal relatou que as convocações substituíram palavras de ordem com mensagens anticonstitucionais e autoritárias por termos mais democráticos como “redemocratização já”, “respeito à Constituição” e “renovação do STF”. O jornal pontua, porém, que em grupos de aplicativos de mensagens há desde apoiadores que endossam um estilo mais moderado light até quem pregue ações violentas. Segundo o jornal, bolsonaristas reivindicam o resgate de causas que nortearam atos desde 2020, como o clamor por intervenção militar. Outra colunista que comentou as expectativas para o dia 07/09 foi Angela Alonso, em texto para a Folha. A professora universitária chamou a atenção para o caráter militarista do feriado, com o desfile das tropas instituído desde 1969, em meio à ditadura militar, cuja mitologia de “bons tempos” segue sendo evocada pelo bolsonarismo. Segundo a colunista, a convocação bolsonarista deste ano é para um feriado “gigante”, verde-amarelo, temente a Deus, bem financiado e bem armado. Ela disse acreditar que, apesar do apelo dos governadores, a paz esteja de “malas prontas” para fugir no feriado. (Correio Braziliense - Política - 24/08/21; Correio Braziliense - Política - 27/08/21; Correio Braziliense - Cidades - 27/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 27/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/08/21)

### **Sete de Setembro II: Governadores solicitaram reunião com cúpula das Forças Armadas**

Segundo publicado pelo Correio Braziliense, governadores de diversos estados anunciaram que pediram reunião com a cúpula das Forças Armadas, com o intuito de discutir as manifestações “em favor do presidente e contra o Supremo Tribunal Federal (STF)”, marcadas para o dia 07/09/2021. As preocupações relacionadas ao evento têm origem no tom ameaçador dos organizadores, problemática que se intensificou após ser descoberto que policiais militares (PM) têm convocado seus pares a participarem do evento, ato proibido pela corporação. Entre os membros está o coronel da polícia Aleksander Lacerda, ex-chefe do comando de policiamento do interior, afastado após ter ofendido o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o governador de São Paulo, João Dória. Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, o jornalista e autor de uma coletânea sobre o regime militar, Elio Gaspari defendeu que “As PMs são uma questão militar”. Ao comentar o caso do afastamento de Lacerda, Gaspari afirmou que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, por sua condição de ministro e general e tendo em vista seu papel na intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018, “sabe melhor que ninguém o que está acontecendo em algumas polícias militares”. Para o jornalista, o “problema sobre a mesa” é se “as PMs são forças auxiliares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica podem viver situações políticas em que são forças auxiliares das PMs?”. As “convocações”, no entanto, não se restringiram a membros da PM. A Folha realizou entrevistas com policiais militares, repercutindo o afastamento de Lacerda após as declarações antidemocráticas. O coronel reformado da PM Alberto Sardilli, ex-comandante da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) em São Paulo, afirmou que a polícia é comprometida com a democracia mas apoiará as Forças Armadas caso se chegue ao “limite extremo” de uma intervenção: “se realmente houver quebra da paridade dos Poderes, da independência, certamente vamos ter que tomar uma medida para voltar à condição democrática original”. (Correio Braziliense - Política - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21).

### **Periódicos comentaram gestão Pazuello e a ausência de punições aos militares**

Conforme publicado pela Folha de S. Paulo, o periódico recebeu no dia 23/08/21 da Controladoria-Geral da União (CGU) documento que reverte o sigilo do processo de Eduardo Pazuello, general da ativa e ex-ministro da Saúde, ao definir um prazo de 20 dias para que documentos do procedimento administrativo sejam entregues. O processo se refere à participação do general no ato político do dia 23/05/21 no Rio de Janeiro, na qual o presidente da República, Jair Bolsonaro, proferiu uma série de ataques contra as medidas de prevenção à



Covid-19, e retomou falas como “meu Exército”. Pazuello, no papel de ministro, subiu junto ao presidente em um palanque. Após o ocorrido, o general não sofreu penalizações e o processo foi colocado em sigilo pelo Exército pelos próximos 100 anos, sob a justificativa de “preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do oficial [Pazuello], bem como resguardar os preceitos constitucionais da hierarquia e da disciplina, no âmbito das Forças Armadas”. No final de julho de 2021, a Folha recorreu à CGU, após tentativas malsucedidas de ter acesso à documentação relativa ao ocorrido, com base na Lei de Acesso à Informação. De acordo com a Folha e O Estado de S. Paulo, o Ministério Público Militar (MPM) realizou uma investigação “a jato”, concluindo que os atos políticos praticados por Pazuello e pelo tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, comandante da Aeronáutica, não configuraram crimes. O comandante da Aeronáutica usou suas mídias sociais para propagar conteúdo de cunho político e favorável ao governo Bolsonaro. O procurador-geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, determinou o arquivamento das acusações relacionadas a Pazuello após duas semanas da abertura, já no caso do comandante da Aeronáutica, esse período chegou a pouco menos de um mês. Segundo a Folha, este tem sido o “modus operandi” do MPM que em “dois anos e meio arquivou 65 procedimentos envolvendo militares das mais altas patentes”. Ainda sobre o tema, segundo a Folha, após a revelação de que o Ministério das Relações Exteriores obteve sucesso em negociar em segredo com a Índia a compra de imunizantes para a Covid-19 por 10% do valor gasto, sem sucesso, pela Fiocruz para a mesma operação, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia pedirá esclarecimentos ao governo. A reportagem indica ainda que os senadores pretendem pedir ressarcimento, citando Bolsonaro e Pazuello. Segundo o jornal, as tentativas fracassadas de trazer as vacinas geraram prejuízos de US\$500 mil, envolvendo grande publicidade e um avião fretado e envelopado. As mesmas vacinas foram depois trazidas, com sucesso e em segredo, pelo Itamaraty por US\$55 mil. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21)

### **Comandante do Exército discursou acerca da garantia da estabilidade**

De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o atual comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, fez um discurso no dia 25/08/2021 em que discorreu acerca da garantia da estabilidade e dos poderes constitucionais. Na presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, o general afirmou que o “Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão sempre prontos para cumprir a missão delegada pelos brasileiros na Carta Magna”. Em editorial assinado pelo diretor de opinião do jornal, Antonio Carlos Pereira, o discurso do comandante foi caracterizado como “exemplo de maturidade e responsabilidade”. O articulista apontou que a reafirmação do compromisso das Forças Armadas com os “anseios de tranquilidade, estabilidade e desenvolvimento” destoam do próprio governo de Bolsonaro, ressaltando que o país precisa urgentemente de adultos. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 27/08/21)

### **Colunistas preveem tumultos nas próximas eleições**

Em coluna para a Folha de S. Paulo, o jornalista Bruno Boghossian discorreu sobre as possibilidades de que as eleições de 2022 sejam marcadas por um tumulto descentralizado, semelhante ao que ocorreu durante a invasão do Capitólio pelos apoiadores de Donald Trump nos Estados Unidos. Para o colunista, há dúvidas acerca da capacidade do presidente da República, Jair Bolsonaro, em coordenar um golpe com apoio das Forças Armadas, contudo “se um único juiz decidir dificultar a votação e o Exército mantiver segredo até executar a ordem, estará criada incerteza suficiente para dar ao presidente uma plataforma para convocar um levante e se recusar a deixar o cargo”. Em sua coluna para O Estado de S. Paulo, William Waack comentou a crença de Bolsonaro de que pode contar com as Forças Armadas e legitimação jurídica, em um possível contragolpe contra os “usurpadores do poder do presidente”. Para Waack, Bolsonaro se encontra isolado, uma vez que não construiu uma base de apoio política capilarizada e nem tem adesão das cadeias de comando militares. O jornalista colocou que o chefe do executivo “acha que manda, mas não comanda nada”, mas inferiu que apesar de ninguém ter medo de Bolsonaro como dirigente político, se teme a “tragédia que

parece empenhado em provocar". (Folha de S. Paulo - Opinião - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21)

### **Bolsonaro estimulou o armamento da população e negou possibilidade de golpe**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou no dia 27/08/21 que "todo mundo tem que comprar fuzil", pois segundo ele "povo armado jamais será escravizado". Também rebateu críticas sobre comprar alimentos, como feijão, com "se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer". No mesmo dia, Bolsonaro participou da passagem de chefia do comandante de Operações Especiais do Exército na cidade de Goiânia, estado de Goiás, e durante discurso afirmou que "o soldado brasileiro sempre esteve presente nos momentos mais difíceis", e que o Alto-Comando do Exército está "dedicado e preocupado com o futuro da pátria". No mesmo dia, o presidente da República ressaltou que a Constituição "tem ferramentas lá dentro para ganhar a guerra", mas que a ideia de uma ruptura institucional seria "idiota" por ele já ser o presidente. (Correio Braziliense - Política - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/08/21)

### **Periódicos comentaram declarações de Bolsonaro**

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o empresário José Horta Manzano comentou as recentes declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de membros das Forças Armadas sobre a possibilidade de ruptura institucional, afirmando que a declaração do tenente-brigadeiro da Aeronáutica de que "homem armado não ameaça" deixou claro que qualquer tentativa não receberia apoio dos militares. A deputada federal Tabata Amaral, em coluna para a Folha de S. Paulo, assinalou a necessidade de "repactuar" o papel do Exército num regime democrático, por ainda ser tratado por lideranças partidárias como "fiador da nossa democracia", promovendo reuniões com generais da reserva e da ativa sobre o assunto. Amaral sinalizou a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 21/2021, proibindo militares da ativa de assumirem cargos no governo, e a punição a apologias da ditadura militar como um começo para "deixar de tratar os fardados como se fossem um Poder Moderador". O sociólogo Demétrio Magnoli, também em coluna para a Folha, afirmou que Brasília se tornou sinônimo de um "apaziguamento" que precede "traição", citando a ausência de punição ao general Eduardo Pazuello e declarações de Bolsonaro sobre o "meu Exército" como sendo uma tentativa de apaziguamento que preludia uma "milícia nucleada por militares amotinados". Magnoli ressaltou que a agitação entre as fileiras das Forças Armadas "ainda não ganhou tração", mas que o espaço para tal foi aberto pelo comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, quando "jogou à lata de lixo o Regulamento Disciplinar" que proíbe manifestações políticas por parte de militares da ativa. Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo afirmou que o estímulo de Bolsonaro à compra de fuzis por parte da população em circunstâncias normais "já seria uma absoluta estupidez", mas que nas circunstâncias atuais, de crise econômica e sanitária, é uma "criminoso indiferença com a população", inventando atritos com os Poderes legislativo e judiciário para "esquivar-se dos problemas nacionais". Em uma entrevista concedida ao Correio, o ex-prefeito de São Paulo e presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, quando questionado sobre as afirmações de Bolsonaro que implicam o uso das Forças Armadas como uma força moderadora, o político disse que não acredita na concretização das ameaças. Segundo Kassab, tais falas do presidente são "apenas para causar confusão, preocupação", buscando instigar um questionamento na solitude das instituições brasileiras, as quais o político reitera que "funcionam" e que "estabilidade que no Brasil hoje existe". Consonantemente, sobre as Forças Armadas, Kassab disse acreditar que elas "sempre cumprirão seu papel", relegando a condução de questões políticas ao Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Opinião - 28/08/21; Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 28/08/21)

### **Colunistas e especialistas comentaram as preparações do governo para o 7 de setembro**

As convocações para manifestações de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, feitas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foram comentadas por colunistas e especialistas e reavivaram discussões sobre a presença militar no atual governo. Em coluna ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o presidente, não tendo conseguido “arrastar as Forças Armadas para uma aventura golpista”, pretende instrumentalizar o 7 de setembro para mostrar “que pode resolver no braço o que não consegue pelo convencimento”. De modo similar, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, em sua coluna opinativa ao jornal O Estado de S. Paulo, enfatizou que as Forças Armadas “não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político”, e que, portanto, devem ser respeitadas. Nesse sentido, o general reiterou que por maior que venha a ser a adesão às manifestações previstas para o 7 de setembro esta, ainda assim, “não representa a vontade de um povo inteiro”. Já para o consultor e cientista político entrevistado pelo periódico Folha de S. Paulo, Christopher Garman, apesar do momento polarizado em que vivemos, as demonstrações do dia 7 de setembro não devem representar um “risco relevante”, afinal existe um “incômodo [entre os] generais da ativa de quatro e cinco estrelas em ter a sua reputação fisicamente associada com o governo Bolsonaro”. De modo contrário, o jornalista Alvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a Folha, afirmou que a manifestação possui “todas as características de um ensaio de golpe”, inclusive contando com aval “dos generais que aceitaram fazer parte da aventura recebendo altos salários”. O colunista da Folha de S. Paulo Jânio de Freitas declarou que quem “nega altos riscos na ação de bolsonaristas no 7 de setembro [...] está a serviço de Bolsonaro”. Para Freitas, os riscos das manifestações em um “7 de setembro do povo” definitivamente criam uma incógnita em relação ao verdadeiro papel dos militares do Exército, mas não permitem previsões totalmente positivas ou negativas sobre o evento, ainda que “o bolsonarismo seja perigoso em si mesmo”. (Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/08/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 29/08/21)

### **Forças políticas cogitam convocar as Forças Armadas para manter a integridade das instituições e militares negam mobilização no 7 de setembro**

De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, após a afirmação do dia 28/08/21 do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que seu futuro se limitaria às possibilidades de ser preso, morto ou vitorioso, lideranças políticas passaram a temer mais fortemente o destino das instituições democráticas do Brasil. Segundo a matéria, a frase foi interpretada pelos partidos políticos - inclusive de aliados de Bolsonaro - como um “salvo-conduto” para que os manifestantes mais radicais - aqueles que ameaçam invadir o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional - que participassem do ato no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, tomassem uma postura mais agressiva. No fim de semana do dia 28 e 29/08/21, conversas dessas lideranças cogitaram pedir aos presidentes do Senado Federal, Rodrigo Otávio Soares Pacheco, da Câmara dos Deputados, Arthur César de Lira, e do STF, Luiz Fux, que acionassem as Forças Armadas para a proteção dos prédios públicos em Brasília. Por outro lado, o deputado federal e líder do governo na Câmara dos Deputados, Victor Hugo de Araújo Almeida, ainda assim reiterou que os atos marcados para a data apenas defendem a liberdade de expressão e não terão teor de ameaça aos Poderes. Além disso, o 7 de setembro não contará com desfile militar. O Correio Braziliense também ponderou que os atos planejados para o dia da Independência, não estão sendo bem avaliados pelas Forças Armadas. No interior das instituições militares, entende-se que o Brasil necessita de uma trégua na crise entre os Poderes. Segundo o jornal, ainda que exista a presença de militares no governo, que intencionem incentivar os protestos mobilizados pelos apoiadores do presidente, a maioria das Forças Armadas não aspira embarcar nas falas de Bolsonaro, buscando evitar que a instituição seja associada ao chefe do Executivo em um eventual golpe. Foi o que afirmou um oficial do alto escalão militar para o Correio, destacando que cresceu na cúpula das Forças Armadas a percepção de que não há a menor possibilidade de rompimento com a democracia, mesmo ante as pressões do presidente para que elas atuem como forças modeladoras, o que é

inconstitucional. O militar acrescentou que, para os militares de altas patentes, o país tem muitas prioridades, sobretudo o combate à pobreza, à inflação e ao desemprego. Luiz Armando Schroeder Reis, deputado federal (PSL-SC) e coronel da reserva do Exército, mostrou apreensão com a possibilidade de que as manifestações bolsonaristas sejam acometidas por atos violentos de pessoas infiltradas. O parlamentar comentou que as Forças Armadas em tempo algum incentivaram os militares a participarem de manifestações de cunho político, e que não seria diferente no momento atual. Roberto Sebastião Peternelli Junior, general da reserva e deputado federal (PSL-SP), declarou que “o país precisa de tranquilidade e o bem comum para todos”. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, em evento na Marinha no Rio de Janeiro, Bolsonaro proferiu que, para se ter paz, é preciso se preparar para a guerra. Em meio à tensão dos atos bolsonaristas programados para o feriado da Independência, o presidente espera contar com milhares de apoiadores, na tentativa de ganhar fôlego em meio a crise econômica, sanitária, social e institucional. (Correio Braziliense - Política - 30/08/21; Correio Braziliense - Política - 01/09/21; Correio Braziliense - Política - 02/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/09/21; Folha de S. Paulo - 02/09/21)

### **Ex-presidentes demonstram preocupação com crise política do país**

Em editorial, o periódico Correio Braziliense destacou o posicionamento de pelo menos dois ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Michel Temer (2016-2018) a respeito da crise política no Brasil. Temer acredita que para uma eventual pacificação entre o executivo e o judiciário seria necessário que os dois lados cedessem em determinados pontos. Já FHC não acredita no apoio das Forças Armadas a uma possível aventura golpista, e a maioria da população parece prezar pelos valores democráticos. Na visão de Cardoso, existem diferenças entre o ambiente que cercava o pré-1964 e o dos dias atuais, pois as pessoas nas ruas estavam dispostas a “matar e a morrer”, o que não se vê hoje em dia. Segundo o Correio, de maneira discreta, ambos os mencionados estariam se empenhando em uma pacificação, e enviado emissários para cercar e entender as intenções da cúpula militar do exército, marinha e aeronáutica, e chegaram à conclusão de que não há apoio à possibilidade de ruptura democrática. Porém, há certa preocupação com a situação entre o chefe do executivo e o STF, já que reservadamente os comandantes demonstram certa preocupação com o comportamento de Jair Bolsonaro, mas por outro lado não parecem satisfeitos com as ações do STF, como a abertura do inquérito das fake News, que seriam de competência do Ministério Público, o que estaria de acordo com a Carta Magna. De acordo com o editorial, as manifestações marcadas em 7 de setembro por apoiadores do governo e da oposição parecem agravar as tensões que sondam o país, e as “vozes do bom senso” devem se posicionar, antes que a violência tome o controle da situação, e a pacificação se distancie ainda mais. (Correio Braziliense - Opinião - 31/08/21)

### **Professora analisa artigo de Lewandowski sobre intervenção armada**

Ao periódico Folha de S. Paulo, a professora e advogada Eloísa Machado de Almeida apresentou uma análise do artigo publicado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, intitulado “intervenção armada: crime inafiançável e imprescritível”. No decorrer do escrito, se esclarece que a sublevação de armas por policiais, soldados, milícias e gerais é rejeitada pelo ordenamento jurídico. A constituição, um projeto de lei sobre crime contra o Estado democrático de direito, o Estatuto de Roma e a jurisprudência do Tribunal Penal Internacional são usados como respaldo, dando base para os argumentos do ministro. Segundo Eloísa, o artigo foi publicado tardiamente, se sua intenção é a de alertar sobre a militarização da política, pois o perigo já se consumou. A professora classifica o governo de Jair Bolsonaro como militar-civil, pelo extenso número de militares ocupando cargos em seu governo, porém se dirigido ao futuro de 2023 aos que anseiam pelo desmonte do estado democrático de direito, o artigo passa a mensagem clara de que “não poderão contar com a certeza de impunidade”, elemento que “forjou as Forças Armadas”, de acordo com a advogada. (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

### **Após cinco anos do impeachment de Dilma, periódico destaca entrevista da ex-presidente**

O periódico Folha de S. Paulo relembrou uma entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo concedida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em que afirmou que o impedimento que sofreu em 2016 foi o ponto inicial da crise política que o país vive atualmente. Segundo a ex-presidente, "O que estamos vivendo são as etapas do possível endurecimento do regime político no Brasil. O governo flertando com a possibilidade de um golpe dentro do golpe", examinando um potencial segundo golpe à democracia brasileira - pois considera o processo que a depôs ilegítimo - em decorrência das falas do presidente Jair Bolsonaro, com certo tom de ameaça. Rousseff ainda afirmou que o processo de militarização do governo é anterior a Bolsonaro, e se iniciou ainda no governo de Michel Temer, pois como ela destaca "deram uma importância grande aos militares, voltando a ter o GSI [Gabinete de Segurança Institucional] — entregue ao general Sérgio Etchegoyen —, levando um militar para dirigir o Ministério da Defesa? Isso nunca tinha acontecido. Entregar o Ministério da Defesa a um militar", lembrando inclusive da intervenção federal no Rio de Janeiro, o que estimulou ainda mais a volta dos militares à política. Segundo ela, "o golpe se recusa a ser chamado de golpe, desde o primeiro momento" em 1964, e assim ocorreu durante seu processo de impedimento, em que ações foram movidas com fim de impedir que a ex-presidente se dirigisse ao processo como "golpe". (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

### **Bolsonaro veta parcialmente projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional**

Segundo os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou partes do projeto aprovado pelo Congresso Nacional que visa revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN), legislação herdada da ditadura militar que define os crimes contra o Estado democrático de Direito. O veto do Executivo inclui cinco trechos, dentre os quais se destacam o artigo que criminaliza a comunicação enganosa em massa, ou seja, a promoção e veiculação de fake news que comprometam o processo eleitoral, e o artigo que aumenta em 50% a pena de crimes contra o Estado de Direito se forem cometidos por militares ou outros agentes públicos. No que diz respeito às fake news, o Executivo alega falta de clareza na definição do sujeito da conduta criminosa e aponta insegurança jurídica no quesito da apuração da veracidade de informações compartilhadas. O texto do veto afirma "A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de Direito, o que enfraquece". Quanto ao aumento da pena para militares condenados por crime contra o Estado de Direito, o veto diz que "Viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores". Além desses, outro veto que se destaca foi ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação, mediante violência ou ameaça, sob o argumento de que há dificuldade na caracterização do que é uma manifestação pacífica, o que afetaria o trabalho dos agentes de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Os jornais apontaram que a LSN vem sendo acionada tanto contra governistas, como o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), quanto contra membros da oposição. A manutenção ou exclusão dos vetos presidenciais depende do Congresso. Após os vetos, já se iniciou a mobilização para derrubá-los entre congressistas da oposição, enquanto outros políticos de centro preferem esperar os resultados das manifestações do dia 7 de setembro. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, disse que o presidente atua a favor de sua própria causa, já que o mesmo vem sendo investigado no inquérito das fake news. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, "Óbvio que o que foi aprovado no Senado é o que nós defendemos que seja mantido, mas respeitamos os vetos do presidente da República e essa avaliação será feita numa sessão do Congresso Nacional para se definir se mantém o veto, se derruba o veto". (Correio Braziliense - Política - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21)



## Especialistas ponderam os vetos presidenciais ao projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, os recentes vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que revoga a Lei de Segurança Nacional dividiram a opinião dos especialistas, os quais consideram que nem todos podem ser considerados injustificados. Primeiramente, no que diz respeito ao veto à criminalização da propagação de fake news, o professor da Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto LGPD (Legal Grounds for Privacy Design), Ricardo Campos avaliou que o texto do artigo possui ambiguidades e dificilmente seria implementado, já que não impõe deveres e obrigações para as plataformas. O diretor da Internet Lab, Francisco Brito Cruz, alegou que o artigo foca em um problema específico do presente, impossibilitando uma previsão de como irá se adaptar a circunstâncias futuras. Ademais, Bolsonaro também vetou o aumento de pena quando os autores das infrações fossem militares ou funcionários públicos e em caso de uso de arma de fogo. A advogada criminalista, Marina Coelho de Araújo, e o professor de teoria e história do direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Diego Nunes, concordam que o veto ao aumento de pena mediante uso de arma de fogo não possui justificativa, de modo que coopera com a lógica do governo Bolsonaro de liberalização de armamentos. Outrossim, na visão de Camila Asano, diretora de programas da Conectas Direitos Humanos, o veto ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação visa blindar os agentes de segurança pública que abusam de seu poder ao reprimir manifestações. Segundo ela, “Não é de hoje que existe uma seletividade na maneira como protestos são reprimidos por agentes de segurança, às vezes de forma violenta e com uso desproporcional da força. O Congresso deve derrubar esse veto a fim de garantir o direito à livre manifestação”. Outro veto do presidente barrou o aumento de pena (inclusive com perda de patente e graduação) para militares e funcionários públicos, sob o argumento de lesar o princípio da proporcionalidade. Diego Nunes descartou essa possibilidade, afirmando que “A disposição valeria igualmente para servidores civis de carreira, comissionados ou agentes políticos, inclusive eleitos, nos termos do art. 327 do Código Penal”, estabelecendo-se, portanto, a isonomia entre agentes militares, estatais e civis. Marina Coelho de Araújo também afirmou que a justificativa para o veto se sustenta, já que, como afirmado pelo presidente, a patente militar não pode ser destituída por um tribunal comum. Por outro lado, Nunes defendeu o artigo, considerando que este visa responsabilizar os agentes públicos a um padrão mais alto na defesa das instituições. Por meio de editorial, o periódico Folha de S. Paulo expressou preocupação com a aplicabilidade dos artigos, devido a forma genérica que foram redigidos e os possíveis riscos à liberdade de expressão e segurança jurídica. Por outro lado, afirmou que os vetos de Bolsonaro possuem interesse próprio e visam proteger seus apoiadores. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/09/21)

## Ex-ministro da Defesa comentou sobre conjuntura do governo Bolsonaro e possibilidade de golpe

O periódico Correio Braziliense publicou entrevista de Aldo Rebelo, ex-ministro da Defesa, ao programa CB Poder, tratando dos temas correntes do governo do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Rebelo, as chances de um golpe militar são baixas, já que o conflito se concentra na esfera política e, ao contrário de 1964, não existem condições no ambiente político nacional e internacional para isso acontecer, tampouco um apoio da mídia e de grupos econômicos a uma escalada autoritária. Além disso, Rebelo não vê nas Forças Armadas um interesse em participar de um golpe, e afirmou que os militares da ativa (aqueles que efetivamente comandam a tropa) se abstém de opinar sobre a situação política, em sua maioria. Para Rebelo, a simpatia dos militares por Bolsonaro não é suficiente para acarretar em um golpe. Ademais, Rebelo vê a situação atual como um ponto de confusão, gerando uma instabilidade que afeta demasiadamente a economia e bem-estar do cidadão. Por último, o ex-ministro da Defesa também comentou o choque de Bolsonaro com o Supremo Tribunal Federal (STF), “O STF tem cometido excessos, como alega Bolsonaro? Claro que tem cometido, mas como se enfrentam os excessos do Supremo? Com ameaça aos ministros e à Corte? Não. Isso só credencia o STF a promover excessos, que não são de hoje”. (Correio Braziliense - Política - 31/08/21)



### Comemorações do 7 de setembro I: o que se esperava das manifestações

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, a jornalista e escritora Cristina Serra contou o que esperava do presidente da República Jair Bolsonaro nas manifestações convocadas pelo Dia da Independência do Brasil. Primeiramente, Serra o classificou de “terrorista” ao lembrar o ano de 1987 quando a revista *Veja* publicou uma matéria sobre o plano de Bolsonaro para explodir bombas em quartéis em uma demonstração de protesto contra os baixos salários da tropa. A jornalista identificou terrorismo com golpismo e notou que um dos conselheiros de Bolsonaro, o general Augusto Heleno, foi ajudante de Sílvio Couto Coelho da Frota, o ministro do Exército durante os anos linha dura do regime militar (1964-1985) sob o comando do general Ernesto Geisel. Durante os anos que foi ministro, tentou dar um golpe, sem sucesso, em Geisel por considerar que o comunismo estava se infiltrando no governo. Apesar da fracassada tentativa, os anos linha dura continuariam promovendo atentados com bombas contra alvos civis. Por essa razão, Serra considerou que “O terrorismo e o golpismo estão no DNA deste governo de gente bandida, criminoso, disposta a ir para o tudo ou nada, como Bolsonaro ameaça o tempo todo”. Para a jornalista, isso não significava que o presidente encontraria apoio nas Forças Armadas pois acreditava que não há uma coesão forte o bastante entre os militares e a direita civil. Dessa forma, concluiu que o melhor teria sido deixar Bolsonaro “latindo sozinho neste feriado”. Por outro lado, em outra coluna opinativa, o jornalista Hélio Schwartsman, comentou sobre a possibilidade de um golpe no Dia da Independência e notou que havia um considerável apoio popular ao presidente e, de forma mais preocupante, Bolsonaro poderia contar com o suporte de Polícias Militares (PMs), milicianos e de vários setores do baixo oficialato das forças militares. Em coluna escrita no periódico *O Estado de S. Paulo*, o escritor e professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) João Gabriel de Lima comentou sobre a democracia brasileira e sua Constituição Federal (CF). Nela, o papel dos militares é exposto de uma forma que não cause nenhuma dúvida. Para discorrer sobre isso, o professor comentou sobre o livro “Dano Colateral” da jornalista Natalia Viana que lembra nele um artigo que escreveu sobre a “Garantia da Lei e da Ordem”. Neste discorreu que o Exército não serviria como um “poder moderador”, como afirmado por Bolsonaro nas últimas semanas, mas somente agiria quando convocado por poderes civis. Ademais, a jornalista, que conversou com diversos generais, disse que não acreditava que o Exército forneceria apoio a qualquer possível “aventura autoritária” de Jair Bolsonaro. Segundo o professor também, os militares mostraram uma “postura legalista” nos últimos tempos, fornecendo certo apoio aos movimentos civis. Além disso, em uma coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, Celso Rocha de Barros afirmou que as manifestações marcadas para o dia 07/09/21 foram planejadas por um longo tempo. O autor afirmou que tais “manifestações fascistas” eram inéditas, diferenciando-se das de caráter democrático através da tentativa de destruir os limites impostos pela democracia. Para ele, as manifestações deste 7 de setembro seriam um “festival de reacionarismo” e que para as Forças Armadas aplicarem um golpe, dependeria de uma sintonia popular, que não está muito evidente neste momento. Mas para Barros, caso quisessem realmente efetivar o golpe, as Forças Armadas necessitariam somente de uma desculpa para tal ato. Segundo o *Correio Braziliense*, apesar de possuir apoiadores para uma “guinada mais radical”, o presidente não possuía o respaldo das Forças Armadas para aventuras autoritárias. Nesse sentido, em entrevista para a *Folha*, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre ainda ressaltou que, apesar do sentimento de impressionismo decorrente do não posicionamento claro das Forças Armadas, estes não apoiariam um golpe se houvesse um grande movimento pró-democrático. (*Correio Braziliense*- Poder- 07/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 04/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 04/09/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 06/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder- 07/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 04/09/21)

## SETEMBRO

### Comemorações do 7 de setembro II: como atuariam os militares segundo a imprensa

De acordo com o *Correio Braziliense*, as Forças Armadas não iriam aderir às manifestações pró-Bolsonaro no Dia da Independência do Brasil, apesar das várias tentativas do presidente da República Jair Bolsonaro de envolver os militares em seu discurso político, inclusive com a

exigência da presença da cúpula das Forças Armadas no evento. Os militares da ativa ouvidos pelo periódico ressaltaram a natureza das Forças Armadas como uma instituição de Estado, além da necessidade de o presidente focar na governabilidade e desemprego no país. Dois deputados militares também se manifestaram, Major Vitor Hugo e General Peternelli, sobre a não participação dos militares na manifestação do Dia da Independência, além da impossibilidade de uma possível ruptura democrática. Por fim, o periódico ouviu, ainda, Danilo Morais dos Santos, advogado constitucionalista, mestre em Poder Legislativo e professor da pós-graduação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (IBMEC-DF), que alegou que devido ao histórico da Instituição no país, não seria uma preocupação infundada, mas que no contexto atual não seria possível uma “aventura” antidemocrática. Por outro lado, a Folha de S. Paulo demonstrou preocupações quanto ao que estamos vivenciando, segundo o jornalista Juca Kfoury, colunista da Folha e autor de 'Confesso que Perdi' e formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), o 7 de Setembro apareceria como uma ameaça às instituições ao reunir um “bando de malucos” liderados por figuras autoritárias como os torturadores do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além de reforçar que não faltou mentiras e falácias para rupturas democráticas acontecerem anteriormente. Ademais, ainda na Folha de S. Paulo, uma outra reportagem sobre o Jair Bolsonaro, 7 de setembro e as Forças Militares afirmava que “Comandantes são unânimes em dizer [...] que não há espaço para golpismos, mas o fato é que não houve nenhum teste de realidade [...]”. Segundo a Folha de S. Paulo, o coronel da reserva da Força Aérea Brasileira, Sylvio Malheiro Júnior, declarou que com o desejo de se candidatar para deputado federal na próxima eleição, participaria das manifestações de 7 de setembro, utilizando um helicóptero, alugado por ele mesmo, para filmar a mobilização. De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, com relação aos militares que ocupam cargos no Poder Executivo, não houve unanimidade até o dia 06/09/21 sobre a participação deles nos atos do dia 07/09/21. Apesar de ter sido convidado, juntamente com os demais ministros, pelo presidente da República, o ministro da Defesa general Walter Braga Netto não havia se pronunciado sobre a sua participação nas manifestações até a antecedência dos eventos. O general Luiz Eduardo Ramos, ocupando o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), eram esperados para acompanhar o presidente Bolsonaro. Em coluna para a Folha, Fabio Wajngarten discorreu que o incômodo de algumas pessoas com as Forças Armadas decorre da não valorização delas nos episódios históricos e da falta de patriotismo. Além disso, o colunista disse que o único impedimento para a realização em 2021, e no ano anterior, de um desfile militar digno da empolgação do presidente Bolsonaro são as medidas sanitárias decorrentes da pandemia da covid-19. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, no dia 08/09/21, “a presença de militares e policiais nas manifestações bolsonaristas neste 7 de setembro foi tímida”, contando com oficiais e membros da reserva. Apesar disso, conforme reportagem do Correio Braziliense, o ministro Braga Netto esteve presente nas manifestações, ao lado de Jair Bolsonaro. Na visão do periódico, o movimento dos militares “desgastados” era de se distanciar do presidente nos atos. Já o jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o Correio, relatou que, ao invés de se manifestar, as tropas do Comando Militar do Planalto, chefiadas pelo general de divisão Rui Yutaka Matsuda estiveram de prontidão para proteger o Supremo Tribunal Federal (STF) contra os manifestantes, caso fossem requisitadas pelo presidente da Corte, Luiz Fux. (Correio Braziliense - Política - 05/09/21; Correio Braziliense - Política - 08/09/21; Correio Braziliense - Política - 10/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 07/09/2021; Folha de S. Paulo - Poder - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/09/21)

### **Forças Armadas e Polícia Militar**

Em reportagem O Estado de S. Paulo explicou como a Polícia Militar se aproximou do bolsonarismo, e o principal exemplo foi a greve ocorrida em 2017 no Espírito Santo que contou com a ajuda das Forças Armadas para garantir a Lei e Ordem. O jornal ainda lembrou que entre 1997 e 2021, as Forças Armadas foram mobilizadas 26 vezes para lidar com greves de

## SETEMBRO

policiais militares. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o antropólogo Roberto Kant de Lima, pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista na área de Segurança Pública, afirmou que a hierarquia da Polícia Militar é subordinada à hierarquia do Exército. A partir disso, ele analisou que a possibilidade de golpe em um país como o Brasil só seria possível com o apoio das Polícias Militares e das Forças Armadas, pois o Exército tem o controle sobre os armamentos pesados, portanto ou o Exército impede, ou se alia e lidera o golpe. (O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/21)

### **Periódicos comentaram a presença de membros das Forças Armadas no poder político do Brasil**

Em editorial, a Folha de S. Paulo se manifestou sobre a proposta legislativa na qual os servidores de carreira típicas de Estado precisariam se afastar 5 anos antes de se candidatarem a cargos políticos. No caso de membros das Forças Armadas e das Polícias Militares a proposta exigia 5 anos de afastamento antes do início do processo de escolha de candidatura e coligações. A Folha se posicionou a favor da proposta, afirmando que tanto a farda quanto a toga funcionam como uma segunda pele na República Democrática e que, por isso, não deveriam ser trocadas pelo paletó e a gravata dos políticos como se mudassem de camisas. Segundo reportagem de O Estado de S. Paulo, porém, essa proposta não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, George Abboud e Pedro Estevam Serrano consideraram degenerada a interpretação, apoiada pelo presidente da República Jair Bolsonaro, do artigo 142 da Constituição Federal ao considerar as Forças Armadas um poder moderador, que conteria supostos excessos dos outros poderes. Os autores afirmaram que é o Supremo Tribunal Federal que vem funcionando como o maior freio contra o golpismo nos dias atuais. Também na Folha, Jânio de Freitas afirmou em sua coluna opinativa que faltam militares e policiais autênticos. Já o jornalista Pedro Doria, em coluna para O Estado, observou que sempre que o país se desorganiza, um grupo grande o suficiente de brasileiros insta os militares a tomar o poder, como representantes da ordem, disciplina e competência. Doria considerou exemplos dessa opção pelo autoritarismo a Proclamação da República em 1889, o Golpe Militar de 1964 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, entre outros eventos históricos. O jornalista observou, porém, que “os governos militares foram uniformemente incompetentes, ineptos, desordeiros, corruptos e desorganizados”. (Folha de S. Paulo - editorial - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 10/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 10/09/21)

### **Comemorações do 7 de setembro III: Invasão à Esplanada em protestos**

Em reportagem, os jornais O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense noticiaram a invasão à Esplanada dos Ministérios, local ocorreu os protestos no dia 7 de setembro, por apoiadores do presidente da República Jair Bolsonaro. Visando garantir a segurança, as polícias de São Paulo e Brasília, principais focos dos protestos, elaboraram esquemas de manutenção da ordem. No Distrito Federal (DF), o Comando Militar do Planalto (CMP), setor do Exército, disponibilizou “o efetivo da Polícia do Exército, do Batalhão de Guardas Presidencial e do Regimento de Cavalaria de Guardas”, que segundo o órgão costuma estar de prontidão em manifestações. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública do DF ainda afirmou que 5 mil Policiais Militares estão a serviço do monitoramento da Esplanada. (Correio Braziliense - Poder - 09/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/09/21)

### **Comparações entre filme brasileiro sobre o nazi-fascismo e a atual gestão de Bolsonaro**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, Claudio Leal discorreu comparações entre o filme “Hitler do 3º Mundo” (1968) do diretor José Agrippino de Paula, à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e aos recentes atos públicos de Bolsonaro. O longa foi lançado às vésperas da instituição do Ato Institucional - 5 (AI-5), maior ato de supressão de direitos individuais do regime militar, e se trata de uma alegoria do nazi-facismo disfarçado em meio a sociedade brasileira. Segundo a coluna, os recentes ataques à democracia do presidente da República Jair Bolsonaro renovaram a mensagem desta obra cinematográfica. Nesse sentido, os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), insinuações à intervenção militar, apologia à ditadura, o desfile

de blindados em Brasília no dia 10/08/21 e a convocação de protestos antidemocráticos no 7 de Setembro fizeram renascer no povo, segundo Leal, “a paranoia de um golpe de Estado”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 07/09/21)

#### **Comemorações do 7 de setembro IV: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos repudia intenção de atos antidemocráticos**

Segundo o Painei do jornal Folha de S. Paulo, em nota publicada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns no dia 06/09/21, a entidade pediu que o povo protestasse contra apologia à intolerância e ataques à democracia de apoiadores do presidente da República Jair Bolsonaro. Conforme a nota, pregar a violência e a intolerância e defender atos antidemocráticos como o fechamento do Supremo Tribunal Federal, a intervenção das Forças Armadas e a destituição de autoridades não deveria ser tolerado, e, tais atos convocados por Bolsonaro, não possuem, de acordo com a Comissão, respaldo na Constituição Federal. (Folha de S. Paulo - Poder- 07/09/21)

#### **Comemorações do 7 de setembro V: Cartazes golpistas ocupam manifestações bolsonaristas**

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, entre as pautas das manifestações bolsonaristas no Dia da Independência, predominaram as antidemocráticas, compostas por pedidos de destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal, intervenção militar e intervenção federal “com manutenção de Jair Bolsonaro na presidência”. O periódico destacou a presença de cartazes em diversos idiomas, como inglês, espanhol e francês, defendendo uma “limpeza nas instituições”, contra o comunismo e clamando aos militares exercerem o papel de “poder moderador”. Conforme publicado pelo Estado de S. Paulo, além dos pedidos por intervenção dos militares, pautas como o fechamento do Poder Legislativo, eleições com voto impresso, defesa do agronegócio e combate à corrupção também se fizeram presentes. (Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 08/09/21)

#### **Militar indicado pelo ministro da Defesa fará parte da Comissão de Transparência das Eleições de 2022**

Segundo o Correio Braziliense, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, anunciou a composição da Comissão de Transparência das Eleições, que acompanhará cada etapa do processo de preparação das eleições de 2022. Fará parte da Comissão um representante militar. Segundo o periódico, Barroso procurou pessoalmente o ministro da Defesa, Walter Braga Netto para obter dele a indicação desse representante. O jornal lembrou que Braga Netto já condicionou a realização de eleições à adoção do voto impresso. Ainda assim, seu indicado, o general de divisão do Exército e comandante de defesa cibernética, Heber Garcia Portella, terá livre acesso a recursos do TSE para ajudar no planejamento de auditoria do processo eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 10/09/21)

#### **Periódico lembrou a tensão entre civis e militares na Campanha da Legalidade, em 1961**

Em reportagem, A Folha de S. Paulo relatou os 14 dias de tensão entre o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e uma ala golpista das Forças Armadas entre os dias 25/08/61, dia da renúncia do então presidente da República Jânio Quadros e o dia 07/09/61, quando o vice-presidente da República João Goulart conseguiu tomar posse como presidente. Segundo o periódico, Brizola deu início à chamada Campanha da Legalidade, em defesa da Constituição e como resistência a uma ala golpista das Forças Armadas que ameaçava a posse do vice-presidente, que estava em viagem à China, por verem nele uma ameaça comunista. Foi instalada uma rádio nos porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, de onde Brizola denunciava a tentativa de golpe. O jornal relata que uma ordem do general Orlando Geisel, chefe da Casa Militar em Brasília, para bombardear o Palácio foi interceptada pelo então sargento da Aeronáutica, Édio Erig, que providenciou com colegas de hangar para inutilizar os aviões e seguir para o Palácio em apoio a Brizola. O general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército (atual Comando Militar do Sul), também comunicou a Brizola que se posicionava com ele em defesa da legalidade. A posse de João Goulart foi costurada politicamente nos dias

seguintes, segundo o jornal, a partir da substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, contrariando Brizola, que se recusou a comparecer à cerimônia. O jornal também incluiu a análise da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e historiadora Heloísa Murgel Starling, de que há uma confusão entre o papel real das Forças Armadas, de força para defesa externa do país, e a tentativa de agir como um poder. A resistência à posse de Jango, afirma o jornal, foi mais um episódio a demonstrar isso. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/09/21)

### **Repercussões do 7 de setembro I: “Declaração à Nação” de Bolsonaro e o posicionamento de jornais, militares e especialistas**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a “Declaração à Nação”, divulgada no dia 09/09/21 pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, teve o objetivo de evitar a perda de aliados no Congresso Nacional após críticas da base aliada aos seus discursos nos atos do dia 07/09/21. Na avaliação do periódico O Estado de S. Paulo, a nota decepcionou os apoiadores do presidente, porém a estratégia do governo foi justificar que se tratou de uma estratégia, não de um recuo. Em editorial, a Folha classificou a “Declaração à Nação” como um “recuo cínico” e afirmou que a ação foi necessária para conter o agravamento do isolamento político do mandatário e garantir sua sobrevivência política, uma vez que Bolsonaro havia ameaçado o Supremo Tribunal Federal (STF), insultado o ministro Alexandre de Moraes, pregado a desobediência à justiça e anunciado que só deixa o cargo morto. De acordo com o editorial, na “Declaração” o presidente afirmou que não teve “nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes”. O Estado, também em editorial, ponderou que as palavras de Bolsonaro nada valem e que não há expectativa de que o presidente, que age de maneira truculenta, passe a agir de forma civilizada. Por isso, na prática, para o periódico, a nota divulgada pelo presidente é uma tentativa de fazer os brasileiros esquecerem os crimes de responsabilidades que ele cometeu ao passo que oculta sua incompetência. A Folha e o Estado noticiaram que os generais Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Gabinete de Segurança Institucional, defenderam e elogiaram o presidente. Ramos, no Twitter, pediu paciência aos apoiadores, enquanto Heleno ao mesmo tempo que reconhecia o desânimo dos bolsonaristas, pediu união e confiança. Já o periódico Correio Braziliense apontou que o vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão, elogiou o recuo das críticas de Bolsonaro STF, avaliando que o mesmo teve a grandeza moral de entender e escrever que os comentários sobre o STF foram causados pela “emoção” e o “calor da disputa”. Ademais, de acordo com a reportagem, Mourão afirmou que vê um caminho de diálogo entre os poderes judiciário e executivo e que isso diminuirá a tensão no país. Já em coluna opinativa à Folha, o escritor e cientista político Sérgio Abranches comentou que a “nota de recuo não vai mudar caminho de Bolsonaro rumo ao golpe”. Para Abranches, o que foi afirmado na “Declaração à Nação” não altera a escolha do presidente de distribuir e cultivar o apoio militar com o objetivo de assegurar sua posição no poder. Pelo contrário, Bolsonaro, na visão do cientista político, não se contentou com “o título de comandante em chefe das Forças Armadas” e não será desviado do seu “caminho [...] rumo ao autoritarismo”. (Correio Braziliense - Política - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 12/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/21)

### **Repercussões do 7 de setembro II: manifestantes com uniformes militares participaram de manifestações**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, as manifestações do dia 7 de setembro e dos dois dias seguintes em Brasília contaram com a presença de grupos utilizando uniformes militares. Segundo a reportagem, parte desses grupos, que buscava se vestir e comportar como militares, tentou romper as barreiras que impediam o acesso ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional. A Folha também mencionou que não era possível identificar se eram militares da reserva, civis ou paramilitares. No entanto, o jornal esclareceu que o uso de vestimentas e equipamentos militares com o intuito de enganar a terceiros caracteriza crime, resultando em penas de seis meses a um ano de prisão. Paralelamente, a participação de militares da ativa nas manifestações, mesmo que à paisana, estava proibida. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21)



### Repercussões do 7 de setembro III: entrevistas abordaram funcionamento da democracia brasileira

No contexto dos atos e falas antidemocráticos do 7 de setembro, em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, Pedro Abramovay, doutor em ciência política e diretor da Open Society Foundations para América Latina e Caribe, considerou que a responsabilização de Jair Bolsonaro via impeachment ou processo na Procuradoria Geral da República (PRG) é fundamental para o bom funcionamento da democracia brasileira. Segundo o entrevistado, com o atual presidente, está em processo a “desconsolidação da jovem democracia brasileira”, enquanto que as ameaças antidemocráticas ganharam apoio popular e devem perdurar por décadas. Abramovay afirmou também que o país está diante de um grande desafio para preservar a democracia enquanto enfrenta o aumento da miséria e da desigualdade, além da questão ambiental. Em outra entrevista também concedida à Folha, a cientista política e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Daniela Campello, foi questionada se as ameaças à democracia no Brasil vindas do presidente da República, Jair Bolsonaro, “estão sendo subestimadas”. Em resposta, Campello disse que há uma falta de visão nesse tema, implicando que as ameaças por si só - mesmo não concretizadas - já causam danos na democracia brasileira. Para ela, desde a posse de Bolsonaro em 2019, “uma série de cálculos políticos” inéditos passaram a acontecer onde se implicava a possibilidade de uma ruptura institucional, algo que não ocorria na “nossa democracia pré-Bolsonaro”. Nisso, Campello ressaltou que o “nível de destruição institucional” e de “ameaça democrática” já atingidos só foram possíveis por uma credulidade de que eventualmente os militares pudessem se aliar a Bolsonaro em seus planos golpistas. Na avaliação da cientista política, a simples inclusão dessa possibilidade durante a tomada de decisão política já é problemático, mesmo que as instituições ainda permaneçam: “ameaças podem nunca acontecer, mas ele [Bolsonaro] consegue avançar com seus projetos a partir delas”. Um exemplo dado por Campello foi o caso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que indicou um membro das Forças Armadas para acompanhar a transparência das eleições, algo lido pela cientista política como “uma resposta às ameaças do presidente”. Além disso, quando questionada sobre a presença de militares em cargos e posições políticas no governo e como isso se associa à crise política atual, Campello disse considerar a situação “uma tragédia”, ressaltando que a situação começou após o encerramento da participação de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), até um fortalecimento maior no governo Michel Temer (2016-2018), quando os militares se firmaram como um “ator político”. Para a professora, é “extremamente preocupante” o acompanhamento das eleições por militares e suas declarações opinativas sobre o sistema eleitoral e orçamento, além da sua participação decisória na política de saúde. Para ela, essa ascensão militar na política era impensável em 2016 e “foi uma das grandes perdas de qualidade democrática” que ocorreu durante o governo Bolsonaro. Além disso, Campello também disse estar preocupada com as ameaças implícitas de Bolsonaro de que os militares estariam juntos a ele em caso de uma ruptura democrática. Para a professora, dever-se-ia haver maiores e mais vocais manifestações das Forças Armadas negando tal posição, optando no lugar por um “não posicionamento” que sugere algum grau de possibilidade de alinhamento golpista. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/09/21)

### Jornalistas relembram a Campanha da Legalidade e traçaram paralelos com a atualidade

Em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, Flávio Tavares, ex-editor e repórter do jornal Última Hora, afirmou que se não fosse pela Campanha da Legalidade, organizada por Leonel Brizola, na época governador do Rio Grande do Sul, a ditadura teria se instaurado em 1961. Tavares, que era próximo a Brizola, contou como o governador gaúcho organizou a resistência à tentativa de golpe em 1961 e concluiu afirmando que um dos legados da ditadura é a simulação de democracia em que vivemos, na qual se acredita que ela se consagra apenas pelo voto direto. Enquanto que na realidade, a eleição direta, para Tavares, é apenas o início da democratização. Também em entrevista à Folha, o escritor, jornalista e professor da Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Juremir Machado da Silva, narrou e avaliou a Campanha da Legalidade em prol da posse de João Goulart (Jango), em 1961, e o importante e imprescindível papel de Brizola no processo. O jornalista acredita que na época a população brasileira era mais politizada e, mesmo com uma grande camada analfabeta, inviabilizando os jornais impressos, a população era atenta ao meio de comunicação mais acessível da época, o rádio, o que Brizola entendeu e empregou na campanha. Em sua avaliação, na época, os militares não formavam uma opinião hegemônica, e os sargentos discordavam de generais. As alas mais céticas à posse de Goulart estavam assombradas pelo contexto de Guerra Fria, temendo o comunismo e uma possível transformação do Brasil em um “Cubão”, como o professor caracteriza. Já no contexto atual, Machado acredita ser muito difícil ocorrer algo como na época, pois demandaria de muita precisão para o êxito. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo – Poder – 14/09/21)

### **Arquiteto revela a importância da fotografia na retórica da ditadura militar e nos eventos de 7 de setembro**

Em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo, o arquiteto e fotógrafo Ciro Miguel abordou a importância da fotografia nas demonstrações de força no pré-golpe de 1964. De acordo com Miguel, a criação de uma “retórica visual militar” meses antes do golpe de 1964 se relevou de “grande carga simbólica”: o voo e a aterrissagem de paraquedistas do Exército em frente ao prédio do Congresso Nacional enquanto o presidente João Goulart ameaçava o acionamento do estado de sítio não foi mera coincidência, mas sim uma demonstração de que “o poder [a partir daquele momento] vinha de cima”. De modo similar, a preocupação do presidente Jair Bolsonaro com as fotografias de 7 de setembro de 2021 refletem, segundo Miguel, “o reconhecimento do poder simbólico e instrumental” da fotografia e de sua disseminação. Para o arquiteto, a tentativa, por parte do presidente, de recriar “imagens de tanques de guerra em ruas desertas” antes e durante o dia 07/09/21 remete ao período do pré-golpe de 1964, no qual as fotografias da capital do país, divulgadas pelos militares, revelavam-na como uma “cidade-monumento, vazia, autoritária e desumana”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/09/21)

### **Editorial lembrou participação das Forças Armadas no processo eleitoral**

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo comentou sobre a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e, nisso, apontou os papéis que as Forças Armadas exercem ao longo do processo. Primeiramente, o periódico lembrou a formação da Comissão de Transparência das Eleições formada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que busca dar maior segurança a todas as etapas do pleito eleitoral. Nela, dentre outras pessoas, inclui-se o comandante de defesa cibernética do Exército, general Heber Garcia Portella, apontado pelo ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. Além disso, o TSE também renovou um contrato com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para “garantir a segurança das urnas”. Na visão do Estado, tais atitudes não são concessões “às chantagens” do presidente da República, Jair Bolsonaro - que já colocou em dúvida várias vezes a segurança das eleições -, sendo apenas “mais uma revisão periódica de sistema”, algo comum nas últimas três décadas, ressaltando que a Abin e o Exército já trabalharam antes no aperfeiçoamento da fiscalização eleitoral. Por fim, o Estado defendeu as eleições brasileiras administradas pelo TSE, criticou os questionamentos de Bolsonaro e ponderou que, apesar de ser impossível chegar a um sistema eletrônico perfeito, “ele pode e deve ser continuamente aperfeiçoado, e o TSE deu novos passos nessa direção”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 13/09/21)

### **Lei antiterrorismo foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, a nova lei antiterrorismo foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. De autoria do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO), a proposta visa ampliar a repressão e punição a atos perigosos e destrutivos à vida humana ou infraestrutura essencial. O texto ainda engloba as ações que aparentam ter a intenção de “intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa,

assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência". O projeto cria um braço sob supervisão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. A matéria foi fortemente criticada por deputados e organizações de defesa aos direitos humanos, alegando que o texto contém uma definição demasiada aberta de terrorismo, de modo que movimentos sociais podem sofrer as consequências punitivas previstas na proposta. Além disso, aqueles que se opõem à proposta argumentam que o texto dá poderes inconstitucionais ao Executivo, ao criar uma espécie de polícia secreta e permitindo inclusive que os agentes antiterroristas possuam retaguarda jurídica caso utilizem força letal, dando-lhes autorização para matar, de acordo com o "excludente de ilicitude". O Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu nota em que afirma que "Ao reduzir as sanções para agentes do Estado que ferirem ou matarem em legítima defesa, somado à amplitude do conceito do terrorismo, concederá uma espécie de licença para matar em caso de hipótese, ainda que vaga, de ameaça.". Após a Comissão Especial, a proposta ainda necessita da aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para enfim ser pelo presidente da República. (Correio Braziliense - Política - 17/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/21)

### **Historiador avaliou discussões sobre nova lei antiterrorismo**

Em coluna opinativa ao periódico Folha de S. Paulo, o historiador Guilherme France dissertou acerca das propostas de Lei antiterrorismo no Brasil e questionou a quem interessa uma nova legislação sobre o tema. Originalmente, a lei que data de 2016 buscou limitar abusos tais como uma definição muito ampla sobre o que é terrorismo e a autorização de medidas excepcionais para seu combate. No entanto, existem propostas de revisão dessa lei e, segundo France, uma delas foi apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ainda quando era deputado, e versa sobre a dispensa de "autorização judicial para a adoção de medidas excepcionais", além de atribuir o comando das respostas ao terrorismo "diretamente ao presidente da República, criando um sistema particular, mas oficial, de vigilância e segurança". Outro ponto crítico elencado pelo historiador é o fato da Comissão de Segurança Pública ter aprovado projeto que amplia excessivamente a definição de terrorismo, assim como abre a possibilidade de criminalização de movimentos sociais. Na avaliação de France, a modificação da lei não interessa nem mesmo às forças armadas e policiais, responsáveis pela implementação da política antiterrorismo. Porém, pode interessar à extrema direita, que promove uma "lenta, mas contínua e incessante, degradação do Estado democrático de Direito brasileiro". (Folha de S. Paulo – Opinião – 14/09/21)

### **Ex-porta-voz da presidência da República comentou o cenário político do país**

Em coluna opinativa para o periódico Correio Braziliense intitulada "A indiferença pode gerar o mal", o general de divisão do Exército e ex-porta-voz da presidência da República, Otávio Santana do Rêgo Barros, dissertou acerca do cenário político do Brasil e das expectativas para o futuro. Segundo o general, uma parte da sociedade equivocadamente passou a considerar as Forças Armadas como apoiadoras do governo, mas ponderou que elas "Não o são e têm provado com posturas serenas e institucionais". Além disso, destacou que alguns militares se esqueceram do conceito de "existência infinita da Instituição", porém avaliou que as Forças Armada "permanecem inabaláveis pelo suporte de valores e tradições". Este fator, segundo Rego Barros, trouxe consequências como a percepção da perda da isenção, atributo essencial às Forças Armadas para atuar nas missões previstas na Constituição. Por fim, o general trouxe a atenção dos leitores para a reflexão, afirmando que a sociedade não pode ficar indiferente. (Correio Braziliense – Opinião – 15/09/21)

### **Comandante do Exército aconselhou militares para que tenham cautela nas redes sociais**

De acordo com a Folha de S. Paulo, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou em um pronunciamento do dia 17/09/21 que o Exército continuará cumprindo as "missões constitucionais" e pediu para que os soldados tenham mais cuidado com as informações divulgadas nas redes sociais. Esta foi a primeira vez que o general se pronunciou desde as manifestações do dia da Independência, embora não tenha feito

referência ao presidente da República, Jair Bolsonaro. No mesmo discurso, disse que devido ao grande volume de informações, era necessário estar atento à “verdade dos fatos”. Segundo o periódico, o comandante ainda fez um apelo, pedindo que os soldados confiassem em seus comandantes e chefes, que teriam autoridade e responsabilidade para transmitir informações verdadeiras e orientá-los para melhor cumprir seus deveres. Além disso, o general estimulou a tropa a “manter o foco em suas atribuições” e lembrou da “hierarquia e disciplina”. Terminou seu discurso com o lema da Brigada da Infantaria Paraquedista do Exército, “Brasil acima de tudo”, tomada como slogan da campanha de Bolsonaro. O jornal mencionou que o general Paulo Sérgio foi nomeado comandante do Exército após uma crise nas Forças Armadas causada por interferência de Bolsonaro, ocasião em que foram substituídos o ministro da Defesa e os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A Folha também lembrou de duas ocasiões em que Bolsonaro tentou “politizar a instituição”, a primeira quando usou a expressão “meu Exército” e a segunda quando se referiu às Forças Armadas como o “poder moderador” do país. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/09/21)

### **Pesquisa indicou que brasileiros temem volta à ditadura e reprovam a atuação do Congresso Nacional em meio à crise institucional que envolveu as Forças Armadas**

A Folha de S. Paulo apresentou dados de pesquisa do Datafolha, de 13 a 15/09/21, na qual foram ouvidas 3.667 pessoas com mais de 16 anos em 190 cidades. Segundo a pesquisa, que possui margem de erro de dois pontos percentuais, 51% dos entrevistados afirmaram temer uma volta à ditadura – semelhante ao que ocorreu durante o regime militar de 1964 a 1985 – (um ano antes, eram 46%), 45% não acreditam no risco e 5% não souberam responder. A pesquisa foi realizada no contexto de diversas manifestações e pedidos de golpe e intervenção militar ocorridas no dia 07/09/21. Ainda de acordo com o Datafolha, 70% dos entrevistados preferem a democracia a qualquer outro tipo de governo. O periódico relembrou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, capitão reformado, é um apologista do regime militar de 1964, tendo dito que o erro da ditadura militar no Brasil foi não ter matado tanto quanto na do Chile, e referenciando o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra como seu herói. O Datafolha também indicou que a porcentagem de brasileiros que considerou o trabalho do Congresso Nacional ruim ou péssimo atingiu a marca de 44%, indicando uma piora em relação à última avaliação, de julho de 2021, de 38%. O jornal relembrou que nesse período teve destaque a crise institucional entre Bolsonaro e o Congresso nas discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso, na qual foram envolvidas as Forças Armadas. O jornal relatou o ocorrido no dia 10/08/21, quando a PEC foi votada no plenário da Câmara dos Deputados e o presidente decidiu realizar um desfile com veículos blindados da Marinha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, classificado pelo jornal como uma tentativa de intimidação ao Poder Legislativo, que não aprovou a proposta defendida por ele. A reportagem ainda relembrou que a atitude de Bolsonaro virou piada política, devido à fumaça dos motores a diesel desregulados de alguns dos blindados exibidos. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/09/21)

### **Jornais repercutem entrevista de Bolsonaro à Revista Veja**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou em entrevista concedida à Revista Veja que não há possibilidade de golpe em 2022. A afirmação coincidiu com a queda na popularidade de seu governo. Na ocasião, Bolsonaro elogiou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso de incluir as Forças Armadas no processo de segurança do sufrágio eletrônico, o que, para o mandatário, tornará o processo eleitoral mais indubitável. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, de acordo com o Datafolha, 50% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro pode tentar um golpe, enquanto que 70% acreditam que a democracia é o melhor sistema para o país, ao passo que o temor do retorno da ditadura é o maior desde 2014. (Correio Braziliense - Política - 25/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/09/21)

### **Antropólogo afirmou que geração de militares no governo é símbolo de afastamento em relação à sociedade**

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o antropólogo e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Celso Castro, afirmou que a geração de militares que ocupam cargos no governo é marcada por um isolamento que a distancia do “mundo civil”. Segundo Castro, a formação desses militares contribuiu para a criação de uma “separação” entre o Exército e a sociedade: por ser ensinada que os civis seriam “individualistas, menos honestos [e] menos patriotas”, parcela considerável da instituição se vê como a verdadeira “elite moral do país”. Além da educação, o desprestígio social que a profissão militar sofreu desde o fim da ditadura militar também acentuou o afastamento mútuo com a sociedade. O antropólogo também avaliou a aproximação da cúpula militar com o presidente da República Jair Bolsonaro: para Castro, essa se deveu não somente aos desdobramentos da Operação Lava Jato – que reforçaram a visão de um mundo civil “menos honesto” do que o mundo militar –, mas também à defesa do governo Bolsonaro de “pautas caras à corporação, como salários melhores”. Já em relação ao maior envolvimento de militares na política desde o início da Nova República, Celso Castro reiterou que existem riscos advindos do exercício do poder político que podem tanto afetar o – já abalado – prestígio da profissão quanto criar mais “incompreensões” sobre o complexo fenômeno da participação militar na política, sobretudo por conta do insulamento da instituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/09/21)

### **Lei antiterrorismo será denunciada na Organização das Nações Unidas**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, diversas entidades de direitos humanos pretendem denunciar em conjunto a nova Lei Antiterrorismo à Alta Comissária para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Verónica Michelle Bachelet Jeria. A denúncia questionará a celeridade do processo de aprovação da legislação que amplia a definição de terrorismo no Brasil e os poderes do Executivo no seu combate. Segundo as organizações Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal, caso aprovada, a nova lei criará “um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República”, assim, podendo provocar riscos à privacidade da população e opositores do governo. A proposta, apresentada pelo deputado federal Victor Hugo de Araújo Almeida, apoiador do presidente da República Jair Bolsonaro, já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada em plenário. Por fim, a Folha também ressalta que Bachelet já chegou, no dia 13/09/21, a criticar a proposta durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/09/21)

### **Em comemoração aos 1000 dias de governo, presidente Jair Bolsonaro afirma a independência das Forças Armadas**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, em discurso no evento de comemoração de 1000 dias de governo, o presidente da República Jair Bolsonaro, afirmou que as Forças Armadas não cumpriram nenhuma “ordem absurda” vindo dele. O presidente ainda justificou a massiva presença de militares em seu governo pelo fato de se basear em seu “círculo de amizade”, assim como em outros governos que basearam a estrutura ministerial de seus mandatos na mesma premissa. Bolsonaro, que a pouco tempo foi acusado de tentar fazer uso político das Forças Armadas, chamando muitas vezes de “meu Exército” e realizando um desfile de blindados no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados rejeitava a adoção do voto impresso, ainda pediu respeito à Instituição. Durante a celebração de 1000 dias, o presidente pretende promover 27 eventos, em cada estado brasileiro e no Distrito Federal, há a preocupação de que os eventos se configurem como campanha eleitoral antecipada, e a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência, publicou parecer afirmando que é preciso “observar a prudência e cautela” nos eventos. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/09/21; O Estado de S. Paulo – Política – 28/09/21)



### Procurador-geral da República afere ameaça de general às eleições de 2022

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, abriu uma apuração preliminar para investigar “possível infração político-administrativa” cometida pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto. Em 08/07/21, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, recebeu uma suposta mensagem do general Braga Netto, por intermédio de um influente interlocutor político, o ex-ministro da Casa Civil pediu para informar que não haveria eleições em 2022 sem o voto impresso. A Proposta de Emenda à Constituição que propunha o voto impresso em eleições foi indeferida pelo Congresso Nacional no mês passado. No dia 27/09/21, a decisão de Aras foi comunicada ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator de quatro ações contra Braga Netto. O chefe do Ministério Público Federal solicitou que os demais pedidos de investigação sejam arquivados, visto que já há procedimento aberto na Procuradoria-Geral sobre o caso. Membros do Supremo Tribunal interpretaram a iniciativa de Aras como uma estratégia para retirar o caso das mãos da Corte. Aliado do presidente da República Jair Bolsonaro, o PGR tem usado desse expediente em ocorrências que envolvam aliados do governo. O vice-procurador-geral, Humberto Jacques de Medeiros, e a subprocuradora Lindôra Araújo são os responsáveis pelo caso. Braga Netto não se pronunciou sobre a investigação, no entanto, defendeu a discussão do voto impresso como legítima. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a determinação de Aras é um desdobramento dos pedidos de parlamentares para investigar Braga Netto, após o jornal *O Estado de S. Paulo* ter informado sobre o fato citado acima. Essa categoria de investigação não possui o mesmo status de um inquérito criminal aberto, posto que não faz referência a nenhum crime cometido. O procurador-geral da República abriu uma apuração preliminar, tendo sido instaurada no dia 26/07/21 a partir de uma “notícia de fato” que tramita em caráter confidencial na Procuradoria-Geral da República. Braga Netto, na época da reportagem, classificou-a como desinformação, no entanto, defendeu a discussão acerca do voto impresso como legítima. (*Correio Braziliense* - Política - 30/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 30/09/21; *O Estado de S. Paulo* - Poder - 30/09/21)

## OUTUBRO

### Forças Armadas integram comissão de transparência eleitoral

Segundo o editorial da *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adicionou um integrante das Forças Armadas à Comissão de Transparência das Eleições, que reúne representantes de partidos políticos, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e acadêmicos, com o intuito de demonstrar à população brasileira a transparência e eficácia das urnas eletrônicas. De acordo com reportagem da *Folha*, o presidente da República Jair Bolsonaro elogiou em entrevista a participação das Forças Armadas na comissão de transparência eleitoral através do general Heber Garcia Portella, comandante de Defesa Cibernética do Exército. O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, alegou que essa participação é importante devido à representatividade do setor na sociedade. Ademais, Barroso também comentou sobre a participação das Forças Armadas, em conjunto com centros de pesquisa, na concepção das urnas eletrônicas em 1990, além de sua atuação na segurança e distribuição dos equipamentos em época de eleições. A *Folha* também identificou que a presença das Forças Armadas na comissão é um episódio de uma trégua entre o presidente da República e o poder Judiciário, após atos de orientação golpista realizados no feriado da Independência, em 07/09/21. O periódico relatou que o presidente reduziu suas críticas ao sistema eletrônico de votação, alegando que “com as Forças Armadas participando, você não tem por que duvidar do voto eletrônico”. Essa trégua, no entanto, não foi bem aceita entre sua militância, levando o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, a divulgar um vídeo nas redes sociais pedindo para que os seguidores confiassem no presidente. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 03/10/21; *Folha de S. Paulo* - Política - 05/10/21; *Folha de S. Paulo* - Política - 08/10/21)

### Polícia Federal indicou que blogueiro bolsonarista incentivou intervenção militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal apontou que o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos tentou influenciar o presidente da República Jair Bolsonaro a iniciar

um golpe de Estado. As informações, que fazem parte do inquérito das milícias digitais, revelaram que o blogueiro enviou, durante as manifestações a favor do governo realizadas em abril e maio de 2020, mensagens ao tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, ajudante de ordens do presidente, incitando a intervenção das Forças Armadas, que ele considerava “urgente”. O relatório, no entanto, não mencionou respostas às mensagens do influenciador. (O Estado de S. Paulo - Política - 09/10/21)

### **Colunista traçou paralelos entre a atual conjuntura política e a ditadura brasileira**

Em coluna opinativa para o periódico Correio Braziliense, Roberto Brant, ex-ministro da Previdência e Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso e ex-deputado federal, refletiu sobre a defesa da democracia pela população brasileira, traçando paralelos com a ditadura militar (1964-1985). Brant afirmou que durante os primeiros anos dos militares no poder não havia contestação capaz de ameaçar o regime devido à chamada “ditadura dos resultados”. O ex-ministro apontou semelhanças com a conjuntura brasileira atual, afirmando que “grandes parcelas da nossa sociedade, e de tantas outras em todo o mundo, vivem em estado de grande vulnerabilidade e, para elas, o apelo da segurança material é justificadamente muito forte”, de maneira que a defesa da democracia não é a prioridade destes grupos. Segundo Brant, a democracia é um conceito abstrato para a maior parte da população, que não presenciou os anos mais autoritários da ditadura. Assim, constatando os protestos contrários às instituições democráticas que vêm ocorrendo no país, ressaltou a inexpressividade do apoio da população a elas. Citando pesquisa da organização não-governamental Latinobarômetro sobre a opinião dos habitantes de 18 países latino-americanos a respeito da democracia e de suas instituições, cujo resultado demonstrou que menos da metade dos latino-americanos declara-se comprometida com a democracia e, no Brasil, 40% dos entrevistados declaram preferir a qualquer outra forma de governo, o ex-deputado apontou risco às instituições envolvidas com a vida democrática do país. Brant ressaltou a necessidade da democracia também apresentar resultados, como crescimento econômico e emprego, para justificar sua própria legitimidade da mesma forma que justificaram o regime militar. (Correio Braziliense - Política - 11/10/21)

### **Livro discute adesão de militares à ataques antidemocráticos**

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, a jornalista Miriam Leitão lançou o livro “A Democracia na Armadilha”, reunindo diversas colunas de sua autoria para o jornal O Globo, entre 2016 e 2021, que discutiram os planos do presidente da República Jair Bolsonaro de enfraquecer as instituições democráticas. Entre os temas abordados, o jornal destacou a forte adesão militar ao governo federal, citando que, segundo Leitão, a agressão bolsonarista à democracia conta com o apoio de militares e civis. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/10/21)

NOVEMBRO

### **Documentos mostram que o Exército monitorou cidadãos, parlamentares e jornalistas**

Em reportagem, o periódico Correio Braziliense informou que o jornal recebeu do próprio Exército 124 páginas de relatórios de “Acompanhamento e Análise do Projeto de Lei (PL) 1.645/2019 nas Mídias Sociais”, que detalham o monitoramento de cidadãos, parlamentares, jornalistas e influenciadores digitais entre 14/08/2019 até 20/11/2019. O objetivo era identificar e neutralizar detratores do projeto de lei que reestruturou a carreira militar, proposta sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro em dezembro de 2019. Os documentos, produzidos pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), informam as estratégias políticas utilizadas pela corporação para influenciar na tramitação da proposta de lei, como o uso de outros perfis que não fossem os próprios da corporação, justificando que “perfis pessoais possuem uma capacidade representativa na rede muito superior a perfis institucionais”, e estimular a participação de influenciadores digitais no debate público, pois na avaliação do Exército estes detêm “maior capacidade de reverberar a linha narrativa que se deseja propagar”. Um dos maiores alvos dos relatórios é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e seus parlamentares, nomeadamente Glauber Braga e Marcelo Freixo, na época, classificados como “protagonistas da oposição ao governo” e “fortes influenciadores de massas radicais no Twitter”, além de identificar um “alinhamento dos integrantes das Associações de praças e inativos” com o partido. Ainda segundo o periódico, em audiência pública na Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizada no dia 27/10/21, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, negou haver monitoramento de parlamentares por parte do Exército, após o deputado federal Glauber Braga relatar ter sido um dos alvos monitorados. O deputado afirmou que pedirá à bancada de seu partido que encaminhe um pedido formal de esclarecimento ao ministro da Defesa. Glauber Braga comentou que o pedido busca confirmar a posição do general em um documento oficial, e disse que esse tipo de atitude dos militares é um “absurdo”, afirmando que “eles (os militares) trabalharam como força de espionagem contra deputados da oposição”. Em outra reportagem, o Correio Braziliense destacou que os relatórios estão abordando temas “estranhos à missão das Forças Armadas”, como a política econômica do governo federal, e produzindo avaliações mais politizadas, indicadas por termos como “partidos de oposição”, “causa lulista” e “ganhar a narrativa”. O especialista em Forças Armadas e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Alcides Costa Vaz, avaliou, em entrevista ao periódico, que esse tipo de investigação interna é uma “anomalia” que não faz parte das funções típicas do Exército, ferindo a Constituição. O professor afirmou também que “caberia à polícia investigar” caso haja qualquer atividade que coloque em risco a integridade da população. A advogada constitucionalista Vera Chemim, também ouvida pelo periódico, criticou a atuação das Forças Armadas para tentar “fazer algum tipo de lobby neste sentido”, se referindo à aprovação da lei. O advogado criminalista Thiago Durbay categorizou como inadequadas as investigações do Exército, afirmando que “esse catálogo de pessoas pode servir à perseguições políticas e violações de liberdades e direitos fundamentais”. Por último, militares ouvidos pelo jornal em condição de anonimato afirmaram que o monitoramento é rotineiro, e confirmaram que essa investigação fazia parte da estratégia dos militares para “vencer a narrativa”, objetivo que também aparece explicitado no relatório. Segundo uma das fontes, “a conjuntura de hoje não é de golpe”, mas as atividades visam “ter um controle de bastidor, manter os 80% de aprovação, ter o suficiente de aprovação popular para avançar com temáticas próprias da Força”. (Correio Braziliense – Poder – 31/10/21; Correio Braziliense – Poder – 1/11/21)

#### **Advogado comentou os atos de 7 de setembro**

Em coluna opinativa para o periódico Correio Braziliense, o ex-juiz federal e advogado tributarista Sacha Calmon Navarro Coêlho relembrou o discurso “inflamado” do presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia da Independência do Brasil, em que, para ele, “estava dada a senha para um golpe de Estado”, mas as Forças Armadas não aderiram ao golpe, embora silentes. Segundo o autor, essa percepção teria se prolongado ao fato de que “ninguém fala mais” sobre o ministro da Defesa, “que se emudeceu”. Coêlho assinalou ainda que esse fato, segundo ele “decisivo para a história”, estaria até hoje sem explicação. (Correio Braziliense – Poder – 31/10/21)

#### **Colunista comentou a escolha de general para a direção-geral do Tribunal Superior Eleitoral**

Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde classificou a escolha do general da reserva Fernando Azevedo e Silva para a direção-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022 como uma “jogada de mestre” dos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. O general foi da turma do presidente da República, Jair Bolsonaro, no Exército, e ministro da Defesa durante parte de seu mandato, mas depois de demitido, segundo a jornalista, manteve-se atento ao governo federal. Para a colunista, o risco de que o presidente questione o resultado das urnas caso perca a reeleição é real. Ela relembrou que Bolsonaro já questionou as urnas eletrônicas, minando a confiança de seus apoiadores na lisura da eleição. Ela também citou declarações do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que afirmou tomar remédio para não estimular o presidente a um golpe contra o Supremo Tribunal Federal (STF), e sugeriu a hipótese de Bolsonaro ser novamente alvo de atentado durante a campanha. Por isso, disse Cantanhêde, a presença do general Azevedo e Silva no TSE funcionaria como “anteparo simbólico a aventuras golpistas”. (O Estado de S. Paulo - Política - 17/12/21)

# 2 As forças armadas e o meio ambiente

## Amazônia sob as botas, as serras e as chamas

O ano de 2021 se iniciou com a continuidade da anuência governamental para a destruição ambiental no país. Fundamentado em uma perspectiva de exploração do território amazônico que remonta ao período da Ditadura Militar, o governo de Jair Bolsonaro continuou a favorecer ações militarizadas e ineficazes para a proteção da biodiversidade nos estados brasileiros que integram a Amazônia Legal. Sob essa investidura, ganham relevo as preocupações sobre a soberania nacional — clivada de um pensamento antiquado e concentrado na defesa do território — e a tentativa de fazer avançar a exploração econômica dos recursos amazônicos ao custo da preservação ambiental.

O avanço do garimpo, do desmatamento e das queimadas foi acompanhado da intensificação dos conflitos com comunidades locais — sobretudo as de populações indígenas, de ribeirinhos e de pequenos proprietários rurais. São estas as comunidades no *front* da crise climática global e mais pressionadas pelo avanço da exploração irrefreável do ambiente. A prioridade atribuída pelo governo às ações militares, associada à redução do orçamento para órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) — bem como ao aparelhamento destes por policiais militares e membros das forças armadas e à censura às ações de combate a crimes ambientais — resulta em uma política inofensiva contra aqueles que movem as engrenagens da destruição do Meio Ambiente e inserem a exploração da Amazônia nas rodas do capitalismo mundial.

No primeiro semestre de 2021, o encerramento da operação Verde Brasil II foi atribuído por membros do governo a cortes no orçamento do Ministério da Defesa e à impossibilidade de alocar recursos em outras pastas, como o Ministério do Meio Ambiente. Essa operação de Garantia da Lei e da Ordem tinha como objetivo evitar crimes ambientais, coordenando atividades de outros órgãos de fiscalização. Encerrada em 30 de abril de 2021, estima-se que a manutenção dos militares para essa operação custou cerca de R\$ 410 milhões aos cofres públicos.

Sua antecessora, a operação Verde Brasil I, iniciada após a promulgação de decreto presidencial em 23 de agosto de 2019, previa a atuação de militares das forças armadas para reprimir delitos ambientais e combater focos de incêndio. Nesse mesmo mês, como medida inócua, o governo federal decidiu proibir as queimadas realizadas por comunidades que dependem da produção rural para sua subsistência; entretanto, como se tornou público à frente, as ações coordenadas para incendiar a floresta partiram de proprietários de terra interessados em expandir sua produção.

Complementarmente, observa-se que, apesar da presença militar na Amazônia pelas operações com a finalidade de fiscalizar e coibir crimes ambientais, os números sobre queimadas e desmatamento não foram positivos. De acordo com dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), em 2021 houve um aumento de 22% das áreas desmatadas em relação aos números de 2020. Segundo dados do INPE, em 2021 foram detectados por satélite 74.716 focos ativos de calor na região amazônica.

De acordo com especialistas, as operações tiveram resultados pífios, gerando obstáculos ainda mais severos para órgãos de fiscalização como o IBAMA e o ICMBio. Não obstante, o governo federal não ignorou a possibilidade de decretar novas ações militarizadas para a região, outra vez estruturadas como operações de garantia da lei e da ordem.

A Operação Verde Brasil II foi substituída pelo Plano Amazônia 2021/2022. Esse plano foi decretado pelo vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, general Hamilton Mourão, através da resolução nº 3, de 9 de abril de 2021. De acordo com o documento, o Plano tem como objetivo dar continuidade às ações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais implementadas pelas operações Verde Brasil I e II, e ainda estabelecer diretrizes de atuação no nível federal. Adicionalmente, o Plano Amazônia também visa “reduzir até o final de 2022 os ilícitos ambientais e fundiários, particularmente as queimadas e o desmatamento ilegal”. Todavia, assim como as GLOs ambientais, o Plano tem se mostrado ineficiente, tendo em vista os números crescentes de áreas desmatadas no território da Amazônia Legal.

Ainda em 2021, a atuação de militares na Amazônia foi outra vez intensificada por meio de outra operação de Garantia da Lei e da Ordem. Instaurada por meio de decreto no mês de junho e com previsão de encerramento para outubro de 2021, a Operação Samaúma tinha como objetivo combater crimes ambientais em terras indígenas, unidades de preservação ambiental e outras localidades dos estados do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia.

Além da expansão das áreas de desmatamento, o aumento crescente no número de garimpos ilegais e de denúncias oriundas das comunidades indígenas expressam ineficiência das ações militares na Amazônia. Entretanto, a alta cúpula do governo mantém o discurso dos anos anteriores de que as operações Verde Brasil I e II foram um sucesso. Essa postura negacionista se refletiu não apenas no cenário doméstico, mas também nos fóruns internacionais, como a Assembleia Geral da ONU e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26).

Ao longo de 2021, prevaleceram, portanto, as tendências motrizes da política ambiental do governo Bolsonaro: privilégio à expansão capitalista, aos custos da destruição do Meio Ambiente; e militarização das respostas aos crimes ambientais, relegando o investimento em órgãos de fiscalização. De ambas as opções políticas resulta um agravamento das condições ambientais e a opressão às comunidades que dependem da natureza para a sua subsistência, como povos indígenas, populações ribeirinhas e pequenos produtores rurais. A força avassaladora da expansão econômica, coadunada a um governo que nega a necessidade de preservar o meio ambiente, se sobrepõe às preocupações da luta internacional contra a crise climática, tornando o Estado brasileiro um pária.

**Lisa S. Barbosa**

*Mestranda em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

**Leonardo Dias de Paula**

*Mestre em Rel. Internacionais pelo PPG San Tiago Dantas*

## FEVEREIRO

### **Degradação do meio ambiente em Roraima fez indígena questionar a eficiência do Exército no combate ao garimpo ilegal**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, uma explosão ocorrida em área de garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) encheu de dejetos e rejeitos cachoeiras próximas de Uiramutã, cidade de Roraima, na fronteira com a Guiana, onde se localiza a sede do 6º Pelotão de Fronteira do Exército. Em fotos tiradas pela Folha no final de janeiro, podem ser vistas as cachoeiras Sete Quedas e Urúca com água barrenta no lugar da cor esmeralda original. A partir desse fato, o jornal remontou até 2019, quando a TIRSS começou a sofrer as primeiras invasões ilegais de garimpeiros desde a demarcação homologada 11 anos antes. Segundo as lideranças indígenas, a culpa restaria em autoridades governamentais, como o presidente da República Jair Bolsonaro, o ex-senador Francisco de Assis Rodrigues, o governador do Estado Antonio Denarium, assim como a Assembleia Legislativa do estado, os quais são complacentes ou incentivadores do garimpo ilegal em terras indígenas. O garimpo ilegal é a atividades responsável pela depredação do bioma local. Ademais, o vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o macuxi Edinho Batista de Souza, também afirmou que o Exército brasileiro seria cúmplice por “não fazer nada” para combater o garimpo ilegal na região, a despeito da Operação Verde Brasil 2 que autorizou os militares a exercerem tal proteção. Afirmando que o Exército estaria “engessado”, o líder indígena ressaltou que já tentou fazer denúncias, mas sem sucesso, e que quando tentou conversar com os militares, estes alegam que haveria uma “questão de fronteira”, apesar dos garimpeiros ilegais serem brasileiros de acordo com Batista de Souza. A Folha tentou contato com o Comando Militar da Amazônia (CMA) para questionar sobre o assunto, mas não teve sucesso. A demarcação da Raposa Terra Serra do Sol é antiga, e mantém como adversário histórico o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que já criticou a política indigenista do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, assim como a demarcação da região da TIRSS, sendo que esta última lhe custou a chefia do CMA. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 08/02/21)



## Operação Verde Brasil 2 será substituída pelo Plano Amazônia 21/22

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou em 10/02/21 que a atuação das Forças Armadas na Amazônia através da Operação Verde Brasil 2, que será finalizada em 30/04/21, será substituída pelo Plano Amazônia 21/22. Ao contrário do protagonismo militar, o novo plano será conduzido por funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e das polícias Federal e Rodoviária Federal, ademais, contará com o apoio e a fiscalização dos ministérios da Justiça, da Agricultura, do Meio Ambiente e do Gabinete de Segurança Institucional. De acordo com a *Folha*, Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do IBAMA, considerou positiva a retirada dos militares da fiscalização ambiental, uma vez que “a atuação das Forças Armadas na coordenação é muito cara” e a relação custo-benefício questionável. Entretanto, a *Folha* ressaltou que Mourão não descartou o uso de militares no Plano Amazônia 21/22, afirmando que “caso for necessário novamente o emprego das Forças Armadas, isso vai ser proposto ao presidente da República e ele tomará a decisão que melhor lhe aprouver”. Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* relatou a ineficácia da Operação Verde Brasil 2 em combater o desmatamento e queimadas na Amazônia. Segundo o jornal, em 2020, ano de início da operação, em comparação com 2019, o número de multas aplicadas por infrações contra a floresta diminuiu 37%, a taxa de desmatamento aumentou 9,5% e os focos de incêndio aumentaram 15%. Apesar do desempenho questionável, a operação custou R\$ 410 milhões, três vezes o orçamento de fiscalização IBAMA e do ICMBio, responsáveis legalmente por essa função. Com isso, a *Folha* denominou a operação de “fiasco”. (*Correio Braziliense* - Brasil - 11/02/21; *Folha de S. Paulo* - Ambiente - 11/02/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 12/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 11/02/21)

## Jornal comentou os resultados da Operação Verde Brasil 2 e sua substituta

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o fim das ações militares de fiscalização da Amazônia foi recebido sem surpresa pelos membros da área ambiental do governo, devido à redução orçamentária. Ouvida pelo periódico, a especialista sênior de políticas públicas da Organização Observatório do Clima Suely Araújo afirmou que o alto custo da operação, somado a resultados “claramente insatisfatórios”, “mostram quais são os órgãos que têm expertise e condições de liderar nesse tema”, em referência ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ao anunciar o fim da Operação Verde Brasil 2, o vice-presidente e chefe do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) Hamilton Mourão estimou os gastos da ação em R\$410 milhões em um ano. Além disso, em editorial publicado também pelo *Estado*, foi lembrado que, de acordo com a apuração feita pelo jornal, o fim prematuro da Operação está ligado à falta de recursos orçamentários, trazendo também a fala de Mourão, que havia confessado haverem “algumas agências” que dizem poder fazer “bem melhor” com o mesmo orçamento. A partir disso, o jornal discorreu sobre como acha que o fim da Operação abre um “ponto de partida para uma necessária correção de rumos da política de preservação ambiental do governo federal”, algo que o jornal afirma que seria inexistente se não fosse pelo vice-presidente e pela CNAL. Ademais, o jornal descreve como foi impróprio o uso de militares no combate a crimes ambientais, não sendo essa a função das Forças Armadas (FFAA) de acordo com a Constituição, vendo essa flexibilização como um reflexo da visão de que os militares seriam “panaceia de todos os males”. Por isso, descreveram a decisão de Mourão de abrir espaço para outros mecanismos de fiscalização no Plano Amazônia 21/22, como o Ibama e o ICMBio, como “absolutamente correta”. Mesmo assim, o jornal listou uma série de obstáculos a serem superados para que a nova política ambiental do governo seja efetiva, como a necessidade por maior orçamento, a melhor definição das áreas que terão maior atenção e o esvaziamento do quadro pessoal dos órgãos substitutos. O texto termina dizendo que o presidente Jair Bolsonaro deveria deixar de lado

as "picuinhas" que tem contra Mourão para retomar assim o diálogo e apoio, ressaltando a importância do CNAL para com a Amazônia caso esteja sem apoio do governo federal. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 13/02/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 15/02/21)

### **Exército ordenou retirada de militares que garantiam a segurança de madeira ilegal apreendida no Pará**

De acordo com a colunista Camila Mattoso, do periódico Folha de S. Paulo, o Exército ordenou a retirada de tropas responsáveis pela segurança da maior apreensão de madeira ilegal da história do país. A operação, batizada de Handroanthus GLO (Garantia da Lei e da Ordem), foi realizada pela Polícia Federal (PF) em conjunto com as Forças Armadas em dezembro de 2020 e apreendeu 130.000m<sup>3</sup> de madeira ilegal, que estavam sob proteção de militares em dois locais no estado do Pará. Segundo a colunista, o chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto Norte comunicou em ofício para a PF que as tropas deixariam os locais para retornarem às suas bases. O delegado responsável pela operação reagiu ameaçando abrir inquérito contra os militares que abandonassem a proteção do carregamento de madeira e afirmou que o Exército não teria prerrogativa para isso. A coluna da Folha também noticiou que um documento da PF alertava para a oportunidade de criminosos recuperarem a madeira explorada ilegalmente e pontuava que, caso isso ocorresse, seria "objeto de apuração da responsabilidade de natureza civil, administrativa (improbidade) e criminal (por exemplo, prevaricação)". Ademais, a PF demandou do Exército os dados e nomes dos responsáveis pela eventual decisão de abandonar a madeira apreendida sob a sua responsabilidade. Mattoso também ressaltou o comentário do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o caso, o qual reiterou a retirada das tropas no dia 6 de março e declarou que a PF errou ao emitir um documento ameaçando abrir inquérito contra militares. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21)

## MARÇO

### **Política ambiental para a Amazônia se assemelha à praticada durante a ditadura militar**

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Alvaro Costa e Silva afirmou que, quando o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirma que "a Amazônia é nossa e vamos desenvolvê-la", se refere a uma estratégia desenvolvida pelo regime militar (1964-1985). Segundo o jornalista, em 1967 o então presidente, general Castello Branco, recebeu no Palácio Laranjeiras o empresário americano Daniel Ludwig, e lhe concedeu 3,5 milhões de hectares "para dar início ao Projeto Jari na divisa do Pará com o Amapá". Naquela área funcionou a maior companhia de extração ilegal de madeira do mundo, tendo sido "a mais extensa propriedade do planeta pertencente a uma só pessoa". Costa e Silva afirmou que hoje "o esforço planejado para destruir o verde avança", citando a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), "para quem as ONGs estavam por trás dos incêndios na Amazônia", que será a nova presidenta da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e o novo presidente da Comissão de Minas e Energia, o deputado federal Edio Lopes (PL-RR), que defende o projeto de lei para liberar a mineração em terras indígenas. (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/03/21)

## ABRIL

### **Governo analisa possibilidade de manter os militares combatendo o desmatamento na região amazônica**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, devido à pressão internacional sobre a política ambiental adotada pelo presidente da República Jair Bolsonaro e a aproximação do período de seca, o governo avalia a reedição de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para manter os militares combatendo crimes ambientais na floresta Amazônica até novembro deste ano, quando termina o período de estiagem, contrariando a decisão inicial de encerrar a atual operação a partir de 1º de maio. As discussões sobre a GLO ocorrem pouco antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima, onde o governo brasileiro pretende defender o investimento de países ricos no combate ao desmatamento na floresta Amazônica e apresentar um plano para a preservação da mesma. Neste contexto, o Brasil precisa sinalizar o seu compromisso com

as questões ambientais antes da cúpula. Além disso, os órgãos federais sofrem com restrições orçamentárias e operacionais que dificultam a fiscalização de crimes ambientais sem o apoio dos militares. Portanto, o fim da GLO significaria um obstáculo à obtenção de resultados positivos no combate ao desmatamento na região amazônica. (Folha de S. Paulo - Mundo - 16/04/21)

### **Declaração de Mourão sobre atuação do Brasil na Cúpula do Clima gera polêmica**

O Correio Braziliense informou que o vice-presidente da República e atual presidente do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, desdenhou do posicionamento do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, os quais buscaram angariar auxílio internacional para que o Brasil cumpra compromissos da agenda ambiental, como a redução do desmatamento e das emissões de gases nocivos ao planeta. Bolsonaro inclusive endereçou carta ao presidente dos Estados Unidos, Joseph Biden. Segundo o Correio, ao discordar de tal posicionamento, Mourão declarou: “A gente não tem que ser mendigo nisso aí. Vamos colocar a coisa muito clara, né? Nós temos as nossas responsabilidades, o Brasil é responsável só por 3% das emissões no mundo. Desses 3%, 40% é o desmatamento. Ou seja, 1,2% do que se emite no mundo é responsabilidade do desmatamento nosso aqui”. De acordo com a Folha de S. Paulo, o vice-presidente ressaltou que o dinheiro para as medidas previstas na agenda ambiental deve sair do Fundo Amazônia e que ele sempre esteve aberto para doações. Especialistas ouvidos pela Folha afirmam que, devido à falta de credibilidade do país e às ações do governo, a promessa de acabar com danos ao meio ambiente não será suficiente, sendo necessárias ações práticas que demonstrem que o governo está trabalhando para a preservação ambiental. (Correio Braziliense - Poder - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Mundo - 20/04/21).

MAIO

### **Jornal entrevistou chefe do Comando Militar da Amazônia**

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o comandante militar da Amazônia, general Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, comentou sobre a mineração ilegal e as questões de segurança na região norte do Brasil. Primeiramente, o jornal questionou sobre a proliferação de mineração ilegal nas áreas das Terras Indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol, a despeito da presença do Exército através do Comando Militar da Amazônia (CMA). Como resposta, o general ressaltou que o Exército não age sozinho, e que depende de uma série de outros fatores e órgãos do Estado brasileiro. Assim, concluiu que “a mineração ilegal é uma questão multifatorial” e, por isso, deve ser interpretada de forma abrangente, com o CMA sendo apenas um dos atores que buscam coibir tal ação. Ao ser questionado sobre a desativação de um posto de controle na Ilha das Flores, próximo de São Gabriel da Cachoeira - um ponto de escoamento do tráfico de drogas através do Rio Negro - o general respondeu que o posto foi estabelecido apenas “durante determinado período” e que “os fatores operacionais” levaram o Exército a mudar seus métodos de fiscalização a partir de fevereiro de 2021, priorizando tanto ações mais imprevisíveis, singulares e intermitentes quanto novas técnicas operacionais; ressaltando assim a continuidade da presença do Exército no Amazonas Ocidental e uma recente apreensão de drogas no local. Adicionalmente, o general foi questionado se o Exército pretende alterar, no médio prazo, o manejo administrativo de hospitais em São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, ao que o militar respondeu que não há previsões de mudanças. Completou que em Tabatinga fica um hospital de guarnição, diferentemente do de São Gabriel que é do governo, porém gerido pelo Exército. Ademais, ressaltou também que tais instituições atendem não só militares, mas também civis. Sobre a falta de indígenas no oficialato de carreira do Exército, a despeito da alta presença no alistamento, o general não deu respostas diretas, apenas afirmou que cargos de oficial são preenchidos por concurso público. Em seguida, o militar foi questionado sobre sua posição no que se refere à aplicação de cotas nas instituições de ensino superior do Exército, ao que ele respondeu que elas já existem de acordo com as leis federais. Por fim, a Folha destacou que em São Gabriel da Cachoeira são frequentes os casos de indígenas mulheres que são engravidadas por militares, e em seguida são abandonadas. Ao ser questionado se o CMA

possui políticas para prevenir tais casos, o general disse que o Comando desconhece o fato. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/05/21)

### **Jornal comentou desdobramentos de crime cometido por militar em São Gabriel da Cachoeira**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, na noite de 30/01/21, o capitão do Exército Ygor Vinicius Neves Oliveira, do Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva, se chocou contra um poste enquanto dirigia um veículo, causando assim falta de luz na cidade amazonense de São Gabriel da Cachoeira. Os desdobramentos da falta de energia afetaram inclusive o Hospital de Guarnição - administrado por militares e o único da cidade -, gerando uma crise na saúde pública local, sendo que nos dias seguintes foram assistidas novas mortes por covid-19. De acordo com o jornal, o acidente estaria ligado a uma suposta embriaguez, algo consonante a uma apuração feita pelo jornal na qual foi identificado um histórico de multas de trânsito por parte de Neves Oliveira. Mas, ainda assim, a Polícia Civil não abriu investigações na época devido ao perfil militar do motorista. Apesar disso, a Folha relatou que tudo indicava se tratar de um crime ocorrido fora da atividade funcional, que levaria o militar para a Justiça comum. Em resposta ao caso, o líder indígena Marivelton Barroso caracterizou a situação como uma "irresponsabilidade muito grande" e "um ato criminoso que causou diversas mortes". Segundo a antropóloga Fabiane Vinente dos Santos, que já morou em São Gabriel da Cachoeira e estuda as relações entre indígenas e militares, "há muitos casos de abuso de autoridade documentados" e classificou como "muito grave" a blindagem do Exército na região, pontuando que há "elementos para que não se considere essa presença tão positiva". Sobre a responsabilização de Neves Oliveira, o comandante militar da Amazônia, general Guilherme Teophilo Gaspar de Oliveira, respondeu à Folha que o militar já está sendo punido com prisão, de acordo com o Regulamento Disciplinar do Exército, ou seja, o episódio não foi reportado às autoridades civis, mas sim às militares. Ademais, as tentativas do jornal de entrar em contato com o Ministério Público Militar de Manaus não geraram respostas até o dia de publicação da reportagem, em 10/05/21. Sobre a temporária falta de energia no Hospital de Guarnição estar ligada às mortes por covid-19 nos dias subsequentes, o Comando Militar da Amazônia (CMA) disse que o apagão durou quatro horas e meia e que não houve prejuízo na atenção aos pacientes, sendo um problema recorrente na cidade para o qual o hospital estaria preparado, tendo havido apenas uma morte no dia do apagão e que ela não estaria ligada à falta de energia. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/05/21)

### **Em São Gabriel da Cachoeira, Exército tem presença histórica e forte**

Em reportagem, a Folha de S. Paulo retratou a situação atual da cidade amazonense de São Gabriel da Cachoeira, município fronteiro na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", que carrega o status de cidade mais indígena do Brasil, ostenta uma taxa muito baixa de urbanização e ocupa uma área similar à Inglaterra. Desde o século XVIII, a região é alvo da presença militar, naquela época, com as "tropas de resgate" que capturavam e escravizavam indígenas. Porém, segundo o jornal, foi durante a ditadura militar (1964-1985) que a presença de militares se intensificou, quando a Amazônia passou a ser interpretada como um "vazio demográfico" a ser povoado, a despeito dos povos indígenas e tradicionais da região. Após a redemocratização, em um momento de escalonamento do conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no país vizinho, a "Cabeça do Cachorro" passou a abrigar um maior contingente, para assim evitar que o conflito "respingasse" no Brasil. Em 2004, a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói foi transferida para São Gabriel da Cachoeira, passando a contar com um general permanente, posição na qual já esteve o atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Segundo a Folha, hoje a força local é liderada pelo general Alexandre Ribeiro de Mendonça em uma situação em que o Exército detém "poder econômico, fiscalizatório, das armas e logístico". O jornal pontuou que atualmente o Exército possui sete pelotões de fronteira, seis dos quais estão localizados em terras indígenas. Nas brigadas chefiadas por Mendonça, cerca de 40% dos membros são indígenas, já que segundo a Folha o Exército seria uma das

principais oportunidades de emprego. Essa convivência entre indígenas e militares toma formas singulares, como no dia 19/04, celebrado tanto como Dia do Índio quanto Dia do Exército. Em tal data, no ano de 2021, foi reinaugurada a Casa do Saber em uma maloca, com a presença do general Mendonça e do líder indígena membro da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) - a qual também organizou a reinauguração - Marivelton Barroso, anfitrião do evento. Em discurso, o líder indígena lembrou da perseguição que seus pares sofreram nos anos 1970 e 1980, reclamou da insegurança nas terras indígenas da região e referiu-se brevemente à falta de indígenas no alto oficialato do Exército. Sobre este último comentário, Barroso afirmou que em São Gabriel da Cachoeira e na região do Rio Negro, os indígenas deveriam assumir-se como maioria e, assim, tomar cargos como vereadores e prefeitos, fazendo então a provocação de "só não dá pra (sic) ser general", algo que arrancou risos da plateia e foi contraposto por Mendonça com a fala: "se tiver mérito...". Ademais, a Folha lembrou que a FOIRN também já criticou o fechamento em fevereiro de 2021 de um posto de controle e inspeção local na Ilha das Flores, algo que teria, segundo a instituição, facilitado a entrada ilegal de álcool na região e movimentação do narcotráfico, ambos fatores ligados à violência e à insegurança. Sobre isso, o general Guilherme Teophilo Gaspar de Oliveira, comandante militar da Amazônia, disse que fatores operacionais levaram à decisão e que outros modos de prevenção de crimes ainda estão atuantes na área, como tropas militares que, no dia 11/02/21, apreenderam 1.145 kg de cocaína. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/05/21)

#### **Ao tuitar sobre Amazônia, Bolsonaro privilegia questão econômicas e de soberania em detrimento da preservação ambiental**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, as postagens do presidente da República, Jair Bolsonaro, na rede social Twitter em relação à Amazônia possuem teor voltado mais à economia e soberania do que à preservação, conforme o Monitor da Política Ambiental, parceria entre a Folha e a iniciativa Política Por Inteiro, que monitora tuítes de 350 autoridades e especialistas sobre a Amazônia. Dentre as postagens classificadas como de preservação, incluem-se aquelas em que Bolsonaro faz menções aos pontos que considera positivos no governo e à atuação das Forças Armadas. Como exemplo, em 24/08/2019, período de intensos focos de incêndio na floresta, o presidente tuitou: "Mais de 43 mil militares das Forças Armadas reforçam ações de combate a incêndios na Amazônia". Em outra ocasião, ao mencionar a Operação Verde Brasil 2 no tuíte: "Desmatamento na região da Amazônia Legal registrou queda de 19,15% entre agosto e março do biênio 2020/2021", o presidente fez uso de intervalo incomum ao falar de desmatamentos, já que o habitual é comparar meses iguais de anos diferentes a fim de incorporar condições climáticas e desconsiderou todo o período em que o Exército esteve presente na Amazônia, iniciado em agosto de 2019, sem que tenha havido efetiva queda do desmatamento. A Folha destacou que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que chefia o Conselho da Amazônia, também costuma, ao postar sobre a floresta, dar destaque aos meses que registraram queda no desmatamento. Com relação aos meses em que houve aumento do desmatamento, Bolsonaro postou sobre soberania e supostos interesses estrangeiros na floresta. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 11/05/21)

#### **Seguem as tensões entre Bolsonaro, garimpeiros e 5º Pelotão de Fronteira do Exército contra Comunidade Indígena Yanomami**

Conforme informou o periódico Folha de S. Paulo, a comunidade indígena Yanomami foi informada por militares do 5º Pelotão de Fronteira do Exército (PFE) que o presidente da República Jair Bolsonaro pretendia visitá-los para, segundo divulgou em uma transmissão ao vivo em 29/04/21, "conversar com indígenas" e "aterriçar" em um garimpo ilegal. A comunidade emitiu carta de repúdio à visita, e declarou que a intenção do presidente era: "tratar e tentar acordar conosco a legalização de mineração no território yanomami, portanto, essa não é a nossa ansiedade yanomami". O jornal declarou ainda que as presidências da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca), José Mário Góes, e da Associação de Mulheres Kumirayoma denunciaram recentemente em uma carta as ações



truculentas do 5º PFE e exigiam a retirada de casas de militares construídas fora do perímetro da base do Exército. Além disso, a Folha destacou que Bolsonaro “ecoa posições de setores do Exército” desde o governo do ex-presidente da República Fernando Collor de Melo, no momento em que foi homologada a criação da Terra Indígena Yanomami. À época, o deputado federal Bolsonaro tentou anular o decreto presidencial através de decreto legislativo, sob alegação de “ameaça à segurança nacional por permitir a circulação de yanomamis entre o Brasil e a Venezuela, além de ser uma área “riquíssima em madeiras nobres e metais raros””. Em 1998, Bolsonaro chegou a declarar: “A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país”. (Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21)

## JUNHO

### **Mourão cogita nova GLO na Amazônia após aumento dos focos de incêndio**

Conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo, em razão do aumento dos focos de queimadas da Amazônia, o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, avalia retorno dos militares à região por meio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Conforme monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) através do Programa Queimadas, foram identificados 1.166 focos de incêndio na Amazônia durante o mês de maio, maior número desde 2008. A Folha informou que o orçamento requisitado por Mourão ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, é inferior ao utilizado nas Operações Verde Brasil 1 e 2. Conforme Mourão, no atual cenário de defasagem de demais órgãos ambientais na região, as opções seriam uma ação orçamentária de apoio às agências ou a instauração de nova GLO. Questionado sobre possível conversa com o ministro do Meio Ambiente, Mourão afirmou em tom irônico: “O ministro [Ricardo] Salles tem muito tempo que eu não vejo”. Já O Estado de S. Paulo reportou que a nova operação se concentrará em regiões que apresentam os maiores índices de queimada e desmatamento, sendo estes 11 municípios prioritários. Ainda, o periódico apurou que a Operação Verde Brasil 2, cuja previsão era de extensão das atividades até 2022, foi encerrada em abril de 2020 por falta de verbas federais para o ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 08/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 11/06/21)

### **Forças Armadas farão nova ação para controlar desmatamento na Amazônia**

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou que está sendo projetada uma nova ação das Forças Armadas para combater o desmatamento na Amazônia. A ação será coordenada pelo Ministério da Defesa, com duração de dois meses e custará 50 milhões de reais. De acordo com o jornal, especulase que sejam utilizados militares das brigadas dos estados de Rondônia e do Pará. Mourão ainda afirmou que estão “definindo certinho para poder atacar de forma bem, vamos dizer assim, em massa, onde está acontecendo a maior parte do problema”. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 12/06/21)

### **Jornais repercutiram possibilidade de nova operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia**

Segundo o jornal Correio Braziliense, apesar das promessas feitas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, seu comprometimento com a pauta ambiental permanece duvidoso, com cortes orçamentários em órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama). Neste cenário, o jornal ressaltou a intenção do vice-presidente da República e presidente do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, de convocar uma nova Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na floresta amazônica para combater as queimadas e o desmatamento. Segundo o militar, a medida seria proporcionalmente menor que as anteriores, com duração de apenas dois meses e orçamento de R\$50 milhões. A previsão é que a nova GLO comece no dia 28/06/2021. No dia 24/06, Mourão afirmou esperar a cooperação do novo Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, nas operações, a fim de maximizar a participação de efetivo do Ibama e do

ICMbio. Na avaliação do coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, ainda é incerto que a GLO realmente se concretize, visto que o vice-presidente apenas expressou a intenção. Ademais, o parlamentar completou que a operação deve ser conduzida “de maneira coordenada com militares, fiscais e técnicos”, lembrando que as Forças Armadas não têm poder de multar. Segundo a porta-voz de Políticas Públicas da Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace, Thais Bannwart, uma nova GLO resultaria em maior desgaste orçamentário do ICMbio e do Ibama, visto que parte dos recursos já garantidos para os órgãos em 2021 - que ela classifica como insuficientes - seriam transferidos para efetivar a operação. Segundo a ex-presidente do Ibama, Suely Araújo, o instituto está deslegitimado e com falta de recursos; além disso, declarou que os militares que atualmente estão no comando da autarquia “não têm expertise na Amazônia”. Para ela, as Forças Armadas têm meios de auxiliar na preservação ambiental, mas elas não deveriam coordenar tais iniciativas. A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) também criticou a possível nova GLO, afirmando que o governo “continua despejando e desperdiçando recursos públicos nas Forças Armadas apostando na militarização da proteção ambiental da Amazônia”. Sobre a Operação Verde Brasil I e II, a Ascema disse que elas consumiram juntas mais de R\$530 milhões, representando oito vezes o orçamento do Ibama para um ano inteiro. (Correio Braziliense - Política - 21/06/21; Folha de S. Paulo – Ambiente – 25/06/21)

## JULHO

### **A presença de militares na Amazônia foi prorrogada**

Segundo O Estado de S. Paulo, no dia 29/06/2021 foi autorizado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, a atuação de militares para o combate de crimes ambientais na Amazônia, conforme a dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A autorização, comentou o periódico, se aplica a territórios específicos dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, nos quais as tropas poderão atuar no período que se inicia no dia 28 de junho a 31 de agosto. O uso das Forças Armadas para esse tipo de operação gera críticas por parte dos especialistas, que apontam a falta de expertise dos militares para lidar com a problemática de crimes ambientais, afirmou o periódico. O mais indicado, neste caso, seria o uso de agentes especializados, tais como fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de órgãos do Ministério do Meio Ambiente, indicam especialistas. No entanto, esses serviços foram abalados por cortes orçamentários e déficit de servidores, reportou o jornal. O decreto define que a atuação será feita por meio de coordenação entre as Forças Armadas e o Conselho Nacional da Amazônia Legal, e menciona todos os municípios em que a atuação foi autorizada, mas não especifica informações como a verba utilizada para a operação e o modo como será articulada, ressaltou o periódico. O Estado ainda informou que o Ministério da Defesa orientou ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais. Com o nome Operação Samaúma, conta com emprego de Marinha, Exército e Aeronáutica. (O Estado de S. Paulo - Agro - 30/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 02/07/21)

### **Mourão prometeu redução de 12% no desmatamento da Amazônia**

Segundo o Jornal O Estado de S. Paulo, o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, mandará 3 mil militares à região da Amazônia para impedir o desmate e também as queimadas até o fim de agosto. Mourão reuniu-se com alguns ministros para informar sobre a “Operação Samaúma” – como foi batizada a nova investida militar. O Estado afirmou que os militares ficarão na floresta até o fim de agosto, mas o prazo poderá ser prorrogado se o governo julgar necessário. Na avaliação de Mourão, a atuação dos militares tem asegurado o avanço dos crimes na floresta. “Nós vínhamos numa trajetória muito boa até o fim do mês de abril. Após a saída das Forças Armadas, houve um aumento significativo do desmatamento, principalmente em maio. Os índices foram bem elevados”. O objetivo da operação é reduzir o desmatamento em uma faixa de 10 a 12%. Segundo o Estado, as ações da Operação Samaúma ocorrerão em 26 municípios que apresentam maior quantidade de alertas de desmatamento, nos estados do Acre, Mato

Grosso, Pará e Rondônia. O vice não detalhou os custos dessa ação. (O Estado de S. Paulo - Sustentabilidade - 07/07/21)

### **Forças Armadas atuarão no combate ao desmatamento**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, disse que cerca de 3 mil militares das Forças Armadas serão deslocados para combater o desmatamento na Amazônia, que acaba de atingir seu recorde. Especialistas fizeram ressalvas, uma vez que as tropas não têm a mesma facilidade e formação dos agentes ambientais. Além disso, criticaram a iniciativa de avisar antecipadamente os locais onde as tropas se instalarão. (O Estado de S. Paulo – Meio ambiente – 10/07/21)

### **Ministério da Defesa inaugura antena de fiscalização ambiental**

Segundo o periódico Correio Braziliense, o Ministério da Defesa completou a instalação de uma nova antena multi satélite, em Formosa, estado de Goiás, a fim de ampliar e modernizar a fiscalização ambiental em todo território nacional. Segundo o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, a antena possibilitará o compartilhamento de dados dos satélites operados pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe) aos órgãos de fiscalização ambiental, em tempo real. Essa nova tecnologia permite que as imagens não precisem sair do território para depois serem enviadas ao Brasil, de modo que todos os órgãos governamentais terão acesso às imagens e dados do equipamento. Por outro lado, a diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Ana Alencar, alertou que, “Esses dados precisam virar ações e as pessoas precisam começar a entender que existe uma governança ambiental e que há punição para quem comete crimes ambientais”. (Correio Braziliense - Brasil - 23/07/21)

### **Ministério da Defesa apresentou atuação na Amazônia a 33 países**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Ministério da Defesa apresentou a atuação da pasta no Conselho Nacional da Amazônia Legal e das Forças Armadas em operações ambientais para 33 países na terça-feira, 27/07/21. O objetivo foi apresentar os resultados das operações Verde Brasil, Samaúma e Acolhida. Os países que confirmaram presença: Alemanha, Angola, Argentina, Bangladesh, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, El Salvador, Espanha, França, Gana, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Irã, Itália, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Peru, Polônia, Portugal, República Dominicana, Rússia, Senegal, Suécia, Tailândia, Tanzânia, Turquia e Vietnã. (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 27/07/21)

### **Operações contra o desmatamento na Amazônia incluem uso de drones**

Em entrevista ao periódico Correio Braziliense, o presidente do Grupo de Trabalho do Sistema Aéreo Remotamente Pilotado (SARP), brigadeiro Marcello Lobão Schiavo, comentou sobre o uso de drones nas operações de proteção ambiental, como a Operação Samaúma, que atua nos estados do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Mato Grosso. Segundo Schiavo, esse tipo de operação já rendeu aproximadamente R\$50 milhões em multas e a apreensão de mais de 500 mil metros cúbicos de madeira. Além disso, Schiavo exaltou a velocidade, economia, precisão e discrição que os drones dão às operações ambientais. Schiavo disse que “o uso do SARP proporciona fazer mais ações no terreno em comparação com aeronaves convencionais” e ressaltou que o objetivo é a redução do desmatamento. (Correio Braziliense - Brasil - 06/08/21)

## **SETEMBRO**

### **Aumento do desmatamento na Amazônia e critica a atuação militar na região**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a Amazônia brasileira registrou mais de 28 mil focos de queimadas em agosto de 2021, o 3º pior resultado do período nos últimos 11 anos. Com isso, a principal medida do presidente da República Jair Bolsonaro vem sendo apostar na atuação das Forças Armadas na região, recebendo muitas críticas pela ineficácia de controlar o desmatamento da região e também pela comparação das verbas concedidas ao Exército na região e aos órgãos especializados em combate a crimes ambientais, que estão totalmente

sucateados. Por fim, a reportagem também relembra que o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão já colocou em dúvida algumas vezes os dados de queimadas na região. (Folha de S. Paulo - Meio Ambiente - 05/09/21)

### **Queda de avião da FAB causa atrasos aéreos e incêndio florestal**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) caiu na região de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, em decorrência de uma falha técnica. O piloto, único tripulante do avião, mudou o percurso assim que percebeu o problema e direcionou o avião a uma área desabitada, conseguindo se ejetar antes da queda. Ele recebeu atendimento médico e passa bem. O espaço aéreo precisou ser fechado por quase três horas, atrasando voos, inclusive um contendo 87.750 mil doses de vacinas da Pfizer. Devido a queda, o avião causou um incêndio florestal, agravado pelos ventos fortes na região. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/09/21)

### **Exército está entre entidades que contrataram serviços de empresas ligadas a garimpos ilegais**

De acordo com reportagem do periódico Folha de S. Paulo, o governo federal destinou R\$ 124 milhões – R\$75 milhões durante o governo de Jair Bolsonaro – a empresas de transporte aéreo supostamente ligadas à logística de garimpos ilegais localizados em terras indígenas na Amazônia. A maior parte da verba é proveniente do Ministério da Saúde, direcionada com objetivo de garantir a saúde da população indígena, mas outras entidades também fizeram pagamentos em troca de serviços, como o Exército, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Exército justificou em nota que uma das empresas foi contratada por dispensa de licitação pelo Comando Militar da Amazônia e que "Não consta sanção aplicada à empresa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas". (Folha de S. Paulo - Ambiente - 20/09/21)

### **Minissérie retratará expedição envolvendo o então coronel Cândido Rondon na Amazônia**

O jornal Folha de S. Paulo divulgou a minissérie em quatro episódios "O Hóspede Americano", que chegará ao Brasil pelo serviço de streaming HBO Max em 26/09/21, com direção de Bruno Barreto e roteiro de Matthew Chapman. A minissérie retrata uma expedição, ocorrida em 1910, que envolveu o então coronel brasileiro Cândido Rondon, vivido por Chico Díaz, e o ex-presidente dos Estados Unidos (EUA) Theodore Roosevelt, interpretado por Aidan Quinn, pelo rio da Dúvida, depois rebatizado como rio Roosevelt, no oeste da Amazônia brasileira. Segundo o jornal, Barreto definiu o apelo dessa história pela complexidade, e também como "um triângulo de amor e ódio entre o poder, a mortalidade e a mãe natureza". O jornal apontou que as figuras centrais da narrativa são marcadas por uma longa lista de contradições. Roosevelt adorava caçar, ajudou a fomentar um movimento separatista colombiano, mas também foi um dos primeiros conservacionistas modernos, e criou algumas das mais importantes reservas naturais dos EUA. Rondon era um militar declaradamente pacifista e não religioso, adepto da filosofia positivista e descendente de indígenas bororos e terenas, buscava uma integração pacífica entre os habitantes originais da Amazônia e os demais brasileiros, no entanto impunha sobre seus homens uma disciplina férrea. O jornal também chamou atenção para a relevância da história diante dos problemas atuais: "Infelizmente, vemos militares brasileiros deixando de lado o respeito que Rondon tinha em relação aos povos indígenas", ponderou Díaz. "Como dois homens que compreendiam a ciência e davam valor a ela, Rondon e Roosevelt certamente ficariam horrorizados com a maneira como ela é ignorada pelos políticos de hoje", afirmou Chapman. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 24/09/21)

### **Crise humanitária e a presença militar na fronteira norte brasileira**

De acordo com o Correio Braziliense, os habitantes de áreas que contam com o apoio de bases militares na região norte do Brasil não têm suas necessidades básicas atendidas,

enfrentando falta de médicos, materiais de higiene e alimentos. As Forças Armadas, por meio do programa Calha Norte, atendem 442 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A reportagem do periódico afirmou que a situação da população local foi agravada durante a pandemia e o Exército, apesar de possuir 21 pelotões, uma companhia e um destacamento situados ao longo da fronteira, é incapaz de atender todas as demandas. Em editorial, a Folha de S. Paulo ressaltou a situação preocupante da fronteira do Brasil com a Venezuela, especialmente a cidade de Pacaraima, no estado de Rondônia. O jornal caracterizou o cenário como uma crise humanitária e destacou a insuficiência de contingente e estrutura da Operação Acolhida - comandada pelo Exército - além da precariedade dos serviços municipais e estaduais. Segundo a Folha, a região fronteira em questão enfrenta a lotação dos abrigos e o aumento do número de migrantes e refugiados em situação de rua. (Correio Braziliense - Brasil - 20/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/09/21)

### **Minissérie retratou o marechal Cândido Rondon em expedição na Amazônia**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, a jornalista Luciana Coelho analisou a minissérie "O Hóspede Americano", do cineasta Bruno Barreto, que retrata a expedição que envolveu o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, interpretado por Aidan Quinn e o marechal brasileiro Cândido Rondon, vivido por Chico Diaz. A exploração mapeou o então chamado rio da Dúvida, além do contato de Rondon com diversas comunidades indígenas sem o emprego de violência, através de uma "visão de progresso que se ampara na compreensão do ambiente, e não em sua destruição". Segundo a jornalista, os dois homens são retratados com um olhar simpático, numa imagem que ajuda a compor uma imagem heroica e visionária de seus atos. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 22/10/21)

## OUTUBRO

### **Jornal destacou fracasso de operações militares na Amazônia**

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, as intervenções das Forças Armadas no combate a crimes ambientais na Amazônia não foram bem-sucedidas na diminuição do desmatamento, e custaram R\$ 550 milhões aos cofres públicos, valor quase seis vezes superior ao do orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Tais atividades foram possibilitadas pela publicação de decretos do presidente da República Jair Bolsonaro, que autorizaram o emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) em territórios indígenas, unidades de conservação e áreas particulares, e já duram 18 meses. De acordo com o jornal, apesar da constatada ineficiência das intervenções, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, defendeu a permanência dos militares na Amazônia com objetivo de apresentar números positivos na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP26) e "deixar claro o compromisso do Estado brasileiro com o que vem ocorrendo na Amazônia". (Folha de S. Paulo - Ambiente - 25/10/21)

## NOVEMBRO

### **Vice-presidente Hamilton Mourão defendeu atuação de militares na Amazônia em vídeo para COP-26**

Conforme reportagem do jornal Correio Braziliense, o general da reserva e vice-presidente da República, Hamilton Mourão, enviou um vídeo à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), junto ao ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, apresentando perspectivas para a preservação da floresta amazônica. Mourão, que preside o Conselho Nacional da Amazônia Legal, destacou o trabalho da instituição no investimento em bioeconomia e desenvolvimento sustentável, defendendo ainda que o conselho tenha uma política permanente e independente do governo para a região. Especialistas ouvidos pelo periódico, porém, questionaram as ações e o controle do governo sobre práticas ilegais como grilagem, garimpo, desmatamento, queimadas e invasão a terras indígenas. Nesse sentido, reportagem da Folha de S. Paulo identificou que Mourão atuou para prorrogar a intervenção militar na Amazônia, sem respaldo de decreto presidencial, de forma a assegurar "números positivos" na COP26 e demonstrar o comprometimento do governo federal. De acordo com a Folha, decretos presidenciais deram amparo legal a três operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) desde o início do governo de Jair Bolsonaro: "Verde Brasil", "Verde



Brasil 2" e "Samaúma". O vice-presidente anunciou, em reunião do Conselho da Amazônia realizada em 24/08/21, uma segunda fase da operação Samaúma, que seria viabilizada com os recursos que restaram da operação anterior, encerrada em 31/08/21. O presidente da República, Jair Bolsonaro, no entanto, não assinou novo decreto estendendo a GLO. Desde então, segundo a reportagem, as operações na Amazônia seguiram sob o contexto do Plano Amazônia e sem relação com a GLO, com apoio das Forças Armadas em inteligência, logística e segurança. O periódico pontuou ainda que os índices de desmatamento não sofreram queda, mesmo com a presença militar. (Correio Braziliense – Brasil – 05/11/21; Folha de S. Paulo – Ambiente – 05/11/21; O Estado de S. Paulo – Poder – 31/10/21)

### **Dados sobre o desmatamento na Amazônia foram divulgados após a Conferência do Clima e contradizem afirmações do governo**

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) mostraram que 13.235 quilômetros quadrados da floresta amazônica foram desmatados entre agosto de 2020 e julho de 2021, índice 22% maior que nos 12 meses anteriores. Os periódicos chamaram atenção para o fato de que o documento está datado de 27/10/21, antes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), mas foi divulgado somente em 18/11/21, depois de encerrada a Conferência, na qual o governo federal afirmou que tem protegido a Amazônia. A Folha também apontou que o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, "falseou a realidade" ao antecipar o que seriam dados consolidados do Prodes em uma reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal, do qual é presidente, em 24/08/21, afirmando que indicavam uma queda de 5% do desmatamento. O periódico relembrou que Mourão também havia "falseado a realidade" ao anunciar e tratar por 45 dias como existente uma segunda fase da Operação Samaúma, para controle do desmatamento na Amazônia, executada pelas Forças Armadas com base num decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mas esse decreto não foi editado. Além disso, a reportagem questionou a militarização do combate a ilícitos ambientais, que já dura 16 meses no governo Bolsonaro, com três GLOs, ao custo de R\$ 550 milhões e sem melhorias nos índices de desmatamento. Já o Correio relatou que Mourão defendeu a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas na Floresta Amazônica, criticando o que chamou de "jogo de gato e rato" com os garimpeiros. Segundo o general, haveria dentro dos povos indígenas indivíduos que querem realizar garimpo em suas terras. (Correio Braziliense - Brasil - 19/11/21; Folha de S. Paulo - Ambiente - 19/11/21)

### **Operações militares na Amazônia são vistas por jornais e colunistas como fracassos**

Em coluna opinativa ao periódico Correio Braziliense, o jornalista Fernando Brito afirmou que a imagem do Brasil como grande devastador ambiental foi consolidada com os últimos dados oficiais sobre o desmatamento na Amazônia, evidenciando o despreparo do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, que ignora alertas científicos por estar "comprometido com um conservadorismo arcaico, que remonta ao feudalismo e à escravidão — a conquista de riquezas por meio da exploração insensata da natureza e da população trabalhadora". Brito incluiu o vice-presidente Hamilton Mourão como cúmplice da má gerência da crise ambiental do país. Mourão coordenou, nos últimos anos, uma série de ações das Forças Armadas contra o desmatamento na Amazônia, criticadas por especialistas e que, de acordo com o jornalista, representam uma campanha fracassada responsável por manchar a imagem das Forças Armadas. Segundo o Correio, em entrevista coletiva no Itamaraty, Mourão fez "mea culpa" em relação às acusações, tendo em vista que, apesar de ter afirmado que era o culpado pela falta de coordenação no combate ao desmatamento, o vice-presidente ressaltou que não possui um papel executivo na gestão federal, o que, segundo ele, geraria "limitações bem grandes". Mourão é coordenador do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) e reforçou, na mesma entrevista, que a cooperação efetiva "só foi funcionar na última fase da operação, quando a Samaúma [nome da terceira operação de Garantia da Lei e da Ordem] aconteceu e aí a turma acordou para a necessidade de conversar efetivamente uns com os outros, despirem seus preconceitos", conforme consta em

reportagem do jornal Folha de S. Paulo. Em editorial, a Folha também criticou a política ambiental do governo Bolsonaro, apontando que, mesmo com orçamento de R\$ 550 milhões de reais, as três operações militares falharam em coibir o desmatamento na região, que na realidade, só aumentou nos últimos três anos. (Correio Braziliense - Opinião - 22/11/21; Correio Braziliense - Brasil - 24/11/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/11/21; Folha de S. Paulo – Opinião – 26/11/21)

### **Treino de tiro da marinha foi criticado por ambientalistas**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, um embate duradouro entre a Marinha e ambientalistas foi reacendido. A Marinha pretende, segundo Eduardo Hipólito do Rego, diretor do Instituto Educa Brasil, realizar treinamentos de tiro no arquipélago dos Alcatrazes, área considerada a “Galápagos brasileira”. A região abriga o maior ninhal de aves da espécie fragata marinha do Atlântico Sul e serve como local de reprodução para mais de 1500 espécies de animais, que podem ser espantados pelo barulho ou mesmo atingidos. A reportagem afirmou que ambientalistas são contrários à realização dos treinamentos na área e alertam para a má reputação com investidores atentos ao risco ambiental no governo de Jair Bolsonaro, podendo minar o turismo no local. (Folha de S. Paulo - Mercado - 22/11/21)

### **Marinha e Exército auxiliarão no combate ao garimpo ilegal no Rio Madeira**

Segundo reportagens dos periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o vice-presidente da República Hamilton Mourão declarou que a Marinha e a Polícia Federal vão atuar em conjunto com as forças de segurança ambientais em operações para identificar e apreender as embarcações de garimpo ilegal de ouro na região do Rio Madeira, que, nas últimas duas semanas, foi invadido por centenas de garimpeiros após circularem rumores de abundância de ouro no local. A região do rio que se encontra no município de Autazes (a cerca de 120 quilômetros de Manaus, capital do Amazonas) foi ocupada por centenas de balsas de dragagem, que alojam os equipamentos para fazer a varredura do fundo dos rios. Anderson Torres, ministro da Justiça e Segurança Pública, afirmou que agentes da Força Nacional e do Exército também atuarão na região, assim que o planejamento operacional for finalizado. De acordo com apuração do jornal O Estado de S. Paulo, parte dos garimpeiros têm se comunicado a fim de responder de forma violenta às operações das forças ambientais e militares, chegando a propor o uso de tocaias na floresta para emboscar os agentes de fiscalização. Dada a grande quantidade de garimpeiros, eles acreditam que a polícia não teria condições de deter sua operação. (Correio Braziliense – Brasil – 26/11/21; Folha de S. Paulo – Ambiente – 26/11/21; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/11/21)

### **Forças Armadas atuaram em operação contra garimpo ilegal no Rio Madeira**

Segundo reportagem d’O Estado de S. Paulo, agentes da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram uma operação federal para apreensão e apreensão de equipamentos em um garimpo ilegal ao longo do Rio Madeira, no Amazonas. Chamada de Operação Uiara, as ações contra a lavra ilegal de ouro contaram com equipes “que entraram pelo rio, por meio de helicópteros e pelas estradas da região”. Trinta e uma balsas foram apreendidas e diversos equipamentos foram queimados com o intuito de “acabar com a logística” da extração ilegal de minérios. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 28/11/21)

### **Ministério da Defesa associou intervenções militares na Amazônia à falsa redução de desmatamento**

De acordo com a reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, em reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal realizada em agosto, discutiu-se uma redução no desmatamento do bioma. Nessa ocasião, estavam presentes representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Defesa, Economia e Minas e Energia, que, juntamente com o vice-presidente da República Hamilton Mourão, presidente do Conselho, elencaram as políticas que teriam levado à redução do desmatamento. No entanto, segundo dados oficiais, no

período analisado (08/2020 - 07/2021) não houve redução, mas sim um aumento de 22% do desmatamento. O major-brigadeiro Flávio Luiz de Oliveira Pinto, representando o Ministério da Defesa na reunião, declarou à época que a suposta redução do desmatamento teria acontecido devido aos esforços do conselho, além de utilizar dados da intervenção militar na Amazônia para afirmar que sem esse empenho os gráficos apresentados sofreriam grandes alterações. Segundo o periódico, as intervenções militares, realizadas com base em decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) assinados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, demandaram R\$ 550 milhões dos cofres públicos e, apesar disso, não garantiram os resultados necessários, mas sim um aumento do desmatamento. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 29/11/21)

## DEZEMBRO

### **General Heleno autorizou exploração de ouro em área preservada da Amazônia**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), autorizou o avanço de sete projetos de exploração de ouro em uma região “praticamente intocada” da Amazônia. A área de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, conhecida como “Cabeça de Cachorro”, se localiza na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela e abriga 23 etnias indígenas. Segundo levantamento do periódico, as autorizações para empresas e empresários pesquisarem ouro na região, que totaliza 12,7 hectares de terras, foram dadas em 2021, as primeiras dos últimos dez anos, de acordo com dados públicos. Ainda de acordo com este levantamento, o general Heleno concedeu 81 autorizações de mineração na Amazônia desde 2019, entre permissões de pesquisa e de lavra de minérios, sendo a maior parte delas concedidas em 2021. Nos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), seis dos sete empreendimentos são localizados em terrenos da União não especificados, em uma área que engloba diversas terras indígenas e o Parque Nacional do Pico da Neblina. Em nota, a ANM afirmou que “a concessão de assentimento prévio para pesquisa ou lavra de ouro na região amazônica segue os mesmos ritos procedimentais que qualquer outro mineral, independente da região da faixa de fronteira em que se localiza, sob pena de causar prejuízos à União, estados e municípios caso houvesse qualquer tipo de favorecimento de uma região para outra”. No mesmo sentido, outra reportagem da Folha de S. Paulo expôs que o ministro do GSI deu anuência para que empresários com áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) avancem na prospecção de ouro na Amazônia, inclusive na região de Cabeça de Cachorro. Segundo o periódico, Heleno atuou de forma a atender os pedidos de um integrante de uma cooperativa de garimpeiros que opera dragas de sucção em leitos de rios amazônicos. A autorização da empresa Mineração Santa Elina Indústria e Comércio para pesquisar ouro na região foi concedida pelo general após o Ibama ter embargado sucessivamente quatro áreas da mineradora. Em outro caso, o garimpeiro Décio José Weis, integrante da diretoria da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia, obteve duas autorizações para atuar com pesquisa de ouro na região de Japurá (AM). O advogado Irajá Rezende de Lacerda, atual chefe de gabinete do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), também obteve autorização do GSI para pesquisar ouro, em uma faixa de fronteira do Mato Grosso. A reportagem afirmou que o GSI não respondeu aos questionamentos do jornal acerca destes casos específicos e que, em nota, se pronunciou dizendo que há atos de assentimento em toda a região amazônica para pesquisa ou exploração de “diversos minerais considerados estratégicos para o Brasil nas últimas décadas”. Ainda de acordo com o periódico, o Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas abriu apuração sobre as autorizações assinadas pelo ministro. Em defesa, o ministro afirmou que o jornal ignora a lei 6.634/79, e o decreto 85.064/80, que segundo ele permite a “pesquisa/lavra de minerais, na faixa de fronteira, inclusa a Amazônia”. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) definiu os atos do ministro como autoritários e declarou que analisará medidas legais a serem tomadas frente à exploração da “região mais preservada da Amazônia”, que não deve ser vítima da “política predatória do atual governo”. A ANM afirmou que o requerimento abrange somente áreas livres e desoneradas, e que a associação “não aprovará o requerimento de qualquer título minerário se este incidir em área onerada ou em área com

qualquer outro bloqueio legal". Conforme reportado pela Folha, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados aprovou um convite ao general Heleno e a membros da ANM para explicar a autorização do avanço de garimpo em áreas preservadas na Amazônia. O deputado federal Elias Vaz (PSB-GO), autor do requerimento, afirmou que a autorização é "absurda, ilegal e criminosa". Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, a professora de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Maria Hermínia Tavares, comentou que Jair Bolsonaro e o general Augusto Heleno são "de um tempo em que se acreditava que desenvolvimento e proteção ambiental eram objetivos antagônicos e que o último deveria ser sacrificado ao primeiro". A professora afirmou que a autorização beneficia empresários com pendências no Ibama, num movimento de "atropelamento das leis" sob o "suposto imperativo de segurança nacional". Tavares destacou, ainda, a relação entre desmatamento, más condições de vida, baixo desenvolvimento e pobreza evidenciada pelo Índice de Progresso Social (IPS). Segundo a pesquisa, "os 20 municípios com maiores áreas de floresta derrubada [no Brasil], nos últimos três anos, são também aqueles com o menor IPS da região, que, por sua vez, apresenta desenvolvimento social abaixo da média brasileira", elucidou a professora. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 06/12/21; Folha de S. Paulo - Ambiente - 07/12/2021; Folha de S. Paulo - Ambiente - 09/12/2021; Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 09/12/21)

#### **Periódico criticou decisão do general Heleno de autorizar exploração de ouro amazônico**

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo criticou a autorização, por parte do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), para exploração de ouro na região da Cabeça do Cachorro, no estado do Amazonas. De acordo com o jornal, era de conhecimento do GSI a proximidade da região com terras onde vivem cerca de 23 povos indígenas. Apesar de não ser ilegal, a decisão tomada pelo general Heleno, segundo o editorial, não condiz com uma atitude prudente e de boas intenções. Em coluna opinativa para a Folha, o jornalista Álvaro Costa e Silva traçou uma relação entre os militares e sua inclinação ao incentivo à garimpagem. Dentre essas relações, o colunista citou o apoio da ditadura militar (1964-1985) à exploração de minérios no início dos anos 1980 em Serra Pelada, localizada no estado do Pará, e mencionou o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra como um membro do regime apoiador do garimpo. Além disso, Costa e Silva discorreu acerca das últimas ações do atual ministro do GSI e argumentou que o general Heleno, um dos principais conselheiros do presidente da República Jair Bolsonaro, reforça o aspecto de continuidade de uma atitude favorável à exploração de minérios na Amazônia. Ainda na Folha de S. Paulo, o colunista Jânio de Freitas destacou que não é recente o conhecimento por parte das Forças Armadas de que as milícias no sul dirigem focos crescentes de garimpo, desmatamento e contrabando de produção. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/12/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/12/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 14/12/21)

# 3 As forças armadas e a pandemia

## O general-ministro e os crimes apurados pela CPI

Do conjunto de eventos que atravessaram o ano de 2021, um dos mais marcantes foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que ficou conhecida como a “CPI da Pandemia”, inaugurada a partir de um requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) em janeiro, quando o país passava por um pico de contaminações e mortes pela doença. O estado do Amazonas, especialmente, sofreu uma crise aguda com o colapso do sistema de saúde que resultou em mais de 2.500 mortes no mês, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a instaurar um inquérito para investigar a atuação do então ministro da saúde, general Eduardo Pazuello. Neste período, dois pontos de participação direta das forças armadas na crise foram destaque: a recusa em ceder leitos vagos de hospitais militares, e a produção e distribuição da hidroxicloroquina.

No Amazonas, em fevereiro, a Policlínica Naval, o Hospital da Aeronáutica e o Hospital da Marinha possuíam mais de 70% de leitos livres. Após solicitação de explicação por parte do Ministério Público Federal (MPF), a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, então chefiada pelo coronel Elcio Franco Filho, argumentou que os leitos deveriam ficar disponíveis para a família militar no estado. No mês seguinte, houve tensões dentro do Tribunal de Contas da União (TCU) e junto às forças armadas para avaliar esta questão. Os ministros Benjamim Zymler e Vital do Rêgo propuseram que as forças armadas destinassem 50% dos leitos militares para o SUS. Contudo, o ministro do TCU Jorge Oliveira se articulou com o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para demandar uma contraproposta –na qual a Defesa teria mais dez dias para disponibilizar dados referentes aos leitos dentro das unidades militares– acatada pelo TCU, o qual solicitou um diagnóstico completo dos leitos nestas unidades.

A partir destes dados, no dia 07 de abril, o exame técnico do TCU recomendou que o Ministério da Saúde fizesse a requisição dos leitos e que o Ministério da Defesa tomasse as ações necessárias para tanto, na medida em que haveria capacidade de transferência de leitos militares que não comprometeriam o atendimento às forças armadas no Hospital das Forças Armadas (HFA), Hospital da Força Aérea e Hospital Naval da Marinha. Além disso, o TCU verificou que o HFA reduziu a quantidade de leitos previstos em contrato assinado emergencialmente no ano anterior. Ao veicular estas informações, a Folha de S. Paulo recebeu contestações do Centro de Comunicação Social do Ministério da Defesa. Em relação à reportagem do dia 06 de abril que expunha o parecer do TCU, o Centro de Comunicação caracterizou-a como tendenciosa e desonesta, e em relação à reportagem do dia 10 de abril que tratava da redução de leitos, o Centro de Comunicação afirmou que se trata de manipulações e inverdades. Apesar desta movimentação, não houve transferência dos leitos militares para o SUS.

Sobre a hidroxicloroquina, em janeiro de 2021, o STF investigava a atuação do então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, diante da crise no estado do Amazonas e a decisão de enviar 120 mil comprimidos para o local, enquanto o estado enfrentava a falta de oxigênio. Além do inquérito em curso - que posteriormente foi transferido para o MPF quando Pazuello foi exonerado do cargo e perdeu o foro privilegiado - a relação do general e das forças armadas com a cloroquina, bem como a gestão da pandemia como um todo, se tornaram parte das linhas de investigação da CPI quando esta iniciou os trabalhos, em abril.

Depoimentos prestados à CPI indicaram a participação direta do tenente-médico Luciano Dias Azevedo junto ao “gabinete paralelo” – articulação política em defesa de práticas comprovadamente ineficazes, como a imunidade de rebanho, isolamento vertical e a administração de hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina. Em junho de 2021, o gasto total com a produção de cloroquina, apenas dentro do Exército, fora de R\$1,14 milhões. Foi possível rastrear parte das distribuições militares do medicamento nas aldeias indígenas por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Roraima e Yanomani, coordenados por militares.

Com o avançar da CPI, mais militares foram implicados e/ou convocados para depor, como o contra-almirante Antonio Barra Torres, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para explicar o atraso na autorização de vacinas. Ainda naquele mês, o caso de maior destaque foi o do ex-ministro da Saúde. O general Pazuello, munido de



*habeas corpus*, foi confrontado pelo relator Renan Calheiros (MDB) em relação a um conjunto de afirmações feitas pelo oficial que contrariavam fatos já verificados.

Nos meses de junho e julho, o escândalo envolvendo as irregularidades na compra de vacinas implicou ainda mais as forças armadas. Foco das atenções da CPI, os tenentes-coronéis Alex Liam Marinho e Marcelo Blanco da Costa foram convocados a depor pelos indícios de irregularidade na compra da vacina Covaxin. Toda essa movimentação foi possível devido ao depoimento do representante da empresa Davati Medical Supply, Luiz Paulo Domingueti, que relatou a solicitação de propina para a compra do imunizante da AstraZeneca, feita por Roberto Dias, então diretor de Logística do Ministério da Saúde. De acordo com os veículos de mídia, haveria duas alas de militares, a que estava na pasta da saúde e a que passou a ocupá-la, fazendo pressão para a compra de um ou outro imunizante, ambos com irregularidades para efetuar a compra. Mais tarde, o próprio nome de Eduardo Pazuello foi citado pela mídia por suspeita de superfaturamento das doses da vacina Coronavac.

Para além dos casos de superfaturamento e solicitação de propina por parte dos responsáveis pelo Ministério da Saúde durante o governo de Bolsonaro, a imprensa também noticiou que o MPF reuniu provas em que acusa o Ministério da Defesa de tratar os militares da ativa de Brasília como grupo prioritário para vacinação, furando a fila em relação aos civis. Mais tarde também se noticiou a participação de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) nas prioridades de vacinação.

Toda esta conjuntura gerou tensões entre a CPI e as forças armadas, especialmente com a implicação do general Walter Braga Netto –atual ministro da Defesa– que, mais tarde, também foi acusado de demandar alterações na bula da cloroquina, na época em que comandava a Casa Civil.

**Mariana Janot**

*Doutoranda em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

**Lucas de Oliveira Ramos**

*Doutorando em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

---

## FEVEREIRO

### **Partidos políticos do Centrão querem ocupar cargos de militares nos ministérios**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, com a vitória de Arthur Lira na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, os partidos políticos que compõem o chamado Centrão visam reconfigurar o governo e ocupar os quadros do primeiro escalão em ministérios, inclusive aqueles que atualmente possuem militares em sua liderança. Entretanto, o jornal informou que o presidente da República Jair Bolsonaro tem mostrado objeção em “fazer uma ampla reforma na equipe”, e já avisou que não irá remover os ministros da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, e da Saúde, general Eduardo Pazuello. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/02/21)

### **Envolvimento do Ministério da Defesa e das forças armadas na produção e distribuição de hidroxicloroquina está sob questionamento**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, dentre as ações de combate à pandemia do coronavírus, o presidente da República, Jair Bolsonaro, mobilizou diversos ministérios e órgãos da administração pública federal, dentre eles o Ministério da Defesa, na difusão da medicação hidroxicloroquina e cloroquina. Especificamente, empregou o Exército na fabricação e a Aeronáutica no transporte dos medicamentos. Neste sentido, a Folha de S. Paulo, destacou que o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, está sendo investigado em um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), pela omissão na crise de saúde pública ocorrida recentemente no estado do Amazonas. Há fortes questionamentos sobre a ação do Ministério da Saúde de enviar 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina ao Amazonas no período em que havia falta de oxigênio. Por outro lado, o jornal também destacou que o Exército produziu cerca de 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina, demandadas pelos Ministérios da Defesa e de Saúde, resultando em um gasto de R\$ 1,16 milhão, em um processo que dispensou licitações. Em outubro de 2020, o Tribunal de Contas da União constatou que a produção dos medicamentos

pelo Exército não levava em conta a demanda e o planejamento do Ministério da Saúde, criando o risco de que estes chegassem à validade nos estoques do Exército. Contudo, em nota, o Exército afirmou que há 328 mil comprimidos de cloroquina no estoque, com vencimento para 2022, e que o medicamento será utilizado para atender o uso terapêutico preconizado. Em editorial, a Folha ainda destacou que a superprodução desses medicamentos ocorreu em detrimento da compra de testes e vacinas, classificando a opção uma como "prioridade perversa" (Folha de S. Paulo - Saúde - 07/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião- 09/02/21)

### **Ministério Público questionou leitos militares ociosos no Amazonas**

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, o Ministério Público Federal no Amazonas pediu esclarecimentos às Forças Armadas e aos governos federal e estadual sobre leitos ociosos em hospitais militares do estado. De acordo com O Estado, o portal UOL publicou reportagem denunciando que 72,4% dos leitos nos hospitais militares destinados a pacientes com Covid-19 estariam livres, enquanto as Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do estado apresentam ocupação de 69%. No documento, destinado à Secretaria de Saúde do Amazonas, Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e diretorias da Policlínica Naval, do Hospital da Aeronáutica e do Hospital Militar de Área, o procurador federal Igor Spindola pede que detalhem vagas clínicas e de UTI, e se há tratativas com o governo do estado ou ministério para uso dos leitos. Em nota, a Secretaria de Saúde afirmou que "os leitos militares não são colocados à disposição porque não são do SUS" e que não pediu o uso dessas vagas. O Ministério da Saúde disse que os "desafios e angústias da pandemia também chegaram aos hospitais militares", e que há "26 leitos de UTI – 18 presentemente ocupados" para atender a "família militar no estado". (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 13/02/21)

### **Investigações contra Pazuello podem custar-lhe o generalato**

De acordo com especialistas ouvidos pelo jornal Folha de S. Paulo, os inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, devido às acusações de omissão na atuação da pasta durante o colapso da rede pública de saúde de Manaus frente a segunda onda do novo Coronavírus, poderiam acarretar na perda da patente de general, caso o Supremo Tribunal Militar (STM) o condene. Iniciado no dia 25 de janeiro pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski, o processo tramita primeiramente no STF por causa da posição de Pazuello como comandante da pasta da Saúde, dando-lhe assim foro privilegiado. Em segundo momento, poderia ocorrer uma condenação pela Justiça Militar, o que indicaria o fim da carreira de Pazuello como militar assim como a destituição de sua patente, porém tal cenário depende primeiramente do andamento das acusações no STF. Atualmente, o procurador-geral da República Antônio Augusto Aras ainda está em fase de verificação dos indícios levantados contra Pazuello, para assim decidir se apresenta ou não a denúncia perante o STF. Feita a denúncia, a corte deve decidir se vai ou não aceitá-la, caso a aceite, seria aberta uma ação penal contra o general, que possibilitaria um aprofundamento das investigações para que, por fim, haja a absolvição ou condenação de Pazuello. Caso o militar abandone o comando da pasta, a tendência é que o processo seja encaminhado para a Justiça Federal do Distrito Federal. Sobre o processo e a perda de patente, o advogado e secretário-geral adjunto da comissão de direito militar da Ordem dos Advogados do Brasil - Distrito Federal (OAB-DF), Pedro Carvalho, disse que "não haveria razão para tal imputação em crime militar" vendo a atuação de Pazuello durante a pandemia como algo advindo do cargo de ministro da Saúde, e não do serviço militar. Após conversas com integrantes do STM, Procuradoria-Geral da República (PGR), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério da Defesa, o jornal concluiu que uma condenação criminal poderia impedir uma promoção de Pazuello dentro da carreira militar, mas, segundo os militares ouvidos pelo Estadão isso não faria diferença, visto que ele já está no "topo da carreira" para um Oficial de Intendência, não havendo assim possibilidades de promoções. Além disso, uma punição no âmbito da Justiça Militar seria possível também, caso haja uma condenação de mais de dois anos e um dia no STF, cabendo assim apenas ao STM, num segundo momento, a perda ou não do generalato. Nesse julgamento do STM, seriam avaliados os aspectos morais e éticos da atuação de Pazuello sob a guia do Estatuto do Militares, a investigação nessa fase seria conduzida não por Aras, mas pelo procurador-geral da Justiça

Militar Antônio Pereira Duarte, algo que ocorre apenas após o esgotamento de todos os recursos de ação criminal. Se a condenação no STF for de até dois anos, o procedimento é outro, com o caso apresentado ao Conselho de Justificação, formado por três oficiais da ativa, que elaborariam um relatório a ser enviado ao comandante-geral do exército dentro de um prazo de 30 dias. Por fim, o comandante seria o responsável por arquivar ou enviar o processo para o STM, onde por fim seria decidido sobre o futuro de Pazuello como militar. Conforme noticiou o periódico *Correio Braziliense*, em atendimento ao pedido de Aras, Lewandowski deliberou que Pazuello terá de disponibilizar os e-mails institucionais da pasta trocados com a Secretaria de Saúde do Amazonas à Polícia Federal para prosseguimento do inquérito e autorizou que a corporação reúna informações sobre o aplicativo 'TrateCOV', do Ministério da Saúde. Além disso, o general também responderá à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). (*Correio Braziliense* - Política - 16/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 15/02/21)

### **Exército e Aeronáutica devem prestar esclarecimentos ao MPF sobre produção e distribuição de cloroquina**

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o Ministério Público Federal (MPF) determinou prazo de 15 dias para que os comandantes do Exército, general Edson Leal Pujol, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, prestem esclarecimentos que detalhem as estruturas mobilizadas, os recursos financeiros, bem como a origem orçamentária das ações que viabilizaram a produção e distribuição do medicamento cloroquina, sem eficácia contra a Covid-19. Segundo o jornal, trata-se de inquérito civil público instaurado pela Procuradoria da República no Distrito Federal para apurar se houve improbidade administrativa do general Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, e possíveis ilegalidades na utilização de recursos públicos em medicamentos sem eficácia contra a doença. O Ministério da Saúde também deverá prestar esclarecimentos ao MPF sobre quais evidências científicas fundamentaram a recomendação do medicamento, por que utilizou um aplicativo que o recomendava, e quais foram as despesas em "tratamento precoce", em financiamento de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e em testes, e campanhas informativas à população a respeito da Covid-19. A *Folha* reiterou que se trata do 10º procedimento instaurado pelo MPF para investigar a gestão de Pazuello na pandemia. A investigação do Exército e da Aeronáutica foi instaurada com base em reportagem da *Folha* publicada em 06/02/2021, que denunciava a utilização das duas instituições e mais cinco ministérios, uma estatal e dois conselhos da área econômica para difundir a cloroquina no país. O Laboratório Químico do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos e, para aquisição de insumos e princípio ativo, realizou ao menos nove dispensas de licitação, sem levar em conta demanda e planejamento, conforme apurou o Tribunal de Contas da União (TCU). O Exército negou a possibilidade de acúmulo de medicamentos em vias de vencer e a Aeronáutica alegou que os transportes realizados obedeciam à solicitação do Ministério da Saúde, por meio do Ministério da Defesa. (*Folha de S. Paulo* - Saúde - 23/02/21)

## MARÇO

### **Hélio Schwartzman criticou a atuação do general Pazuello como ministro da Saúde**

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Hélio Schwartzman criticou a atuação do general Eduardo Pazuello, na gestão do Ministério da Saúde. Para isto, Schwartzman citou os episódios da falta de oxigênio em Manaus, o envio equivocado de vacinas do Amapá para o Amazonas e do Amazonas para o Amapá, além de não ter comprado imunizantes, seringas e agulhas para a vacinação contra a COVID-19. Em sua coluna opinativa, Schwartzman questionou a capacidade de gestão de Pazuello, lembrando que ele é um general do Exército e afirmou que os resultados são mais de mil mortes por dia ao longo de mais de um mês. (*Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 28/02/21)

### **Janio de Freitas afirmou que as ações tomadas por Bolsonaro foram consentidas pelo Exército**

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Janio de Freitas questionou a competência dos militares presentes no governo e o que seria feito pelo Exército caso houvesse um agravamento da pandemia. Além disso, lembrou o depoimento do general Eduardo Villas Bôas em relação à ameaça feita, em nome do Exército, ao Supremo Tribunal Federal. Freitas

destacou o distanciamento da Marinha e da Aeronáutica no episódio, sob sua análise esse pode ser um indício de uma possível evolução das duas Forças. Ao passo que, para Freitas, todas as medidas de Bolsonaro possuem o consentimento dos generais do Exército. Como por exemplo, a propaganda, sem evidências científicas, do tratamento com cloroquina, que custaram milhões da União e foram fabricadas pelo Exército. Além disso, Freitas afirmou que o Ministério da Saúde é o órgão civil da administração pública mais militarizado e que também atuou para promover a cloroquina. De outro lado, segundo Freitas, os novos decretos que permitiram que cidadãos possam ter até 60 armas, caso se registrem como atiradores, têm apoio especial do Exército. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

### **Folha de S. Paulo destacou o aumento nos gastos militares durante a pandemia**

Em editorial publicado pela Folha de S. Paulo, o periódico apontou que a tendência no aumento de gastos militares globais se manteve durante a pandemia. Em estudo publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em 2020 o crescimento dos gastos militares globais foi de 4% em relação ao ano anterior. O Brasil ocupa a 11ª posição no ranking de gastos com as Forças Armadas, sendo praticamente todo o orçamento voltado para o pagamento de pessoal ativo e inativo. Ademais, o jornal destacou que, em períodos de incerteza, como os ataques do 11 de setembro de 2001, a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e, atualmente, a pandemia do COVID-19, o aumento dos gastos militares globais é compreensível, contudo, lamentável, tendo em vista que uma parte dos altos orçamentos poderiam ter sido direcionados para o controle do vírus. (Folha de S. Paulo - Editoriais - 01/03/21)

### **Historiador analisa posição de militares para com Pazuello e o governo**

Em entrevista para o jornal O Estado de S. Paulo, o historiador e cientista político Boris Fausto afirmou achar impossível que a cúpula do Exército não se sinta incomodada com a forma como o general Eduardo Pazuello conduz a pasta da Saúde e disse achar impressionante que não haja, em meio a diversas crises, uma crise militar. Fausto acredita que haja insatisfação, mas insatisfação surda, dos militares em relação ao governo de Jair Bolsonaro. Para ele, é como se a maioria dissesse: "Bem ou mal esse homem nos convém". Também abordou temas como o tuíte feito pelo general Villas Boas, o impacto da pandemia no governo e a relação de Bolsonaro com o Centrão. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/03/21)

### **Proposta de Emenda à Constituição do auxílio emergencial beneficia o orçamento das Forças Armadas**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial carimba as receitas para a defesa nacional, ao contrário do que tencionava a equipe econômica do governo com a proposta. Ao serem carimbadas as receitas vinculadas às Forças Armadas, mesmo que não sejam utilizadas, não poderão ser redirecionadas a outras áreas. Segundo o Estadão, a PEC cria a possibilidade de vinculação de percentuais da receita de determinados impostos às despesas da Defesa, ao declarar-se por lei ser de "interesse nacional". A brecha aberta por esse dispositivo cria o risco de parte considerável do Orçamento ser capturada pelos militares, devido ao seu poder político. Além disso, a proposta protege os soldos dos membros das Forças Armadas dos gatilhos de contenção de despesas presentes na PEC. (Correio Braziliense - Política - 05/03/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 05/03/21)

### **Hospital das Forças Armadas da capital federal está à beira do colapso**

Em coluna ao Correio Braziliense, o jornalista Vicente Nunes comentou sobre a superlotação do Hospital das Forças Armadas (HFA) do Distrito Federal, que atingiu 90% da capacidade dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) com o aumento significativo dos casos de Covid-19. Conforme nota do Ministério da Defesa, em cumprimento à legislação que determina que cadáveres com doenças infecciosas fiquem isolados, o hospital dispõe desde setembro de 2020 de um contêiner para abrigar os corpos, que agora se tornou indispensável já que o necrotério local não possui capacidade para a atual situação e necessita de ampliação. Segundo o

colunista, os profissionais do hospital relatam nunca terem visto nada parecido desde o início da pandemia e que o HFA está à beira do colapso, havendo previsão de aquisição de mais contêineres. Ademais, o jornalista destacou que mesmo militares apoiadores “mais incondicionais” do presidente da República estão assustados com o quadro e que a situação pode provocar “abalo no Palácio do Planalto”. (Correio Braziliense - Cidades - 09/03/21)

### **Colunista afirmou que condução da pandemia abre brechas para ingerência internacional, antiga preocupação dos militares brasileiros**

Em coluna à Folha de S. Paulo, o jornalista Igor Gielow analisou de que forma a “condução desastrosa da pandemia” pode se converter em um problema de “internacionalização” do Brasil. O jornalista retomou o histórico temor dos militares brasileiros de que uma possível ingerência internacional acontecesse no país em relação à Amazônia, um dos seus principais motivos de preocupação estratégica, e mencionou que isto pode acontecer, na verdade, em função da incapacidade de controlar o avanço da Covid-19. Para Gielow, o “Sars-CoV-2 é a nova Amazônia” e, diante de 2.000 mortes diárias em solo brasileiro, o argumento da soberania “perde eficácia”. O jornalista destacou que o incômodo tem sido frequente em conversas militares, sobretudo sobre os oficiais do Exército que aderiram aos comandos do governo. Para o jornalista, “numa ironia histórica”, o atual cenário brasileiro demonstra uma “intervenção estrangeira convidada por um governo coalhado de militares que sempre bateram no peito contra essa possibilidade”. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/03/21)

### **Em entrevista, general Paulo Chagas comentou sobre o governo Bolsonaro**

O periódico O Estado de S. Paulo entrevistou o general da reserva Paulo Chagas, ex-aliado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Crítico do atual governo, Chagas declarou que Bolsonaro deveria “baixar a bola” e colocar-se em seu lugar. O general acredita que o negacionismo do presidente no combate à pandemia “agravou a situação” sanitária. Ao ser questionado do porquê hoje tem uma postura mais crítica em comparação ao período da campanha eleitoral, Chagas declarou que acreditava que a imagem de Bolsonaro mudaria se eleito presidente, mas que isso não ocorreu. Apontou que o presidente é “narcisista” e “deslumbrado com o poder” e com a popularidade que alcançou. Quando perguntado sobre a possibilidade de impeachment, se posicionou inicialmente contrário, alegando que “pararia o país”; no entanto, “dependendo do rumo que as coisas tomarem” poderia ser uma solução. Sobre a gestão da pandemia, Chagas disse que Bolsonaro deveria ter assumido o controle desde o início, mas optou por minimizar a situação, como quando chamou de “gripezinha”, e que hoje, embora esboce algumas tentativas de controle, sua impressão é de que já é tarde para tal, sendo necessário “uma dose muito grande de humildade” por parte do presidente para admitir o erro. O general confirmou a existência de um desconforto entre os militares com o fato de que o general Eduardo Pazuello tenha permanecido como ministro da Saúde estando na ativa, principalmente por estar em “final de carreira” e último posto, porque isto se trata de uma tentativa de Bolsonaro de associar as Forças Armadas ao seu governo como um apoio institucional, mas que, como instituição, as Forças Armadas “fazem o que está na Constituição”. Por fim, declarou que a tentativa de Bolsonaro de relacionar seu governo com as Forças Armadas traz um desgaste à imagem da instituição na sociedade e concluiu: “Nós não temos nada a ver com isso”. (O Estado de S. Paulo - Política - 09/03/21)

### **Movimentações indicam afastamento do general Pazuello do Ministério da Saúde**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, as movimentações políticas indicam a substituição do general Eduardo Pazuello pelo médico cardiologista Marcelo Queiroga no comando do Ministério da Saúde. Segundo o Correio, Pazuello possui longa trajetória militar e ocupou o posto de comandante da Brigada de Paraquedistas e da 12ª Região Militar da Amazônia. No dia 16/05/2020, após a renúncia do então ministro da Saúde Nelson Teich, Pazuello assumiu a pasta como ministro interino, sendo apresentado como especialista em logística. Em entrevista à Veja, Pazuello declarou que a gestão seria provisória e que logo estaria “voltando para minha tropa”. No entanto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, efetivou Pazuello no cargo em 16/09/2020.



Inexperiente na área da saúde e fiel a Bolsonaro, a gestão de Pazuello foi marcada pelo aumento estrondoso de casos e mortes pela covid-19, entrando numa "espiral de sucessivos desgastes". Por isso, o Correio reportou que o ministro estaria "com um pé fora da pasta" desde 13/03/2021, quando lideranças do Congresso Nacional se reuniram em uma conversa de tom crítico à gestão de Pazuello na pandemia. Para o jornal, a desaprovação dos parlamentares com o ministro inevitavelmente acabaria levando à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação estatal na pandemia. Ciente de tais movimentações e críticas, o ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, levou tais relatos ao presidente Bolsonaro, o qual mobilizou generais ligados ao Executivo para uma conversa com Pazuello no hotel de trânsito do Exército, em Brasília. Lá, Bolsonaro informou-lhe que precisaria substituí-lo. Ademais, o Correio também ressaltou que "Não é de agora que os líderes do chamado Centrão querem desmilitarizar o Ministério da Saúde" e classificou como despreparada a alta cúpula da pasta. Por outro lado, o Correio relatou que Pazuello, frente às especulações de sua saída por problemas de saúde, negou estar doente e também afirmou que não deixaria a pasta no dia 14/03/2021. O jornal Folha de S. Paulo acrescentou que havia confirmado que Pazuello disse a Bolsonaro ter problemas cardíacos e ainda guardar sequelas da infecção de covid-19 que sofreu em outubro de 2020. Ademais, a Folha acrescentou que os secretários estaduais da Saúde também estariam profundamente insatisfeitos com Pazuello, visto o iminente colapso hospitalar ao redor do país. Sobre a sucessão de Pazuello, a Folha relatou uma preferência da ala militar do governo por um nome mais técnico, como forma de recuperar o desgaste sofrido por Bolsonaro recentemente, além dessa mesma ala recomendar uma "guinada" que distanciasse a imagem de negacionista do presidente frente ao crescimento dos óbitos por covid-19 no país. O jornal O Estado de S. Paulo reiterou os eventos relatados pelos outros jornais e também acrescentou que vários políticos e parlamentares avaliavam que Pazuello "se inviabilizou como ministro". Finalmente, os jornais noticiaram no dia 16/03/2021 a substituição do general pelo médico Marcelo Queiroga na pasta da Saúde. A intenção de Bolsonaro ao nomear um médico alinhado às suas ideologias, de acordo com o Correio, é transmitir uma imagem "de que segue as determinações da medicina na gestão da pandemia do novo coronavírus". Neste sentido, ao falar sobre o plano de vacinação, Bolsonaro declarou que "o trabalho do Pazuello está muito bem-feito, a parte de gestão foi muito bem-feita por ele", mas que partirá para "uma parte mais agressiva". Nesse cenário, o advogado Thiago Amparo, em coluna opinativa para a Folha, analisou que a imagem do Zé Gotinha com uma vacina em formato de fuzil compartilhada por Eduardo Bolsonaro sintetiza "o atual estado das coisas". Amparo denominou a gestão de Pazuello e a atuação dos militares no combate à pandemia de "desastre". Na sua visão, Pazuello sairia "humilhado" por seus erros e os de seu chefe, o presidente Bolsonaro. Em editorial, a Folha apontou que a mudança não é "garantia de uma nova e menos desastrosa gestão" e que o general será o "bode expiatório" para justificar "a guinada inverossímil em curso no tocante às vacinas que o presidente sempre negligenciou, quando não sabotou". De acordo com a Folha, em "último ato", Pazuello alegou ter concluído contratos para a aquisição de 138 milhões de doses das vacinas Pfizer e Janssen. Em coluna ao Correio, a jornalista Denise Rothenburg destacou que os militares estariam "aliviados" com a saída de Pazuello da pasta. Mencionou que havia um "desconforto no pessoal da ativa" desde que Bolsonaro declarou em uma transmissão ao vivo que seus opositores estavam criticando a atuação de um general, indicando que haveria reações. O jornalista Igor Gielow, em coluna à Folha de S. Paulo, destacou que a gestão desastrosa de Pazuello "concentra todas as contradições" da relação entre Bolsonaro e as forças armadas. Rememorou que Pazuello, general três-estrelas, gozava de boa reputação por sua atuação como coordenador logístico da Amazonlog-17 em 2017, uma simulação de atendimento humanitário a refugiados na fronteira com Colômbia e Peru, e por sua gestão na Operação Acolhida para refugiados venezuelanos em 2018, além de ter sido "efusivamente" elogiado pelo ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas. Para o colunista, os problemas relacionados à pandemia estavam "acima das capacidades do general" e a "missão" se corrompeu quando ele "baixou a cabeça a Bolsonaro". Como resultado, ao menos dez processos foram instaurados, com destaque para o desastre de Manaus, capital do Amazonas, que podem colocar Pazuello e militares, por "extensão simbólica", no banco dos réus. Conforme Gielow, o peso recaído sobre as forças armadas é ainda mais alto por Pazuello não

ter passado para a reserva, embora generais da ativa tenham tentado dissociar sua imagem daqueles que compunham o governo. Além de não ir para a reserva, Pazuello tentou articular uma passagem “inexistente” para o posto de quatro-estrelas. Afirmou que para as forças armadas e sobretudo, o Exército, “sobrou o ônus de imagem”. O afastamento crescente de oficiais da ativa desde que Bolsonaro “namorou hordas golpistas na rua” em 2020, mas difuso com a nomeação de Pazuello, será novamente restabelecido, de acordo com o jornalista. No entanto, o “dano de imagem aos fardados” perdurará por muito mais tempo. (Correio Braziliense - Política - 15/03/21; Correio Braziliense - Política - 16/03/21; Correio Braziliense - Capa - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 16/03/21; O Estado de S. Paulo - 15/03/21)

### **Consequências da desastrosa gestão Bolsonaro-Pazuello na área da saúde**

Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, Marcelo Godoy teceu duras críticas ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus equívocos quanto à condução da crise sanitária. Na avaliação de Godoy, tais equívocos, somados à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin de anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “reacenderam em generais desvinculados de Jair Bolsonaro o receio do retorno da esquerda no poder”. Alguns desses militares tentam se distanciar do governo Bolsonaro, que ora é comparado ao do venezuelano Hugo Chaves e ora é comparado ao do ex-ditador argentino Leopoldo Galtieri, ambos militares, mas em posições opostas no espectro político. O segundo é o ex-presidente argentino que liderou o país durante a Guerra das Malvinas (1982), conflito no Atlântico Sul que retirou os militares da política argentina após a derrota dos platinos. Segundo Godoy, os militares receosos com o governo avaliam que Bolsonaro e seus generais próximos criaram as condições para uma crise quando admitiram “palpites desinformados e inconsequentes” nas decisões da Saúde, culminando na ascensão do general Eduardo Pazuello ao Ministério da Saúde, que caso bem-sucedido no combate à pandemia, poderia ter um futuro político pela frente. Porém, na avaliação de Godoy, a crise sanitária se aprofundou e afetou negativamente a imagem dos militares. Outra crítica tecida por Godoy foi a apatia de Bolsonaro perante a agonia dos profissionais da saúde e doentes. Fazendo uma comparação com o general estadunidense da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), George S. Patton, que “visitava enfermarias para honrar seus heróis”, enquanto Bolsonaro “não visita hospitais nem leva conforto aos doentes”. Ademais, o colunista prospectou a visão dos militares sobre o pleito presidencial de 2022. Com Bolsonaro, eles teriam garantidas suas verbas blindadas, prestígio, aumentos de salário e cargos públicos; com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) há apreensões sobre a defesa do partido pela criação de uma Guarda Nacional que afastaria as forças armadas das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), além de questionamentos a respeito das aposentadorias; já no Partido dos Trabalhadores (PT), existem defesas de maiores empecilhos legais para o acesso de militares a cargos públicos, limitação da atuação das forças armadas em operações de GLO e maior subordinação das mesmas ao Ministério da Defesa. Por fim, comparando a situação de Bolsonaro com a de Galtieri na Guerra das Malvinas, Godoy avaliou que “a crise na saúde não será suficiente para derrotar Bolsonaro” da mesma forma como o fracasso militar fez Galtieri cair. Porém, assim como o afundamento do cruzador Belgrano na Guerra - episódio marcante e dramático para os argentinos - não finalizou o “drama argentino”, a queda de Pazuello não encerrará a crise, cabendo ao povo brasileiro “saber se os generais vão acompanhar o presidente até o fim”. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/03/21)

### **Ministro da Defesa destacou atuação das Forças Armadas no combate à pandemia**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa general Fernando Azevedo e Silva elogiou a atuação das Forças Armadas no combate à pandemia da COVID-19 no país. Em seu texto, Azevedo e Silva destacou que a “Operação Covid-19” exigiu “o engajamento decisivo dos nossos militares” e elencou exemplos da atuação, como o emprego de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de oxigênio e na busca de brasileiros em Wuhan, na China, em fevereiro de 2020, além do funcionamento ininterrupto e coordenado de diversos centros de operação internos do Ministério da Defesa. O general também

demonstrou o empenho das Forças Armadas através dos números: cerca de 34 mil militares diariamente envolvidos, "efetivo maior que o da participação brasileira na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial", além da distribuição de mais de um milhão de cestas básicas, a vacinação de 157 mil indígenas, e a mobilização da base industrial de defesa para a produção de equipamentos de proteção individual e respiradores. Azevedo e Silva disse ainda que todas essas ações ocorreram "sem descuidar um minuto" da proteção ambiental da Amazônia e da soberania territorial, marítima e aérea do país, e concluiu afirmando que "proteger a população brasileira é dever das Forças Armadas", precisando para tanto "estar treinadas e bem equipadas" para salvar vidas "enquanto se fizer necessário". (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 20/03/21)

### **Novos discursos de Bolsonaro geraram desconforto entre militares**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, os discursos do presidente da República Jair Bolsonaro têm gerado desconforto entre ele e a ala militar. Durante o domingo (21/03/21), o Bolsonaro esteve no Planalto acompanhando a manifestação de alguns de seus apoiadores. Diante do público, o presidente, de acordo com o jornal, disse: "Alguns tiranetes ou tiranos tolhem a liberdade de muitos de vocês. Pode ter certeza, o nosso Exército é o verde oliva e é vocês também. Contem com as Forças Armadas pela democracia e pela liberdade" - referindo-se aos governadores dos estados que estão adotando medidas de isolamento social para conter os avanços da pandemia. Devido à polêmica declaração, a Folha de S. Paulo disse que diversos militares que estão dentro e fora do governo se reuniram para discutirem sobre a fala de Bolsonaro e demonstraram discordância com o pensamento dele. O jornal lembrou de ação similar do presidente que teria ocorrido no ano de 2020, quando o presidente esteve em manifestações pró retomada do regime militar e levou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para sobrevoar uma delas. O jornal caracterizou como "atitude ambígua" o posicionamento de militares quando, ao mesmo tempo em que naquela ocasião as altas cúpulas das Forças Armadas emitiram duas notas para negar intentos golpistas, Azevedo apoiou o general Augusto Heleno, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quando este ameaçou "consequências imprevisíveis" para a possibilidade de apreensão do celular de Bolsonaro no curso da investigação de interferência do presidente na Polícia Federal. Além disso, a Folha retratou que a popularidade de Bolsonaro durante os meses de Auxílio Emergencial, tirou os militares dos holofotes políticos do país, mas a malfadada gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e as críticas feitas por membros das Forças Armadas à ação, fizeram com que eles ganhassem novamente notoriedade. Além disso, a Folha disse que ministros do Supremo conversaram com alguns membros do alto escalão das Forças Armadas, que negaram perigo de golpe militar. Esse clima de tensão se iniciou após as afirmações do presidente que tomaria "medidas duras" na pandemia, logo após insistir que tinha apoio militar para tanto. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/03/21)

### **Em entrevista, general Paulo Sérgio preferiu não comentar a atuação de Pazuello no Ministério da Saúde**

O periódico Correio Braziliense entrevistou o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, então Chefe do Departamento-Geral de Pessoal e autoridade máxima de saúde no Exército, que afirmou que preferia não tecer comentários sobre a gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. Paulo Sérgio apenas mencionou que acreditava que Pazuello estaria cumprindo a missão que o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria delegado a ele. Por outro lado, ao ser questionado sobre a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada no combate à covid-19, o general Paulo Sérgio afirmou que a decisão caberia ao médico, paciente e à família. No que se refere ao enfrentamento da covid-19 no contingente do Exército, o general Paulo Sérgio declarou que tem alocado oxigênio e equipamentos médicos para organizações militares de Saúde do Exército, destacando que não faltou oxigênio em nenhum hospital do Exército. O Correio destacou, na entrevista do general, que "o Exército mantém uma taxa de mortalidade pela doença de 0,13%, bem abaixo do índice de 2,5% registrado na população em geral do país. A receita é uma política totalmente oposta à adotada pelo governo federal". (Correio Braziliense – Política – 28/03/21)

## Demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa inaugurou crise entre governo e militares

Conforme noticiaram os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, demitiu o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e nomeou o general Walter Braga Netto, então chefe da Casa Civil, para a pasta. O Estado destacou que a reunião com Azevedo e Silva durou três minutos e em “tom seco” o presidente Jair Bolsonaro declarou: “preciso do seu cargo”, oferecendo-lhe um “cargo de consolação”, rejeitado pelo general. Embora a notícia da demissão tenha ocorrido num dia de inéditas seis alterações ministeriais, dentre as quais a do chanceler Ernesto Araújo, a mudança na Defesa foi a que mais causou preocupações e inquietações entre a sociedade, o Parlamento, o Judiciário e as Forças Armadas. De acordo com a *Folha*, tal decisão tem a ver com o desejo de Bolsonaro de avarar “mais apoio militar”. Os jornais apontaram que a demissão provocou uma “crise militar” e ocorreu num contexto de instabilidade política para o presidente Jair Bolsonaro, o qual vem tentando se aproximar de políticos do “centrão” e, ao mesmo tempo, aparelhar instituições estatais coercitivas cujas lideranças apresentem alguma ameaça ou resistência opositora, no que o jornalista Luiz Carlos Azevedo classificou em coluna ao *Correio* como a formatação de um “gabinete armado para o confronto”. Nesta linha, a *Folha* pontuou que a possibilidade de candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e sua tentativa de aproximação do centrão se insere neste contexto de reformatação ministerial. Embora a demissão de Azevedo e Silva tenha surpreendido o alto comando das Forças Armadas, os periódicos apontaram que o general já desconfiava dessa possibilidade desde as tentativas de Bolsonaro de instrumentalizar as Forças Armadas por seu governo. Particularmente importante neste processo foi a deterioração da relação entre o presidente e o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, diante a recusa deste aos intentos de Bolsonaro de politizar e instrumentalizar o Exército no embate com governadores e prefeitos sobre medidas de combate à pandemia de covid-19 quando, em mais de uma ocasião, o presidente se referiu à instituição como “meu exército”, contrariando-se à possibilidade de lockdown. O *Correio* apontou que Bolsonaro já a algum tempo pretendia retirar Pujol do comando do Exército –algo considerado grave entre os militares quando ocorre antes do prazo de dois anos– e buscava “provas da lealdade das Forças Armadas”. Segundo os jornais, a “gota d’água” para a demissão do ministro, no entanto, foi a entrevista dada ao *Correio* pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército, cujo teor era o enfrentamento à pandemia e de que modo a condução dada por ele dentro do Exército, oposta à de Bolsonaro, teve mais eficácia e menor taxa de mortalidade ao seguir medidas de isolamento e distanciamento social, máscaras, trabalho remoto e os protocolos farmacológicos da Organização Mundial da Saúde. Bolsonaro entendia que o general Paulo Sérgio deveria ser repreendido em razão da entrevista. Os periódicos pontuaram a existência de um descontentamento com o presidente Bolsonaro por parte de militares da ativa, sobretudo pela exposição política a que vinham se submetendo nos últimos meses, que resultou em danos à imagem da instituição. Dentre elas, os jornais lembraram quando Azevedo e Silva sobrevoou de helicóptero uma manifestação pró golpista ao lado de Bolsonaro; quando junto ao general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), emitiu uma nota atentando para “consequências imprevisíveis” caso o celular do presidente fosse apreendido em investigação da Polícia Federal; quando Bolsonaro rejeitou um estudo apresentado pelas Forças Armadas que apontava para a eficácia do isolamento social na pandemia; e a mais simbólica destas, a desastrosa atuação do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e a tentativa de colocá-lo como “bode expiatório” diante do número crescente de casos e mortes. O Estado apontou também como divergência o fato de Bolsonaro ter anulado três portarias editadas pelo Exército referentes ao controle e rastreamento de armas e munições de civis, sem ouvir os militares. (*Correio Braziliense* - Política - 30/03/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 30/03/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 30/03/21; *O Estado de S. Paulo* - Poder - 30/03/21)

### Vice-presidente da República tomou primeira dose da Coronavac

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, foi vacinado aos 67 anos de idade em 29/03/2021 com a primeira dose da Coronavac, imunizante contra o coronavírus. Mourão declarou em suas redes sociais que fez sua “parte como cidadão consciente” e espera que “o maior número possível de vacinas chegue à população brasileira”. O general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) também tomou a primeira dose da vacina aos 73 anos no dia 18/03/2021. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21)

## ABRIL

### Bolsonaro afirmou que as Forças Armadas estão à disposição para vacinar

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez uma visita a uma entidade beneficente com o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. Na ocasião, Bolsonaro fez uma transmissão ao vivo em sua rede social, afirmando que as Forças Armadas “estão à disposição para começar a vacinar”. Contudo, o Ministério da Defesa já tem atuado na logística e apoio na vacinação durante a pandemia, principalmente em regiões de difícil acesso, transportando pacientes, medicamentos, insumos, vacinas e garantindo a segurança da mercadoria. As declarações causaram desconforto nas Forças Armadas: Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que “apoia a vacinação contra a covid-19 desde o primeiro dia da campanha, em 19 de janeiro de 2021”, por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e no apoio logístico prestado por militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Na cúpula do Planalto, a declaração foi vista como um sinal de que, ainda com a substituição do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, a atuação dos militares ainda é uma característica do governo Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 04/04/2021; Folha de S. Paulo - Poder - 04/04/2021)

### Proposta de colocar Hospitais das Forças Armadas à disposição da população civil durante a pandemia da Covid-19 foi rejeitada

Conforme o periódico Correio Braziliense, a Defensoria Pública da União (DPU) entrou com uma ação na Justiça Federal do Distrito Federal para que os hospitais das Forças Armadas, Força Aérea e Naval de Brasília fossem colocados à disposição da população civil durante a pandemia da Covid-19, dado que as unidades da rede pública estão lotadas. O Correio ressaltou que a ocupação dos hospitais das Forças Armadas é objeto de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que está averiguando se os militares deixaram de disponibilizar os leitos vagos para a sociedade durante a atual crise pandêmica. Além do mais, Benjamin Zymler, ministro do TCU, estabeleceu em março que o Ministério da Defesa e os comandos das três Forças passassem “a informar diariamente o número de vagas e a taxa de ocupação nos hospitais militares”. Por sua vez, o periódico Folha de S. Paulo destacou que após a determinação do ministro do TCU, algumas planilhas foram divulgadas e indicaram que as Forças Armadas “bloquearam leitos à espera de militares em enfermarias e UTIs [Unidades de terapia intensiva] e que há unidades com até 85% de vagas ociosas”. A auditoria do TCU sustentou que as unidades de saúde militares deveriam fazer convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS), objetivando aumentar a oferta de vagas de leitos para a população civil, e que “a reserva de vagas aos militares contraria os princípios da dignidade humana e viola o dever constitucional do Estado de oferecer acesso à saúde de forma universal”. Porém, segundo a Folha, a proposta foi rejeitada pelo TCU, tendo o ministro indicado por Bolsonaro, Jorge Oliveira, atuado para barrar a proposta afirmando que ela poderia causar transtornos e que comprometeria a segurança militar. Além disso, a Folha reportou que o Ministério da Defesa criticou a reportagem sobre os hospitais militares, alegando que ela tem “manipulações, incorreções, omissões e inverdades”. O ministério afirmou que quase todos os leitos de UTI de hospitais militares estão ocupados e reitera “que as Forças Armadas atuam na atual pandemia com extrema dedicação, no limite de suas capacidades, sempre com total transparência e prontidão, preservando e salvando vidas”. (Correio Braziliense - Brasil - 08/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 08/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 09/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 09/04/21)



### **Em cerimônia, Bolsonaro ficou sem máscara, cumprimentou oficiais com aperto de mão e chamou as Forças Armadas de "meu Exército"**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e outros membros do governo, cumprimentaram com um aperto de mão 57 militares recém promovidos. Ao contrário dos oficiais e de outros integrantes do governo, Bolsonaro esteve sem máscara. A Folha relembrou episódio semelhante ocorrido em 30/04/20, em uma visita ao Comando Militar do Sul, na qual Bolsonaro foi saudado com os cotovelos, mesmo após ter estendido as mãos, pelo então comandante do Exército, Edson Leal Pujol, e outros militares. No evento deste ano, o presidente fez um discurso descrevendo as Forças Armadas como "meu Exército" e disse que as Forças Armadas representam "uma estabilidade" para o Brasil e que atuam "dentro das 4 linhas da constituição". Também discursou na cerimônia o chefe do Estado Maior do Exército, general Marcos Antonio Amaro dos Santos, que defendeu o papel institucional da organização que comanda ao citar uma fala do patrono do Exército, Duque de Caxias, afirmando que sua "espada não tem partido". (Folha de S. Paulo - Poder - 09/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 09/04/21)

### **Tribunal de Contas da União apontou que Hospital das Forças Armadas cortou leitos de Unidade de Terapia Intensiva**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou em um relatório técnico que o Hospital das Forças Armadas (HFA) cortou 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e deixou de abrir outros 25 previstos em um contrato emergencial para lidar com a pandemia da COVID-19. Assinado em maio de 2020 com uma empresa privada e com os recursos públicos pagos pelo Ministério da Defesa, o contrato previa a oferta de até 50 leitos de UTI, ao custo inicial de R\$ 24,9 milhões, até novembro do mesmo ano. O TCU também determinou que os hospitais militares divulgassem suas taxas de ocupação, demonstrando que no HFA 3 dos 40 leitos de UTI estão disponíveis, além de 24 dos 68 leitos de enfermaria. A Defensoria Pública da União (DPU) protocolou uma ação na Justiça Federal pedindo a participação do HFA, do Hospital da Força Aérea em Brasília e do Hospital Naval da Marinha no sistema público de saúde, ofertando os leitos disponíveis de UTI e enfermaria aos civis. Por outro lado, dois dias depois da publicação da reportagem, no dia 12/04/21, foi divulgada pela Folha em seu painel de respostas dos leitores uma mensagem redigida por Carlos Chagas Vianna Braga do Centro de Comunicação Social da Defesa. Segundo Braga, a matéria "não é verdadeira", afirmando que desde o início da pandemia o HFA aumentou os seus leitos de UTI de 13 para 40, estando com 93% de ocupação, negando também que o TCU disse terem havido cortes de leitos de UTI existentes, sendo que na verdade o TCU teria dito que houve uma redução de um contrato para um possível aumento de leitos. Por fim, afirmou que "o HFA opera no limite de sua capacidade física e humana". Como resposta, o jornalista da Folha, Vinicius Sassine, disse que a reportagem não afirmou cortes nas UTIs existentes, mas sim nas previstas em contrato, como afirmado em auditoria do TCU. (Folha de S. Paulo - Saúde - 10/04/21; Folha de S. Paulo - Painel do Leitor - 12/04/21)

### **Colunista comparou o enfrentamento de meningite durante o regime militar com a atual gestão do governo Bolsonaro em relação ao coronavírus**

Em sua coluna opinativa para periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari comparou o enfrentamento da epidemia de meningite, durante o regime militar (1964-1985), com o enfrentamento da pandemia de coronavírus, no governo de Jair Bolsonaro. Segundo Gaspari, recentemente o jornal francês Le Monde relembrou em uma reportagem a campanha de vacinação brasileira responsável por imunizar 80 milhões de pessoas em alguns meses. Em sua visão, nesse período, o Brasil se equilibrava entre o atraso e o progresso. Ainda que tenha buscado a vacinação, o Serviço Nacional de Informações se opunha às notícias, alegando que os fatos eram explorados pelos meios de comunicação. Desta forma, para Gaspari, atualmente o atraso tem prevalecido. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 11/04/21)

### **Militares indicados pelo governo para cargos na saúde indígena são acusados de agravar crise sanitária**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o governo indicou dois militares para coordenarem Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a terras indígenas, os quais foram acusados de má gestão e de agravarem a crise sanitária em suas gestões. Um dos indicados foi o capitão do Exército Tércio Alexandre Pimentel, que assumiu o comando do DSEI-Leste Roraima em maio de 2020 e está sendo investigado por distribuição de cloroquina aos indígenas. Outro militar que assumiu um DSEI foi o major do Exército Francisco Dias Nascimento Filho, indicado em julho de 2019 para se tornar coordenador do DSEI Yanomami, foi acusado de andar armado pelo distrito e de intimidar funcionários e membros do movimento indígena. O major foi demitido do cargo um ano após assumi-lo. De acordo com a Folha, o Exército afirmou que ambos os militares indicados estão na reserva e que “a Força não realizou qualquer indicação ou proposta institucional de militares da ativa ou da reserva para ocupar os cargos constantes da demanda apresentada”. (Folha de S. Paulo - Saúde - 16/04/21)

### **Investigação sobre medidas de enfrentamento da pandemia da covid-19 pode convocar militares da ativa para depoimentos**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, no dia 19/04/2021 o Senado definiu um plano de trabalho para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada para apurar a atitude do governo Bolsonaro em relação às medidas de contenção da pandemia do novo coronavírus. O Correio Braziliense noticiou que diversos militares estão na lista de depoimentos requeridos no processo investigativo. O ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, será ouvido por conta do colapso de saúde em Manaus devido à falta de oxigênio, ocorrida em janeiro deste ano, e também por não ter seguido recomendações internacionais de medidas de contenção da doença. Além dele, o general Edson Pujol, ex-comandante do Exército, também prestará esclarecimentos sobre a produção de cloroquina pelas Forças Armadas. A Folha de S. Paulo noticiou que a cúpula da CPI pretende investigar as razões que causaram a queda dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Tentativas frustradas de compra de vacinas e a defesa do governo do uso de hidroxicloroquina também serão alvo de investigações. (Correio Braziliense – Política – 19/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21).

### **Em meio a críticas à sua gestão na Saúde e a instauração da CPI da Covid-19, Pazuello foi nomeado para secretaria-geral do Exército**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o general da reserva e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi nomeado para um cargo na secretaria-geral do Exército, em Brasília. Até então, Pazuello estava alocado no Comando do Exército da 12ª Região Militar, em Manaus, onde atuava antes de assumir a secretaria-executiva do Ministério, em abril de 2020. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, elogiou a atuação de Pazuello no ato de inauguração de um centro de convenções em Manaus, seus simpatizantes gritaram “Pazuello governador”. O coronel reformado do Exército Alfredo Menezes, ex-candidato à prefeitura de Manaus e considerado “homem forte” do presidente, afirmou que ele e o general Pazuello podem se candidatar ao senado e ao governo do estado do Amazonas em 2022. O Estado de S. Paulo teceu críticas à gestão de Pazuello na Saúde, apontando o descaso do governo com a comunidade científica e a Organização Mundial de Saúde (OMS) e, além disso, a substituição de técnicos por militares na pasta. Ademais, o Correio e a Folha noticiaram a estratégia do governo de centralizar Pazuello como alvo principal das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades do governo federal durante a pandemia de Covid-19. O Correio apontou que, sabendo da centralidade de Pazuello nas investigações, Bolsonaro tem tentado “afagar” o general tentando garantir sua fidelidade. No entanto, em entrevista à revista Veja, o ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten declarou que os erros do general eram limitados a ele próprio, que Bolsonaro apenas seguiu suas orientações e que as vacinas fabricadas pela empresa Pfizer e oferecidas ao Brasil em 2020 não foram adquiridas por “ineficiência e incompetência” do

militar. Os jornais noticiaram que a Casa Civil, chefiada pelo general Luiz Eduardo Ramos, encaminhou um questionário aos órgãos do governo para que indicassem em quais ações criminais teriam incorrido a fim de elaborar a defesa. Dentre os erros apontados no questionário, destaca-se a militarização do Ministério da Saúde. Aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia e à Secretaria de Governo, a tabela atribui a defesa dos generais Pazuello, Braga Netto e "outros militares" por "não apresentaram diretrizes estratégicas para o combate à covid". Os jornais abordaram ainda a postura controversa de Pazuello quando, no dia 25/04/21, foi flagrado passeando em um shopping de Manaus sem máscara e, ao ser abordado, ironizou perguntando "onde tem pra comprar". A Folha destacou que para parte da cúpula militar, o passeio do general pode ser interpretado como uma provocação à CPI e que, neste momento, o ideal seria a "submersão do militar" para reduzir danos. O jornal indicou que auxiliares do presidente não descartaram a possibilidade de que o general se torne o "bode expiatório" da defesa presidencial. (Correio Braziliense - Política - 24/04/21; Correio Braziliense - Política 27/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/04/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 26/04/21;)

### **Cúpula militar rebateu afirmação de Bolsonaro sobre emprego do Exército contra medidas de isolamento social**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que é absurda a política de "lockdown, quarentena, fica em casa, toque de recolher" e que o Exército pode ir à rua para "acabar com essa covardia". Bolsonaro concedeu entrevista para a TV A Crítica durante visita a Manaus, em 23/04/21, e afirmou que se prepara para "um caos generalizado no Brasil pela fome", devido às medidas de combate à pandemia, e que pode decretar o emprego das Forças Armadas para cumprir o direito de ir e vir e reestabelecer a lei e a ordem, previstos nos artigos 5º e 142º da Constituição, respectivamente. Ainda segundo o periódico, o presidente afirmou que o plano de ação foi discutido com todos os seus ministros, incluindo o general Walter Braga Netto, da Defesa. Alguns militares da cúpula afirmaram à Folha, em consulta no dia 24/04/21, que Bolsonaro confunde conceitos e tem utilizado sua posição de comandante-em-chefe das Forças Armadas de maneira política. De outro lado, o jornal lembrou que, ao longo do ano de 2020, durante a crise institucional no governo, Bolsonaro participou de manifestações favoráveis ao fechamento dos demais Poderes e utilizou a imagem das Forças Armadas para apoiá-lo. O desgaste entre Bolsonaro e os militares teria diminuído, mas com o agravamento da pandemia, o presidente solicitou que o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, lhe garantisse mais apoio político das Forças. Contudo, o então comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, rechaçou a ideia. De acordo com a Folha, a rejeição ao apoio a Bolsonaro se deu pelo fato do Exército estar sob duras críticas pela gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Neste sentido, a falta de apoio resultou na demissão de Azevedo e na saída dos três comandantes das Forças. Ainda assim, segundo a Folha, os três novos comandantes indicaram que seguiriam o posicionamento dos seus antecessores, tranquilizando os militares. (Folha de S. Paulo - Poder - 24/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/04/21)

### **Cadetes da Academia da Força Aérea foram isolados após surto de Covid**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, 247 cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga foram isolados após contato com outros cadetes que estão sob suspeita de terem contraído a Covid-19. Atualmente, 23 cadetes apresentam sintomas leves da doença e quatro foram internados na enfermaria do Hospital da Força Aérea de São Paulo. A Aeronáutica ressaltou que não é possível identificar como ocorreu a contaminação, entretanto, a AFA informou que "a equipe médica está fazendo busca ativa com aferição de temperatura e nível de saturação de oxigênio no sangue, com o objetivo de detectar pacientes com sintomas iniciais para fazer isolamento precoce, além de testes PCR nos casos suspeitos". De acordo com a Folha, o surto de Covid-19 na AFA ocorreu no mesmo período em que houve aumento no número de óbitos pelo novo coronavírus em Pirassununga, que até o início de março estava na marca de 67 óbitos e no dia 28/04/21 chegou a 180. (Folha de S. Paulo - Saúde - 29/04/21)

## Em nota, presidente do Clube Militar conclamou poder executivo a “restabelecer a lei e a ordem”

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente do Clube Militar, general da reserva Eduardo José Barbosa, divulgou uma nota defendendo o governo do presidente Jair Bolsonaro e atacando os outros poderes e a oposição. Segundo o general, o executivo é o único poder a cumprir a Constituição, e defendeu que ele utilizasse o artigo 142 para “restabelecer a lei e a ordem” voltando a utilizar as “algemas” nos “verdadeiros criminosos que estão a serviço do ‘poder das trevas’.” Para Barbosa, as “trevas” estão representadas no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de “bandido de estimação” dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que teriam encontrado “subterfúgios para anular” os processos contra o ex-presidente. Além disso, o general criticou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada no Senado, afirmando que o resultado dela será “culpar o presidente por aquilo que não o deixaram fazer”. Por fim, o presidente do Clube Militar declarou que “bastou a eleição de um presidente que acredita em Deus para que todo o inferno se levantasse contra ele”. Segundo o Estadão, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, havia se encontrado com militares da reserva antes da divulgação da nota, porém, ao questionar a pasta, o periódico não obteve resposta sobre quem eram esses militares. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/04/21)

MAIO

### General Eduardo Pazuello e a CPI da Pandemia

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram o andamento das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, iniciada em 04/05/21 pelo Senado Federal, no que se refere às apurações em torno do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. O Correio informou que Pazuello estava se preparando para o interrogatório e que no fim de semana anterior ao início da CPI havia se reunido com assessores do governo no Palácio do Planalto para “receber orientações e informações”, a fim de que “não titubeie nem se atrapalhe” durante a oitiva. O Estado apontou a oitiva do general como a que mais pode trazer consequências ao governo federal, razão pela qual Pazuello tem sido “treinado para suportar a pressão”. Segundo o Correio e a Folha, a estratégia da oposição é sustentar o interrogatório por longas horas, com o objetivo de cansá-lo e irritá-lo para extrair o máximo de informações possíveis. A Folha apontou que outro grupo de senadores pretende convocá-lo pela segunda vez mais adiante, conforme surgirem novos fatos durante as investigações “para flagrar eventuais mentiras, que configurariam crime”. Além disso, pretendem apurar as razões da fala do general sobre o presidente da República Jair Bolsonaro de que “um manda e o outro obedece”, ao se referir à desistência na aquisição do imunizante Coronavac em 2020 e apurar se a não aquisição de vacinas em tempo hábil foi ato discricionário do presidente ou do ministro. De outro lado, conforme o Correio, o general e o presidente seguem alinhados tanto na linha de defesa que Pazuello deve adotar, de acusar governadores e prefeitos, quanto por sua recente nomeação a um cargo na Secretaria Geral da Presidência, que o deslocou de uma estrutura do Exército em Manaus, no estado do Amazonas. O jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna ao jornal, apontou que o general é “caso perdido, coleciona decisões e atitudes equivocadas” e que o atual ministro da pasta, o médico Marcelo Queiroga, segue seus passos ao manter a militarização do Ministério e estar tão atrapalhado quanto Pazuello no plano de vacinação. Em coluna para a Folha, o geógrafo Demétrio Magnoli comentou o papel desempenhado pelo general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde e seu futuro testemunho na CPI da Covid no Senado. Magnoli disse que Pazuello cometeu “crimes potenciais contra a saúde pública” ao postergar a compra de vacinas e distribuir cloroquina em hospitais, um “falso tratamento milagroso”, e que a CPI não pode admitir o álibi de “obediência devida”, pois o general da ativa, enquanto ministro, era auxiliar político do presidente e não “subordinado numa hierarquia militar”. O geógrafo afirmou que a CPI “tem o dever de analisar as responsabilidades pessoais do general que obedecia”, uma vez que dispunha de autonomia e “poderia ter dito ‘não’”, mas “não tem o direito de usá-lo como bode expiatório, fingindo que ninguém emitia as ordens desastrosas”. No dia 05/05/21, os três jornais noticiaram que Pazuello não compareceria à CPI por motivos de saúde. O general alegou estar com suspeita de covid,

após ter se encontrado com outros dois militares infectados com a doença. Pazuello foi convidado para depor no dia 19 deste mês. Segundo a Folha, alguns senadores insinuaram que o adiamento se tratou de uma tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI. “Se o ministro Pazuello está de quarentena, não tem problema a gente esperar 14 dias para ele vir aqui. Não tem problema. Mas será presencial. Sabe por quê? Não haverá subterfúgios na minha presidência”, afirmou o presidente Omar Aziz. Ademais, como reportado pela Folha de S. Paulo, o general da reserva e ex-ministro do governo Bolsonaro, Carlos Alberto dos Santos Cruz, também comentou a exposição de Pazuello na CPI da Covid, afirmando que a mesma afeta negativamente a imagem do Exército. Para o general da reserva, os militares que se tornaram ministros no governo são individualmente responsáveis por seus atos, e isenta a instituição das Forças Armadas de quaisquer responsabilidades quanto à atuação dos mesmos. Porém, a opinião pública não enxerga o governo e o Exército como entes separados, por isso as ações cometidas por militares no primeiro afetaria a imagem do segundo. (Correio Braziliense - Política - 04/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21; O Estado de S. Paulo 04/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 07/05/21)

### **Rotina de militares foi alterada em razão da pandemia**

Segundo a Folha de S. Paulo, a rotina nos quartéis militares modificou-se desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil. Dentre elas, a corrida de grupos militares que acontecia no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, entre 07h e 08h da manhã, ou mesmo em outras cidades. A partir de então, a orientação foi que os militares realizassem as atividades físicas em casa ou individualmente nos quartéis. Além disso, foi recomendado o uso constante de máscara e cumprimentos utilizando os cotovelos quando não se tratasse de saudações militares. Conforme o jornal, isto se verteu em problema político e rememorou que a saída do ex-comandante do Exército, o general Edson Leal Pujol começou a ser definida quando, em uma cerimônia do Comando Militar do Sul, Pujol se recusou a cumprimentar o presidente da República Jair Bolsonaro com aperto de mão e lhe deu o cotovelo. Embora oficiais-generais apontem que já não é mais assim, a Folha afirmou que cumprimentos por apertos de mão ou cotovelos simbolizavam proximidade ou distanciamento do bolsonarismo. Ademais, a maior parte das cerimônias foi cancelada e nas formaturas que permaneceram e que contavam com a presença de Bolsonaro as máscaras eram mais incomuns. A despeito de não ser possível trabalho remoto para militares, oficiais idosos ou com comorbidades foram afastados do trabalho presencial e em alguns quartéis há alternância de dias trabalhados por parte dos mais velhos. Aos procedimentos apontados como “incontornáveis”, o jornal apontou que as Forças adequaram protocolos, embora tenha havido surto de Covid-19 na Academia da Força Aérea, em Pirassununga, no estado de São Paulo e “bolsões esporádicos da doença” em razão da concentração. Apesar de a contaminação ser maior comparativamente ao resto da população, em 14,7% com lotação de hospitais militares, a taxa de mortalidade é inferior, sendo 0,17% contra 2,5%. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21)

### **Comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais explicou a atuação das Forças Navais no país**

Em entrevista para o Correio Braziliense no dia 05/05/21, o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante de esquadra Paulo Martino Zuccaro, explicou a atuação das Forças Navais no país, inclusive durante a pandemia do novo coronavírus. O comandante-geral destacou a produção de equipamentos de proteção individual e hospitalares no Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais no início da pandemia, como medida efetiva no enfrentamento à circulação do vírus. Além disso, ressaltou o desenvolvimento de “uma câmara de pressão negativa para diminuir a chance de infecção de profissionais de saúde”. Zuccaro frisou que o trabalho das Forças Navais exige muitos recursos, dado que a Força é empregada “desde os conflitos armados tradicionais, operações de assistência humanitária, missões de paz, garantia da lei da ordem e resposta a desastres naturais”. (Correio Braziliense - Cidades - 06/05/21)



### **Aeronáutica transportou remédios sem eficácia comprovada para o combate da Covid-19**

Conforme noticiou o periódico Folha de S. Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito para investigar a política de cloroquina do governo do presidente da República Jair Bolsonaro, e em ofício enviado ao mesmo; assinado pelo tenente-brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, comandante da Força Aérea Brasileira (FAB); declarou-se que aeronaves da FAB transportaram 132 caixas e 5000 comprimidos de cloroquina no período de 2020 a fevereiro de 2021, o destino dos medicamentos foi omitido. Além do destino, não se explicitou a quantidade de remédios contidos em cada caixa e quando os transportes ocorreram. A Folha também identificou casos em que a cloroquina foi enviada para comunidades indígenas, no Amazonas e em Roraima, com a intenção de realizar o “tratamento precoce” para a Covid-19, sem eficácia comprovada. Ademais, a reportagem também ressaltou o uso de laboratório farmacêuticos das três Forças (Exército, Marinha, Aeronáutica). O Laboratório Químico Farmacêutico do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos da cloroquina depois de determinação do presidente Bolsonaro; o laboratório da Aeronáutica auxiliou na embalagem e rotulagem do produto, conforme divulgado em nota pela Força, que também divulgou o envolvimento do laboratório da Marinha no processo. O MPF enviou um ofício aos comandantes do Exército e da Marinha questionando os órgãos públicos que foram utilizados por Bolsonaro para implantar sua política de cloroquina. A Aeronáutica defendeu que a sua participação seguiu o planejamento do Ministério da Saúde, repassado ao Ministério da Defesa. Portanto, a Força teria apenas cumprido a sua missão. (Folha de S. Paulo - Saúde - 07/05/21)

### **A CPI da Pandemia e possíveis consequências para Eduardo Pazuello e o Exército**

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo abordaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia e suas implicações em relação ao general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e ao Exército. Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Janio de Freitas declarou que se a CPI da Pandemia seguir o mesmo ritmo das duas primeiras sessões de interrogatórios e proposições, é provável que traga conclusões. Segundo Freitas, ainda que se saiba o desfecho, a CPI tem preocupado bolsonaristas por conta de sua associação ao avanço dos óbitos na pandemia. Além disso, Freitas afirmou que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, estaria fugindo dos interrogatórios da CPI da Pandemia, por covardia. Neste sentido, o colunista destacou que Paulo Sérgio de Oliveira, novo comandante do Exército, tem demonstrado preocupação com o que o depoimento de Pazuello à CPI pode causar à imagem do Exército. Contudo, não haveria qualquer intervenção por parte do comandante do Exército, por entender que este é um assunto entre Pazuello e o presidente da República, Jair Bolsonaro, não cabendo ao Exército se envolver. Segundo a coluna, caso o comando faça alguma intervenção, também estará sujeito aos reflexos dos crimes contra a humanidade cometidos no Brasil durante a pandemia. Por outro lado, em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, Carlos Siqueira, presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), comentou sobre a preocupação de alguns militares com o destino de Pazuello. Em consulta realizada pelo Estado, um general da reserva afirmou que teme que Pazuello seja preso. Além disso, afirmou acreditar que o Exército não tentará defender Pazuello. Contudo, generais de alta patente avaliaram que o Exército já está fortemente envolvido nos questionamentos da CPI. Neste sentido, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, afirmou que: “Em nenhum outro momento desde a redemocratização, dano tão grande foi causado à imagem das Forças”. O periódico Correio Braziliense noticiou que senadores que compõem a CPI foram informados que Pazuello deverá tentar postergar novamente sua oitiva, marcada para o dia 19/05/21, sob alegação de ter tido contato com servidor infectado pelo coronavírus, o que foi confirmado pelo Exército através de ofício enviado à Comissão informando que o general está em isolamento. Apesar disso, o Correio apontou que Pazuello se encontrou com Onyx Lorenzoni, Secretário-Geral da Presidência, no mesmo período. A estratégia do general, conforme os senadores, é tentar um habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para não depor como testemunha, sob justificativa de que responde a inquérito da Procuradoria Geral da República sobre eventuais omissões à frente do Ministério da Saúde. Ao Correio, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

argumentou que Pazuello tenta um "artifício jurídico" para adiar as investigações ou escapar da condição de testemunha, o que lhe impede de faltar com a verdade sob risco de prisão. O Correio noticiou também que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, criticou a CPI, declarando que "A CPI hoje trouxe à luz algumas figuras da política que estavam meio esquecidas e que reaparecem vestindo uma camisola nova, de virgem". Além disso, reconheceu que o depoimento de Pazuello "será o mais difícil" e ele terá "que se preparar para isso, porque vão fazer um interrogatório bem duro em cima das ações que ele fez ou deixou de fazer. Ele terá que ter dados bem consistentes para apresentar. Ele precisa ter uma preparação boa para isso". A Folha noticiou que o contra-almirante da Marinha Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi escutado no dia 11/05/21, a fim de elucidar se foi pressionado por Bolsonaro a atrasar o registro de imunizantes e se foi contaminado por "posicionamento ideológico" em suas decisões. Para isto, a CPI deverá requisitar quebra de sigilo telefônico e telemático de Barra Torres. O almirante deverá explicar, segundo Folha, se foi pressionado em relação à vacina coronavac e por que a vacina russa Sputnik ainda não foi aprovada pela agência. (Correio Braziliense - Política - 11/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 09/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 09/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/05/21)

### Depoimento do ex-ministro Pazuello na CPI da Pandemia

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu ao ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, um habeas corpus preventivo para que pudesse permanecer em silêncio durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19. O pedido foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e garantiu ao militar a prerrogativa de responder apenas "tudo o que souber ou tiver ciência sobre fatos relacionados a terceiros", reconhecendo a possibilidade do general "incorrer em autoincriminação", tendo em vista que "já responde a uma investigação, no âmbito criminal, quanto aos fatos que, agora, também integram o objeto da CPI". O Estado de S. Paulo relembrou que o inquérito que investiga a atuação do então ministro no colapso da rede pública de saúde em Manaus, tramitava no STF, mas foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal "após Pazuello perder o cargo e a prerrogativa de foro". De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a AGU argumentou que Pazuello "possui justo receio de sofrer constrangimentos", se referindo ao ocorrido no depoimento do atual secretário-executivo do Ministério das Comunicações Fabio Wajngarten, em que senadores aventaram a possibilidade de prendê-lo em flagrante por mentir em seu testemunho. Quanto ao depoimento, de acordo com O Estado, Correio e Folha, o ex-ministro da Saúde se contradisse diversas vezes e tentou proteger o presidente da república, Jair Bolsonaro. O relator da CPI, senador Renan Calheiros, chegou a propor a contratação de uma agência de checagem de fatos, alegando que o general "mentiu muito" em seu depoimento. Pazuello alegou ter sido informado sobre a falta de oxigênio no estado de Manaus apenas no dia 10/01/21, e que foram apenas três dias de desabastecimento. Diante dessa declaração, o senador Eduardo Braga rebateu o ex-ministro, afirmando que a falta de oxigênio no estado durou mais de 20 dias. Além disso, Pazuello afirmou que Bolsonaro negou a intervenção federal na crise de oxigênio após supostamente ter ouvido do governador Wilson Lima que a mesma não seria necessária. Porém, em nota ao Estadão, o governo do Amazonas negou ter recusado "qualquer tipo de ajuda". O ex-ministro foi novamente contestado quando disse ter respondido às cartas da empresa Pfizer: na tentativa de isentar o presidente, negou ter recebido ordens para desfazer qualquer acordo com o Instituto Butantan para comprar a vacina CoronaVac, produzida em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. No entanto, em entrevista coletiva, Bolsonaro declarou publicamente ter ordenado o cancelamento do protocolo de intenções de compra da vacina. O Planalto avaliou o depoimento do general como "satisfatório", enquanto a CPI considerou realizar uma acareação entre Pazuello e as demais testemunhas, para esclarecer as contradições. Dentre elas, o ex-ministro declarou que o projeto-piloto "TrateCov", sistema que supostamente auxiliava os profissionais da saúde a diagnosticar a doença, não chegou a sair da pasta. No entanto, o aplicativo chegou a ficar disponível para os médicos de Manaus. A plataforma foi alvo de uma grande repercussão, visto a prescrição do chamado "kit-covid". Além da declaração, o

general reiterou que foi Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, quem levou a proposta do aplicativo, e liderou a criação da plataforma. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, afirmou que o relatório final pode indicar “pelo menos estes três crimes: homicídio culposo, homicídio doloso e crime contra a ordem sanitária”. (Correio Braziliense - Política - 15/05/21; Correio Braziliense - Política - 20/05/21; Correio Braziliense - Política - 21/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 16/05/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 18/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/05/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 15/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/05/21)

### **Ex-ministro das Relações Exteriores culpa general Pazuello por decisões durante pandemia**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em depoimento à CPI da Pandemia de Covid-19, “empurrou a culpa” das decisões em relação a vacinas, insumos, protocolos médicos e negociações com nações estrangeiras, assim como consórcios de vacinas para o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Segundo os periódicos, o ex-chanceler afirmou que foi de Pazuello a decisão de entrar tardiamente na Covax Facility, consórcio da Organização Mundial da Saúde (OMS) para distribuição de vacinas, e a decisão de não realizar um pedido maior, que poderia imunizar até 50% da população. Quanto ao medicamento cloroquina, o ex-ministro afirmou que o Itamaraty agiu apenas para buscar no exterior insumos destinados à produção do remédio, mas que foi o Ministério da Saúde que pediu para viabilizar a importação: “A linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde”, destacou Araújo. Segundo o relator da CPI, senador Renan Calheiros, Araújo “(...) enfatizou que todas as iniciativas da política externa aconteceram em função de decisões e influência do Ministério da Saúde”. Ao dizer isso, ele transfere o ônus da responsabilidade ao ex-ministro Pazuello, diretamente, sem subterfúgios”. (Correio Braziliense – Política - 19/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/05/21)

### **Comissão Parlamentar de Inquérito I: jornais comentam depoimento do general Eduardo Pazuello**

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo criticou o depoimento prestado pelo general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Federal, afirmando que o general “mentiu várias vezes” e “inventou respostas”. O jornal afirmou que Pazuello “ofendeu a inteligência alheia a respeito de diversos outros temas” ligados à sua gestão no Ministério da Saúde, e concluiu que a mentira “é a essência da estratégia bolsonarista”. Citando o próprio general, O Estado afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, “diz o que vem à cabeça”, e que esse comportamento já resultou em quase meio milhão de mortos pela covid-19 até agora. Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, o jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou que Pazuello “candidatou-se a ganhar o Oscar na categoria versões e contradições” ao interpretar o papel do “militar cumpridor de ordens e arrogante”, mas que em dado momento “o general entregou o maior culpado de todos”, quando afirmou que Bolsonaro teria comandado a reunião em que o governo decidiu não intervir na saúde do Amazonas durante a crise pela falta de oxigênio no início de 2021. Segundo o periódico Correio Braziliense, Pazuello será convocado novamente para prestar esclarecimentos à CPI. Por sua vez, Omar Aziz, senador e presidente da CPI, afirmou esperar que Pazuello não tenha um novo habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e acrescentou que se o general mentir novamente “poderá sair de lá algemado”. Além disso, o relator da CPI, senador Renan Calheiros, defendeu a contratação de uma agência de checagem de fatos para que as contradições sejam confrontadas. Ademais, em uma entrevista concedida por Calheiros ao Correio, quando questionado sobre o depoimento de Pazuello, ele disse que “contribuiu muito para a CPI” e afirmou que Pazuello “mentiu compulsivamente” e tentou blindar o presidente da República, Jair Bolsonaro. Além disso, o Correio comentou que dentro da semana do dia 24/05/21, foi a votação de requerimento sobre as quebras de sigilos telefônico e bancário de diversas figuras do atual gabinete de Bolsonaro,

como o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto; o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, tenente-coronel da Força Aérea Marcos Cesar Pontes; e o ministro-chefe da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Em coluna opinativa para a Folha, Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia, avaliou que o depoimento de Pazuello demonstrou sua lealdade ao presidente Bolsonaro, caracterizando como “triste ver um general se prestando a isso”; apontou inverdades ditas pelo ex-ministro para o Senado Federal e relembrou como os generais do Exército seguiam as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em suas tropas - ao contrário do que pregou Bolsonaro para o Brasil - garantindo assim um número baixo de mortes na força. Além disso, na avaliação de Barros, os bolsonaristas celebraram o desempenho de Pazuello na CPI por quererem vê-lo preso, para assim animar o golpismo nas Forças Armadas ou, “se tudo der errado”, ter um “bode expiatório” para que o resto dos apoiadores do presidente saiam ilesos. Por fim, Barros completou com a avaliação de que Pazuello “preferiu ser soldado de Bolsonaro a general do Brasil”. Além disso, em um levantamento publicado pela Folha, concluiu-se que Pazuello foi até então o nome mais citado na CPI ao constar em 24,88% dos comentários sobre o tema; e que o apoio do ex-ministro é ínfimo nas redes sociais, com apenas 5,25% de postagens do dia 21/05/21 sendo favoráveis. De acordo com o Correio, é muito difícil que Pazuello não seja indiciado na CPI. (Correio Braziliense - Política- 23/05/21; Correio Braziliense - Política - 24/05/21; Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 24/05/21; O Estado de S. Paulo - Notas & Informações - 22/05/21)

#### **Comissão Parlamentar de Inquérito II: Mayra Pinheiro desmentiu Pazuello durante seu depoimento à CPI**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, conhecida como “capitã cloroquina”, contradisse o depoimento do general Pazuello à CPI na semana passada sobre o colapso do sistema de saúde de Manaus, no estado do Amazonas. Segundo a médica, o Ministério da Saúde foi informado do problema de abastecimento de oxigênio no dia 08/01/21, e não no dia 10 como afirmou o general. O ministério foi avisado da crise por meio de um e-mail da empresa White Martins que foi repassado pelas autoridades locais para a pasta, alegando que eram necessários “esforços adicionais”. “O ministro teve conhecimento do desabastecimento de oxigênio em Manaus creio que no dia 8 [de janeiro], e ele me perguntou: ‘Mayra, por que você não relatou nenhum problema de escassez de oxigênio?’. Porque não me foi informado”, relatou Mayra. Outra contradição da secretária diz respeito ao aplicativo Tratecov. Ela afirmou à CPI que a ferramenta foi alvo de uma extração de dados, e não um hackeamento, como havia dito Pazuello na semana passada. Segundo O Estado de S. Paulo, o depoimento da médica reforçou a suspeita da comissão de que houve omissão do governo de Jair Bolsonaro no colapso do sistema de saúde do Amazonas. (Correio Braziliense - Política - 26/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 26/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/05/21)

#### **Tenente da Marinha estaria envolvido em mudança da bula da cloroquina**

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o anestesista e tenente-médico Luciano Dias Azevedo, da Marinha, foi apontado como um dos responsáveis dentro do “gabinete paralelo” pela minuta do decreto que mudaria a bula da cloroquina. A aproximação do militar com o presidente da República, Jair Bolsonaro, data desde os primeiros meses de 2020, ainda no início da pandemia de covid-19, defendendo desde o princípio o uso do medicamento no tratamento da doença. Inicialmente, Azevedo trabalhava sob a supervisão de Arthur Weintraub, então assessor especial de Bolsonaro. Em 20/04/20, um projeto foi apresentado em uma reunião com personalidades apoiadoras do tratamento precoce, incluindo o tenente-médico, sobre a mudança da bula da cloroquina. Porém, o pleito foi abandonado após uma negativa vinda do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o contra-almirante Antônio Barras Torres. Mesmo com a derrota, Azevedo continuou auxiliando Weintraub juntamente ao gabinete paralelo, como foi revelado pelo ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, sendo assim caracterizado pelo Correio como “ativo nos bastidores”. Em junho de 2020, “pelos bons serviços”, Azevedo

ganhou um cargo no Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação, então chefiado por Abraham Weintraub, irmão de Arthur. Segundo o jornal, o militar continua mantendo contatos com os irmãos Weintraub e ainda dá consultoria no “gabinete paralelo”, além de defender que os irmãos sucedam Bolsonaro no comando do país eventualmente. (Correio Braziliense - Brasil - 24/05/21)

### **Gestão de Pazuello e Aeronáutica distribuíram kit contra Covid-19 sem eficácia comprovada para comunidades indígenas**

O jornal Folha de S. Paulo informou que ao menos 265 mil comprimidos de cloroquina, azitromicina e ivermectina foram distribuídos para comunidades indígenas em cinco estados brasileiros para tratamento da covid-19 como estratégia do Ministério da Saúde durante a gestão do general Eduardo Pazuello. Embora o general tenha negado durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia que tenha havido a distribuição do kit de “tratamento precoce”, dados do site LocalizaSUS e dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), além de notas de empenho e documentos e registros do próprio Ministério da Saúde contrariam as informações de Pazuello. A Folha destacou que uma parte das distribuições foi executada pela Aeronáutica, mas a Força Aérea mantém ocultos os destinos do fármaco. (Folha de S. Paulo - Saúde - 25/05/21)

### **Governo federal exonerou coronel do Ministério da Saúde**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o coronel do Exército George da Silva Divério foi exonerado pelo governo federal do cargo de Superintendente Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Em novembro de 2020, Divério assinou contratos de R\$ 29 milhões com duas empresas, sem licitação, para realizar reformas em prédios da pasta no estado. A licitação foi dispensada devido a declaração de urgência das obras, no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) não constatou razão para a dispensa da licitação. Divério foi nomeado em junho de 2020 pelo então Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Uma vez que se trata de cargo de Direção e Assessoramento Superior 5 (DAS 5), a exoneração do coronel foi assinada pela Casa Civil da Presidência. (Correio Braziliense - Brasil - 27/05/21)

## JUNHO

### **Exército gasta mais de R\$1 milhão com produção de cloroquina**

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, em 2020, foram gastos R\$1,14 milhão pelo Exército Brasileiro para produzir 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina. O medicamento não possui eficácia comprovada contra a covid-19, mas foi utilizado como “tratamento precoce”, argumento utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro, que apostou na cloroquina para enfrentar a pandemia. A cloroquina é indicada para o tratamento de lúpus, malária e artrite reumatoide, e após testes realizados em 2020 a pedido da Organização Mundial da Saúde (OMS), o medicamento foi considerado ineficaz contra o novo coronavírus e pode causar efeitos colaterais adversos, como a arritmia cardíaca. De acordo com o jornal, os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, ex-ministros da Saúde, foram demitidos após se negarem a recomendar o uso da cloroquina contra a covid-19 na rede pública de saúde; no entanto, após a nomeação do general Eduard Pazuello, a pasta divulgou uma orientação sobre o uso do medicamento, com a possibilidade de os médicos prescreverem a substância a todos os pacientes com covid-19. O grande aumento na produção da substância é o foco de um processo no Tribunal de Contas da União (TCU), que também questiona os critérios para a distribuição de cloroquina, e se existia algum “contrato prévio” com secretarias dos estados e municípios para saber se havia demanda. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/06/21)

### **CPI da Covid continua refletindo em militares**

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o senador Alessandro Vieira apresentou requerimentos para a quebra de sigilos telefônico, bancário, fiscal e telemático de diversas figuras em prol das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Dentre as figuras listadas está o ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello. Sobre os



requerimentos de presença, deverá ser votada a convocação do anestesista e tenente da Marinha Luciano Dias Azevedo, um dos principais defensores do uso da cloroquina contra Covid-19. Ele já foi citado no depoimento do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta como presente em reunião que tentou modificar a bula do medicamento. (Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

### **Força Aérea Brasileira transporta pacientes em estado grave do Mato Grosso do Sul para São Paulo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o estado do Mato Grosso do Sul está em ocupação máxima de leitos e, por isso, foi realizado no dia 06/06/21 o transporte de cinco pacientes em estado grave para hospitais na cidade de São Paulo em avião Força Aérea Brasileira (FAB). A aeronave desembarcou no aeroporto de Congonhas e, de acordo com a secretaria estadual de Saúde de São Paulo, os pacientes foram enviados para hospitais de referência em tratamento de casos graves, sendo internados em leitos de terapia intensiva. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 07/06/21)

### **Tenente-coronel defensor da cloroquina foi exonerado do Ministério da Saúde**

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o ministro da Saúde, Marcelo Quiroga, exonerou o tenente-coronel do Exército Ângelo Martins Denicoli, nomeado diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2020 pelo então ministro, general Eduardo Pazuello. Denicoli é um dos defensores do uso da cloroquina no tratamento contra a covid-19. O Correio lembrou que o tenente-coronel criticou a Organização Mundial da Saúde (OMS), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e governadores em suas redes sociais. (Correio Braziliense - Brasil - 08/06/21)

### **Pazuello e Exército foram avisados sobre colapso em escritórios do governador do Amazonas**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e o comando do Exército na Amazônia ignoraram pedidos em escritórios do governador do Amazonas, Wilson Lima, cinco dias antes do colapso de oxigênio no estado. O inquérito sigiloso da Polícia Federal, que investiga supostos crimes do Pazuello, reuniu evidências de que o ex-ministro e o Exército foram avisados sobre a "iminência de esgotamento" de oxigênio em Manaus em janeiro, previamente ao colapso do sistema de saúde. Segundo a Folha, um ofício assinado pelo governador foi enviado a Pazuello em 09/01/21, apontando um "súbito aumento no consumo" do insumo. O documento alerta para a "iminência de esgotamento" e para a "necessidade de resguardar a vida dos pacientes" no estado. No mesmo dia, Lima enviou ofício similar ao comandante militar da Amazônia. (Folha de S. Paulo - Saúde - 09/06/21)

### **Em depoimento à CPI da Covid, coronel Élcio Franco buscou justificar a lentidão por vacina**

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, em seu depoimento à CPI da Covid-19, o coronel Élcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, admitiu que o tratamento precoce foi utilizado pelo governo federal como estratégia principal para enfrentar a pandemia. Atualmente assessor da Casa Civil, Franco replicou as versões dadas pelo general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, para justificar a lentidão no processo de compra das vacinas. Franco responsabilizou a legislação brasileira e o atraso na produção dos imunizantes. O ex-secretário-executivo assegurou que a gestão Pazuello defendeu o "tratamento precoce", contudo, evitou responder se o ministério da Saúde respaldava o uso da hidroxicloroquina. O coronel do Exército alegou que em sua gestão não houve aquisição do medicamento, mas segundo informações obtidas pelo jornal 2 milhões dos 3 milhões de comprimidos de cloroquina produzidos pela Fiocruz para o combate à malária foram designados para o programa da Covid-19. Em resposta ao questionamento do relator Renan Calheiros quanto ao atraso na aquisição de doses da vacina Coronavac, Franco culpou a legislação brasileira e apontou incertezas quanto à eficácia do imunizante. O coronel refutou que houve "incompetência e ineficiência" do ministério da Saúde durante o processo de compra da vacina da Pfizer, argumentando que algumas correspondências citadas pelo senador Randolfe Rodrigues na CPI eram e-mails

repetidos e respostas de demandas da pasta. O ex-secretário-executivo afirmou desconhecer a existência de um gabinete paralelo fora da estrutura do ministério da Saúde e sinalizou que alguns municípios podem ter apontado de forma indevida casos de infecções da Covid-19 com o intuito de receber repasses federais (Folha de S. Paulo - Poder - 10/06/2021)

### **Em comemoração à data magna, almirante destacou contribuição da Marinha à Operação Covid-19**

Em celebração à data magna da Marinha – 11 de junho –, o periódico O Estado de S. Paulo publicou coluna opinativa escrita pelo almirante de esquadra Almir Garnier Santos, que enfatizou o trabalho desenvolvido pela Força durante a pandemia. Operação Covid-19, a Força Naval é incumbida de dois comandos conjuntos ativados pelo ministério da Defesa e seu trabalho inclui a desinfecção e descontaminação de locais com grande circulação, a fabricação de respiradores em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), a fabricação de máscaras, o transporte de oxigênio, medicamentos e insumos hospitalares. Além disso, a Marinha atuou na realização de cursos de capacitação para profissionais da saúde de hospitais civis, no apoio à vacinação e na inspeção em meios navais. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 10/06/2021)

### **Supremo Tribunal Federal mantém quebra de sigilo de Pazuello por considerá-lo personagem essencial na CPI da covid-19**

Segundo o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski negou no dia 12/06/2021 pedidos de suspensão da quebra de sigilo telefônico e telemático de alguns investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, que busca entender os responsáveis pelo agravamento da covid-19 no país. Entre os pedidos, está o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Ainda de acordo com o jornal, Lewandowski afirmou que a quebra do sigilo não é uma medida abusiva nem ilegal, e que Pazuello na CPI "é personagem essencial para o deslinde de todos os fatos que são objeto de investigação". (Correio Braziliense - Política - 13/06/21)

### **CPI continua apurações sobre a gestão de Pazuello no Ministério da Saúde**

Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 apurou que durante a gestão do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, a quarentena no país foi praticamente encerrada pelo órgão federal. Segundo documentos enviados pelo próprio militar, os integrantes do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), chefiados na época pelo coronel da reserva Élcio Franco, decidiram em uma reunião em agosto de 2020 que os conceitos de quarentena e auto isolamento não poderiam mais ser usados em documentos técnicos. De acordo com o periódico Correio Braziliense, em depoimento para CPI, o ex-secretário da Saúde do Amazonas, Marcellus Campêlo, contradisse Pazuello ao afirmar que o governo amazonense teria avisado o Ministério da Saúde acerca do risco da falta de oxigênio em Manaus em 07/01/2021, três dias antes do que o declarado pelo general. Segundo o jornal, Pazuello afirmou à CPI que só teve ciência do que estava ocorrendo em Manaus dia 10/01/2021. No entanto, o general mudou seu discurso quando um documento comprovou uma ligação, feita ao ministro, no dia 07/01/2021, alertando sobre a necessidade de apoio logístico para o transporte de oxigênio de Belém para Manaus. Segundo o Correio e O Estado de S. Paulo, a cronologia foi aspecto fortemente ressaltado durante o depoimento de Campêlo, uma vez que os dados apresentados por ele estavam em desacordo com o declarado pelo general: além da notificação do dia 07/01/2021, no dia 09/01/2021 realizou-se um segundo pedido em relação à logística do transporte, do qual Campêlo disse não ter conhecimento sobre uma resposta. Por outro lado, para a Folha de S. Paulo, o que os dois outros periódicos avaliaram como uma discordância cronológica não configura uma contradição entre os depoentes, e sim uma "confirmação parcial", por parte do ex-secretário, da versão dada por Pazuello. Para a Folha, o ex-ministro, em seu depoimento, teria dito que havia conversado com Campêlo na noite do dia 07/01/2021, mas o assunto era apenas de "auxílio logístico para o transporte" - como dito pelo secretário - e não sobre um "colapso de oxigênio", problema do qual só teria conhecimento três dias

depois. Mesmo que tenha concordado com Pazuello sobre as datas, a Folha ressaltou a discordância na afirmação de Campêlo sobre a ausência da resposta por parte do Ministério da Saúde dos pedidos de auxílio. Ainda sim, o entendimento dos senadores é de que há uma contradição nas datas apresentadas, afirmou o periódico. Por fim, o jornal destacou a fala do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que apontou que documentos recolhidos pela CPI indicam que “seis meses antes do colapso do fornecimento de oxigênio já havia indícios do problema”. Segundo a Folha, dois documentos sigilosos enviados à CPI comprovam que sob o comando de Pazuello, o Ministério da Saúde projetava, em novembro de 2020, que 50% da população brasileira estaria vacinada até julho de 2021, possibilitando assim a retomada das atividades a partir daquele momento, inclusive apontando que o Brasil poderia auxiliar na imunização de países vizinhos. Entretanto, até junho de 2021, somente 11,4% da população recebeu as duas doses da vacina. (Correio Braziliense - Política - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 18/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/06/21)

### **Vacinação de contingente do Exército indica calendário prioritário para militares**

De acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, o Exército convocou militares da ativa com até 43 anos de idade para se vacinar contra a covid-19. No Distrito Federal (DF), no entanto, a faixa etária convocada ainda está entre indivíduos de 50 a 59 anos, em virtude da falta de doses. Esse avanço do calendário no Exército, apontou a Folha, pode contrariar notas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde, que guiam a vacinação no país. O Ministério, em resposta a questionamentos do jornal, afirmou que o envio antecipado de doses se destina a trabalhadores que “atuam no atendimento ou transporte de pacientes, no resgate ou atendimento pré-hospitalar, em ações de vacinação e em ações de implantação e monitoramento de medidas de distanciamento social”. A Secretaria da Saúde, por sua vez, ressaltou que o Ministério da Saúde atribuiu às Forças Armadas a classificação “prioritária” para a vacinação, e não respondeu sobre as doses distribuídas pelo Exército. (Folha de S. Paulo - Saúde - 16/06/21)

### **General Pazuello passou a ser investigado pela CPI da Pandemia**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, encaminhou no dia 18/06/2021 um ofício para o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM) listando 14 pessoas que passarão oficialmente à condição de investigados pela comissão, dentre elas o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, Pazuello é acusado de negligenciar vacinação e de omissão na crise sanitária em Manaus. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/06/21)

### **CPI da Pandemia apura envolvimento de militares em processo irregular de compra de vacinas**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a cúpula responsável pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia pretende solicitar a presença do tenente-coronel Alex Lial Marinho, apontado como “autor de pressão sobre um servidor do Ministério da Saúde”, com a intenção de obter a liberação de importação da vacina Covaxin rapidamente. O militar chegou ao cargo de coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos em junho de 2020, ainda com o general da ativa Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde. De acordo com a Folha, as 20 milhões de doses da Covaxin foram as mais caras obtidas durante a gestão de Pazuello, custando US\$15 cada uma, e o fechamento ‘ágil’ das negociações chamou atenção. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues, a terceira fase da CPI irá investigar a cumplicidade entre “agentes privados e agentes públicos para a aquisição de vacinas e para beneficiar empresas produtoras de hidroxicloroquina”. Ao serem questionados a respeito da menção ao tenente-coronel, o Centro de Comunicação Social do Exército não respondeu à Folha. No dia 24/06/2021, os senadores da comissão aprovaram o requerimento de convocação de Lial Marinho, assim como a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do tenente-coronel. Ainda de acordo com a Folha, o presidente Jair Bolsonaro foi alertado pelo deputado federal Luís Miranda acerca das possíveis irregularidades na compra da vacina Covaxin. De acordo com Miranda, Bolsonaro havia se comprometido a abrir um inquérito na Polícia Federal, mas não

recebeu retorno. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, Luis Ricardo Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, afirmou ter sofrido pressões de seus superiores para agilizar a importação da Covaxin, advindas do diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, e de dois militares: o coronel Marcelo Pires, ex-diretor de Programa do Ministério da Saúde, e o tenente-coronel Alex Lial Marinho. O Estado também relatou que o ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e coronel da reserva, Elcio Franco, determinou, por meio de ofício, que ficassem a cargo dele as negociações das vacinas contra a covid-19, um mês antes da compra da Covaxin. O coronel foi exonerado do Ministério três dias após a nomeação de Marcelo Queiroga como ministro da Saúde, e, atualmente, atua como assessor especial da Casa Civil. O diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, informou a interlocutores que todos os trâmites relativos à negociação da vacina Covaxin ficaram sob tutela dos militares determinados por Pazuello. Anteriormente, Dias assinou um contrato de compra de insumos para testes de covid-19 suspeito de irregularidades, mas negou as acusações de ter favorecido empresas. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 23/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 24/06/21; O Estado de S. Paulo – Política – 24/06/21)

### **Na cidade de São Paulo, Exército é acionado para auxiliar na distribuição de vacinas**

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, no dia 24/06/2021, o Exército foi acionado pela Prefeitura de São Paulo para auxiliar na operação de distribuição de 120 mil doses de vacinas contra a covid-19. Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, os efetivos do 8º Batalhão de Polícia do Exército e da Guarda Civil Metropolitana foram empregados a fim de agilizar o trânsito da cidade para que as doses recebidas na manhã do dia 24/06 fossem transportadas rapidamente para os diferentes postos de vacinação da capital paulista. O Comando Militar do Sudeste informou que a operação foi composta por 14 homens. O prefeito da cidade, Ricardo Nunes, salientou que está buscando o apoio de todos os setores para garantir a vacinação. (Folha de S. Paulo – Saúde – 25/06/21)

JULHO

### **CPI da Covid-19: depoimentos apontaram envolvimento de militares que atuavam no Ministério da Saúde com esquema irregular de compra de vacinas**

No fluxograma feito pelo periódico Folha de S. Paulo para explicar o caso de suspeita de compra irregular de vacinas Covaxin, Alex Lial Marinho, tenente-coronel do Exército, que foi coordenador-geral de logística de insumos estratégicos para saúde, aparece como parte da pressão atípica feita para a compra da vacina, segundo depoimento do servidor público do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda. Ainda segundo o jornal, Marinho fazia parte do grupo próximo do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, por quem foi diretamente indicado ao cargo, deixando o ministério em 08/06/21. Em coluna opinativa, Jânio de Freitas comentou o caso, citando o general Pazuello e os coronéis Alex Lial Marinho, Elcio Franco e Bento Pires por participarem do que o autor chamou de 'grosso rolo' - em relação à atividade de apressar as vacinas Covaxin. Em reportagem, a Folha apontou a estratégia do Palácio do Planalto de demonstrar que o presidente Jair Bolsonaro não ignorou as denúncias feitas sobre irregularidades na compra da vacina Covaxin, ao afirmar que Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, até então sob o comando de Pazuello, teria apurado as denúncias e concluído que não havia irregularidades no contrato, como teria dito Luis Ricardo em seu depoimento sigiloso. O caso se tornou prioridade da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19, que constatou que não houve solicitações sobre o assunto para a Polícia Federal, afirmou a Folha. O mesmo jornal informou que Marcelo Blanco, tenente-coronel do Exército, foi convocado para depor na CPI. Blanco foi assessor no departamento de logística do Ministério da Saúde e teve seu nome citado por depoente da CPI como testemunha de uma reunião em que houve solicitação de propina para a compra de vacinas da AstraZeneca. Outro militar envolvido, conforme relataram os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, foi o coronel Alexandre Martinelli. Em depoimento à CPI no dia 01/07/21, Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se identificou como representante da Davati Medical Supply, também apontou Martinelli como participante do jantar do dia 25/02/21, quando houve pedido de propina. A Folha relatou que o reconhecimento de Martinelli ocorreu por meio de uma fotografia apresentada ao depoente pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Dominguetti titubeou, mas confirmou reconhecer o coronel. O jornal ainda informou que o coronel negou ter estado no restaurante e disse que irá processar Domingueti e os integrantes da CPI por danos à sua imagem. O Estado destacou que Domingueti, policial militar, chegou ao governo através de oficial da reserva do Exército que integra a “Abin paralela”, equipe de informantes mantida pelo presidente Jair Bolsonaro, que afirma conservar o grupo para não depender dos órgãos oficiais de informação. O jornal também pontuou que a empresa Davati Medical Supply negou que Domingueti seja seu representante no Brasil, e alegou ter incluído o nome dele na oferta que fez ao governo brasileiro “a pedido”, sem informar quem fez a solicitação. (Correio Braziliense - Política - 02/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/2021)

### **A saga de Pazuello continua: Comando do Exército se manifesta contra a quebra de sigilo do processo que investigou o general**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, diante o pedido de Carmen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), o Comando do Exército se posicionou contrário à divulgação do processo administrativo que investigou o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por ter se manifestado politicamente em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, em um passeio de motocicleta no Rio de Janeiro. Conforme O Estado, após a repercussão da decisão do Exército de não punir Pazuello, um documento de doze páginas foi divulgado em nome do Comando do Exército sobre o caso e enviado ao STF para criticar o pedido feito por Carmen Lúcia, que havia dado cinco dias para que o Ministério da Defesa impusesse quebra do sigilo dos documentos internos da instituição sobre o ocorrido. O Comando, para quem a Defesa direcionou a requisição, alegou que o caso não é de “interesse público” e por isso não deveria ser divulgado. De acordo com o Estado, “a assessoria jurídica militar sustenta que o procedimento tem caráter ‘personalíssimo’ e, por isso, deve ser mantido em sigilo”. Além disso, no documento, o Comando do Exército defende que o pedido de divulgação que foi feito pela oposição tem viés político. E, ao final do documento, relembra que o sigilo da instituição é de cem anos para dados pessoais dos membros, afirmando que a abertura do processo poderia criar condições para a insubordinação das tropas. O Correio apontou que os militares alegaram que o episódio não está relacionado à gestão de Pazuello no Ministério da Saúde, por isso, a publicização do processo tornaria a instituição “vulnerável a qualquer interferência política externa, fragilizando a liderança da autoridade constituída” (Correio Braziliense - Política - 29/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/06/21)

### **CPI da Covid-19 continuou repercutindo para os militares no governo Bolsonaro**

De acordo com reportagens e colunistas, as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid constataram a presença de militares em casos irregulares de compra de vacinas. Em um remonte, o jornal Folha de S. Paulo lembrou o que já foi descoberto e trabalhado pela CPI: a respeito dos militares envolvidos nas investigações, o periódico ressaltou primeiramente o caso do tenente-coronel Alex Lial Marinho que, após denúncias de indícios de irregularidades na compra da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde, foi convocado para depor na CPI. Tal movimentação se deveu à suspeita dos senadores de que Marinho é um dos nomes por trás da pressão havida no governo em prol da compra da Covaxin. Consonantemente a isso, os sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do militar foram quebrados. Ademais, a Folha também ressaltou que, em face a tais suspeitas de corrupção no governo do presidente Jair Bolsonaro, o mandatário teria escalado o assessor especial da Casa Civil e também investigado pela CPI, coronel Elcio Franco, “para a defesa do presidente”. A defesa do governo Bolsonaro diz que o então ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, teria movimentado Franco para investigar as irregularidades quando o presidente foi informado dos indícios, mas que nada concreto foi encontrado. Outrossim, outra figura central nos desdobramentos da CPI para os militares foi o representante da empresa Davati Medical Supply, Luiz Paulo Domingueti, cujo depoimento denunciou um jantar ocorrido no dia 25/02/2021 onde teriam havidos pedidos de propina na compra do imunizante AstraZeneca, contando com a presença do coronel Alexandre Martinelli. Por outro lado, ao Painel da Folha, o militar negou ter participado do



evento, além de declarar a pretensão de ir à Justiça para combater a menção de seu nome no depoimento. Além de Martinelli, outro militar referido como participante do jantar é o tenente-coronel Marcelo Blanco, ex-diretor substituto de logística da Saúde, que afirmou pedido de propina por parte de Dias. O coronel se apresentou como representante da Davati em troca de mensagens com Cristiano Carvalho, intermediando negociações. Nesse sentido, em coluna opinativa à Folha, o jornalista Jânio de Freitas sustentou que, frente às revelações feitas pela CPI, os “militares que forçaram o resultado eleitoral e os do governo já podem iniciar a contabilidade do que o Exército não ganhou”. O envolvimento de um general, um tenente-coronel e dois coronéis no caso da Covaxin apenas apontaram mais perdas provocadas pela presença de militares no governo e que, segundo Freitas, não terminaram: “há mais [militares com condutas culposas] no Ministério da Saúde”. Também em coluna à Folha, Elio Gaspari usou a ligação de militares ao caso da Covaxin como justificativa de sua compreensão de que o discurso da “nova política” de Bolsonaro se revelou, ao cabo de dois anos, “algo muito pior”. Por fim, segundo o periódico O Estado de S. Paulo, as investigações conduzidas pela CPI da Covid mostraram não só o envolvimento, mas o consentimento de militares no esquema da vacina indiana Covaxin, afinal oficiais não apenas participaram de negociações para compra de vacinas, como também apoiaram indicados a pastas orçamentárias suspeitas de irregularidades e fraudes. O Correio Braziliense afirmou que os senadores da CPI da Covid apuram a suspeita de que havia uma disputa por espaço dentro do Ministério da Saúde entre militares e partidos do Centrão no âmbito das negociações de vacinas. Segundo o senador Alessandro Vieira afirmou que “existe uma disputa de grupos na Saúde”, o “Centrão de farda e o Centrão sem farda”, afirmou ao Correio. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, afirmou que há “uma espécie de concorrência entre grupos de militares que vieram para o Ministério da Saúde e um antigo grupo que estava na pasta”. Ao ser questionado se já é possível identificar qual grupo tem mais culpa, o senador respondeu que houve “coalizão de interesses ocultos e corruptos”. (Correio Braziliense - Política - 07/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 04/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 05/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/07/21)

### **Procuradores enviam ação contra Eduardo Pazuello, acusando-o de improbidade administrativa**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, oito procuradores do Ministério Público Federal (MPF) entraram com uma ação no dia 30/06/2021 na Justiça Federal contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Os magistrados afirmaram que o militar cometeu improbidade administrativa enquanto chefiava a pasta da Saúde, referindo-se a um atraso deliberado da entrega de vacinas, à adoção do chamado “kit covid”, à falta de ação do Ministério da Saúde e à ações que visavam dificultar o acesso da população à informações sobre a pandemia. Tal postura teria causado “danos ao patrimônio público” e violava os “princípios da administração”. Ademais, os procuradores do MPF pediram que Pazuello pague uma multa de até R\$244 milhões - visto que os prejuízos ao erário foram de R\$122 milhões e a ação pede uma multa de duas vezes o valor -, além de afirmarem na ação que o militar “precisa ser responsabilizado”, ter seus direitos políticos suspensos, “perder qualquer função pública” que atualmente ocupe e a possibilidade de fazer contratos com o poder público no futuro. A Folha e o Estado ressaltaram que essa é a segunda ação de improbidade administrativa que Pazuello sofre. Atualmente, a ação está na 20ª Vara Federal, cabendo a ela dar ou não início ao processo contra o general. Ademais, o valor de R\$122 milhões levou em conta o que foi gasto tanto pelo Exército na produção e distribuição de cloroquina quanto na compra do medicamento e em sua publicização. Em coluna opinativa da Folha, o jornalista e escritor Alvaro Costa e Silva, destaca sarcasticamente a agilidade logística de Pazuello, que “precisou de apenas algumas horas para investigar a suspeita envolvendo a compra da vacina Covaxin”, recebendo como prêmio por seu ‘trabalho com prontidão’, sua exoneração no dia 23. (Correio Braziliense - Política - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 05/07/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

### **Segundo jornal, coronel Élcio Franco tem envolvimento em negociações sobre a Covaxin**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o coronel do Exército Élcio Franco, caracterizado como o “número 2” do Ministério da Saúde, teria envolvimento com as negociações da compra da vacina Covaxin entre a pasta e a companhia indiana Bharat Biotech. Primeiramente, o jornal começa discorrendo sobre como o governo do presidente da República Jair Bolsonaro acabou fechando um acordo sobre a Covaxin com um preço 50% mais caro - de US\$10 a US\$15 por dose - que a oferta inicial. Segundo documentos acessados pelo Estado, tal aumento de preço ocorreu ao longo das negociações, sendo esse o momento que está sendo investigado por suspeitas de corrupção. Na primeira reunião, sendo ela comandada por Franco no dia 20/11/20, o valor informado foi de US\$10 por dose com possibilidade do preço baixar dependendo do volume da compra. Três meses depois, o valor fechado era R\$ 538 milhões mais caro que se fosse feito em novembro. A compra fechada pelo Brasil teve uma empresa intermediária, a Precisa Medicamentos, sendo feita de forma rápida comparada a compra de outros imunizantes. A primeira vez que a vacina da Covaxin é oferecida a US\$15 por dose foi em um e-mail entre o diretor executivo da Bharat Biotech e o Franco no dia 12/01/21, não havendo questionamentos sobre a alta do preço. Tal ausência de negociação foi apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como uma “possível impropriedade” na contratação. Ademais, em uma reunião no dia 05/02/21, 20 dias antes da assinatura do contrato sobre a Covaxin, o valor de US\$15 por dose também foi citado. Nessa reunião, haviam apenas representantes da Precisa e do Ministério da Saúde, incluindo o tenente-coronel Alex Lial Marinho, ex-coordenador-geral de aquisições de insumos estratégicos para saúde do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. O militar já foi citado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no depoimento de Luis Ricardo Miranda como alguém que tinha feito pressão pela aquisição do imunizante indiano. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

### **Recursos extraordinários destinados ao combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa**

O jornal O Estado de S. Paulo reportou que recursos extraordinários destinados ao SUS no combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa, afirmou relatório da procuradora Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas de São Paulo. O levantamento foi passado à CPI da Covid. O relatório da procuradora mostrou que, dos recursos extraordinários desembolsados ano passado pela União para o combate à covid, a Defesa ficou com R\$ 435,5 milhões. Ao todo estavam previstos cerca de R\$ 715 bilhões pelo governo para o combate da pandemia, conforme dados do Monitoramento dos Gastos da União com Combate à Covid-19, do Tesouro Nacional. Segundo a procuradora, desse dinheiro que deveria ter ido ao SUS, o Ministério da Defesa gastou R\$ 58 mil com material odontológico, R\$ 5,99 milhões com energia elétrica, água e esgoto, gás e serviços domésticos. Também há gastos com R\$ 25,5 mil com material de coudelaria ou de uso zootécnico, R\$ 1 milhão com uniformes e R\$ 225,9 mil com material de cama, mesa e banho e R\$ 6,2 milhões com a manutenção e a conservação de bens imóveis. “É preciso que a CPI da Pandemia, o MPF (Ministério Público Federal), o TCU (Tribunal de Contas da União) e o CNS (Conselho Nacional de Saúde) apurem, mais detidamente, a motivação e a finalidade de várias despesas oriundas de recursos do Fundo Nacional de Saúde realizadas por diversos órgãos militares”, escreveu Élide em seu relatório. (O Estado de S. Paulo - Política - 07/07/21)

### **Cenário de tensão entre militares e o presidente da CPI**

Conforme o periódico Correio Braziliense, o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), tece críticas às Forças Armadas e encoleriza os militares. Segundo Aziz, a reação dos militares perante a sua fala foi uma forma de intimidar o Senado, e expectava um posicionamento intrêmulo dos colegas. A tensão entre o parlamentar e as Forças Armadas sucedeu-se após comentário de Aziz na sessão da CPI, onde acusou “membros podres” das Forças Armadas de estarem envolvidos em irregularidades dentro do governo. O comentário referia-se aos egressos da caserna que estariam envolvidos nas negociações de compra da vacina contra o novo coronavírus. Diante da declaração do senador, o Ministério da Defesa emitiu uma nota de

repúdio rebatendo Aziz e categorizando suas falas como “levianas”. A nota foi assinada pelo ministro da pasta, Walter Braga Netto, e pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Segundo o mesmo periódico, a nota foi emitida na tentativa de intimidar a comissão, e atribuiu ao parlamentar acusações que não foram feitas. De acordo com o colunista do jornal *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azevedo, a contra informação vem sendo utilizada como estratégia pelo governo na comissão de inquérito, similar às táticas aplicadas pelos militares em tempos de guerra. Segundo o *Correio Braziliense*, um dia antes da emissão da nota, o presidente Jair Bolsonaro se encontrou com os comandantes das Forças Armadas e outras figuras importantes do governo, como o ministro da Defesa, Braga Netto, e o advogado-geral da União, André Mendonça. A pauta da reunião girou em torno de um balanço dos 30 meses de governo, mas também se tratou sobre os protestos recentes e o alinhamento político dos militares. Em consonância com o periódico *Folha de S. Paulo*, a nota de repúdio emitida pelo Ministério da Defesa foi compartilhada nas redes sociais do presidente da república Jair Bolsonaro (sem partido). Nesta quarta-feira, Roberto Ferreira Dias, ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, depôs na CPI da covid. A sessão encerrou após Aziz determinar a prisão do depoente, de acordo com o presidente da CPI, Dias mentiu em inúmeros pontos em sua fala. Seguidamente à reação da Defesa, políticos da oposição tacharam a resposta como excessiva, Randolfe Rodrigues (REDE-AP), vice-presidente da CPI, criticou a nota e defendeu Aziz. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) acionou a advocacia do Senado para que Braga Netto fizesse explicações sobre a nota, e ameaçou entrar com uma representação contra o Ministro da Defesa caso a ofensiva contra o Senado continuasse. Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo, atestou que a nota objetivou defender a Constituição, enquanto as declarações de Aziz atropelaram a Constituição Federal ao fazer declarações precipitadas. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a declaração de Aziz irritou os governistas, o senador Marcos do Val (Podemos-ES), alegou que o presidente da comissão de inquérito se desfez das Forças Armadas. Em resposta, Aziz declarou que nos relatos dos depoentes, geralmente tem alguém das Forças Armadas, o que é prejudicial para o Brasil. Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um dia após o atrito ocorrido, as reações dos políticos se demonstraram de modo a apaziguar os ânimos, mas sem esconder o descontentamento com a nota das Forças Armadas. Omar Aziz ressaltou que a nota foi desproporcional à sua fala, que segundo ele, se referia a indivíduos e não às instituições militares. Acrescentou, ainda, que não seria intimidado pela resposta das Forças Armadas, que, como Aziz aponta, demonstra que as descobertas da CPI têm aborrecido algumas pessoas. Além das críticas, políticos como Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros (MDB-AL) reafirmaram a importância do papel desempenhado pelas Forças Armadas e da independência das instituições. Após conversas com o ministro da Defesa, Braga Netto, e o comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), empenhou-se em atenuar a situação. Segundo Pacheco, a posição de ambos visou esclarecer que a nota não representou um ataque ao Senado Federal, como instituição. Pacheco declarou que o episódio foi “um mal-entendido” que já foi superado, mas alertou, “Não se pode fazer de uma fala uma crise institucional, como não se pode fazer de uma nota uma crise institucional”. (*Correio Braziliense* - Política - 08/07/2021; *Correio Braziliense* - Política - 08/07/2021; *Correio Braziliense* - Política - 09/07/2021; *Correio Braziliense* - Política - 09/07/2021; *Folha de S. Paulo* - Poder - 08/07/2021; *Folha de S. Paulo* - Poder - 09/07/2021; *Folha de S. Paulo* - Ilustrada - 09/07/2021; *O Estado de S. Paulo* - Poder - 08/07/2021; *O Estado de S. Paulo* - Política - 09/07/2021)

### **CPI da covid tem diferentes militares sob suspeita de atividades ilegais**

Em vista do recente atrito entre Senado e Forças Armadas, evidenciado pela declaração do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), na qual ele critica o crescente número de militares envolvidos com possíveis esquemas de corrupção, e da subsequente nota de repúdio publicada pelo Ministério da Defesa, uma reportagem da *Folha de S. Paulo* listou os principais nomes de militares e ex-militares que se encontram na mira da CPI da Covid. Na lista se encontram nomes como: Eduardo Pazuello, suspeito de ter agravado a pandemia devido à ineficiência de seu comando do Ministério da Saúde; Elcio

Franco, braço direito de Pazuello, investigado pelo atraso na aquisição de vacinas; Marcelo Blanco da Costa, suspeito de ter participado de esquema de propinas na compra de vacinas; Bento Pires, apontado como um dos responsáveis por apressar a liberação de documentos para a importação das vacinas Covaxin, processo hoje investigado pela CPI; Alex Lial Marinho, suspeito de ter apressado a importação da Covaxin, apesar da falta de documentos; e por último, Roberto Dias, acusado de cobrar propina por dose de vacina Astrazeneca. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/07/2021)

### **Colunistas ponderam sobre o papel de Bolsonaro na crise entre Senado e Forças Armadas**

Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, a jornalista, comentarista e escritora Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenta aproximar as forças armadas de si a fim de compensar a queda em popularidade e o barulho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Segundo ela, a nota expedida pelo Ministério da Defesa contra as declarações do presidente da CPI, Omar Aziz, possui tom de intimidação e foi combinada previamente com Bolsonaro. Desse modo, a jornalista argumenta que o único beneficiário de uma crise entre as Forças Armadas e o Poder Legislativo seria Bolsonaro. Em coluna para o Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo observa que as recentes declarações de Jair Bolsonaro estão em consonância com a crise entre o Senado e as Forças Armadas. Na quinta-feira, dia 08/07/2021, Bolsonaro declarou que "Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições". Segundo Luiz Carlos Azedo, essa fala do presidente, que faz parte de sua campanha contra as urnas eletrônicas, demonstra intenção de impugnar as eleições caso venha a perdê-las. Para o jornalista, a forte presença militar no governo, as declarações de Bolsonaro e a nota emitida pelo ministério da Defesa não podem ser analisadas separadamente. Segundo Azedo, na eleição de 2022 também está em jogo o projeto de poder das Forças Armadas e a permanência de militares em cargos estratégicos. Azedo denota que, ao se cercar de militares, Bolsonaro demonstra "uma estratégia de cooptação política de oficiais de alta patente com propósitos claramente golpistas". (Correio Braziliense - Política - 08/07/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 09/07/2021)

### **Presidente do Senado quer ligar para comandantes das Forças Armadas**

Conforme o periódico Correio Braziliense, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que "não enviaremos 50 notas" à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, em referência ao documento assinado pelo Ministro da Defesa em conjunto com os chefes das três forças em 07/07/21, que afirmava que o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), atacara os militares "de forma vil e leviana". O comandante da Aeronáutica disse que as falas de Aziz foram ofensivas e prematuras, e que "fazer julgamentos de oficiais é muito desagradável e não podemos aceitar". Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a entrevista do comandante da Aeronáutica não agradou parlamentares nem da base do governo, nem da oposição. Para o jornal, as falas de Baptista, após a divulgação da nota assinada, demonstraram um alerta às instituições. Ainda segundo o periódico, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados e aliado de Bolsonaro, em suas redes sociais, posicionou-se contrário à manifestação política de comandantes militares, a que chamou de "oportunismo", e afirmou ter compromisso com a democracia, com reformas, com a harmonia e a governabilidade. A Folha assinalou que Lira possui mais cem pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro arquivados. Segundo o Correio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-GO), afirmou que o atrito entre as Forças Armadas e a CPI estava superado; porém, declarou que o Congresso Nacional não aceitará qualquer intimidação contra as prerrogativas parlamentares. Pacheco afirmou que desejava telefonar para os comandantes das três forças, como já havia feito no dia 08/07/21 em conversa com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto. O Estado afirmou que Pacheco decidiu prorrogar por 90 dias os trabalhos da CPI da covid-19. Segundo o periódico, a atitude teve como objetivo "desgastar mais o governo" e impôs mais uma "derrota" a Bolsonaro. A Folha apontou que o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) protocolou uma ação no Ministério Público Militar denunciando a postura do comandante da Aeronáutica, cujas falas "configuram

transgressão disciplinar” pelo conteúdo político e de ameaça a outro Poder. (Correio Braziliense – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 11/07/21; Folha de S. Paulo – Poder – 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/07/21)

### **CPI da covid-19 II: atritos envolvendo as Forças Armadas**

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo abordaram os atritos entre senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e as Forças Armadas, após as apurações sobre possíveis irregularidades e corrupção na compra de vacinas apontarem para nomes de militares que atuaram no governo. Segundo os jornais, o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), cobrou apoio do Senado e da Câmara dos Deputados à CPI e declarou que não teme “quarteladas”. Ainda afirmou “não vamos investigar uma instituição militar, longe de nós. Nós temos responsabilidade institucional. Agora, vamos, sim, investigar o que aconteceu nos porões do Ministério da Saúde. E, na medida em que esses fatos forem sendo conhecidos, e essas provas forem apresentadas, nós vamos cobrar a punição de seus responsáveis, sejam eles civis, sejam eles militares- não importa”. Isto porque, no dia 07/07/21, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), comentou sobre as investigações terem apontado o envolvimento de militares em irregularidades, alegando que os “bons militares” devem estar envergonhados pelo comportamento de “membros do lado podre” da Instituição. Segundo o Correio, senadores devem convocar novamente o coronel Elcio Franco, um dos investigados pela CPI, junto com outros cinco oficiais. Após a fala do presidente da CPI, as tensões entre parlamentares e militares se estreitaram, e ainda segundo o Correio, as investigações avançam em “terreno minado”. Em entrevista ao Correio, o senador Izalci Lucas comentou a nota emitida pelos comandantes das Forças Armadas e pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, em condenação à fala de Aziz. Para Lucas, houve falha de comunicação e as Forças Armadas teriam entendido de “forma mais agressiva” a fala de Aziz, “o que não é verdade”. Alegou que não se pode “confundir” as Forças Armadas com “um ou outro militar”, uma vez que se trata de uma Instituição de Estado e não de governo, razão pela qual o presidente da República, Jair Bolsonaro, não pode utilizar militares no governo para “confundir a população”, pois estes não representariam as Forças Armadas como um todo. Segundo a Folha, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, que foi ministro da Secretaria de Governo da Presidência por seis meses, criticou as manifestações em nota conjunta dos comandantes das três Forças e de Braga Netto e salientou que Bolsonaro tenta “arrastar as Forças Armadas para o jogo político” e utilizá-las como “instrumento de intimidação política e ‘jogo de poder pessoal’”. Para Santos Cruz, manifestações institucionais podem causar mais desgastes à CPI, que é política e ao mesmo tempo investigativa, e a nota dos comandantes e da Defesa agravou o atual cenário de crise. Embora não veja problema no fato de militar ocupar cargo de gestão federal, o general criticou o alto número de militares no governo e avaliou haver desequilíbrio em relação ao número de civis, e que Bolsonaro o fez intencionalmente, a fim de “transferir para o governo o prestígio social das Forças Armadas”. Santos Cruz destacou que, por parte das Forças Armadas, não há “missão” alguma em casos de militares no governo. Além disso, criticou as ameaças golpistas de Bolsonaro sobre as eleições de 2022. Em coluna ao O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde salientou que quem prejudica a imagem das Forças Armadas não são Aziz e a CPI, mas o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello e “seus militares”. Para Cantanhêde, o comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira Nogueira, está em “situação delicada” entre Planalto e Defesa, de um lado, e o Alto Comando, de outro, pois os generais de quatro estrelas veem e ouvem as críticas da população a Bolsonaro e acham um “absurdo” a postura do presidente da República em relação a máscaras e vacinas. Além disso, apontou que a nota foi iniciativa de Braga Netto, cada vez mais aliado ao presidente, e sublinhou um caráter mais agressivo oriundo do Planalto, que pretendia um “ameaça ainda mais dura” a Aziz. A jornalista destacou o tom de ameaça da nota e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Almeida Baptista Jr., que, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que “homem armado não ameaça”, fala ratificada pelo comandante da Marinha no Twitter. Em coluna ao Estado, o economista Pedro Fernando Nery associou a nota dos comandantes e da Defesa à “teoria econômica de falar bobagem”, que se trata de uma “sinalização” de que, ao falar bobagens, o indivíduo aceita sacrifícios de reputação



em prol de uma determinada situação, provando que é “bom soldado”. Neste caso, a nota seria um aceite de prejuízos à imagem da Instituição na sociedade, a fim de sinalizar seu apoio a um grupo, no qual se inclui Bolsonaro. Nery conclui que pode não ser este o caso, mas que, não sendo, implica em “déficit de capital humano nas tropas” se os comandantes forem “apenas o clichê que aparentam ser: um trio de ressentidos e despreparados”. O Estado abordou ainda o passado de militância de Aziz no movimento estudantil contra a ditadura militar (1964-1985) e pelas Diretas Já. De acordo com O Estado, o senador foi monitorado pela Secretaria Nacional de Informações (SNI) do regime como “subversivo” e identificado como “o Palestino”, em alusão à sua ascendência. (Correio Braziliense - Política- 10/07/21; Correio Braziliense - Política - 11/07/21; Correio Braziliense - Política- 13/07/21; Folha de S. Paulo- Covid-19- 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo- Política- 10/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/07/21)

#### **CPI da covid-19 V: jornais destacaram militares citados em depoimento**

Os jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo deram destaque à citação de militares no depoimento de Cristiano Carvalho, representante da empresa americana Davati Medical Supply, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia em 15/07/21. O Correio relatou que a partir do depoimento, a CPI identificou dois grupos dentro do Ministério da Saúde, ambos formados por coronéis, que negociaram vacinas com a empresa: um grupo do coronel Marcelo Blanco, então assessor do Departamento de Logística, e de Roberto Dias, que era diretor de Logística; e o outro do então secretário-executivo, Elcio Franco, e do coronel Helcio Bruno de Almeida. O Correio citou ainda os coronéis Cleverson Boechat, ex-coordenador-geral de Planejamento, Marcelo Bento Pires, ex-diretor de Programa e Glaucio Octaviano Guerra, assessor do adido militar da Embaixada do Brasil em Washington. Diante das acusações, conforme relatou O Estado, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), cobrou do governo a demissão do coronel da reserva Elcio Franco, que atualmente é assessor especial da Casa Civil e despacha no Palácio do Planalto. Em coluna, a Folha de S. Paulo noticiou que os advogados do coronel da reserva Marcelo Blanco protocolaram pedido de habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) reivindicando o direito dele ficar em silêncio para não se autoincriminar na CPI da covid-19, embora aleguem que o coronel responderá todas as perguntas. O militar irá depor na CPI por ter participado do jantar com o policial militar Luiz Dominghetti e Roberto Dias, no qual Dominghetti denunciou ter recebido pedido de propina por Dias para a aquisição de vacinas contra a covid-19. Para os advogados de Blanco, ainda não está estabelecido se ele será inquirido como testemunha ou investigado, mas acreditam que os indícios apontem para a condição de investigado. Em coluna para o Correio, o jornalista Luiz Carlos Azedo chamou a atenção para o fato de que os escândalos investigados pela CPI da covid-19 estão desmoralizando os militares, tornando a incompetência na gestão do Ministério da Saúde mais evidente e repercutido na crescente rejeição da opinião pública à presença de militares em cargos de natureza civil. Para O Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde deu destaque à falta de “inteligência” e “informação” nas tratativas dos militares envolvidos no Ministério da Saúde e a Davati Medical Supply para compra de vacinas. A jornalista ainda ironizou a disputa ocorrida entre dois grupos de militares dentro do Ministério. Sobre a nota emitida em 07/07/21 pelo ministro da Defesa, general Braga Netto, e os comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército contra o senador Omar Aziz, presidente da CPI, a jornalista reafirmou o que disse o senador: “Os bons das Forças Armadas devem estar muito envergonhados”. Já o jornalista Alberto Bombig, em coluna para O Estado, observou que a convocação do general Braga Netto pela CPI deve avançar com cautela, para evitar que se crie a narrativa de que a comissão tenta investigar a instituição Forças Armadas, reforçando o estresse que culminou na nota já citada. (Correio Braziliense - Política - 16/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/07/21)

#### **CPI da covid-19 IV: Braga Netto é convocado pela Câmara dos Deputados após publicação de nota**

Segundo o jornal Correio Braziliense, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, foi convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para comparecer em

audiência no dia 17/08/21 a fim de responder pela publicação da nota, também assinada pelos três comandantes das Forças Armadas, com "tom de ameaça" à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. O jornal apontou que a nota foi emitida em virtude do comentário do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre o "lado podre" das Forças. Em resposta, a nota afirmava que os comandantes não admitiriam "qualquer ataque levado às instituições que defendem a democracia e liberdade do povo brasileiro", comentário que foi visto por parlamentares como uma "tentativa de intimidação". Conforme reportagem da Folha de S. Paulo, durante a sessão da CPI do dia 13/07/21, o senador Renan Calheiros afirmou que a comissão deveria seguir o exemplo da Câmara e também convocar Braga Netto, por seu "envolvimento no enfrentamento à pandemia". Ainda segundo a Folha, o ministro da Defesa tornou-se "provocador-chefe da República", e tem gerado críticas de outros militares e do Supremo Tribunal Federal. A visão é de que "o general tem sido tão bolsonarista quanto o chefe", afirmou o periódico. Outro ponto sensível da polêmica nota é a versão de "incomodados oficiais-generais" que indicaram que a nota foi uma "imposição de Braga Netto" aos demais comandantes militares, e que o "texto veio pronto", acrescentou a Folha (Correio Braziliense - Política - 14/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 14/07/21).

### **Militares no governo Bolsonaro II: jornais apontaram ameaças à democracia**

Conforme o editorial do jornal Folha de S. Paulo, o governo de Jair Bolsonaro proporcionou muito poder e participação política aos militares, fato que, além de ameaçar a democracia, também está associado a um recente escândalo de possível corrupção de membros das forças na compra de vacina. O editorial ainda afirmou que, apesar das denúncias estarem sob investigação, "a reação do governo ao demitir os envolvidos sugere que algo está errado". Da mesma maneira, o periódico O Estado de S. Paulo publicou um editorial informando que não há mais espaços para chantagens e ameaças às instituições democráticas e, por isso, cabe ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, dar seguimento em pelo menos um dos 123 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Em coluna opinativa para a Folha, o sociólogo Celso Rocha de Barros declarou que esperava uma reação das Forças Armadas quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que as eleições de 2022 devem ocorrer com votos impressos, caso contrário, não ocorrerão. Por outro lado, a nota do Ministério da Defesa e dos chefes militares foi entendida como ameaça de um golpe de Estado caso "a CPI continue a investigar oficiais bolsonaristas que roubaram dinheiro de vacina". Na avaliação de Barros, a reação da cúpula das Forças Armadas à citação de militares pelo presidente da CPI da covid-19, senador Omar Aziz, é um sinal de que "protegerão seus corruptos". O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna para a Folha de S. Paulo, comparou os militares dispostos a fazer ameaças ao processo eleitoral e apologia ao golpe de forma anônima a membros de grupos criminosos como o "PCC (Primeiro Comando da Capital), o Comando Vermelho, as milícias ou grupos terroristas". O jornalista afirmou ainda que militares "que estejam dispostos a pregar abertamente o golpe, com invasão do Congresso e do Supremo, prisão dos parlamentares de oposição e dos ministros independentes do Supremo, fechamento dos veículos de comunicação" poderiam até ter seus anseios publicados, mas com nome, endereço e um pedido de prisão. O colunista se disse disposto a preservar o anonimato apenas de militares dispostos a dizer que "essa conversa de golpe é bobagem". Já a coluna do jornalista Bruno Boghossian na Folha criticou a atuação de militares brasileiros junto a Jair Bolsonaro a partir de trechos divulgados pela CNN do livro escrito pelo general estadunidense Mark Milley. No livro, o general relatou os planos e as ações elaborados após o presidente Donald Trump, derrotado nas eleições de 2020, buscar atacar o resultado do pleito. Segundo o jornalista, a atuação para garantir a democracia nos Estados Unidos ocorreu nos bastidores, com apoio de militares, da CIA e do FBI. Já sobre o Brasil, o jornalista afirmou que ministros e comandantes preferem agir em sintonia com o presidente Jair Bolsonaro, que se antecipou aos obstáculos que Trump não conseguiu ultrapassar, tendo chefes das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal a seu lado. (Folha de S. Paulo – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/07/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/07/21)

### **Relatos de recusa de militares em imunizar quem faz “campanha política”**

Em reportagem, a Folha de S. Paulo comentou sobre relatos de que integrantes das Forças Armadas se recusaram a vacinar, em Manaus, estado do Amazonas, pessoas que portavam menção a “campanha política”. Em resposta, o Comando do Conjunto Amazônia afirmou que “não houve registro de qualquer ocorrência nesse sentido nos postos de vacinação onde atuam militares no apoio à vacinação em Manaus”.

### **Gestão de Pazuello na Saúde é alvo de novos questionamentos sobre irregularidades**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, um vídeo divulgado pela Folha em 16/07/21 mostrou o então ministro da Saúde, o general da ativa Eduardo Pazuello, negociando doses da vacina Coronavac em uma reunião no dia 11/03/21. No vídeo, Pazuello se comprometeu a fechar um contrato para a compra de 30 milhões de doses da referida vacina a partir de uma empresa intermediária pelo valor de US\$ 28 por dose, quase o triplo do valor negociado com o Instituto Butantan, US\$ 10. De acordo com os jornais, a reunião não constava na agenda oficial do então ministro, e ocorreu no gabinete do então secretário-executivo da pasta, o coronel da reserva do Exército Elcio Franco. Em depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 em 19/05/21, Pazuello afirmou que não liderou a negociação com a empresa Pfizer para a compra de vacinas porque um ministro “jamais deve receber uma empresa”. Após a divulgação do vídeo, o ex-ministro Pazuello publicou uma nota na qual reafirmou que não negociou a compra de vacinas e que se encontrou com os representantes da intermediária brasileira já condenada por fraude em importação, World Brands, apenas depois da reunião de outros funcionários com a comitiva. Segundo os jornais, o laboratório SinoVac, responsável pela vacina desenvolvida conjuntamente com o Butantan, afirmou que “APENAS (em letras garrafais, na resposta em inglês) o Instituto Butantan pode oferecer a Coronavac no Brasil”. Ainda, na mesma nota, o general da ativa requereu um “pedido de direito de resposta” à Folha, mas, usando o vídeo como prova das contradições declaradas por ele em seu depoimento à CPI da covid-19 e na nota publicada, o periódico negou o direito de resposta solicitado. Além disso, segundo o Correio, a Folha e o Estado, no dia 18/07/21, após sair do hospital onde estava tratando um caso de obstrução intestinal, o presidente da República, Jair Bolsonaro, defendeu publicamente o ex-ministro e o coronel Elcio Franco. Na ocasião, o mandatário disse que não houve superfaturamentos, irregularidades ou ilícitos cometidos no encontro, visto que ele foi gravado, não tendo sido “algo secreto”. Ademais, segundo o presidente, “muitas pessoas foram recebidas no ministério”, além de caracterizar como comum que “lobistas” e “picaretas” sejam recebidos em Brasília. Porém, ainda assim, Bolsonaro frisou que as negociações “não deram mais que um passo” e que o governo “não gastou um centavo com picareta”, parabenizando assim Pazuello e o coronel Elcio Franco por terem impedido que o processo fosse adiante. Na visão do Correio, o presidente estaria minimizando as denúncias de irregularidades com essas respostas. Como réplica ao vídeo divulgado pela Folha e à resposta de Bolsonaro, o senador e presidente da CPI da covid-19, Omar José Abdel Aziz, disse que está claro que Pazuello mentiu no depoimento para a CPI, já que o general disse não negociar pessoalmente imunizantes; completando que Bolsonaro, o qual também foi acusado pelo senador de mentir, “perdoa, passa a mão por cima” do ex-ministro da Saúde, mantendo no seu gabinete tanto Pazuello quanto o coronel Elcio Franco. Na mesma ocasião do dia 18/07/21, Bolsonaro também voltou a dizer que só pretenderá tomar a vacina contra a covid-19 depois da imunização total do Brasil, dizendo que “aprendi no Exército, primeiro os subordinados, primeiro quem tá [sic] atrás de mim”. Em coluna à Folha, o jornalista Vinicius Torres Freire afirmou que tais tratativas para aquisição de vacinas com empresas irregulares, como a World Brands, foram facilitadas quando o “negociante [tinha] amigo militar, pastor ou propagandista do bolsonarismo”. “Qualquer picareta”, segundo Freire, fechou “negócio com os coronéis da Saúde e [ganhou] tapinha nas costas de Eduardo Pazuello”, revelando uma preocupante “zorra na administração pública” da negociação de vacinas. Na mesma perspectiva, o jornalista e colunista da Folha, Bruno Boghossian, argumentou que as revelações da CPI da covid-19 e do vídeo provaram que a equipe do ex-ministro operou no “ramo das vacinas fantasmas”. De acordo com Boghossian, “os casos [foram] tão absurdos” que

mesmo o argumento de desconhecimento ou incompetência por parte daqueles que participaram das negociações fraudulentas “não vai colar”. Do mesmo modo, para o jornalista e colunista da Folha, Jânio de Freitas, essa reconhecida falta de conhecimento técnico de Pazuello sob o comando da pasta da Saúde ocasionou “centenas de milhares de mortes”. O jornalista sustentou, ainda, que “Pazuello é um general da ativa e um teste ativo, [combinação] de condições cujo resultado, dentre várias hipóteses do ruim ao péssimo, não pode ser previsto”. Mas a despeito das descobertas da CPI da covid-19, o militar está “protegido até além da proteção gozada pelos generais”. Por fim, para a colunista do Estado, Eliane Cantanhêde, a reunião do ex-ministro com a World Brands se revelou como uma “patetada incrível” pautada não só pela “incompetência e disputa política, mas [também pela] fusão do negacionismo doentio de Bolsonaro com interesses escusos de setores do governo”. Na visão de Cantanhêde, o caso foi uma representação simbólica de “militares que, ou estavam mais perdidos do que cego em tiroteio, ou curtindo o tiroteio” em meio à pandemia. Diante disso, Pazuello precisa, segundo a jornalista, “voltar à CPI da Covid-19 e se explicar”. Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo categorizou como uma “balbúrdia administrativa” o conteúdo do vídeo de Pazuello, e avaliou que, em contramão, Bolsonaro considerou o registro uma prova da inocência do ex-ministro. O editorial ponderou que o episódio manchou ainda mais a imagem das forças armadas, demonstrando a emergência em aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita o acesso de militares a funções civis, sendo importante, inclusive, para a preservação das forças armadas. (Correio Braziliense - Política - 17/07/21; Correio Braziliense - Política - 19/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/07/21)

### **Ministério Público Federal reuniu provas de que militares e agentes da Abin furaram a fila da vacinação, com aval da Defesa**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, provas reunidas pelo Ministério Público Federal (MPF) mostram que o Ministério da Defesa agiu para que todos os militares da ativa das três Forças lotados em Brasília fossem vacinados como grupo prioritário. A iniciativa, segundo o MPF, contraria notas técnicas do Ministério da Saúde que ordenaram uma fila de vacinação diante da insuficiência de imunizantes contra a covid-19. Segundo a Folha, 100% dos efetivos de Exército, Aeronáutica e Marinha no Distrito Federal (29.671 homens e mulheres) foram incluídos como prioridade na fila de vacinação, com aval do Ministério da Saúde, sem que fosse levado em conta o critério de que os priorizados devem ser profissionais na linha de frente do combate à pandemia. O inquérito apontou que lotes de vacinas foram destinados com exclusividade às Forças Armadas, com participação do Quartel-General do Exército, a quem coube executar a vacinação dos militares. Segundo a procuradora da República Ana Carolina Roman, responsável pelas investigações, as notas técnicas do Ministério da Saúde “estão bastante claras”: devem ser contemplados como prioritários somente os que estão envolvidos no combate direto à pandemia. O quantitativo de pessoal na linha de frente, informado no plano inicial, é de 6.753 pessoas. Contudo, em 20/06/21, 19.651 membros das forças haviam sido vacinados, ou 291% do total, conforme os números repassados ao MPF. Ainda segundo a Folha, o Exército envolveu-se diretamente na vacinação dos membros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), imunizando 130 agentes sem a aprovação dos técnicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde. O MPF constatou que uma lista sigilosa com nomes foi destinada diretamente ao Exército. Desta forma, os funcionários da agência seriam vacinados de forma privilegiada, da mesma maneira que os militares da ativa. O MPF investiga hipótese de todos eles terem furado a fila de vacinação, em vista do desrespeito às normas técnicas traçadas pelos membros do PNI, que objetivavam manter um fluxo de imunização de grupos prioritários. Em relação aos membros da Abin, Caroline Gava, técnica da PNI, em reunião com a procuradora Ana Carolina Roman e com a também técnica do PNI, Thaís Minuzzi, explicou que os profissionais não estariam contemplados. Osnei Okumoto, secretário de Saúde do Distrito Federal, em ofício ao MPF, buscou explicar o porquê da vacinação dos membros da Abin. Segundo ele, à vista do risco epidemiológico ocasionado pelo trabalho exercido pelos

profissionais, o pleito de vacinação é justificável. Para Roman, a imunização dos membros da Abin desrespeitou as normas técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde, que classifica como grupo prioritário os militares das Forças Armadas e da força de segurança que estão na linha de frente no combate à pandemia. Segundo a Folha, jovens militares de 22 anos já foram convocados para a vacinação, enquanto a campanha de imunização para a população está estagnada nos 40 anos. Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin, declarou que a vacinação dos servidores atendeu a uma "iniciativa exclusiva" da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência. (Folha de S. Paulo - Saúde - 21/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 22/07/21)

### **Documentos revelaram que, mesmo alertado pela AstraZeneca, militar no Ministério da Saúde negociou vacinas com intermediários**

Segundo o Correio Braziliense, documentos enviados pelo Ministério da Saúde à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 revelaram que a farmacêutica AstraZeneca informou à pasta em 29/01/21 que não negociava suas vacinas por meio de intermediárias. Mesmo assim, a secretaria-executiva da pasta, chefiada então pelo coronel Élcio Franco, levou adiante negociações com a empresa americana Davati Medical Supply. O coronel teria, inclusive, conforme informação do periódico, participado de reunião com Luiz Paulo Dominghetti em 12/03/21, policial militar que se apresentou como vendedor autônomo de imunizantes da farmacêutica e tentou comercializar 400 milhões de doses com o governo. Esta negociação se tornou alvo da CPI pelo relato de Dominghetti, que contou ter recebido um pedido de propina de US\$1 por dose do ex-diretor de Logística do Ministério, Roberto Dias, em 25/02/21. (Correio Braziliense - Política - 30/07/21)

### **Eduardo Pazuello negou à Polícia Federal que Jair Bolsonaro tenha prevaricado, mas não tem provas documentais**

Segundo informações dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, depôs à Polícia Federal no dia 29/07/21 sobre as ações que se seguiram à denúncia de irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin. O presidente da República Jair Bolsonaro é acusado de cometer o crime de prevaricação por não levar às autoridades competentes as denúncias levadas a ele pelo deputado federal Luís Miranda e o irmão dele, Luís Ricardo Miranda, chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. Segundo os jornais, Pazuello confirmou que o presidente lhe comunicou sobre o caso. O Correio relatou, porém, que a comunicação foi verbal, não havendo provas documentais. A Folha e O Estado relataram que o pedido ocorreu numa "conversa informal", o que, segundo O Estado, coincidiu com a versão de Bolsonaro. Os três periódicos informaram ainda que Pazuello alegou ter acionado o então secretário executivo da pasta, Élcio Franco, e que o mesmo não constatou irregularidades. O Estado pontuou que Pazuello não soube o tipo de apuração que Franco realizou, nem se teve a participação de outras pessoas. A Folha e O Estado informaram, ainda, que Pazuello alegou não se lembrar se comunicou algo ao presidente após a resposta de Franco. "Como o assunto foi tratado numa situação de normalidade de 'denuncismo', tanto esse quanto outros assuntos, foram analisados da mesma maneira", citou a Folha. (Correio Braziliense - Política - 30/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 30/07/21)

### **Gravações confirmaram lobby de militar para empresa de vacinas**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o representante da empresa Davati Medical Supply, Cristiano Alberto Hossri Carvalho, entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 gravações de áudio enviadas a ele pelo tenente-coronel da reserva do Exército e ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Marcelo Blanco. Nas gravações, Blanco instruiu Carvalho sobre como redigir um e-mail e para qual endereço eletrônico institucional deveria remetê-lo para acessar seu ex-chefe no Ministério da Saúde, Roberto Dias, e vender 400 milhões de doses inexistentes de vacina contra a covid-19. O tenente-coronel afirmou ao periódico que não negociou vacinas, e que sua orientação se tratava apenas de "dar uma clareza e uma transparência de um ato lícito". (O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21)



### **Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 continuará investigações contra oficiais das Forças Armadas**

De acordo com reportagens dos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 do Senado Federal avaliaria se o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, deverá ou não depor perante os parlamentares. Segundo o jornal, no dia 02/08/21, os senadores iniciariam informalmente conversas sobre o caso, para então votar a questão. O requerimento de convocação é de autoria do senador Alessandro Vieira. Caso convocado, Braga Netto deverá prestar explicações sobre o período em que chefiou a Casa Civil (fevereiro a abril de 2020), com a CPI apurando se houve pressão no Ministério da Saúde para o fechamento de contratos. Na avaliação dos jornais, os parlamentares estão insatisfeitos com atitudes de Braga Netto, visto o conflito eclodido entre o ministro e o presidente da CPI, senador Omar José Abdel Aziz, além da declaração do militar condicionando as eleições de 2022 à aprovação do voto impresso. Adicionalmente, o jornal também lembrou que o presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), almirante Antonio Barras Torres, disse em seu depoimento que Braga Netto atuou na tentativa de mudar a bula da cloroquina para que seu uso fosse aconselhado no tratamento contra covid-19, uma das linhas de investigação da CPI. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a CPI deverá encerrar as investigações referentes aos casos Covaxin e Davati, para então se concentrar em “novas frentes de apuração”. Nisso, os senadores discutem sobre pautas como uma reconvocação do ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, para depor, não sendo consensual entre todos os partícipes se deveriam ou não priorizar o militar. Contudo, a *Folha* apontou que uma nova oitiva com Pazuello é vista pelos senadores como “um momento fundamental das investigações”, tendo sido uma pauta que “ganhou força” com novos indícios de irregularidades e corrupção no Ministério da Saúde durante sua gestão, havendo inclusive parlamentares que dizem ser necessário uma maior análise de elementos antes da convocação. A *Folha* ressaltou que Pazuello tem sido acusado de ter mentido em oitiva passada, além do envolvimento do militar com uma compra suspeita do imunizante Coronavac e com negociações sobre a vacina Covaxin. Sobre as investigações do contrato irregular para a compra desta última vacina, a *Folha* informou que há o registro de oito chamadas do telefone de um capitão de mar e guerra que ocupa cargo no ministério da Defesa, e outras quatro do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), no celular de Emanuela Medrades, diretora da Precisa Medicamentos. Anteriormente já havia sido apontado o intenso fluxo de ligações do telefone da diretora aos principais gabinetes do Ministério da Saúde, simultânea à primeira proposta de negociação da Covaxin. A *Folha* procurou o capitão da Marinha por três dias para questioná-lo a respeito das ligações e não obteve resposta, e Heinze afirma não se lembrar da ligação, por ligar para muitas pessoas diariamente. (*Correio Braziliense* - Poder - 01/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 02/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 03/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/08/21)

### **Secretária do Ministério da Saúde solicitou auxílio militar em operação a favor de tratamento ineficaz para a covid-19**

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, pediu que os militares da Casa Militar do governo do Amazonas cuidassem de todos os traslados da comitiva de médicos organizada por ela, que tinha o objetivo de pregar o uso de remédios sem eficácia comprovada para o tratamento da covid-19 nas Unidades Básicas de Saúde da região. Em janeiro de 2021, no pico da crise de saúde no estado do Amazonas, a operação foi organizada por Mayra e paga com recursos públicos, a fim de pressionar a prefeitura de Manaus e os profissionais locais a receitarem remédios para o tratamento precoce da covid-19, como a ivermectina e a hidroxicloroquina. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 06/08/21)

AGOSTO

### **Tenente-coronel da reserva do Exército depôs na CPI da covid-19**

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e a *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel da reserva do Exército e presidente do Instituto Força Brasil (IFB), Helcio Bruno de Almeida, se manteve em silêncio diante das perguntas dos senadores na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da

covid-19 que pudessem incriminá-lo, principalmente aqueles referentes à disseminação de notícias falsas e às tratativas para a venda de vacinas contra a covid-19. O militar estava protegido por um habeas corpus parcial obtido no Supremo Tribunal Federal (STF). Logo no início do depoimento, o tenente-coronel leu uma declaração anunciando que não responderia perguntas relacionadas à empresa Davati ou seus supostos representantes, ao Ministério da Saúde e seus atuais e ex-servidores, à organização não-governamental Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah) e seus membros, ao IFB e seus membros. Segundo o Correio, nessa declaração, Helcio afirmou que jamais esteve em qualquer jantar com o cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, Luiz Paulo Dominghetti, apontado como vendedor autônomo da Davati. No entanto, o relator da CPI, senador Renan Calheiros, mostrou uma foto em que apareciam reunidos Helcio, Dominghetti e o reverendo Amilton Gomes de Paula, presidente da Senah. O militar da reserva também é suspeito de propagar notícias falsas e financiar sites negacionistas. Os senadores mostraram diversas postagens do IFB contrárias às medidas sanitárias, uso de máscaras e vacinas, defendendo medicamentos ineficientes contra a covid-19, além de publicações criticando ministros do STF e de ataques do presidente Jair Bolsonaro às instituições, inclusive postagens propondo intervenção militar com o fechamento do STF e do Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Política - 11/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/08/21)

## SETEMBRO

### Depoimento de Wagner Rosário gera tumulto na Comissão Parlamentar de Inquérito

Conforme publicações da Folha de S. Paulo, o depoimento de Wagner Rosário para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid foi "marcado por provocações, xingamentos, fala(s) machista(s) e um grande tumulto". Rosário, que é capitão da reserva do Exército e atual ministro-chefe da Controladoria-geral da União (CGU), esteve na comissão para tratar sobre o suposto superfaturamento no contrato da Covaxin, do qual teria conhecimento, e seria acusado de prevaricação, explicou o periódico. A confusão, contudo, teve início após o ministro chamar a senadora Simone Tebet de "descontrolada" e afirmar que ela deveria ler os documentos "tudo de novo", informou a Folha. A resposta de Rosário gerou uma "grande confusão", em que os diversos senadores e senadoras defenderam Tebet, e acusaram o ministro de ser "machista", segundo o periódico. Mesmo que o momento de maior tensão tenha sido o "ataque" à senadora, "o depoimento na comissão teve clima quente ao longo do dia", em grande medida, devido ao posicionamento "arrogante" e "altivo" do depoente, como classificaram os membros da CPI. Em suas redes sociais, o ministro pediu desculpas à senadora, e a qualquer um que tenha se ofendido com suas declarações, comentou o jornal. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/09/21)

### Desembargadora suspendeu a obrigatoriedade de comprovante de vacinação para o acesso ao Clube Militar e Clube Naval

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a desembargadora Elisabete Filizzola Assunção do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro suspendeu no dia 23/09/21 a obrigatoriedade de apresentação de certificados de vacinação contra a covid-19 para frequentar o Clube Militar e o Clube Naval, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Filizzola, não há "nítida correlação" entre a disseminação do vírus e o "passaporte da vacina" - isto é, o certificado -, já que à medida que impõe a necessidade de apresentação "guarda muito mais relação com a ideia de coação da população a se vacinar do que com a contenção do contágio". Para ela, a vacinação não é garantia de diminuição do contágio do vírus, visto que pessoas vacinadas já relataram ter contraído a covid-19. Nisso, o Estado ressaltou que, na contramão do dito pela juíza, estudos indicam que imunizantes como Pfizer e Astrazeneca podem diminuir a transmissão viral. Além disso, Filizzola também ressaltou que as "cautelares sanitárias" deveriam ser mantidas tanto para vacinados quanto para não vacinados enquanto nos Clubes. A decisão da magistrada vem de um recurso impetrado pelos Clubes contra a decisão de 1º grau que havia negado a solicitação de suspensão da apresentação do "passaporte" para o acesso aos seus estabelecimentos. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/09/21)

## Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 propôs o indiciamento de três membros das Forças Armadas

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o senador e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 Renan Calheiros propôs, em uma primeira versão de seu texto, o indiciamento do general da reserva do Exército e ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto. O senador argumentou que incluiu o general porque ele era o responsável por coordenar o comitê de enfrentamento da pandemia, quando ainda era titular da Casa Civil. Entretanto, Calheiros reconheceu que alguns senadores da comissão se opunham a isso e, portanto, poderia retirar o nome do general caso isso contribuísse para a aprovação do texto final. O jornal apontou que o senador também incluiu na primeira versão do relatório duas figuras militares importantes: o general da reserva e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, e o coronel da reserva do Exército e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Antônio Elcio Franco Filho. Em reportagem, o periódico confirmou que o texto final do relatório apresentava o que já havia sido adiantado pelo senador em entrevista à Folha, em que declarou existirem “figuras principais [no relatório]. O general Pazuello é um, o coronel Elcio Franco, o presidente da República, tiveram participações comprovadas na materialização do que aconteceu no Brasil e no custo que se pagou com vidas”. O relatório propôs o indiciamento do ex-ministro da Saúde por sete crimes, sendo eles: epidemia, incitação ao crime, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, comunicação falsa de crime e genocídio indígena. Pazuello será ainda denunciado por crime contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional. Por fim, o senador ainda afirmou que relataria como o ex-ministro negociou a compra de vacinas acima do preço, o que se confirmou na versão final do relatório apresentada à CPI. Em análise para a Folha de S. Paulo, Igor Gielow, repórter e colunista do periódico, culpou Pazuello por “procrastinação vacinal” na compra do imunizante. Da mesma forma, Luiz Carlos Azedo, jornalista e colunista do jornal Correio Braziliense, destacou, em coluna opinativa, que a CPI foi “bem-sucedida” em identificar “os erros cometidos pelo governo”, mencionando as acusações do relatório final contra os militares Braga Netto, Pazuello e Elcio Franco. O jornal O Estado de S. Paulo, por outro lado, afirmou que o texto final passou a imputar não somente ao presidente da República Jair Bolsonaro, mas também a Pazuello o crime de homicídio qualificado após uma mudança na compreensão, e que teria havido uma resistência inicial por parte do relator em indiciar Braga Netto. Por fim, a Folha de S. Paulo identificou em reportagem que o relatório final da CPI foi econômico ao descrever as ações do general Braga Netto, ainda que tenha sugerido indiciá-lo pelo crime de epidemia com resultado em morte. Segundo a reportagem, o nome de Braga Netto aparece apenas oito vezes no relatório, responsabilizado por falhas na resposta do governo à pandemia, e citou sua presença na reunião que discutiu mudar a bula da hidroxiclороquina por decreto para permitir seu uso no Kit Covid mesmo sem comprovação de eficácia. O relatório, porém, não mencionou as interferências diretas do general na estratégia do Ministério da Saúde, como determinar que as declarações sobre a pandemia fossem feitas no Palácio do Planalto, limitando a participação da pasta. Também destacou que Braga Netto não depôs na CPI, por falta de acordo e pelo receio de uma crise institucional com as Forças Armadas. Outras ressalvas ao relatório apontadas pela Folha incluem o não indiciamento do tenente-coronel da reserva do Exército Helcio Bruno, que participou de negociações suspeitas para compra de vacinas da empresa Davati Medical Supply, e esteve presente na ocasião em que o ministro Eduardo Pazuello chegou a se comprometer com a compra da vacina Coronavac pelo triplo do preço com empresários sem as credenciais da fabricante Sinovac. Além disso, a reportagem ainda pontuou que outros militares que participaram da gestão de Pazuello na Saúde também foram poupados pelo relatório, citando o tenente-coronel da reserva do Exército Jorge Luiz Kormann, ex-assessor do ministro e um dos responsáveis por tentar alterar a forma de divulgação dos dados da pandemia. Segundo o jornal, a equipe de Renan Calheiros apontou que não havia provas suficientes para sustentar o pedido de indiciamento de algumas pessoas citadas no texto do relatório. (Correio Braziliense - Política - 17/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/10/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/10/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/10/21)

### **Atuação dos militares no governo e o reflexo na imagem das Forças Armadas**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, as Forças Armadas enfrentam uma crise de imagem por se associarem com o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, agravada quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 direcionou seu foco ao período em que o general da ativa do Exército Eduardo Pazuello esteve à frente do Ministério da Saúde. De acordo com o periódico, a atuação do general no ministério foi responsável por causar mais desconfiança sobre as Forças Armadas por parte da população. Além de Pazuello, pelo menos outros 5 militares foram alvos da CPI e responsabilizados por diversas ações, como o atraso na compra de vacinas. Outro fator importante citado pelo jornal se refere ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que juntamente com os três comandantes das Forças Armadas criticou, em tom de ameaça, a comissão, após um comentário feito pelo senador Omar Aziz, presidente da CPI. Esses episódios relatados, segundo a Folha, se somam às suspeitas de apoio dos militares aos anseios de golpe que Bolsonaro demonstra com frequência. O jornal apresentou dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha que demonstram que, apesar dos fatores citados, 76% da população ainda confia nas Forças Armadas em alguma medida, porém em índices menores quando comparados aos dados da mesma pesquisa feita em 2017, quando 83% dos brasileiros confiavam na instituição. Apesar disso, de acordo com o periódico, ainda há quem acredite que os militares são mais eficientes na administração pública do que os civis, mesmo após a experiência do governo Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/10/21)

### **Tribunal de Contas da União abriu processo para investigar repasse de recursos da vacina para as Forças Armadas**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para investigar possíveis irregularidades no repasse e gasto de recursos da vacina pelas Forças Armadas. Os recursos foram obtidos por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa, que, através de um Termo de Execução Descentralizada (TED), assinado em 19/01/21 pelo coronel da reserva do Exército Antônio Elcio Franco Filho, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, prevê o repasse de R\$ 95 milhões dos recursos destinados à compra de vacinas para a Defesa, a fim de que os militares auxiliassem com a logística da imunização. De acordo com a reportagem, as Forças Armadas reservaram R\$ 21,7 milhões da quantia prevista para suas despesas, mas apenas R\$ 5,5 milhões foram gastos até o momento, segundo dados do Portal da Transparência do Governo Federal. Em reportagem, anteriormente, publicada pela Folha, em 01/05/21, os gastos relatados pelas Forças Armadas incluíam reparação e manutenção de aeronaves e carros, compra de materiais hospitalares para uso exclusivo militar, compra de medicamentos sem eficácia contra a covid-19 e ações sigilosas de inteligência do Exército, que alegou que essas ações tinham como objetivo o "reconhecimento e levantamento de itinerários e áreas de risco para o material e pessoal empregados na vacinação". O processo de investigação aberto pelo TCU tem como objetivo, segundo relatório do órgão, verificar se houve irregularidades na descentralização desses recursos do Ministério da Saúde para o Ministério da Defesa ou se os recursos foram utilizados para fins não previstos pelo TED. (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 19/10/21)

## **OUTUBRO**

### **Jornalista comentou relatório final da CPI da Covid-19**

O jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou, em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo, que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, apesar de ter abordado as ações do presidente da República Jair Bolsonaro e seus filhos, "aliviou" para os militares. Segundo reportagem da Folha, o relator Renan Calheiros propôs o indiciamento de cinco membros das Forças Armadas: o coronel da reserva do Exército Antônio Elcio Franco Filho, ex-secretário-executivo no Ministério da Saúde; o tenente-coronel da reserva do Exército Heitor Freire de Abreu, ex-subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e responsável pelo Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19 (CCOP) do governo federal; o tenente-coronel da ativa do Exército e ex-coordenador de logística do Ministério da Saúde Alex Lial Marinho; o coronel da reserva do Exército e ex-diretor do Ministério da Saúde

Marcelo Bento Pires e, por fim, o tenente-coronel da reserva do Exército e presidente do Instituto Força Brasil Hécio Bruno de Almeida. Entre os crimes, foram sugeridos indiciamentos por advocacia administrativa; incitação ao crime; epidemia com resultado de morte e improbidade administrativa. (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/10/21; Folha de S. Paulo – Poder – 27/10/21)

## DEZEMBRO

### **Jornalista comentou atritos entre almirante presidente da Anvisa e Bolsonaro**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, o jornalista e escritor Elio Gaspari comentou a relação do presidente da República, Jair Bolsonaro, com o almirante Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A princípio, ainda no começo da pandemia, o almirante participou de passeatas com Bolsonaro que desafiavam a pandemia e o Supremo Tribunal Federal (STF), não se entendia com o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e, segundo o autor, “tinha tudo para virar um daqueles aloprados que o general Pazuello levaria logo depois para o Ministério da Saúde”. Apesar disso, Gaspari afirmou que Barra Torres se afastou do negacionismo, recusou-se a patrocinar a cloroquina, defendeu a vacina e a ciência e agora está nessa “briga” com Bolsonaro quanto à exigência ou não do passaporte de vacina. (Folha de S. Paulo - Poder - 12/12/21)



# 4 As forças armadas sob escrutínio

## Cresce o protagonismo, multiplicam-se as investigações

O protagonismo das forças armadas na política nacional em 2021 pareceu aumentar a atenção da imprensa em relação aos privilégios da categoria, crimes cometidos por militares, o desempenho da justiça militar, entre outros assuntos.

Em fevereiro, os jornais noticiaram que as forças armadas compraram 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas. Além de serem produtos inapropriados para o empenho de recursos públicos, houve fortes suspeitas de superfaturamento, visto que o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de 84,14 reais e da unidade da cerveja de 9,80 reais.

Outra despesa analisada criticamente foi o orçamento destinado à construção do colégio militar de São Paulo, que está sendo levantado no Campo de Marte, estimado pelo Exército num custo de cerca de 130 milhões de reais. A Folha de S. Paulo apontou que os colégios militares concentram alunos provenientes de famílias de alta renda devido ao processo seletivo realizado para ingresso, além da preferência dada a filhos de militares. Além disso, segundo o jornal, um estudante desse tipo de escola custa três vezes mais do que a média do gasto individual com um estudante da rede pública de ensino.

Os salários dos militares também estiveram sob escrutínio em 2021. No contexto de fortes restrições às despesas do Estado por conta da pandemia –incluindo o congelamento de salários da maior parte dos servidores públicos– os jornais discutiram as condições especiais usufruídas pelos militares, bem como o peso das despesas com pensões e benefícios que favorecem a categoria. Entre os primeiros, destaca-se o acúmulo de remunerações recebidas por membros das forças armadas, resultando em valores acima do teto salarial previsto, dando lugar aos chamados “super-salários”. Segundo apuração da Folha de S. Paulo, a maior remuneração das estatais presididas por integrantes das forças armadas corresponde ao salário do presidente da Petrobrás, o general do Exército Joaquim Silva e Luna: “A remuneração do Exército — R\$ 32,2 mil brutos — e os ganhos fixos e variáveis da estatal somam R\$ 260 mil”.

A Folha de S. Paulo também denunciou que estatais vinculadas ao Ministério da Defesa e ligadas ao Exército e à Marinha “ficaram fora de pente-fino” realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que fiscalizou prejuízos milionários aos cofres públicos. De acordo com o jornal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) não passaram por auditoria da CGU, órgão central de controle interno do governo.

Uma situação similar foi identificada na Justiça Militar numa matéria da Folha de S. Paulo. O jornal reportou que procuradores e juízes federais da Justiça Militar, além de salários, auxílios e abonos de permanência, ganham benefícios que não são submetidos ao teto salarial do funcionalismo público, tais como gratificações por acúmulo de ofício e licenças-prêmio.

Por outro lado, à luz da absolvição do general Eduardo Pazuello após sua participação no ato político (ver capítulo Ameaças à democracia), a imprensa conduziu investigações sobre os processos na Justiça Militar contra oficiais superiores. Em julho, a Folha de S. Paulo evidenciou o alto grau de arquivamento de apurações de infrações envolvendo oficiais de alta patente das forças armadas, sendo que apenas três denúncias foram recebidas pelo Superior Tribunal Militar na última década, das quais apenas uma resultou em condenação. Numa matéria posterior, o mesmo jornal revelou que entre os anos de 2001 e 2020 mais de 70 inquéritos que investigavam generais, brigadeiros e almirantes foram arquivados no Superior Tribunal Militar (STM). Já em setembro uma reportagem apresentou dados que mostravam que a tendência de punir com mais frequência praças e oficiais de patentes mais baixas também existe na Marinha. Em consonância com o sigilo de 100 anos sobre o processo do general Pazuello, o jornal reportou a impossibilidade de acessar o histórico de punições aplicadas aos militares.

Outro assunto noticiado pelos jornais relacionou-se aos avanços nas investigações sobre uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para tráfico internacional de drogas. No começo de fevereiro, a Polícia Federal deflagrou a Operação Quinta Coluna para aprofundar as investigações que tiveram início em junho de 2019 após a prisão do segundo-sargento da FAB, Manoel Rodrigues, flagrado com 39 quilos de cocaína em sua bagagem de mão ao desembarcar na

Espanha. As investigações mostraram que Rodrigues transportou cocaína ao menos sete vezes em viagens oficiais com aeronaves da FAB antes de ser detido na Espanha. Além disso, a investigação apontou que o esquema seguiu operante com outros militares, mesmo após a prisão de Rodrigues.

O uso excessivo de aviões da FAB para deslocamento de autoridades também foi tema recorrente nos jornais. A Folha de S. Paulo reportou que o presidente da República enviou aeronaves da FAB para possibilitar a visita presidencial do mandatário de Guiné-Bissau, Umaro El Mokhtar Sissoco Embaló, ao Brasil. O jornal sugeriu que o interesse na visita de Embaló justificava-se em razão das semelhanças entre os dois líderes, visto o passado militar e as tendências autoritárias do líder africano. O uso da aeronave da FAB seria um episódio incomum, tendo em vista que o costume é que autoridades estrangeiras "venham ao país em avião próprio ou arquem com as despesas do voo".

A Folha de S. Paulo também levantou que, entre março e agosto, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, acompanhado por sua esposa e seus filhos, assim como por outros parentes e autoridades, utilizou pelo menos 20 voos oficiais de aeronaves da FAB. A matéria também discutiu o uso desses voos por parte do ministro do Turismo, Gilson Machado, e sua esposa, bem como a decisão de Bolsonaro de enviar um jato da FAB para buscar o ex-presidente Michel Temer (MDB) em São Paulo, para o encontro que resultou na elaboração da nota de recuo quanto às ameaças golpistas e desdobramentos das manifestações do dia 7 de setembro (ver capítulo O 7 de setembro). O jornal também noticiou o uso de um avião da FAB para o transporte de cinco deputados federais e seus cônjuges ao Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal. A Aeronáutica optou por não informar o custo do voo, mas o jornal estimou que o Fórum tenha custado ao menos 500 mil reais aos cofres públicos.

**Marina Vitelli**

*Docente do Departamento de Rel. Internacionais da UNIFESP*

---

## FEVEREIRO

### **Operação investiga uso de aeronaves da FAB para tráfico internacional de drogas**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a polícia federal deflagrou a Operação Quinta Coluna para aprofundar as investigações sobre possível organização criminosa suspeita de utilizar aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para tráfico internacional de drogas. As investigações tiveram início em junho de 2019 após a prisão do segundo-sargento da FAB, Manoel Rodrigues, flagrado com 39 quilos de cocaína em sua bagagem de mão ao desembarcar na Espanha. Segundo O Estado, antes de ser preso, Manoel Rodrigues já havia realizado, entre 2015 e 2019, ao menos 29 viagens em aviões da FAB. Segundo os jornais, as apurações miram 10 investigados e também envolvem a possível prática de lavagem de dinheiro do tráfico. De acordo com O Estado, as investigações apontaram "diversas estratégias do grupo para ocultar os bens provenientes do tráfico de entorpecentes, especialmente a aquisição de veículos e imóveis com pagamentos de altos valores em espécie". (Correio Braziliense - Política - 03/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/02/21)

### **Amigo da família Bolsonaro demitido por uso indevido de jato da FAB é readmitido em novo cargo**

Segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, José Vicente Santini foi readmitido como secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República. Santini foi demitido em janeiro de 2020 após uso indevido de um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para transporte de três passageiros da Suíça à Índia, quando ocupava o cargo de secretário-executivo da Casa Civil. No entanto, foi nomeado em seguida como assessor especial do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Os jornais destacaram a relação de Santini com a família Bolsonaro e a Folha apontou os "círculos militares" como origem desta relação, já que ele é filho de general do Exército. De acordo com oficiais da FAB ouvidos pelo Estado, o custo da viagem foi de aproximadamente R\$ 740 mil. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 09/02/21)

### **Partido pediu investigação dos gastos das Forças Armadas com picanha e cerveja**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) solicitaram, em representação enviada à Procuradoria Geral da República (PGR), que os gastos das Forças Armadas com 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas fossem investigados. Segundo os parlamentares, há fortes indícios de superfaturamento, pois o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de R\$ 84,14 e da unidade da cerveja de R\$ 9,80. Em nota, mencionada pelo Estado, o Ministério da Defesa respondeu que a representação dos deputados se apoia em "informações absolutamente equivocadas", e que "apresentar valores totais de processos licitatórios homologados como sendo valores efetivamente gastos constitui grave equívoco". (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/21)

### **Colunista comentou gastos das Forças Armadas com carne e cerveja**

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Marcos Nogueira comentou os gastos da cúpula das Forças Armadas com picanha, cerveja e carvão, que, juntos, sugerem a realização de frequentes churrascos pagos "pelo contribuinte em plena pandemia". Nogueira reconhece que comida e bebida caras costumam ser dedicados à promoção de reuniões de gala para convidados ilustres, mas que o churrasco é uma "confraternização entre pares" que deveria ser paga "com os vencimentos dos próprios oficiais". O jornalista também destacou o valor superfaturado e as marcas caras de cervejas, conforme apontado em representação protocolada na Procuradoria-Geral da República (PGR), e afirmou que a situação já seria ruim normalmente, mas que se torna pior "numa pandemia e sob o desmando do general Pazuello" e "muito pior quando as Forças Armadas se recusam a abrir os hospitais militares para o tratamento de civis com Covid-19." Em coluna à Folha, o jornalista Álvaro Costa e Silva também comentou o fato lembrando de seus tempos de recruta no forte de Copacabana. A alimentação, segundo ele, funcionava em "regime de castas", em que soldados e cabos, e sargentos e oficiais comiam café da manhã, almoço, jantar e ceia no cassino. No rancho dos recrutas nunca havia comido nada "nem parecido com picanha" e lembrou o diálogo do sargento com a tropa nas corridas do calçadão: "Ela é boa!"; "Muito boa!"; "O que é que é boa?" "A comida do quartel!". Numa analogia, aproveitou para classificar como "mais indigestos" os assuntos abordados pelo general Eduardo Villas Bôas no recém lançado livro-depoimento, em que são reveladas conversas de comandantes das Forças Armadas com "ataques ao politicamente correto e ao movimento antirracista, pressões e alertas ao STF contra o perigo de conceder habeas corpus a Lula, a luta pela preservação moral do país e a preocupação de as Forças Armadas não se envolverem em política", esta última preocupação evidentemente malsucedida pelo grande número de militares ocupantes de cargos no governo. (Folha de S. Paulo - Folha Corrida - 13/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21)

### **Proposta orçamentária de economista sugere congelar salário de militares**

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, o economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirmou que o Governo Federal poderia encontrar um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2021 para a extensão do auxílio emergencial, a partir de cortes de gastos e aumento das arrecadações. Para o economista, dentre os possíveis cortes, estaria o congelamento do salário dos militares, o que acarretaria em uma economia de R\$ 7,1 bilhões aos cofres públicos, uma vez que "o reajuste dos militares é lei, mas essa lei se sobrepõe aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao próprio teto constitucional", entretanto, ressaltou que tal medida teria um custo político para a base do Governo Federal (Folha de S. Paulo - Mercado - 18/02/21).

### **Projeto de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro deixa a desejar**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, desde que assumiu a presidência em 2018, Jair Bolsonaro prometeu grandes mudanças nas políticas educacionais, com destaque à ação do Ministério da Educação (MEC) para fomentar as escolas cívico-militares, modelo classificado pelo jornal como questionável e de "baixo impacto" no ensino fundamental como um todo. Além disso, o Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao MEC e responsável pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não elaborou quaisquer questões sobre a ditadura militar (1964-1985) nos últimos dois anos. Ademais, de acordo com reportagens já publicadas pelo jornal O Globo e confirmadas pela Folha, uma comissão interna no Inep emitiu parecer para trocar o termo "Ditadura Militar" por "Regime Militar" numa questão de linguagens, deixando clara a agenda político-ideológica do governo de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21)

### **Gastos da Justiça Militar aumentaram consideravelmente em 2020**

De acordo com levantamento da Folha de S. Paulo, os gastos do judiciário brasileiro em 2020 aumentaram consideravelmente, incluindo a Justiça Militar. O jornal explicou que procuradores e juizes federais, além de salários, auxílios e abonos de permanência, ganham benefícios que não são submetidos ao teto salarial do funcionalismo público. Um exemplo são os R\$149 milhões pagos em licenças prêmio - benefício por tempo de serviço previsto por lei - pelo Ministério Público da União a procuradores da Justiça Militar e do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Além disso, juizes militares da esfera federal também juntaram gratificação por acúmulo de ofício equivalentes a R\$966 mil, valor superior ao de 2019. Somente o Ministério Público Militar obteve R\$6,7 milhões em licenças-prêmio, R\$3,5 milhões em parcelas de equivalência e R\$1,5 milhão em gratificações por acúmulo de ofícios. (Folha de S. Paulo - Poder - 15/03/21)

### **Colégio Militar em São Paulo tem custo estimado em R\$ 130 milhões**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o colégio militar de São Paulo, que está sendo construído no Campo de Marte, custará cerca de R\$ 130 milhões, de acordo com os cálculos do Exército. Uma promessa do governo do presidente da República Jair Bolsonaro, a escola será a 14ª unidade com esse formato no Brasil, e a conclusão da obra está prevista para 2023. Para a consecução da mesma, foram reservados R\$ 60 milhões em 2020, porém apenas R\$ 24 milhões foram efetivamente gastos no projeto, e R\$ 38 milhões em 2021. Os colégios militares concentram alunos provenientes de famílias de alta renda devido ao processo seletivo realizado para ingresso, além da preferência dada a filhos de militares. Além disso, o custo de um estudante desse tipo de escola é 3 vezes maior do que a média gasta com os alunos da rede pública de ensino. Em comparação feita pela Folha, o valor total do colégio militar paulista seria o suficiente para construir 65 creches no país, cada uma com um custo médio de R\$ 2 milhões, que atenderiam uma parcela mais carente da população. Ademais, a Folha de S. Paulo ressaltou o projeto do governo Bolsonaro de converter 216 colégios em escolas cívico-militares até 2023. Nesse modelo, a administração é executada por uma instituição militar enquanto o ensino é de responsabilidade de civis, ao contrário do modelo "puro" em que tudo é de responsabilidade do Ministério da Defesa. O orçamento previsto é de R\$ 1 milhão por escola, tendo já sido reservados R\$ 54 milhões para tal, porém R\$ 28 milhões desse valor foram destinados para o pagamento de militares da reserva. (Folha de S. Paulo - Mercado - 26/03/21)

### **Polícia Federal investiga uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira para tráfico de drogas**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, no dia 25/03/21, a Polícia Federal (PF) cumpriu uma série de mandados de busca e apreensão na operação que investiga a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), por uma organização criminosa, no tráfico de drogas para a Espanha. A ação foi batizada de "Operação Quinta Coluna". (O Estado de S. Paulo - Política - 26/03/21)

### **Gastos com pensões e benefícios de militares impactaram no aumento de passivos da União em 2020**

De acordo com o informado pela Folha de S. Paulo, gastos da União com pensões e benefícios de militares deterioraram as contas e contribuíram com o aumento recorde do total de passivos que atingiu R\$ 4,4 trilhões ao final de 2020. Conforme o jornal, o resultado foi influenciado pelos gastos com a pandemia e pelos benefícios aos militares, cujos valores destinados às pensões e

benefícios da categoria alcançaram R\$ 703 bilhões, valor acima dos R\$ 563 bilhões utilizados em 2019. Segundo Heriberto Vilela do Nascimento, coordenador-geral de contabilidade da União, os números de 2020 são superiores aos de 2019 porque à época não eram considerados passivos e a alteração se deve a uma adaptação a "padrões internacionais de contabilidade". (Folha de S. Paulo - Mercado - 06/04/21)

### **Agência Brasileira de Inteligência é suspeita de ter ajudado Flávio Bolsonaro em investigação**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, os deputados federais Marcelo Ribeiro Freixo e Orlando Silva de Jesus Júnior requisitaram a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos na Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, órgão do Poder Legislativo. O motivo seria questionar o militar a respeito de supostos usos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em prol do senador Flávio Bolsonaro nas investigações de corrupção por "rachadinha". Além de Heleno, foi também convidado o diretor da agência, Alexandre Ramagem, o qual nega as acusações e já afastou um funcionário acusado de "vazar informações falsas" da Abin. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/04/21)

### **Esquema de tráfico de cocaína por oficiais da Força Aérea Brasileira é investigado pela Justiça Militar**

O periódico Folha de S. Paulo noticiou que, conforme investigações da Polícia Federal (PF), o sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel Silva Rodrigues transportou cocaína ao menos sete vezes em viagens oficiais com aeronaves da FAB antes de ser detido na Espanha em 2019, após desembarcar com comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro. Além disso, a investigação apontou que o esquema seguiu operante com outros militares, mesmo após a prisão de Rodrigues, ocorrida em flagrante no aeroporto de Sevilha, após denúncia de que estava traficando cocaína, o que foi comprovado pela apreensão de 39 quilos do narcótico no avião da FAB. Após confissão, Rodrigues foi condenado a seis anos de prisão pelo Superior Tribunal da Andaluzia. Os esquemas ocorreram em quatro voos domésticos, em São Paulo e Recife, e três internacionais com escalas na Espanha, destino do narcótico. Na apuração da PF, em todas estas viagens, Rodrigues trocou mensagens com sua esposa Wilkelane Nonato Rodrigues, mencionando o êxito da operação. A PF e o Ministério Público Militar (MPM) apuraram que a primeira destas viagens ocorreu em 18/03/19, quando o casal vivia problemas financeiros e, para as instituições, não há dúvidas de que as viagens com finalidade de tráfico eram recorrentes. A Folha apontou que o sargento estava lotado no Grupo de Transporte Especial (GTE), onde realizava viagens internacionais de autoridades brasileiras desde 2015. O MPM investiga ainda a participação de, ao menos, outros quatro oficiais da Aeronáutica no transporte de cocaína em aeronaves da FAB durante missões nacionais e internacionais, dentre eles, os amigos de Rodrigues, sargentos Jorge Luiz da Cruz Silva, de codinome "Flamengo", e Márcio Gonçalves de Almeida, sendo que o primeiro recrutava oficiais militares do GTE e cujas quebras de sigilo de contas bancárias indicaram que o acúmulo de bens e rendimentos desde 2015 já era superior ao compatível com seus vencimentos. Além deles, o tenente-coronel Augusto César Piovesan, lotado no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), é investigado por ser o responsável pela elaboração das escalas dos militares nas missões da FAB nas viagens oficiais. Piovesan foi flagrado por ter mentido ao depor após a prisão de Rodrigues em Sevilha. Os sargentos Jorge e Márcio, o ex-soldado Dário e Wilkelane, esposa de Rodrigues, tiveram seus bens bloqueados pela Justiça Militar e a prisão decretada no último 18/03 e Piovesan foi solto no último dia 05/04. Segundo a Folha, até o momento, os quatro oficiais investigados no Brasil estão "em liberdade com medidas cautelares diversas da prisão", de acordo com o Superior Tribunal Militar. Ao ser questionada sobre suas ações após a prisão do sargento em Sevilha, a FAB informou que "os procedimentos de segurança, os protocolos de embarque e desembarque foram revisados e aperfeiçoados". (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/06/21)

### **Exército absolve militares pela morte de paraquedista**

Conforme reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o Exército apontou três erros de militares que acarretaram a morte do paraquedista Pedro Chaves, de 19 anos, ocorrida há um ano. O



presidente da República, Jair Bolsonaro, prestou homenagem ao militar durante o enterro e, segundo a mãe do jovem, junto a outros militares garantiu que a família seria amparada. Porém, a investigação concluiu que a morte foi uma "fatalidade" e a família não terá direito ao recebimento de pensão. A apuração do Exército teve como base a gravação do interior da aeronave e os depoimentos dos presentes. Segundo a Folha, o Ministério Público Militar concordou com o arquivamento do inquérito, e o Exército afirmou em nota que "O Comando Militar do Leste e a Brigada de Infantaria Paraquedista permanecem consternados pela perda e solidários à família do militar". (Folha de S. Paulo - Poder - 12/02/21)

### **STM puniu um único general nos últimos dez anos**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, pelo menos 20 apurações de infrações envolvendo oficiais de alta patente das Forças Armadas foram arquivadas pelo Superior Tribunal Militar (STM) nos últimos dez anos. Pelo menos 13 inquéritos policiais militares (IPMs) contra generais, brigadeiros ou almirantes foram arquivados pela Justiça Militar antes de chegar ao STM. Dentre eles, o jornal identificou um inquérito contra o general da reserva Augusto Heleno, atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, investigado em 2015 por "suspeita de participação na gestão de convênios irregulares, voltados à realização da 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares". O IPM foi arquivado por decisão monocrática de um dos ministros do STM. Além dele, os generais Jamil Megid, ex-secretário nacional de Transportes Terrestres no governo Bolsonaro, e Marco Aurélio Costa Vieira, ex-secretário especial do Esporte no governo Bolsonaro, também tiveram seus inquéritos arquivados. Outros cinco IPMs, que chegaram a ser apresentados pelo Ministério Público Militar (MPM) como denúncia formal, foram rejeitadas pelo STM, não chegando sequer à instauração de julgamento. Apenas 3 denúncias foram recebidas pelo tribunal na última década. Destas, apenas uma resultou em condenação. O caso diz respeito ao contra-almirante Jorge Nerie Vellame, condenado por lesão corporal culposa em 2015. A pena de Vellame foi a de detenção por dois meses, a menor pena prevista em lei para este crime. Em nota, o STM afirmou não existir impunidade ou corporativismo na corte, e o MPM afirmou não fazer "avaliação subjetiva" dos casos. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/07/21)

### **Coronel é citado em possível esquema de 'rachadinha' de Bolsonaro**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, áudios publicados em reportagem pelo portal UOL decorrentes de Andrea Siqueira Valle, narram a indignação da ex-cunhada de Jair Bolsonaro com o fato de o mesmo exonerar seu irmão, André, de cargo na câmara após o servidor não repassar valor acordado de seu salário ao na época deputado. O acontecido gerou discussão entre senadores em desenvolver uma CPI para apurar o caso, de possível desvio ilegal de verbas públicas, configurando crime de peculato, Renan Calheiros especula convocar Andrea para depor. O coronel da reserva do exército, Guilherme dos Santos Hudson – tio de Andrea – supostamente recolhia os salários no gabinete de Flávio Bolsonaro. Bolsonaro e Hudson se conheceram nos anos 70 na Academia das Agulhas Negras (Aman). (Folha de S. Paulo – Política – 06/07/2021)

### **Investigação aponta que militares de alta patente raramente são punidos**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a impunidade nas altas patentes das Forças Armadas é recorrente na instituição. Em investigação realizada pelo jornal, entre os anos de 2001 e 2020 mais de 70 inquéritos que investigavam generais, brigadeiros e almirantes foram arquivados no Superior Tribunal Militar (STM). Com base nos dados abertos do STM, um levantamento anterior realizado pelo periódico já havia mostrado que apenas um (1) oficial-general foi punido em cerca de 30 anos. De acordo com a Folha, "não existe nem aprofundamento das investigações abertas na caserna nem qualquer tipo de punição na Justiça" àqueles que cometem infrações pelos mais diversos motivos. E quando há a instauração de um inquérito policial militar (IPM), este ocorre "intramuros", ou seja, "os militares são investigados por outros militares". Em alguns casos, não houve a descrição da patente dos infratores nos documentos; em outros, não houve, sequer, denúncia. Por fim, segundo o jornal, as análises dos inquéritos arquivados entre 2011 e 2020 mostraram que, em média, "a cada dois meses e dez dias [...] um militar de alta patente se [livrou] de punição". (Folha de S. Paulo - Poder - 18/07/21)

### **Exército é acusado de maus tratos a refugiados venezuelanos**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, uma carta-denúncia redigida por profissionais de saúde de abrigos da Operação Acolhida, em Roraima, além de um vídeo gravado no local pela organização Repórter Brasil, detalham práticas de violência e tortura praticadas por membros do Exército brasileiro contra indígenas venezuelanos. Dentre elas, um espaço de confinamento involuntário apelidado de "cantinho da vergonha", onde os oficiais mantêm presos de forma arbitrária refugiados que demonstrem embriaguez, "até que um militar integrante da equipe de coordenação do abrigo entenda ser possível sua libertação". Dentre os casos citados, "pessoas que tiveram o braço amarrado nas grades ou permaneceram presas por mais de 18 horas no local". Um cacique Warao venezuelano entrevistado pela Repórter Brasil afirmou que os militares os tratam como delinquentes, evidenciado pelo uso de armas de fogo dentro dos abrigos e a proibição de realizarem filmagens do local. Ainda segundo a Folha, os migrantes e refugiados deixaram de ser encaminhados a hospitais e unidades básicas para atendimento à saúde, direcionando-os para o Núcleo de Saúde da Acolhida (NSA), que se tornou na prática o "cantinho da vergonha". O comando da Operação Acolhida à época da criação de tal espaço era do general Antonio Manoel de Barros, posto ocupado hoje pelo general Sérgio Schwingel. O general Barros chegou a declarar à época que o objetivo do NSA era "não ocupar vagas do SUS". Procurado pela Folha, o Exército não quis se pronunciar. A Casa Civil afirmou em nota que o local existe, mas que "nenhum indígena é obrigado a permanecer nesse espaço", tendo à sua disposição "os serviços necessários à sua recuperação". O órgão federal negou a existência de arame ao redor dessas áreas, mas "irá apurar a situação" e tomar medidas cabíveis "caso seja comprovado qualquer tipo de maus-tratos". O Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, parceiro das Forças Armadas na Operação Acolhida, confirmou em nota ao jornal que sabia da existência do confinamento e que já havia entrado em contato com o comando da Força Tarefa Logística e Humanitária da Operação para solicitar a desativação desses espaços. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 07/08/21)

### **A convite de Bolsonaro, presidente de Guiné-Bissau visitou Brasil com avião da FAB**

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, pretende enviar aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para possibilitar uma visita presidencial do mandatário de Guiné-Bissau, Umaro El Mokhtar Sissoco Embaló, ao Brasil. No texto, o jornal descreve o guineense como o "Bolsonaro da África", sendo ele um militar da reserva, admirador do presidente brasileiro e com tendências autoritárias, além de ser alvo de críticas pela indicação de militares para posições de destaque no governo. Sobre este ponto, o jornal apontou uma fala de Embaló do dia 20/07/2021 para a Deutsche Welle sobre uma conversa com o vice-presidente da República do Brasil, general Hamilton Mourão, durante o encontro promovido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na qual o brasileiro teria dito que a candidatura de Bolsonaro em 2018 foi "por entender que o Brasil não podia mais correr riscos", já que "os civis não se entendem". Segundo o professor Alexandre dos Santos, Embaló busca se associar a Bolsonaro para justificar ações internas, como a militarização do governo e a narrativa de que militares podem "lidar com problemas para os quais civis não encontram solução, como a corrupção". Sobre o uso da aeronave da FAB, a Folha o apontou como um episódio incomum, tendo em vista que o costume é que autoridades estrangeiras "venham ao país em avião próprio ou arquem com as despesas do voo", levando o jornal a questionar o Itamaraty sobre a veracidade do uso, ao que o Ministério confirmou. Além disso, o corpo diplomático que trabalha na pasta também apontou ao jornal que tal situação não é inédita, tendo sido feita para "países menores e com poucos recursos". O Ministério das Relações Exteriores, ao mesmo tempo ressaltou que o ato "insere-se no quadro de laços culturais, históricos, linguísticos e de amizade que o Brasil mantém com Guiné Bissau", lembrando também os efeitos que a pandemia de covid-19 causou nas conexões aéreas. A visita do mandatário no Brasil deve durar uma semana e além dos encontros com lideranças políticas deve incluir uma visita à Marinha no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo - Mundo - 23/08/21)

### **Reportagem abordou construção de museu marítimo no Rio de Janeiro**

Em reportagem para o jornal Folha de S. Paulo, Francesca Angiolillo discorreu sobre polêmicas envolvendo a construção do primeiro Museu Marítimo do Brasil, que se localizará no Rio de Janeiro, ressaltando que os planos de construção têm origem na Marinha, que visa demolir o Espaço Cultural da Marinha (ECM), localizado na baía de Guanabara, para construir o novo edifício. O prédio antigo tem origem em 1996 e detém um “ar de colonial”, tendo sido feito para abrigar atrações e embarcações, como o submarino-museu Riachuelo. Sobre a destruição do prédio antigo, a Marinha afirmou que o local “não atende às necessidades de museu no que tange à conservação, acervo, fluxo, visitação, bem-estar público, entre outras coisas”, e que por isso deve ser demolido e substituído. Os arquitetos responsáveis pelo projeto disseram que o museu terá “dois edifícios interligados por uma passarela que remete à de embarque de um navio”, além de poder receber embarcações visitáveis e hospedar um tanque, um helicóptero e um avião do acervo, fazendo-se uso de uma ponte-rolante. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 23/08/21)

### **Bolsonaro solicitou matrícula de sua filha em colégio militar sem processo seletivo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, pediu ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que sua filha seja matriculada no Colégio Militar de Brasília, sem passar pelo processo seletivo da instituição. O jornal relembrou o caso da deputada Carla Zambelli, cujo filho passou a estudar na instituição sem ter realizado o processo seletivo. No caso da deputada, a autorização foi dada pelo general Edson Leal Pujol, à época comandante do Exército, com base no artigo 92 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69): “os casos considerados especiais poderão ser julgados pelo comandante do Exército”. A Folha avalia que o mesmo deverá se aplicar ao caso da filha de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21)

### **Uso pessoal de aeronaves da FAB**

Em reportagem, a Folha de S. Paulo afirmou que, de acordo com dados de registros de voos do Ministério da Saúde, o ministro Marcelo Queiroga, acompanhado por sua esposa e seus filhos, assim como por outros parentes e autoridades, utilizou pelo menos 20 voos oficiais de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), no período de 25/03 a 08/08/21. Procurado pela Folha, o Ministério não informou o motivo da presença de tais acompanhantes ou se estes estavam cumprindo a agenda da pasta. O líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e o ministro do turismo, Gilson Machado, também foram acompanhados por suas esposas em voos feitos com aeronaves da FAB. O jornal ressaltou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, apesar de ter alterado, no primeiro semestre de 2020, o decreto sobre uso das aeronaves oficiais para, em tese, tornar as regras mais rígidas, também voou acompanhado por parentes em voos pagos com dinheiro público e utilizou aeronaves da FAB para promover aproximação com aliados políticos. No dia 09/09/21, o presidente ordenou que um jato da FAB buscase o ex-presidente Michel Temer (MDB) em São Paulo. O encontro resultou na elaboração da nota de recuo quanto às ameaças golpistas e desdobramentos das manifestações do dia 7 de setembro. Ademais, o Ministério da Defesa informou que pagou cerca de R\$ 19 mil em diárias, taxas aeroportuárias e alfandegárias para trazer ao Brasil o presidente da Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló, em avião das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/09/21)

### **Aberto processo de Auditoria sobre acúmulo de remunerações em estatais presididas por integrantes das Forças Armadas**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, no dia 26/09/21, estatais vinculadas ao Ministério da Defesa e ligadas ao Exército e à Marinha “ficaram fora de pente-fino” realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que fiscalizou prejuízos milionários aos cofres públicos. De acordo com o jornal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) presididas, respectivamente, pelo general da reserva do Exército, Aderico Visconte Pardi, e pelo vice-almirante da reserva da Marinha, Antônio Carlos

Guerreiro, não passaram por auditoria da CGU, órgão central de controle interno do governo. Em nota, a Controladoria-Geral da União comunicou que legislações de 2000 e 2001 impedem sua atuação na estrutura do Ministério da Defesa, ficando a cargo da Secretaria de Controle Interno e de outros órgãos de controle do próprio Ministério o papel de realizar auditorias para supervisionar gastos. No entanto, as estatais não fiscalizadas e presididas por militares revelaram um cenário de acúmulo de remunerações nas Forças Armadas que garantem ao general Pardi e ao vice-almirante Guerreiro rendimentos superiores a R\$ 40 mil brutos por mês, valores que se encontram acima do teto salarial previsto. Em análise da CGU, os pagamentos acumulados em estatais, sobretudo de militares da reserva que ocupam posições no governo, geram um prejuízo de R\$ 8,8 milhões para os cofres públicos anualmente. No entanto, conforme reportagem da Folha no dia 29/09/21, a CGU abriu processo de auditoria para investigar os pagamentos em estatais presididas por militares que ultrapassam o teto do funcionalismo, sem responder, porém, perguntas relacionadas ao momento em que o processo foi aberto, os motivos de sua abertura e nem quando será sua conclusão. Apesar do processo estar aberto, informou o periódico, a análise não abarcará estatais que tenham vínculos com o Ministério da Defesa, “mesmo com acúmulos de ganhos por parte dos presidentes dessas empresas”. Segundo apuração da Folha, a maior remuneração dessas estatais presididas por integrantes das Forças Armadas, corresponde ao salário do presidente da Petrobrás, o general do Exército Joaquim Silva e Luna: “A remuneração do Exército — R\$ 32,2 mil brutos — e os ganhos fixos e variáveis da estatal somam R\$ 260 mil”. (Folha de S. Paulo - Mercado - 26/09/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 29/09/21)

### **Jornal discutiu a pobreza de indígenas na região Norte que dependem de ajuda vinda das Forças Armadas**

Em uma reportagem publicada pelo Correio Braziliense, foi-se discutido a pobreza de mulheres indígenas habitantes da região Norte do Brasil. O texto iniciou dizendo que jornalistas do periódico, a convite do Ministério da Defesa, viajaram para regiões que contam com o apoio de bases militares no atendimento de necessidades básicas para a população local. Tal ação ocorre desde 1985, recebendo ajuda das Forças Armadas através do programa Calha Norte. Atualmente, segundo o governo, 442 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - totalizando pouco mais de 15 milhões de pessoas - são beneficiadas por recursos que ultrapassam R\$ 1 bilhão. Nisso, a reportagem ressaltou que a despeito de todo esse auxílio - o qual reconhecem como necessário “para a sobrevivência dos povos indígenas” -, várias comunidades ainda passam necessidade. Um exemplo dado pelo Correio foi o de Erica Maria de Lima Rodrigues, agricultora indígena da etnia Tariana de 27 anos que vive na região de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas. Rodrigues diz que “a gente passa muita necessidade aqui”, ressaltando a falta de profissionais da saúde que “às vezes nem vêm”, deixando os indígenas locais apenas com “os nossos benzedores e apoio do Exército” no manejo de problemas relacionados à saúde pública. (Correio Braziliense - Brasil - 27/09/21)

### **Punições às baixas e proteção às altas patentes das Forças Armadas**

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo apontou que, apesar das constantes punições sofridas por praças e oficiais subalternos da Marinha brasileira, os oficiais superiores não recebem tantas condenações. Através da Lei de Acesso à Informação, o periódico conseguiu dados que comprovam que, dentre as Forças Armadas, a Marinha é a única a centralizar e sistematizar os dados. Tais dados revelaram também que a Marinha possui uma frequência de punições para patentes mais baixas e concede proteção às altas patentes. Segundo a reportagem, em análise do período de 2017 a 2021 constatou-se que para os suboficiais, sargentos, cabos, marinheiros e soldados foram aplicadas mais de 10 punições por dia. Já entre os oficiais intermediários e subalternos, foi aplicada 1 punição a cada 4 dias. Entre os capitães de corveta, de fragata e de mar e guerra, foi aplicada 1 punição a cada 22 dias, em média. Aos oficiais generais, as mais altas patentes, não há punições registradas nesse período, e apenas uma nos últimos 10 anos, determinada pelo Superior Tribunal Militar (STM) a um contra-almirante, que recebeu a pena mínima de 2 meses de detenção por um crime de lesão corporal culposa. Segundo a Folha, recentemente a proteção às altas patentes causou incômodo interno ao ser concedida ao ex-

ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello, após se envolver em uma manifestação de apoio ao presidente da República Jair Bolsonaro. No que se refere à Aeronáutica e ao Exército, outra reportagem do jornal Folha de S. Paulo revelou que houve um apagão de dados sobre o histórico de punições aplicadas aos militares. Para se obter as informações, segundo o Exército, seria necessário realizar uma busca manual. Em notas, os comandos do Exército e da Aeronáutica afirmaram não existir “registros consolidados” e centralizados das informações solicitadas, que estariam espalhadas pelas diversas unidades militares ao redor do país. Em outra reportagem da Folha, no dia 06/10/21, o jornal afirmou ter protocolado diversos pedidos para a obtenção de tais informações, que foram negados pelas Forças Armadas, inclusive com o aval da Controladoria-Geral da União (CGU), alegando “necessidade de preservar a hierarquia e disciplina; a natureza pessoal das informações; a existência de uma relação ‘personalíssima’ entre o militar e o comandante que pune; e regime jurídico diferenciado dos militares”. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/10/21)

### **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares bonificou oficiais da reserva e dividiu opiniões na sociedade**

De acordo com reportagem d’O Estado de S. Paulo, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, difundido pelo governo do presidente da República Jair Bolsonaro, garantiu a oficiais da reserva que dele participam bônus que superaram salários de professores da rede pública. Esses militares da Marinha e da Aeronáutica – que somaram, de 2020 a 2021, mais de R\$ 10,4 milhões de gastos adicionais aos cofres públicos – foram contratados para “garantir a ordem, fazer rondas, apoiar a direção, ensinar ‘valores’ e o Hino” em colégios com baixa pontuação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e em áreas de vulnerabilidade social. A chegada dos militares às escolas, contudo, dividiu opiniões de pais, professores e alunos: ao passo em que houve adesões “naturais” massivas à presença militar no ambiente escolar, em outros casos houve “panfletagem na porta da escola para convencer pais [a aderirem ao programa] e ataques à diretora nas redes sociais”. Para Priscila Cruz, presidente do movimento Todos pela Educação, o programa do governo Bolsonaro, além de não resolver os problemas educacionais da rede pública, não garante a promoção de valores socioemocionais verdadeiramente relevantes à educação. Outros especialistas ouvidos pelo jornal entendem que o programa serve como mera “vitrine” da gestão Bolsonaro para agradar as Forças Armadas, tendo em vista os valores adicionais desembolsados para pagar esses militares da reserva. (O Estado de S. Paulo - Educação - 10/10/21)

### **Ex-sargenta da aeronáutica foi condenada por desvio de dinheiro público**

De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, uma ex-terceira sargenta da aeronáutica foi condenada a seis anos e seis meses de detenção pelo Supremo Tribunal Militar (STM), pelo crime de desvio de dinheiro público. A ex-militar, responsável pela secretaria do Hotel de Trânsito do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I) entre 25 de julho de 2018 e 20 de março de 2019, desviou cerca de R\$ 70 mil durante o período. Para possibilitar o desvio, a ex-militar enviava e-mails aos hóspedes informando que o pagamento das diárias deveria ser realizado em espécie, em contradição com o regulamento, que estabelece como formas de pagamento o desconto da folha do militar ou por pagamento do boleto da Guia de Recolhimento da União (GRU). Os recepcionistas também eram orientados a aceitar somente pagamento em espécie. A ex-sargenta alegou que o desvio teria como fim custear o tratamento de câncer de seu pai, porém o relator do caso, ministro Artur Vidigal de Oliveira, afirmou que a ré “deveria ter buscado outras medidas lícitas para custear o tratamento da enfermidade do pai”. (Correio Braziliense - Cidades DF - 11/10/21)

### **Filha de Bolsonaro foi aceita em colégio militar sem processo seletivo**

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atendeu ao pedido do presidente da República, Jair Bolsonaro, e autorizou que sua filha Laura, de 11 anos, seja matriculada no Colégio Militar de Brasília sem passar pelo processo seletivo existente, repetindo o benefício concedido ao filho da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) no ano passado pelo general Edson Leal Pujol, e publicado em um boletim



interno de acesso restrito. À época, a deputada admitiu se tratar de um privilégio, mas não de uma irregularidade. O jornal destacou ainda que filhos e filhas de militares também podem ser matriculados nos colégios do Exército, mas em condições específicas. Em nota, o Exército afirmou que a matrícula em caráter excepcional possui respaldo no regulamento dos colégios militares, o “R-69”, que “faculta ao comandante do Exército apreciar casos considerados especiais”, por se tratar de “dependente legal do presidente da República, comandante supremo das Forças Armadas”. A Força também justificou o sigilo imposto sobre o processo até o fim do mandato de Bolsonaro, alegando risco à segurança de ambos, e que a decisão estaria respaldada pela Lei de Acesso à Informação. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/10/21)

### **Documentos mostram que o Exército monitorou cidadãos, parlamentares e jornalistas**

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* informou que o jornal recebeu do próprio Exército 124 páginas de relatórios de “Acompanhamento e Análise do Projeto de Lei (PL) 1.645/2019 nas Mídias Sociais”, que detalham o monitoramento de cidadãos, parlamentares, jornalistas e influenciadores digitais entre 14/08/2019 até 20/11/2019. O objetivo era identificar e neutralizar detratores do projeto de lei que reestruturou a carreira militar, proposta sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro em dezembro de 2019. Os documentos, produzidos pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), informam as estratégias políticas utilizadas pela corporação para influenciar na tramitação da proposta de lei, como o uso de outros perfis que não fossem os próprios da corporação, justificando que “perfis pessoais possuem uma capacidade representativa na rede muito superior a perfis institucionais”, e estimular a participação de influenciadores digitais no debate público, pois na avaliação do Exército estes detêm “maior capacidade de reverberar a linha narrativa que se deseja propagar”. Um dos maiores alvos dos relatórios é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e seus parlamentares, nomeadamente Glauber Braga e Marcelo Freixo, na época, classificados como “protagonistas da oposição ao governo” e “fortes influenciadores de massas radicais no Twitter”, além de identificar um “alinhamento dos integrantes das Associações de praças e inativos” com o partido. Ainda segundo o periódico, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizada no dia 27/10/21, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, negou haver monitoramento de parlamentares por parte do Exército, após o deputado federal Glauber Braga relatar ter sido um dos alvos monitorados. O deputado afirmou que pedirá à bancada de seu partido que encaminhe um pedido formal de esclarecimento ao ministro da Defesa. Glauber Braga comentou que o pedido busca confirmar a posição do general em um documento oficial, e disse que esse tipo de atitude dos militares é um “absurdo”, afirmando que “eles (os militares) trabalharam como força de espionagem contra deputados da oposição”. Em outra reportagem, o *Correio Braziliense* destacou que os relatórios estão abordando temas “estranhos à missão das Forças Armadas”, como a política econômica do governo federal, e produzindo avaliações mais politizadas, indicadas por termos como “partidos de oposição”, “causa lulista” e “ganhar a narrativa”. O especialista em Forças Armadas e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Alcides Costa Vaz, avaliou, em entrevista ao periódico, que esse tipo de investigação interna é uma “anomalia” que não faz parte das funções típicas do Exército, ferindo a Constituição. O professor afirmou também que “caberia à polícia investigar” caso haja qualquer atividade que coloque em risco a integridade da população. A advogada constitucionalista Vera Chemim, também ouvida pelo periódico, criticou a atuação das Forças Armadas para tentar “fazer algum tipo de lobby neste sentido”, se referindo à aprovação da lei. O advogado criminalista Thiago Durbay categorizou como inadequadas as investigações do Exército, afirmando que “esse catálogo de pessoas pode servir a perseguições políticas e violações de liberdades e direitos fundamentais”. Por último, militares ouvidos pelo jornal em condição de anonimato afirmaram que o monitoramento é rotineiro, e confirmaram que essa investigação fazia parte da estratégia dos militares para “vencer a narrativa”, objetivo que também aparece explicitado no relatório. Segundo uma das fontes, “a conjuntura de hoje não é de golpe”, mas as atividades visam “ter um controle de bastidor, manter os 80% de aprovação, ter o suficiente de aprovação popular para avançar com temáticas próprias da Força”. (*Correio Braziliense* – Poder – 31/10/21; *Correio Braziliense* – Poder – 1/11/21)

### **Estatal controlada pela Marinha arquivou processo de apuração de responsabilidade**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, foi arquivado o processo de apuração interna de responsabilidade recomendado pela Controladoria-Geral da União (CGU) à Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), uma estatal dependente da União e controlada por oficiais de alta patente da Marinha. Segundo a CGU, uma manobra organizada em 2016 pelo então diretor administrativo e atual presidente da Nuclep, o contra-almirante da reserva Carlos Henrique Silva Seixas, promoveu quatro motoristas da diretoria à assistentes, um cargo de confiança, elevando seus salários de R\$ 3,4 mil à R\$ 18,6 mil e gerando um prejuízo de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. Entre os membros da diretoria-executiva da empresa presentes na reunião que aprovou a oferta dos cargos estava, além de Seixas, o vice-almirante Liberal Enio Zanelatto, à época diretor industrial da estatal, hoje diretor industrial da Marinha. Em nota, a Nuclep apontou que os quatro motoristas continuavam a atuar nessa função, mas passaram a acumular mais funções, "inerentes ao cargo de assistente", chegando a apresentar à CGU um atestado de um diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro afirmando a participação de um dos motoristas em reunião de trabalho na unidade da Marinha. O processo foi arquivado sem apontamento de culpa ou dolo, ou ressarcimento. Os motoristas, no entanto, perderam os cargos de confiança. Segundo a Folha, as atas de reuniões do conselho administrativo disponíveis no site da Nuclep não registravam discussões a respeito das promoções, porém, em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME), comandado pelo almirante de esquadra da reserva Bento Albuquerque, que integrava o Conselho de Administração da Nuclep durante o período de auditoria da CGU, alegou que as discussões não constam nas atas de reunião pois os atos de nomeação para cargos e funções eram de competência da diretoria-executiva, não havendo acompanhamento do conselho. Além disso, a Folha destacou que, durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, a Nuclep, antes ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), passou à alçada do MME, e que o presidente da estatal integra a lista dos dezesseis militares que presidem estatais no governo Bolsonaro e acumulam remunerações. (Folha de S. Paulo - Mercado - 16/11/21)

### **Presidente do Superior Tribunal Militar afirmou que as Forças Armadas demandam Justiça especializada**

O ministro Péricles Queiroz, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), comentou, em entrevista ao periódico Correio Braziliense, a relevância das Circunscrições Judiciárias Militares (CMJ) e a importância dos tribunais para julgar ações das Forças Armadas. Para o ministro, órgãos de justiça especializados e voltados aos militares são necessários devido à natureza da atividade, vicissitude, responsabilidades e compromissos característicos da atividade militar. (Correio Braziliense - Política - 20/11/21)

### **Cinco militares foram punidos por fraudes na aquisição de medicamentos para hospital**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, cinco militares e cinco civis tiveram suas condenações e penas mantidas pelo Superior Tribunal Militar (STM) por fraudes na compra de equipamentos de informática e medicamentos para o Hospital Militar de Área do Recife. De acordo com a reportagem, o prejuízo para os cofres públicos foi estimado em R\$ 4,4 milhões. (Correio Braziliense - Brasil - 20/11/21)

### **Militares têm aumentos salariais enquanto servidores públicos civis seguem com reajustes congelados**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista e mestre em administração pública pela universidade de Harvard (EUA), Vinicius Torres Freire, contrapôs os aumentos salariais das Forças Armadas em relação à baixa despesa civil resultante da redução de quadros por conta do congelamento salarial. O autor explicou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, quer dar aumento pelo menos aos militares e policiais federais, já que ele "sempre teve mentalidade de vereador das milícias e sindicalista militar". A despesa com os militares da ativa aumentou em 5,5% desde o começo de 2020, em contraposição com os gastos aos

servidores civis que caíram 8% no mesmo período. Freire lembrou a propaganda da ditadura militar feita pelo presidente e denunciou o revisionismo bárbaro que Bolsonaro queria levar até às provas de vestibular. Além disso, o traço de “soberania nacional” advindo das Forças Armadas para com a Amazônia, seguido à risca pelo governo, fez com que o país regredisse em 15 anos no controle ao desmatamento. Por fim, o jornalista ainda fez um paralelo sobre como esconder os números de mortos durante a pandemia da Covid-19 demonstra traços ditatoriais, e que “este é também um governo do partido militar, na boquinha e na ideologia, sócio do centrão. Os generais ficaram quietos. Tentam sair de fininho da casa que ajudaram a explodir. Levam intactos os aumentos de salário”. (Folha de S. Paulo - Mercado - 21/11/21)

### **Avião da FAB foi utilizado como transporte para fórum em Lisboa**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) foi usado para o transporte de autoridades brasileiras ao Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O avião da FAB transportou cinco deputados federais e seus cônjuges, entre eles o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL). A Aeronáutica optou por não informar o custo do voo. Estima-se que o Fórum tenha custado ao menos R\$ 500 mil aos cofres públicos, envolvendo políticos, servidores e seus cônjuges. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/11/21)

### **Decreto presidencial criou novo nível de promoção na Força Aérea Brasileira**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro assinou, em 01/12/21, um decreto que criou a graduação de segundo sargento no Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) da Força Aérea Brasileira (FAB), além de reduzir de 20 para 15 anos o tempo para que um cabo possa ser promovido à essa nova patente. De acordo com a reportagem, representantes da FAB têm brigado pela pauta há 10 anos, uma vez que a posição já existia tanto no Exército quanto na Marinha. Cerca de 1400 membros do QESA poderão receber a promoção e acréscimo na remuneração. Em nota, a FAB afirmou que o impacto financeiro da medida se compensará “pela redução dos efetivos de cabo e soldado”. O jornal lembrou ainda que o governo Bolsonaro decidiu, em setembro, reforçar os recursos usados livremente pelo Ministério da Defesa no orçamento de 2022, liberando R\$ 11,8 bilhões em verbas discricionárias, usadas em gastos administrativos e investimentos. O valor, segundo a reportagem, é R\$ 1,6 bilhão maior que o orçamento efetivo para 2021, e R\$ 132 milhões acima do que havia sido proposto inicialmente para este ano. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/12/21)

### **Presidente do Superior Tribunal Militar defendeu a participação militar no Conselho Nacional de Justiça**

Em entrevista ao periódico Correio Braziliense, o general do Exército Luis Carlos Gomes Mattos, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), defendeu a representação da corte no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em suas palavras, “o STM faz parte do Poder Judiciário. Se o CNJ existe para aprimorar o Poder Judiciário, nada mais justo e lógico que o STM se faça representar”. Gomes Mattos também comentou duas ações acerca das competências da Justiça Militar em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) - uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a competência da Justiça Militar para julgar crimes ocorridos durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e uma arguição de descumprimento de preceito fundamental que questiona a competência da Justiça Militar para processar e julgar civis em tempo de paz - afirmando acreditar que a competência da Justiça Militar será mantida, e que o limite para os julgamentos é o mesmo imposto pela Constituição Federal e do Código Penal Militar. Perguntado sobre o envolvimento das Forças Armadas na política e, especificamente, sobre o caso do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, Gomes Mattos respondeu que “não há nada que impeça o militar de participar da política, em ocupar cargos políticos” desde que esteja na reserva, argumentando ainda que, durante a carreira, os militares seguem estudando e, pela vivência nacional, detêm conhecimento sobre as questões do país. Sobre Pazuello, o presidente do STM respondeu se tratar de “um excelente profissional, competente, dedicado, honesto e chegou ao topo da carreira pelo reconhecimento do seu trabalho ao longo de sua trajetória

militar. Apenas, acredito que tenha errado ao se envolver diretamente na política estando, ainda, no serviço ativo". Acerca da distribuição de circunscrições militares no país, Gomes Mattos afirmou que satisfaz as necessidades da Justiça Militar da União. O jornalista responsável pela entrevista, Carlos Alexandre de Souza, indagou o general acerca da participação das mulheres na Justiça Militar, que por sua vez respondeu que, para um egresso das Forças Armadas ser indicado a ministro, o militar deve ter atingido o topo da carreira, algo ainda não alcançado por uma mulher no Brasil. Assim, as mulheres ficariam limitadas a concorrer a uma das cinco vagas existentes para os ministros civis. Por último, perguntado sobre a possibilidade de comparação entre a Justiça Militar no Brasil e a de outros países, o general destacou que o diferencial brasileiro é a Justiça Militar integrar o Poder Judiciário, enquanto em outros países, esta é atrelada ao Poder Executivo. Em coluna opinativa para o Correio Braziliense, o advogado, ex-juiz federal e professor de Direito Tributário, Sacha Calmon Navarro Coêlho, comentou acerca do histórico dos tribunais militares no Brasil, lembrando que, no período imperial, civis foram julgados por servidores fardados por motivo de participações em atos de rebelião. Coêlho destacou também que, durante o Estado Novo (1937-1946), comunistas foram perseguidos e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, um órgão de justiça militar, e que a ditadura militar (1964-1985) também perseguiu opositores do regime através dos inquéritos policiais militares e dos tribunais castrenses. Em análise comparativa de diversos países, como Estados Unidos, Holanda e Uganda, o autor afirmou que é comum o julgamento de militares por civis, bem como de civis por militares, mas que para o legítimo funcionamento da democracia, a "inversão da polaridade ajuizadora precisa ser assentida e, paulatinamente, buscada". Por fim, o autor lembrou o fracasso de Bolsonaro durante o 7 de setembro "incendiário", em suas palavras, que não conseguiu seguir em frente devido à resistência das Forças Armadas. (Correio Braziliense - Opinião - 05/12/21; Correio Braziliense - Política - 06/12/21)

#### **Polícia Federal deflagrou operação para investigar contrabando em aviões da FAB**

Conforme reportagem do periódico Correio Braziliense, a Polícia Federal (PF) deflagrou a 5ª fase da operação Quinta Coluna, que investiga o transporte de cocaína para a Europa através de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). No total, foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, Brasília (distrito federal) e em Florianópolis, estado de Santa Catarina. Além disso, a Justiça Federal determinou o "sequestro e bloqueio de imóveis, dinheiro e veículos de luxo dos alvos da operação". A nova etapa da operação objetiva buscar provas de lavagem de dinheiro realizada por Marcos Daniel Penna Borja Rodrigues Gama, apontado pela PF como líder do esquema criminoso. Marcos Daniel e os demais investigados poderão responder pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa, a pena pode chegar a 13 anos de prisão. Ao comentar o caso, a FAB afirmou que nenhum militar da corporação foi alvo de busca e apreensão, ou de mandado de prisão realizados pela PF, e o processo segue sob sigilo da Justiça. A operação Quinta Coluna investiga o transporte de 37 quilos de cocaína em aeronaves da FAB, do Brasil para a Espanha, em 2019. O caso veio a público quando o sargento da Aeronáutica Manoel Silva Rodrigues foi preso em Sevilha quando transportava drogas em voo que antecedeu a comitiva presidencial em uma viagem oficial ao Japão. O presidente da República, Jair Bolsonaro, seguia em outra aeronave. (Correio Braziliense - Brasil - 16/12/21)

# 5 Indústria e orçamento de defesa

## Armas e picanha?

Um dos temas que marcou a pauta da indústria de defesa em 2021 foi a decisão da Força Aérea Brasileira (FAB) de reduzir sua encomenda de cargueiros militares KC-390 da Embraer, abrindo uma crise com a empresa. Embora houvesse se comprometido em 2014 a comprar 28 aeronaves pelo valor de 7,2 bilhões de reais, a FAB anunciou a diminuição da encomenda com a justificativa de restrições orçamentárias que afetaram seus programas estratégicos militares, tanto no tocante à aquisição quanto em relação ao suporte logístico no longo prazo. Em nota, a Embraer afirmou que irá buscar “medidas legais relativas ao reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos, bem como avaliará os efeitos da redução dos contratos”. Destaca-se que o KC-390 é considerado o principal produto aeronáutico militar brasileiro e que, além de Portugal –principal cliente da aeronave de produção brasileira–, estimam-se vendas internacionais para cerca de 70 países. Esse recuo marcou uma crise entre a Aeronáutica e a Embraer, especialmente quando se considera que a redução na encomenda ocorre em um contexto de chegada dos primeiros caças Gripen da empresa sueca Saab comprados pela FAB, prevista para o primeiro semestre de 2022.

Quanto aos caças Gripen, em 2021 iniciou-se na Suécia o curso operacional da aeronave para pilotos brasileiros do 1º Grupo de Defesa Aérea (GDA). A incorporação dos aviões na frota Aeronáutica ocorrerá após ensaios de voo e concessão do Certificado de Tipo Militar. O contrato assinado em 2014, no âmbito do projeto FX-2, no valor de 29 bilhões de coroas suecas – equivalente a 24 bilhões de reais – prevê a entrega de 36 aeronaves até 2026, assim como a produção integral de 15 dessas aeronaves no Brasil, a transferência tecnológica a empresas brasileiras e a incorporação do país na cadeia produtiva global de aviões. Conforme noticiou a Folha de S. Paulo, estima-se que o acordo gere em torno de 21 mil novos empregos no Brasil, em razão da transferência de tecnologia e do desenvolvimento das aeronaves. Em novembro de 2021 as quatro primeiras aeronaves modelo Gripen foram entregues à FAB em cerimônia na cidade sueca de Linköping, sede da Saab.

No âmbito da Marinha, o ano de 2021 foi marcado por cortes de orçamento para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e para o Programa Nuclear da Marinha (PNM), 31% e 49% respectivamente. Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, a conclusão do projeto do submarino nuclear brasileiro está prevista para 2030 e, caso se confirme, o Brasil será o primeiro país que não possui armas atômicas a trabalhar com um submarino nuclear. No projeto, a França é responsável por fornecer a tecnologia para a construção do casco do submarino, enquanto a Marinha do Brasil é responsável por todo o desenvolvimento do reator nuclear.

No tocante aos projetos de veículos espaciais, o decreto nº 10.631 foi assinado por Jair Bolsonaro, o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, com a finalidade de colocar dados sob sigilo e dispensar licitação para compras e contratação de serviços relacionados a esses projetos, sob a justificativa de se tratar de “atividade de segurança nacional”.

Ainda na temática da indústria de defesa, os jornais divulgaram a pesquisa da consultoria britânica Omega Research Foundation, segundo a qual as exportações brasileiras de armas cresceram no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, passando de 915 milhões de dólares em 2018 para 1,3 bilhão de dólares em 2019. Além disso, a pesquisa revelou que em 2019 houve um aumento de 16% no número de empresas credenciadas para a comercialização de armas e um crescimento de 21,8% no número de empresas sob o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (Retid). Conforme destacou a Folha de S. Paulo, embora os dados da consultoria apontem que governos anteriores já vinham apoiando financeiramente o setor bélico por meio de flexibilizações de regras, concessões e empréstimos a juros baixos, também indicam que o crescimento atual pode ser resultado de um “aparente endosso do Executivo do país”.



No tocante ao orçamento da defesa, contabilizado a partir de dados do ano anterior, ou seja, 2020, o relatório do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, sigla em inglês) apontou um aumento dos gastos militares mundiais. Embora o Brasil tenha perdido duas posições no ranking, passando da 11ª para a 13ª posição, em termos nominais o orçamento da defesa (em reais) aumentou. Todavia, o gasto com pessoal continuou representando a grande fatia do orçamento, com 79,6% destinados a pensionistas e inativos. Em agosto de 2021, por exemplo, uma investigação apurou as pensões aos dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM), revelando que estas somaram 27 milhões de reais a mais para os cofres públicos por conta de uma brecha na lei, permitindo pagamentos 31% mais altos do que outras pensões de militares das altas patentes. Face à desproporção entre o orçamento da defesa destinado à folha de pagamentos e aquele que efetivamente é investido nas forças armadas, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, solicitou para 2022 um aumento das verbas para a pasta, justificando que o risco de sucateamento dos equipamentos para a defesa pode dificultar “o cumprimento das missões constitucionais e subsidiárias pelas Forças Armadas”.

Outro assunto bastante comentado no ano de 2021 foi o acúmulo de remuneração dos militares que ocupam cargos no governo federal, tanto no Planalto quanto em estatais, ferindo o teto salarial de servidores (39,2 mil reais). Uma tentativa de manobra do presidente da República para permitir que militares acumulem os salários foi utilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar os salários de generais da reserva. Nesse sentido, os generais que ocupam cargos no governo passariam a receber salários acima de 60 mil reais. No entanto, já existem militares que ganham além do funcionalismo público, como o general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras, que além de receber 32,2 mil reais do Exército, acumula rendimentos na casa de 260 mil reais quando considerados seus proventos na estatal.

A expressão “orçamento secreto”, presente no noticiário de 2021, tangenciou os militares principalmente de duas formas. A primeira relacionada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial frente à qual se decidiu que as receitas para a defesa nacional constituiriam “interesse nacional” e, portanto, ao serem carimbadas como tal, não poderiam ser redirecionadas a outras áreas. A segunda, através do general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Casa Civil à época. Ramos enquanto liderava a pasta teve participação direta no “orçamento secreto” ou “Tratoração”. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, documentos oficiais mostram que o Ministério da Defesa foi um dos incluídos nas negociações para os repasses de emendas do “orçamento secreto”. A justificativa para o repasse foi aumentar a presença do Estado brasileiro na Amazônia, através do programa Calha Norte.

Outro assunto relacionado ao orçamento dos militares foi o possível superfaturamento de comidas. Em fevereiro, membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por meio da Procuradoria Geral da República (PGR), pediram investigação sobre a compra de 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas, pois o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de 84,14 reais e da unidade da cerveja de 9,80 reais. O jornalista Marco Nogueira, em coluna para o jornal Folha de S. Paulo, enfatizou que os militares realizaram churrascos pagos “pelo contribuinte em plena pandemia”. A atuação do Legislativo em relação ao assunto foi tímida, uma vez que Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, anulou a convocação do Ministro da Defesa, general Braga Netto, para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas, a pedido do líder do governo na Câmara, deputado federal Ricardo Barros, do Partido Progressistas (PP).

Finalmente, o ano de 2021 também foi marcado pela relação entre o orçamento da defesa e a pandemia da covid-19. Até o dia 08 de maio de 2021, segundo o jornal Folha de S. Paulo, a pasta responsável pela Defesa despendeu um orçamento de 572 milhões de reais desde o início da pandemia, quantia que superou a de outros ministérios, como o de Ciência e Tecnologia e o das Relações Exteriores. Tais valores, liberados ao longo da pandemia, foram repassados de forma emergencial, através de medidas provisórias. Porém, em julho de 2021, a procuradora Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas de São Paulo, apresentou um relatório reportando que recursos extraordinários destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa. A procuradora apontou que a utilização desses recursos foi de diversas formas como: material odontológico; energia elétrica; esgoto; material de courelaria; uniformes; etc.

**Jonathan de Araujo de Assis**

*Doutorando em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

**Cristiano Manhães**

*Graduando em Rel. Internacionais na Unesp/Franca*

**Operação investiga uso de aeronaves da FAB para tráfico internacional de drogas**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a polícia federal deflagrou a Operação Quinta Coluna para aprofundar as investigações sobre possível organização criminosa suspeita de utilizar aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para tráfico internacional de drogas. As investigações tiveram início em junho de 2019 após a prisão do segundo-sargento da FAB, Manoel Rodrigues, flagrado com 39 quilos de cocaína em sua bagagem de mão ao desembarcar na Espanha. Segundo O Estado, antes de ser preso, Manoel Rodrigues já havia realizado, entre 2015 e 2019, ao menos 29 viagens em aviões da FAB. Segundo os jornais, as apurações miram 10 investigados e também envolvem a possível prática de lavagem de dinheiro do tráfico. De acordo com O Estado, as investigações apontaram "diversas estratégias do grupo para ocultar os bens provenientes do tráfico de entorpecentes, especialmente a aquisição de veículos e imóveis com pagamentos de altos valores em espécie". (Correio Braziliense - Política - 03/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/02/21)

**Partido pediu investigação dos gastos das Forças Armadas com picanha e cerveja**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) solicitaram, em representação enviada à Procuradoria Geral da República (PGR), que os gastos das Forças Armadas com 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas fossem investigados. Segundo os parlamentares, há fortes indícios de superfaturamento, pois o preço do quilo da picanha pago pelo Exército foi de R\$ 84,14 e da unidade da cerveja de R\$ 9,80. Em nota, mencionada pelo Estado, o Ministério da Defesa respondeu que a representação dos deputados se apoia em "informações absolutamente equivocadas", e que "apresentar valores totais de processos licitatórios homologados como sendo valores efetivamente gastos constitui grave equívoco". (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/21)

**Colunista comentou gastos das Forças Armadas com carne e cerveja**

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Marcos Nogueira comentou os gastos da cúpula das Forças Armadas com picanha, cerveja e carvão, que, juntos, sugerem a realização de frequentes churrascos pagos "pelo contribuinte em plena pandemia". Nogueira reconhece que comida e bebida caras costumam ser dedicados à promoção de reuniões de gala para convidados ilustres, mas que o churrasco é uma "confraternização entre pares" que deveria ser paga "com os vencimentos dos próprios oficiais". O jornalista também destacou o valor superfaturado e as marcas caras de cervejas, conforme apontado em representação protocolada na Procuradoria-Geral da República (PGR), e afirmou que a situação já seria ruim normalmente, mas que se torna pior "numa pandemia e sob o desmando do general Pazuello" e "muito pior quando as Forças Armadas se recusam a abrir os hospitais militares para o tratamento de civis com Covid-19." Em coluna à Folha, o jornalista Álvaro Costa e Silva também comentou o fato relembrando de seus tempos de recruta no forte de Copacabana. A alimentação, segundo ele, funcionava em "regime de castas", em que soldados e cabos, e sargentos e oficiais comiam café da manhã, almoço, jantar e ceia no cassino. No rancho dos recrutas nunca havia comido nada "nem parecido com picanha" e lembrou o diálogo do sargento com a tropa nas corridas do calçadão: "Ela é boa!"; "Muito boa!"; "O que é que é boa?" "A comida do quartel!". Numa analogia, aproveitou para classificar como "mais indigestos" os assuntos abordados pelo general Eduardo Villas Bôas no recém lançado livro-depoimento, em que são reveladas conversas de comandantes das Forças Armadas com "ataques ao politicamente correto e ao movimento antirracista, pressões e alertas ao STF contra o perigo de conceder habeas corpus a Lula, a luta pela preservação moral do país e a preocupação de as Forças Armadas não se envolverem em política", esta última preocupação evidentemente malsucedida pelo grande número de militares ocupantes de cargos no governo. (Folha de S. Paulo - Folha Corrida - 13/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21)

### **Proposta orçamentária de economista sugere congelar salário de militares**

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, o economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirmou que o Governo Federal poderia encontrar um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2021 para a extensão do auxílio emergencial, a partir de cortes de gastos e aumento das arrecadações. Para o economista, dentre os possíveis cortes, estaria o congelamento do salário dos militares, o que acarretaria em uma economia de R\$ 7,1 bilhões aos cofres públicos, uma vez que “o reajuste dos militares é lei, mas essa lei se sobrepõe aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao próprio teto constitucional”, entretanto, ressaltou que tal medida teria um custo político para a base do Governo Federal (Folha de S. Paulo - Mercado - 18/02/21).

### **Brasil gastou US\$ 22,1 bilhões com suas Forças Armadas em 2020**

O jornal Folha de S. Paulo noticiou que, segundo dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, o Brasil gastou, em 2020, US\$22,1 bilhões em suas Forças Armadas, representando 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. No ranking internacional, o Brasil caiu da 11ª posição para a 13ª em números nominais. Porém, apesar da queda em dólares, o gasto em reais aumentou, sendo a queda efeito da depreciação da moeda brasileira frente à americana. Além disso, a Folha ressaltou que o Brasil despendeu cerca de R\$561 por habitante nas forças armadas, sendo que tal gasto representa 42% do total da América Latina e Caribe. Contudo, a Folha avaliou que a despeito dos gastos aparentemente altos, cerca de 80% do total é despendido com pessoal, incluindo pensões e aposentadorias, e apenas uma fração vai para programas como o do caça Gripen e do cargueiro KC-390. (Folha de S. Paulo - Mundo - 26/02/21)

## **MARÇO**

### **Folha de S. Paulo destacou o aumento nos gastos militares durante a pandemia**

Em editorial publicado pela Folha de S. Paulo, o periódico apontou que a tendência no aumento de gastos militares globais se manteve durante a pandemia. Em estudo publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em 2020 o crescimento dos gastos militares globais foi de 4% em relação ao ano anterior. O Brasil ocupa a 11ª posição no ranking de gastos com as Forças Armadas, sendo praticamente todo o orçamento voltado para o pagamento de pessoal ativo e inativo. Ademais, o jornal destacou que, em períodos de incerteza, como os ataques do 11 de setembro de 2001, a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e, atualmente, a pandemia do COVID-19, o aumento dos gastos militares globais é compreensível, contudo, lamentável, tendo em vista que uma parte dos altos orçamentos poderiam ter sido direcionados para o controle do vírus. (Folha de S. Paulo - Editoriais - 01/03/21)

### **Novo decreto aprovado pelo governo federal põe sob sigilo licitação de lançador de satélites**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro e os ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, assinaram o decreto nº 10.631, que coloca sob sigilo os dados e a dispensa de licitação para compras ou para a contratação de serviços e obras relacionadas ao lançamento de veículos espaciais e aos serviços ligados aos seus projetos. Por meio de nota, o Ministério da Defesa destacou que a mudança publicada no decreto está “diretamente relacionada à necessidade de classificar como atividade de segurança nacional o lançamento de artefatos espaciais civis partindo de uma Unidade administrada pela Força Aérea Brasileira”, a Base de Alcântara, e não tem relação com a compra sem licitação de uma satélite finlandês no valor de R\$ 145 milhões, o qual fará parte do sistema de controle e vigilância das fronteiras, da Floresta Amazônica e do Oceano Atlântico. O Ministério da Defesa também informou que houve um realinhamento da estratégia de desenvolvimento de veículos lançadores de satélite, como o projeto Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), em decorrência dos desafios tecnológicos. O Estado ressaltou que o VLM-1 é a terceira tentativa do programa espacial brasileiro de desenvolver um veículo lançador de satélites, destinado ao lançamento de

microsatélite em órbitas baixas (LEO) equatoriais ou de reentrada, e que apresentará um novo sistema propulsor movido a combustível sólido, com três estágios. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/03/21)

### **Proposta de Emenda à Constituição do auxílio emergencial beneficia o orçamento das Forças Armadas**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial carimba as receitas para a defesa nacional, ao contrário do que tencionava a equipe econômica do governo com a proposta. Ao serem carimbadas as receitas vinculadas às Forças Armadas, mesmo que não sejam utilizadas, não poderão ser redirecionadas a outras áreas. Segundo o Estadão, a PEC cria a possibilidade de vinculação de percentuais da receita de determinados impostos às despesas da Defesa, ao declarar-se por lei ser de "interesse nacional". A brecha aberta por esse dispositivo cria o risco de parte considerável do Orçamento ser capturada pelos militares, devido ao seu poder político. Além disso, a proposta protege os soldos dos membros das Forças Armadas dos gatilhos de contenção de despesas presentes na PEC. (Correio Braziliense - Política - 05/03/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 05/03/21)

### **Integrantes das Forças Armadas tentam ser excluídos da PEC que limita gastos com servidores**

Em coluna ao Correio Braziliense, a jornalista Denise Rothenburg destacou que integrantes das Forças Armadas e de segurança estão se mobilizando junto à Câmara dos Deputados para serem excluídos do texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a suspensão de reajustes, benefícios e vantagens de servidores públicos. Rothenberg pontuou que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, não tem intenção de atendê-los, temendo que outras categorias tenham a mesma iniciativa. (Correio Braziliense - Política - 09/03/21)

### **Lei Orçamentária Anual prevê aumento de investimento nas Forças Armadas**

Conforme noticiaram os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a atual proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo federal, que foi votada no dia 25/03/21, prevê 22% do total dos recursos para os militares e garante reajuste de salário à categoria, enquanto o restante do funcionalismo público tem os vencimentos congelados até dezembro de 2021. Segundo o Estado, o relatório apresentado pelo senador Márcio Bittar previu R\$ 8,32 bilhões de investimentos ao Ministério da Defesa, um aumento em relação aos R\$ 8,17 bilhões destinados ao exercício de 2020 e os reajustes salariais implicarão em investimento de R\$ 7,1 bilhões. Dentre os projetos previstos pelo Ministério da Defesa se encontram "a construção de submarinos nucleares e convencionais, aquisição de aeronaves de caça, desenvolvimento de cargueiro tático e compra de veículos blindados". O periódico também destacou que tais incrementos superam os investimentos para a saúde, previstos em R\$ 1,2 bilhão, num momento de grave crise sanitária, no qual, segundo Bruno Moretti, assessor no Senado Federal e especialista em gastos de saúde, nota-se uma queda "nominal e real de recursos" para o Sistema Único de Saúde (SUS) em cerca de R\$ 36 bilhões em relação ao ano de 2020. Ainda de acordo com O Estado, o líder da minoria no Senado Federal, Jean Paul Prates, afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) faria o possível para reverter o cenário, o qual indicava a aprovação do projeto, e declarou que "é um absurdo que, num momento como este, o governo trabalhe por aumentos salariais para as Forças Armadas e deixe de lado a pandemia". Ademais, a Folha de S. Paulo ressaltou que o consultor de Orçamentos do Senado Federal, Vinicius Amaral, questionou o benefício aos militares e disse que o governo não deu oportunidade para que o Congresso Nacional avaliasse a necessidade do gasto. "Essa conta já veio lançada [pelo governo] nas despesas obrigatórias, ela não vem sequer como uma despesa a ser avaliada pelo Congresso, para decidir se ela será ou não implementada. No meu entendimento, isso contraria a Constituição", afirmou Amaral. (Correio Braziliense - Política - 25/03/21; Correio Braziliense - Política - 26/03/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 24/03/21; O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 23/03/21; O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 25/03/21)

### **Arthur Lira anulou a convocação de Braga Netto para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acatou um recurso do líder do governo na Casa, o deputado federal Ricardo Barros, e anulou a convocação do ministro da Defesa, general Braga Netto, para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas. No final de março, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, utilizou o requerimento de autoria do deputado federal Elias Vaz, que inicialmente era destinado ao ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, para convocar Braga Netto a depor sobre os processos de compra para as Forças Armadas, uma vez que houve indícios de superfaturamento. Entretanto, de acordo com Lira, quando o requerimento foi aprovado, Braga Netto ainda não havia sido empossado no cargo de ministro, o que só ocorreu no dia 01/04/21, portanto, o mesmo não poderia ser convocado. A Folha destacou que Vaz criticou a decisão do presidente da Câmara e disse que vai recorrer no Supremo Tribunal Federal para contestá-la, pois “Arthur Lira está passando por cima de uma prerrogativa constitucional do Parlamento, que é o direito de fazer uma convocação”, além disso, o regimento não diz que é necessário colocar o nome do ministro, mas sim que o titular da pasta precisa comparecer pessoalmente após ser convocado (Folha de S. Paulo - Poder - 15/04/21)

### **Colunista apontou enfraquecimento de Bolsonaro após troca de comando das Forças Armadas**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Jânio de Freitas comentou sobre o enfraquecimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, após a substituição dos comandantes das Forças Armadas. De acordo com Freitas, o pedido de demissão conjunta dos comandantes tinha como objetivo demonstrar uma distância, ou ao menos uma fissura na relação entre o Exército e Bolsonaro. Além disso, Freitas destacou que após a aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo investigar a atuação do governo durante a pandemia, o presidente Bolsonaro teria voltado a fazer declarações antidemocráticas, a exemplo de: “O pessoal fala que eu tenho que tomar providências, eu estou aguardando o povo dar uma sinalização”. Neste ponto, Freitas mencionou que não houve repercussões em relação a essa afirmação. Por outro lado, lembrou que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, é um dos principais alvos do inquérito sobre o enfrentamento à pandemia. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 18/04/21)

### **O debate sobre a revisão da Lei de Segurança Nacional**

Em coluna intitulada “Abertura ‘lenta, gradual e segura’: do AI-5 à Lei de Segurança Nacional”, publicada pela Folha de S. Paulo, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), traçou o percurso do regime militar (1964-1985) que desencadeou na referida lei, que atualmente tem sido motivo de debates. Segundo o magistrado, a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada no contexto de abertura do regime militar, em dezembro de 1983, e passou a definir crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. A LSN é a última versão de textos normativos iniciados em 1935, com Getúlio Vargas, e modificados ao longo do tempo, os quais fundamentalmente buscam reprimir grupos considerados inimigos internos. Lewandowski ressaltou a tipificação aberta de certos crimes, como “incitar a subversão da ordem política”, bem como a remessa do julgamento destes à Justiça Militar. Para ele, esse preceito legal continua a assombrar o país mesmo após a redemocratização, podendo não estar de acordo com o espírito da Constituição Federal de 1988. Em linha com o pensamento de Lewandowski, como reportado pelo periódico Folha de S. Paulo, o Congresso Nacional prevê votação para 27/04/2021 de um projeto de lei que poderá revogar a LSN. O projeto também deverá conter uma nova versão do artigo do Código Penal sobre incitação ao crime que incluirá a “incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, o Ministério Público, instituições civis ou a sociedade” como crime cuja pena será de multa e detenção de três a seis meses. O objetivo disso seria reafirmar o papel das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo, ante as tentativas



de politização das Forças pelo presidente Jair Bolsonaro e de manifestações de seus apoiadores pedindo intervenção militar. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/04/21).

### **Pilotos da Força Aérea foram enviados para treinamento na Suécia**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, pilotos da Força Aérea Brasileira (FAB) foram enviados à Suécia para treinamento com os novos caças Gripen E, encomendados pelo governo brasileiro. Os caças serão utilizados no controle do espaço aéreo e em missões de combate ao contrabando de armas e tráfico de drogas realizado por aeronaves. De acordo com o tenente-brigadeiro do ar Luiz Fernando de Aguiar, o novo modelo conta com funcionalidades "que extrapolam as capacidades de qualquer outra aeronave já operada pela FAB". Além de pilotarem os novos caças pela primeira vez, os militares realizarão como parte do treinamento a simulação da pressão da cabine e teste de sobrevivência no mar à noite. (O Estado de S. Paulo - Especial - 24/04/21)

### **Periódico comentou programa de submarinos da Marinha brasileira**

Matéria publicada pela Folha de S. Paulo após recente naufrágio de um submarino indonésio comentou sobre a situação dos submarinos brasileiros e suas vulnerabilidades. Segundo o jornal, a Marinha brasileira atualmente opera cinco embarcações da linha de embarcações para exportação IKL-209, a mesma linha do submarino indonésio que naufragou, das quais quatro são da classe Tupi e uma da Tikuna. Desde 2009, a Marinha está construindo mais quatro submarinos franceses da classe Scorpène, os quais, na versão brasileira, serão maiores e modificados, pertencendo à classe Riachuelo. Atualmente, dois deles já estão no mar, um em fase avançada de testes e outro recém-lançado. (Folha de S. Paulo - Mundo - 26/04/21)

## **MAIO**

### **Orçamento militar caiu pela metade em 2020**

Conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo, os investimentos militares caíram pela metade no ano de 2020, o menor nível em uma década, depois de ter havido "fartura" em 2019, primeiro ano do presidente da República, Jair Bolsonaro, retornando ao padrão de gastos com pessoal. De acordo com dados do Siga Brasil - sistema de Informações sobre orçamento público federal -, os gastos caíram para R\$ 8,1 bilhões. Segundo o jornal, as razões para a queda estão no fato de não ter havido em 2020 a manobra de 2019 que permitiu que a Marinha recebesse R\$ 7,6 bilhões referentes à contratação de uma empresa para a construção de novas fragatas, que possibilitou o investimento sem aumentar o déficit público. O jornal apontou que o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva vinha insistindo na ampliação do drible fiscal em todos os setores das Forças. Além disso, os gastos com pessoal aumentaram de 73,3% para 79,6%, com a maior parte sendo destinada a inativos e pensões. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21)

### **Comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais explicou a atuação das Forças Navais no país**

Em entrevista para o Correio Braziliense no dia 05/05/21, o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante de esquadra Paulo Martino Zuccaro, explicou a atuação das Forças Navais no país, inclusive durante a pandemia do novo coronavírus. O comandante-geral destacou a produção de equipamentos de proteção individual e hospitalares no Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais no início da pandemia, como medida efetiva no enfrentamento à circulação do vírus. Além disso, ressaltou o desenvolvimento de "uma câmara de pressão negativa para diminuir a chance de infecção de profissionais de saúde". Zuccaro frisou que o trabalho das Forças Navais exige muitos recursos, dado que a Força é empregada "desde os conflitos armados tradicionais, operações de assistência humanitária, missões de paz, garantia da lei da ordem e resposta a desastres naturais". (Correio Braziliense - Cidades - 06/05/21)

### **Gasto com pessoal militar aumentou em 2020, enquanto o gasto com funcionários civis diminuiu**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o gasto com o pessoal militar, ativos e inativos, teve um aumento real (descontada a inflação) de 4% no ano de 2020, enquanto o gasto com o funcionalismo civil diminuiu em 2%. Se forem considerados apenas os funcionários na ativa de ambas as categorias, as diferenças se acentuam ainda mais. Nesse caso, o aumento foi de 7% aos membros das Forças Armadas, na contramão de uma diminuição de 4% com o pessoal civil. Ademais, considerando os três primeiros meses de 2021, a tendência se manteve, e as despesas com militares tiveram um acréscimo novamente de 7%, em contraposição a um decréscimo ainda maior nas despesas com civis, de 6%. A razão, segundo o Estadão, foi a reforma da carreira militar, aprovada em 2019, que aumentou os soldos recebidos no decorrer da mesma. A reestruturação da carreira foi condição para que os membros das Forças Armadas aceitassem a reforma da previdência aprovada no mesmo ano. Porém, com a diminuição do tempo de vigência da aposentadoria, a remuneração recebida por militares no decorrer do período na ativa aumentou muito, fazendo com que o gasto com um militar durante toda a sua vida (período na ativa e aposentadoria) aumentasse no total. (O Estado de S. Paulo - Economia - 07/05/21)

### **Ministério da Defesa recebeu um dos maiores orçamentos durante a pandemia**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Ministério da Defesa despendeu um orçamento de R\$ 572 milhões desde o início da pandemia da covid-19 até o momento, de acordo com dados de execução orçamentária da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. O valor supera o recebido pelos ministérios de Ciência e Tecnologia, da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, e da Mulher, Família e Direitos Humanos. A maior parte desse orçamento foi liberada de forma emergencial, através de medidas provisórias, e foi destinada ao combate à pandemia, desde a produção de cloroquina e ampliação dos hospitais militares até transporte de oxigênio para hospitais e suporte à vacinação. Militares da cúpula das Forças Armadas consultados pela Folha afirmaram que sua atuação "não se ampliou tão decisivamente", ficando apenas mais evidente durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, que "abriu espaços para oficiais e que trouxe os militares para o coração da administração federal". (Folha de S. Paulo - Poder - 08/05/21)

### **Desenvolvida por startup, nova aeronave de transporte leve poderá atender demandas das Forças Armadas**

Conforme noticiou o periódico Folha de S. Paulo, a startup Desaer, recém-formada por engenheiros ex-funcionários da Embraer, planeja desenvolver uma nova aeronave nacional de pequeno porte e busca investimentos para viabilizar o processo até 2025. Um dos objetivos é atender demandas das Forças Armadas no que se refere ao transporte de cargas em voos de baixa altitude. Trata-se da Aeronave de Transporte Leve (ATL-100) de motor turboélice com capacidade de transportar até 19 passageiros ou 2.500 quilos de carga. A cabine não pressurizada capacitará a aeronave para, além de voos de baixa altitude, transportar cilindros de oxigênio em caso de missões militares. O novo modelo deverá substituir a Bandeirante, cuja produção foi encerrada pela Embraer em 1991. O custo estimado da aeronave é de US\$ 5,5 milhões (R\$ 28 milhões). (Folha de S. Paulo - Mercado - 11/05/21)

### **General Ramos articulou e assinou lei que viabilizou "orçamento secreto"**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o atual ministro da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos, participou diretamente da articulação do "orçamento secreto", denominado "Tratoração" e sozinho assinou a lei que criou a emenda RP9 quando chefiava a Secretaria de Governo. A articulação política do general Ramos viabilizou um mecanismo de distribuição de R\$ 3 bilhões com o objetivo de favorecer aliados do presidente da República, Jair Bolsonaro. Conforme o periódico, Ramos utilizou mecanismo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Congresso Nacional, antes vetado por Bolsonaro sob recomendação do ministério da

Economia por afetar as metas fiscais. Ademais, O Estado destacou que a influência e articulação de Ramos permanecem na Casa Civil e o "orçamento secreto" contribuiu com as vitórias dos atuais presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, aliados do governo. Ao jornal, o general negou que tenha assinado o orçamento e que a RP9 foi iniciativa do Congresso. As negociações, destacou o jornal, ocorreram no gabinete do general na Secretaria do Governo. Em coluna ao Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde salientou que a finalidade do "orçamento secreto" é a compra de votos e que a participação direta e aval do Planalto não permite surpresas quanto ao envolvimento de Ramos, já que ele desempenhava a função de "articulador político do governo". Para a colunista, a surpresa está no fato de ser um general "quatro estrelas" da reserva. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/05/21)

### **"Teto duplex" poderá dobrar vencimentos de militares no governo**

Em coluna ao jornal O Estado de S. Paulo, o economista Pedro Fernando Nery discorreu sobre a intenção da presidência da República de utilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar os salários de generais da reserva que exercem cargos no governo. O entendimento do STF e do TCU é de que o teto salarial de servidores, hoje estabelecido em R\$39,2 mil, quando aplicado aos aposentados que continuam exercendo serviço público remunerado, deve referenciar os dois vencimentos separadamente e não acumulados. Ou seja, o limite salarial se aplica a cada um dos vencimentos – salário e aposentadoria –, podendo haver o acúmulo de ambos, razão pela qual é chamado de "teto duplex". Nestes casos, o limite passa a se aproximar de R\$80 mil, o que representa, no caso dos militares, cerca de 70 vezes o salário de um recruta. Nery apontou a contradição que há no caso de generais que venham a ser beneficiados com este entendimento. Isto porque, historicamente, militares se utilizam do argumento de jamais se aposentarem para não serem incluídos em regras previdenciárias, como idade, anos e valor de contribuição. O colunista destacou que a categoria não contribui com a previdência sob a premissa de que, ao invés de se aposentar, passam à categoria da reserva recebendo o salário integral mais alto, podendo ser convocados a qualquer momento. Se utilizado o "teto duplex", aumentarão os salários do presidente, do vice-presidente e dos generais que compõem o atual governo. Segundo Nery, especialistas apontam que o vice-presidente, general Hamilton Mourão, passaria a receber R\$63 mil de salário; os ministros Walter Braga Netto, da Defesa, R\$62 mil; Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), R\$63 mil; e Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, R\$66 mil. Ademais, o economista destacou que a decisão do STF não contemplaria militares porque está embasada em anos de contribuição previdenciária, o que exclui a categoria, já que alegam que passar para a reserva não significa aposentadoria. Para Nery: "Portaria do teto duplex distorce decisão do STF em benefício de generais". (O Estado de S. Paulo - Economia - 18/05/21)

### **Força Aérea Brasileira anunciou diminuição na encomenda de cargueiros militares da Embraer**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a Força Aérea Brasileira (FAB) anunciou que reduzirá a encomenda de aeronaves KC-390 Millennium, seu novo cargueiro militar fabricado pela Embraer, devido a restrições orçamentárias que afetaram seus programas estratégicos militares. A FAB havia se comprometido em 2014 a comprar 28 aeronaves pelo valor de R\$ 7,2 bilhões; porém, esse número pode cair para menos 20 unidades com as restrições orçamentárias. A proposta da FAB é que somente dois aviões sejam entregues por ano, e se mantido o prazo inicial para o fim das entregas, o número da frota final cairá para 16 aeronaves no total. Porém, essa proposta ainda não é definitiva, e será negociada. Segundo a Folha, ao justificar a redução na encomenda, a FAB afirmou que "O número previsto de 28 aeronaves do atual contrato, o qual, neste momento, tem se mostrado superior à realidade orçamentária da Força, tanto para aquisição, quanto ao suporte logístico ao longo do tempo". O corte pode afetar diretamente a Embraer, que, como é usual no mercado militar, depende da encomenda inicial do governo para produzir um novo produto. Desde 2008, o governo brasileiro investiu por volta de R\$ 5 bilhões no desenvolvimento do KC-390, que serão reembolsados pelo

pagamento de royalties de 3,2% nas exportações. Além disso, a redução na encomenda afetaria as vendas do cargueiro no mercado internacional. A Embraer contava com a robusta compra inicial pela FAB para impulsionar a venda do KC-390 e do C-390, sua versão sem a opção de reabastecimento aéreo. A aeronave é considerada como o produto militar nacional mais promissor desde o Super-Tucano, um bem-sucedido turboélice de treinamento e ataque leve também fabricado pela Embraer. (Folha de S. Paulo - Mercado - 28/05/21)

## JUNHO

### **Jornal comentou custos de viagens de Bolsonaro a instalações e eventos militares**

Em um levantamento feito pelo jornal Folha de S. Paulo, as inúmeras viagens que o presidente da República, Jair Bolsonaro, realizou entre março de 2020 e março de 2021 foram bastante custosas aos cofres públicos. O jornal estimou que idas a eventos ou instalações militares custaram mais de R\$ 2,5 milhões, tendo sido a mais cara destas uma ida ao Rio de Janeiro em 14/08/20, totalizando R\$ 382,9 mil. Na ocasião, o presidente compareceu à inauguração de uma escola cívico-militar, visitou o Comando Militar do Leste (CML) e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Cerca de R\$ 1 milhão foram gastos com transporte aéreo em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) em viagens a São Francisco do Sul e Guarujá. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

### **Mourão cogita nova GLO na Amazônia após aumento dos focos de incêndio**

Conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo, em razão do aumento dos focos de queimadas da Amazônia, o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, avalia retorno dos militares à região por meio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Conforme monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) através do Programa Queimadas, foram identificados 1.166 focos de incêndio na Amazônia durante o mês de maio, maior número desde 2008. A Folha informou que o orçamento requisitado por Mourão ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, é inferior ao utilizado nas Operações Verde Brasil 1 e 2. Conforme Mourão, no atual cenário de defasagem de demais órgãos ambientais na região, as opções seriam uma ação orçamentária de apoio às agências ou a instauração de nova GLO. Questionado sobre possível conversa com o ministro do Meio Ambiente, Mourão afirmou em tom irônico: "O ministro [Ricardo] Salles tem muito tempo que eu não vejo". Já O Estado de S. Paulo reportou que a nova operação se concentrará em regiões que apresentam os maiores índices de queimada e desmatamento, sendo estes 11 municípios prioritários. Ainda, o periódico apurou que a Operação Verde Brasil 2, cuja previsão era de extensão das atividades até 2022, foi encerrada em abril de 2020 por falta de verbas federais para o ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 08/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 11/06/21)

### **Desequilíbrio na cúpula da Defesa**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a atual composição do Ministério da Defesa, após alteração feita pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, vem causando desequilíbrio entre as três forças, pois pela primeira vez desde a criação do Ministério, em 1999, há um protagonismo do Exército, o que quebra a tradicional estrutura tríplice da pasta. Além disso, o jornal lembrou que a tradição de um ministro civil chefiar a Defesa foi derrubada no governo de Michel Temer e segue até os dias atuais. Ainda de acordo com o periódico, em relação às mudanças feitas na cúpula pelo atual ministro, general Walter Braga Netto, em março de 2021, aparentemente causadas pela insatisfação de Bolsonaro em relação ao antigo comando do Exército, o ex-ministro da Defesa e deputado Aldo Rebelo revelou que "a preocupação sempre existiu para evitar que uma Força prevalecesse sobre as outras nas demandas por recursos para custeio e para projetos estratégicos". Segundo o Estado, as verbas que somam neste ano R\$103 bilhões estariam em jogo na disputa entre as três forças. Por fim, o periódico apresentou queixas feitas por um almirante da ativa de maneira anônima - para não desrespeitar o estatuto militar - em que ele afirma que o domínio do Exército não é saudável. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/21)

### **Ministro da Defesa solicitou aumento da verba para as Forças Armadas, ressaltando possível sucateamento de equipamentos militares**

De acordo com a Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, pediu aumento da "curta" verba para as Forças Armadas até 2023, alertando para o risco de sucateamento dos equipamentos para a Defesa. O pedido feito pelo ministro é de R\$18,8 bilhões, enquanto que o orçamento é de R\$10,4 para gastos discricionários, afirmou o periódico. A proposta, segundo Paulo Guedes, ministro da Economia, está em fase inicial e ainda não foi respondida. A Folha apontou que, ao passo que os gastos com a Defesa foram elevados durante o governo Bolsonaro, o investimento na pasta foi reduzido. Na visão do ministro da Defesa, um corte nos recursos poderia afetar a imagem do Brasil no cenário internacional. Por outro lado, um "cenário mais farto" permitiria a continuidade dos contratos de modernização, a realização de missões de paz, e de ações de Garantia da Lei e da Ordem, ressaltou o ministro. Ainda, segundo o periódico, a Defesa afirmou, em nota, que o orçamento para 2022 não inviabilizaria as ações, mas dificultaria "o cumprimento das missões constitucionais e subsidiárias pelas Forças Armadas". (Folha de S. Paulo - Mercado - 16/06/21)

### **Auditoria do Tribunal de Contas da União apontou que o governo subavaliou valores do regime previdenciário dos militares**

Em coluna para a Folha de S. Paulo, a jornalista Mônica Bergamo afirmou que uma auditoria financeira acerca da Previdência Social, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), avaliou que o governo de Jair Bolsonaro subavaliou o valor correspondente aos militares, ao passo que supervalorizou o quantitativo referente ao regime dos servidores civis da União. Bergamo apontou que, quando se referiu aos militares, o governo deixou de levar em conta uma série de reajustes, subavaliando um quantitativo de R\$ 45,5 bilhões. Por outro lado, no que concerne aos servidores civis, o governo disse que irá "gastar mais do que de fato desembolsará", apontou a jornalista. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 16/06/21)

### **Exército aprovou orçamento de R\$ 4 milhões para criar um jogo eletrônico**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o Exército Brasileiro aprovou o orçamento de R\$ 3,9 milhões para fazer um jogo de videogame chamado Missão Verde-Oliva. O valor é o dobro do que todo o Ministério da Defesa gastou com as missões na Antártica e a mesma quantia aplicada em pesquisa aeroespacial em 2020. De acordo com portaria do Estado-Maior do Exército publicada em 25/05/2021, o planejamento orçamentário dos próximos anos prevê o gasto de mais R\$ 1,4 milhão com o desenvolvimento do jogo em 2022 e R\$ 263 mil em 2023, ano a partir do qual o apoio passaria para R\$ 66 mil em 2024, R\$ 58 mil em 2025 e R\$ 55 mil em 2026. O texto da portaria prevê ainda a captação de mais recursos através de "possíveis parcerias com as empresas estratégicas de defesa". Ouvido pela Folha, Thiago Freitas, presidente do estúdio recifense de desenvolvimento de jogos Kokku, o valor não seria suficiente para desenvolver um produto viável na qualidade esperada pelo Exército, que iria requerer pelo menos cerca de R\$ 15 milhões, "e ainda assim com expectativas baixas de resultado". (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21)

JULHO

### **Ministério da Defesa está entre os beneficiários do "orçamento secreto"**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, documentos apontaram que o Ministério da Defesa foi um dos incluídos nas negociações para os repasses de emendas do "orçamento secreto", criado para angariar apoio político ao presidente da República, Jair Bolsonaro, junto ao Congresso Nacional. Cerca de R\$ 261 milhões da emenda "RP-9" seriam repassados à Defesa e aos Ministérios da Justiça e da Agricultura. A pasta receberia os repasses no âmbito do programa Calha Norte, na Amazônia, onde militares atuam desde 1985 para "aumentar a presença do Estado na região". De acordo com O Estado, uma planilha do Ministério apontou que os empenhos de emendas de relator-geral para o programa somavam R\$ 96 milhões. Ao Estado, a Defesa alegou que cabe aos congressistas definir onde e como as emendas serão



utilizadas, seguindo as “políticas públicas que consideram necessárias”. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/06/21)

### **Periódico comentou sobre pensões recebidas por dependentes de militares**

Em reportagem, o periódico O Estado de S. Paulo mostrou um levantamento sobre os custos das pensões que dependentes de militares impuseram ao erário brasileiro entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2021. O estudo foi feito com base nos dados da Controladoria-Geral da União (CGU) divulgados pelo Portal da Transparência no dia 27/06/21, sendo que tal informação deveria ter sido publicada um ano e meio antes. Essa foi a primeira vez que dados sistematizados sobre pensões de militares são divulgados com os nomes dos beneficiários e atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União - sendo a iniciativa colaborada pelos Ministérios da Defesa e da Economia e pelo Banco Central -, o qual mobilizou-se a partir de reclamações da agência de dados independentes Fiquem Sabendo. Primeiramente, o jornal apontou que a União gastou R\$19,3 bilhões ao longo de 2020 com esse tipo de gasto, sendo que no Brasil daquele ano houveram 226 mil pessoas beneficiadas. Delas, 137.916, ou 60% do total, são filhas de membros falecidos das Forças Armadas (FFAA). Outra conclusão tirada pelo jornal é que o valor médio das pensões é mais alto que as dos servidores civis, além de serem mais antigas, sendo que a mais longeva delas começou a ser paga em setembro de 1930. Outrossim, o Estado constatou que diversas pessoas listadas nos dados estão recebendo acima do teto constitucional (R\$39,9 mil), com 14 pensionistas em fevereiro de 2020 ganhando acima de R\$100 mil depois dos descontos. Nesses casos, essa “super parcela” se deve a um pagamento mais eventual e específico, sendo que o maior deles valeu R\$435,6 mil feito a uma pensionista menor de 16 anos que é filha de um segundo-tenente. Tirando os pagamentos eventuais, o maior benefício vale R\$60,5 mil. Em fevereiro de 2021, 77 pensionistas ganharam benefícios maiores que o teto constitucional, em uma média de R\$80,3 mil cada e consumindo R\$6,1 milhões do erário naquele mês. Segundo o jornal, a CGU pretende atualizar tais dados mensalmente, sendo que a inclusão de informações mais antigas deverá ser reservada para uma “segunda etapa” junto aos “órgãos detentores das bases”. As pensões das FFAA são regidas pela lei 3.765 de 1960, que até 2001 permitia que as filhas solteiras de militares recebessem a renda indefinidamente. A partir de 2001, apenas pessoas com o benefício obtido antes da mudança ou que são filhas de militares que ingressaram na carreira antes daquele ano podem continuar recebendo dessa forma. Mesmo assim, até hoje filhos e filhas de militares ainda desfrutam de alguns privilégios sob condições específicas. Com a reforma da Previdência de 2019, foi criada uma contribuição para pensionistas militares que pode chegar a 13,5% para filhas que recebem vitaliciamente. Por fim, o jornal ressaltou também como mesmo os dependentes e ex-dependentes de militares envolvidos na repressão durante a Ditadura Militar (1964-1985) ainda recebem pensões vitalícias, incluindo as filhas do coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado na Justiça em 2008 por sequestro e tortura; e a do ex-ministro Jarbas Passarinho, que esteve envolvido na ortorga do Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968. Em editorial, o jornal Folha de S. Paulo também comentou o tema e afirmou que “considera defensável um regime previdenciário diferenciado para os militares, dadas as peculiaridades da carreira, mas as benesses do modelo brasileiro são excessivas — e correções feitas em 2019, infelizmente, se fizeram acompanhar de ganhos salariais.” (Folha de S. Paulo - Poder - 07/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

### **Recursos extraordinários destinados ao combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa**

O jornal O Estado de S. Paulo reportou que recursos extraordinários destinados ao SUS no combate à pandemia foram usados em despesas ordinárias da Defesa, afirmou relatório da procuradora Élide Graziane Pinto, do Ministério Público de Contas de São Paulo. O levantamento foi passado à CPI da Covid. O relatório da procuradora mostrou que, dos recursos extraordinários desembolsados ano passado pela União para o combate à covid, a Defesa ficou com R\$ 435,5 milhões. Ao todo estavam previstos cerca de R\$ 715 bilhões pelo governo para o combate da pandemia, conforme dados do Monitoramento dos Gastos da União com Combate à Covid-19, do Tesouro Nacional. Segundo a procuradora, desse dinheiro que

deveria ter ido ao SUS, o Ministério da Defesa gastou R\$ 58 mil com material odontológico, R\$ 5,99 milhões com energia elétrica, água e esgoto, gás e serviços domésticos. Também há gastos com R\$ 25,5 mil com material de courelaria ou de uso zootécnico, R\$ 1 milhão com uniformes e R\$ 225,9 mil com material de cama, mesa e banho e R\$ 6,2 milhões com a manutenção e a conservação de bens imóveis. “É preciso que a CPI da Pandemia, o MPF (Ministério Público Federal), o TCU (Tribunal de Contas da União) e o CNS (Conselho Nacional de Saúde) apurem, mais detidamente, a motivação e a finalidade de várias despesas oriundas de recursos do Fundo Nacional de Saúde realizadas por diversos órgãos militares”, escreveu Éliada em seu relatório. (O Estado de S. Paulo - Política - 07/07/21)

### **Pensões a dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar somaram gasto público bilionário**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, uma investigação revelou que pensões aos dependentes de ex-ministros do Superior Tribunal Militar (STM) somaram R\$ 27 milhões a mais para os cofres públicos por conta de uma brecha na lei. Segundo o periódico, 64 viúvas e filhos de militares que ocuparam cargos na Justiça Militar receberam pensões 31% mais altas do que outras pensões de militares das altas patentes das Forças Armadas, representando um total de R\$ 83,7 mil a cada ano para cada pensionista. Isso somente foi possível devido a uma transformação ocorrida no pagamento de pensões: ao ficar responsável, em 2011, pelo pagamento do benefício a “dependentes de generais, brigadeiros e almirantes que morreram após o exercício do cargo de ministro do tribunal”, o STM acabou repassando pensões mesmo para aqueles que apenas contribuíram no âmbito das Forças, o que “turbinou” o montante. Nesse sentido, “o valor das contribuições pagas pelos militares em vida não cobre o valor [dessas] pensões, o que gera um gasto público bilionário”. (Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21)

### **Orçamento de Defesa é alvo de discussão**

Segundo o periódico Correio Braziliense, uma questão orçamentária que deverá ser discutida no Brasil em tempos futuros será a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END), na qual se estabelece que o Ministério da Defesa deverá ter recursos equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O percentual tomou forma com a proposta do Plano Estratégico Setorial do Ministério da Defesa, o qual vale para o período entre 2020 até 2031 e foi enviado ao Legislativo em junho de 2020. Para o Correio, o aumento do orçamento para a Defesa pode “causar barulho” e tem “potencial de desestabilizar ainda mais as contas do governo federal”, visto que geraria dúvidas sobre qual setor econômico iria “lidar com esse abacaxi”, isto é, financiá-lo frente à escassez do erário e as disputas já existentes por dinheiro público. O Correio também ressaltou que o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, descumprir uma de suas promessas de campanha, a de melhorar a qualidade das contas públicas, as quais estão “no vermelho” desde 2014. Outra questão também complicadora da proposta é o teto de gastos, que limita o gasto da máquina pública e, no caso de 2022, resultou em uma diminuída margem de ação para o ano. Uma das fontes possíveis para financiar o novo gasto é um aumento de impostos ou cortes em despesas já existentes e não obrigatórias. Quando questionado, o Ministério da Economia preferiu não comentar o assunto. O jornal destacou que o destino dos novos recursos foi pouco especificado; entretanto, o Ministério da Defesa garantiu que não haverá novos aumentos de gastos com pessoal, mas sim “investimentos estratégicos”, tais como modernizações, manutenções, operações e pagamento de contratos firmados, “a fim de permitir o cumprimento das missões constitucional e subsidiárias das Forças Armadas” e “garantir a manutenção da soberania nacional”, segundo o Ministério. Outrossim, a pasta ressaltou que os gastos serão “relevantes para o desenvolvimento e progresso do Estado brasileiro” e contribuirão economicamente com a garantia de empregos e renda em diversos setores, além de fomentar pesquisas técnico-científicas. Juntamente com a proposta orçamentária, o Legislativo também discute atualizações na Política Nacional de Defesa (PND) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Especialistas consultados pelo Correio afirmaram que o aumento dos gastos na Defesa não deve se confirmar, uma vez que setores ligados à recuperação econômica pós pandemia devem ser priorizados. Segundo o secretário-geral da Associação de Contas Abertas, Gil

Castello Branco, no momento “falta dinheiro em todos os setores” e a Defesa “não pode ser uma ilha de prosperidade em um oceano de dificuldades”, contrastando com os privilégios que Bolsonaro já concedeu aos militares. Segundo o pesquisador Diego Lopes da Silva, do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (Sipri) e do Gedes, o Brasil deveria ter um debate mais claro sobre o assunto, com maiores esclarecimentos sobre os gastos militares e sobre o porquê de se chegar à conclusão da necessidade de 2% do PIB, e caso tal número seja adotado sem a aprovação do Congresso, isso será “um retrocesso para a nossa democracia”. Ademais, da Silva também afirmou que o número provavelmente serve para emular os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o que é inadequado visto que o contexto geopolítico de tais Estados é distinto do brasileiro. Na avaliação do professor Marcos José Barbieri Ferreira, os gastos de defesa no Brasil são mal distribuídos, com pouco investimento para as dimensões continentais do país e muitos gastos com pessoal, aposentadorias e pensões, representando segundo ele 30% da folha de pagamentos do setor, um número que tende a aumentar. Entre 2020 e 2021, segundo o Sipri, os gastos com Defesa estavam em 1,4% do PIB, comparável aos gastos da Alemanha e sendo proporcionalmente maior que o do Japão. Em 2020, isso equivaleu a US\$19,7 bilhões, colocando o Brasil como 15o país que mais gasta em termos absolutos com suas Forças Armadas, algo similar ao gasto líquido feito por Israel. Porém, caso os 2% sejam aprovados, estima-se que isso seria equivalente a R\$51,8 bilhões. (Correio Braziliense - Brasil - 03/08/21)

## AGOSTO

### General discorreu sobre exercício militar usando novo equipamento de visão noturna

Em coluna escrita no periódico Correio Braziliense, o general de brigada e subchefe de Operações do Ministério da Defesa, Sérgio Rezende de Queiroz, comentou sobre a modernização das Forças Armadas brasileiras através da adoção e renovação de seu equipamento, dando destaque a um exercício militar que fez uso de novos helicópteros com visão noturna. Queiroz comentou sobre como a evolução da tecnologia implica na necessidade de “mudanças na doutrina, conjunto das tropas e meios operacionais” nas Forças Armadas em direção ao aprimoramento, para que assim elas se mantenham capazes perante “suas missões em prol da defesa da pátria”. O general destacou a tecnologia de equipamentos de visão noturna, vendo-a como um grande avanço por proporcionar uma “vantagem tática significativa”, possibilitando ações em condições de pouca visibilidade. Ao mesmo tempo, apontou que a adoção desse tipo de tecnologia pode apresentar seus desafios, visto que implica na reelaboração dos modos de coordenação das forças que a utilizam. Queiroz comentou sobre um exercício militar planejado pelo Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), no qual seriam alçados voos dos novos helicópteros embutidos de óculos de visão noturna (OVNs), as aeronaves H-225M. Tal ação objetivou “fomentar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, na busca do desenvolvimento de novas capacidades a partir da integração de melhores práticas, com resultado direto no preparo permanente para a defesa da pátria”. O exercício ocorreu entre os dias 16 e 20/08/2021 no Comando de Aviação do Exército em Taubaté, em São Paulo, contando com tropas da 12ª Brigada de Infantaria Leve para simular um contexto de “situação tática” - totalizando cerca de 165 militares provenientes das três Forças - e com os tripulantes dos helicópteros, os quais passaram previamente por um longo treinamento, simulações e “nivelamento doutrinário”. Queiroz caracterizou a operação como complexa, especialmente por ter sido feita à noite. Os H-225M são frutos do Projeto H-XBR, iniciado em 2008, que objetiva produzir, industrializar, desenvolver e fornecer 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas, os quais serão utilizados em missões de resgate, busca e salvamento, além de infiltração aeromóvel, evacuações aeromédicas e outros casos. Atualmente, o projeto já entregou às Forças Armadas 36 helicópteros e outros 2 para a presidência da República, estando planejado para terminar apenas em 2027. Segundo o militar, o H-XBR e a produção desse tipo de equipamento fomentam vários setores econômicos na indústria de Defesa nacional, além de promover a transferência de tecnologia e a ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico. (Correio Braziliense - Opinião - 23/08/21)

### **Bolsonaro estimulou o armamento da população e negou possibilidade de golpe**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou no dia 27/08/21 que "todo mundo tem que comprar fuzil", pois segundo ele "povo armado jamais será escravizado". Também rebateu críticas sobre comprar alimentos, como feijão, com "se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer". No mesmo dia, Bolsonaro participou da passagem de chefia do comandante de Operações Especiais do Exército na cidade de Goiânia, estado de Goiás, e durante discurso afirmou que "o soldado brasileiro sempre esteve presente nos momentos mais difíceis", e que o Alto-Comando do Exército está "dedicado e preocupado com o futuro da pátria". No mesmo dia, o presidente da República ressaltou que a Constituição "tem ferramentas lá dentro para ganhar a guerra", mas que a ideia de uma ruptura institucional seria "idiota" por ele já ser o presidente. (Correio Braziliense - Política - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/08/21)

## **SETEMBRO**

### **"Operação Formosa" custou milhões de reais**

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, a "Operação Formosa" custou cerca de R\$ 3,7 milhões de reais aos cofres públicos. Este valor foi fornecido ao Estado pela Marinha através da Lei de Acesso à Informação (LAI) e se refere a uma operação regular de treinamento das Forças Armadas, que contou pela primeira vez com um desfile de blindados em frente ao Palácio do Planalto, no dia 10/08/21. O desfile ocorreu no mesmo dia em que também ocorria a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Voto Impresso. Segundo o periódico, o desfile foi interpretado como uma tentativa do presidente da República Jair Bolsonaro de intimidar o Poder Legislativo a fim de que aprovassem o texto. A justificativa do desfile, que contou com 150 veículos militares, foi a de realizar um convite a Bolsonaro e outras autoridades da República para que atendessem ao evento no dia 16/08/21, chamado de "Demonstração Operativa". Este é um desfile que tem o intuito de demonstrar os equipamentos militares da nação. A Marinha também informou ao periódico que a operação ocorre desde 1988 "com o propósito de assegurar o preparo do Corpo de Fuzileiros Navais como força estratégica, de pronto emprego e de caráter anfíbio e expedicionário, conforme previsto na Estratégia Nacional de Defesa". Ademais, o ano de 2021 foi o primeiro que contou com a participação do Exército e da Aeronáutica, o que, segundo a Marinha, auxilia "de modo a incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas do País". (O Estado de S. Paulo - Política - 04/09/21)

### **Orçamento público e aumento de cargos militares**

Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o orçamento da União de 2022 prevê aumento de gastos com contratação de agentes públicos, gerando um total de 73.640 novos cargos públicos. O Congresso Nacional prevê despesa de R\$ 5,3 bilhões para as novas contratações. Segundo o periódico, o governo estimou que serão criados 1.129 postos militares e outras 53.442 vagas para outros órgãos que também incluem os militares. No entanto, não há previsão de reajuste dos salários dos servidores em 2022. Além disso, segundo reportagem do periódico Correio Braziliense, o Ministério da Economia afirmou por meio de nota uma quantidade total de 66,7 mil novas vagas para o "funcionalismo federal", após pedido do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por concurso. Segundo Leonardo Rolim, presidente do INSS, há uma estimativa de 11,6 mil vagas para cargos, postos e graduação das Forças Armadas, temporários e efetivos, e para o anteprojeto de Lei que cria os cargos comissionados de militares (CCM), além de 1,1 mil gratificações de militares fora de serviço (GMFF). (Correio Braziliense - Economia - 07/09/21; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 04/09/21)

### **Supremo retomará julgamento que coloca em crédito a política armamentista do governo federal**

Em reportagem, o periódico Correio Braziliense noticiou que o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará, no dia 17/09/21, o julgamento de ações que questionam a agenda armamentista

corroborada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A retomada do procedimento se deu após o ministro Alexandre de Moraes devolver os processos, sobre os quais havia pedido vistas. Dado que o julgamento ocorrerá no molde de plenário virtual, os ministros depositarão seus votos por escrito, sem a necessidade de videoconferência. Tendo como relatores a ministra Rosa Weber e os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, as ações questionam os decretos do ano de 2019 que facilitaram a posse de arma de fogo, a decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de reduzir a zero a alíquota para a importação de revólveres e pistolas, e outras medidas implementadas pelo governo federal. (Correio Braziliense - Poder - 09/09/21)

### **Acúmulo de funções e salários por militares dirigentes de estatais**

Em um levantamento realizado pela Folha de S. Paulo revelou que 16 das 46 estatais brasileiras estão sendo comandadas por membros das Três Forças e dessas em 15 há acúmulo de funções, ou seja, os militares estão recebendo remunerações que variam de R\$ 43 mil a R\$ 260 mil, valores esses que excedem o teto do funcionalismo público federal. Um exemplo citado na reportagem é o do General de Exército da reserva, Oswaldo Ferreira, que auxiliou o presidente da República Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018, ele acumula a remuneração como militar de R\$ 31,1 mil e a de presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em R\$ 28,6 mil brutos. Outra informação trazida pela Folha foi a de que muitos militares dirigentes de estatais acumulam remunerações até mesmo em empresas diretamente vinculadas ao Ministério da Defesa e aos comandos das Forças Armadas. Um exemplo é a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), que fabrica fuzis, pistolas e munições, vinculada à Defesa, através do Exército e que o presidente é o General de Exército da reserva Aderico Visconte Pardi, que recebe tanto como militar quanto como presidente da empresa, o que totaliza R\$ 49,9 mil brutos. (Folha de S. Paulo - Mercado - 05/09/21)

### **Revista militar criticou o salário do general Silva e Luna, presidente da Petrobras**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, um artigo publicado pela Revista Sociedade Militar no dia 10/09/21 questionou a remuneração mensal do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, a qual está acima de R\$ 200 mil. Na publicação, a Revista questionou “a necessidade e se é realmente ético se pagar um salário tão alto a um funcionário de uma empresa que pertence à sociedade”, referindo-se ao status público da Petrobras, e ressaltou que tal cifra equivale ao pagamento de mais de 230 trabalhadores juntos. A Revista usou uma reportagem da Folha que afirmava que os militares no comando de estatais estão sendo remunerados entre R\$43 mil e R\$260 mil mensalmente, sendo a remuneração de Silva e Luna uma das mais altas. No caso específico do presidente, ele recebe R\$ 32,2 mil brutos por ser um militar na reserva e no topo da hierarquia, na Petrobras, segundo um formulário da estatal aos investidores, a sua remuneração média mensal chega a R\$228,2 mil, baseando-se nos ganhos fixos e variáveis referentes ao ano de 2020. Além disso, o artigo também referenciou Silva e Luna de forma crítica, ressaltando como sua gestão na Petrobras não conseguiu impedir a alta nos preços do gás de cozinha e da gasolina: “infelizmente, sob o comando dos fardados a estatal não tem prosperado em sua função de servir à sociedade”. Sobre essa alta, Silva e Luna já publicou coluna opinativa no início de setembro no jornal O Estado de S. Paulo e no site da Petrobras para se defender, além de justificar a política de preços da estatal. Segundo a assessoria da empresa, o artigo de seu presidente não foi uma resposta às críticas propagadas no meio militar, mas sim direcionada ao consumidor. Por fim, a Folha relembrou que Silva e Luna, antes de presidir a Petrobras, foi diretor-geral de Itaipu, posição na qual mudou as regras de indenização e beneficiou os diretores com salários próximos de R\$150 mil, além de uma aplicação em 2019 dos bônus concedidos pela empresa que deu ao militar R\$221 mil. (Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21)

### **Segundo relatório, exportações de armas cresceram durante governo Bolsonaro**

A consultoria britânica Omega Research Foundation publicou uma pesquisa sobre a produção e comercialização, no Brasil, de armas de fogo, munições e outros equipamentos de segurança, como irritantes químicos e armas de eletrochoque. De acordo com reportagem da Folha de S.



Paulo, a pesquisa do grupo Omega indica um crescimento de 30% nas exportações de armas – de US\$ 915 milhões em 2018 para US\$ 1,3 bilhão em 2019 – no primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, a pesquisa informa que em 2019 houve um aumento de 16% no número de empresas credenciadas para a comercialização de armas e um aumento de 21,8% no número de empresas sob o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa. O documento aponta que sucessivos governos brasileiros vêm apoiando financeiramente o setor bélico, por meio de flexibilizações de regras, concessões e empréstimos a juros baixos, mas também indica o “aparente endosso do Executivo do país” como uma razão para tal crescimento. O jornal informou que a pesquisa será encaminhada a entidades de defesa dos direitos humanos e órgãos governamentais, como o Ministério Público. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/09/21)

### **Governo Bolsonaro privilegia militares na distribuição do orçamento**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, até o final do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, em 2022, a série de benefícios concedidos a militares, policiais e bombeiros chegará ao valor de R\$ 27,7 bilhões. Para as Forças Armadas, houve aumento de salários e outros adicionais que custaram pelo menos R\$ 21,16 bilhões. O periódico afirmou que o Ministério da Defesa também recebeu um aumento de seu orçamento em relação a 2018 no valor de R\$ 4,79 bilhões. Ademais, Bolsonaro foi responsável por colocar os militares no centro de seu governo, como demonstrado por um levantamento do Tribunal de Contas da União que identificou nos cargos civis a presença de 6.157 integrantes das Forças Armadas, da ativa e da reserva. O jornal ressaltou que no mês de junho de 2021 a Presidência da República autorizou, em um decreto, que os militares permaneçam nesses cargos por tempo indefinido. Em maio do mesmo ano, a chamada “portaria do teto duplo” permitiu que os militares da reserva pudessem acumular seus rendimentos somados com o salário de seus cargos civis, viabilizando salários acima do teto constitucional de R\$ 39,2 mil. Alguns membros importantes da Força tiveram aumento em seus ganhos mensais, como Bolsonaro que passou de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil, o vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão, de R\$ 39,3 mil para 63,5 mil mensais, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência e general da ativa Luiz Eduardo Ramos que passou a receber R\$ 66,4 mil e o Ministro da Defesa e general da ativa Walter Braga Neto que viu seus ganhos mensais chegarem em R\$ 62 mil. O periódico ainda ressaltou que, em um contexto crítico de pandemia e corte de gastos, os militares receberam um reajuste salarial garantido por lei. O Estado conversou com Bruno Carazza, cientista político e professor do Ibmec e da Fundação Dom Cabral, que afirmou que Bolsonaro passou a maior parte de sua carreira no Congresso Nacional defendendo pautas militares e que não é estranho o fato da família Bolsonaro beneficiar esse setor de quem recebeu apoio durante toda carreira política. Segundo Carazza, Bolsonaro, que não possui um partido, utilizou os militares e os policiais para preencher os cargos em seu governo e que busca o apoio destes em 2022 para qualquer decisão que possa tomar durante as eleições. Em editorial, o Estado ressaltou que os benefícios concedidos aos militares advêm de uma estratégia de cooptação política, adotada por Bolsonaro, na intenção de criar relações diretas de influência. O jornal apontou, ainda, que a presença de integrantes das Forças Armadas em cargos públicos representa uma forma de subordinação do Estado aos interesses políticos do governo federal, uma vez que o contingente de militares da ativa e da reserva ocupando postos civis, atualmente, é mais que o dobro do registrado na gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2018). O Ministério da Saúde foi citado como exemplo pelo editorial, tendo em vista que a pasta passou a ser ocupada, em grande parte, por militares sem preparo para cumprir as funções requeridas. Como resultado, o Ministério passou a difundir “terapias pregadas pela medicina bolsonariana”, contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde e colocando em risco a vida de milhões de brasileiros. Para o periódico, a “bolsonarização” do orçamento e da máquina estatal é uma forma perversa de privatização, que impõe elevados custos ao país. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/09/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/09/21)

### **As controvérsias e dificuldades do projeto de construção do submarino nuclear brasileiro em parceria com a França**

Em coluna opinativa publicada no periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo evidenciou as controvérsias geradas no cenário internacional, incluindo o desagrado causado nos EUA e Reino Unido, pela parceria feita entre o Brasil e a França para a construção de um submarino nuclear brasileiro. Segundo o jornalista, a decisão de construção desse submarino objetiva “aumentar o nosso poder de dissuasão em águas territoriais” e tem como plano de fundo o petróleo na camada do pré-sal e a Guerra das Ilhas Malvinas, em que a derrota da Argentina pela Marinha Inglesa representou uma ameaça à doutrina de segurança nacional dos países sul-americanos, incluindo o Brasil. De acordo com a coluna, a França forneceu tecnologia para a construção do casco do submarino, mas o reator nuclear foi completamente desenvolvido pela Marinha brasileira. No entanto, apesar dos esforços, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha (PNM) sofreram, respectivamente, cortes de 31% e 49% em seu orçamento, e para garantir a manutenção do projeto, a Marinha necessita da recuperação de R\$ 267,5 milhões vetados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, que seriam destinados ao Prosub. O valor estimado para a construção do submarino nuclear, que será nomeado Álvaro Alberto em homenagem ao almirante que liderou o programa nuclear brasileiro, é de 100 milhões de euros, equivalente, segundo Azedo, ao valor da construção de quatro submarinos convencionais em desenvolvimento pela Marinha, que também enfrenta o sucateamento de sua esquadra e a necessidade de novas fragatas e navios-patrolha, em processo de construção. (*Correio Braziliense* - Política - 21/09/21)

### **Aberto processo de Auditoria sobre acúmulo de remunerações em estatais presididas por integrantes das Forças Armadas**

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 26/09/21, estatais vinculadas ao Ministério da Defesa e ligadas ao Exército e à Marinha “ficaram fora de pente-fino” realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), que fiscalizou prejuízos milionários aos cofres públicos. De acordo com o jornal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul) presididas, respectivamente, pelo general da reserva do Exército, Aderico Visconde Pardi, e pelo vice-almirante da reserva da Marinha, Antônio Carlos Guerreiro, não passaram por auditoria da CGU, órgão central de controle interno do governo. Em nota, a Controladoria-Geral da União comunicou que legislações de 2000 e 2001 impedem sua atuação na estrutura do Ministério da Defesa, ficando a cargo da Secretaria de Controle Interno e de outros órgãos de controle do próprio Ministério o papel de realizar auditorias para supervisionar gastos. No entanto, as estatais não fiscalizadas e presididas por militares revelaram um cenário de acúmulo de remunerações nas Forças Armadas que garantem ao general Pardi e ao vice-almirante Guerreiro rendimentos superiores a R\$ 40 mil brutos por mês, valores que se encontram acima do teto salarial previsto. Em análise da CGU, os pagamentos acumulados em estatais, sobretudo de militares da reserva que ocupam posições no governo, geram um prejuízo de R\$ 8,8 milhões para os cofres públicos anualmente. No entanto, conforme reportagem da *Folha* no dia 29/09/21, a CGU abriu processo de auditoria para investigar os pagamentos em estatais presididas por militares que ultrapassam o teto do funcionalismo, sem responder, porém, perguntas relacionadas ao momento em que o processo foi aberto, os motivos de sua abertura e nem quando será sua conclusão. Apesar do processo estar aberto, informou o periódico, a análise não abarcará estatais que tenham vínculos com o Ministério da Defesa, “mesmo com acúmulos de ganhos por parte dos presidentes dessas empresas”. Segundo apuração da *Folha*, a maior remuneração dessas estatais presididas por integrantes das Forças Armadas, corresponde ao salário do presidente da Petrobrás, o general do Exército Joaquim Silva e Luna: “A remuneração do Exército — R\$ 32,2 mil brutos — e os ganhos fixos e variáveis da estatal somam R\$ 260 mil”. (*Folha de S. Paulo* - Mercado - 26/09/21; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 29/09/21)

### **Início da incorporação dos caças Gripen na frota da Aeronáutica**

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a Força Aérea Brasileira (FAB) aguarda a finalização dos quatro primeiros caças Gripen para uso operacional da divisão, fabricados pela empresa sueca Saab. A previsão é que dois dos aviões embarquem da Suécia para o Brasil em dezembro e cheguem no primeiro semestre de 2022, quando serão levados para o Centro de Ensaios de Voo do Gripen, na unidade conjunta da empresa sueca com a Embraer no parque de Gavião Peixoto (SP). Lá serão realizados os testes para dar ao modelo o Certificado de Tipo Militar, uma autorização de uso concedida pelo 1º Grupo de Defesa Aérea (GDA), também conhecido como Esquadrão Jaguar. Os aviões possuem a nova tecnologia IRST, unidade de rastreamentos por infravermelho, considerada "vital para o combate moderno". De acordo com o chefe de marketing e vendas aeronáuticas da Saab, Mikael Franzén, o planejamento prevê a entrega de 36 aeronaves até 2026, conforme o contrato assinado em 2014 no valor de 29 bilhões de coroas suecas, equivalente a R\$ 24 bilhões, financiados por 25 anos. Além disso, o periódico também relatou o desagrado da Embraer com a redução de encomendas de suas aeronaves, de 28 para 13, e pelo corte da FAB da "joia de sua coroa", nas palavras de observadores da indústria em referência ao cargueiro militar KC-390 Millennium, que, segundo especulações de militares, ocorreu como prenúncio da compra de uma nova leva de caças Gripen, desejo da Aeronáutica desde os anos 2000. Ainda é esperado que 15 dos aviões da encomenda sejam produzidos integralmente no Brasil, e que a transferência tecnológica a empresas brasileiras, como a Embraer, e à FAB, possa fazer do país parte da cadeia produtiva global de aviões. Segundo a Folha, o plano da Aeronáutica seria o de unificar a frota de combate no modelo Gripen, uma vez que os caças F-5 atualmente utilizados pelo GDA não foram desenhados para missões de interceptação, o principal objetivo do esquadrão. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/10/21)

## **OUTUBRO**

### **Novo cargueiro realizou primeiro voo pilotado por estrangeiros**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, militares da Força Aérea Portuguesa (FAP) participaram de um treinamento realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pilotaram, pela primeira vez, o novo avião cargueiro C-390 Millennium. Portugal é o principal cliente da aeronave de produção brasileira que possui capacidade de reabastecimento em voo. Segundo o periódico, a FAB estima que 700 unidades da aeronave, que se tornou o principal produto aeronáutico militar brasileiro, possam ser vendidas internacionalmente para cerca de 70 países. (O Estado de S. Paulo - Política - 09/10/21)

### **Submarino nuclear tem conclusão prevista para 2030**

Segundo reportagem do periódico O Estado de S. Paulo, a conclusão do projeto do submarino nuclear "Álvaro Alberto", nome dado em homenagem ao ex-vice-almirante pioneiro no programa nuclear brasileiro, está prevista para 2030, à frente de outros países como a Austrália. O jornal apontou que nenhum país abaixo da linha do Equador já possui ou mesmo operou um equipamento desse tipo, e que, caso a data de conclusão se confirme, o Brasil seria o primeiro país que não possui armas atômicas a trabalhar com um submarino nuclear. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 13/10/21)

### **Jornal destacou fracasso de operações militares na Amazônia**

Segundo reportagem do periódico Folha de S. Paulo, as intervenções das Forças Armadas no combate a crimes ambientais na Amazônia não foram bem-sucedidas na diminuição do desmatamento, e custaram R\$ 550 milhões aos cofres públicos, valor quase seis vezes superior ao do orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Tais atividades foram possibilitadas pela publicação de decretos do presidente da República Jair Bolsonaro, que autorizaram o emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) em territórios indígenas, unidades de conservação e áreas particulares, e já duram 18 meses. De acordo com o jornal, apesar da constatada ineficiência das intervenções, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, que preside o Conselho

Nacional da Amazônia Legal, defendeu a permanência dos militares na Amazônia com objetivo de apresentar números positivos na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP26) e “deixar claro o compromisso do Estado brasileiro com o que vem ocorrendo na Amazônia”. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 25/10/21)

### **STF retomou julgamentos que podem limitar alcance da Justiça Militar**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento de duas ações apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2013, referentes à competência da Justiça Militar para julgar crimes cometidos por militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e a respeito da incumbência dos tribunais militares para julgar civis por desacato à militares. Em editorial, a Folha de S. Paulo recordou que uma Lei Complementar assinada em 2010 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva submeteu as GLOs às cortes militares, e outra lei de 2017, aprovada pelo então presidente Michel Temer, a expandiu para incluir os crimes contra a vida de civis cometidos dentro das operações de GLO. Já no segundo caso, a PGR pede a revisão de uma lei de 1969, promulgada durante a ditadura militar (1964-1985), que incluiu o crime de desacato no Código Penal Militar, e solicita que o tribunal dê a ela nova interpretação, em consonância com a Constituição de 1988. Segundo reportagem d'O Estado, o STF teria evitado levar adiante os julgamentos até então, por se tratar de um tema sensível, mas o atual presidente da corte, ministro Luiz Fux, vem demonstrando determinação em seguir com os processos e levá-los ao plenário. Quando foram apresentados, o Ministério da Defesa enviou parecer ao STF afirmando que a PGR partiu de “premissas equivocadas”, e diversas entidades de defesa dos direitos humanos enviaram documentos defendendo a limitação da atuação da Justiça Militar e afirmando que não se trata de um órgão imparcial, já que é formado majoritariamente por membros das Forças Armadas. O ex-ministro do STF Marco Aurélio Mello, relator de um dos processos, declarou se tratar de um tema “sensível” que “afeta diretamente as estruturas do Estado Democrático de Direito”. Entrevistado pelo jornal O Estado de S. Paulo, o professor e doutor em Direito Constitucional Ademar Borges afirmou que é incorreto “um civil ser julgado por um órgão majoritariamente composto por integrantes da carreira militar”. Em seu editorial, a Folha pontuou que a retomada dos julgamentos acontece três décadas desde o fim da ditadura num país que se tornou “ponto fora da curva ao expandir, em vez de restringir, o alcance das cortes militares em tempos de paz”, e que estaria em jogo nos processos “quais mecanismos de responsabilização os membros das Forças Armadas devem estar submetidos num regime democrático”. Em coluna para a Folha, o advogado e professor de direito internacional e direitos humanos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Thiago Amparo, afirmou que referendar essa expansão é “institucionalmente obsceno, e juridicamente inconstitucional”. Amparo destacou ainda que “até 2019, ao menos 144 civis responderam por crimes militares de desobediência e desacato”, e concluiu que “no país da anistia para torturadores, ou civis controlam o coturno ou por ele serão pisoteados”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 28/10/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 26/10/21)

## **NOVEMBRO**

### **Força Aérea Brasileira entrou em crise com a Embraer**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a Força Aérea Brasileira (FAB) reduziu sua compra de cargueiros militares de modelo C-390 Millennium da Embraer, abrindo uma crise em sua relação de 52 anos. A empresa nasceu a partir da Força Aérea Brasileira em 1969, mas foi privatizada em 1994. Em texto publicado pelo site da FAB, o comandante da Força Aérea, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, explicou que a decisão ocorreu por responsabilidade da empresa. Segundo ele, a Aeronáutica sofreu cortes orçamentários dos programas estratégicos durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, o que comprometeu a compra dos C-390. Negociações foram abertas em abril e se estenderam até o dia 11/11/21, passando da data limite inicial em agosto. Sobre isso, Baptista Junior afirmou que a Embraer negou a proposta da Aeronáutica. A reportagem da Folha afirmou que a FAB já recebeu quatro cargueiros, mas que a encomenda inicial de 28 aeronaves, prevista no contrato pelo valor de R\$ 7,2 bilhões (cerca de R\$ 11 bilhões hoje, corrigidos pela inflação), caiu para 15 com a decisão da Força, segundo o comandante ocorrida “dentro dos limites previstos

na lei". Não há conhecimento, entretanto, do novo valor proposto pela redução no número da compra. O jornal afirmou haver um "mal-estar enorme" entre a empresa e a Aeronáutica, evidenciado por declarações recentes do comandante de que a relação de ambas não foi sempre feita de "vitórias e convergências", visto que, segundo ele, a FAB optou por um processo de nacionalização industrial, "abrindo mão de importar os mais modernos sistemas de armas disponíveis no mercado mundial a preços compatíveis com nossas possibilidades". De acordo com a Folha, em um artigo recente, intitulado "FAB e Embraer: caminhos futuros em prol de interesses convergentes?", Baptista Junior "indica o incômodo com o que os militares veem como uma ingratidão da Embraer". Além disso, a Folha destacou o questionamento da Embraer sobre o escopo da decisão, pois o programa já havia sofrido cortes no orçamento que apenas atrasaram a entrega e o desenvolvimento da aeronave. A FAB teria ainda insistido em comprar outro modelo de cargueiro, o Airbus A330-MRTT, ao custo de mais de R\$ 800 milhões cada, maiores que o C-390, o que teria gerado dúvidas sobre o negócio até mesmo entre os próprios militares. Por último, haveria algumas especulações de que a Força tenha tomado essa decisão para tentar ganhar maior espaço fiscal e anunciar a compra de caças Gripen, além de dúvidas sobre uma possível judicialização do caso, prejudicando ainda mais as relações entre ambas. Em nota, a Embraer afirmou que irá buscar "medidas legais relativas ao reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos, bem como avaliará os efeitos da redução dos contratos". Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, afirmou que a negociação ainda está acontecendo e que este seria o motivo de sua viagem recente à Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, acompanhando o presidente da República, Jair Bolsonaro, visto segurando uma miniatura do C-390 a fim de promover a indústria brasileira de defesa, que soma US\$ 1,35 bilhão no ano de 2021. Em condição de anonimato, um ministro militar defendeu que a decisão do governo deve ser vista de forma natural, devido à retração econômica, e disse que a compra "pode ser retomada aos poucos". Ainda segundo O Estado, outra preocupação nos bastidores se refere ao prestígio do C-390 internacionalmente, temendo-se que esse quadro afete negociações futuras, já que as vendas da Embraer e a governos estrangeiros costuma contar com o apoio do Palácio do Planalto. (O Estado de S. Paulo - Outras notícias - 13/11/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/11/21; O Estado de S. Paulo - News - 15/11/21)

## DEZEMBRO

### Decreto presidencial criou novo nível de promoção na Força Aérea Brasileira

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro assinou, em 01/12/21, um decreto que criou a graduação de segundo sargento no Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) da Força Aérea Brasileira (FAB), além de reduzir de 20 para 15 anos o tempo para que um cabo possa ser promovido à essa nova patente. De acordo com a reportagem, representantes da FAB têm brigado pela pauta há 10 anos, uma vez que a posição já existia tanto no Exército quanto na Marinha. Cerca de 1400 membros do QESA poderão receber a promoção e acréscimo na remuneração. Em nota, a FAB afirmou que o impacto financeiro da medida se compensará "pela redução dos efetivos de cabo e soldado". O jornal lembrou ainda que o governo Bolsonaro decidiu, em setembro, reforçar os recursos usados livremente pelo Ministério da Defesa no orçamento de 2022, liberando R\$ 11,8 bilhões em verbas discricionárias, usadas em gastos administrativos e investimentos. O valor, segundo a reportagem, é R\$ 1,6 bilhão maior que o orçamento efetivo para 2021, e R\$ 132 milhões acima do que havia sido proposto inicialmente para este ano. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/12/21)



# 6 Lei de Segurança Nacional

## As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo: um passado presente

A ampliação do uso da Lei de Segurança Nacional (LSN) para a perseguição de opositores políticos ao governo Bolsonaro já era percebida desde 2019, mas em fevereiro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) por defender em vídeo o retorno do Ato Institucional nº5, da ditadura militar. O episódio gerou ampla discussão sobre a LSN, primeiro no Judiciário, e posteriormente no Legislativo, que a revogou e substituiu pela Lei do Estado Democrático de Direito.

A LSN foi aprovada em 1983, ainda durante a ditadura militar, e deixava brechas jurídicas para a perseguição da oposição política. Entretanto, sua primeira versão é mais antiga, data de 1935, durante o governo Vargas, tendo como justificativa a “ameaça comunista”. Ela foi editada em 1953 para incluir a formulação sobre segurança nacional, e muitas vezes reformada durante a ditadura militar, tendo recebido sua redação final em 1983. Após a aprovação a Constituição Federal de 1988, surgiram dúvidas quanto à constitucionalidade da manutenção da vigência da LSN, uma vez que grande parte da legislação do período foi substituída. Desde 1991, existiram propostas para alterar a Lei.

Durante o governo Bolsonaro, a LSN passou a ser usada para investigar jornalistas, como o caso de Hélio Schwartzman, da Folha de S. Paulo, e outros segmentos críticos ao governo. Até mesmo o ministro do STF Gilmar Mendes foi acusado de crime contra a segurança nacional pelo general Fernando Azevedo e Silva (então ministro da Defesa) em virtude da declaração de que o Exército estaria se associando a um genocídio, em relação ao combate à pandemia.

O STF, por sua vez, usou a lei para enquadrar um notório defensor do governo, o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). O ministro Alexandre de Moraes, em decisão confirmada por unanimidade pela corte, determinou a prisão de Silveira em 16 de fevereiro de 2021. Em vídeo, o deputado defendeu a volta do Ato Institucional nº5 (AI-5), considerado o mais autoritário emitido pela ditadura militar. Além disso, agrediu verbalmente os ministros do STF e propôs o rompimento da ordem constitucional com o uso das forças armadas. Os crimes são previstos nos artigos 17 e 18 da LSN, que estipulam a detenção para quem tentar mudar a ordem ou o Estado de direito através da violência ou da ameaça ao livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos estados. Daniel Silveira se tornou réu, também por unanimidade, no dia 28 de abril, já foi libertado e preso em outras oportunidades, e seu julgamento ainda não foi concluído. O episódio gerou ampla discussão sobre a LSN. Segundo a Folha de S. Paulo, nos anos de 2019/2020, 77 inquéritos foram abertos com base nessa Lei pela Polícia. Inicialmente, quatro ações foram protocoladas no STF questionando a vigência da LSN ou pedindo sua anulação, por parte de PTB, PSDB, PSB, PSOL, PT e PCdoB. A Advocacia Geral da União (AGU) pediu que o STF não acolha as ações.

O Congresso Nacional também atuou, e os líderes partidários conduziram a tramitação em regime de urgência da revogação da LSN, substituída pela Lei do Estado Democrático de Direito, que foi incluída como título do Código Civil. Todos os partidos políticos do Congresso foram favoráveis à revogação da LSN. Entretanto, existiram muitas divergências em torno do conteúdo da nova lei em discussão. Setenta entidades da sociedade civil divulgaram o documento “Pacto pela democracia”, criticando a ausência de consulta à sociedade civil sobre o novo marco legal. O governo, por sua vez, manifestou preocupação com dois assuntos principais: a inclusão da disseminação de mensagens falsas (fakenews) como crime, assim como a criminalização da “incitação à animosidade entre as forças armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, as instituições civis ou a sociedade”.

A Câmara dos Deputados votou em 04 de maio de 2021 a substituição da LSN, e encaminhou o texto substitutivo para o Senado, que votou e aprovou o PL 2108/2021 no dia 10 de agosto, mesma data do desfile militar organizado pela Marinha na Esplanada. O Executivo vetou cinco trechos do projeto aprovado. O primeiro, o artigo que criminaliza a comunicação enganosa em massa no processo eleitoral, foi vetado com a justificativa de insegurança jurídica na apuração da veracidade das informações. O segundo, o artigo que amplia em 50% a pena de crimes contra o Estado de direito se estes forem cometidos por militares ou outros agentes públicos, foi vetado sob a justificativa de quebrar o princípio da proporcionalidade. O presidente também vetou o artigo que criminaliza o atentado ao direito de

manifestação, sob o argumento de que ele afeta o trabalho dos agentes responsáveis pela manutenção da ordem. Segundo o Estado de S. Paulo, o segundo e o terceiro vetos foram solicitados pelos militares.

Em 2021, também tramitou na Câmara dos Deputados o projeto da nova Lei Antiterrorismo, de autoria do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO). A proposta busca ampliar a repressão e punição a atos classificados como terroristas; inclui ações que aparentem ter a intenção de “intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência”; e inclui a infraestrutura como objeto de proteção, para além da vida humana. Além disso, o PL cria um braço policial sob supervisão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, ponto mais polêmico do projeto, pois poderia conformar uma polícia secreta do governo, com retaguarda jurídica para o uso letal da força.

O projeto recebeu fortes críticas de organizações dos direitos humanos, as quais acreditam que a definição ampla de terrorismo deixa espaço para a criminalização dos movimentos sociais. O Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu nota em que afirma que “o Estado concederá uma espécie de licença para matar em caso de hipótese, ainda que vaga, de ameaça”. Organizações como a Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal enfatizaram que a nova lei criará “um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República”, assim, podendo provocar riscos à privacidade da população e opositores do governo. Alguns setores policiais também se posicionaram de maneira contrária ao projeto.

A proposta já foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e está pendente para a análise no Plenário. No dia 8 de dezembro de 2021, a Câmara rejeitou pedido para votar o projeto em regime de urgência.

**Ana Penido**

*Bolsista CAPES de pós-doc no PPG San Tiago Dantas*

**Livia Milani**

*Bolsista CAPES-PRINT de pós-doc no PPG San Tiago Dantas*

## FEVEREIRO

### **Deputado federal é mantido preso após declarações antidemocráticas e defesa da ditadura militar**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade manter a prisão do deputado federal Daniel Silveira, que divulgou um vídeo no dia 16 de fevereiro defendendo a volta do Ato Institucional nº5 (AI-5) – o decreto mais repressivo e restritivo da ditadura militar – e agredindo verbalmente os ministros do STF, além de propor o rompimento da ordem constitucional com o uso das Forças Armadas. Daniel Silveira foi indiciado por cometer crime previsto na Lei de Segurança Nacional, enquadrando-se nos artigos 17 e 18, que preveem a detenção para quem tentar mudar a ordem ou o Estado de direito através da violência ou da ameaça ao livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados. Em entrevista dada à Folha, Ana Carolina Moreira Santos, conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), destacou que “o ato representa um abuso do direito de livre manifestação, sobretudo quando proferido por um agente público pertencente a outro poder constituído, o que é vedado pela Constituição Federal”. Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, William Waack comentou sobre o caso de Daniel Silveira, e ressaltou que a imunidade parlamentar do deputado não lhe garante proteção contra “a prática de delitos penais e o incitamento do golpe e destruição da ordem democrática”. Ademais, em coluna para o jornal Folha de S. Paulo, a jornalista Mônica Bergamo ressaltou que a prisão do deputado bolsonarista, segundo os próprios ministros da suprema corte, é um recado para os militares defensores do tuíte do general Eduardo Villas Bôas, pressionando o STF no julgamento do habeas corpus de Lula em 2018. Para o magistrado, ambos os casos, o de Daniel Silveira e do Villas Bôas, compõem um mesmo “movimento antidemocrático e de ameaça às instituições”. (Correio Braziliense - Política - 18/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 19/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/02/21).

### **Colunista discutiu ameaças à democracia vindas de dentro do Estado brasileiro**

Partindo da prisão do deputado federal Daniel Lucio de Silveira, acusado de atacar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defender a intervenção militar, o advogado Thiago de Souza

Amparo percorreu em coluna para a Folha de S. Paulo sobre outras ameaças à democracia presentes no Estado brasileiro. Amparo apontou como o STF usou a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1983 ainda durante o Regime Militar (1964-1985), para punir Silveira por ter feito “apologia à ditadura”. O episódio foi classificado como trágico e inconstitucional, visto que a LSN “carrega o DNA repressivo” do Regime, completando com um clamor para que o STF a declare inconstitucional. O colunista também lembrou que o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli foi conivente com o Ministério da Defesa em decisão de maio de 2020, a qual permitiu à instituição continuar celebrando o aniversário do golpe militar de 1964. Amparo destacou que a decisão do STF apontava que “cabe aos historiadores, não ao Judiciário dizer o que é golpe e o que foi ditadura”. Amparo também apontou as falas do deputado federal Eduardo Bolsonaro no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em 2019, em defesa do Ato Institucional nº5 (AI-5), o mais repressivo da ditadura. O deputado não sofreu qualquer consequência, assim como seu pai, Jair Bolsonaro, ao elogiar governos ditatoriais em países vizinhos. Por fim, o colunista fez diversas recomendações ligadas à “justiça de transição”, como a substituição da LSN, a maior atenção às recomendações da Comissão Nacional da Verdade - das quais 80% não foram cumpridas em todo ou em parte -, a criação de Museus e instituições de memória que preservem a história de tortura do Regime, a desmilitarização das Polícias Militares, um maior controle civil sobre as instituições militares e a proibição por lei da apologia à ditadura. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21)

### **Propostas de alteração da Lei de Segurança Nacional datam do início dos anos 1990**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, as propostas de mudanças na Lei de Segurança Nacional (LSN) são antigas e foram iniciadas em 1991. Promulgada ainda durante o Regime Militar (1964-1985), a LSN tem sido amplamente aplicada para investigar jornalistas e advogados e, mais recentemente, serviu de base para o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar o deputado federal Daniel Lucio de Silveira após este proferir ameaças à integridade dos ministros que compõe a corte e apologia à ditadura. Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a constitucionalidade da legislação não ficou mais tão clara e o STF ainda não julgou o assunto. Segundo o Estado, o último dos projetos de revisão da LSN foi proposto pelos deputados federais Luiz Paulo Teixeira Ferreira e João Somariva Daniel, ambos dos Partidos dos Trabalhadores. A proposta visa substituir a LSN pela Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, a qual prevê punições para aqueles que fizerem apologia a ditaduras, com agravante caso se trate de agentes públicos ou militares, além de se espelhar em legislações similares existentes no Chile e Alemanha. De acordo com o Estado, especialistas criticam a LSN em razão do texto ser vago e abrir margem para abusos; além de ter sido feita no contexto do Regime Militar como mecanismo de perseguição política. Outro projeto, de autoria do ex-deputado André Peixoto Figueiredo Lima, visa definir como crime atos antidemocráticos que clamem pelo fechamento do Congresso Nacional e retorno da Ditadura Militar. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/02/21)

### **A Folha de S. Paulo comentou sobre o retorno do debate sobre a Lei de Segurança Nacional**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República trouxe novamente o debate sobre a importância de uma lei que substitua a Lei de Segurança Nacional (LSN), herdada do período militar. A Lei de Segurança Nacional foi acionada pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, após declaração de que o Exército estaria se associando a um genocídio, em relação ao combate à pandemia. Além disso, o ministro da Justiça, André Mendonça, utilizou a lei para solicitar investigações contra jornalistas, entre eles, o colunista do periódico Folha de S. Paulo, Hélio Schwartsman, após a publicação do texto “Por que torço para que Bolsonaro morra”. Contudo, a LSN também tem sido utilizada para embasar a prisão de aliados de Bolsonaro, como o ministro do STF, Alexandre de Moraes, que determinou a prisão do deputado federal aliado à Bolsonaro, Daniel Silveira. Neste sentido, segundo a Folha, existem, até fevereiro de 2021, 37 projetos de lei para alterar ou revogar a LSN. De acordo com a Folha, a deputada federal Margarete Coelho, escolhida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para comandar as principais medidas de alteração política durante sua gestão, afirmou ser favorável à revogação da LSN, sob o argumento de que a lei não deveria ter permanecido após a Constituição de 1988 e declarou que as Forças Armadas têm

como papel proteger o Brasil de inimigos externos e não de seus próprios cidadãos. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

## MARÇO

### **Editorial se manifestou contrário a vigência da Lei de Segurança Nacional**

Em editorial o jornal Folha de S. Paulo caracterizou a Lei de Segurança Nacional (LSN) como um "entulho autoritário", ou seja, uma legislação herdada do regime militar (1964-1985). Neste sentido, a Folha destacou que grande parte da legislação do período foi substituída ou declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo fato de ter sido utilizada em raros momentos nos anos anteriores ao governo do presidente da República Jair Bolsonaro, acreditava-se que não seria necessário revogá-la e que ela "morreria de morte natural". Contudo, segundo a Folha, durante o governo Bolsonaro, a LSN passou a ser utilizada de forma recorrente para enquadrar jornalistas, chargistas e críticos do governo. Além disso, a LSN também foi utilizada pelo STF no inquérito sobre as fake news, que resultou na prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro. No dia 17/03/21 cinco manifestantes foram detidos pela Polícia Militar do Distrito Federal sob a justificativa de infringência à Lei de Segurança Nacional, por terem estendido uma faixa com a mensagem "Bolsonaro Genocida". Portanto, para a Folha, torna-se urgente extinguir a LSN, seja pela revogação sem a criação de outro instrumento legal ou com criação de uma outra legislação. De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, declarou que a Corte tem um "encontro marcado" com a Lei de Segurança Nacional. Em transmissão ao vivo, realizada no dia 20/03/21, Lewandowski afirmou que a LSN seria uma espécie de fantasma que tem vagado no judiciário e precisa ser "exorcizada". O ministro Lewandowski afirmou que a LSN foi editada antes da Constituição Federal de 1988, que tem forte atenção aos direitos e garantias fundamentais, portanto, o STF deve analisar se esse "fóssil normativo" é constitucional. (Folha de S. Paulo - Opinião - 21/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/03/21)

### **Ordem do Dia é alterada para celebrar o Golpe de 1964**

Conforme os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, uma das primeiras ações do general Braga Netto à frente do Ministério da Defesa foi mudar o texto da ordem do dia alusiva ao Golpe Civil-Militar de 1964 que havia sido escrito pelo ex-ministro, Fernando Azevedo e Silva, celebrando o golpe como um marco histórico, o que não estava contido na primeira versão. Além do mais, no novo texto exaltou a ditadura como um pedido do povo, "os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964". Na contramão do governo federal, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram o tom festivo em relação à data, com destaque para Gilmar Mendes, que postou em suas redes sociais que "o dia 31/03 não comporta a exaltação de um golpe que lançou o país em anos de uma ditadura violenta e autoritária. Ao contrário: é momento de exaltar o valor da nossa democracia conquistada com suor e sangue. Viva o Estado de direito". De acordo a Folha e o Estado de S. Paulo, as capitais brasileiras foram marcadas no dia 31/03/2021 por atos que celebravam o Golpe de 1964, ao passo que pediam uma nova intervenção militar no Brasil, entretanto, com o presidente Jair Bolsonaro no poder. Em São Paulo, por exemplo, a manifestação ocorreu em frente ao Comando Militar do Sudeste, e além dos pedidos de intervenção, os manifestantes gritavam palavras de ordem contra o comunismo, e muitos outros questionavam a eficácia das vacinas contra a covid-19 e defendiam o uso de medicamentos para o tratamento da doença, como ivermectina e hidroxiquina. A Folha ressaltou que o artigo 22 da Lei de Segurança Nacional qualifica como crime "fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social", já o artigo 23 da mesma lei, destaca que também é crime "incitar à subversão da ordem política ou social, à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis", podendo gerar pena de um a quatro anos de detenção. A Folha também relatou a opinião do general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho sobre o ato de Braga Netto. O general da reserva considerou inoportuna a defesa do golpe militar de 1964 por parte do governo, por reabrir "feridas que estão cicatrizando" e advogar por um evento que dividiu a sociedade brasileira. Para Francisco Mamede, "não era o momento adequado para se fazer referências, redigir notas, fazer manifestações em público sobre o que aconteceu no período." (Correio Braziliense – Política – 01/04/21; Folha de

S. Paulo – Poder – 01/04/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21)

## ABRIL

**Supremo Tribunal Federal julgará ações protocoladas contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional**

A Folha de S. Paulo abordou as ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) que questionam a legalidade da aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN), criada durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O periódico destacou que a LSN vem sendo utilizada como argumento tanto da oposição ao presidente da República, Jair Bolsonaro, quanto por investigações de ataques ao STF e ao Congresso. De acordo com o jornal, no mês de março, quatro ações foram protocoladas na Corte a fim de questionar a compatibilidade da LSN com a Constituição de 1988, marco da redemocratização do país. Destas ações, duas movidas pelos partidos PTB e PSDB requerem anulação completa da lei. Outras duas, movidas pelos partidos PSB, PSOL, PT e PCdoB em conjunto, pediram que a lei fosse invalidada com parte de seus artigos limitados pelo STF. A Advocacia-Geral da União (AGU) requisitou em petição que as ações não sejam acolhidas pela Corte e que a lei seja considerada constitucional. O ministro do STF Gilmar Mendes concedeu 5 dias para que o Ministério da Justiça justifique a utilização da LSN contra críticos a Bolsonaro e que também o façam a Polícia Civil do Rio de Janeiro e as Polícias Militares do Distrito Federal e de Minas Gerais. Segundo o jornal, um dos desafios da Corte é manter a coerência de suas decisões, visto que esta utilizou artigos da LSN em julgamentos, a exemplo nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/04/21)

**Congresso Nacional planeja substituir a Lei de Segurança Nacional, herança do regime militar**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, os líderes partidários dentro do Congresso Nacional planejam com urgência a substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) pela nova Lei do Estado Democrático de Direito. Aprovada em 1983, ainda durante o regime militar (1964-1985), a LSN abria brechas jurídicas para perseguições e; após a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que motivou ataques por parte do presidente da República Jair Bolsonaro; a substituição da lei ganhou uma nova urgência. Segundo o Correio, o abandono da nova lei seria para “evitar perseguições e ataques às liberdades, venha de onde vier”, indicando assim uma repreensão tanto do STF - que estaria tentando modular a lei que até o momento é alvo de quatro ações na corte - quanto ao presidente Bolsonaro - que também já foi acusado de usá-la para perseguir críticos de seu governo. Todos os partidos, até os mais bolsonaristas - especialmente após a prisão do deputado federal Daniel Lucio da Silveira pelo STF -, têm interesse em substituir a lei, porém, ainda há divergências sobre o formato exato da nova Lei do Estado Democrático de Direito. Além disso, em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista José Roberto Guzzo criticou a manutenção do inquérito aberto contra o jornalista Oswaldo Eustáquio, pelo STF baseado na LSN. Segundo o colunista, Oswaldo Eustáquio foi detido no dia 18/12/20, em inquérito aberto pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, por supostamente ter “instigado uma parcela da população” e promover o antagonismo ao Congresso Nacional e ao STF. Contudo, Guzzo argumentou que é possível discordar das falas de Oswaldo Eustáquio e ainda assim, achar incorreta e ilegal a prisão do jornalista. A Folha destacou que especialistas consultados pelo periódico consentiram que a LSN é incompatível com um regime democrático e que o Congresso Nacional deve revisitá-la, mas divergiram em determinados pontos críticos que precisam ser analisados com cautela e alertaram que “o novo texto pode trazer riscos e que é preciso um debate aberto à sociedade”. A Folha apontou que a nova lei poderá ser nomeada como Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito e seus termos seguem em discussão no plenário, podendo sofrer alterações. De acordo com O Estado de S. Paulo, um grupo de 70 entidades da sociedade civil divulgou um manifesto com críticas ao debate, “de forma açodada”, sobre a lei pelo Congresso. O documento – intitulado Pacto Pela Democracia – propõe a reformulação da LSN, mas sugere “participação e amplo debate” com a sociedade civil antes da votação de um novo marco legal. Segundo o jornal, assinam a nota conjunta a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Conectas Direitos Humanos, Fundação Tide Setúbal, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Igarapé, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), WWF Brasil, Oxfam Brasil, entre outras entidades e movimentos sociais.



Segundo elas, há preocupação com a possibilidade de a reforma da LSN abrir caminho para a criminalização de movimentos sociais e correntes políticas. (Correio Braziliense - Política - 12/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 14/04/21)

### O debate sobre a revisão da Lei de Segurança Nacional

Em coluna intitulada "Abertura 'lenta, gradual e segura': do AI-5 à Lei de Segurança Nacional", publicada pela Folha de S. Paulo, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), traçou o percurso do regime militar (1964-1985) que desencadeou na referida lei, que atualmente tem sido motivo de debates. Segundo o magistrado, a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada no contexto de abertura do regime militar, em dezembro de 1983, e passou a definir crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. A LSN é a última versão de textos normativos iniciados em 1935, com Getúlio Vargas, e modificados ao longo do tempo, os quais fundamentalmente buscam reprimir grupos considerados inimigos internos. Lewandowski ressaltou a tipificação aberta de certos crimes, como "incitar a subversão da ordem política", bem como a remessa do julgamento destes à Justiça Militar. Para ele, esse preceito legal continua a assombrar o país mesmo após a redemocratização, podendo não estar de acordo com o espírito da Constituição Federal de 1988. Em linha com o pensamento de Lewandowski, como reportado pelo periódico Folha de S. Paulo, o Congresso Nacional prevê votação para 27/04/2021 de um projeto de lei que poderá revogar a LSN. O projeto também deverá conter uma nova versão do artigo do Código Penal sobre incitação ao crime que incluirá a "incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, o Ministério Público, instituições civis ou a sociedade" como crime cuja pena será de multa e detenção de três a seis meses. O objetivo disso seria reafirmar o papel das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo, ante as tentativas de politização das Forças pelo presidente Jair Bolsonaro e de manifestações de seus apoiadores pedindo intervenção militar. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/04/21).

### Padre expulso durante ditadura falou sobre "excessos" no uso da LSN

Em entrevista para O Estado de S. Paulo, o padre italiano Vito Miracapillo, expulso em 1980 durante o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985) por ser considerado nocivo à segurança nacional, se mostrou preocupado com os excessos cometidos no uso da Lei de Segurança Nacional (LSN), ainda em vigor no Brasil. Miracapillo contou sobre como a LSN foi usada contra ele: "O pretexto foi a minha recusa a celebrar duas missas impostas pelo prefeito da cidade por ocasião da Semana da Pátria, no dia 7 de setembro, e no dia 11, emancipação do município, com a motivação que dei – a não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos". O padre destacou que espera que a segurança nacional "não represente uma volta ao passado" e que "seja interpretada como segurança do povo". Além disso, o padre disse que espera que os processos sofridos por brasileiros atualmente não cheguem ao que já foi. "Seria triste para a imagem do Brasil no exterior e para o povo, que não merece e não precisa disso." (O Estado de S. Paulo - Política - 21/04/21)

### Lei de Segurança Nacional: passado e futuro

O jornal Correio Braziliense publicou um infográfico explicativo sobre a Lei de Segurança Nacional (LSN) e sua possível reformulação. A LSN foi elaborada em 1935 durante o governo do presidente Getúlio Vargas, sob o pretexto da luta contra uma suposta "ameaça comunista", e foi editada em 1953 para incluir pela primeira vez o elemento da "segurança nacional". Durante o regime militar (1964-1985), foram várias as reformas da Lei, como em 1967 com o recrudescimento do autoritarismo que consolidou a LSN como "antessala do AI-5" [Ato Institucional nº 5] de 1969. No contexto de abertura política em 1983, a Lei de Segurança Nacional adquiriu o formato atual. Sobre ele, o infográfico também esclareceu que a LSN prevê crimes como calúnia ou difamação de alguns funcionários de Estado e governo, incitação à subversão ou violência, divulgação de segredos obtidos por cargo - os quais incluem os que são relativos a "operações militares ou policiais contra rebeldes, insurretos ou revolucionários" -, e associação a entidades que busquem a derrubada do

Estado por meio da violência ou “ameaça grave”. O periódico traçou uma comparação entre o atualmente previsto na LSN e sua possível atualização: Dentre as similaridades, ambas apresentam provisões sobre crimes de atentado à soberania - em geral direcionados a situações de belicosidade - e a unidade nacional, assim como condenam cooperação com inimigos estrangeiros. Por outro lado, houve a inclusão do crime de traição, a tipificação de ameaças ao Ministério Público no crime de insurreição e a condenação de tentativa ou conspiração em favor de golpes de Estado. Além destas, a nova lei propõe maior especificação sobre atentados contra membros do Estado, reafirmar a proteção às eleições e a livre manifestação pacífica e condenar o uso de violência. Em especial, o novo texto também incluirá o crime de “incitação ao crime ou à animosidade entre as Forças Armadas” ou entre elas e os três Poderes, instituições civis, o Ministério Público e a sociedade. (Correio Braziliense - Política - 26/04/21)

### **Congresso Nacional planeja substituir Lei de Segurança Nacional**

Segundo o jornal Correio Braziliense, lideranças no Congresso Nacional estão se articulando para votar uma substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) no dia 04/05/21 na Câmara dos Deputados, legislação herdada da Ditadura Militar (1964-1985) que abria precedentes jurídicos para perseguições políticas e sociais. A partir de uma retomada das arbitrariedades durante o governo Bolsonaro usando a LSN, o Correio firmou que foi-se acendendo um “alerta” no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional de que o Estado brasileiro deveria “apagar as luzes da ditadura militar”, substituindo a lei. Sobre o assunto, o deputado federal Kim Kataguiri afirmou que a LSN foi caracterizada como “um legado da ditadura que precisa ser superado” e essa substituição ganhou nova urgência devido à “pretensão autoritária” do presidente da República. Ainda há disputas no Congresso pelo formato do texto substitutivo, visto que, segundo o também deputado federal Luiz Paulo Teixeira Ferreira, os parlamentares de extrema-direita querem usar o novo texto para “se safar dos ataques constantes que eles fazem à democracia e às apologias à ditadura”. Um dos perigos estaria em propostas que, segundo alguns parlamentares, criminalizariam os movimentos sociais e os protestos de rua. Especialistas ouvidos pelo periódico afirmaram que a LSN é “entulho da Ditadura Militar” e incompatível com um Estado democrático, mas alguns alegam serem necessários mecanismos de proteção ao Estado. Na Câmara dos Deputados existem atualmente dois projetos substitutivos: um de autoria da deputada federal Margarete de Castro Coelho, enviado em 1991; e outro de 2020, vindo de diversos deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o primeiro deles considerado mais duro por facilitar a perseguição a manifestações. Sobre o assunto, a autora do projeto afirmou que não há perigos aos movimentos sociais e que revogar a LSN tem “valor simbólico” por “enterrar o maior dos entulhos do período autoritário, que foi usado para perseguir cidadãos e que permaneceu adormecido na nova ordem constitucional”. (Correio Braziliense - Política - 26/04/21)

### **Daniel Silveira virou réu após ataques ao Supremo Tribunal Federal**

Conforme noticiado pelo periódico O Estado de S. Paulo, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, transformou em réu o deputado federal Daniel Silveira no dia 28/04/21, denunciado após divulgar um vídeo defendendo o Ato Institucional no 5 (AI-5) e por promover discurso de ódio contra os membros do STF. Além disso, Silveira foi enquadrado pela Procuradoria-Geral da República na Lei de Segurança Nacional, uma vez que incitou a animosidade entre a Corte e as Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/04/21)

MAIO

### **Prossegue repercussão sobre revisão da Lei de Segurança Nacional, herança da ditadura militar**

Em editorial, o periódico Folha de S. Paulo teceu comentários sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Primeiramente, o jornal rememorou que no dia 04/05/21 a Câmara dos Deputados aprovou a substituição da LSN, encaminhando o texto substitutivo para análise do Senado Federal. A Folha reconheceu a iniciativa como “um avanço” e classificou a lei como “anacrônica” e “editada nos estertores da ditadura militar”; vendo sua revogação como algo importante para a proteção da democracia. O jornal avaliou que as “normas herdadas do período autoritário” que compõem a lei abrem margem para perseguição à liberdade de expressão, entre outros abusos. Sobre o texto substitutivo, a Folha teceu elogios, vendo-o como menos propenso a abrir brechas que levem à

perseguição política, diferentemente do texto anterior. Porém, identificou no novo texto um “desconforto”, devido a particularidades do comportamento da nova lei nos períodos eleitorais, algo que, para o jornal, deveria ser alvo de atenção do Senado enquanto o analisa. A Folha noticiou que durante o governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Justiça tem atuado com impulsos ideológicos escorados na LSN. Ainda que revogada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal para revogação definitiva, a Polícia Federal (PF) acumula 84 inquéritos baseados na LSN, abertos entre janeiro de 2019 e abril de 2021, o que significa um recorde de inquéritos com base neste instrumento durante o governo Bolsonaro, na maioria das vezes, acionada contra críticos do presidente. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 10/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/05/21)

## JUNHO

### Revogação da Lei de Segurança Nacional foi paralisada no Senado

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), já aprovada pela Câmara dos Deputados, está travada há um mês no Senado, que sequer definiu o relator da proposta. A LSN foi elaborada durante a ditadura militar (1964-1985) e mantém características autoritárias, como a criminalização da calúnia ao presidente da República, e tem sido constantemente utilizada pelo governo para processar opositores. Sobre isso, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse: “É estarrecedora e fruto de total abuso de autoridade a prisão do professor em Goiás. Esse despojo da ditadura vem sendo utilizado como medida de intimidação contra os cidadãos que se manifestam pacificamente contra o governo”. O projeto que substituirá a LSN chama-se “Lei do Estado Democrático” e institui 14 novos crimes, entre eles o de golpe de Estado, além de remover o “entulho” autoritário da lei anterior. De acordo com o jornal, o governo do presidente Jair Bolsonaro é contrário ao projeto e pretende barrá-lo, não só porque a LSN é utilizada como uma “ferramenta de intimidação” a opositores, como também pelo novo projeto declarar crime passível de cinco anos de prisão o disparo de notícias falsas (fake news) em períodos eleitorais, uma vez que Bolsonaro é acusado em diversas ações no Tribunal Superior Eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 04/06/21)

### Futuro da substituição da Lei de Segurança Nacional ainda é incerto

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, há uma possibilidade de que, caso aprovada, a substituta da Lei de Segurança Nacional (LSN) possa ser vetada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para, assim, livrar apoiadores enquadrados em crimes segundo a lei original. A LSN foi aprovada em 1983, durante a ditadura militar (1964-1985), mas recentes movimentações no Legislativo e Judiciário deram coro à sua substituição. O novo texto, que prevê dentre outros o crime de atentado ao Estado democrático de Direito, já foi aprovado na Câmara, está em discussão no Senado e tem defensores entre a oposição e a base do presidente. Em particular, os apoiadores do presidente temem movimentações vindas do Supremo Tribunal Federal (STF) que usaram a LSN para criminalizar atos que pedem o fechamento do Congresso Nacional e o retorno do Ato Institucional nº5 (AI-5). Ademais, mesmo em caso de veto total ou parcial vindo do presidente, o Congresso ainda tem a possibilidade de derrubá-lo. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

## JULHO

### Projeto que revoga Lei de Segurança Nacional avança para votação prevista no Senado

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional, objetivando acabar com um dos resquícios da ditadura militar (1964-1985), deve avançar para votação no Senado no curto prazo. Por um lado, o projeto abrange dispositivo que não criminaliza a manifestação de críticas aos Poderes constituídos; por outro, criminaliza “a incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, as instituições civis ou a sociedade”. De acordo com a Folha, o projeto ainda contempla dispositivo sobre abolição violenta do Estado democrático de Direito, esperando-se que posteriormente, possa sofrer vetos do presidente Jair Bolsonaro. A relatora do projeto na Câmara dos Deputados, Margarete Coelho (PP-PI), incorporou dispositivos dentro do Código Penal, além de incluir um capítulo acerca de crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral, dentre eles a comunicação enganosa em massa. Para o relator no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), esse deve ser um dos dispositivos que serão vetados no texto. (Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/2021)

### Projeto que revoga a Lei Nacional de Segurança deve ser votado em breve no Senado

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o texto que sepulta a Lei de Segurança Nacional (7.170/83), deve ser votado em breve no Senado. Nos anos 2019/20, 77 inquéritos foram abertos pela Polícia Federal com base nessa lei. O Supremo Tribunal Federal também empregou a LSN para prender o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) e os dirigentes de manifestações antidemocráticas. O projeto visa extinguir a LSN e estabelece no Código Penal um capítulo designado a proteger a soberania e as instituições nacionais de ações criminosas. Os deputados introduziram uma seção para tratar de crimes contra o processo eleitoral, objetivando evitar a disseminação de fake news. A expectativa é que o Senado aprove o texto sem vultosas alterações, e que o presidente Bolsonaro imponha vetos. (Folha de S. Paulo - Opinião - 08/07/2021)

AGOSTO

### Senado revogou a Lei de Segurança Nacional, resquício da ditadura

Conforme informou o periódico Correio Braziliense, o Senado Federal votou e aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 2.108/2021, no dia 10/08/21, objetivando a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), dispositivo remanescente da ditadura civil-militar (1964-1985). O PL passou a incluir crimes relacionados a atentados à democracia e à segurança nacional no Código Penal e foi aprovado em maio deste ano pela Câmara dos Deputados. A LSN é amplamente criticada por especialistas e políticos por ser “ultrapassada” e possibilitar a imputação de punições a opositores políticos e, nesta linha, o Correio lembrou as prisões que ocorreram neste ano em que manifestantes e um professor e dirigente do Partido dos Trabalhadores foram enquadrados na lei. Para além de revogar a Lei de 1983, o texto inclui uma série de crimes contra a democracia no Código Penal, acrescentou o Correio. O jornal avaliou que a votação estava pautada desde a semana anterior, mas os senadores defenderam sua aprovação na terça-feira, dia 10/08/21, como uma resposta ao desfile militar na Esplanada, ocorrido no mesmo dia. Após a votação, o projeto segue para a sanção de Jair Bolsonaro, explicou o periódico, estágio em que pode ser vetado, conforme acredita o relator, Rogério Carvalho (PT-SE). Na visão deste, o texto será alvo de vários vetos, e “corre risco de ser vetado pelo presidente”. Apesar de Bolsonaro poder vetar o texto, “a última palavra é dos deputados e senadores que podem derrubar uma eventual decisão do presidente”, informou O Estado de S. Paulo. (Correio Braziliense - Política - 10/08/21; Correio Braziliense - Política - 11/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/08/21)

### Em editorial, periódico discorreu sobre Lei de Segurança Nacional

Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo lembrou a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.108/2021 que revogou a Lei de Segurança Nacional (LSN) e criou novos títulos no Código Penal relativos a crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o jornal, essa reforma foi “um passo importante” na defesa do Estado e da democracia, estabelecendo uma norma que “respeita as liberdades e garantias fundamentais”. Contudo, O Estado disse que a LSN não se caracterizava como “mero entulho autoritário”, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) sempre manifestou a validade da lei perante a Constituição Federal de 1988. Ainda assim, o jornal reconheceu na LSN “uma estrutura voltada para a proteção ideológica do Estado”, criando o risco de que seu texto fosse interpretado e usado na defesa da honra de membros do Estado brasileiro ou de determinadas correntes de pensamento. Esse perigo tomou maior materialidade no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, que usou a LSN para “calar e intimidar opositores” em uma atitude “incompatível com a Constituição” e com o Estado Democrático de Direito. Mesmo assim, para o periódico, a norma ainda “protegia bens jurídicos importantes, especialmente em relação ao funcionamento das instituições democráticas”. Desse modo, ressaltou-se a importância de que a lei substituta defina crimes que ameaçam ou impedem o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito, sendo sua preservação o “ponto fundamental da nova lei”. Entre os crimes inclusos no novo texto está o atentado à soberania, a espionagem e o golpe de Estado. Outro destaque apontado pelo editorial foi a abertura de novas aplicações do artigo 286 do Código Penal - que pune incitações públicas a crimes -, já que a PL 2.108/2021 inclui que incitar animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade é conduta criminosa, podendo acarretar em três a seis meses de prisão ou multa. Por fim, o jornal completou

dizendo que atualmente "é necessário dispor de instrumentos jurídicos que [...] não sejam tolerantes com ataques e ameaças ao funcionamento das instituições". (O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/08/21)

## SETEMBRO

**Bolsonaro veta parcialmente projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional**

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou partes do projeto aprovado pelo Congresso Nacional que visa revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN), legislação herdada da ditadura militar que define os crimes contra o Estado democrático de Direito. O veto do Executivo inclui cinco trechos, dentre os quais se destacam o artigo que criminaliza a comunicação enganosa em massa, ou seja, a promoção e veiculação de fake news que comprometam o processo eleitoral, e o artigo que aumenta em 50% a pena de crimes contra o Estado de Direito se forem cometidos por militares ou outros agentes públicos. No que diz respeito às fake news, o Executivo alega falta de clareza na definição do sujeito da conduta criminosa e aponta insegurança jurídica no quesito da apuração da veracidade de informações compartilhadas. O texto do veto afirma "A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de Direito, o que enfraquece". Quanto ao aumento da pena para militares condenados por crime contra o Estado de Direito, o veto diz que "Viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores". Além desses, outro veto que se destaca foi ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação, mediante violência ou ameaça, sob o argumento de que há dificuldade na caracterização do que é uma manifestação pacífica, o que afetaria o trabalho dos agentes de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Os jornais apontaram que a LSN vem sendo acionada tanto contra governistas, como o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), quanto contra membros da oposição. A manutenção ou exclusão dos vetos presidenciais depende do Congresso. Após os vetos, já se iniciou a mobilização para derrubá-los entre congressistas da oposição, enquanto outros políticos de centro preferem esperar os resultados das manifestações do dia 7 de setembro. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, disse que o presidente atua a favor de sua própria causa, já que o mesmo vem sendo investigado no inquérito das fake news. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, "Óbvio que o que foi aprovado no Senado é o que nós defendemos que seja mantido, mas respeitamos os vetos do presidente da República e essa avaliação será feita numa sessão do Congresso Nacional para se definir se mantém o veto, se derruba o veto". (*Correio Braziliense* - Política - 03/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 03/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 03/09/21)

**Especialistas ponderam os vetos presidenciais ao projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional**

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os recentes vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que revoga a Lei de Segurança Nacional dividiram a opinião dos especialistas, os quais consideram que nem todos podem ser considerados injustificados. Primeiramente, no que diz respeito ao veto à criminalização da propagação de fake news, o professor da Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto LGPD (Legal Grounds for Privacy Design), Ricardo Campos avaliou que o texto do artigo possui ambiguidades e dificilmente seria implementado, já que não impõe deveres e obrigações para as plataformas. O diretor da Internet Lab, Francisco Brito Cruz, alegou que o artigo foca em um problema específico do presente, impossibilitando uma previsão de como irá se adaptar a circunstâncias futuras. Ademais, Bolsonaro também vetou o aumento de pena quando os autores das infrações fossem militares ou funcionários públicos e em caso de uso de arma de fogo. A advogada criminalista, Marina Coelho de Araújo, e o professor de teoria e história do direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Diego Nunes, concordam que o veto ao aumento de pena mediante uso de arma de fogo não possui justificativa, de modo que coopera com a lógica do governo Bolsonaro de liberalização de armamentos. Outrossim, na visão de Camila Asano, diretora de programas da Conectas Direitos Humanos, o veto ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação visa blindar os agentes de segurança pública que abusam de seu poder ao reprimir manifestações. Segundo ela, "Não é de hoje que existe uma seletividade na



maneira como protestos são reprimidos por agentes de segurança, às vezes de forma violenta e com uso desproporcional da força. O Congresso deve derrubar esse veto a fim de garantir o direito à livre manifestação". Outro veto do presidente barrou o aumento de pena (inclusive com perda de patente e graduação) para militares e funcionários públicos, sob o argumento de lesar o princípio da proporcionalidade. Diego Nunes descartou essa possibilidade, afirmando que "A disposição valeria igualmente para servidores civis de carreira, comissionados ou agentes políticos, inclusive eleitos, nos termos do art. 327 do Código Penal", estabelecendo-se, portanto, a isonomia entre agentes militares, estatais e civis. Marina Coelho de Araújo também afirmou que a justificativa para o veto se sustenta, já que, como afirmado pelo presidente, a patente militar não pode ser destituída por um tribunal comum. Por outro lado, Nunes defendeu o artigo, considerando que este visa responsabilizar os agentes públicos a um padrão mais alto na defesa das instituições. Por meio de editorial, o periódico Folha de S. Paulo expressou preocupação com a aplicabilidade dos artigos, devido a forma genérica que foram redigidos e os possíveis riscos à liberdade de expressão e segurança jurídica. Por outro lado, afirmou que os vetos de Bolsonaro possuem interesse próprio e visam proteger seus apoiadores. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/09/21)

### **Lei antiterrorismo foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, a nova lei antiterrorismo foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. De autoria do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO), a proposta visa ampliar a repressão e punição a atos perigosos e destrutivos à vida humana ou infraestrutura essencial. O texto ainda engloba as ações que aparentam ter a intenção de "intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros ou qualquer outra forma de violência". O projeto cria um braço sob supervisão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. A matéria foi fortemente criticada por deputados e organizações de defesa aos direitos humanos, alegando que o texto contém uma definição demasiada aberta de terrorismo, de modo que movimentos sociais podem sofrer as consequências punitivas previstas na proposta. Além disso, aqueles que se opõem à proposta argumentam que o texto dá poderes inconstitucionais ao Executivo, ao criar uma espécie de polícia secreta e permitindo inclusive que os agentes antiterroristas possuam retaguarda jurídica caso utilizem força letal, dando-lhes autorização para matar, de acordo com o "excludente de ilicitude". O Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu nota em que afirma que "Ao reduzir as sanções para agentes do Estado que ferirem ou matarem em legítima defesa, somado à amplitude do conceito do terrorismo, concederá uma espécie de licença para matar em caso de hipótese, ainda que vaga, de ameaça.". Após a Comissão Especial, a proposta ainda necessita da aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para enfim ser pelo presidente da República. (Correio Braziliense - Política - 17/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/21)

### **Historiador avaliou discussões sobre nova lei antiterrorismo**

Em coluna opinativa ao periódico Folha de S. Paulo, o historiador Guilherme France dissertou acerca das propostas de Lei antiterrorismo no Brasil e questionou a quem interessa uma nova legislação sobre o tema. Originalmente, a lei que data de 2016 buscou limitar abusos tais como uma definição muito ampla sobre o que é terrorismo e a autorização de medidas excepcionais para seu combate. No entanto, existem propostas de revisão dessa lei e, segundo France, uma delas foi apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ainda quando era deputado, e versa sobre a dispensa de "autorização judicial para a adoção de medidas excepcionais", além de atribuir o comando das respostas ao terrorismo "diretamente ao presidente da República, criando um sistema particular, mas oficial, de vigilância e segurança". Outro ponto crítico elencado pelo historiador é o fato da Comissão de Segurança Pública ter aprovado projeto que amplia excessivamente a definição de terrorismo, assim como abre a possibilidade de criminalização de movimentos sociais. Na avaliação de France, a modificação da lei não interessa nem mesmo às forças armadas e policiais, responsáveis pela implementação da política antiterrorismo. Porém, pode interessar à extrema direita, que promove uma "lenta, mas contínua e incessante, degradação do Estado democrático de Direito brasileiro". (Folha de S. Paulo – Opinião – 14/09/21)

### **Veto a artigo da nova Lei de Segurança Nacional foi motivado por riscos aos militares**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro vetou, no começo do mês, artigos de uma lei aprovada pelo Congresso para revogar a Lei de Segurança Nacional a pedido do Comando do Exército e do Ministério da Defesa. Segundo o periódico, pelo menos dois pontos foram vetados a pedido dos militares. O primeiro se referia ao “atentado ao direito de manifestação”, que previa até quatro anos de prisão para aquele que usar violência ou grave ameaça para impedir manifestações, acarretando aumento da pena se a repressão resultar em lesão corporal grave ou a morte. A justificativa para a retirada desse artigo foi a de que ela poderia limitar a ação das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e Ordem. O segundo trecho vetado, aumentava em 50% o tempo de prisão e perda de posto ou patente por crimes contra o Estado de Direito, caso perpetrado por militares. De acordo com a Presidência, esse artigo tornaria desproporcional a punição aos militares quando comparado a outros servidores públicos. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/09/21)

### **Lei antiterrorismo será denunciada na Organização das Nações Unidas**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, diversas entidades de direitos humanos pretendem denunciar em conjunto a nova Lei Antiterrorismo à Alta Comissária para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Verónica Michelle Bachelet Jeria. A denúncia questionará a celeridade do processo de aprovação da legislação que amplia a definição de terrorismo no Brasil e os poderes do Executivo no seu combate. Segundo as organizações Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal, caso aprovada, a nova lei criará “um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República”, assim, podendo provocar riscos à privacidade da população e opositores do governo. A proposta, apresentada pelo deputado federal Victor Hugo de Araújo Almeida, apoiador do presidente da República Jair Bolsonaro, já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada em plenário. Por fim, a Folha também ressalta que Bachelet já chegou, no dia 13/09/21, a criticar a proposta durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/09/21)

# 7 Militares no governo

## Ocupar e militarizar

Desde 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, convivemos no Brasil com a participação escancarada dos militares na política. Entre eleitos e nomeados, os militares ocupam o centro da arena política nacional, desta vez com a legitimidade dos votos. Em 2021, novos acontecimentos se somaram aos desenvolvimentos políticos, colocando novamente os holofotes sobre os militares no governo.

Ainda em março de 2021, observou-se o que foi tido como uma crise sem precedentes entre governo e forças armadas. A demissão do general Fernando Azevedo e Silva, então ministro da Defesa, e subsequente troca dos comandantes das três forças singulares, num movimento de antecipação do governo, tencionou o sistema político. No lugar de Azevedo, assumiu o Ministério da Defesa o também general, Walter Braga Netto. Antes ministro da Casa Civil e responsável pela Intervenção Federal no Rio de Janeiro, Braga Netto é considerado um homem próximo do presidente. A escolha dos novos comandantes, por sua vez, foi vista na imprensa como um aceno ao diálogo e como um indicativo de escolha por uma transição tranquila. De todo modo, as mudanças ensejaram debates acerca dos riscos de politização das forças armadas.

Não bastasse, o apoio do governo a e subsequente eleição, em fevereiro de 2021, de Arthur Lira, do Progressistas, e de Rodrigo Pacheco, à época no Democratas, para as presidências de Câmara e Senado, respectivamente, levantou o questionamento sobre uma eventual mudança das bases do governo: dos militares para o Centrão. À época, falava-se mesmo numa reconfiguração dos quadros do governo.

Os rumores de recomposição da administração federal foram suficientes para gerar críticas de militares aliados de primeira hora do governo Bolsonaro, a exemplo do general da reserva, Francisco Mamede, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O embate em torno da aprovação emergencial de vacinas entre Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, e Antônio Barra Torres, contra-almirante e presidente da Anvisa, reforçava a retórica da tensão existente entre os dois grupos. Não bastasse, a pressão de parlamentares para a saída do general Luiz Eduardo Ramos da Casa Civil, as alegações do general Eduardo Pazuello acerca de pressões para liberação de recursos do Ministério da Saúde e a repercussão da nota do então ministro da Defesa, Walter Braga Netto, endereçada à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado eram indicativos não apenas das dificuldades de acomodação destes interesses divergentes, mas também das tensões das relações com o Legislativo.

Com efeito, a militarização do governo provocou no Congresso um debate sobre as consequências e riscos desse processo. Dois movimentos merecem destaque. Apelidada de PEC Pazuello, a proposta de emenda constitucional 21/21, apresentada pela deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), buscava estabelecer limites à participação de militares da ativa no governo. O texto atualmente segue em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Por sua vez, o parecer da deputada Margarete Coelho (PP-PI), relatora do novo Código Eleitoral, apresentava questões relevantes do ponto de vista da participação dos militares no governo. No texto apresentado na Câmara, e atualmente em análise no Senado, previa-se uma quarentena a militares, juízes, promotores e policiais que almejassem assumir cargo eletivo.

Num outro espectro, a nomeação de militares a cargos públicos e autarquias trouxe a militarização do governo para o debate público. Vale lembrar, nesse sentido, o decreto assinado por Bolsonaro em junho de 2021 e que reforçava a presença de militares da ativa no governo. Outrossim, dois casos são emblemáticos. O primeiro, e de maior visibilidade pelo contexto pandêmico, diz respeito ao Ministério da Saúde. O segundo se relaciona à militarização do Ministério de Minas e Energia num contexto da crise energética em 2021.

A administração de Pazuello no Ministério da Saúde e a militarização de cargos relevantes da pasta tornou evidente a inaptidão dos militares no governo na gestão da pandemia. O desenrolar da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar ações e omissões do governo na matéria confirmou a responsabilidade dos fardados.

O envolvimento dos militares respingou na instituição. No marco do negacionismo do governo federal, a produção e distribuição de cloroquina envolveu Exército e Aeronáutica em investigação do Ministério Público. Não bastasse, o afastamento de Pazuello da Saúde, sua posterior reintegração ao Exército e a absolvição e sigilo decretados em investigação contra o general por manifestação política dificultaram ainda mais a desvinculação da atuação dos militares na Saúde das forças armadas. Ao fim, Pazuello, ainda na ativa, retornou ao governo, em cargo junto à Presidência.

No setor energético, por sua vez, o quadro é indicativo de uma ocupação similar pelos militares. Além do ministro titular da pasta ser também um militar – o almirante Bento Albuquerque –, a nomeação de membros das forças armadas a autarquias e empresas ligadas à pasta chamou atenção neste ano. Ao todo, em março de 2021, cerca de 92 militares ocupavam cargo de comando em estatais, dentre as quais estão incluídos órgãos e empresas do setor energético como a Petrobrás, Itaipu e Agência Nacional de Petróleo (ANP). Nesse contexto, é compreensível a preocupação das forças armadas com a mais recente crise energética que assolou e ainda ameaça o país.

A indicação do general Silva e Luna para o conselho da Petrobrás e sua posterior confirmação como presidente da empresa talvez sejam os aspectos mais sintomático deste processo. O general do Exército, que antes havia ocupado cargo na binacional Itaipu, exerce ainda influência em mais de 50 estatais subsidiárias à petrolífera. Ademais, mantém um salário de cerca de R\$ 240 mil mensais, reavivando o debate acerca dos super-salários dos militares no governo.

Com efeito, os militares no governo acumularam benesses não apenas para si, mas também para a instituição. Os embates em torno de salários e orçamento refletiam bem a questão. No dia 29 de abril, portaria nº 4.975 do Ministério da Economia instaurava um “teto duplo” incidente sobre o pagamento. Sob o pretexto de beneficiar professores e profissionais de saúde, a medida favorecia diretamente os militares no primeiro escalão do governo, que passariam a gozar de um aumento de 69% no ordenamento. O acúmulo de funções e salários viria a ser uma questão também em algumas estatais – o caso de Silva e Luna, acima mencionado, é relevante nesse aspecto.

Do ponto de vista orçamentário, o governo privilegiou os militares de modo contundente. Além de episódios conhecidos, como os indícios de superfaturamento na compra de picanha e cerveja nos quartéis, as forças armadas experimentaram aumentos salariais e adicionais variados que, somados, acumulavam ao menos R\$ 21,16 bilhões. O Ministério da Defesa, por sua vez, teve um incremento orçamentário de R\$ 4,79 bilhões em relação a 2018.

A militarização do governo, portanto, se reflete de forma material, da ocupação de cargos à distribuição orçamentária, evidenciando um processo em curso no Brasil desde antes da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência. Em 2021, os casos dos ministérios da Saúde e de Minas e Energia, particularmente, evidenciaram as consequências desse processo.

**Jorge Oliveira Rodrigues**

*Doutorando em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

**Davi Campos Matos**

*Graduando em Rel. Internacionais na UNIFESP. Bolsista PIBEX*

## FEVEREIRO

### **Partidos políticos do Centrão querem ocupar cargos de militares nos ministérios**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, com a vitória de Arthur Lira na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, os partidos políticos que compõem o chamado Centrão visam reconfigurar o governo e ocupar os quadros do primeiro escalão em ministérios, inclusive aqueles que atualmente possuem militares em sua liderança. Entretanto, o jornal informou que o presidente da República Jair Bolsonaro tem mostrado objeção em “fazer uma ampla reforma na equipe”, e já avisou que não irá remover os ministros da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, e da Saúde, general Eduardo Pazuello. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/02/21)

### **Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro I**

Segundo os jornais O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense, o resultado das eleições de Arthur César Pereira de Lira como o novo presidente da Câmara dos Deputados e de Rodrigo

Otávio Soares Pacheco como presidente do Senado Federal terão impacto para os militares que compõem o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Primeiramente, de acordo com o Correio Braziliense, haveria uma “queda de braço” entre o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico e contra-almirante Antônio Barras Torres, e o deputado federal Ricardo José Magalhães de Barros, aliado de Lira e cotado para substituir o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo desejo do parlamentar de liberar vacinas importadas e aprovadas no exterior em cinco dias e sem testagem no Brasil, propostas rechaçadas pela diretoria da Anvisa. As críticas de Barros foram direcionadas à velocidade de trabalho da agência e aos custos de uma testagem nacional, chegando a defender até mesmo mudanças na legislação para alcançar tal objetivo. Já Barras Torres, que vem atuando sob muita pressão do presidente Bolsonaro, governadores e corpo científico, tentou se manter diplomático, mas, mesmo assim, chegou a politizar a disputa quando indagou “a quem interessa” enfraquecer a Anvisa, além de defender a velocidade de trabalho da agência e negar que existiriam pressões vindas da Presidência da República. O Estado também chegou a abordar o tema, reafirmando a cotação de Barros para o cargo de Pazuello e a disputa com Barras Torres; porém, o jornal também acrescentou que Barros não deseja comandar a pasta da Saúde, mas almeja algum cargo na área. Por outro lado, o partido do deputado, o Patriotas, ainda mantém interesse pela posição de ministro da Saúde. Além disso, o Correio também descreveu a liderança de Barras Torres “como se estivesse num navio” e que “responde por tudo a bordo”. Outro tema também abordado pelo jornal foi a possível abertura do Legislativo para as pautas mais radicais defendidas pelo presidente Bolsonaro como forma recuperar sua popularidade apelando para o seu eleitorado mais ideológico. Dentre tais reformas, o jornal apontou a reestruturação das Polícias Militares (PM) estaduais, consistindo numa diminuição do controle dos governadores sobre as corporações, algo visto como uma potencialização para interferências indevidas por parte da Presidência da República nesse setor. Ademais, o jornal também relatou que essas propostas estariam causando “temor” em especialistas e nas forças armadas, já que tais reformas aprovadas, aliadas ao discurso - sem provas - de fraudes nas eleições de 2018 poderiam insuflar a tensão política no pleito de 2022 de maneira similar ao que ocorreu na invasão ao Capitólio estadunidense no início deste ano. Para o cientista político Danilo Moraes dos Santos, é inconcebível a agressão às instituições democráticas com participação das FFAA, no caso das PMs, por não haver uma estrutura única de comando hierarquizada como há por exemplo no Exército, é também implausível o uso delas num golpe, uma conjuntura que mudaria caso uma maior centralização das polícias em um Comando Geral fosse efetivada, por fim, o politólogo conclui afirmando ser inconstitucional tal medida, visto que a Constituição Federal de 1988 dá os governadores estaduais o comando das PMs. (Correio Braziliense – Política – 08/02/21; O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/21)

### **Imprensa avaliou os impactos de novas lideranças no Congresso Nacional para os militares do governo Bolsonaro II**

O jornal O Estado de S. Paulo reportou que a vitória de Arthur César Pereira de Lira como o novo presidente da Câmara dos Deputados e a aproximação de Bolsonaro com o legislativo poderiam indicar uma perda de espaço dos militares no Executivo em favor do chamado Centrão. Os partidos aliados de Lira, o Centrão, estariam em busca de cargos públicos, ministérios e outros redutos tradicionais da máquina pública brasileira. Dentre as posições cobiçadas estariam a chefia e outros cargos importantes nos Ministérios da Saúde e de Minas e Energia, e setores do Ministério da Infraestrutura, todos estes atualmente ocupados por militares da ativa e da reserva. Para conter a ofensiva do Centrão, Bolsonaro teria cogitado recriar ministérios como o da Cultura, do Esporte e da Pesca. Desta forma, não entraria em confronto com os militares. Porém, na avaliação do Estado, o presidente recuou de colocar a ideia em prática. Por outro lado, de acordo com parlamentares e militares ouvidos pelo jornal, os generais que atuam diretamente no Planalto não estão sob ameaça, já que existem indicativos de fortalecimento do general Luiz Eduardo Ramos, atualmente na Secretaria de Governo, após a mediação deste no apoio à eleição de aliados do governo para a presidência da Câmara e do Senado. Por fim, o Estado também relatou um descontentamento por parte dos militares já presentes no governo pela entrada do Centrão, preocupados com a “imagem das Forças



Armadas". O general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho, ex-chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), chegou a acusar o presidente de "traição às promessas de campanha" e dizer que a "imagem" das forças armadas já estaria sendo "arranhada" por estar associada a um governo que comete "barbaridades", além de questionar as intenções do general Ramos, afirmando que ele não estaria a serviço do país, mas sim do governo. O general do Exército Maynard de Santa Rosa, ex-secretário de Assuntos Estratégicos de Bolsonaro, corroborou as preocupações, pois teme o "preconceito" do Centrão para com a ala militar, assim como danos à imagem das forças armadas, apesar de não ver o arranjo como corrupção. O Estado também pontuou que um vídeo do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, atual ministro do Gabinete de Segurança Institucional, durante a campanha de Bolsonaro em 2018 veio à tona em meio às discussões. No vídeo, Heleno comparava os partidos do Centrão com ladrões. Já outros generais que permaneceram anônimos declararam ainda ser "cedo" para "saber no que a nova aliança vai dar", reconhecendo a possibilidade de diminuição do papel dos militares na governança. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/02/21)

### **Livro do ex-comandante do Exército brasileiro comprova volta dos militares à política**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o recém-lançado livro-depoimento do ex-comandante do Exército brasileiro, general Eduardo Villas Bôas, intitulado "General Villas Bôas: Conversa com o Comandante", revela detalhes da ação do general durante os anos em que foi comandante do Exército, incluindo seus envolvimento políticos. Entre os assuntos retratados no livro estão uma conversa com o então vice-presidente da República, Michel Temer, sobre a reação das Forças Armadas no caso de impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff, além de conversas com deputados de esquerda sobre uma possível declaração de Estado de Defesa no ápice dos protestos contra Dilma. Adicionalmente, o livro apresenta comentários de Villas Bôas sobre o polêmico tweet advertindo o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o risco à estabilidade do país no caso do julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Folha ressaltou os motivos que o ex-comandante do Exército apontou como causa para o antipetismo generalizado entre os militares e o apoio ao atual governo de Jair Bolsonaro. Um dos principais seria o "revanchismo" do governo de esquerda no contexto da Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar as violações de direitos humanos durante ao regime militar (1964-1985). Por fim, a Folha destacou a utilidade do livro para compreender a visão de mundo dos militares, que seria marcada por uma aversão ao politicamente correto, paranoia quanto aos interesses internacionais sobre a Amazônia e aversão a qualquer movimento ambientalista. O colunista Reinaldo Azevedo, da Folha de S. Paulo, também comentou sobre o livro em sua coluna, chamando-o de "histórico lixo golpista", referindo-se principalmente ao caso do tweet "ameaçando" o STF, que para o colunista era uma inequívoca ameaça de golpe, tendo sido revelado no livro o consentimento do Alto Comando do Exército à postagem na rede social. (Folha de S. Paulo - Poder - 12/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 12/02/21)

### **Colunista retrata o ônus dos militares em sua relação com Bolsonaro**

A colunista Eliane Cantanhêde, do periódico O Estado de S. Paulo, retratou em sua coluna uma série de polêmicas recentes envolvendo os militares no governo do presidente da República Jair Bolsonaro, enfatizando o ônus sofrido pelas Forças Armadas, principalmente, à sua imagem. A colunista destacou o recente escândalo envolvendo a compra milionária de chicletes e leite condensado pelo Exército, além dos 700 mil quilos de picanha e 80 mil cervejas. Prosseguiu falando da exclusividade, em plena pandemia, dos hospitais do Exército e da Aeronáutica apenas para militares, tendo 72% dos leitos vazios. Além disso, citou o fim da Operação Verde Brasil 2 no dia 30/04/21, antes da data inicialmente prevista em 2022, além de aventar a possibilidade de isso ter sido uma retaliação do governo contra o vice-presidente da República Hamilton Mourão. Cantanhêde também destacou o fato do atual ministro da Saúde Eduardo Pazuello, estar respondendo junto à Justiça e ao Congresso Nacional detalhes de sua conduta na pandemia, tudo isso somado ao risco de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tratando do mesmo assunto. Posteriormente, citou a resposta do secretário-geral da Saúde, coronel Elcio Franco, ao governador João Doria, quando ele anunciou a vacinação em janeiro,

chamando-a de "devaneio". A colunista comentou sobre o livro-entrevista recém-lançado sobre o ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, e a confirmação de que o tuíte do comandante "advertindo" o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o julgamento de um Habeas Corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva havia sido apoiado por todo o Alto Comando. Por fim, Cantanhêde relembrou os atos pró-intervenção militar que o presidente Bolsonaro participou, um deles feito em frente a um Quartel General do Exército e outro em que sobrevoou em um helicóptero militar junto do ministro da Defesa. Para a colunista, o ônus a ser pago pelas Forças Armadas vai ser "imenso", apesar de quaisquer vantagens obtidas pelos militares no governo. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/02/21)

### **Novo livro de entrevistas com o general Villas Bôas repercutiu**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari comentou sobre o lançamento do livro "Villas Bôas - Conversa com o Comandante", livro escrito pelo professor Celso Castro a partir de entrevistas com o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019. De acordo com Gaspari, o livro rememora tanto o período de impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, quanto o tweet escrito no dia 3 de abril de 2018, um dia antes do julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal (STF). No tweet, o então comandante tinha questionado "quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais" e ainda disse que "o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais". Além disso, também lembra a posse do presidente da República Jair Bolsonaro, marcada por um discurso de agradecimento ao comandante Villas Bôas, com a afirmação de que o comandante foi um dos responsáveis pela eleição de Bolsonaro e que aquilo que havia sido conversado entre os dois morreria entre eles. Em resposta à essa afirmação, Villas Boas declarou: "Garanto que não foi um tema de caráter conspiratório". Por outro lado, segundo Gaspari, o general Villas Bôas se equivocou ao afirmar que no momento em que o presidente eleito, Tancredo Neves faleceu, o presidente da Câmara, Ulysses Silveira Guimarães, tentou impor uma nova eleição, sendo contrário à José Sarney assumir a presidência. O colunista Gaspari afirma que na verdade, Ulysses não queria uma nova eleição e sempre defendeu a posse de Sarney. Ademais, no dia seguinte, a Folha publicou outro texto abordando o tweet de 2018 e o livro de Castro. Nele, é reportado parte do conteúdo do livro, no qual diz-se que o tweet tinha originalmente um "teor bem mais incendiário" do que aquilo que foi por fim publicado, o motivo da mudança teria sido a intervenção de colegas militares. No dia 2 de abril, Villas Boas havia discutido a ideia de "admoestar" o STF a respeito do julgamento e, após tomar ciência das intenções, o então ministro da Defesa e general da reserva Joaquim Silva e Luna, juntamente ao general da reserva e conhecida voz moderada no Exército Brasileiro Alberto Mendes Cardoso, interviram no formato do texto originalmente intencionado por Villas Bôas, tirando menções que sugerissem uma intervenção institucional no funcionamento da corte, levando ao formato de ameaça velada que foi tweetado. No livro, Villas Bôas defende que a mensagem foi apenas "um alerta", negando se arrepender do gesto e de ter dado "favoritismo político" para o então candidato à Presidência, Jair Messias Bolsonaro, além de negar ter discutido o tema com Silva e Luna e afirmar erroneamente que Raul Belens Jungmann Pinto era o titular da pasta da Defesa naquela época. Ademais, Villas Bôas também disse ter tratado do tema com uma vasta gama de pessoas, incluindo sua equipe e o Alto-Comando do Exército, as quais hoje em dia se encontram no governo Bolsonaro. Dentre os personagens consultados incluem o atual ministro da Defesa e general da reserva Fernando Azevedo e Silva; o atual ministro-chefe da Secretaria de Governo e general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira; o atual chefe da Casas Civil e então comandante do Sudeste e interventor no estado do Rio de Janeiro, Walter Souza Braga Netto; e o atual comandante geral do Exército - sucessor de Villas Bôas - e então comandante militar do Sul, Edson Leal Pujol. Quando procurados pela Folha, Silva e Luna, Azevedo e Silva, Braga Netto e Ramos, assim como o Comando do Exército, não quiseram comentar o episódio e alguns militares não identificados chegaram a negar as afirmações de Villas Bôas, dizendo que a decisão coube apenas ao então comandante e seu "núcleo bruto".

Por fim, a Folha também descreveu como Pujol, que teve atritos com Bolsonaro ao longo de 2020, estaria “cioso” com o potencial negativo que o livro teria na imagem das Forças Armadas. Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram a reação do ministro do STF Edson Fachin às declarações de Villas Bôas, classificando como “intoleráveis e inaceitáveis” quaisquer tipos de pressão contra o Poder Judiciário e que, se comprovada, a declaração se constitui “gravíssima e atenta contra a ordem constitucional”. Em nota publicada, Fachin delineou: “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República”. “E destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, citando o Art. 142 da Constituição brasileira. Declarou também que o ataque ao Capitólio promovido por apoiadores do ex-presidente Trump apenas não se configurou em golpe porque as Forças Armadas estadunidenses tiveram “postura exemplar dentro da legalidade constitucional”. Em editorial, a Folha de S. Paulo destacou que o ocorrido em 2018 abriu “precedente perigoso” e lembrou que o próprio general havia declarado à época em entrevista à Folha que o tuíte havia chegado ao “limite da responsabilidade institucional”. Ademais, ponderou que a declaração do general se tornou ainda mais “densa” quando é posto que fora motivada por medo de que a esquerda retorne ao poder e que é “perturbador” saber que a Alta Cúpula do Exército participou do ato. Mas o jornal acredita que o comportamento de Villas Bôas tenha se limitado ao episódio e que não “denote pendor golpistas”. Em coluna à Folha, a jornalista Cristina Serra opinou que o livro-depoimento lança luz ao período “mais turbulento da história recente do país, que vai do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro” e que a informação mais importante é sobre a participação da Alta Cúpula na redação do tuíte. Destacou que as declarações do general evidenciaram que as Forças Armadas “não engoliram a Comissão Nacional da Verdade (‘foi uma fachada nas costas’)”. Serra demonstrou preocupação com o fato de que, com os militares de volta à política 30 anos após a redemocratização, ocupando “milhares de cargos” e acumulando “salários, privilégios e benesses” e ao lado de Bolsonaro na culpa dos 240 mil mortos pela Covid, a grande dúvida é, então “quando —e se— será possível mandá-los de volta para os quartéis”. Eliane Cantanhêde em coluna ao Estado lembrou que à época da publicação, o general havia lhe declarado em reportagem ao mesmo jornal que não se tratava de uma publicação pessoal, mas de um posicionamento do Alto Comando do Exército, confessando não ter sido combinada com a Aeronáutica e a Marinha. A colunista lembrou que Celso de Mello, ministro do STF hoje aposentado, posicionou-se naquele momento também não de forma pessoal. Sem mencionar Villas Bôas, classificou a manifestação como “claramente infringente”, “insurgências de natureza pretoriana que, à semelhança do ‘ovo da serpente’, descaracterizam a legitimidade do poder civil instituído e fragilizam as instituições democráticas”, associando à recente fala de Fachin. Declarou que alinhado ao que lhe havia dito em 2018, o general declarou à FGV que, embora “tresloucados” batam às portas das Forças Armadas reclamando intervenção e retorno dos militares ao poder, é algo que tem “chance zero” de ocorrer e que seu tuíte foi antes um “alerta” do que “ameaça”. Mas destacou que a eleição de Bolsonaro se deu com “empurrão dos militares” e que o presidente constantemente faz uso de símbolos das Forças Armadas e de seu nome para ameaças de golpes. “Podem ser meras bravatas. Ou não” concluiu a jornalista. O ministro do STF, Gilmar Mendes, também respondeu ao general e defendeu o respeito entre os Poderes. “A harmonia institucional e o respeito à separação dos Poderes são valores fundamentais da nossa República”, afirmou o magistrado no Twitter. “Ao deboche daqueles que deveriam dar o exemplo responda-se com firmeza e senso histórico: ditadura nunca mais!”. (Correio Braziliense - Política - 16/02/21; Correio Braziliense - Política - 17/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/02/21)

### **Investigações contra Pazuello podem custar-lhe o generalato**

De acordo com especialistas ouvidos pelo jornal Folha de S. Paulo, os inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello,

devido às acusações de omissão na atuação da pasta durante o colapso da rede pública de saúde de Manaus frente a segunda onda do novo coronavírus, poderiam acarretar na perda da patente de general, caso o Supremo Tribunal Militar (STM) o condene. Iniciado no dia 25 de janeiro pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski, o processo tramita primeiramente no STF por causa da posição de Pazuello como comandante da pasta da Saúde, dando-lhe assim foro privilegiado. Em segundo momento, poderia ocorrer uma condenação pela Justiça Militar, o que indicaria o fim da carreira de Pazuello como militar assim como a destituição de sua patente, porém tal cenário depende primeiramente do andamento das acusações no STF. Atualmente, o procurador-geral da República Antônio Augusto Aras ainda está em fase de verificação dos indícios levantados contra Pazuello, para assim decidir se apresenta ou não a denúncia perante o STF. Feita a denúncia, a corte deve decidir se vai ou não aceitá-la, caso a aceite, seria aberta uma ação penal contra o general, que possibilitaria um aprofundamento das investigações para que, por fim, haja a absolvição ou condenação de Pazuello. Caso o militar abandone o comando da pasta, a tendência é que o processo seja encaminhado para a Justiça Federal do Distrito Federal. Sobre o processo e a perda de patente, o advogado e secretário-geral adjunto da comissão de direito militar da Ordem dos Advogados do Brasil - Distrito Federal (OAB-DF), Pedro Carvalho, disse que “não haveria razão para tal imputação em crime militar” vendo a atuação de Pazuello durante a pandemia como algo advindo do cargo de ministro da Saúde, e não do serviço militar. Após conversas com integrantes do STM, Procuradoria-Geral da República (PGR), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério da Defesa, o jornal concluiu que uma condenação criminal poderia impedir uma promoção de Pazuello dentro da carreira militar, mas, segundo os militares ouvidos pelo Estadão isso não faria diferença, visto que ele já está no “topo da carreira” para um Oficial de Intendência, não havendo assim possibilidades de promoções. Além disso, uma punição no âmbito da Justiça Militar seria possível também, caso haja uma condenação de mais de dois anos e um dia no STF, cabendo assim apenas ao STM, num segundo momento, a perda ou não do generalato. Nesse julgamento do STM, seriam avaliados os aspectos morais e éticos da atuação de Pazuello sob a guia do Estatuto do Militares, a investigação nessa fase seria conduzida não por Aras, mas pelo procurador-geral da Justiça Militar Antônio Pereira Duarte, algo que ocorre apenas após o esgotamento de todos os recursos de ação criminal. Se a condenação no STF for de até dois anos, o procedimento é outro, com o caso apresentado ao Conselho de Justificação, formado por três oficiais da ativa, que elaborariam um relatório a ser enviado ao comandante-geral do exército dentro de um prazo de 30 dias. Por fim, o comandante seria o responsável por arquivar ou enviar o processo para o STM, onde por fim seria decidido sobre o futuro de Pazuello como militar. Conforme noticiou o periódico Correio Braziliense, em atendimento ao pedido de Aras, Lewandowski deliberou que Pazuello terá de disponibilizar os e-mails institucionais da pasta trocados com a Secretaria de Saúde do Amazonas à Polícia Federal para prosseguimento do inquérito e autorizou que a corporação reúna informações sobre o aplicativo ‘TrateCOV’, do Ministério da Saúde. Além disso, o general também responderá à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). (Correio Braziliense - Política - 16/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/02/21)

### **Almirante se destaca no Itamaraty em meio ao desgaste do chanceler Ernesto Araújo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o desgaste da imagem do chanceler Ernesto Araújo no exterior tem dado protagonismo ao almirante Flávio Rocha, secretário especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e assessor direto do presidente da República, Jair Bolsonaro. Mesmo sem status de ministro, o almirante viajou recentemente a países com os quais Araújo não tem desempenhado um bom diálogo em razão de suas posições ideológicas, como a China e a Argentina. Considerado como “olhos e ouvidos de Bolsonaro”, o militar tem sido apelidado de “02 do Itamaraty”, embora negue que tenha ambições políticas. Além disso, assessores do governo negam que haja disputa entre os dois e o presidente confirmou recentemente a permanência de Araújo, por hora. A Folha apontou ainda que o almirante e o presidente se conheceram em 2002, quando o militar chefiava a assessoria parlamentar da Marinha na Câmara. Segundo a Folha, o almirante é reconhecido nas Forças Armadas por seu conhecimento geral, fala seis idiomas e é frequentemente consultado por Bolsonaro, atuando

também como "apaziguador" no governo, coordenando assuntos "delicados". (Folha de S. Paulo - Mundo - 16/02/21)

### **Militares e reeleição de Bolsonaro**

De acordo com o jornal Correio Braziliense, militares estão empenhados na reeleição de Jair Bolsonaro, mas, para isso, o presidente deve "moderar o discurso, esquecer as picuinhas e investir na recuperação econômica do país". Segundo o jornal, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, contribuiu para que os aliados do Planalto saíssem vitoriosos da corrida pelos comandos da Câmara e do Senado, visando a aprovação de pautas de interesse do Executivo, o que causou descontentamento entre os militares. Ramos, contudo, alega que militares entendem o "momento político" pelo qual passa o governo. Um oficial entrevistado comentou: "Conheço muitos militares que não votaram no Bolsonaro quando era deputado e continuam não votando. As Forças Armadas não são um bloco único" e disse haver preocupação com a imagem da instituição. Para ele, para haver reeleição, Bolsonaro deve melhorar a comunicação e a economia. Segundo o Correio, para manter o apoio dos militares, Bolsonaro retomou bandeiras como a aprovação do excludente de ilicitude, espécie de salvaguarda jurídica para militares que, porventura, matarem em serviço. Para o senador Major Olímpio, a adesão à campanha de reeleição do mandatário será de um grupo significativo de veteranos, mas que não haverá "apoio maciço", visto que "a grande massa, que são ativos, está revoltada porque só está perdendo". (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

### **Colunistas comentaram a relação de Bolsonaro, militares e centrão**

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o analista político Creomar de Souza que desdobramentos na reformulação de cargos no governo, especialmente ministérios, podem impactar integrantes das Forças Armadas. Para ele, o Centrão "está de olho" em pastas que pertencem a militares e é preciso equilíbrio para lidar com esse dilema: "Se Bolsonaro insistir em uma diminuição desses espaços, entra com menor vocalização entre militares para uma reeleição. Caso não, perde no Centrão." Para Vera Chemim, constitucionalista e mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os militares não vão interferir de forma contundente numa eventual reeleição de Bolsonaro, pois existem divergências internas. "A relação entre Bolsonaro e os militares não parece estável". Já para Rodrigo Prando, cientista político da Universidade Presbiteriana Mackenzie, os militares estão comprometidos com o governo. "No começo do governo, acreditava-se que o núcleo militar seria mais pragmático e poderia tentar conter os ímpetos dele de confronto. Estávamos enganados. (...) Foi Bolsonaro que radicalizou alguns generais". Prando ainda comentou que, ao inserir mais de 6 mil militares em cargos civis, Bolsonaro ligou a imagem das Forças Armadas a ele e ao governo. "Ao que parece, os militares estão intrinsecamente ligados ao governo e não o abandonarão. Claro, isso trará, a médio e longo prazos, problemas para a imagem das Forças Armadas". Ele destacou ainda que os militares que eram contrários ao Centrão "calaram-se e, hoje, estão todos ligados". (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

### **Colunistas comentaram sobre interferências de militares no governo**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, Vinicius Sassine comentou sobre as interferências de comandantes militares no governo. O colunista apontou para ações do então comandante do exército general Eduardo Villas Boas nas eleições de 2018 para favorecer Jair Bolsonaro, como um tuíte feito para interferir no julgamento de um habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sassine também comentou sobre o silêncio do atual líder do exército, o general Edson Leal Pujol, quanto à permanência do general Eduardo Pazuello, atual ministro da Saúde, na ativa e sobre a produção e distribuição massiva de cloroquina feita pelo exército brasileiro. O colunista da Folha, Hélio Schwartzman, disse ter acreditado que as Forças Armadas brasileiras haviam se profissionalizado, abandonando de vez a ingerência política e buscando o aprimoramento técnico, mas que havia se enganado. "O famoso tuíte de 2018 em que o general Eduardo Villas Boas fez ameaça velada ao STF até poderia, com boa vontade, ser classificado como estupidez individual. Agora que ficamos sabendo que a mensagem resultou de uma trama envolvendo toda a cúpula do Exército, o caso ganha outra dimensão". Em coluna para a Folha,



o professor Silvio Almeida, também comentou o caso da “ameaça ao STF” feita por Villas Bôas. Segundo o colunista, isso demonstra o “avançado estado de decomposição política e institucional” no qual o país estava e “o fim da esperança de que o Brasil, finalmente, exorcizara o espírito antidemocrático”. Além disso, o evento representaria uma perda da “noção de limite” por parte da população brasileira, ao considerar normal um comandante do Exército opinar sobre um processo judicial em uma democracia. Como contraponto, Silvio Almeida citou o caso do ex-comandante do Exército uruguaio, Guido Marini Ríos, que foi preso em 2018 por opinar sobre a reforma da previdência e demitido em 2019 por criticar o judiciário. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 19/02/21)

### **Bolsonaro indicou general para presidir Petrobras**

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, indicou o general da reserva Joaquim Silva e Luna para a presidência da Petrobras, após críticas à política de preços da empresa estatal de capital aberto, sujeita às variações do mercado internacional. A indicação foi vista como mais uma vitória da ala militar do governo. O periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que a ascensão de Silva e Luna ao cargo havia sido defendida pela própria ala militar do governo - em especial pelos ministros da Casa Civil, general Braga Neto, e de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque - como estratégia para recuperar a popularidade do presidente, visto que pesquisas do Datafolha indicaram forte queda em janeiro. O atual presidente da Petrobras, Roberto de Cunha Castello Branco, foi considerado demasiado resistente ao controle do governo na Petrobras, mesmo com a crescente insatisfação da população com os sucessivos aumentos nos preços da gasolina; ao mesmo tempo, Silva e Luna é visto como um nome fiel ao presidente e mais disposto ao controle de preços. Após o anúncio da troca do comando, a agenda oficial do presidente da República foi atualizada e indicou reuniões na mesma tarde com os ministros Bento Albuquerque, o general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o general Fernando Azevedo (Ministério da Defesa). De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Silva e Luna é ex-chefe do Estado-Maior do Exército (2011-2014) e foi ministro da Defesa no governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2019), sendo o primeiro militar a presidir a pasta da Defesa desde a sua criação em 1999. Caso o Conselho de Administração da Petrobras referende a troca indicada por Bolsonaro, Silva e Luna deixará seu atual posto de diretor-geral da Itaipu Binacional, que ficará sob responsabilidade do general da reserva João Francisco Ferreira. Conforme reportado pela *Folha*, caso Silva e Luna assuma a direção da Petrobras, 16 das 46 empresas estatais estarão nas mãos de militares (mais de um terço). Segundo o *Correio*, o Conselho de Administração da Petrobras é composto por 11 membros e, embora a indicação tenha causado mal-estar e “inquietação” em parte deles, sete são indicações do governo federal, incluindo o presidente do colegiado, o ex-comandante da Marinha, Eduardo Leal Ferreira. A interferência de Bolsonaro na Petrobras produziu, segundo a *Folha*, uma “reação histórica” no mercado, com reflexos negativos na Bolsa, câmbio, risco-país e juros futuros. Em entrevista para o *Estado*, o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, afirmou que embora a saída de Castello Branco da Petrobras se justifique em razão da insensibilidade às demandas sociais, a nomeação de um general para o cargo não faz sentido, pois Silva e Luna também “não tem o perfil de olhar para o problema” e ao mesmo tempo zelar pelos interesses da empresa. O economista afirmou que o problema não está na interferência em si, uma vez que é prerrogativa do presidente da República agir desta forma quando se trata de empresa controlada majoritariamente pelo governo federal, mas que a indicação de Silva e Luna, além de aumentar a importância dos militares, não seria a solução pois “um militar faz o que o presidente manda. Então, vai sentar no preço do petróleo”. (*Correio Braziliense* - Economia - 20/02/21; *Correio Braziliense* - Economia - 23/02/21; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 20/02/21; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 22/02/2021; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 24/02/2021; *O Estado de S. Paulo* - Economia e Negócios - 20/02/21)

### **Repercussões sobre a indicação de general para a presidência da Petrobras**

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, a colunista Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, interveio na Petrobras na tentativa de ter mais

um general como “escudo”. Cantanhêde comparou a indicação do general da reserva Joaquim Silva e Luna para o comando da Petrobras com a nomeação do general Eduardo Pazuello ao ministério da Saúde, o qual se mostrou despreparado e sem conhecimento do Sistema Único de Saúde. Desta forma, ela indicou que o general na Petrobras não conheceria a importância da política de preços independente numa empresa, assim como estaria disposto a fazer o mesmo movimento de Pazuello na militarização da Saúde, ou seja, nomear militares da reserva para altos postos na Petrobras. A colunista chegou a comparar as interferências de Bolsonaro e as diversas nomeações de militares para cargos importantes do governo com o que ocorreu na Venezuela no governo Hugo Chávez, adicionando que este era um amador perto de Bolsonaro. Em coluna ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo destacou que com a militarização de estatais, o governo Bolsonaro está dando uma “guinada populista e estatizante” a fim de agradar a base eleitoral e “consolidar o poder dos generais no Palácio do Planalto”. Concluiu que está havendo uma “abdução” do ministro da Economia, Paulo Guedes, pelos militares, já que a nomeação de Silva e Luna não passou por ele. Até a manhã do dia 23/02/2021, a empresa já havia perdido mais de 100 bilhões em valor de mercado. Ademais, destacou que o desafio do general será convencer os acionistas de que não é “pau mandado” de Bolsonaro, como se nota com o general Pazuello, e ponderou que a diferença no caso da Petrobras é que os acionistas da petroleira, sobretudo os estrangeiros, podem demandar indenização na Justiça em razão de prejuízos causados pela intervenção indevida do governo na política de preços dos combustíveis, relembrando o que fizeram na época do “Petrolão”. (*Correio Braziliense* - Poder - 23/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 21/02/21)

#### **Revelações de livro de Villas Bôas geram reações de ministro do Supremo Tribunal Federal**

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, é um dos principais críticos do presidente da República, Jair Bolsonaro, e da atuação política dos militares. Neste sentido, Fachin tem alertado sobre possíveis riscos à democracia que a “militância bolsonarista” oferece. Segundo a *Folha*, o STF e o Palácio do Planalto tiveram um episódio de conflito após o ministro Fachin responder em nota ao ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, afirmando ser “intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão jurídica sobre o Poder Judiciário”. De acordo com a *Folha*, o ministro Fachin se referia à declaração de Villas Bôas de que o tuíte publicado dias antes do julgamento que levou à prisão o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria sido elaborado por ele em conjunto com integrantes do Alto-Comando das Forças Armadas. Em resposta, Villas Bôas questionou por que Fachin demorou três anos para comentar sobre o assunto. Ademais, a *Folha* lembrou que em entrevista ao periódico, o ministro Fachin afirmou que estaria ocorrendo uma “remilitarização do governo civil”, declarando que este seria um dos sinais da “corrupção da democracia” brasileira, além de demonstrar preocupação com a presença do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde. Segundo a *Folha*, Fachin também demonstrou preocupação em relação à possibilidade de um golpe militar no Brasil, mencionando uma “recusa antecipada de resultado eleitoral adverso”. Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari afirmou que Villas Bôas também demorou três anos para explicar como o texto do tuíte foi produzido. Além disso, Gaspari comentou sobre a afirmação de Villas Bôas de que o texto foi preparado inicialmente por sua equipe e pelos integrantes do Alto Comando, para então ser enviado para comandantes militares de área. (*Folha de S. Paulo* - Colunas e Blogs - 21/02/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 21/02/21)

#### **Colunista analisou a posição do periódico Folha de S. Paulo frente aos tuítes de Villas Bôas**

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, a colunista Flávia Lima, formada em ciências sociais e direito, comentou sobre a posição da *Folha de S. Paulo* quando os tuítes do general Villas Bôas foram publicados, em abril de 2018. Segundo Lima, a *Folha* relatou, mas não contextualizou e nem debateu a notícia. Na época, a reportagem publicada apenas descreveu os tuítes, mencionou que Villas Bôas via as Forças Armadas “atentas às missões institucionais”, indicou o silêncio do ex-presidente da República Michel Temer e o apoio do Ministério da Defesa, na época, chefiado por Joaquim Silva e Luna. Além disso, segundo Lima, em reportagem publicada após a negativa ao habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, a Folha reportou apenas a oposição do ex-ministro Celso De Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado de avaliações de especialistas em direito militar afirmando que as declarações de Villas Bôas não violavam a lei. Ademais, a Folha publicou um editorial crítico à declaração de Villas Bôas, mas argumentou que as Forças Armadas já haviam demonstrado ter entendido que o papel que os militares exerceram até 1985 deveria ser superado. Lima também mencionou a fala do general da reserva Hamilton Mourão que afirmava que Villas Bôas teria o direito e dever de falar, pois o Exército é apartidário, mas não apolítico. Neste sentido, algumas colunas opinativas foram publicadas sinalizando os riscos à democracia. Contudo, Lima argumentou a Folha normalizou os tuítes sem se propor a entender e explicar seu significado. Por fim, Lima afirmou que durante os mais de dois anos do governo Bolsonaro, uma parte significativa da cobertura jornalística ainda reproduz a narrativa de que os generais não fazem parte da contaminação política do Exército, separando as alas “militar” e “ideológica” do governo. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/02/21)

### **Presidente do Senado afirmou que não há militarização do governo federal**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem prerrogativa para nomear membros do governo. Ademais, Pacheco afirmou que não há um processo de militarização, mas sim de escolha de pessoas para exercer cargos. Segundo Pacheco, mesmo com falas favoráveis ao AI-5 e ao regime militar, não haveria riscos à democracia brasileira. Contudo, indicou que o Congresso Nacional estaria pronto para reagir a qualquer ameaça. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/02/21)

### **Colunista fez comparações entre o papel do judiciário e dos militares no Brasil**

Em coluna para o jornal O Estado de S. Paulo, o cientista político Marcus André Melo traçou comparações históricas entre o judiciário e os militares, assim como os papéis de cada no Brasil. Primeiramente, Melo apontou que antigamente o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do país, era tratado como “esse desconhecido”, enquanto os militares eram figuras mais comuns na vida política brasileira. Porém, na atualidade, os ministros do STF têm ganhado cada vez mais protagonismo. Melo também citou o livro “Os dois brasis” (1957) de Jacques Lambert, no qual se afirma que “generais e juízes cumprem funções de arbitragem política; os magistrados nas democracias, os militares nos regimes autoritários”, referindo-se às comuns e pontuais intervenções feitas pelas Forças Armadas nos governos até o Regime Militar (1964-1985) e ao partidarismo do judiciário brasileiro. Ademais, Melo também lembrou que Lambert admite haver diferenças entre as duas alas, pois apesar de intervir politicamente, o judiciário não dispõe de meios efetivos de força como as Forças Armadas; além de que, caso a polarização direita-esquerda chegue ao judiciário, ela “não ofereceria grandes perigos”. Por outro lado, quando os militares decidem intervir e arbitrar embates políticos, dificilmente é possível evitar a projeção de questões partidárias-ideológicas na instituição, algo mais perigoso considerando a disponibilidade de uso da força mantida pelas Forças Armadas. Por fim, o texto compara o Brasil de Lambert com o atual, afirmando que enquanto nos anos 1950 o STF tinha um papel subalterno, na atualidade ele tem um “hiperprotagonismo”, se encontra sobrecarregado e “enfrenta cotidianamente um Executivo autoritário”, em embates que protegem a democracia mas assustam a população. (Folha de S. Paulo - Opinião - 22/02/21)

### **Bolsonaro deve nomear militar para a Secretaria de Comunicação**

De acordo como os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, deve substituir Fábio Wajngarten pelo almirante Flávio Rocha no comando da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom). O almirante, amigo pessoal do presidente, é o atual chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), e deve acumular os dois cargos após a nomeação. A possível mudança se deve a divergências entre Fábio Wajngarten e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, levando a área a ter desempenho insatisfatório, principalmente em lidar com as crises de imagem do governo. A Secom é responsável pelo repasse das verbas para publicidade e pela comunicação oficial do governo, tendo considerável poder político. Segundo o Estado, Flávio Rocha tem um perfil

conciliador, conectando Bolsonaro a outros setores. O militar, que fala seis idiomas, também tem auxiliado em negociações diplomáticas com outros países, com a China. Caso seja confirmado como próximo chefe da Secom, o militar se tornará o terceiro a assumir o cargo no governo Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 26/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/02/21)

### **Exército e Aeronáutica devem prestar esclarecimentos ao MPF sobre produção e distribuição de cloroquina**

O periódico Folha de S. Paulo noticiou que o Ministério Público Federal (MPF) determinou prazo de 15 dias para que os comandantes do Exército, general Edson Leal Pujol, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, prestem esclarecimentos que detalhem as estruturas mobilizadas, os recursos financeiros, bem como a origem orçamentária das ações que viabilizaram a produção e distribuição do medicamento cloroquina, sem eficácia contra a Covid-19. Segundo o jornal, trata-se de inquérito civil público instaurado pela Procuradoria da República no Distrito Federal para apurar se houve improbidade administrativa do general Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, e possíveis ilegalidades na utilização de recursos públicos em medicamentos sem eficácia contra a doença. O Ministério da Saúde também deverá prestar esclarecimentos ao MPF sobre quais evidências científicas fundamentaram a recomendação do medicamento, por que utilizou um aplicativo que o recomendava, e quais foram as despesas em “tratamento precoce”, em financiamento de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e em testes, e campanhas informativas à população a respeito da Covid-19. A Folha reiterou que se trata do 10º procedimento instaurado pelo MPF para investigar a gestão de Pazuello na pandemia. A investigação do Exército e da Aeronáutica foi instaurada com base em reportagem da Folha publicada em 06/02/2021, que denunciava a utilização das duas instituições e mais cinco ministérios, uma estatal e dois conselhos da área econômica para difundir a cloroquina no país. O Laboratório Químico do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos e, para aquisição de insumos e princípio ativo, realizou ao menos nove dispensas de licitação, sem levar em conta demanda e planejamento, conforme apurou o Tribunal de Contas da União (TCU). O Exército negou a possibilidade de acúmulo de medicamentos em vias de vencer e a Aeronáutica alegou que os transportes realizados obedeciam à solicitação do Ministério da Saúde, por meio do Ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo - Saúde - 23/02/21)

## MARÇO

### **Hélio Schwartsman criticou a atuação do general Pazuello como ministro da Saúde**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Hélio Schwartsman criticou a atuação do general Eduardo Pazuello, na gestão do Ministério da Saúde. Para isto, Schwartsman citou os episódios da falta de oxigênio em Manaus, o envio equivocado de vacinas do Amapá para o Amazonas e do Amazonas para o Amapá, além de não ter comprado imunizantes, seringas e agulhas para a vacinação contra a COVID-19. Em sua coluna opinativa, Schwartsman questionou a capacidade de gestão de Pazuello, lembrando que ele é um general do Exército e afirmou que os resultados são mais de mil mortes por dia ao longo de mais de um mês. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

### **Folha de S. Paulo analisou sintomas da corrupção da democracia citados por Edson Fachin**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, dentre os sete sintomas de corrupção da democracia mencionados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, estão a militarização do governo civil e a intimidação dos demais Poderes. No que se refere à remilitarização do governo civil, segundo a Folha, o presidente da República, Jair Bolsonaro, recebeu o apoio das Forças Armadas desde a sua campanha à presidência, em 2018, além disso, escolheu o general Hamilton Mourão para ser seu vice e até julho de 2020, havia aumentado em mais de 30% a presença de militares na ativa no governo. De acordo com a Folha, com a indicação feita por Bolsonaro, do general Joaquim Silva e Luna para a presidência da Petrobras, mais de um terço das empresas estatais federais serão comandadas por um militar. Segundo a Folha, Jorge Zaverucha, professor de ciência política da Universidade Federal do Pernambuco, afirmou que: “Não existe democracia que mereça esse nome e tenha essa quantidade de militares no aparato do Estado brasileiro”. De outro lado, sobre a intimidação dos demais

poderes, a Folha relembrou a participação de Bolsonaro em manifestações favoráveis ao fechamento do Congresso Nacional e do STF e à intervenção militar, além de ter se manifestado algumas vezes publicamente contra decisões do STF. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

### **Janio de Freitas afirmou que as ações tomadas por Bolsonaro foram consentidas pelo Exército**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Janio de Freitas questionou a competência dos militares presentes no governo e o que seria feito pelo Exército caso houvesse um agravamento da pandemia. Além disso, relembrou o depoimento do general Eduardo Villas Bôas em relação à ameaça feita, em nome do Exército, ao Supremo Tribunal Federal. Freitas destacou o distanciamento da Marinha e da Aeronáutica no episódio, sob sua análise esse pode ser um indício de uma possível evolução das duas Forças. Ao passo que, para Freitas, todas as medidas de Bolsonaro possuem o consentimento dos generais do Exército. Como por exemplo, a propaganda, sem evidências científicas, do tratamento com cloroquina, que custaram milhões da União e foram fabricadas pelo Exército. Além disso, Freitas afirmou que o Ministério da Saúde é o órgão civil da administração pública mais militarizado e que também atuou para promover a cloroquina. De outro lado, segundo Freitas, os novos decretos que permitiram que cidadãos possam ter até 60 armas, caso se registrem como atiradores, têm apoio especial do Exército. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

### **Especialistas analisam a militarização do governo de Jair Bolsonaro**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a ascensão da militarização no governo de Jair Bolsonaro "pode corromper a democracia do país". De acordo com especialistas entrevistados pelo jornal, a atuação política dos militares distancia as Forças Armadas de seu papel constitucional, sendo este a defesa contra ameaças externas. O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Alcides Costa Vaz, associou a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, com o "sentimento contrário à esquerda e uma expressão clara do antipetismo". Já o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Leonardo Avritzer, destacou nota divulgada pelo Clube Militar, em que declarava que "grande parcela da população tem saudades da ditadura". O professor afirmou que, por mais que o Clube não represente todos os militares, é "uma expressão muito forte daquilo que se pensa [entre os militares]". Ademais, o periódico também entrevistou Samuel Vida, advogado e professor de Direito da Universidade Federal da Bahia, que argumentou que a democracia no país nunca se consolidou, tendo sido a militarização uma constante para grupos específicos, com destaque para negros e indígenas. Outra especialista entrevistada foi a professora Vera Karam, da Universidade Federal do Paraná, que afirmou que a participação dos militares no governo "pode imprimir uma lógica antidemocrática à gestão, sem que haja necessidade de golpe". Outra visão é a de Catarina Rochamonte, presidente do Instituto Liberal do Nordeste, que afirmou que a indicação de militares por Bolsonaro é decorrente da necessidade do presidente por "pessoas servis", de forma que "há um processo de 'venezuelização' do Brasil". Posteriormente, o jornal destacou a participação de militares em alto escalão do governo, sendo o vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão, um general do Exército. Complementarmente, o período evidenciou que dos 21 ministros do atual governo, nove são integrantes das Forças Armadas. Destacou-se também que houve aumento de 33% no número de militares da ativa em cargos comissionados e ainda, mais de um terço das estatais federais são comandadas por militares. A Folha de S. Paulo evidenciou que o alinhamento do presidente com as Forças Armadas também pode ser visualizado na promessa de ampliar os armamentos, na ausência de cortes do Ministério da Defesa e na exclusão dos militares da reforma previdenciária. O periódico também destacou o elevado número de operações de garantia da lei e da ordem instituídas desde o início do atual governo, e afirmou que "em momentos de pressão, Bolsonaro costuma radicalizar o discurso na tentativa de fidelizar a sua base de apoio mais fiel e relaciona a democracia do país à vontade das Forças Armadas". Sobre este cenário, o professor Samuel Vida avaliou que há uma legitimação crescente de que as Forças Armadas são adequadas para solucionar crises, visão esta corroborada por Alcides Vaz que se referiu à visão dos militares como guardiões da pátria. Ainda segundo o jornal, nas eleições de 2020, aumentou em 39% o número de policiais e militares eleitos no país. Por fim, o periódico indicou que a previsão dos especialistas para um



cenário em que Bolsonaro perca as eleições, é que as Forças Armadas "devem voltar aos seus deveres constitucionais". (Folha de S. Paulo - Poder - 01/03/21)

### **Folha de S. Paulo indicou que nomeações políticas tentam amenizar militarização do governo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro tem buscado "amenizar" a hegemonia de militares no governo e aproximar o "centrão" através de nomeações como de Onyx Lorenzoni à Secretaria Geral e de Flávio Faria como ministro das Comunicações em 2020. Segundo a Folha, a assessoria dos militares recusou que haja cisão no governo entre "centrão" e Forças Armadas. No entanto, auxiliares do governo declararam que o próprio Bolsonaro constatou a necessidade de equilibrar "alas políticas e militares". A respeito da indicação do almirante Flávio Rocha à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria Especial de Comunicação Social, assessores e pessoas próximas a ele reiteraram que não se tratava de uma militarização da comunicação. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/03/21)

### **Governo pretende utilizar patente de Silva e Luna como experiência para assumir a Petrobrás**

Conforme noticiou o jornal O Estado de S. Paulo, a fim de convencer os acionistas da Petrobrás pela nomeação do general Joaquim Silva e Luna, o governo pretende utilizar sua experiência de dez anos como general quatro-estrelas, o topo da carreira militar, como garantia de que ele cumpre o mínimo exigido para o cargo. Isto porque sua nomeação estaria "emperrada" na assembleia que deveria referendá-la por falta de comprovação de experiência de, no mínimo dez anos em cargo semelhante em empresa de mesmo porte ou de outro setor. Tal exigência é prevista na Lei das Estatais, de 2017. Ainda, o Estado apontou que a escolha de Silva e Luna e as declarações de Bolsonaro sobre as políticas de preços da empresa poderiam causar à estatal uma série de conflitos no Judiciário e nas esferas administrativa e de controle. De acordo com apuração do Estado, dentre as equivalências possíveis entre civis e militares para a gestão de estatais, que vão de DAS-1 a DAS-6, um cargo DAS-4 poderia ser ocupado por um coronel ou major, enquanto um general quatro-estrelas, como Silva e Luna teria equivalência a um cargo de ministro. Além da experiência de carreira, o periódico defendeu que a titulação acadêmica de doutorado do general atende ao requisitado pela Lei. Por fim, o Estado noticiou que Silva e Luna já estaria se preparando para deixar Foz do Iguaçu (PR), onde reside desde que assumiu Itaipu. (O Estado de S. Paulo - Economia - 02/03/21)

### **Historiador analisa posição de militares para com Pazuello e o governo**

Em entrevista para o jornal O Estado de S. Paulo, o historiador e cientista político Boris Fausto afirmou achar impossível que a cúpula do Exército não se sinta incomodada com a forma como o general Eduardo Pazuello conduz a pasta da Saúde e disse achar impressionante que não haja, em meio a diversas crises, uma crise militar. Fausto acredita que haja insatisfação, mas insatisfação surda, dos militares em relação ao governo de Jair Bolsonaro. Para ele, é como se a maioria dissesse: "Bem ou mal esse homem nos convém". Também abordou temas como o tuíte feito pelo general Villas Boas, o impacto da pandemia no governo e a relação de Bolsonaro com o Centrão. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/03/21)

### **Periódicos comentaram presença de militares em ministérios e empresas estatais**

Em editorial publicado pela Folha de S. Paulo, o periódico comentou sobre o aumento no número de militares em cargos políticos no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Com a indicação do general Joaquim Silva e Luna para a Petrobrás, serão 92 os militares no comando de estatais brasileiras. Desconsiderando os prováveis militares que podem ser nomeados por Luna como seus auxiliares, O Estado de S. Paulo apontou que, após quatro membros do Conselho de Administração da Petrobrás entregarem seus cargos, o governo federal publicou uma nova lista de seis nomes para representá-lo na estatal, dos quais três são militares: além de Silva e Luna, o almirante da Marinha Eduardo Bacellar Ferreira Leal e o oficial da reserva da Marinha Ruy Flaks Schneider, que já possuíam assento no conselho da Petrobrás, mas foram reconduzidos. Segundo a Folha, o número de militares na gestão de estatais é dez vezes maior do que durante o governo do ex-presidente da República Michel Temer. Além disso,

a Folha destacou que caso Luna assuma a Petrobras, exercerá influência sobre 50 estatais, levando em consideração suas subsidiárias. Portanto, cerca de 61% das empresas direta ou indiretamente ligadas à União poderão ser influenciadas por militares. Foi apurado que, em julho de 2020, 6.157 militares ocupavam funções governamentais, número superior ao dobro do registrado em 2016, o que, para o jornal, evidenciou que Bolsonaro "promove aparelhamento militar do Estado". De acordo com a Folha, especialistas afirmam que a presença de militares no governo é atípica e que possivelmente seja o Brasil uma das únicas democracias no mundo que possui tamanha presença de militares. Por outro lado, o avanço de militares nas estatais surpreendeu inclusive os aliados civis de Bolsonaro; contudo, o presidente teria apresentado a justificativa de que os militares são gestores focados e tecnicamente competentes, avessos à corrupção. O historiador Carlos Fico argumentou que não existem benefícios na presença de militares em empresas estatais, levando em consideração a falta de experiência na administração de empresas e na inapetência para o diálogo. Neste sentido, Fico afirmou que o general da ativa Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, é um exemplo de que a militarização não é sinônimo de eficiência. Por fim, a Folha apontou que o papel constitucional das Forças Armadas é a defesa nacional, de modo que "não foram concebidas para capacitar gestores eficientes de políticas, empresas e órgãos públicos". (Correio Braziliense - Política - 09/03/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 07/03/2020; Folha de S. Paulo - Editoriais - 08/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 09/03/21; O Estado de S. Paulo - Negócios - 09/03/21)

### **Em entrevista, general Paulo Chagas comentou sobre o governo Bolsonaro**

O periódico O Estado de S. Paulo entrevistou o general da reserva Paulo Chagas, ex-aliado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Crítico do atual governo, Chagas declarou que Bolsonaro deveria "baixar a bola" e colocar-se em seu lugar. O general acredita que o negacionismo do presidente no combate à pandemia "agravou a situação" sanitária. Ao ser questionado do porquê hoje tem uma postura mais crítica em comparação ao período da campanha eleitoral, Chagas declarou que acreditava que a imagem de Bolsonaro mudaria se eleito presidente, mas que isso não ocorreu. Apontou que o presidente é "narcisista" e "deslumbrado com o poder" e com a popularidade que alcançou. Quando perguntado sobre a possibilidade de impeachment, se posicionou inicialmente contrário, alegando que "pararia o país"; no entanto, "dependendo do rumo que as coisas tomarem" poderia ser uma solução. Sobre a gestão da pandemia, Chagas disse que Bolsonaro deveria ter assumido o controle desde o início, mas optou por minimizar a situação, como quando chamou de "gripezinha", e que hoje, embora esboce algumas tentativas de controle, sua impressão é de que já é tarde para tal, sendo necessário "uma dose muito grande de humildade" por parte do presidente para admitir o erro. O general confirmou a existência de um desconforto entre os militares com o fato de que o general Eduardo Pazuello tenha permanecido como ministro da Saúde estando na ativa, principalmente por estar em "final de carreira" e último posto, porque isto se trata de uma tentativa de Bolsonaro de associar as Forças Armadas ao seu governo como um apoio institucional, mas que, como instituição, as Forças Armadas "fazem o que está na Constituição". Por fim, declarou que a tentativa de Bolsonaro de relacionar seu governo com as Forças Armadas traz um desgaste à imagem da instituição na sociedade e concluiu: "Nós não temos nada a ver com isso". (O Estado de S. Paulo - Política - 09/03/21)

### **Militar da ativa assumiu Secretaria Especial de Comunicação Social**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, demitiu Fabio Wajngarten da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) e nomeou interinamente o almirante Flávio Rocha, atual chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Ao assumir a Secom, o almirante da ativa acumulou os dois cargos. Segundo a Folha, a secretaria continuará subordinada ao Ministério das Comunicações, comandado por Fábio Faria. Pessoas próximas a Bolsonaro afirmaram que Faria foi o responsável por articular a ida de Rocha para a Secom e, por isso, a troca "não significa uma militarização da comunicação do governo". (Folha de S. Paulo - Poder - 14/03/21)

### Deputada federal criticou atuação de militares no governo

Em coluna para o periódico Folha de S. Paulo, a cientista política e deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) criticou a atuação de militares em cargos do governo federal. A deputada afirmou que, de acordo com pesquisa do Datafolha de julho de 2019, as forças armadas são a instituição com maior confiança entre a população, mas que "o mito do Exército salvador, capaz de colocar o país nos trilhos, vem caindo por terra". Segundo Amaral, a forte presença de militares em altos cargos nos ministérios não se traduziu em maior eficácia, citando como exemplos a atuação do Ministério da Saúde no combate à pandemia e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no combate às maiores queimadas que atingiram a Amazônia e o Pantanal nos últimos anos. A deputada destacou que "até mesmo a ideia — ou desejo — de que os militares controlariam o radicalismo de Bolsonaro foi por água abaixo", citando as recentes nomeações de militares para os comandos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e da Petrobras que serviram como alternativas do próprio presidente contra "quem havia tentado barrar os ímpetus populistas e negacionistas". Amaral concluiu afirmando que "esse mito de que a farda sozinha é garantidora de boa gestão, além de extremamente perigoso, é um simples mito. Por isso mesmo precisa cair." (Folha de S. Paulo - Opinião - 13/03/21)

### Movimentações indicam afastamento do general Pazuello do Ministério da Saúde

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, as movimentações políticas indicam a substituição do general Eduardo Pazuello pelo médico cardiologista Marcelo Queiroga no comando do Ministério da Saúde. Segundo o Correio, Pazuello possui longa trajetória militar e ocupou o posto de comandante da Brigada de Paraquedistas e da 12ª Região Militar da Amazônia. No dia 16/05/2020, após a renúncia do então ministro da Saúde Nelson Teich, Pazuello assumiu a pasta como ministro interino, sendo apresentado como especialista em logística. Em entrevista à Veja, Pazuello declarou que a gestão seria provisória e que logo estaria "voltando para minha tropa". No entanto, o presidente da República, Jair Bolsonaro, efetivou Pazuello no cargo em 16/09/2020. Inexperiente na área da saúde e fiel a Bolsonaro, a gestão de Pazuello foi marcada pelo aumento estrondoso de casos e mortes pela covid-19, entrando numa "espiral de sucessivos desgastes". Por isso, o Correio reportou que o ministro estaria "com um pé fora da pasta" desde 13/03/2021, quando lideranças do Congresso Nacional se reuniram em uma conversa de tom crítico à gestão de Pazuello na pandemia. Para o jornal, a desaprovação dos parlamentares com o ministro inevitavelmente acabaria levando à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação estatal na pandemia. Ciente de tais movimentações e críticas, o ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, levou tais relatos ao presidente Bolsonaro, o qual mobilizou generais ligados ao Executivo para uma conversa com Pazuello no hotel de trânsito do Exército, em Brasília. Lá, Bolsonaro informou-lhe que precisaria substituí-lo. Ademais, o Correio também ressaltou que "Não é de agora que os líderes do chamado Centrão querem desmilitarizar o Ministério da Saúde" e classificou como despreparada a alta cúpula da pasta. Por outro lado, o Correio relatou que Pazuello, frente às especulações de sua saída por problemas de saúde, negou estar doente e também afirmou que não deixaria a pasta no dia 14/03/2021. O jornal Folha de S. Paulo acrescentou que havia confirmado que Pazuello disse a Bolsonaro ter problemas cardíacos e ainda guardar sequelas da infecção de covid-19 que sofreu em outubro de 2020. Ademais, a Folha acrescentou que os secretários estaduais da Saúde também estariam profundamente insatisfeitos com Pazuello, visto o iminente colapso hospitalar ao redor do país. Sobre a sucessão de Pazuello, a Folha relatou uma preferência da ala militar do governo por um nome mais técnico, como forma de recuperar o desgaste sofrido por Bolsonaro recentemente, além dessa mesma ala recomendar uma "guinada" que distanciasse a imagem de negacionista do presidente frente ao crescimento dos óbitos por covid-19 no país. O jornal O Estado de S. Paulo reiterou os eventos relatados pelos outros jornais e também acrescentou que vários políticos e parlamentares avaliavam que Pazuello "se inviabilizou como ministro". Finalmente, os jornais noticiaram no dia 16/03/2021 a substituição do general pelo médico Marcelo Queiroga na pasta da Saúde. A intenção de Bolsonaro ao nomear um médico

alinhado às suas ideologias, de acordo com o Correio, é transmitir uma imagem “de que segue as determinações da medicina na gestão da pandemia do novo coronavírus”. Neste sentido, ao falar sobre o plano de vacinação, Bolsonaro declarou que “o trabalho do Pazuello está muito bem-feito, a parte de gestão foi muito bem-feita por ele”, mas que partirá para “uma parte mais agressiva”. Nesse cenário, o advogado Thiago Amparo, em coluna opinativa para a Folha, analisou que a imagem do Zé Gotinha com uma vacina em formato de fuzil compartilhada por Eduardo Bolsonaro sintetiza “o atual estado das coisas”. Amparo denominou a gestão de Pazuello e a atuação dos militares no combate à pandemia de “desastre”. Na sua visão, Pazuello sairia “humilhado” por seus erros e os de seu chefe, o presidente Bolsonaro. Em editorial, a Folha apontou que a mudança não é “garantia de uma nova e menos desastrosa gestão” e que o general será o “bode expiatório” para justificar “a guinada inverossímil em curso no tocante às vacinas que o presidente sempre negligenciou, quando não sabotou”. De acordo com a Folha, em “último ato”, Pazuello alegou ter concluído contratos para a aquisição de 138 milhões de doses das vacinas Pfizer e Janssen. Em coluna ao Correio, a jornalista Denise Rothenburg destacou que os militares estariam “aliviados” com a saída de Pazuello da pasta. Mencionou que havia um “desconforto no pessoal da ativa” desde que Bolsonaro declarou em uma transmissão ao vivo que seus opositores estavam criticando a atuação de um general, indicando que haveria reações. O jornalista Igor Gielow, em coluna à Folha de S. Paulo, destacou que a gestão desastrosa de Pazuello “concentra todas as contradições” da relação entre Bolsonaro e as forças armadas. Rememorou que Pazuello, general três-estrelas, gozava de boa reputação por sua atuação como coordenador logístico da Amazonlog-17 em 2017, uma simulação de atendimento humanitário a refugiados na fronteira com Colômbia e Peru, e por sua gestão na Operação Acolhida para refugiados venezuelanos em 2018, além de ter sido “efusivamente” elogiado pelo ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas. Para o colunista, os problemas relacionados à pandemia estavam “acima das capacidades do general” e a “missão” se corrompeu quando ele “baixou a cabeça a Bolsonaro”. Como resultado, ao menos dez processos foram instaurados, com destaque para o desastre de Manaus, capital do Amazonas, que podem colocar Pazuello e militares, por “extensão simbólica”, no banco dos réus. Conforme Gielow, o peso recaído sobre as forças armadas é ainda mais alto por Pazuello não ter passado para a reserva, embora generais da ativa tenham tentado dissociar sua imagem daqueles que compunham o governo. Além de não ir para a reserva, Pazuello tentou articular uma passagem “inexistente” para o posto de quatro-estrelas. Afirmou que para as forças armadas e sobretudo, o Exército, “sobrou o ônus de imagem”. O afastamento crescente de oficiais da ativa desde que Bolsonaro “namorou hordas golpistas na rua” em 2020, mas difuso com a nomeação de Pazuello, será novamente restabelecido, de acordo com o jornalista. No entanto, o “dano de imagem aos fardados” perdurará por muito mais tempo. (Correio Braziliense - Política - 15/03/21; Correio Braziliense - Política - 16/03/21; Correio Braziliense - Capa - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 15/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/03/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 16/03/21; O Estado de S. Paulo - 15/03/21)

### **Consequências da desastrosa gestão Bolsonaro-Pazuello na área da saúde**

Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, Marcelo Godoy teceu duras críticas ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus equívocos quanto à condução da crise sanitária. Na avaliação de Godoy, tais equívocos, somados à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin de anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “reacenderam em generais desvinculados de Jair Bolsonaro o receio do retorno da esquerda no poder”. Alguns desses militares tentam se distanciar do governo Bolsonaro, que ora é comparado ao do venezuelano Hugo Chaves e ora é comparado ao do ex-ditador argentino Leopoldo Galtieri, ambos militares, mas em posições opostas no espectro político. O segundo é o ex-presidente argentino que liderou o país durante a Guerra das Malvinas (1982), conflito no Atlântico Sul que retirou os militares da política argentina após a derrota dos platinos. Segundo Godoy, os militares receosos com o governo avaliam que Bolsonaro e seus generais próximos criaram as condições para uma crise quando admitiram “palpiteiros desinformados e inconsequentes” nas decisões da Saúde, culminando na ascensão do general Eduardo Pazuello ao Ministério da Saúde, que caso bem-sucedido no combate à pandemia, poderia ter um futuro

político pela frente. Porém, na avaliação de Godoy, a crise sanitária se aprofundou e afetou negativamente a imagem dos militares. Outra crítica tecida por Godoy foi a apatia de Bolsonaro perante a agonia dos profissionais da saúde e doentes. Fazendo uma comparação com o general estadunidense da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), George S. Patton, que “visitava enfermarias para honrar seus heróis”, enquanto Bolsonaro “não visita hospitais nem leva conforto aos doentes”. Ademais, o colunista prospectou a visão dos militares sobre o pleito presidencial de 2022. Com Bolsonaro, eles teriam garantidas suas verbas blindadas, prestígio, aumentos de salário e cargos públicos; com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) há apreensões sobre a defesa do partido pela criação de uma Guarda Nacional que afastaria as forças armadas das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), além de questionamentos a respeito das aposentadorias; já no Partido dos Trabalhadores (PT), existem defesas de maiores empecilhos legais para o acesso de militares a cargos públicos, limitação da atuação das forças armadas em operações de GLO e maior subordinação das mesmas ao Ministério da Defesa. Por fim, comparando a situação de Bolsonaro com a de Galtieri na Guerra das Malvinas, Godoy avaliou que “a crise na saúde não será suficiente para derrotar Bolsonaro” da mesma forma como o fracasso militar fez Galtieri cair. Porém, assim como o afundamento do cruzador Belgrano na Guerra - episódio marcante e dramático para os argentinos - não finalizou o “drama argentino”, a queda de Pazuella não encerrará a crise, cabendo ao povo brasileiro “saber se os generais vão acompanhar o presidente até o fim”. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/03/21)

### **Colunista comentou sobre a possível candidatura do general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Elio Gaspari comentou sobre a possibilidade do general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz se candidatar ao pleito eleitoral de 2022, relembrando que Santos Cruz rejeitou a candidatura para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em sua coluna opinativa, Gaspari comparou a possibilidade com a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, candidato na eleição indireta de 1978, que após derrota se retirou da vida pública. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/03/21)

### **Futuro incerto do general Eduardo Pazuello atrasou transição no Ministério da Saúde**

De acordo com a Folha de S. Paulo, a nomeação do novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga só ocorreria no dia 25/03/21 cerca de dez dias após o anúncio e de ter sido adiada duas vezes, entretanto a mesma ocorreu no dia 23/03/21. O atraso decorreu da demora na definição do futuro do general Eduardo Pazuello, titular da pasta na época. Segundo a Folha, o presidente da República, Jair Bolsonaro, buscava um novo cargo para Pazuello como “prêmio de consolação”, deste modo conferindo-lhe foro privilegiado, já que, com a destituição do general ministro, a investigação em curso contra ele levada a cabo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) visando apurar se houve omissão na falta de oxigênio em Manaus seria direcionada para um juizado de primeira instância e assim “ser tratada de maneira mais rígida, até com o risco de prisão”. Dentre as possibilidades de cargo para Pazuello, foi considerada a criação de um “Ministério Extraordinário da Amazônia” que, conforme o jornal, esvaziaria o Conselho da Amazônia comandado pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. A iniciativa, porém, foi reconhecida por Bolsonaro como “arriscada”, pois não teria o apoio de líderes partidários, além de resistência nas Forças Armadas por sustentar em evidência um general da ativa que “já causou tanto desgaste à imagem” da instituição. Entretanto, de acordo com a Folha do dia 25/03/21, o presidente Bolsonaro reconheceu que o meio mais fácil de acomodar Pazuello próximo ao Planalto seria com um cargo no Ministério da Defesa, após a negativa dos ministros da Infraestrutura e da Economia na indicação do general para assumir o Programa de Parceria e Investimentos (PPI). Além do mais, descartou-se a criação do Ministério Extraordinário da Amazônia, pois o Governo Federal foi acusado de tentar “lotear a máquina pública apenas para acomodar um aliado”, o que também poderia ser interpretado como uma maneira de blindar Pazuello das investigações a partir do foro privilegiado. Uma outra alternativa proposta por Bolsonaro foi o arranjo do general na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a qual é comandada pelo almirante Flávio Rocha, todavia, o mesmo disse ao presidente que queria permanecer à frente da SAE, portanto, fechando as portas da secretaria a Pazuello. Como



ressaltou a Folha, o destino mais provável do general é o Ministério da Defesa, já que o ministro da pasta, general Fernando Azevedo, assinalou positivamente para a nomeação do colega com um cargo de assessor no ministério. (Folha de S. Paulo - Saúde - 23/03/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 25/03/21)

### **General Pazuello foi reintegrado ao Exército**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o general Eduardo Pazuello foi reincorporado ao Exército após ser demitido do cargo de ministro da Saúde. Além dele, também foi publicada no Diário Oficial da União a exoneração do coronel do Exército Elcio Franco, que ocupava a secretaria executiva do mesmo Ministério. De acordo com a Folha, não havia previsão de um novo cargo para o general, cujo regresso às Forças Armadas foi visto com receio por outros integrantes da cúpula militar, que avaliavam que "o Exército já havia sofrido desgaste demais com a presença de um militar da ativa no comando da Saúde no momento mais crítico da pandemia". Em coluna para a Folha, a jornalista Cristina Serra criticou a atuação de Pazuello no combate à pandemia, pontuando que o general assumiu o Ministério da Saúde quando o país contabilizava 15 mil mortos e "deixou o cargo, dez meses depois, com mais de 300 mil cadáveres nas costas". Afirmou ainda que sua passagem contaminou a imagem do Exército e dos militares que assumiram cargos no governo federal, e que pistas para entender essa volta das Forças Armadas ao cenário político podem ser encontradas no artigo do coronel da reserva Marcelo Pimentel no livro "Os Militares e a Crise Brasileira", organizado por João Roberto Martins Filho". A jornalista tratou do conceito de "Partido Militar", cujas características Pimentel descreve como uma autoimagem "salvacionista", de fundo ideológico antiesquerda e pauta corporativa. Serra reafirmou a análise de Pimentel sobre essa atuação como um risco à consolidação do Estado democrático de direito e de "efeito nocivo de longo prazo sobre a jovem oficialidade, polícias militares e órgãos de segurança pública". (Folha de S. Paulo - Opinião - 27/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/03/21)

### **Em entrevista, general Paulo Sérgio preferiu não comentar a atuação de Pazuello no Ministério da Saúde**

O periódico Correio Braziliense entrevistou o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, então Chefe do Departamento-Geral de Pessoal e autoridade máxima de saúde no Exército, que afirmou que preferia não tecer comentários sobre a gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. Paulo Sérgio apenas mencionou que acreditava que Pazuello estaria cumprindo a missão que o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria delegado a ele. Por outro lado, ao ser questionado sobre a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada no combate à covid-19, o general Paulo Sérgio afirmou que a decisão caberia ao médico, paciente e à família. No que se refere ao enfrentamento da covid-19 no contingente do Exército, o general Paulo Sérgio declarou que tem alocado oxigênio e equipamentos médicos para organizações militares de Saúde do Exército, destacando que não faltou oxigênio em nenhum hospital do Exército. O Correio destacou, na entrevista do general, que "o Exército mantém uma taxa de mortalidade pela doença de 0,13%, bem abaixo do índice de 2,5% registrado na população em geral do país. A receita é uma política totalmente oposta à adotada pelo governo federal". (Correio Braziliense – Política – 28/03/21)

### **Almirante foi cotado para substituir Ernesto Araújo como novo ministro das Relações Exteriores**

De acordo com a Folha de S. Paulo, atritos entre o então o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, e a senadora e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credn) do Senado Federal, Kátia Regina de Abreu, desencadearam uma série de críticas a Araújo – de congressistas a empresários – que tornaram a permanência do ministro na pasta insustentável. Segundo o jornal, em 28/03/2021, um dia antes de Araújo entregar sua carta de demissão, o presidente da República, Jair Bolsonaro, visitou o então ministro da Casa Civil, general Walter Souza Braga Netto, para discutir "a situação delicada do chanceler". Ademais, a Folha completou que em 27/03/2021, interlocutores do presidente questionaram a parlamentares sobre possíveis substitutos para Araújo. Entre os nomes favoritos, destacava-se o

almirante Flavio Rocha, da Marinha. No entanto, o Estado destacou que tal possibilidade “estremeceu” ainda mais as relações entre o presidente e os comandantes das Forças Armadas, que já não se sentiam confortáveis com a presença de Rocha no Planalto, e menos ainda no comando da política externa brasileira. O periódico destacou que a postura da Marinha foi incisiva: “se Rocha quisesse assumir o cargo, teria de, automaticamente, passar para a reserva, o que ele não pretende fazer”. Por fim, isso não se concretizou e o diplomata Carlos Alberto França foi confirmado como novo titular da pasta. (Folha de S. Paulo - Mundo - 29/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 30/03/21)

### **Demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa inaugurou crise entre governo e militares**

Conforme noticiaram os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, demitiu o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e nomeou o general Walter Braga Netto, então chefe da Casa Civil, para a pasta. O Estado destacou que a reunião com Azevedo e Silva durou três minutos e em “tom seco” o presidente Jair Bolsonaro declarou: “preciso do seu cargo”, oferecendo-lhe um “cargo de consolação”, rejeitado pelo general. Embora a notícia da demissão tenha ocorrido num dia de inéditas seis alterações ministeriais, dentre as quais a do chanceler Ernesto Araújo, a mudança na Defesa foi a que mais causou preocupações e inquietações entre a sociedade, o Parlamento, o Judiciário e as Forças Armadas. De acordo com a Folha, tal decisão tem a ver com o desejo de Bolsonaro de aventar “mais apoio militar”. Os jornais apontaram que a demissão provocou uma “crise militar” e ocorreu num contexto de instabilidade política para o presidente Jair Bolsonaro, o qual vem tentando se aproximar de políticos do “centrão” e, ao mesmo tempo, aparelhar instituições estatais coercitivas cujas lideranças apresentem alguma ameaça ou resistência opositora, no que o jornalista Luiz Carlos Azevedo classificou em coluna ao Correio como a formatação de um “gabinete armado para o confronto”. Nesta linha, a Folha pontuou que a possibilidade de candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e sua tentativa de aproximação do centrão se insere neste contexto de reformatação ministerial. Embora a demissão de Azevedo e Silva tenha surpreendido o alto comando das Forças Armadas, os periódicos apontaram que o general já desconfiava dessa possibilidade desde as tentativas de Bolsonaro de instrumentalizar as Forças Armadas por seu governo. Particularmente importante neste processo foi a deterioração da relação entre o presidente e o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, diante a recusa deste aos intentos de Bolsonaro de politizar e instrumentalizar o Exército no embate com governadores e prefeitos sobre medidas de combate à pandemia de covid-19 quando, em mais de uma ocasião, o presidente se referiu à instituição como “meu exército”, contrariando-se à possibilidade de lockdown. O Correio apontou que Bolsonaro já a algum tempo pretendia retirar Pujol do comando do Exército – algo considerado grave entre os militares quando ocorre antes do prazo de dois anos – e buscava “provas da lealdade das Forças Armadas”. Segundo os jornais, a “gota d’água” para a demissão do ministro, no entanto, foi a entrevista dada ao Correio pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército, cujo teor era o enfrentamento à pandemia e de que modo a condução dada por ele dentro do Exército, oposta à de Bolsonaro, teve mais eficácia e menor taxa de mortalidade ao seguir medidas de isolamento e distanciamento social, máscaras, trabalho remoto e os protocolos farmacológicos da Organização Mundial da Saúde. Bolsonaro entendia que o general Paulo Sérgio deveria ser repreendido em razão da entrevista. Os periódicos pontuaram a existência de um descontentamento com o presidente Bolsonaro por parte de militares da ativa, sobretudo pela exposição política a que vinham se submetendo nos últimos meses, que resultou em danos à imagem da instituição. Dentre elas, os jornais lembraram quando Azevedo e Silva sobrevoou de helicóptero uma manifestação pró golpista ao lado de Bolsonaro; quando junto ao general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), emitiu uma nota atentando para “consequências imprevisíveis” caso o celular do presidente fosse apreendido em investigação da Polícia Federal; quando Bolsonaro rejeitou um estudo apresentado pelas Forças Armadas que apontava para a eficácia do isolamento social na pandemia; e a mais simbólica destas, a desastrosa atuação do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e a tentativa de colocá-lo como “bode

expiatório” diante do número crescente de casos e mortes. O Estado apontou também como divergência o fato de Bolsonaro ter anulado três portarias editadas pelo Exército referentes ao controle e rastreamento de armas e munições de civis, sem ouvir os militares. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21)

### **Demissão de Azevedo e Silva aumentou rumores sobre aprofundamento da politização das Forças Armadas**

O periódico Folha de S. Paulo destacou o simbolismo da demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa ter ocorrido justamente na semana em que se rememora o golpe de 1964 que instaurou a ditadura civil militar no país, considerando a existência de “rumores” de que, neste ano, o presidente Jair Bolsonaro esperava uma nota com teor mais incisivo por parte da Defesa, o que não seria o perfil de Azevedo, conhecido por uma postura mais “conciliadora”. Em razão desta característica, a Folha, o Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo apontaram a preocupação entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com a demissão, já que Azevedo costumava ser “pivô entre Judiciário, governo e militares”. Mencionaram que o general possuía boa relação com a Corte, tendo trabalhado no gabinete do ministro Dias Toffoli antes de assumir a Defesa e mantinha “boa relação” com o presidente do STF, Luiz Fux. Neste sentido, apontaram que em mais de uma ocasião de ameaça de golpe, o próprio Azevedo acalmava o Supremo “nos bastidores” rechaçando esta possibilidade, o que aconteceu inclusive após sua demissão, ao indicar que seguia como general e que as Forças Armadas estão comprometidas com a “democracia e a Constituição”. À Folha, o jornalista Igor Gielow destacou que a tensão entre militares e Bolsonaro teria sido “arrefecida” pelos ganhos que as Forças Armadas obtiveram sob a gestão de Azevedo em questões previdenciárias, de cargos, soldos e investimentos, mas que sua missão de “equalizar” as tensões com o presidente não foi bem-sucedida. Para a jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna ao Estado, o desligamento do general representa um “basta” das Forças Armadas ao “desgoverno (...), delírios ideológicos e ameaças golpistas, (...) e de afundar o Brasil no cenário internacional”. A jornalista concordou com Gielow sobre os ganhos especialmente do Exército na gestão de Bolsonaro, mas declarou que o “bônus não compensa o ônus” de imagem. Este afastamento da imagem do presidente já era notório entre os comandos da Marinha e da Aeronáutica, destacou Cantanhêde. Para ela, o que é evidente é que Braga Netto encontrará um Ministério da Defesa altamente politizado, mas ainda não está evidente se assumirá o “jogo sujo” recusado por Azevedo. Os três periódicos deram destaque à nota emitida por Azevedo e Silva após sua demissão, em que agradeceu aos integrantes das três forças, declarou ter sido leal ao presidente e enfatizou que nos dois anos de seu mandato buscou preservar as “Forças Armadas como instituições de Estado”, sentença esta que, para os jornais, é indicativo das discordâncias entre presidente e general sobre a instrumentalização das Forças Armadas pelo governo. Apesar disso, destacaram que 10 dos 23 atuais ministros são militares. Braga Netto, então titular da Casa Civil, foi substituído pelo também general da reserva Luiz Eduardo Ramos, que chefiava a Secretaria de Governo. Já o Estado noticiou que Braga Netto entrará em contato com os ministros do STF para tentar uma aproximação com a corte, após o presidente Jair Bolsonaro ter dito que não deseja mais confrontos com a mesma. Apesar disso, o jornal rememorou que um dos motivos da recente crise entre o alto comando das Forças Armadas e o presidente foi justamente a recusa do primeiro em defendê-lo em seus conflitos com o STF e os governadores. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

### **Após Ministro da Defesa, comandantes das três forças foram demitidos**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que, após a demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica foram desligados de seus postos em primeira reunião com o general Walter Braga Netto, substituto de Azevedo. Segundo os periódicos, a demissão do comandante do Exército, Edson Leal Pujol, já era esperada em razão de divergências com o presidente Jair Bolsonaro quanto à politização da instituição. Conforme os jornais, a demissão

não teria ocorrido até então por resistência do general Azevedo e Silva em fazê-lo. Os desligamentos dos comandantes da Aeronáutica e da Marinha, brigadeiro Antonio Carlos Moretti Bermudez e almirante Ilques Barbosa Júnior, respectivamente, eram esperados em solidariedade a Azevedo. Para um general entrevistado pelo Correio, o episódio inédito descartou a possibilidade de politização das Forças: "A avaliação é de que os generais devem deixar o recado claro ao governo de que nenhuma das três Forças vai apoiar ou se aventurar em medidas autoritárias e que as intenções do presidente não terão sucesso, caso ele insista". Segundo a Folha, aliados de Bolsonaro no Congresso Nacional justificaram que as trocas do ministro da Defesa e dos três comandantes são naturais em qualquer governo e não ameaçam a democracia ou as instituições de Defesa. "Todo governo fez uma reavaliação após dois anos. É natural que ocorra numa pandemia, quando o governo tem que dar respostas rápidas e oportunas. O presidente tem a prerrogativa de fazer as trocas", disse o deputado major Vitor Hugo, líder do PSL na Câmara dos Deputados. Para a Folha, Bolsonaro não entende o papel das Forças Armadas em uma democracia, e a demissão dos três comandantes evidencia "sua fraqueza quando tenta mostrar força além da conferida e limitada pela Constituição". Ruy Castro, colunista da Folha, afirmou que o plano de Bolsonaro é "pazuellar" as Forças, ou seja, repetir com a instituição as humilhações, desacatos, afrontas e tentativas de controle vividas pelo ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e lembrou momentos em que o presidente invocou "meu exército" para sustentar discursos. Por sua vez, William Waack, em coluna para O Estado de S. Paulo, destacou que as demissões do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas destruíram o resto do respeito que os oficiais superiores tinham pelo presidente Jair Bolsonaro, pois não concordaram com a tentativa de politização das Forças Armadas pelo Executivo. Ademais, Waack afirmou que "se em algum momento Bolsonaro acreditou que tinha um Exército para chamar de 'seu', só um bom psiquiatra conseguiria explicar essa visão de mundo, pois, a partir da realidade dos fatos, o presidente jamais poderia ter feito essa afirmação". O Estado também relatou que a intervenção do presidente Bolsonaro na cúpula das Forças Armadas elevou os ânimos nos quartéis. No intervalo entre a demissão e o anúncio dos novos comandantes, os oficiais-generais agiram em seus próprios quartéis para acalmar a tropa, como aconteceu em Boa Vista (Roraima), onde o comandante da Operação Acolhida, o general de divisão Antônio Manoel de Barros, fez um discurso para o contingente afirmando que compreendia que muitos poderiam estar "chateados" com a demissão dos comandantes, mas reforçou o papel das Forças Armadas como instituições de Estado que seguem o seu dever constitucional. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Correio Braziliense - Política - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

### **Ao nomear novos comandantes das Forças Armadas, Bolsonaro optou por diálogo e evitou escalada da crise**

Conforme os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente Jair Bolsonaro evitou uma escalada na pior crise militar desde 1977 com a nomeação dos novos oficiais-generais para o comando das Forças Armadas, pois respeitou os critérios de antiguidade. O general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que dirigia o Departamento-Geral de Logística (DGP) do Exército, será o novo comandante da Força, substituindo o general Edson Leal Pujol, e a sua escolha foi o meio encontrado pelo Executivo para aliviar a tensão entre o governo federal e a caserna, após a demissão do general Fernando Azevedo e Silva do cargo de ministro da Defesa. Por sua vez, o novo comandante da Marinha será o almirante Almir Garnier dos Santos, ao passo que o comando da Força Aérea passa a ser do tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Segundo editorial do Correio, o presidente Bolsonaro acatou a recomendação dos militares para uma transição tranquila nos comandos das três Forças; e também destacou a nomeação do general Paulo Sérgio, já que este em entrevista ao Correio no dia 28/03/2021, defendeu o distanciamento social como medida utilizada para controlar as infecções pelo novo coronavírus no Exército, o que vai na contramão da narrativa construída pelo Planalto ao longo da pandemia. Por fim, durante a apresentação dos novos comandantes no dia 31/03/2021, o ministro da Defesa, general Braga Netto, leu uma declaração afirmando

que “os militares não faltaram no passado e não faltarão sempre que o país precisar”, e complementou que as Forças Armadas “se mantêm fiéis às suas missões constitucionais de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e as liberdades democráticas”. Eliane Cantanhêde, em coluna para o Estado, comentou que “Bolsonaro cultiva o mandonismo, exige subserviência e vê inimigos por toda a parte. Até entre os militares que lhe são tão convenientes”, e que os dois anos de mandato confirmaram que quem manda de fato no governo é o presidente Jair Bolsonaro, e não os militares como se especulou em seu início. Segundo Cantanhêde, a demissão dos chefes das três Forças foi “ótima para os demitidos e para as Forças Armadas”, pois estabeleceu firmemente que elas são instituições de Estado, comprometidas com os seus deveres constitucionais. Ao mesmo tempo, a colunista avaliou que a crise militar foi péssima para Jair Bolsonaro, por não poder mais utilizar o Exército para ameaçar a democracia e as suas instituições. Seguindo uma linha de pensamento parecida, o general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho comentou para a Folha que as demissões de Azevedo e Silva e dos comandantes militares foram sinais de falta de respeito por parte de Jair Bolsonaro, e que ao tentar se aproximar o presidente acabou se distanciando dos militares. Ademais, o general da reserva considera que não há chance alguma do Exército embarcar em eventuais manobras autoritárias, e o recado deixado pelos militares demitidos confirma isso. Segundo o militar, sua geração de colegas foi forjada com o compromisso de se afastar da política e de profissionalizar as Forças Armadas, e está claro que as instituições são “fortes o suficiente para administrarem o governo democrático que foi estabelecido”. De acordo com o Correio, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, também comentou a crise ocorrida entre os militares e o governo. Para ele, a maior crise do tipo em quase 50 anos “ocorreu com a menor tensão possível”, devido à lealdade dos comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército ao general Fernando Azevedo e Silva. Além disso, para Onyx a troca do alto comando militar foi consequência natural da nomeação do general Walter Braga Netto para o Ministério da Defesa, porquanto é plausível ele ter liberdade de “estruturar o comando das Forças de acordo com a sua opinião, a sua visão”. O Correio Braziliense também ressaltou a análise feita pelo doutor em direito penal e econômico, professor Conrado Gontijo, de que a tentativa de politização das Forças Armadas por Bolsonaro poderia ser caracterizada como crime de responsabilidade e eventualmente resultar em um processo de impeachment. O professor ressaltou que as Forças Armadas “têm papel constitucional de servir ao Estado brasileiro, não a qualquer interesse político circunstancial”. (Correio Braziliense – Política – 01/04/21; Correio Braziliense – Opinião – 01/04/21; Correio Braziliense - Política - 02/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

### **Ministro Braga Netto foi chamado a explicar gasto das Forças Armadas com picanha e cerveja**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, foi convocado, por meio de um requerimento do deputado Elias Vaz, para explicar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados a compra de picanha e cerveja pelas Forças Armadas. Inicialmente, o requerimento era destinado ao ex-ministro Fernando Azevedo e Silva, mas o seu nome foi suprimido com a nomeação de Braga Netto ao Ministério da Defesa. A Folha destacou que a intenção do deputado é que o ministro possa esclarecer os gastos das Forças Armadas, uma vez que houve indícios de superfaturamento. Ademais, Braga Netto também foi convidado a participar de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara pelo presidente da mesma, o deputado Aécio Neves, visando debater em conjunto as questões referentes à pasta da Defesa. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21)

ABRIL

### **Bolsonaro se negou a comentar demissão de cúpula das Forças Armadas**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais que não comentaria a recente crise que levou à demissão dos comandantes das Forças Armadas, dizendo que apenas ele e os três militares envolvidos sabiam o real motivo das demissões. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/04/21)



## Generais se reuniram após nomeação de novo comandante do Exército

Segundo o jornal Correio Braziliense, o perfil oficial do Exército Brasileiro no Twitter publicou foto de um encontro entre o novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio, com seus antecessores, os generais Edson Pujol e Eduardo Villas Bôas. (Correio Braziliense - Política - 03/04/21)

## Periódicos e colonistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas I

Em reportagem, o periódico Correio Braziliense abordou as demissões no Ministério da Defesa e na cúpula militar, que demonstraram "de forma abrupta e tensa, a intenção do presidente Jair Bolsonaro de mostrar que tem voz de comando na caserna", mas que seu desfecho indicou um posicionamento das Forças Armadas alinhado à Constituição e não com o atual governo. Nesse sentido, a missão do novo ministro, general Walter Braga Netto, seria a de pacificar os ânimos enquanto se mantém leal aos desígnios do presidente da República. Entrevistada pelo Correio, a professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart afirmou que Braga Netto se encaixa na "lógica de submissão, de correia de transmissão", buscada por Bolsonaro. Já a avaliação de militares ouvidos pelo jornal é a de que Braga Netto não deve promover mudanças bruscas, mas que qualquer tentativa de interferência política nas Forças Armadas poderia ser barrada pelos novos comandantes ou mesmo "rechaçada publicamente". Em sua coluna para o jornal Folha de S. Paulo, o jornalista Demétrio Magnoli compartilhou de opinião semelhante, afirmando que os comandantes da ativa bateram "continência à Constituição" ao recusar o alinhamento político com Bolsonaro e com os generais que "lideraram uma volta ao passado", dentre eles os generais Eduardo Villas Bôas, Augusto Heleno e Hamilton Mourão. De acordo com o Correio, a demissão coletiva dos três comandantes demonstrou o choque das decisões de Bolsonaro com os interesses dos militares, de modo que, até o momento, os militares conseguiram impedir o avanço da política sobre os quartéis. Segundo o Correio, Bolsonaro teria tentado cooptar apoio militar para propor um Estado de exceção. Sobre o assunto, em coluna opinativa para a Folha, a jornalista Cristina Serra apontou incoerências entre a suposta aversão das Forças Armadas pela política e episódios recentes da atuação dos militares – tais como a mensagem de Villas Bôas direcionada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, a celebração do golpe de 1964 e a própria presença dos militares em altos cargos no governo federal –, sendo assim "avalistas e fiadores, cúmplices e co-autores" das mortes em decorrência da pandemia da Covid-19. Serra disse ainda que os militares "tratam o povo como inimigo a ser derrotado, deixando-o morrer de doença e fome", e que esse "genocídio brasileiro" seria "crime de lesa-pátria". Já o advogado criminal e ex-presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004) Luís Francisco Carvalho Filho criticou, em coluna para a Folha, a fala de Bolsonaro em tratar o Exército como "seu", afirmando que esse "peculato político" pode ser visto como crime de responsabilidade. O jornalista Álvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a Folha, também criticou a fala do presidente, chamando-a de "delírio arrogante" e parte de um projeto "Um exército para chamar de meu", em que exigirá ser tratado pelos novos comandantes das Forças Armadas como "comandante-em-chefe das Forças Armadas". De acordo com o Correio, alguns militares afirmaram que o ano de 2022 será marcado por forte acirramento político e possível questionamento por parte de Bolsonaro dos resultados eleitorais. Contudo, em suas perspectivas, não existe espaço para apoio político por parte dos militares. Por sua vez, João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) afirmou que houve um estremecimento nas relações entre Bolsonaro e os militares, pois o presidente haveria "demitido de forma desonrosa", assim como fez com os ministros civis demitidos. Neste sentido, Martins Filho afirmou que os militares "apostaram todas as fichas no Bolsonaro, e estão vendo quem queria jogar com as Forças Armadas. Em coluna opinativa no periódico O Estado de S. Paulo, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eliézer Rizzo de Oliveira afirmou que o Brasil estaria vivendo uma crise perigosa, a intervenção política nas Forças Armadas focada na sua instrumentalização, cuja responsabilidade seria integralmente do presidente Bolsonaro. Neste sentido, Bolsonaro teria ordenado ao general Edson Leal Pujol, ex-

comandante do Exército, que se opusesse ao STF, após decisões que favoreceram o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, seu possível adversário em 2022. Ainda no O Estado, a colunista Sonia Racy declarou que, em conversa, o ex-ministro Antonio Delfim Netto afirmou que o Brasil não estaria correndo nenhum risco de golpe, alegando que “com a mudança radical de regras que Castello Branco promoveu (como primeiro presidente pós-64) um militar não pode ficar na ativa por mais de doze anos”, não haveria tempo para “conchavos”. Além disso, Delfim Netto declarou que a nova geração de militares foi disciplinada para respeitar a Constituição e garantir o seu cumprimento. (Correio Braziliense - Política - 03/04/21; Correio Braziliense - Política - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Blogs - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/04/21)

### **Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas II**

Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que a nota do general Fernando Azevedo e Silva e a entrega dos cargos dos comandantes militares significaram um fracasso da tentativa do presidente da República, Jair Bolsonaro, em “alinhar as Forças Armadas a seu projeto de poder” e um gesto de “sim à democracia”, ao analisar que os novos comandantes estão alinhados com seus antecessores imediatos. Jungmann também afirmou que o uso do pronome possessivo “meu” para se referir ao Exército é uma tentativa de mobilizar os militares a seu favor, que, junto das massas, são as duas forças que possui para aprovar seu programa, e avaliou que eventuais apoiadores do presidente entre a suboficialidade não representam uma possibilidade de ruptura da hierarquia. Quanto ao crescente envolvimento dos militares na política, o ex-ministro indicou seu início na discussão do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), quando “foi feito um acordo que, pelo que relatam, não foi cumprido”, desencadeando uma maior proeminência dos militares, a exemplo do tuíte em 2015 do então comandante do Exército, general Villas Bôas. Jungmann afirmou que Villas Bôas “buscou se antecipar, e foi uma forma inadequada de se expressar”, mas que não acredita na possibilidade de uma ruptura democrática caso o STF tivesse decidido a favor de Lula nem que os ministros tenham se dobrado a qualquer pressão. Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, o advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Miguel Reale Júnior criticou Bolsonaro pela tentativa de criação de “nichos de obediência” ao impor a lógica do quartel aos ministérios, citando como exemplo a nomeação de um general como ministro da Saúde e um coronel como secretário executivo da pasta, “imperando o que haviam aprendido na caserna: disciplina, ou seja, um manda e o outro obedece às ordens superiores, com submissão cega às determinações”. O advogado também comentou a demissão do ministro da Defesa como reação às pressões políticas, e que o esforço do general Azevedo e Silva em preservar as Forças Armadas “como instituição de Estado” lhe renderam o apoio dos comandantes das três Armas. Reale Júnior encerrou afirmando que Bolsonaro não terá ainda mais poder para “confrontos e mobilização nacional com o ‘seu’ exército”. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/04/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 03/04/21)

### **Periódicos e colunistas comentaram sobre a crise no Ministério da Defesa e a atuação política das Forças Armadas III**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, a jornalista Flavia Lima afirmou que a tese de que os militares não se dobraram à política deve ser acolhida com bastante reflexão. Lima analisou as manchetes de diversos jornais no dia 30/03/21 e 31/03/21, após a demissão do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas, destacando dentre elas O Estado de S. Paulo, que apontou que o “Ministro da Defesa caiu por recusar uso político das Forças Armadas”, enquanto O Globo ressaltava: “Militares recusam adesão política, e Bolsonaro troca chefes das Forças”. De outro lado, na Folha de S. Paulo, a discussão sobre o “uso político” dos militares foi destacada no editorial “Dever Cumprido”, que abordava que o incentivo de Bolsonaro à “inadmissível politização dos quartéis”, indicando que essa pretensão não encontraria eco no alto escalão. A colunista afirmou que os exemplos mencionados demonstram

que os jornais aderiram à versão dos militares de que haveria uma recusa à politização imposta pelo presidente. Neste sentido, essa narrativa tem sido utilizada desde o início do governo Bolsonaro, apresentando os militares como “atores desinteressados”, fora da política e compondo uma ala do governo capaz de conter os excessos de Bolsonaro. Seguindo essa linha, a justificativa para a saída dos comandantes das Forças teria sido a pressão de Bolsonaro, na tentativa de “alinhar as FA com a defesa política do governo”. Contudo, os militares estão alinhados à Bolsonaro desde sua campanha eleitoral, portanto, a mudança não permite concluir que os militares recusaram a politização das Forças. Segundo Lima, o que parece é que os militares tentam se afastar da crise política e sanitária que o Brasil tem enfrentado. Desta forma, apenas as articulações para as eleições de 2022 e o olhar atento da imprensa demonstrarão se os militares estão ou não na política. De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o governo da Argentina tem optado por adotar um distanciamento estratégico em relação à troca no comando das Forças Armadas brasileiras. Segundo alguns setores diplomáticos a falta de declarações, pode estar associada à falta de afinidade ideológica entre os dois países e a tentativa de não piorar a relação. De acordo com O Estado, uma fonte do ministério das Relações Exteriores afirmou que o chanceler da Argentina, Felipe Solá, não interpreta a situação como preocupante. Em uma reunião, o chanceler teria dado a entender que analisou a situação como algo interno ao Brasil. Contudo, um embaixador argentino se mostrou surpreso com a falta de posicionamento da Argentina em relação à situação brasileira, pois no seu ponto de vista, isto seria algo preocupante. De outro lado, Patricio Gómez Talavera, professor e especialista em assuntos brasileiros da Universidade de Buenos Aires, afirmou que a instabilidade preocupa, mas ainda não teria sido entendida como algo prioritário. A estratégia argentina seria não opinar em assuntos internos para não prejudicar a relação bilateral. O professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) João Roberto Martins Filho destacou que na manhã do dia 29/03/2021 os militares tinham sua imagem desgastada pela péssima gestão do general Eduardo Pazuello, como ministro da Saúde e no fim do dia, eram vistos como defensores da Constituição e da missão precípua das Forças Armadas, resistindo à um governo que estaria tentando arrastá-las para a política. Contudo, no dia 30/03/2021, essa versão já se mostrava contraditória, após a nota do Ministério da Defesa, sob o comando do ministro Braga Netto. Em seu texto, Martins Filho declarou que a ideia de que os generais não se associam a governos estaria abalada desde o dia 31/05/2020, quando Bolsonaro e Azevedo e Silva embarcaram em um helicóptero militar para sobrevoar uma manifestação contrária ao STF e ao Congresso Nacional. Portanto, para Martins Filho, nesse momento em que a narrativa de que as Forças Armadas não se alinham à governos, seria importante rever os rumos dos militares antes das próximas eleições. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/04/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 04/04/2021)

### **Ministro Braga Netto foi convocado por Bolsonaro para dialogar com o STF**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, estaria tentando diminuir o desgaste causado após sua interferência nas Forças Armadas e reduzir as fragilidades expostas nos meses anteriores. Neste sentido, é possível destacar a sinalização de Bolsonaro ao “centrão”, por meio da diminuição da presença de militares no Planalto e o aumento de auxiliares provenientes do Congresso. Ao mesmo tempo, Bolsonaro escalou o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para dialogar com o Supremo Tribunal Federal (STF), demonstrando que a demissão do general Fernando Azevedo e Silva não significou um rompimento da interlocução com o STF, tendo em vista que Azevedo e Silva foi assessor do ministro do STF Dias Toffoli. A saída de todo o comando das Forças Armadas, às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964, aumentou o temor de que Bolsonaro poderia utilizar as Forças Armadas em uma tentativa de impor um golpe militar, gerando desconforto no STF, que via no ex-ministro da Defesa uma garantia de estabilidade democrática. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/04/2021)

### **Novo ministro da Saúde exonerou militares na pasta**

Em coluna no periódico Folha de S. Paulo, a jornalista Camila Mattoso afirmou que desde a nomeação do novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, três militares que ocupavam postos

importantes e três integrantes da equipe do general Eduardo Pazuello foram exonerados. Os primeiros, no dia 30/03/21, foram o coronel Élcio Franco, “número 02” da pasta, o coronel e médico Roberto Batista, diretor do departamento de Saúde Pública da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o tenente-coronel da reserva Jorge Luiz Kormann, exonerado do posto de secretário-executivo adjunto do Ministério da Saúde. Em sua narrativa, Queiroga afirmou que pretende colocar nomes técnicos na pasta. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 04/04/2021)

### **Colunista comentou relação das Forças Armadas com Bolsonaro**

Em coluna para o jornal O Estado de S. Paulo, Marcelo Godoy relatou o desconforto do ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, após declaração de que as Forças Armadas eram fiéis a ele e não ao Estado. Godoy comentou ainda sobre as movimentações ocorridas no dia 27/03/21, que levaram às trocas de cadeiras dos comandos das Forças Armadas. Com relação ao ex-comandante do Exército, Edson Pujol, o colunista afirmou que este chegou fez declarações polêmicas sobre a personalidade do presidente, que causaram reações na ala militar, inclusive do general Augusto Heleno, que quis amenizar a situação alegando que era necessário garantir a unidade dos militares. Mesmo com a repercussão, o caso caiu em esquecimento, mas Bolsonaro sempre demonstrou descontentamento com Pujol. Dentre os desentendimentos, Godoy destacou o episódio no qual o Exército tentou desvincular seu nome da falta de oxigênio em Manaus. Em suma, Godoy menciona que a ação de Bolsonaro de trocar os líderes das Forças Armadas tinha como intuito colocar no lugar de três avessos à sua política, três novos “Pazuellos”, que fossem seus fiéis seguidores dentro de um governo sem força política. Por fim, o autor afirmou que o desconforto entre Bolsonaro e os comandantes demonstrou que ele jamais poderá contar com as Forças Armadas para se tornar um tirano, e que “os generais podem agora sonhar em 2022 com a eleição de um governo do qual participem sem o inconveniente de lidar com o pitoresco capitão”. (O Estado de S. Paulo – Política – 05/04/21)

### **Hamilton Mourão defendeu presença de militares na política**

Em coluna para O Estado de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Antônio Hamilton Martins Mourão, discorreu em defesa da presença de militares no governo brasileiro e falou sobre o que acredita ser a expectativa da sociedade em relação ao papel das Forças Armadas. O general iniciou defendendo que os brasileiros devem se preocupar com a atuação de suas Forças Armadas, apontando que delas dependem a segurança, a “garantia da lei e da ordem” e situações de “crise que ultrapassam a capacidade das agências governamentais que requerem (...)” seu emprego. Ao prosseguir, Mourão declarou que na situação atual os brasileiros esperam “algo mais de seus militares”, pelo que votaram em 2018, justificando-se na pandemia de Covid-19 e numa suposta necessidade de reformas que caracterizou como “imprescindíveis”, como a tributária, administrativa e política e, além disso, um “desvirtuamento da administração pública, atingida em cheio pela corrupção e pelo clientelismo político”. Em seguida, o general defendeu a presença dos militares no governo, declarando que o fazem como cidadãos no exercício de seus direitos, convidados a integrar um “esforço de racionalização, efetividade e moralização da administração pública”, para o qual acredita que contribuem valores militares como “lealdade, probidade e competência técnica”, e declarou que “pode parecer pouco” mas é “muito para um país que teve sua máquina administrativa aparelhada pela política partidária e, não raro, pela ideologia”. Ademais, defendeu que, embora pareça “excessiva em termos numéricos”, a presença dos militares no governo é “ínfima” se comparada aos cargos comissionados anteriores. Mourão declarou ainda que “não é a presença de militares no governo que o define” e que “sempre houve e continuará a haver militares no governo”, cumpridores de “suas obrigações e deveres”, pois, se assim não fosse, o Brasil “viveria uma anarquia armada, incompatível com a democracia. E os militares simplesmente não seriam militares”. Mencionou que em outras democracias no mundo também existem militares atuantes na política, citando como exemplo quando as Forças Armadas estadunidenses com a Junta de Chefes de Estado-maior foram publicamente garantir que haveria transição de governo presidencial após as tentativas de invasão do Capitólio. Para Mourão, o que difere as democracias de ditaduras são as ordens dadas aos militares e a forma como as obedecem, e defendeu que “nenhuma

democracia está livre de crises e os seus militares fazem parte da sua superação". Quanto a isto, o vice-presidente defendeu o "regime instalado em 1964" declarando que "goste ou não (...) fortaleceu a representação política pela legislação eleitoral, que deu coerência à União e afastou os militares da política, legando ao atual regime, inaugurado em 1985 e escoimado de instrumentos de exceção, uma República federativa à altura do Brasil". Mourão concluiu declarando que pela história do país, "a sociedade brasileira sabe que as Forças Armadas continuarão a cumprir rigorosamente suas missões constitucionais" e que na crise atual ela "espera mais" (...) e "conta que seus militares, da ativa e da reserva, não se esqueçam dos seus compromissos com a Pátria que juraram defender, servindo-lhe com ou sem uniforme, ciosos de sua cidadania, orgulhosos do que fizeram e confiantes no que podem fazer de bom para o bem do País". (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 06/04/21)

### **Braga Netto discursou em cerimônia de posse ministerial**

O Correio Braziliense e a Folha de S. Paulo comentaram sobre o discurso de posse do novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. O Correio ressaltou que, diferente dos outros ministros que fizeram pronunciamentos no mesmo dia com projeções e planos, principalmente em relação à atuação na pandemia e no combate ao coronavírus, Braga Netto esquivou-se de fazer promessas e apenas destacou que "a Defesa continua com a missão constitucional de defesa da pátria e dos Poderes constitucionais" e que o trabalho "não muda nada" com ele à frente do ministério. O ministro enfatizou, direcionando-se para o presidente da República, Jair Bolsonaro, que "a Defesa estará pronta [...] a cumprir o que o senhor determinar, como comandante em chefe, e conforme a sua própria orientação, dentro do que prevê a Constituição". Sobre a pandemia, o novo ministro afirmou que "a Defesa continua na sua missão, na sua prioridade hoje do [combate à] Covid. A Defesa já tem auxiliado, é um trabalho que continua, não tem nada de novo no que tem sido feito. É um trabalho coordenado entre as três Forças". (Correio Braziliense - Poder - 07/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/04/21)

### **Militares representarão o governo no Conselho de Administração da Petrobrás**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o general Joaquim Silva e Luna foi aprovado pelos acionistas da Petrobras para assumir a presidência da estatal, substituindo Roberto Castello Branco, demitido em fevereiro. Os periódicos noticiaram que, em assembleia geral de acionistas ocorrida no dia 12/04/21, ficou evidenciado que o governo federal conseguiu conter a ofensiva dos sócios minoritários que vinha sendo especulada e logrou eleger sete dos oito nomes indicados para compor o Conselho de Administração da companhia. A Folha informou que tais eleições se fizeram necessárias após a nomeação do general Silva e Luna para a presidência da companhia pelo presidente da República Jair Bolsonaro, episódio que gerou uma "debandada" dos conselheiros então atuantes. Dentre as 11 figuras indicadas pela União, algumas já foram aprovadas com unanimidade. Além de Silva e Luna, outros dois integrantes das Forças Armadas representarão o governo: o almirante da Marinha do Brasil Eduardo Bacellar Leal Ferreira e o oficial da reserva Ruy Flaks Schneider, que foram reconduzidos. Bacellar continuará na presidência do Conselho. Havia a expectativa de que a eleição seria usada pelos sócios minoritários da empresa para abrir uma "ofensiva" a fim de limitar novas interferências do governo federal na atuação da Petrobrás, o que não ocorreu. O Estado ressaltou que Silva e Luna ainda precisará da aprovação do novo colegiado para assumir a direção da companhia, em data a ser definida. (Folha de S. Paulo - Mercado - 12/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/04/21; O Estado de S. Paulo - Negócios - 13/04/21)

### **Arthur Lira anulou a convocação de Braga Netto para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acatou um recurso do líder do governo na Casa, o deputado federal Ricardo Barros, e anulou a convocação do ministro da Defesa, general Braga Netto, para explicar a compra de cerveja e picanha pelas Forças Armadas. No final de março, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, utilizou o requerimento de autoria do deputado federal Elias Vaz, que inicialmente era destinado ao ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, para



convocar Braga Netto a depor sobre os processos de compra para as Forças Armadas, uma vez que houve indícios de superfaturamento. Entretanto, de acordo com Lira, quando o requerimento foi aprovado, Braga Netto ainda não havia sido empossado no cargo de ministro, o que só ocorreu no dia 01/04/21, portanto, o mesmo não poderia ser convocado. A Folha destacou que Vaz criticou a decisão do presidente da Câmara e disse que vai recorrer no Supremo Tribunal Federal para contestá-la, pois “Arthur Lira está passando por cima de uma prerrogativa constitucional do Parlamento, que é o direito de fazer uma convocação”, além disso, o regimento não diz que é necessário colocar o nome do ministro, mas sim que o titular da pasta precisa comparecer pessoalmente após ser convocado (Folha de S. Paulo - Poder - 15/04/21)

### **Militares indicados pelo governo para cargos na saúde indígena são acusados de agravar crise sanitária**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o governo indicou dois militares para coordenarem Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a terras indígenas, os quais foram acusados de má gestão e de agravarem a crise sanitária em suas gestões. Um dos indicados foi o capitão do Exército Tércio Alexandre Pimentel, que assumiu o comando do DSEI-Leste Roraima em maio de 2020 e está sendo investigado por distribuição de cloroquina aos indígenas. Outro militar que assumiu um DSEI foi o major do Exército Francisco Dias Nascimento Filho, indicado em julho de 2019 para se tornar coordenador do DSEI Yanomami, foi acusado de andar armado pelo distrito e de intimidar funcionários e membros do movimento indígena. O major foi demitido do cargo um ano após assumi-lo. De acordo com a Folha, o Exército afirmou que ambos os militares indicados estão na reserva e que “a Força não realizou qualquer indicação ou proposta institucional de militares da ativa ou da reserva para ocupar os cargos constantes da demanda apresentada”. (Folha de S. Paulo - Saúde - 16/04/21)

### **General Silva e Luna foi eleito presidente da Petrobras**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o general da reserva Joaquim Silva e Luna foi eleito pelo Conselho de Administração da Petrobras como presidente da companhia no dia 16/04/2021. Além de Silva e Luna, também foram eleitos diversos diretores, dentre eles quatro funcionários de carreira indicados pelo general. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o general e sua equipe estão trabalhando presencialmente na sede da Petrobras, ao contrário do trabalho remoto adotado pelo ex-presidente Roberto Castello Branco, criticado pelo presidente da República Jair Bolsonaro. Além de Silva e Luna, os almirantes Bento Albuquerque e Rodolfo Sabóia assumiram, respectivamente, os postos de ministro de Minas e Energia e diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), além de Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que se tornou presidente do conselho da Petrobras. As nomeações indicam um claro avanço de militares em posições de liderança no setor de energia. Segundo a Folha de S. Paulo, um dos objetivos do general será conciliar os interesses dos acionistas aos consumidores, com respeito ao meio ambiente e diminuição da volatilidade de preços, garantindo retorno financeiro a acionistas e à sociedade em geral. Tal proposta foi bem recebida no mercado financeiro, elevando as ações da estatal em mais de 5%. (Correio Braziliense - Economia - 17/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 17/04/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 20/04/21).

### **Investigação sobre medidas de enfrentamento da pandemia da covid-19 pode convocar militares da ativa para depoimentos**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, no dia 19/04/2021 o Senado definiu um plano de trabalho para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada para apurar a atitude do governo Bolsonaro em relação às medidas de contenção da pandemia do novo coronavírus. O Correio Braziliense noticiou que diversos militares estão na lista de depoimentos requeridos no processo investigativo. O ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, será ouvido por conta do colapso de saúde em Manaus devido à falta de oxigênio, ocorrida em janeiro deste ano, e também por não ter seguido recomendações internacionais de medidas de contenção da doença. Além dele, o general Edson Pujol, ex-comandante do Exército, também prestará

esclarecimentos sobre a produção de cloroquina pelas Forças Armadas. A Folha de S. Paulo noticiou que a cúpula da CPI pretende investigar as razões que causaram a queda dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Tentativas frustradas de compra de vacinas e a defesa do governo do uso de hidroxicloroquina também serão alvo de investigações. (Correio Braziliense – Política – 19/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21).

### **General Edson Pujol, ex-comandante do Exército, afirmou que a corporação é fiel à Constituição**

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que em cerimônia do dia 19/04/2021 em alusão ao dia do Exército, que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o general Edson Pujol, em sua última aparição pública no posto de comandante do Exército, afirmou que a corporação permanecerá fiel aos preceitos constitucionais e aos princípios de legalidade. A Folha rememorou a crise militar ocorrida após a demissão do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, que cedeu lugar ao general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, e que desencadeou a troca dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O comando do Exército será assumido pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, descrito com perfil diferente de Pujol, sendo associado mais ao antecessor, general Eduardo Villas Bôas, o qual tem perfil bolsonarista e ocupa cargo no Palácio do Planalto desde 2019. Segundo O Estado, o presidente Bolsonaro agiu rápido para indicar novos nomes para o comando das Forças, tendo ajuda do novo ministro da Defesa. O jornal apurou que foi sugerido que o critério de antiguidade fosse privilegiado para as escolhas, embora os mais experientes em cada função não tenham sido nomeados. Para o comando do Exército, o general Paulo Sérgio não seria a primeira opção de Bolsonaro, mas o seu perfil “apaziguador”, sua habilidade no trato com os subordinados e um estilo “um manda, outro obedece” foram decisivos para a sua nomeação. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/21).

### **General Mourão descartou candidatura à vice-presidência em 2022**

Conforme informou o Correio Braziliense, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, descartou a possibilidade de concorrer à reeleição como vice de Jair Bolsonaro em 2022. Mourão declarou que pretende descansar, mas cogita concorrer ao Senado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul e negou a possibilidade de se candidatar à presidência da República. O periódico destacou que a postura do general com relação ao presidente tem sido de afastamento, com agendas pouco coincidentes, rememorando que Mourão não acompanhou Bolsonaro nas negociações da Cúpula dos Líderes sobre o Clima, embora comande o Conselho Nacional da Amazônia Legal. (Correio Braziliense - Política - 27/04/21)

### **Novo comandante do Exército congelará publicações em seu perfil pessoal no Twitter**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pretende se afastar de sua conta pessoal no Twitter, seguindo o modelo de seu antecessor, general Edson Leal Pujol, e suspender publicações na rede enquanto estiver à frente do Comando do Exército. O Estado destacou que, embora a manifestação político-partidária de militares da ativa seja vedada por regulamentos disciplinares e pelo Estatuto dos Militares, nos últimos anos a presença de militares em redes sociais tem trazido à tona a volta das Forças Armadas à política. Ademais, o jornal destacou que desde a manifestação no Twitter do general Eduardo Villas-Bôas em 2018 sobre o julgamento do habeas corpus do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi significativo o aumento de oficiais nas redes sociais: 31 generais e coronéis da ativa próximos à Villas-Bôas aderiram às redes e, muitos deles, realizaram campanha a favor de Bolsonaro nas eleições de 2018. O jornal resgatou apuração que havia realizado em 2019, na qual evidenciou-se que o novo comandante do Exército era um dos poucos militares que mantinham distância de assuntos político-partidários no ambiente virtual, seguindo normas de uso das redes sociais elaboradas por Pujol. De acordo com O Estado, a decisão do general não se trata apenas de cautela e que, oficialmente, o Exército alegou se tratar de política de comunicação que visa privilegiar canais oficiais da Força nas redes sociais. Em oposição, o periódico apontou para o crescente número de publicações em redes sociais em defesa do bolsonarismo pelo novo comandante da Força

Aérea, o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, que quase dobraram entre 2019 e 2020. O recém-nomeado comandante na Marinha, almirante Almir Garnier, por sua vez, não dispõe de perfil em redes sociais. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/21)

### **Em meio a críticas à sua gestão na Saúde e a instauração da CPI da Covid-19, Pazuello foi nomeado para secretaria-geral do Exército**

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi nomeado para um cargo na secretaria-geral do Exército, em Brasília. Até então, Pazuello estava alocado no Comando do Exército da 12ª Região Militar, em Manaus, onde atuava antes de assumir a secretaria-executiva do Ministério, em abril de 2020. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, elogiou a atuação de Pazuello no ato de inauguração de um centro de convenções em Manaus, seus simpatizantes gritaram "Pazuello governador". O coronel reformado do Exército Alfredo Menezes, ex-candidato à prefeitura de Manaus e considerado "homem forte" do presidente, afirmou que ele e o general Pazuello podem se candidatar ao senado e ao governo do estado do Amazonas em 2022. O Estado de S. Paulo teceu críticas à gestão de Pazuello na Saúde, apontando o descaso do governo com a comunidade científica e a Organização Mundial de Saúde (OMS) e, além disso, a substituição de técnicos por militares na pasta. Ademais, o *Correio* e a *Folha* noticiaram a estratégia do governo de centralizar Pazuello como alvo principal das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades do governo federal durante a pandemia de Covid-19. O *Correio* apontou que, sabendo da centralidade de Pazuello nas investigações, Bolsonaro tem tentado "afagar" o general tentando garantir sua fidelidade. No entanto, em entrevista à revista *Veja*, o ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten declarou que os erros do general eram limitados a ele próprio, que Bolsonaro apenas seguiu suas orientações e que as vacinas fabricadas pela empresa Pfizer e oferecidas ao Brasil em 2020 não foram adquiridas por "ineficiência e incompetência" do militar. Os jornais noticiaram que a Casa Civil, chefiada pelo general Luiz Eduardo Ramos, encaminhou um questionário aos órgãos do governo para que indicassem em quais ações criminais teriam incorrido a fim de elaborar a defesa. Dentre os erros apontados no questionário, destaca-se a militarização do Ministério da Saúde. Aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia e à Secretaria de Governo, a tabela atribui a defesa dos generais Pazuello, Braga Netto e "outros militares" por "não apresentaram diretrizes estratégicas para o combate à covid". Os jornais abordaram ainda a postura controversa de Pazuello quando, no dia 25/04/21, foi flagrado passeando em um shopping de Manaus sem máscara e, ao ser abordado, ironizou perguntando "onde tem pra comprar". A *Folha* destacou que para parte da cúpula militar, o passeio do general pode ser interpretado como uma provocação à CPI e que, neste momento, o ideal seria a "submersão do militar" para reduzir danos. O jornal indicou que auxiliares do presidente não descartaram a possibilidade de que o general se torne o "bode expiatório" da defesa presidencial. (*Correio Braziliense* - Política - 24/04/21; *Correio Braziliense* - Política 27/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 24/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 27/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 28/04/21; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 26/04/21;)

### **Periódico criticou discurso do novo ministro da Defesa**

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* criticou declarações do general da reserva Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa. O jornal afirmou que Braga Netto "entrou em área perigosa" durante a transmissão do comando do Exército no dia 20/04/21, quando disse que "é preciso respeitar o rito democrático e o projeto escolhido pela maioria dos brasileiros para conduzir os destinos do país", além de afirmar que as Forças Armadas estão "sempre atentas à conjuntura nacional" ao se referir às suas missões constitucionais. O editorial ressaltou que o Congresso e o Judiciário, bem como qualquer cidadão, possuem o direito e a legitimidade de criticar, contestar e investigar decisões do Executivo, bem como recorrer à Justiça contra autoridades, e que a "obrigação de aceitar o resultado das urnas" não dissipa tais direitos, ao contrário do que "transparece na confusão do general —cujo tom é autoritário". O periódico encerrou afirmando que as Forças Armadas de um país democrático são uma instituição de

## MAIO

Estado, e exortou que o novo ministro "saiba privilegiar e dar materialidade à sua retórica mais virtuosa". (Folha de S. Paulo - Opinião - 24/04/21)

### General Eduardo Pazuello e a CPI da Pandemia

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram o andamento das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, iniciada em 04/05/21 pelo Senado Federal, no que se refere às apurações em torno do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. O Correio informou que Pazuello estava se preparando para o interrogatório e que no fim de semana anterior ao início da CPI havia se reunido com assessores do governo no Palácio do Planalto para "receber orientações e informações", a fim de que "não titubeie nem se atrapalhe" durante a oitiva. O Estado apontou a oitiva do general como a que mais pode trazer consequências ao governo federal, razão pela qual Pazuello tem sido "treinado para suportar a pressão". Segundo o Correio e a Folha, a estratégia da oposição é sustentar o interrogatório por longas horas, com o objetivo de cansá-lo e irritá-lo para extrair o máximo de informações possíveis. A Folha apontou que outro grupo de senadores pretende convocá-lo pela segunda vez mais adiante, conforme surgirem novos fatos durante as investigações "para flagrar eventuais mentiras, que configurariam crime". Além disso, pretendem apurar as razões da fala do general sobre o presidente da República Jair Bolsonaro de que "um manda e o outro obedece", ao se referir à desistência na aquisição do imunizante Coronavac em 2020 e apurar se a não aquisição de vacinas em tempo hábil foi ato discricionário do presidente ou do ministro. De outro lado, conforme o Correio, o general e o presidente seguem alinhados tanto na linha de defesa que Pazuello deve adotar, de acusar governadores e prefeitos, quanto por sua recente nomeação a um cargo na Secretaria Geral da Presidência, que o deslocou de uma estrutura do Exército em Manaus, no estado do Amazonas. O jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna ao jornal, apontou que o general é "caso perdido, coleciona decisões e atitudes equivocadas" e que o atual ministro da pasta, o médico Marcelo Quiroga, segue seus passos ao manter a militarização do Ministério e estar tão atrapalhado quanto Pazuello no plano de vacinação. Em coluna para a Folha, o geógrafo Demétrio Magnoli comentou o papel desempenhado pelo general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde e seu futuro testemunho na CPI da Covid no Senado. Magnoli disse que Pazuello cometeu "crimes potenciais contra a saúde pública" ao postergar a compra de vacinas e distribuir cloroquina em hospitais, um "falso tratamento milagroso", e que a CPI não pode admitir o alibi de "obediência devida", pois o general, enquanto ministro, era auxiliar político do presidente e não "subordinado numa hierarquia militar". O geógrafo afirmou que a CPI "tem o dever de analisar as responsabilidades pessoais do general que obedecia", uma vez que dispunha de autonomia e "poderia ter dito 'não'", mas "não tem o direito de usá-lo como bode expiatório, fingindo que ninguém emitia as ordens desastrosas". No dia 05/05/21, os três jornais noticiaram que Pazuello não compareceria à CPI por motivos de saúde. O general alegou estar com suspeita de covid, após ter se encontrado com outros dois militares infectados com a doença. Pazuello foi convidado para depor no dia 19 deste mês. Segundo a Folha, alguns senadores insinuaram que o adiamento se tratou de uma tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI. "Se o ministro Pazuello está de quarentena, não tem problema a gente esperar 14 dias para ele vir aqui. Não tem problema. Mas será presencial. Sabe por quê? Não haverá subterfúgios na minha presidência", afirmou o presidente Omar Aziz. Ademais, como reportado pela Folha de S. Paulo, o general da reserva e ex-ministro do governo Bolsonaro, Carlos Alberto dos Santos Cruz, também comentou a exposição de Pazuello na CPI da Covid, afirmando que a mesma afeta negativamente a imagem do Exército. Para o general da reserva, os militares que se tornaram ministros no governo são individualmente responsáveis por seus atos, e isenta a instituição das Forças Armadas de quaisquer responsabilidades quanto à atuação dos mesmos. Porém, a opinião pública não enxerga o governo e o Exército como entes separados, por isso as ações cometidas por militares no primeiro afetaria a imagem do segundo. (Correio Braziliense - Política - 04/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21; O Estado de S. Paulo 04/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 07/05/21)

### **Periódico analisou a imagem dos militares após o governo Bolsonaro**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a presença de militares em importantes cargos no governo de Jair Bolsonaro é um dos principais motivos do aumento da crise de identidade dos militares como atores políticos no Brasil. Neste sentido, Bolsonaro utilizou o prestígio das Forças Armadas (FFAA) em troca de benefícios, contudo isso causou efeitos negativos à imagem dos militares. A crise institucional, ocorrida em março de 2021, que resultou na demissão do ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e da renúncia coletiva dos três comandantes das FFAA, ainda que a escolha dos novos comandantes tenha diminuído a crise, o questionamento sobre o papel dos militares no governo Bolsonaro persistiu. De acordo com Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-secretário de Governo na gestão Bolsonaro, a crise institucional foi uma “confirmação da postura profissional, que é igual nos novos e antigos comandantes”. Além disso, Santos Cruz criticou a gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello e o desequilíbrio da representação social durante o governo Bolsonaro. De outro lado, Vinicius Mariano de Carvalho, diretor do Brazil Institute do King’s College de Londres, criticou a omissão do poder civil, que seria responsável por controlar as Forças Armadas. Por sua vez, o cientista político Octavio Amorim Neto, professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, afirmou que após os desgastes sofridos pelos militares durante o governo Bolsonaro, existe uma tendência que os militares diminuam sua participação direta na política, voltando a serem atores com menor exposição. Neste sentido, um oficial das Forças Armadas ouvido pela Folha, afirmou que o novo comandante do Exército indicou que deixará as redes sociais, em contraste ao episódio ocorrido em 2018, no qual, o então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas pressionou o Supremo Tribunal Federal a não conceder habeas corpus ao ex-presidente República Luiz Inácio Lula da Silva. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/05/21)

### **Militares da ativa praticam ativismo político em desobediência a legislação militar**

Na última segunda-feira (03/05/21) o jornal Correio Braziliense divulgou os resultados de uma pesquisa que buscava tuítes políticos na rede social de 115 militares da ativa ligados ao general Eduardo Villas Bôas. De acordo com o periódico, em um período de dois anos (2018-2020) foram encontradas cerca de 3,4 mil publicações com posicionamento político nas redes sociais de 22 oficiais-generais - 19 generais, 2 almirantes e 2 brigadeiros. O conteúdo presente nas postagens está em grande maioria relacionados à demonstração de apoio ao Governo Federal, no entanto, há algumas poucas publicações que demonstram aversão as atitudes do presidente da República Jair Bolsonaro e seus familiares. Esse tipo de comportamento e exposição é proibida dentro das Forças Armadas, pelo Estatuto Militar e regimentos disciplinares e portarias das Forças. De acordo com o Ministério da Defesa existem também cartilhas que orientam e explicam os comportamentos permitidos nesse ambiente de relacionamento. Desde que a pandemia começou, o número de tuítes de militares da ativa com teor político aumentaram ainda mais, assim como as punições. De acordo com o periódico, a Marinha puniu em 2020, 20 militares por comportamento indevido em redes sociais. Segundo o cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira, este tipo de publicação viola as normas militares e deve ser controlada, pois “a aplicação das normas republicanas confronta o partido fardado, ao passo que a impunidade reforça a autonomia militar”. Já para os antropólogos Celso Castro e Piero Leirner e as de cientistas políticos como José Murilo de Carvalho e Oliveiros S. Ferreira uma das questões centrais do debate é o conceito de “partido fardado” cunhado pelo cientista político francês Alain Rouquié. Para Oliveira, o “partido fardado” é uma ação antiga feita pelos militares para continuar influenciando o país nas tomadas de decisões através de um ativismo militar. De acordo com a pesquisadora Ana Penido, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes), o “partido fardado” é uma organização temporária que surge nos momentos de tensão interna nas Forças Armadas ou entre as instituições e o governo. Já o coronel da reserva Marcel Pimentel afirmou que a politização dos militares teve início na última década e que o “partido militar se coloca em um dos polos da política e cria o risco de divisões nas Forças, com a volta ao estado de indisciplina crônica, vivido nos quartéis antes de 1964”. (Correio Braziliense – Apoio – 03/05/21)



## A CPI da Pandemia e possíveis consequências para Eduardo Pazuello e o Exército

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* abordaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia e suas implicações em relação ao general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e ao Exército. Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Janio de Freitas declarou que se a CPI da Pandemia seguir o mesmo ritmo das duas primeiras sessões de interrogatórios e proposições, é provável que traga conclusões. Segundo Freitas, ainda que se saiba o desfecho, a CPI tem preocupado bolsonaristas por conta de sua associação ao avanço dos óbitos na pandemia. Além disso, Freitas afirmou que o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, estaria fugindo dos interrogatórios da CPI da Pandemia, por covardia. Neste sentido, o colunista destacou que Paulo Sérgio de Oliveira, novo comandante do Exército, tem demonstrado preocupação com o que o depoimento de Pazuello à CPI pode causar à imagem do Exército. Contudo, não haveria qualquer intervenção por parte do comandante do Exército, por entender que este é um assunto entre Pazuello e o presidente da República, Jair Bolsonaro, não cabendo ao Exército se envolver. Segundo a coluna, caso o comando faça alguma intervenção, também estará sujeito aos reflexos dos crimes contra a humanidade cometidos no Brasil durante a pandemia. Por outro lado, em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, Carlos Siqueira, presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), comentou sobre a preocupação de alguns militares com o destino de Pazuello. Em consulta realizada pelo Estado, um general da reserva afirmou que teme que Pazuello seja preso. Além disso, afirmou acreditar que o Exército não tentará defender Pazuello. Contudo, generais de alta patente avaliaram que o Exército já está fortemente envolvido nos questionamentos da CPI. Neste sentido, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, afirmou que: "Em nenhum outro momento desde a redemocratização, dano tão grande foi causado à imagem das Forças". O periódico *Correio Braziliense* noticiou que senadores que compõem a CPI foram informados que Pazuello deverá tentar postergar novamente sua oitiva, marcada para o dia 19/05/21, sob alegação de ter tido contato com servidor infectado pelo coronavírus, o que foi confirmado pelo Exército através de ofício enviado à Comissão informando que o general está em isolamento. Apesar disso, o *Correio* apontou que Pazuello se encontrou com Onyx Lorenzoni, Secretário-Geral da Presidência, no mesmo período. A estratégia do general, conforme os senadores, é tentar um habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para não depor como testemunha, sob justificativa de que responde a inquérito da Procuradoria Geral da República sobre eventuais omissões à frente do Ministério da Saúde. Ao *Correio*, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) argumentou que Pazuello tenta um "artifício jurídico" para adiar as investigações ou escapar da condição de testemunha, o que lhe impede de falar com a verdade sob risco de prisão. O *Correio* noticiou também que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, criticou a CPI, declarando que "A CPI hoje trouxe à luz algumas figuras da política que estavam meio esquecidas e que reaparecem vestindo uma camisola nova, de virgem". Além disso, reconheceu que o depoimento de Pazuello "será o mais difícil" e ele terá "que se preparar para isso, porque vão fazer um interrogatório bem duro em cima das ações que ele fez ou deixou de fazer. Ele terá que ter dados bem consistentes para apresentar. Ele precisa ter uma preparação boa para isso". A *Folha* noticiou que o contra-almirante da Marinha Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi escutado no dia 11/05/21, a fim de elucidar se foi pressionado por Bolsonaro a atrasar o registro de imunizantes e se foi contaminado por "posicionamento ideológico" em suas decisões. Para isto, a CPI deverá requisitar quebra de sigilo telefônico e telemático de Barra Torres. O almirante deverá explicar, segundo *Folha*, se foi pressionado em relação à vacina coronovac e por que a vacina russa Sputnik ainda não foi aprovada pela agência. (*Correio Braziliense* - Política - 11/05/21; *Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 09/05/21; *Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 09/05/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 11/05/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 09/05/21)

### **Nas eleições de 2022, possíveis candidatos militares bolsonaristas no Amazonas e em Rondônia podem entrar em disputas com o centrão**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, alguns possíveis candidatos ideologicamente ligados ao presidente da República, Jair Bolsonaro, podem entrar em conflitos com políticos do centrão nas eleições de 2022. De acordo com o jornal, o ex-ministro da Saúde e general do Exército, Eduardo Pazuello, e o coronel do Exército Alfredo Alexandre de Menezes Junior - conhecido pela alcunha coronel Menezes - são possíveis nomes bolsonaristas para concorrer ao cargo de governador do estado do Amazonas em 2022. Em contrapartida, o centrão parece apoiar a candidatura do deputado federal e civil Marcelo Ramos Rodrigues. Ao mesmo tempo, em Rondônia, o atual governador do estado, relativamente fiel a Bolsonaro e oficial do Exército, Marcos Rocha, tem diversos possíveis rivais para sua reeleição em 2022, incluindo figuras ligadas ao centrão. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/05/21)

### **Bolsonaro voltou a personalizar as Forças Armadas em discurso**

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, no dia 09/05/21, o presidente da República Jair Bolsonaro voltou a proferir declarações que personalizavam as Forças Armadas. Naquele dia, em Brasília, o mandatário aglomerou diversos apoiadores, sem o uso de máscaras, e partiu em uma caravana junto a motociclistas pelo centro da capital federal por cerca de uma hora, em homenagem ao Dia das Mães. A Folha ressaltou que tanto na partida quanto na chegada, o presidente esteve acompanhado de uma banda militar e que, enquanto discursava, estava ao lado do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. Tanto a Folha quanto o Correio ressaltaram que Bolsonaro disse que os militares não farão cumprir os decretos que impõem o isolamento social estabelecidos pelos governadores e prefeitos ao redor do Brasil. Ademais, segundo a Folha, Bolsonaro também ressaltou sua condição de "chefe supremo das Forças Armadas", voltou a usar a expressão "meu exército" para se referir às três Armas e chamou os motoqueiros de "nosso exército", enquanto era acompanhado pelo lema "eu autorizo" dos manifestantes, indicado pelo jornal como uma manifestação de apoio às ameaças de medidas autoritárias vindas do presidente. Com isso, a Folha ressaltou que a fala reforça uma politização nas Forças Armadas; lembrou a crise ocorrida no final de março, quando o presidente demitiu o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, desencadeando a maior crise militar desde a redemocratização; e falas passadas de Bolsonaro que ameaçavam o uso de militares para impedir as restrições à atividade econômica em prol do distanciamento social. (Correio Braziliense - Política - 10/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 10/05/21)

### **Depoimento do ex-ministro Pazuello na CPI da Pandemia**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu ao ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, um habeas corpus preventivo para que pudesse permanecer em silêncio durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia de Covid-19. O pedido foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e garantiu ao militar a prerrogativa de responder apenas "tudo o que souber ou tiver ciência sobre fatos relacionados a terceiros", reconhecendo a possibilidade de o general "incurrer em autoincriminação", tendo em vista que "já responde a uma investigação, no âmbito criminal, quanto aos fatos que, agora, também integram o objeto da CPI". O Estado de S. Paulo lembrou que o inquérito que investiga a atuação do então ministro no colapso da rede pública de saúde em Manaus, tramitava no STF, mas foi enviado à Justiça Federal do Distrito Federal "após Pazuello perder o cargo e a prerrogativa de foro". De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a AGU argumentou que Pazuello "possui justo receio de sofrer constrangimentos", se referindo ao ocorrido no depoimento do atual secretário-executivo do Ministério das Comunicações Fabio Wajngarten, em que senadores aventaram a possibilidade de prendê-lo em flagrante por mentir em seu testemunho. Quanto ao depoimento, de acordo com O Estado, Correio e Folha, o ex-ministro da Saúde se contradisse diversas vezes e tentou proteger o presidente da república, Jair Bolsonaro. O relator da CPI, senador Renan Calheiros, chegou a propor a contratação de uma agência de checagem de fatos,

alegando que o general “mentiu muito” em seu depoimento. Pazuello alegou ter sido informado sobre a falta de oxigênio no estado de Manaus apenas no dia 10/01/21, e que foram apenas três dias de desabastecimento. Diante dessa declaração, o senador Eduardo Braga rebateu o ex-ministro, afirmando que a falta de oxigênio no estado durou mais de 20 dias. Além disso, Pazuello afirmou que Bolsonaro negou a intervenção federal na crise de oxigênio após supostamente ter ouvido do governador Wilson Lima que a mesma não seria necessária. Porém, em nota ao Estadão, o governo do Amazonas negou ter recusado “qualquer tipo de ajuda”. O ex-ministro foi novamente contestado quando disse ter respondido às cartas da empresa Pfizer: na tentativa de isentar o presidente, negou ter recebido ordens para desfazer qualquer acordo com o Instituto Butantan para comprar a vacina CoronaVac, produzida em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. No entanto, em entrevista coletiva, Bolsonaro declarou publicamente ter ordenado o cancelamento do protocolo de intenções de compra da vacina. O Planalto avaliou o depoimento do general como “satisfatório”, enquanto a CPI considerou realizar uma acareação entre Pazuello e as demais testemunhas, para esclarecer as contradições. Dentre elas, o ex-ministro declarou que o projeto-piloto “TrateCov”, sistema que supostamente auxiliava os profissionais da saúde a diagnosticar a doença, não chegou a sair da pasta. No entanto, o aplicativo chegou a ficar disponível para os médicos de Manaus. A plataforma foi alvo de uma grande repercussão, visto a prescrição do chamado “kit-covid”. Além da declaração, o general reiterou que foi Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, quem levou a proposta do aplicativo, e liderou a criação da plataforma. O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues, afirmou que o relatório final pode indicar “pelo menos estes três crimes: homicídio culposo, homicídio doloso e crime contra a ordem sanitária”. (Correio Braziliense - Política - 15/05/21; Correio Braziliense - Política - 20/05/21; Correio Braziliense - Política - 21/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 16/05/2021; Folha de S. Paulo - Opinião - 18/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/05/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 15/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/05/21)

### **Ex-ministro das Relações Exteriores culpa general Pazuello por decisões durante pandemia**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em depoimento à CPI da Pandemia de Covid-19, “empurrou a culpa” das decisões em relação a vacinas, insumos, protocolos médicos e negociações com nações estrangeiras, assim como consórcios de vacinas para o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Segundo os periódicos, o ex-chanceler afirmou que foi de Pazuello a decisão de entrar tardiamente na Covax Facility, consórcio da Organização Mundial da Saúde (OMS) para distribuição de vacinas, e a decisão de não realizar um pedido maior, que poderia imunizar até 50% da população. Quanto ao medicamento cloroquina, o ex-ministro afirmou que o Itamaraty agiu apenas para buscar no exterior insumos destinados à produção do remédio, mas que foi o Ministério da Saúde que pediu para viabilizar a importação: “A linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde”, destacou Araújo. Segundo o relator da CPI, senador Renan Calheiros, Araújo “(...) enfatizou que todas as iniciativas da política externa aconteceram em função de decisões e influência do Ministério da Saúde”. Ao dizer isso, ele transfere o ônus da responsabilidade ao ex-ministro Pazuello, diretamente, sem subterfúgios”. (Correio Braziliense – Política - 19/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/05/21)

### **Jornalista comparou general Braga Netto a personagem de Os Sertões**

Em coluna para o periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista Marcelo Godoy comparou o general Walter Braga Netto, atual ministro da Defesa, ao personagem do coronel Tamarindo, da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Assim como Tamarindo, o militar “não suportava as responsabilidades, que o oprimiam”. Para Godoy, Braga Netto entrou no governo Bolsonaro tendo duas grandes missões que já premeditavam o seu fracasso: “assumir o comitê de combate à covid-19 e assinar a demissão do delegado Maurício Valeixo, da direção da PF [Polícia Federal]”. Em relação à pandemia, Braga Netto sempre se mostrou desacreditado nas medidas

sanitárias que eram previstas por autoridades internacionais. Em uma das passagens do texto, Godoy lembrou quando o general mostrou para a comitiva de imprensa um gráfico que tinha o intuito de minimizar os impactos da doença no Brasil. O nome do general está envolvido na mudança da bula da cloroquina como meio de incentivar o uso do medicamento como profilaxia da doença. Essas e outras atitudes pontuadas por Godoy na coluna justificariam o convite ao ministro para depor na CPI da Pandemia. Por fim, o colunista mencionou o depoimento do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Em uma analogia, afirmou que se Pazuello fosse pedir um conselho a seu chefe, ouviria “uma versão renovada da boutade do coronel Tamarindo: ‘É tempo de CPI; cada um cuide de si’”. (O Estado de S. Paulo - Política - 17/05/21)

### **“Teto duplex” poderá dobrar vencimentos de militares no governo**

Em coluna ao jornal O Estado de S. Paulo, o economista Pedro Fernando Nery discorreu sobre a intenção da presidência da República de utilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para aumentar os salários de generais da reserva que exercem cargos no governo. O entendimento do STF e do TCU é de que o teto salarial de servidores, hoje estabelecido em R\$39,2 mil, quando aplicado aos aposentados que continuam exercendo serviço público remunerado, deve referenciar os dois vencimentos separadamente e não acumulados. Ou seja, o limite salarial se aplica a cada um dos vencimentos – salário e aposentadoria –, podendo haver o acúmulo de ambos, razão pela qual é chamado de “teto duplex”. Nestes casos, o limite passa a se aproximar de R\$80 mil, o que representa, no caso dos militares, cerca de 70 vezes o salário de um recruta. Nery apontou a contradição que há no caso de generais que venham a ser beneficiados com este entendimento. Isto porque, historicamente, militares se utilizam do argumento de jamais se aposentarem para não serem incluídos em regras previdenciárias, como idade, anos e valor de contribuição. O colunista destacou que a categoria não contribui com a previdência sob a premissa de que, ao invés de se aposentar, passam à categoria da reserva recebendo o salário integral mais alto, podendo ser convocados a qualquer momento. Se utilizado o “teto duplex”, aumentarão os salários do presidente, do vice-presidente e dos generais que compõem o atual governo. Segundo Nery, especialistas apontam que o vice-presidente, general Hamilton Mourão, passaria a receber R\$63 mil de salário; os ministros Walter Braga Netto, da Defesa, R\$62 mil; Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), R\$63 mil; e Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, R\$66 mil. Ademais, o economista destacou que a decisão do STF não contemplaria militares porque está embasada em anos de contribuição previdenciária, o que exclui a categoria, já que alegam que passar para a reserva não significa aposentadoria. Para Nery: “Portaria do teto duplex distorce decisão do STF em benefício de generais”. (O Estado de S. Paulo - Economia - 18/05/21)

### **Pesquisa apontou que 54% da população rejeitam a presença de militares no governo federal**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, uma pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, realizada entre os dias 11 e 12/05/21, apontou que 54% dos entrevistados rejeitam a presença de militares em cargos no governo federal, enquanto 41% afirmaram ser favoráveis. Uma pesquisa similar realizada no ano de 2020 também confirmava que a maioria dos entrevistados rejeitava a presença de militares no governo federal. Além do presidente da República, Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, existem outros sete ministros militares. Dentre eles, a Casa Civil, que atualmente é chefiada por Luiz Eduardo Ramos, general da reserva. De acordo com a Folha, a presença de militares na cúpula das 19 estatais vinculadas à União é dez vezes maior do que em 2018, na gestão do ex-presidente da República Michel Temer. O jornal pontuou que os militares foram beneficiados com um plano de reestruturação da carreira militar e a manutenção dos gastos em projetos da Marinha e da Aeronáutica. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/05/21)

### **Coronel aviador foi exonerado de cargo no Inep**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro exonerou o coronel aviador Alexandre Gomes da Silva do cargo de diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Silva não possuía experiência prévia na área da educação, e ficou menos de três meses na função. O

coronel teria sido exonerado porque não se adaptou ao trabalho e não contava com a confiança de Danilo Dupas Ribeiro, atual presidente do Inep. A exoneração de Silva reforça as incertezas e o cenário de indefinição sobre a realização do Enem 2021. Conforme declarações do Inep, não há definição do cronograma da prova devido a questões orçamentárias e logísticas, por efeito da pandemia da covid-19. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/05/21)

### **Governo federal exonerou coronel do Ministério da Saúde**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o coronel do Exército George da Silva Divério foi exonerado pelo governo federal do cargo de Superintendente Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Em novembro de 2020, Divério assinou contratos de R\$ 29 milhões com duas empresas, sem licitação, para realizar reformas em prédios da pasta no estado. A licitação foi dispensada devido a declaração de urgência das obras, no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) não constatou razão para a dispensa da licitação. Divério foi nomeado em junho de 2020 pelo então Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Uma vez que se trata de cargo de Direção e Assessoramento Superior 5 (DAS 5), a exoneração do coronel foi assinada pela Casa Civil da Presidência. (Correio Braziliense - Brasil - 27/05/21)

JUNHO

### **Participação de Pazuello em ato político I: jornais avaliaram qual seria a punição aplicada ao general**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abordaram a intenção do general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de apresentar defesa oral ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, em razão de sua participação no ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 23/05/21. De acordo com o Correio, Pazuello se encontraria com o comandante do Exército em 10/06/21 para se defender oralmente. Conforme havia sido indicado, Pazuello preferiria se defender desta forma, mesmo já tendo feito por escrito através de formulário de apuração 72 horas após a notificação. Em conformidade com o regimento interno do Exército, após este prazo, inicia-se um novo de oito dias úteis para audiência oral. Em reportagem, a Folha de S. Paulo apurou junto a militares próximos do general Paulo Sérgio que o fato dele ter entregue o formulário a Pazuello "denota a gravidade do episódio", e que o comandante já havia manifestado "incômodo, inconformismo e insatisfação" com a situação. Ainda segundo a Folha, apesar de Bolsonaro, seus filhos e seus auxiliares terem caracterizado reiteradamente o ato como "retrato de força política" e "demonstração gigantesca de apoio popular", a defesa formulada por Pazuello no relatório argumentou que a atividade "não teve nenhum viés político". O Correio destacou que a oitiva presencial está de acordo com o regulamento de apuração, sendo prerrogativa do comandante da força convocar o investigado após a apresentação da defesa por escrito e, portanto, Paulo Sérgio pode requisitar demais esclarecimentos a Pazuello. O jornal destacou que, conforme oficiais da força, o general Paulo Sérgio poderia optar por não tornar pública sua deliberação sobre o caso, a fim de não expor Pazuello. Além disso, tem sido aconselhado a não optar pela prisão disciplinar, a punição mais severa, para que não deflagre nova crise com o governo. O Correio apontou que a defesa por escrito chegou ao Comando do Exército em envelope lacrado, enquanto o comandante acompanhava Bolsonaro em visita à Amazônia, ao lado dos generais da reserva e ministros da Defesa, Walter Braga Netto, e da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na qual "fez afago aos militares" dizendo que os "respeita". Posteriormente, em transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro defendeu Pazuello e disse que "não deseja ver o 'nosso gordinho' punido". Segundo O Estado de S. Paulo, oficiais do Exército avaliaram que a convocação presencial de Pazuello poderia acontecer após sua defesa por escrito "não ter convencido". Além disso, conforme regimento, o comandante teria até o dia 07/06/21 para se manifestar e Pazuello teria mais dez dias úteis para recorrer. Conforme oficial ouvido pelo Estado, o simples fato de ser investigado já é grave e qualquer punição, leve ou severa, será "desabonadora". O Estado lembrou ainda o posicionamento de generais da reserva de que "uma intervenção política do Palácio do Planalto, com mudança de uma eventual punição a Pazuello, poderá desautorizar o comandante e provocar sua renúncia". (Correio Braziliense - Poder - 29/05/21; Correio Braziliense - Poder - 01/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/06/21)



### **Participação de Pazuella em ato político II: Bolsonaro pediu ao comandante do Exército para não punir o general**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria pedido ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que não puna o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuella, por ter participado de ato favorável ao presidente no dia 23/05/21. Segundo a Folha, o pedido de Bolsonaro pode agravar a crise latente entre a Presidência e o Exército. Além disso, a participação de Pazuella teria desagradado o Alto Comando do Exército, composto por 15 generais quatro estrelas e comandado por Paulo Sérgio, e a cúpula defendeu a punição de Pazuella, pois o regimento militar veda manifestações políticas à militares. Para a Folha, a movimentação de Pazuella para a reserva, manobra que já foi cogitada algumas vezes, neste episódio é vista como insuficiente pelos generais. De outro lado, segundo generais ouvidos pela Folha, Pazuella argumentou em sua linha de defesa destinada ao Exército que não poderia ser punido porque estava apoiando o cidadão Bolsonaro, não o presidente da República em um ato político. Além disso, afirmou que o fato de Bolsonaro não ser filiado a nenhum partido retirou o caráter político do evento. De acordo com a Folha, pessoas próximas ao comandante do Exército apontaram a dificuldade da decisão sobre punir ou não Pazuella, uma vez que a remissão poderia politizar as Forças Armadas. No sentido contrário, caso puna o general Pazuella, dificilmente o comandante do Exército conseguirá seguir no cargo, resultando em uma segunda crise militar em um curto intervalo de tempo. Por sua vez, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou ser favorável à punição de Pazuella por indisciplina. Em editorial, a Folha avaliou ser "um expediente falacioso" e "um escárnio" a afirmação de que o ato protagonizado por Pazuella e Bolsonaro não teve caráter político. O texto destacou que "o chefe de Estado está em campanha aberta pela reeleição" devido a pressões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), além da perda de popularidade, e que a presença do general da ativa nesse ato "não pode ter sua gravidade subestimada", pois seria "lastimável" e criaria "um precedente perigoso". Em coluna para a Folha, o jornalista Hélio Schwartsman afirmou que "vingança" após quase ter sido expulso do Exército em 1986 é a melhor explicação para a situação que Bolsonaro colocou a instituição após todas as crises no seu governo. Schwartsman destacou que os intensos esforços de relações públicas do Exército para afirmar seu comprometimento com a democracia não são compatíveis com o "apoio ostensivo que militares da ativa dão a um político autoritário", e que a decisão do comandante do Exército sobre punir Pazuella severamente ou temporizar e punir apenas simbolicamente, talvez pudesse ter sido evitada "se, lá atrás, os oficiais não tivessem temporizado ao punir Bolsonaro". (Folha de S. Paulo - Opinião - 29/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21)

### **Participação de Pazuella em ato político III: postura do ministro da Defesa é questionada e ministros do STF temem fraqueza**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que anteriormente possuía uma postura discreta, mudou seu comportamento quando saiu da Casa Civil do governo do presidente Jair Bolsonaro, para assumir o Ministério da Defesa, aproximando mais a pasta da política. Segundo a Folha, o comportamento adotado por Braga Netto tem gerado divergências entre militares de gerações diferentes. Por um lado, os mais novos estariam enxergando a proximidade do ministro da Defesa com a política com desconforto. Já os mais velhos não estariam entendendo o posicionamento de Braga Netto como um motivo de preocupação. Além disso, a Folha destacou que Braga Netto tem feito discursos a civis, declarando que as Forças Armadas estão prontas para defender a Constituição. Tais declarações se aproximam do discurso adotado por Bolsonaro sobre a possibilidade de uma ruptura institucional. Por outro lado, em coluna para O Estado de S. Paulo, a jornalista Vera Rosa identificou a preocupação entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de que Braga Netto tenha se tornado "um novo Pazuella", assumindo um perfil político para fazer tudo o que o presidente quer. O temor é que, diante do arquivamento do processo contra Pazuella por sua presença no ato político com o presidente, em 23/05/21, e uma possível politização da tropa, Braga Netto não tenha pulso para segurar tais manifestações. De acordo O Estado, em

14/05/21, um sargento participou de transmissão ao vivo do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO) e a divulgação deste fato ampliou a tensão sobre o caso do general Pazuello. O major Vitor Hugo, antigo integrante das Forças Especiais do Exército e ex-líder bolsonarista no Congresso Nacional, deu espaço para as reclamações públicas do sargento, que convocou seus colegas para participarem do movimento reivindicatório. O Exército informou ao Estado que foi aberta uma sindicância para apuração dos fatos, sendo que militares escutados pelo jornal declararam que a participação do sargento Luan Rocha foi um desrespeito a toda cadeia de comando. Rocha é 3.º sargento de Material Bélico da ativa e trabalha na Companhia de Comando da 15.ª Brigada de Infantaria Mecanizada. O Regulamento Disciplinar veda o militar da ativa de participar de atos político-partidários. O ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, expôs sua preocupação com o caso de Pazuello, “como punir um sargento, se o general não for punido? Se aceitar isso, acaba a disciplina nas Forças Armadas”, externou o militar. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21; O Estado de S. Paulo – Política – 03/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

#### **Participação de Pazuello em ato político IV: comandante do Exército livrou o general de punição**

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, decidiu não punir o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, em razão de sua participação em ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, em 23/05/21. Segundo a nota que anunciou o desfecho do caso, “não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar” naquilo que foi referido como um “evento” e não como um ato político-partidário. Para tomar esta decisão, o general Paulo Sérgio acatou os argumentos apresentados na defesa de Pazuello, realizada por escrito e oralmente. Conforme defendido pelo ex-ministro, a manifestação não teve caráter político-partidário, uma vez que o presidente da República não está filiado a nenhum partido político no momento e por não estarmos em período de eleição. Porém, os jornais apontaram que o Regulamento Disciplinar do Exército e o Estatuto dos Militares são categóricos em afirmar que a participação em manifestações desse tipo é terminantemente proibida, independente do momento. Por isso, os jornais avaliaram que o comandante do Exército não aceitou os argumentos de Pazuello de bom grado, tendo-o feito por pressão do presidente Bolsonaro, comandante em chefe das Forças Armadas, que ameaçava anular uma eventual punição e deflagrar uma nova crise com as forças, forçando a renúncia de Paulo Sérgio. Contudo, os periódicos apontaram que a decisão do comandante do Exército não foi uma deliberação unânime do Alto Comando do Exército e de outros militares, os quais não tinham poder de decisão nesse caso, mas poderiam emitir opiniões ao comandante da força. A maior parte dos generais de quatro estrelas que compõem o Alto Comando defendia algum tipo de punição, que varia desde a advertência oral até a prisão por 30 dias. O encarceramento era defendido por poucos, por conta da pressão do presidente; porém acreditavam que alguma forma de sanção intermediária deveria ser aplicada, ou ao menos a advertência oral. Segundo os jornais, a necessidade de punição se impunha justamente pelo precedente perigosíssimo que seria aberto no caso contrário: a anarquia e a insubordinação poderiam se generalizar nas baixas patentes do Exército, fortemente bolsonarista, que poderiam utilizar a impunidade para apoiarem publicamente candidatos políticos, em especial os que pleiteiam a presidência em 2022. E é justamente isso que não só os militares, como membros da sociedade em geral, temem que vá acontecer como consequência da decisão do comandante do Exército. O desdobramento desta deliberação para as baixas patentes poderá ser visto no próximo caso a ser julgado, o de um sargento da ativa que reclamou sobre a remuneração em uma transmissão ao vivo do deputado federal major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo no Congresso Nacional. Apesar do descontentamento, membros das Forças Armadas evitam comentar o assunto ou questionar a decisão, por respeito à hierarquia e à inquestionabilidade da ordem de um superior. (*Correio Braziliense* - Política - 04/06/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 04/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 04/06/21)

## Participação de Pazuello em ato político V: repercussões sobre a decisão do comandante do Exército de não punir o general

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo relataram a repercussão da decisão do comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, de arquivar, sob pressão do presidente Jair Bolsonaro, o processo contra o general Eduardo Pazuello por sua presença em ato político com o presidente, em 23/05/21. Deputados ouvidos pela Folha de S. Paulo - Rodrigo Maia (DEM-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Kim Kataguirí (DEM-SP), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Ivan Valente (PSOL-SP), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Alexandre Padilha (PT-SP) - concordaram que a decisão é uma mancha à imagem do Exército e uma sinalização ruim à sociedade. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), proponente de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que veda aos militares da ativa a ocupação de cargo de natureza civil na administração pública, disse ao periódico que vai intensificar os esforços junto a parlamentares para conseguir apoio para a PEC, acrescentando que "é muito ruim que o Exército esteja passando para a sociedade uma opinião de que não há separação entre Forças Armadas e governo. É ruim essa sinalização". O presidente do PSD, Gilberto Kassab, afirmou ao jornal que a "situação chegou a um nível temerário" e que "nenhum país pode prescindir de regras nas Forças Armadas". Ciro Gomes, candidato à presidência em 2018 pelo PDT, chamou a atenção que "ao render-se às pressões de um presidente inconformado com a ordem constitucional, o Alto Comando preferiu se preservar a preservar o Exército". Na mesma linha, os ex-ministros da Defesa ouvidos pelo Estado, Aldo Rebelo e Raul Jungmann, afirmaram que a ausência de uma punição ao general pode ter efeitos na disciplina e na honra das Forças Armadas. O jornal afirmou também que ministros do STF lamentaram a decisão, alegando que uma reputação é difícil de ser construída e poucos erros podem derrubá-la. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, chamou a atenção, conforme relato do Correio e do Estado, para o fato de que "a partidarização das Forças Armadas ameaça a democracia e abre espaço para a anarquia nos quartéis", exigindo respostas firmes das instituições. Os colunistas da Folha, Bruno Boghossian, Igor Gielow e Reinaldo Azevedo, concordaram que o Exército demonstra fraqueza e subserviência ao presidente Bolsonaro. No entanto, os colunistas do Estado, Marcelo Godoy e Vera Rosa, notaram que a indisciplina da tropa, alimentada pela não punição ao general e pela politização dos quartéis, pode ser mais do que o atual ministro da Defesa, general Braga Netto, consegue controlar. No Senado, parlamentares ouvidos pelo Correio e pelo Estado evitaram avaliar a decisão do comandante do Exército. Segundo a leitura de um grupo de oposição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, é necessário evitar "esticar a corda" e, com isso, "fazer o jogo" do presidente da República. Para o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), a "decisão do Exército é interna e administrativa". Já o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou torcer para que a decisão do Exército seja apenas um "recurso" momentâneo na guerra em defesa da democracia e contra os "golpistas e inimigos da Constituição". Generais da ativa ouvidos pelo Estado afirmaram que o Alto Comando do Exército tem ciência de que a decisão não foi bem recebida e que gerou desgaste à instituição, mas consideraram que a decisão não desestabiliza o Exército e que, por outro lado, uma punição a Pazuello seria como uma reprimenda ao presidente Bolsonaro. Entretanto, o general Paulo Chagas, combatente de cavalaria e já reformado, afirmou ao jornal que o desfecho do caso Pazuello ameaça a disciplina e que o comandante Paulo Sérgio colocou sua autoridade em risco. O Estado relatou que a decisão já era esperada por pessoas próximas ao general Pazuello, como uma decisão "técnica". E o presidente Jair Bolsonaro negou que haja qualquer interferência nas decisões sobre punições nas Forças Armadas. Em transmissão ao vivo relatada pelos jornais, num diálogo com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, o presidente Bolsonaro afirmou que a decisão "é do chefe imediato dele ou do comandante da unidade. E a disciplina só existe porque nosso código disciplinar é bastante rígido". (Correio Braziliense - Política - 04/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

### **Pazuello foi nomeado para cargo no Palácio do Planalto**

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, foi nomeado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para ocupar a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência. A nomeação, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. Segundo os jornais, Pazuello é general de três estrelas do serviço de Intendência, especializado em logística de suprimentos, e agora será responsável por analisar cenários, promover intercâmbio de ideias com o setor privado e dar subsídios a Bolsonaro sobre assuntos estratégicos para o país. Segundo *O Estado*, o ato foi interpretado por oficiais como manobra para blindar Pazuello e reduzir a chance de punição disciplinar. A nomeação ocorreu poucos dias da decisão do comando do Exército sobre o procedimento de apuração disciplinar contra ele por ter participado de um ato político junto ao presidente. O Estado afirmou que a nomeação de Pazuello para o novo cargo deve contribuir para influenciar o comandante a não aplicar punição, mas pode pressioná-lo novamente a passar para a reserva. Entretanto, para o professor Thiago Sorrentino, do Ibmec Brasília, o novo cargo no Palácio do Planalto não concede a Pazuello foro privilegiado, pois não tem status de ministro de Estado, o que não deve gerar mudanças na apuração disciplinar em andamento. “A rigor, o retorno do general ao governo não altera substancialmente a apuração disciplinar no Exército, nos termos da Lei 6.880/80 e ao Regulamento Disciplinar do General ocupará função que não lhe permitirá ter foro privilegiado Exército”, explicou o professor para o *Correio*. (*Correio Braziliense – Política – 02/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/06/21*)

### **CPI da Covid continua refletindo em militares**

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o senador Alessandro Vieira apresentou requerimentos para a quebra de sigilos telefônico, bancário, fiscal e telemático de diversas figuras em prol das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Dentre as figuras listadas está o ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello. Sobre os requerimentos de presença, deverá ser votada a convocação do anestesista e tenente da Marinha Luciano Dias Azevedo, um dos principais defensores do uso da cloroquina contra Covid-19. Ele já foi citado no depoimento do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta como presente em reunião que tentou modificar a bula do medicamento. (*Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21*)

### **Absolvição de general Pazuello I: contextualização**

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* detalhou o recente impasse gerado entre o Exército e a presidência da República a respeito da punição do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e general da ativa, que participou de ato político no Rio de Janeiro no dia 23/05/21 ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Apesar de constituir crime um militar da ativa participar de eventos político-partidários, o Exército livrou Pazuello de quaisquer punições em anúncio no dia 03/06/21. Pazuello é general de três estrelas e responsável por logística militar; em 2020, abandonou seu posto como comandante da 12ª Região Militar para assumir o cargo de ministro da Saúde, o qual ocupou até março de 2021. Desde o dia 01/06/21, o militar mantém um cargo como secretário de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à presidência da República. Em defesa, Pazuello alegou estar ao lado do cidadão Bolsonaro, e não do presidente da República, e ainda afirmou que a não filiação de Bolsonaro a partidos políticos é suficiente para desconsiderar o evento como um ato político. Alguns dias após o episódio, Bolsonaro se encontrou com o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, da mais alta patente. Em março de 2021, quando os três comandantes das Forças Armadas foram exonerados devido a discordâncias com Bolsonaro, Oliveira conseguiu ascender como comandante do Exército, obtendo então competência para julgar crimes como o cometido por Pazuello. No encontro, o presidente disse que não queria que Pazuello fosse punido. No dia 03/06/21, o novo comandante do Exército cedeu, culminando no arquivamento do processo sob a justificativa de que não houve “prática de transgressão disciplinar por parte do general Pazuello”. Sobre o ato de Pazuello, o vice-presidente da República, Antônio Hamilton Mourão,

indicou a punição do colega militar, sugerindo que o ex-ministro solicitasse transferência para a reserva. Mourão afirmou que a punição evitaria "que a anarquia se instaure dentro das Forças Armadas". Após a decisão de Oliveira de livrar Pazuello, Mourão decidiu não comentar o assunto com a Folha. O Alto-Comando do Exército é composto por 15 oficiais de quatro estrelas no topo da carreira militar. Apesar de não ter voz na punição de Pazuello, o corpo foi consultado por Oliveira no dia 02/06/21 – apesar do comandante já estar com a decisão tomada desde o dia 30/06/21. Inicialmente, a maioria dos oficiais defenderam que Pazuello fosse punido pela "evidente transgressão disciplinar", com sugestões desde punições mais leves até as mais severas. Contudo, de acordo com O Estado de S. Paulo, pesou o argumento de impedir o escalonamento da crise, e que Pazuello teria sido chamado pelo presidente da República a subir no palanque, sendo o ato então de responsabilidade do comandante supremo das Forças Armadas. Por fim, a reportagem apontou que a decisão de Oliveira foi firmada apesar da falta de unanimidade, mas ainda assim foi respaldada pelo Alto Comando do Exército, de modo a preservar a disciplina: "não foi nem será contestada pela cúpula verde-oliva". O Estado também destacou que a decisão destoava do histórico de punições da Força, em processos administrativos para apurar "transgressões de natureza político-partidária". Dentre os casos, o periódico destacou o processo do próprio presidente da República, preso na década de 1980 após publicar um artigo em protesto ao salário das tropas, e o caso mais recente, do terceiro sargento da Marinha Michel Uchiha, colocado em prisão disciplinar na Escola Naval do Rio de Janeiro por criticar Bolsonaro nas redes sociais. Além destes personagens, o general Walter Braga Netto, atual ministro da Defesa, apoiou o ex-ministro da Saúde, algo tido pelo jornal como central no desenrolar da situação. De mesmo modo, o general Luiz Eduardo Ramos, atual chefe da Casa Civil, se manteve na defesa de Pazuello respaldado por um grupo de militares ligados à presidência. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/06/21)

### **Absolvição de general Pazuello II: repercussão entre militares e políticos**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo Carlos Alberto dos Santos Cruz criticou a absolvição do general Eduardo Pazuello, classificando-a como um "péssimo exemplo para o Brasil", um "ataque frontal à disciplina e à hierarquia" das forças armadas e uma "desmoralização para todos nós". Santos Cruz afirmou que a decisão se trata de mais um movimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, para enfraquecer as instituições, e que a "união de todos os militares com seus comandantes continua sendo a grande arma para não deixar a política partidária, a politicagem e o populismo entrarem nos quartéis". Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a ingerência de Bolsonaro nas forças armadas tem sido cada vez maior. A não punição de Pazuello, determinada pelo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, confirmou a resistência do presidente quanto a qualquer punição para Pazuello. Com a resposta negativa ao reconhecimento da transgressão, militares realizaram "um contorcionismo retórico" ou evitaram comentar a decisão do comandante. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, por exemplo, disse que não comentaria a decisão "por uma questão de disciplina intelectual", alegando também ser, enquanto general, subordinado ao Comandante do Exército. Generais ouvidos pelo periódico vão iniciar estratégias de contenção de danos, como orientações contrárias à participação em atos políticos, temendo a multiplicação de movimentações políticas e quebra de hierarquia dentro das forças após a decisão. Já no meio político, presidenciais e ex-ministros comentaram a decisão. Ciro Gomes afirmou que o regulamento disciplinar é claro ao dizer que "militar não faz política", e que o Alto Comando do Exército se rendeu às pressões de "um presidente inconformado" para se preservar. João Amoedo, Gleisi Hoffmann, Marina Silva, e Marco Aurélio Mello afirmaram que a decisão abre precedente perigoso, enfraquecendo a hierarquia e disciplina da instituição. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann afirmou que Bolsonaro "persegue o modelo de [Hugo] Chávez", reduzindo o comando dos militares e transferindo-o para ele, e que a decisão abre margem para rupturas e divisões internas nas forças armadas. Jungmann, assim como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, destacou a possibilidade de o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para regulamentar a participação de militares da ativa no governo. A deputada federal Joice Hasselmann também comentou as semelhanças com o



chavismo, apontando uma "politização escancarada do Exército". O ex-ministro da Defesa Celso Amorim lamentou o desrespeito ao regulamento do Exército, e fez coro com a análise de Jungmann de que a decisão enfraquece a integridade das forças e domestica o Exército em uma instituição de governo, da figura do presidente da República. O também ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo, em entrevista ao Correio, consonou com seus pares, dizendo que a absolvição pode estimular a anarquia nas forças, já que abre margem à interpretação de que a politização e a indisciplina estão liberadas. Ao mesmo tempo, lembrou que Bolsonaro "sempre praticou a indisciplina" enquanto militar, tendo sido expulso do Exército; e que agora, como presidente, "acha que tem carta branca para fazer o que quiser", ignorando preceitos constitucionais que prezam pela hierarquia e disciplina (Correio Braziliense - Poder - 05/06/21; Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 05/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/06/21)

### **Tenente-coronel defensor da cloroquina foi exonerado do Ministério da Saúde**

De acordo com o jornal Correio Braziliense, o ministro da Saúde, Marcelo Quiroga, exonerou o tenente-coronel do Exército Ângelo Martins Denicoli, nomeado diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2020 pelo então ministro, general Eduardo Pazuello. Denicoli é um dos defensores do uso da cloroquina no tratamento contra a covid-19. O Correio lembrou que o tenente-coronel criticou a Organização Mundial da Saúde (OMS), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e governadores em suas redes sociais. (Correio Braziliense - Brasil - 08/06/21)

### **Em depoimento à CPI da Covid, coronel Élcio Franco buscou justificar a lentidão por vacina**

Conforme o periódico Folha de S. Paulo, em seu depoimento à CPI da Covid-19, o coronel Élcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, admitiu que o tratamento precoce foi utilizado pelo governo federal como estratégia principal para enfrentar a pandemia. Atualmente assessor da Casa Civil, Franco replicou as versões dadas pelo general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, para justificar a lentidão no processo de compra das vacinas. Franco responsabilizou a legislação brasileira e o atraso na produção dos imunizantes. O ex-secretário-executivo assegurou que a gestão Pazuello defendeu o "tratamento precoce", contudo, evitou responder se o ministério da Saúde respaldava o uso da hidroxicloroquina. O coronel do Exército alegou que em sua gestão não houve aquisição do medicamento, mas segundo informações obtidas pelo jornal 2 milhões dos 3 milhões de comprimidos de cloroquina produzidos pela Fiocruz para o combate à malária foram designados para o programa da Covid-19. Em resposta ao questionamento do relator Renan Calheiros quanto ao atraso na aquisição de doses da vacina Coronavac, Franco culpou a legislação brasileira e apontou incertezas quanto à eficácia do imunizante. O coronel refutou que houve "incompetência e ineficiência" do ministério da Saúde durante o processo de compra da vacina da Pfizer, argumentando que algumas correspondências citadas pelo senador Randolfe Rodrigues na CPI eram e-mails repetidos e respostas de demandas da pasta. O ex-secretário-executivo afirmou desconhecer a existência de um gabinete paralelo fora da estrutura do ministério da Saúde e sinalizou que alguns municípios podem ter apontado de forma indevida casos de infecções da Covid-19 com o intuito de receber repasses federais (Folha de S. Paulo - Poder - 10/06/2021)

### **Pazuello e Exército foram avisados sobre colapso em escritórios do governador do Amazonas**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e o comando do Exército na Amazônia ignoraram pedidos em escritórios do governador do Amazonas, Wilson Lima, cinco dias antes do colapso de oxigênio no estado. O inquérito sigiloso da Polícia Federal, que investiga supostos crimes do Pazuello, reuniu evidências de que o ex-ministro e o Exército foram avisados sobre a "iminência de esgotamento" de oxigênio em Manaus em janeiro, previamente ao colapso do sistema de saúde. Segundo a Folha, um ofício assinado pelo governador foi enviado a Pazuello em 09/01/21, apontando um "súbito aumento no consumo" do insumo. O documento alerta para a "iminência de esgotamento" e para a "necessidade de resguardar a vida dos pacientes" no estado. No mesmo dia, Lima enviou ofício similar ao comandante militar da Amazônia. (Folha de S. Paulo - Saúde - 09/06/21)

### **Alto Comando do Exército apoia “PEC do Pazuello”**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe vetar a presença de militares da ativa em cargos da administração pública tem apoio majoritário no Alto Comando do Exército. A ideia de barrar a presença de oficiais da ativa nos governos ganhou forma, ainda que ninguém tenha se manifestado publicamente. O foco parece estar na Força, visto que há pouco questionamento sobre o fato do almirante da ativa Flávio Rocha ocupar assento no Palácio do Planalto. A PEC, de autoria da deputada Perpétua Almeida, ainda está na fase de coleta de assinaturas, mas possui apoio de diversas lideranças, e passou a ser bem-vista pelo presidente da Casa, Arthur Lira. De acordo com o texto, os militares com até dez anos de caserna terão de se afastar para então assumir um cargo público, ao passo que quem tem mais de dez anos deve ir direto para a reserva. Em editorial, a Folha comentou sobre a proposta, apontando que além do potencial perigo representado pelos militares para a política, as forças armadas "servem ao país, não a governos", de forma que é necessária uma legislação específica que barre a entrada de militares em cargos políticos e em empresas estatais. Ainda, o periódico afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, ao convidar militares para integrar seu governo, "vem trabalhando para esmaecer" a separação entre as funções institucionais das forças armadas e da gestão estatal. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/06/2021)

### **Parlamentares pressionam pela saída do general Ramos da Casa Civil**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, parlamentares alinhados ao presidente da República, Jair Bolsonaro, pedem a saída do general Luiz Eduardo Ramos da chefia da Casa Civil, alegando que o ministro teria dificuldades para atender os pedidos dos congressistas. A substituição da Casa Civil seria o início de uma reduzida reforma ministerial, que também englobaria a troca dos ministros do Meio Ambiente e do Turismo. Entretanto, a Folha apontou a especulação de que a Casa Civil não entrará na reforma por causa da proximidade entre Ramos e Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 12/06/21)

### **Comandante da Aeronáutica declara apoio a deputada**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) declarou em suas redes sociais ter ouvido o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), o tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, afirmar ser seu eleitor e que seu trabalho como parlamentar estaria "honrando" o seu voto. A deputada afirmou ainda ser uma honra "ter o seu reconhecimento como meu eleitor". O comandante não se pronunciou oficialmente, mas "curtiu" comentários de apoiadores na publicação. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/06/21)

### **Supremo Tribunal Federal mantém quebra de sigilo de Pazuello por considerá-lo personagem essencial na CPI da covid-19**

Segundo o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski negou no dia 12/06/2021 pedidos de suspensão da quebra de sigilo telefônico e telemático de alguns investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, que busca entender os responsáveis pelo agravamento da covid-19 no país. Entre os pedidos, está o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Ainda de acordo com o jornal, Lewandowski afirmou que a quebra do sigilo não é uma medida abusiva nem ilegal, e que Pazuello na CPI "é personagem essencial para o deslinde de todos os fatos que são objeto de investigação". (Correio Braziliense - Política - 13/06/21)

### **CPI continua apurações sobre a gestão de Pazuello no Ministério da Saúde**

Em coluna opinativa para o periódico O Estado de S. Paulo, Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 apurou que durante a gestão do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde, a quarentena no país foi praticamente encerrada pelo órgão federal. Segundo documentos enviados pelo próprio militar, os integrantes do Centro de

Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), chefiados na época pelo coronel da reserva Élcio Franco, decidiram em uma reunião em agosto de 2020 que os conceitos de quarentena e auto isolamento não poderiam mais ser usados em documentos técnicos. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em depoimento para CPI, o ex-secretário da Saúde do Amazonas, Marcellus Campêlo, contradisse Pazuello ao afirmar que o governo amazonense teria avisado o Ministério da Saúde acerca do risco da falta de oxigênio em Manaus em 07/01/2021, três dias antes do que o declarado pelo general. Segundo o jornal, Pazuello afirmou à CPI que só teve ciência do que estava ocorrendo em Manaus dia 10/01/2021. No entanto, o general mudou seu discurso quando um documento comprovou uma ligação, feita ao ministro, no dia 07/01/2021, alertando sobre a necessidade de apoio logístico para o transporte de oxigênio de Belém para Manaus. Segundo o *Correio* e *O Estado de S. Paulo*, a cronologia foi aspecto fortemente ressaltado durante o depoimento de Campêlo, uma vez que os dados apresentados por ele estavam em desacordo com o declarado pelo general: além da notificação do dia 07/01/2021, no dia 09/01/2021 realizou-se um segundo pedido em relação à logística do transporte, do qual Campêlo disse não ter conhecimento sobre uma resposta. Por outro lado, para a Folha de S. Paulo, o que os dois outros periódicos avaliaram como uma discordância cronológica não configura uma contradição entre os depoentes, e sim uma “confirmação parcial”, por parte do ex-secretário, da versão dada por Pazuello. Para a Folha, o ex-ministro, em seu depoimento, teria dito que havia conversado com Campêlo na noite do dia 07/01/2021, mas o assunto era apenas de “auxílio logístico para o transporte” - como dito pelo secretário - e não sobre um “colapso de oxigênio”, problema do qual só teria conhecimento três dias depois. Mesmo que tenha concordado com Pazuello sobre as datas, a Folha ressaltou a discordância na afirmação de Campêlo sobre a ausência da resposta por parte do Ministério da Saúde dos pedidos de auxílio. Ainda sim, o entendimento dos senadores é de que há uma contradição nas datas apresentadas, afirmou o periódico. Por fim, o jornal destacou a fala do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que apontou que documentos recolhidos pela CPI indicam que “seis meses antes do colapso do fornecimento de oxigênio já havia indícios do problema”. Segundo a Folha, dois documentos sigilosos enviados à CPI comprovam que sob o comando de Pazuello, o Ministério da Saúde projetava, em novembro de 2020, que 50% da população brasileira estaria vacinada até julho de 2021, possibilitando assim a retomada das atividades a partir daquele momento, inclusive apontando que o Brasil poderia auxiliar na imunização de países vizinhos. Entretanto, até junho de 2021, somente 11,4% da população recebeu as duas doses da vacina. (*Correio Braziliense* - Política - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 18/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 14/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 15/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 16/06/21)

### **Jornalista nota semelhanças em discursos de Temer e Mourão**

Em coluna ao *Correio Braziliense*, a jornalista Denise Rothenburg notou semelhanças entre a carta do então vice-presidente Michel Temer à presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, e o discurso do vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão em entrevista para *O Globo*, publicada em 17/06/2021. Para a jornalista, Mourão jurou fidelidade e lealdade ao presidente Jair Bolsonaro, mas tornou evidente que se sente desconfortável por não participar das reuniões governamentais. Rothenburg fez a ressalva de que, enquanto a carta de Temer foi “vista como um sinal verde para o processo de impeachment”, a entrevista do general “por enquanto, é só uma forma de marcar as diferenças em relação a Bolsonaro”. (*Correio Braziliense* - Política - 18/06/21)

### **Partidos da oposição acionam a Justiça contra sigilo do Exército sobre o caso da não punição a Pazuello**

O jornal *O Estado de S. Paulo* relatou que quatro partidos da oposição ao presidente Jair Bolsonaro – PT, PCdoB, PSOL e PDT – acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o sigilo de 100 anos, imposto pelo Exército, sobre o procedimento administrativo disciplinar instaurado contra o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Pazuello foi processado, se defendeu da acusação e não foi punido por ter participado de ato político no Rio de Janeiro

junto ao presidente, em 23/05/2021, o que é proibido a integrantes das Forças Armadas. O jornal informou que a relatora será a ministra Cármen Lúcia. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/06/21)

### **Presidente do Supremo Tribunal Militar defendeu Bolsonaro e Pazuello**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general Luis Carlos Gomes Mattos, defendeu o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o general Eduardo Pazuello em entrevista para a revista Veja. Sobre Bolsonaro, Mattos afirmou ser um presidente democrata e que "fala com o palavreado do povo", mas que isso não significa nenhuma "intenção de quebrar as estruturas, destruir as instituições, dar um golpe". Já sobre Pazuello, destacou que as respostas do ex-ministro da Saúde na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia foram muito precisas e objetivas, e que não tem dúvidas da competência e honestidade do general. Perguntado sobre as eleições de 2022 e a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mattos sublinhou que "o povo brasileiro tem de saber votar". (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21)

### **Risco à democracia: grupos políticos, partidos e colonistas temem a presença de militares no governo**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, ex-militantes de partidos e organizações políticas contra a ditadura militar (1964-1985) fundaram um novo grupo político. O movimento, chamado "Geração 68 Sempre Na Luta", em referência à resistência contra o endurecimento do regime após o Ato Institucional nº 5 em 1968, reuniu políticos e artistas como José Dirceu, Celso Amorim, Eduardo Suplicy, Luiza Erundina, José Genoíno, Chico Buarque, Sebastião Salgado, Marilena Chauí e Fernando Moraes. O grupo publicou um manifesto, no qual afirma sua posição contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, "que intencionalmente tem induzido a morte de milhares de brasileiros" por "inépcia e negacionismo", e afirmou que a democracia está em perigo agora como esteve em 1964. Segundo o mesmo periódico, um "superpedido" de impeachment contra o presidente da República está sendo articulado por um variado grupo de opositores políticos – como ex-aliados e partidos da oposição. Dentre os "mais de 20 tipos de crime contra a lei de responsabilidade" contidos no pedido, destaque é dado à relação de Bolsonaro com as Forças Armadas: a interferência do presidente e efetiva troca da cúpula das forças, em março de 2021, configuram, para o grupo, uma prática de "abuso de poder" que contraria a Constituição Federal. Ademais, a presença de Bolsonaro em atos a favor da intervenção militar promove, de acordo com o grupo, o incentivo à "desobediência à lei ou infração à disciplina" por parte de militares. Por sua vez, em coluna opinativa à Folha, o jornalista Jânio de Freitas sustentou que a omissão do Exército perante os "preparativos de Bolsonaro" contribui com a ameaça que o presidente representa à democracia do país. Para Freitas, o fato de o ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, requerer "uma montanha de bilhões" do governo com a justificativa de proteção do território nacional contra perigos externos desvia a atenção para o real problema: o de que "a ameaça está aqui dentro [do país]". Em coluna opinativa ao periódico O Estado de S. Paulo, o jornalista Celso Ming afirmou que a representação dos interesses das Forças Armadas na forma de "bancadas suprapartidárias no Congresso" reflete um dos "cupins" que desgastam a cultura democrática nacional. Nesse sentido, o colonista criticou tanto a presença dos mais de 6 mil militares no governo de Jair Bolsonaro quanto as reivindicações – ou "vantagens pessoais", segundo Ming – das Forças Armadas pelo "aumento de verbas [...] e adicionais de salário e de aposentadoria". (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 20/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 20/06/21)

### **Vice-presidente da República comentou sobre militares no governo**

Em uma entrevista realizada pelo periódico O Estado de S. Paulo e também publicada pelo Correio Braziliense, o general da reserva e vice-presidente da República, Hamilton Mourão, comentou sobre a relação das Forças Armadas e o governo. Segundo o vice-presidente, ao colocar "um general, um almirante ou um brigadeiro como ministro" não há mais retorno possível para esse indivíduo à sua Força. Mais do que isso, Mourão afirmou que "ocupar um cargo de ministro [é] sempre [estar] participando de atos políticos" e, nesse sentido, o caso do

ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, teria sido “uma transgressão, mas sem gravidade”. Contudo, o general da reserva declarou que o caso Pazuello de fato “acendeu uma luz amarela nas Forças” e, desde então, os comandantes têm buscado estabelecer “limites” para evitar novas transgressões. (Correio Braziliense - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/06/21)

### **A perigosa politização das forças armadas**

Em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo, o professor da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e doutor em ciência política pela Universidade da Califórnia-San Diego, Octavio Amorim Neto, considerou a decisão do Exército de não punir o general da ativa Eduardo Pazuello por participação em ato político como uma rendição às pressões do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Amorim Neto, a atitude demonstra que o “presidente exige que oficiais, da ativa e da reserva, possam ser utilizados para explícitos desígnios políticos – seja para intimidar a oposição, seja para o projeto de reeleição”, instaurando o Exército como um dos seus pilares políticos, e degradando a imagem do comandante da força, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, frente outros generais da ativa e da reserva. O professor também considerou que o “ex-capitão está fazendo o Exército girar como rolha no redemoinho bolsonarista”, o que pode levar a um agravamento da situação, e até mesmo uma guerra civil, o que é possível levando em consideração a atual configuração do Congresso Nacional, controlado majoritariamente por parlamentares de direita, que não se importam com a presença militar na política, já que ela garante sua sobreposição à esquerda. Por fim, Amorim Neto pontuou que hoje o Brasil é um país de ‘coalizões civis-militares’, em que Bolsonaro formou a sua, e restam às forças democráticas formarem a delas, e que caso saiam vitoriosas, devem despolitizar as forças armadas, e “também prepará-las para, a partir de 2023, o estabelecimento pleno do seu controle pelos poderes políticos eletivos, a começar pela nomeação de um líder civil para chefiar o Ministério da Defesa”. A respeito de tema conexo, o jornal O Estado de S. Paulo publicou coluna opinativa do presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, na qual este fez referência a um artigo de Marcelo Pimentel na revista Interesse Nacional, evidenciando a existência de um ‘Partido Militar’. Pimentel ilustrou o cenário político atual como um espaço de intensa participação militar, seguindo em um movimento ‘consistente e organizado’, que tem por objetivo “a conquista do poder (já alcançado) e sua manutenção (em processo)”. Esse partido possui um agente influente na atualidade – o ‘capitão’ – que apesar de sua importância, não desempenha o papel de líder do processo de “politização/militarização”. Barbosa depositou na influência militar sobre o governo uma justificativa para as atitudes do presidente, verificadas em frases como “meus generais”; “os militares é (sic) quem decide como o povo vai viver”; “o senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”, esta última dirigida ao general Villas Bôas, ex-comandante do Exército. Por fim, Barbosa atribuiu ao Legislativo e ao Judiciário o papel de manter a “ordem constitucional, da democracia e da estabilidade institucional pelo estreitamento da relação civil-militar com o lado que publicamente se coloca contra a politização das Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 22/06/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 22/06/21)

### **Decreto permite que militares ocupem cargos no governo por período indeterminado**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto, no dia 23/06/2021, que autoriza os militares da ativa a exercerem cargos na administração pública por tempo indeterminado. Com o decreto, que foi assinado pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, os integrantes do Exército não precisam ir para a reserva após cumprirem dois anos em cargo civil. Além disso, a medida estabeleceu como de natureza militar as funções, exercidas por militares, que “compõem a estrutura regimental do Supremo Tribunal Federal (STF), do Ministério da Defesa, do Ministério de Minas e Energia, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos integrantes das estruturas regimentais das Forças Armadas, da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. e das Indústrias Nucleares do Brasil S.A”. Os jornais enfatizaram que a edição do decreto ocorreu enquanto a Câmara dos Deputados debate uma emenda constitucional que visa a proibição de militares da ativa ocuparem cargos no governo. A



Proposta de Emenda à Constituição (PEC) passou a ser discutida depois das repercussões da ida do general da ativa Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, ao ato político de Bolsonaro, no dia 23/05/21, e detém apoio prevalente do Alto-Comando do Exército. Em contrapartida, o deputado federal Alessandro Molon apresentou um projeto de decreto legislativo a fim de suspender o decreto presidencial, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo. Segundo Molon, o decreto de Bolsonaro excede os limites do Executivo e caminha em direção contrária aos princípios legislativos. (Correio Braziliense - Política - 24/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 24/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 25/06/21)

### **Professores avaliam a participação de militares no governo**

Em artigo de opinião no periódico O Estado de S. Paulo, o professor de teoria política Marco Aurélio Nogueira, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), comentou sobre os militares na política brasileira. Segundo o professor, durante a ditadura (1964-1985), os militares eram temidos, e após a redemocratização passaram a ser “neutros” e atinentes à constituição federal. Entretanto, no governo de Jair Bolsonaro, tem se observado um aumento da participação de militares no cenário político. Nogueira ainda discutiu os motivos que levaram os militares a apoiarem o atual governo, fato que, conforme o autor, fez com que as Forças Armadas não se distinguissem mais do governo. O Estado também publicou entrevista com o historiador Adriano Freixo, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), o qual afirmou que a cooptação das forças de segurança estaduais e a aproximação crescente de militares das três Forças Armadas com o governo sugere uma ‘bolsonarização’ das polícias e que, além de não ajudar na segurança pública, apresenta um risco democrático. (O Estado de S. Paulo- Opinião- 26/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 27/06/21).

## **JULHO**

### **CPI da Covid-19: depoimentos apontaram envolvimento de militares que atuavam no Ministério da Saúde com esquema irregular de compra de vacinas**

No fluxograma feito pelo periódico Folha de S. Paulo para explicar o caso de suspeita de compra irregular de vacinas covaxin, Alex Lial Marinho, tenente-coronel do Exército, que foi coordenador-geral de logística de insumos estratégicos para saúde, aparece como parte da pressão atípica feita para a compra da vacina, segundo depoimento do servidor público do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda. Ainda segundo o jornal, Marinho fazia parte do grupo próximo do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, por quem foi diretamente indicado ao cargo, deixando o ministério em 08/06/21. Em coluna opinativa, Jânio de Freitas comentou o caso, citando o general Pazuello e os coronéis Alex Lial Marinho, Elcio Franco e Bento Pires por participarem do que o autor chamou de ‘grosso rolo’ - em relação à atividade de apressar as vacinas covaxin. Em reportagem, a Folha apontou a estratégia do Palácio do Planalto de demonstrar que o presidente Jair Bolsonaro não ignorou as denúncias feitas sobre irregularidades na compra da vacina covaxin, ao afirmar que Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, até então sob o comando de Pazuello, teria apurado as denúncias e concluído que não havia irregularidades no contrato, como teria dito Luis Ricardo em seu depoimento sigiloso. O caso se tornou prioridade da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19, que constatou que não houve solicitações sobre o assunto para a Polícia Federal, afirmou a Folha. O mesmo jornal informou que Marcelo Blanco, tenente-coronel do Exército, foi convocado para depor na CPI. Blanco foi assessor no departamento de logística do Ministério da Saúde e teve seu nome citado por depoente da CPI como testemunha de uma reunião em que houve solicitação de propina para a compra de vacinas da AstraZeneca. Outro militar envolvido, conforme relataram os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, foi o coronel Alexandre Martinelli. Em depoimento à CPI no dia 01/07/21, Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se identificou como representante da Davati Medical Supply, também apontou Martinelli como participante do jantar do dia 25/02/21, quando houve pedido de propina. A Folha relatou que o reconhecimento de Martinelli ocorreu por meio de uma fotografia apresentada ao depoente pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Domingueti titubeou, mas confirmou reconhecer o coronel. O jornal ainda informou que o coronel negou ter estado no restaurante e disse que irá processar Domingueti e os integrantes da CPI por danos

à sua imagem. O Estado destacou que Domingueti, policial militar, chegou ao governo através de oficial da reserva do Exército que integra a "Abin paralela", equipe de informantes mantida pelo presidente Jair Bolsonaro, que afirma conservar o grupo para não depender dos órgãos oficiais de informação. O jornal também pontuou que a empresa Davati Medical Supply negou que Domingueti seja seu representante no Brasil, e alegou ter incluído o nome dele na oferta que fez ao governo brasileiro "a pedido", sem informar quem fez a solicitação. (Correio Braziliense - Política - 02/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/2021)

### **A saga de Pazuello continua: Comando do Exército se manifesta contra a quebra de sigilo do processo que investigou o general**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, diante o pedido de Carmen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), o Comando do Exército se posicionou contrário à divulgação do processo administrativo que investigou o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por ter se manifestado politicamente em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, em um passeio de motocicleta no Rio de Janeiro. Conforme O Estado, após a repercussão da decisão do Exército de não punir Pazuello, um documento de doze páginas foi divulgado em nome do Comando do Exército sobre o caso e enviado ao STF para criticar o pedido feito por Carmen Lúcia, que havia dado cinco dias para que o Ministério da Defesa impusesse quebra do sigilo dos documentos internos da instituição sobre o ocorrido. O Comando, para quem a Defesa direcionou a requisição, alegou que o caso não é de "interesse público" e por isso não deveria ser divulgado. De acordo com o Estado, "a assessoria jurídica militar sustenta que o procedimento tem caráter 'personalíssimo' e, por isso, deve ser mantido em sigilo". Além disso, no documento, o Comando do Exército defende que o pedido de divulgação que foi feito pela oposição tem viés político. E, ao final do documento, lembra que o sigilo da instituição é de cem anos para dados pessoais dos membros, afirmando que a abertura do processo poderia criar condições para a insubordinação das tropas. O Correio apontou que os militares alegaram que o episódio não está relacionado à gestão de Pazuello no Ministério da Saúde, por isso, a publicização do processo tornaria a instituição "vulnerável a qualquer interferência política externa, fragilizando a liderança da autoridade constituída" (Correio Braziliense - Política - 29/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/06/21)

### **Bolsonaro edita decreto que reforça presença de militares da ativa no governo**

Em editorial, a Folha de S. Paulo avaliou o decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, que permite a presença de militares da ativa no governo por tempo indeterminado. O documento, também assinado pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, entra em conflito com o Estatuto dos Militares, que determina que os militares que passarem mais de dois anos em cargos públicos sejam transferidos para a reserva remunerada, indicou o periódico. A medida segue a tendência do governo de Bolsonaro, que cada vez mais tem promovido o "aparelhamento da máquina do Estado por militares", ressaltou a Folha. (Folha de S. Paulo - Opinião - 30/06/21)

### **Publicação do Washington Post critica participação de generais no governo Bolsonaro**

Nelson de Sá, jornalista, em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, comentou a publicação do jornal Washington Post do dia 29/06/21, escrita pelo jornalista e escritor Mac Margolis. A matéria "O que mantém Bolsonaro? Pergunte aos generais" retrata de forma crítica a participação de militares no governo brasileiro e convoca a população a repensar as Forças Armadas. Mac Margolis, ainda, reforçou: "soldados pertencem ao quartel, não ao palácio. Esse é um problema que o impeachment não pode resolver", apontou Nelson de Sá. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

### **“Superpedido” de impeachment de Bolsonaro apresenta referências a militares na política**

Em coluna opinativa a Folha de S. Paulo, Ilona Szabó de Carvalho, mestre em estudos internacionais e autora de “Segurança Pública para Virar o Jogo”, comentou as justificativas do “superpedido de impeachment” de Jair Bolsonaro, protocolado dia 30/06/2021. Entre elas estão, pelo menos, 21 possíveis crimes cometidos pelo “pior presidente eleito da nossa história”, afirmou Carvalho. Para a autora, a democracia brasileira está sendo “corroída por dentro” desde o primeiro dia de governo, e segue a ideia de que as democracias, hoje, “não morrem somente com tanques nas ruas”. A quebra da regra hierarquia das Forças Armadas, o ato impune do general e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o numeroso quantitativo de militares no governo, a “retórica agressiva e ameaçadora do próprio presidente contra jornalistas” indicam os rumos para qual o Brasil segue, relatou a autora. “É preciso agir agora para conter a deterioração e estancar o sofrimento da população”, comentou, por fim, Carvalho. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

### **Sob pressão do Congresso, Bolsonaro exalta apoio das Forças Armadas**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o governo de Jair Bolsonaro tem sido alvo de denúncias sobre contratos de vacinação. Pressionado pela alegação de ter ignorado denúncia de oferta de propina na compra de vacina, pelo “superpedido” de impeachment protocolado dia 30/06/2021, Bolsonaro referiu-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 como “CPI de bandidos” e exaltou o apoio das Forças Armadas: “[...] tenho as Forças Armadas comprometidas com a democracia e a nossa liberdade”. Bolsonaro esteve presente na inauguração da Estação Radar de Porã, localizada no Mato Grosso do Sul, a qual possui capacidade para detectar aeronaves com precisão a longas distâncias, operada pela Força Aérea Brasileira (FAB). (Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/2021)

### **Informações do inquérito sobre atos antidemocráticos serão utilizadas em nova investigação, com foco em grupos digitais organizados**

Segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento do inquérito que apurava a organização e o financiamento de atos antidemocráticos, mas também abriu novas frentes de apuração para investigar a existência de grupos digitais organizados para atacar os poderes Legislativo e Judiciário e pedir o retorno à ditadura militar. Os jornais relatam que o ministro identificou métodos e núcleos estruturados semelhantes aos identificados em outro inquérito, o das fake news, com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de Direito. As investigações compartilharão integralmente as provas, uma vez que têm investigados comuns e hipóteses semelhantes. O Estado informou ainda que o presidente Jair Bolsonaro classificou a decisão de “covardia” e sugeriu haver relação com sua afirmação de que há uma “articulação” entre três ministros do Supremo para barrar o voto impresso. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/21)

### **Procuradores enviam ação contra Eduardo Pazuello, acusando-o de improbidade administrativa**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, oito procuradores do Ministério Público Federal (MPF) entraram com uma ação no dia 30/06/2021 na Justiça Federal contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Os magistrados afirmaram que o militar cometeu improbidade administrativa enquanto chefiava a pasta da Saúde, referindo-se a um atraso deliberado da entrega de vacinas, à adoção do chamado “kit covid”, à falta de ação do Ministério da Saúde e à ações que visavam dificultar o acesso da população à informações sobre a pandemia. Tal postura teria causado “danos ao patrimônio público” e violava os “princípios da administração”. Ademais, os procuradores do MPF pediram que Pazuello pague uma multa de até R\$244 milhões - visto que os prejuízos ao erário foram de R\$122 milhões e a ação pede uma multa de duas vezes o valor -, além de afirmarem na ação que o militar “precisa ser responsabilizado”, ter seus direitos políticos

suspensos, “perder qualquer função pública” que atualmente ocupe e a possibilidade de fazer contratos com o poder público no futuro. A Folha e o Estado ressaltaram que essa é a segunda ação de improbidade administrativa que Pazuello sofre. Atualmente, a ação está na 20ª Vara Federal, cabendo a ela dar ou não início ao processo contra o general. Ademais, o valor de R\$122 milhões levou em conta o que foi gasto tanto pelo Exército na produção e distribuição de cloroquina quanto na compra do medicamento e em sua publicização. Em coluna opinativa da Folha, o jornalista e escritor Alvaro Costa e Silva, destaca sarcasticamente a agilidade logística de Pazuello, que “precisou de apenas algumas horas para investigar a suspeita envolvendo a compra da vacina Covaxin”, recebendo como prêmio por seu ‘trabalho com prontidão’, sua exoneração no dia 23. (Correio Braziliense - Política - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 03/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 05/07/2021; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/21)

### **Colunista discutiu sobre o caráter militar do governo Bolsonaro**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Mario Sergio Conti discutiu sobre de forma crítica ao governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Primeiramente, vale ressaltar que o texto é todo escrito de maneira informal e pouco respeitosa com os criticados, usando-se de termos como “milicos” e “tigrada”. Relembrando as polêmicas do mandatário enquanto chefe do Executivo e enquanto Deputado Federal, Conti diz que antes da sua eleição em 2018, Bolsonaro “fazia rapéis a milicianos, meganhas e cadetes”; mas que, como presidente, manteve apoio de “334 mil milicos na ativa e 1,6 milhão na reserva”, através da distribuição de “escrivadinhas, soldos e pijamas de seda”, ou seja, cargos e recursos. Com isso, a lealdade das Forças Armadas estaria garantida, e, assim, eles bateriam “continência roboticamente” a Bolsonaro. Além disso, outro episódio abordado por Conti é o tuíte do então comandante-geral do Exército, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, - chamado de “Darth Vader verde-oliva” pelo jornalista - que intimidou o Supremo Tribunal Federal (STF) a não conceder o habeas corpus que permitisse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concorrer à presidência nas eleições de 2018, já que, na visão de Conti, ele poderia vencer de Bolsonaro no pleito. Para o jornalista, o STF, caracterizado como um “poder civil soberano”, não poderia “sob pena de esculhambar” sucumbir a pressões vindas do “lado obscuro da força” e do “morubixaba dos azeitonas”, referindo-se a Villas Bôas. Por fim, o texto citou os ministros da corte que “se sujeitaram à força da farda”: Rosa Weber, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Assim, Conti conclui que “foram os civis que fizeram a força triunfar”, referindo-se à vitória de Bolsonaro em 2018. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 03/07/21)

### **Pazuello disse ter sofrido pressão para liberar recursos a deputados do centrão**

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, disse a seus aliados que tinha sofrido pressão do presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Arthur César Pereira de Lira, e do ministro da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos, para liberar verbas a deputados do centrão que apoiam o presidente da República, Jair Bolsonaro. Tais recursos vinham para selar acordos feitos entre o bloco e o chefe do Executivo. Segundo o periódico, os parlamentares queriam repasses de recursos que restavam do Orçamento no fim do ano de 2020 para estados e municípios específicos no formato de verbas de emendas do relator, as quais são indicadas pelo Congresso Nacional. No caso, a lista que definia os valores e os repasses foi assinado com o aval de Ramos, então ministro da Secretaria de Governo. Pazuello e o Ministério da Saúde teriam preferido financiar programas próprios da pasta, incomodando assim Lira e Ramos, por isso, Pazuello teria sido “jurado de morte”. Consonantemente, em entrevista à Folha, o deputado federal Luis Miranda chegou a dizer que “um poderoso parlamentar” trabalhava pela retirada de Pazuello do ministério. Ademais, a Folha também ressaltou que no seu discurso de despedida em 23/03/2021, quando saiu da chefia do Ministério da Saúde, Pazuello se referiu a ter pedidos negados por “pixulé” como relacionado a sua saída da pasta, uma versão que, aos olhos do governo Bolsonaro, foi para “minimizar as críticas a sua gestão”. Quando questionado pelos senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid sobre o discurso de saída, Pazuello disse não ter havido pedidos ilegítimos e que é normal que tais demandas surjam no final do ano se há recursos não

aplicados. Por outro lado, Lira negou que tais apertos existiram, dizendo que apenas pressionou o militar para acelerar a compra de vacinas. Ademais, o mal-estar que recaiu em Pazuello teria oposto o general a Ramos, dificultando a nomeação do ex-ministro da Saúde a algum outro cargo no Executivo. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/07/21)

### **Colunista tece críticas ao envolvimento das forças armadas no governo e ao presidente Bolsonaro**

Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, a jornalista, comentarista e escritora Eliane Cantanhêde afirmou que “Bolsonaro jogou os militares num barco que parece fazer água por todos os lados”, ao envolver as forças armadas e seus integrantes em confusões acerca de seu governo, nomeando militares da ativa e da reserva ao ministério da Saúde em meio a escândalos em plena pandemia. A jornalista cita o aumento constante de oficiais – com a liderança de Pazuello – citados nos últimos acontecimentos acerca do superfaturamento de vacinas envolvendo empresas suspeitas. Segundo Cantanhêde, Bolsonaro não demonstra desempenho em se conscientizar quanto ao que ocorre nos ministérios, e não se manifestou a respeito de toda a polêmica envolvendo seu nome no esquema da Covaxin, em que Luis Miranda e Luis Ricardo Miranda relatam a consciência do presidente em meio ao ‘rolo’. As investigações do ministério público e do TCU, os 124 pedidos de impeachment, as manifestações “fora Bolsonaro” e o possível envolvimento do presidente no esquema de ‘rachadinhas’ durante seu mandato como deputado, “pinga daqui, pinga dali, a sensação é de que o barco Bolsonaro faz água por todo lado”, Finaliza a jornalista (O Estado de S. Paulo – Política – 06/07/2021)

### **CPI da covid-19 IV: Braga Netto é convocado pela Câmara dos Deputados após publicação de nota**

Segundo o jornal Correio Braziliense, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, foi convocado pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para comparecer em audiência no dia 17/08/21 a fim de responder pela publicação da nota, também assinada pelos três comandantes das Forças Armadas, com “tom de ameaça” à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. O jornal apontou que a nota foi emitida em virtude do comentário do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), sobre o “lado podre” das Forças. Em resposta, a nota afirmava que os comandantes não admitiriam “qualquer ataque levado às instituições que defendem a democracia e liberdade do povo brasileiro”, comentário que foi visto por parlamentares como uma “tentativa de intimidação”. Conforme reportagem da Folha de S. Paulo, durante a sessão da CPI do dia 13/07/21, o senador Renan Calheiros afirmou que a comissão deveria seguir o exemplo da Câmara e também convocar Braga Netto, por seu “envolvimento no enfrentamento à pandemia”. Ainda segundo a Folha, o ministro da Defesa tornou-se “provocador-chefe da República”, e tem gerado críticas de outros militares e do Supremo Tribunal Federal. A visão é de que “o general tem sido tão bolsonarista quanto o chefe”, afirmou o periódico. Outro ponto sensível da polêmica nota é a versão de “incomodados oficiais-generais” que indicaram que a nota foi uma “imposição de Braga Netto” aos demais comandantes militares, e que o “texto veio pronto”, acrescentou a Folha (Correio Braziliense - Política - 14/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 14/07/21).

### **CPI da covid-19 V: jornais destacaram militares citados em depoimento**

Os jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo deram destaque à citação de militares no depoimento de Cristiano Carvalho, representante da empresa americana Davati Medical Supply, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia em 15/07/21. O Correio relatou que a partir do depoimento, a CPI identificou dois grupos dentro do Ministério da Saúde, ambos formados por coronéis, que negociaram vacinas com a empresa: um grupo do coronel Marcelo Blanco, então assessor do Departamento de Logística, e de Roberto Dias, que era diretor de Logística; e o outro do então secretário-executivo, Elcio Franco, e do coronel Helcio Bruno de Almeida. O Correio citou ainda os coronéis Cleverson Boechat, ex-coordenador-geral de Planejamento, Marcelo Bento Pires, ex-diretor de Programa e Glaucio Octaviano Guerra, assessor do adido militar da Embaixada do Brasil em Washington. Diante das acusações, conforme relatou O Estado, o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), cobrou do



governo a demissão do coronel da reserva Elcio Franco, que atualmente é assessor especial da Casa Civil e despacha no Palácio do Planalto. Em coluna, a Folha de S. Paulo noticiou que os advogados do coronel da reserva Marcelo Blanco protocolaram pedido de habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) reivindicando o direito dele ficar em silêncio para não se autoincriminar na CPI da covid-19, embora aleguem que o coronel responderá todas as perguntas. O militar irá depor na CPI por ter participado do jantar com o policial militar Luiz Dominghetti e Roberto Dias, no qual Dominghetti denunciou ter recebido pedido de propina por Dias para a aquisição de vacinas contra a covid-19. Para os advogados de Blanco, ainda não está estabelecido se ele será inquirido como testemunha ou investigado, mas acreditam que os indícios apontem para a condição de investigado. Em coluna para o Correio, o jornalista Luiz Carlos Azedo chamou a atenção para o fato de que os escândalos investigados pela CPI da covid-19 estão desmoralizando os militares, tornando a incompetência na gestão do Ministério da Saúde mais evidente e repercutido na crescente rejeição da opinião pública à presença de militares em cargos de natureza civil. Para O Estado, a jornalista Eliane Cantanhêde deu destaque à falta de "inteligência" e "informação" nas tratativas dos militares envolvidos no Ministério da Saúde e a Davati Medical Supply para compra de vacinas. A jornalista ainda ironizou a disputa ocorrida entre dois grupos de militares dentro do Ministério. Sobre a nota emitida em 07/07/21 pelo ministro da Defesa, general Braga Netto, e os comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército contra o senador Omar Aziz, presidente da CPI, a jornalista reafirmou o que disse o senador: "Os bons das Forças Armadas devem estar muito envergonhados". Já o jornalista Alberto Bombig, em coluna para O Estado, observou que a convocação do general Braga Netto pela CPI deve avançar com cautela, para evitar que se crie a narrativa de que a comissão tenta investigar a instituição Forças Armadas, reforçando o estresse que culminou na nota já citada. (Correio Braziliense - Política - 16/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/07/21)

### **Militares no governo Bolsonaro I: opiniões sobre manifestações políticas por parte de membros das Forças Armadas**

Em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, a jornalista Cristina Serra criticou a participação massiva de militares no governo Bolsonaro, além da demora de esclarecimento sobre as denúncias de corrupção. Serra declarou, em referência aos militares: "Baixem o tom senhores. O Brasil não tem medo de suas carrancas, de seus tanques". Ainda no mesmo periódico, uma pesquisa do Datafolha apontou que 68% das pessoas são contrárias a manifestações políticas por parte dos militares, como no caso da presença do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em ato bolsonarista. Ademais, 39% dos ouvidos acham aceitável, enquanto 4% não souberam opinar. A pesquisa também aferiu se militares devem assumir cargos no governo: 58% acreditam que não deveriam, enquanto 38% acredita que sim, e por fim 4% não souberam responder. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo o jornal, os desdobramentos da atuação de Pazuello têm causado diferenças na opinião pública sobre a atuação dos militares na política brasileira. (Folha de S. Paulo- Opinião- 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21)

### **Militares no governo Bolsonaro II: jornais apontaram ameaças à democracia**

Conforme o editorial do jornal Folha de S. Paulo, o governo de Jair Bolsonaro proporcionou muito poder e participação política aos militares, fato que, além de ameaçar a democracia, também está associado a um recente escândalo de possível corrupção de membros das forças na compra de vacina. O editorial ainda afirmou que, apesar das denúncias estarem sob investigação, "a reação do governo ao demitir os envolvidos sugere que algo está errado". Da mesma maneira, o periódico O Estado de S. Paulo publicou um editorial informando que não há mais espaços para chantagens e ameaças às instituições democráticas e, por isso, cabe ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, dar seguimento em pelo menos um dos 123 pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Em coluna opinativa para a Folha, o sociólogo Celso Rocha de Barros declarou que esperava uma reação das Forças Armadas quando o presidente Jair Bolsonaro declarou que as eleições de 2022 devem ocorrer com votos impressos, caso contrário, não ocorrerão. Por outro lado, a nota do Ministério da Defesa e dos chefes militares foi entendida como ameaça de um

golpe de Estado caso “a CPI continue a investigar oficiais bolsonaristas que roubaram dinheiro de vacina”. Na avaliação de Barros, a reação da cúpula das Forças Armadas à citação de militares pelo presidente da CPI da covid-19, senador Omar Aziz, é um sinal de que “protegerão seus corruptos”. O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna para a Folha de S. Paulo, comparou os militares dispostos a fazer ameaças ao processo eleitoral e apologia ao golpe de forma anônima a membros de grupos criminosos como o “PCC (Primeiro Comando da Capital), o Comando Vermelho, as milícias ou grupos terroristas”. O jornalista afirmou ainda que militares “que estejam dispostos a pregar abertamente o golpe, com invasão do Congresso e do Supremo, prisão dos parlamentares de oposição e dos ministros independentes do Supremo, fechamento dos veículos de comunicação” poderiam até ter seus anseios publicados, mas com nome, endereço e um pedido de prisão. O colunista se disse disposto a preservar o anonimato apenas de militares dispostos a dizer que “essa conversa de golpe é bobagem”. Já a coluna do jornalista Bruno Boghossian na Folha criticou a atuação de militares brasileiros junto a Jair Bolsonaro a partir de trechos divulgados pela CNN do livro escrito pelo general estadunidense Mark Milley. No livro, o general relatou os planos e as ações elaborados após o presidente Donald Trump, derrotado nas eleições de 2020, buscar atacar o resultado do pleito. Segundo o jornalista, a atuação para garantir a democracia nos Estados Unidos ocorreu nos bastidores, com apoio de militares, da CIA e do FBI. Já sobre o Brasil, o jornalista afirmou que ministros e comandantes preferem agir em sintonia com o presidente Jair Bolsonaro, que se antecipou aos obstáculos que Trump não conseguiu ultrapassar, tendo chefes das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal a seu lado. (Folha de S. Paulo – Política – 10/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 12/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/07/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/07/21)

### **Militares no governo Bolsonaro III: tramitação da PEC que barra militares em cargos políticos**

Os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo abordaram a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que barra militares da ativa em postos políticos no governo. O texto da proposta altera o artigo 37 da Constituição, ao introduzir “um trecho que determina que o militar da ativa, caso tenha menos de 10 anos de serviço, se afaste do cargo nas Forças Armadas para ocupar um cargo público de natureza civil”. Tendo mais de 10 anos de serviço, o militar deverá ir para a reserva antes de ingressar no cargo civil, explicou o Correio. A proposta, que ficou conhecida como “PEC Pazuello” em virtude da má gestão do militar da ativa no Ministério da Saúde, é de autoria da deputada Perpétua Almeida do PCdoB-AC, que justificou o projeto tendo em vista que “busca-se preservar o caráter das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo”, ressaltou o Correio. A PEC possui apoio de diversos oficiais-generais, que se sentem “incomodados com a inevitável associação da categoria com o governo Bolsonaro”, e conta com o apoio de cinco ex-ministros da Defesa. Em Paineis, a Folha destacou que os ex-ministros Nelson Jobim, Celso Amorim, Jaques Wagner, Aldo Rebelo e Raul Jungmann elaboraram e assinaram uma nota conjunta apoiando a PEC e responsabilizando o Congresso Nacional pela omissão na atual crise. Jungmann destacou que o Congresso tem o papel de supervisionar as Forças Armadas em democracias consolidadas e que, “ao se alienar do tema”, tem sido “parceiro da crise”. O jornal lembrou ainda que existem no atual governo 6.000 militares da ativa, cerca de metade em cargos comissionados. A Folha, por sua vez, destacou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, elaborou decreto que amplia os postos do governo que podem ser preenchidos por militares da ativa por tempo indeterminado. Em contrapartida, o partido Cidadania apresentou um projeto de decreto legislativo que visa sustar o decreto de Bolsonaro e analisa acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato do presidente. A Folha salientou que o decreto de Bolsonaro contraria a PEC em tramitação na Câmara. No dia 13/07/21, conforme reportagem do Correio Braziliense, a PEC alcançou –e ultrapassou– as 171 assinaturas requeridas para que sua tramitação fosse iniciada. De acordo com reportagens da Folha e do Correio, a PEC foi formalmente apresentada no dia 14/07/21 na Câmara dos Deputados e recebeu apoio de ex-ministros da Defesa, que, em nota, elogiaram a medida por acreditarem que “fortalecerá a democracia”. Em editorial, O Estado de S. Paulo lembrou a criação do Ministério da Defesa como um marco nas relações civis-militares, pois evidenciou que a condução política dos assuntos militares deve ser feita por um civil. Contudo, essa tradição foi descontinuada no governo Bolsonaro, dada as várias nomeações de militares

da ativa para cargos na administração pública. Por essas razões, o jornal inferiu que a PEC, que visa proibir a presença de militares no governo, vem em boa hora, a partir da ideia de que "são os civis, e não os militares, que devem dar solução aos problemas políticos". (Correio Braziliense - Poder - 14/07/21; Correio Braziliense - Economia - 15/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/07/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 15/07/21)

### **Colunas opinativas avaliaram participação de militares da ativa no governo**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o professor da Universidade Federal de São Carlos, João Roberto Martins Filho, recordou uma tradição de filósofos e teóricos, como Maquiavel, Tocqueville, Clausewitz e Huntington, que consideravam papel dos militares se ater apenas à "atividade-fim de sua profissão" em vez da política, mas que as Forças Armadas brasileiras até hoje não aceitaram esse ensinamento. O professor afirmou que a presença dos militares na política segue no centro de sucessivos tensionamentos com autoridades civis, o que coloca em risco a disciplina dos quartéis e danifica a imagem da instituição perante a sociedade. Por fim, Martins Filho recordou pesquisa que aponta que "a maioria dos brasileiros já considera que oficiais da ativa não devem se imiscuir na política", e que cumpriria impedir por lei que isso aconteça, através de um período de quarentena ou o requisito de deixar a carreira militar, uma vez que "numa democracia, mesmo a nomeação de oficiais da reserva deve ser a exceção e não a regra". Já o tenente-coronel Durval Lourenço Pereira, mestre em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, em coluna para o mesmo jornal, afirmou ser um "dever patriótico" do cidadão fardado se interessar pela política do país, "ao invés de se conservar indiferente ou subserviente ao governo". O tenente-coronel afirmou ainda que a presença de militares em cargos do governo "deveria ser até desejável", frente à experiência em administração pública e "conhecimento bem acima da média" por parte dos oficiais, e afirmou que as atuais limitações da Constituição são "vingança dos que tiveram seus projetos de poder ceifados em 1964". Pereira atribuiu o novo projeto de lei para limitar a presença de militares da ativa em postos da administração pública à uma hipocrisia de um "establishment", que tenta "abalar o prestígio da classe fardada" com uma "agenda ambientalista-globalista" e "massiva doutrinação ideológica da população, nos moldes do socialismo bolivariano". Por sua vez, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira, em coluna para a Folha, recordou o histórico de participação direta dos militares brasileiros em nove crises políticas no último século, com interesses corporativos desempenhando importante papel na decisão de interferir no processo político do país, e que as três décadas de abstinência política pós-1988 "foram marcadas por um crescente ressentimento dos militares com governos civis, em função de alterações na carreira e regime previdenciário, falta de recursos para projetos estratégicos, assim como pela criação da Comissão Nacional da Verdade". O professor afirmou que, o exemplo do general norte-americano Mark Milley, que segundo o livro "I Alone Can Fix It" se negou a aderir "aos delírios antidemocráticos de Trump", os militares brasileiros devem compreender que "o fato de deterem o monopólio da violência impõe que se abstenham do jogo político" democrático, bem como de aceitar cargos no governo e "soltar notas temerárias contra as instituições democráticas". Também em coluna opinativa à Folha, o mestre em ciências militares, Marcelo Pimentel Jorge de Souza, afirmou que o país é, hoje, governado por um grupo informal e coeso composto por militares, denominado "partido militar". Formado por generais e coronéis da "geração de 1970", esse partido representaria mais do que uma simples ala militar, uma vez que tem buscado "conquistar e se manter no poder". Também chamado "partido fardado", o grupo é fruto da interação de três elementos, segundo Souza: a politização das Forças Armadas, a militarização da política e da sociedade, e a pretensão de poder político com características autoritárias. Para além de expressarem opiniões, generais e coronéis tomaram decisões e mudaram os rumos da política desde a chegada ao poder, com a presidência de Jair Bolsonaro: o "núcleo restrito de militares, que controla, orienta e gerencia o governo, o presidente e as narrativas sobre seus papéis políticos", mostrou-se como um "verdadeiro partido político". De acordo com Souza, a constituição de tal "partido fardado" se revelou arriscada e imprópria, dado que o movimento em direção à política abala "os alicerces da muralha que deve manter as Forças Armadas de países livres e democráticos em seu espaço institucional". A falta de punição àqueles que descumpriram normas e regimentos também

contribuiu para o enfraquecimento dos alicerces democráticos que envolvem as Forças. Nesse sentido, Souza sustentou, por fim, que somente por meio do poder civil – representado pelo voto de parlamentares, de juízes e do eleitor – será possível reconstruir a “muralha” que vem sendo destruída pelo partidarismo e pela inconstitucionalidade da “geração de 1970”. Já em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou que os integrantes das Forças Armadas que ocupam posições no governo “são patriotas com aptidões que podem ser muito úteis nas atividades civis, mas não têm a competência dos técnicos e gestores públicos de carreira”. Segundo Azedo, a atual presença de militares no poder tem representado uma “tutela militar [que é a] gênese do autoritarismo corporativista [...] incompatível com a Constituição de 1988”. De acordo com o jornalista, uma pesquisa revelou que existem, hoje, cerca de 6,2 mil oficiais nos altos escalões do governo que são, sobretudo, da ativa. Tais números demonstram, para Azedo, uma subversão da hierarquia militar e uma ameaça à democracia, que se revelou, por exemplo, no envolvimento de membros das Forças Armadas em “negociações onerosas” de vacinas: metade dos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 nesse âmbito possui alguma patente militar. (*Correio Braziliense - Política - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 18/07/21*)

### **“Teto duplo” de Portaria do Ministério da Economia concedeu tratamento privilegiado a militares no governo**

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o projeto de lei (PL) nº 6.726/2016, que retornou ao Senado Federal, prevê a contenção “da farra dos supersalários”, mas não inclui militares da reserva e aposentados. A Portaria nº 4.975 do Ministério da Economia, de 29/04/21, instaurou o chamado “teto duplêx” visando, a princípio, beneficiar médicos, professores e profissionais da saúde que a despeito de possuírem dois trabalhos recebiam apenas por um. Todavia, a Portaria acabou por produzir um “aumento de despesas em momento de pandemia”, reavivando discussões em torno do PL nº 6.726/2016, entendido como uma forma de conter tais remunerações exacerbadas. Uma dessas onerosas remunerações foi a do “tratamento privilegiado” dado aos militares que compõem o primeiro escalão do governo, que viram um aumento de até 69% em seus ganhos com a aprovação da Portaria. Porém, ainda que o PL nº 6.726/2016 busque conter a “farras com o dinheiro público”, este não atinge a ala militar do governo nem seus aumentos, já que o acúmulo de cargos, empregos e funções públicas na administração por servidores e militares inativos não é vedado no projeto de lei. Segundo o jornal, para impor limites a acúmulos de militares do governo e servidores inativos, três emendas à Proposta de Emendas à Constituição (PEC) da reforma administrativa foram submetidas pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) buscando, também, “impedir a excessiva militarização de cargos civis”. (*Correio Braziliense - Economia - 18/07/21*)

### **Especialistas comentaram a “PEC Pazuello”, que busca limitar militares em cargos civis**

Em uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o cientista político Octavio Amorim Neto comentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe limitar institucionalmente a presença de militares em cargos civis, apelidada de “PEC Pazuello”. Primeiramente, o entrevistado disse que o projeto é uma “grande oportunidade” para o Legislativo “reafirmar suas prerrogativas relativas à defesa nacional e às Forças Armadas” e para restabelecer o controle civil sobre os militares, o qual, na visão de Amorim Neto, foi perdido com o início da Presidência da República de Jair Bolsonaro, em 2018. Além disso, ele completou que a PEC poderia ser uma ajuda vinda do poder civil às Forças Armadas, promovendo um descolamento do “redemoinho bolsonarista” que elas não teriam condições de fazerem sozinhas por sua forte conexão com o presidente. Sobre a repercussão da PEC entre os militares, Amorim Neto disse crer que os oficiais no topo da carreira irão apoiá-la discretamente, sendo que a aprovação do texto traria uma “enorme sensação de alívio”, por promoverem o desengajamento que elas autonomamente não são capazes de concretizar. Já sobre o apoio das três Forças à participação de militares da ativa em cargos civis, o cientista político disse não ter “evidências sólidas” para formar uma resposta decisiva, mas afirmou que tem “a impressão” de que a maioria dos membros das Forças Armadas é contrária ao Alto Comando e apoia a participação dos seus

pares da ativa em cargos civis. A respeito das consequências internas desse tipo de participação para as Forças, Amorim Neto disse que, primeiramente, elas deixariam de se dedicar exclusivamente a sua função primordial, a defesa nacional, em prol de ofícios desconexos “com a profissão das armas”, o que poderia acarretar em “uma perda de eficiência” da política de defesa. Adicionalmente, o cientista político também implicou que os cadetes e jovens oficiais teriam “uma visão distorcida do futuro da profissão”, já que aspirariam ofícios como o gabinete civil da Presidência da República ou o papel de Ministros de Estado, ao invés de se profissionalizarem como generais, almirantes ou brigadeiros especializados em guerra. Assim, ele conclui que “o pretorianismo e a fraqueza militar” são “irmãos siameses” que iriam continuamente se perpetuando. Além disso, o Estado também questionou sobre como é a participação de militares da ativa em cargos civis em outros países, ao que Amorim Neto respondeu que nos Estados Unidos e na grande maioria da América Latina tem-se limitações ou proibições a esse tipo de participação, sendo o Brasil e a Venezuela as únicas exceções. Quando o jornal questionou sobre como um novo governo civil e não bolsonarista lidaria com a desmilitarização do governo, o entrevistado respondeu que iria depender do capital político gerado na campanha presidencial de 2022 pelo candidato vitorioso. Concluindo também que os candidatos não bolsonaristas devem prometer de forma explícita ao eleitorado que vedarão a participação de militares em cargos civis, completando que esses já o deveriam começar a fazer agora, apoiando a PEC, para assim facilitar a desmilitarização pós-eleição. A respeito da necessidade de mudanças no ordenamento jurídico que vão além da PEC para evitar a participação de militares em áreas civis e na política, Amorim Neto disse que ela existe e citou a proposta de José Murilo de Carvalho de reformar o artigo 142 da Constituição Federal para eliminar “à garantia dos poderes constitucionais” do texto, para assim determinar firmemente o papel constitucional das Forças Armadas na República, sem abrir futuras margens para interpretações mais amplas. Por fim, o Estado questionou se as manifestações dos chefes das Forças contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e a entrevista do comandante da Aeronáutica na qual fez uma suposta “ameaça velada” não seriam uma tentativa dos militares de tentar permanecer no governo, para o qual Amorim Neto respondeu que não, sendo na verdade essas manifestações “sinais de desespero” pela “situação política periclitante do governo”, a qual certamente irá impactar as Forças Armadas. Já a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde, dissertou sobre a PEC em coluna para o periódico O Estado de S. Paulo, ressaltando que as “forças armadas devem lealdade ao País, ao Estado, não a presidentes que vêm, vão e fazem muito mais besteiras do que deveriam”. Segundo Cantanhêde, o general Luiz Eduardo Ramos, então chefe da Casa Civil, fez uma ligação, para a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) evidenciando seu apoio à PEC, e assim como ele, outros generais e oficiais demonstram apoio, além da grande aderência no Congresso - obteve 189 assinaturas, apesar de precisar de 171- e da sociedade - “segundo o Datafolha, 58% dos entrevistados são contra militares da ativa em cargos civis e 62%, contra a participação deles em atos políticos”. A jornalista avaliou que ainda há pressões para que se acrescente outras limitações na PEC, por exemplo para determinar que militares que disputem cargos eletivos passem automaticamente para a reserva. A jornalista considerou que a PEC surgiu em um momento ideal, citando dados do site Poder 360, que estima que 8.450 militares da reserva participam da administração, se dispondo ao uso de Bolsonaro, bem como a marca das Forças Armadas, ao se referir como “meu exército”, sugerindo um possível golpe e exigindo lealdade extrema de generais e oficiais envolvidos. (O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/07/21)

### **Militares serão investigados por irregularidades em licitações**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou no dia 14/07/21 que fosse aberta uma investigação para apurar a conduta de militares do Exército e da Aeronáutica que supostamente teriam tentado favorecer uma empresa na licitação de compra de móveis de escritório. O relator do caso foi Benjamin Zymler e as licitações investigadas envolvem o Grupamento de Apoio de Barbacena (unidade da Aeronáutica) e a 11ª Brigada de Infantaria Leve do Exército, sendo que no primeiro, estima-se o valor de pouco menos de R\$1 milhão e, no segundo, poderia chegar a R\$120 milhões. Além das similares acusações, as empresas envolvidas nas duas compras são as mesmas, têm os mesmos e



se localizam em Brasília, a Forma Office e a Forma Style, que vendem mobiliário de escritório. As compras para o caso do Exército datam desde 2019 e para a Aeronáutica, 2020. Além disso, o TCU também suspeita que, pelo excesso de critérios nos editais da compra, tenha havido favorecimento dessas empresas na licitação, além de apontar indícios que a Forma Office tenha se envolvido na escrita do edital junto à unidade do Exército. O Estado informou que tentou contatar o Ministério da Defesa e a empresa Forma Office para questionar sobre as investigações; porém não obteve respostas conclusivas. A Defesa respondeu que havia enviado os questionamentos às respectivas Forças, em um contato direto com o Comando da Aeronáutica. No entanto, o Estado foi informado que a Força não pretende se pronunciar na imprensa enquanto o processo estiver em apuração. Por fim, o jornal ressaltou que Zymler, apesar de reconhecer riscos de danos ao erário, permitiu que as contratações continuassem, já que uma nova licitação poderia acarretar em maiores custos que os já acarretados. Sobre os investigados, no caso da Aeronáutica, o jornal ressaltou que dois deles têm a patente de coronel. (O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21)

### **Ministério Público Federal reuniu provas de que militares e agentes da Abin furaram a fila da vacinação, com aval da Defesa**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, provas reunidas pelo Ministério Público Federal (MPF) mostram que o Ministério da Defesa agiu para que todos os militares da ativa das três Forças lotados em Brasília fossem vacinados como grupo prioritário. A iniciativa, segundo o MPF, contraria notas técnicas do Ministério da Saúde que ordenaram uma fila de vacinação diante da insuficiência de imunizantes contra a covid-19. Segundo a Folha, 100% dos efetivos de Exército, Aeronáutica e Marinha no Distrito Federal (29.671 homens e mulheres) foram incluídos como prioridade na fila de vacinação, com aval do Ministério da Saúde, sem que fosse levado em conta o critério de que os priorizados devem ser profissionais na linha de frente do combate à pandemia. O inquérito apontou que lotes de vacinas foram destinados com exclusividade às Forças Armadas, com participação do Quartel-General do Exército, a quem coube executar a vacinação dos militares. Segundo a procuradora da República Ana Carolina Roman, responsável pelas investigações, as notas técnicas do Ministério da Saúde "estão bastante claras": devem ser contemplados como prioritários somente os que estão envolvidos no combate direto à pandemia. O quantitativo de pessoal na linha de frente, informado no plano inicial, é de 6.753 pessoas. Contudo, em 20/06/21, 19.651 membros das forças haviam sido vacinados, ou 291% do total, conforme os números repassados ao MPF. Ainda segundo a Folha, o Exército envolveu-se diretamente na vacinação dos membros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), imunizando 130 agentes sem a aprovação dos técnicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde. O MPF constatou que uma lista sigilosa com nomes foi destinada diretamente ao Exército. Desta forma, os funcionários da agência seriam vacinados de forma privilegiada, da mesma maneira que os militares da ativa. O MPF investiga hipótese de todos eles terem furado a fila de vacinação, em vista do desrespeito às normas técnicas traçadas pelos membros do PNI, que objetivavam manter um fluxo de imunização de grupos prioritários. Em relação aos membros da Abin, Caroline Gava, técnica da PNI, em reunião com a procuradora Ana Carolina Roman e com a também técnica do PNI, Thaís Minuzzi, explicou que os profissionais não estariam contemplados. Osnei Okumoto, secretário de Saúde do Distrito Federal, em ofício ao MPF, buscou explicar o porquê da vacinação dos membros da Abin. Segundo ele, à vista do risco epidemiológico ocasionado pelo trabalho exercido pelos profissionais, o pleito de vacinação é justificável. Para Roman, a imunização dos membros da Abin desrespeitou as normas técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde, que classifica como grupo prioritário os militares das Forças Armadas e da força de segurança que estão na linha de frente no combate à pandemia. Segundo a Folha, jovens militares de 22 anos já foram convocados para a vacinação, enquanto a campanha de imunização para a população está estagnada nos 40 anos. Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin, declarou que a vacinação dos servidores atendeu a uma "iniciativa exclusiva" da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência. (Folha de S. Paulo - Saúde - 21/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 22/07/21)

### **Jornais apontam demissão de general Ramos da Casa Civil**

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, frente à queda de popularidade e enfraquecimento do governo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, promoveria uma reforma ministerial e, entre as mudanças, cogita-se a demissão do general da reserva Luiz Eduardo Ramos, ministro da Casa Civil, nomeando Ciro Nogueira para o cargo. O jornal avaliou que, com a alteração, Bolsonaro aproxima-se ainda mais do chamado centrão. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Bolsonaro e seus auxiliares mais próximos já teceram duras críticas ao centrão, a exemplo do general Augusto Heleno, que antes de assumir o Gabinete de Segurança Internacional, em um ato partidário, declarou em canção: "Se gritar pega centrão, não fica um meu irmão". A *Folha* avaliou que o governo deu lugar ao pragmatismo em nome da governabilidade e que a mudança em seu discurso eleitoral indica um afastamento dos militares do núcleo decisório do governo. Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, Ramos, considerado um dos mais leais apoiadores e amigo de Bolsonaro, alegou que não estava ciente das mudanças. Porém, o jornal avaliou que a saída do general da Casa Civil não indica um afastamento do governo, uma vez que se cogitava sua ida para a Secretaria-Geral da Presidência. Ainda conforme *O Estado*, a situação de Ramos é delicada, visto que abriu mão de ser Comandante Militar do Leste, no Rio de Janeiro, e passou para a reserva exatamente para ocupar um cargo relevante no governo. Apesar de alegar não saber sobre a mudança, Ramos declarou que irá cumprir a "missão" que lhe foi designada. (*Correio Braziliense* - Poder - 22/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 22/07/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 22/07/21)

### **Colunistas comentaram gestão de Braga Netto no Ministério da Defesa e relação de Bolsonaro com militares**

Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, tem buscado alinhar as Forças Armadas aos objetivos políticos do presidente Jair Bolsonaro, muitas vezes extrapolando suas atribuições, opinando em assuntos que não dizem respeito à pasta da Defesa. Segundo Azedo, evidencia-se na suposta ameaça de condicionar as eleições de 2022 à aprovação do voto impresso uma tática de desinformação. Ele diz que "esse morde-assopra é uma tática conhecida de contrainformação, que os militares utilizam em tempos de guerra, para testar suas cadeias de comando e a capacidade de resistência do inimigo". O jornalista Igor Gielow, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, afirmou que nesse ocorrido, o centrão saiu vitorioso, se afirmando como defensor da democracia e dando um passo na direção de desalojar os militares do cerne do governo Bolsonaro. O diretor de opinião do periódico *O Estado de S. Paulo*, Antonio Carlos Pereira, sinalizou em coluna opinativa que a defesa do voto impresso por Bolsonaro é uma manobra de antecipação, a fim de desqualificar possíveis resultados adversos nas eleições de 2022. Além disso, Pereira teceu críticas aos militares, por se deixarem usar pelo presidente, e ao centrão, por continuar a apoiar o presidente à medida que lhe são concedidos benefícios. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde reforçou que à medida que o centrão avança no governo Bolsonaro, o Ministério da Defesa se torna uma fortaleza a favor do presidente. Por outro lado, Cantanhêde avaliou que as desfeitas de Bolsonaro contra militares e a favor do centrão podem deixar Forças Armadas irritadas e se sentindo traídas. (*Correio Braziliense* - Política - 23/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 23/07/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 23/07/21)

### **Repercussão sobre a possível ameaça do general da reserva Walter Braga Netto I**

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, a declaração do ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, complicou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135 de 2019, que prevê a inclusão do voto impresso nas eleições. Segundo o jornal, parlamentares afirmaram que Braga Netto dificultou a aprovação da PEC do governo. O deputado federal Hildo Rocha declarou "Eu acho que ela vai ser enterrada. Vai ser arquivada. Ele (Braga Netto) jogou uma pá de terra na PEC. Já estava difícil ser aprovada, com essa mensagem de Braga Netto, ficou impossível". Já o deputado federal Fabio Trad afirmou que "O Congresso não pode baixar a cabeça. Se a Câmara votar favorável à PEC, a sociedade vai imaginar que foi por causa da

declaração de Braga Netto, assim, estaríamos nós submetendo a um relacionamento com domínio e submissão, com ameaças e chantagens. Isso fulminaria e aniquilaria o princípio da tripartição dos poderes. Seria a declaração de um regime ditatorial." Além disso, o jornal Folha de S. Paulo, publicou três editoriais sobre o assunto, dois redigidos pelos jornalistas Cristina Serra e Hélio Schwartzman. Ambos os editoriais repudiaram as supostas ameaças do general da reserva Braga Netto, e criticaram a participação de militares em assuntos civis, como também repudiaram a impunidade crescente de militares que ferem a Constituição, e se envolvem cada vez mais diretamente no governo e na política do país. Já o periódico O Estado de S. Paulo, o ex-secretário de Justiça Aloísio de Toledo César, expressou por meio de coluna opinativa sua conclusão sobre a ameaça do ministro da Defesa "Aquele que tem espadas na mão pode sentir a compulsão de atirá-la sobre a mesa na hora de uma negociação". Aloísio defendeu a separação entre os militares e o governo, e a submissão de civis e militares à Constituição brasileira, e à democracia. Em entrevista o ex-presidente da Comissão de Ética da Presidência da República Mauro Menezes, no mesmo periódico, afirmou que Braga Netto cometeu crime de responsabilidade, que é passível de punição. Menezes ainda afirmou "O ministro da Defesa não tem nenhuma competência para interferir em assuntos que digam respeito ao cumprimento do calendário eleitoral". Existem fatos a serem apurados, necessariamente. Uma vez confirmado este gesto (a ameaça à realização das eleições de 2022), nós estamos diante de um crime de responsabilidade cometido por um ministro de Estado. De acordo com o artigo 7.º da Lei de Impeachment, constitui crime de responsabilidade impedir, inclusive por ameaça, o livre exercício do voto. Utilizar o poder federal para impedir a execução de uma lei eleitoral também consta deste artigo 7.º como crime de responsabilidade e como hipótese de impeachment de ministro." (Correio Braziliense - Poder - 24/07/21, Folha de S. Paulo - Opinião - 24/07/21, Folha de S. Paulo - Coluna Opinativa - 24/07/21, O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 24/07/21, O Estado de S. Paulo - Política - 24/07/21)

### **Repercussão sobre a possível ameaça do general da reserva Walter Braga Netto II**

Segundo o jornal Correio Braziliense, no dia 24/07/21, Bolsonaro fez um passeio entre a Estrutural e a Asa Norte de Brasília e estava acompanhado do General da reserva Walter Braga Netto em alguns desses momentos. Já no final, quando perguntado sobre a carta enviada por Braga Netto ao atual presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira, que configurou uma possível ameaça, Bolsonaro não respondeu. O jornal Folha de S. Paulo, lembrou um caso ocorrido no dia 23/04/20 em que Braga Netto havia desmentido uma situação na qual estava correta, isso porque o general voltou a desmentir um ocorrido, também, agora sobre o envio à Arthur Lira do pedido sobre o voto impresso. Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, Elio Gaspari afirmou que o efeito bolsonarista nas Forças Armadas pode ser visto por meio da crença da opinião pública nas duas jornalistas que noticiaram a ameaça do que na nota contestatória do general quatro estrelas e ministro da Defesa. Ainda na Folha de S. Paulo, Eliezer Rizzo de Oliveira, cientista político e professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), comentou as repercussões do caso em uma entrevista e disse que 'protagonismo militar está em pleno ato', comparou a situação com a invasão do Capitólio por trumpistas nos Estados Unidos e diz que o desenho de uma crise vem da manifestação pelo voto impresso, sim, mas que desde 2018 um conjunto de interesses mobilizou as Forças Armadas como num partido "verde-oliva", adjunto a candidatura de Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/07/21)

### **Deputada comentou sobre a PEC dos militares**

Segundo o periódico Correio Braziliense, a deputada federal Perpétua Almeida, autora da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos militares, ou PEC 21/21, que proíbe militares da ativa de ocuparem cargos civis na administração pública, afirmou que após as declarações de Braga Netto, sobre uma possível ameaça de golpe, as chances de a PEC ser aprovada estão aumentando. Almeida ainda afirmou que conseguia mais assinaturas cada vez que um militar se posicionava de forma inadequada. A deputada ainda disse que a aprovação da PEC é necessária pois, "É preciso fazer valer a máxima de que as Forças Armadas são instituições de Estado, e não de governo". (Correio Braziliense - Poder - 24/07/21)

### Disputa entre militares e centrão pelo controle político no governo

Em editorial, O Estado de S. Paulo comentou a saída do general Luiz Eduardo Ramos da Casa Civil e a troca por um dos principais líderes do centrão, o Senador Ciro Nogueira. O jornal também relembrou a campanha eleitoral do presidente da República Jair Bolsonaro em 2018, em que o general Augusto Heleno cantou “se gritar pega centrão, não fica um meu irmão”. Após o anúncio do presidente pela substituição, porém, Heleno não se manifestou. Já o vice-presidente Hamilton Mourão disse que os eleitores “podem se sentir um pouco confundidos”. O jornal Folha de S. Paulo revisou algumas das 24 mudanças ministeriais feitas pelo presidente Bolsonaro, várias envolvendo militares, entre eles os que passaram pela Casa Civil e Augusto Heleno. Em coluna opinativa para o Correio Braziliense, Luiz Carlos Azedo comentou que a troca feita por Bolsonaro ocorreu devido ao medo do mesmo quanto ao impeachment, já que ele não confia mais apenas na liderança e capacidade política dos generais que o cercam. Azedo afirmou que “Os generais palacianos que mandavam e desmandavam no Palácio do Planalto levaram um baile dos políticos do Centrão” e que “A disputa entre os militares e os políticos do Centrão pelo controle político dos ministérios será a grande contradição interna do governo até as eleições”. A Folha apontou que o general resistiu em entregar a pasta ao líder do centrão às vésperas da reforma ministerial e tentou convencer o presidente em não o fazer, todavia, segundo auxiliares do presidente, o esforço teria sido em vão. O general, no entanto, negou ao jornal que estaria atuando por sua permanência no cargo. A Folha destacou que o centrão vinha pressionando pela saída de Ramos por sua falta de “traquejo político, falha na articulação com o Legislativo e [porque] breca demandas de senadores e deputados, como a liberação de emendas”. O jornalista Reinaldo Azevedo, em coluna à Folha, afirmou ser “preferível que o centrão seja ‘a alma’ do governo a que o governo tenha uma alma fardada e golpista”, ressaltando que os políticos podem ser removidos pelo voto. O colunista diagnosticou que a nomeação de Nogueira foi uma derrota para o que chamou de “Partido Militar”, dando início a um eixo do governo que não seja a força. “O risco de rompimento do equilíbrio instável não está no acordo com Nogueira e Lira, mas no seu descumprimento. O perigo está na derrota do centrão para o Partido Militar, não no contrário”, afirmou o jornalista, temendo pela democracia. (Correio Braziliense - Política - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/07/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 25/07/21)

### Vice-presidente da República e general Hamilton Mourão viajou para Angola

De acordo com a Folha de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, embarcou em uma viagem para Luanda, em Angola, onde participou da cúpula da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e autorizou 17 servidores para o acompanharem. O presidente da República Jair Bolsonaro teria, ainda, dado a missão para o general intervir na crise que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) enfrenta no país e que os gastos com a viagem custaram, até a data de publicação do jornal em 25/07/21, R\$ 340 mil ao governo federal. Em seu Editorial, a Folha de S. Paulo comentou o vexame que teria passado o general ao tentar defender a IURD que atualmente passa por acusações de crimes financeiros, com templos tomados pelo governo e a seu braço de mídia, Record, expulso. (Folha de S. Paulo - Opinião - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/07/21)

### Jair Bolsonaro vê Hamilton Mourão como cunhado

Os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo discorreram sobre a entrevista em que, quando respondia sobre as eleições de 2022 e a escolha de um novo vice-presidente, o presidente da República Jair Bolsonaro declarou que o atual vice, Hamilton Mourão, faz um bom trabalho, mas às vezes atrapalha. O presidente continuou, no entanto, em tom de brincadeira dizendo que a sua relação com Mourão é igual à dos cunhados, “Você casa e tem que aturar”. Essas declarações de descontentamento entre os dois não são de agora, mas desta vez o presidente ficou incomodado com a manifestação de insatisfação do vice em relação aos Ministérios. Bolsonaro deixou claro que quem nomeia os ministros é ele e que não aceita nenhum palpite a respeito. Os jornais apontaram que Bolsonaro teria dito que o nome de

Mourão foi escolhido “em cima da hora” nas eleições de 2018, e que “teve de engolir” em nome de acordo político. Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, Elio Gaspari comentou a tensão entre Bolsonaro e Mourão. Relembrando episódios passados de conflitos entre presidentes e vices - tais quais ocorreram com Dilma Rousseff e João Figueiredo - o escritor afirmou que “presidente atacando seu vice publicamente é coisa perigosa que, além de tudo, traz falta de sorte”. Para Gaspari, ainda, “Mourão está acima da média da equipe de Bolsonaro e poderia ter ajudado em tarefas mais meritórias do que embarcar para Angola numa missão municipal”, e defendeu que o pior que pode acontecer é ter “um capitão na Presidência desentendido com vice”. Por fim, segundo o autor, o desentendimento pode refletir no meio militar. Em editorial, O Estado de S. Paulo retomou as declarações pejorativas de Bolsonaro à Mourão e questionou: “Terá o presidente Bolsonaro tamanha limitação cognitiva para não perceber que os problemas enfrentados pelo governo não são causados por Hamilton Mourão?”. (Correio Braziliense - Política - 27/07/21; Folha de São Paulo - Política - 26/07/21; Folha de S. Paulo - Política - 27/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 28/07/21; O Estado de São Paulo - Política - 26/07/21)

### **Colunista discorreu sobre relação entre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e os militares**

Em coluna ao jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Eliane Cantanhêde discorreu sobre as relações entre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e as Forças Armadas. Cantanhêde apontou o “ódio” e rejeição dos militares a Lula e ao Partido dos Trabalhadores como uma das maiores dúvidas do ex-presidente e considera uma dúvida justa, já que durante seu mandato, as relações entre ambos foram harmônicas e com “Ministério da Defesa forte, boas relações entre presidente e comandantes militares e capacitação e reaparelhamento das Forças Armadas”. A jornalista apontou, por outro lado, que integrantes das três Forças relacionariam o partido à corrupção, sentiriam “ojeriza à esquerda” e à Comissão Nacional da Verdade e acreditam que o governo da ex-presidente da República Dilma Rousseff foi de “desastre econômico”, mas todos reconheceriam os altos investimentos destes governos nas Forças Armadas. Cantanhêde aponta que o atual presidente da República Jair Bolsonaro, por sua vez, “entupiu o Planalto e a administração de militares, melhorou os soldos, aumentou um bocado o salário dos mais íntimos e foi camarada na reforma da Previdência, além de ir a todo e qualquer evento militar”, no entanto, investimentos pesados na modernização da Instituição vieram no governo Lula, quando, inclusive, não se ouvia falar em militares “metidos na Saúde e em confusões”, ou em “lado podre”. Em casos de sindicâncias sobre desvio de conduta “foram internas, discretas e rigorosas”. Para a jornalista, se for pra (sic) serem contra alguém, “seria melhor ser contra ambos”. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/07/21)

### **Coronel da reserva fez comentários sobre urnas eletrônicas junto a Bolsonaro e Tribunal Superior Eleitoral abriu inquérito para apurar conduta do presidente**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o coronel da reserva do Exército, Eduardo Gomes da Silva, participou de transmissão ao vivo do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre as urnas eletrônicas em 29/07/21. Gomes da Silva foi apresentado por Bolsonaro como “analista de inteligência” e o presidente afirmou que o coronel estava retransmitindo informações que lhe foram passadas por outra pessoa, que optou por não aparecer devido a “muita preocupação pela sua exposição”. Segundo O Estado, o coronel, que já foi oficial de inteligência do Centro de Inteligência do Exército (CIE), foi indicado a um cargo no Palácio do Planalto em 2020 pelo general da reserva Luiz Eduardo Ramos, à época chefe da Secretaria de Governo. Posteriormente, Gomes da Silva acompanhou Ramos para o novo cargo de assessor especial da Casa Civil, onde permanece até hoje. Segundo oficiais ouvidos pelo jornal, o coronel já demonstrava simpatia por Bolsonaro enquanto estava na ativa, em 2018, “patrulhando” grupos virtuais de militares contra “críticos da partidização”. Durante a transmissão, o coronel afirmou que as urnas têm “problemas” e precisam de “melhorias”, sem apresentar provas dessas afirmações. A Folha, O Estado e o Correio Braziliense noticiaram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade abrir um inquérito administrativo para investigar as acusações proferidas por Bolsonaro contra o sistema eleitoral, sem apresentar nenhuma prova. Em sessão, o presidente Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou que



o Judiciário precisa "vislumbrar o momento adequado para erguer a voz diante de eventuais ameaças", e chegou a mencionar as Forças Armadas em seu discurso, em decorrência das últimas falas do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, mas desistiu, e por fim reforçou a importância de respeitar a constituição. O presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, destacou que o Brasil está à beira de uma "erosão democrática", e apesar de não mencionar diretamente, as mensagens de Fux e Barroso deixaram em evidência seus alvos, que segundo O Estado, inclui as Forças Armadas. Em editorial, O Estado ressaltou a importância de "finalmente", o judiciário "passar da palavra à ação, [...] cumprindo seu papel institucional". Em coluna opinativa ao Correio, o jornalista Luiz Carlos Azevedo criticou a postura de Bolsonaro, que se vê como figura inquestionável, e ressaltou que o poder instalado na Presidência é institucional, "sujeito aos freios e aos contrapesos dos demais poderes", e o Brasil é uma democracia de massas, consagrada pela constituição de 1988. Azevedo colocou o regime militar como paradigma do presidente, e o caracterizou como um conspirador contra a alternância do poder, pois não há outra maneira de explicar seu posicionamento de ataque às instituições, inclusive àquela que o elegeu. Azedo também ponderou sobre as manobras de Bolsonaro no que diz respeito às eleições e à atuação dos militares. Em sua visão, Bolsonaro se apoia nas Forças Armadas e no Centrão, enquanto busca minar o poder do STF e do TSE, usando como ferramentas a descentralização da apuração das eleições e a adoção do voto impresso. Ademais, Azedo argumentou que, consciente que as Forças Armadas não estão dispostas a interferir nas eleições, Bolsonaro busca acirrar a crise entre as alas mais saudosistas do regime militar e o STF, de modo a dificultar a realização do pleito em 2022. Em coluna ao mesmo periódico, o jornalista André Gustavo Stumpf classificou a política do presidente como a de "nível mais baixo desde que o Brasil se tornou independente", comprometendo negociações e demonstrando uma má educação em seus relacionamentos. Segundo Stumpf, Bolsonaro se elegeu sem projeto de Brasil, sustentando ideias religiosas, reacionárias e negacionistas, e instaurou um governo de intenso envolvimento militar, militares esses que vem se desgastando diante da opinião pública, e se envolvendo no governo de maneira constrangedora, resultado da "jogação" de militar contra militar promovida pelo presidente. (Correio Braziliense - Opinião - 03/08/21; Correio Braziliense - Política - 03/08/21; Correio Braziliense - Política - 06/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21; O Estado de S. Paulo - Especial - 04/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 03/08/21)

### **Retomada das atividades no STF contemplará discussão de ameaças feitas por Braga Netto**

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram que a retomada das atividades no Supremo Tribunal Federal (STF) contemplará discussões sobre as ameaças feitas pelo general Walter Souza Braga Netto, ministro da Defesa, sobretudo sobre o "recado" dado ao presidente da Câmara dos Deputados acerca da impossibilidade de realização das eleições de 2022 sem a aprovação do voto impresso. De acordo com a Folha, o relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, já se manifestou nas redes sociais exigindo respeito às instituições por parte das Forças Armadas. Segundo O Estado, além de Gilmar Mendes, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, vem sendo pressionado para se manifestar sobre a declaração de Braga Netto de que "não haveria eleições em 2022 se não houvesse voto impresso e auditável". Fux pretende utilizar o tradicional discurso de retomada dos julgamentos após o recesso do Judiciário, no dia 02/07/21, para "destacar que os Poderes não podem extrapolar seu papel", além de exaltar a "importância da estabilidade democrática", reafirmando que não admitirá ruptura institucional. Ainda de acordo com o periódico, Fux avaliou, em conversas reservadas, a possibilidade de citar as Forças Armadas e Braga Netto em seu discurso, ou manter o tom "mais genérico" para evitar animosidade com as Forças Armadas. Em seu editorial, o Estado avaliou o comentário de Braga Netto: é "um atentado contra o regime democrático a tentativa de impor alguma condição para a realização das eleições". Ainda segundo O Estado, no dia 03/08/21, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara aprovou a convocação de Braga Netto, com o intuito de ouvir as explicações do ministro acerca de suas declarações. Conforme publicado pela Folha de S. Paulo, no dia 04/08/21, o requerimento foi protocolado pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) e a previsão é para que o depoimento ocorra no dia 17/08/21. De acordo com o Correio Braziliense, o procurador-geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, está sofrendo

pressões internas em razão de seu “silêncio” perante os “ataques de Jair Bolsonaro às instituições”. Segundo subprocuradores ouvidos pelo periódico, essa “postura excessivamente discreta” não deverá continuar por muito tempo, já que “quanto menos o procurador age, mais os outros Poderes se movimentam”. O Correio ressaltou que “para piorar”, Gilmar Mendes determinou que a Procuradoria Geral da República (PGR) se manifeste sobre os pedidos de investigação contra Braga Netto e suas declarações sobre o voto impresso. (Correio Braziliense - Política - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 01/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/08/21)

### **Colunas e entrevista avaliam discursos de militares e a conjuntura política**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o geógrafo Demétrio Magnoli afirmou que “os golpistas brasileiros” no entorno do presidente da República, Jair Bolsonaro, utilizam a palavra liberdade como senha para reconhecerem uns aos outros, citando como exemplo a nota recente do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, e outra anterior, assinada em conjunto com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em repúdio às declarações do senador Omar Aziz, na qual afirmaram o compromisso das Forças Armadas com a “liberdade do povo brasileiro”. Magnoli destacou que as afirmações funcionam, por um lado, para testar a tolerância do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) diante da ameaça, e de outro, “enviam sinais para grupos bolsonaristas em quartéis militares e policiais” para indicar claramente sua posição política. Em análise, a Folha avaliou a atual conjuntura do governo Bolsonaro, apontando a impopularidade do presidente. Em uma parte do texto, também comparou Bolsonaro ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lembrando como após perder as eleições para Joe Biden em 2020, o então mandatário estadunidense - apontado também como um ídolo e “prole” de Bolsonaro - promoveu “a farsa da intetona de 6 de janeiro”, isto é, provocar uma massa de pessoas a invadir à força o Legislativo estadunidense para impedir a confirmação de posse de Biden. Mesmo com o fracasso do intento, ainda assim houve danos institucionais e repercussões, como uma manifestação anti-golpista dos chefes das Forças Armadas dos Estados Unidos. Nisso, a análise apontou que o Ministério da Defesa - liderado por Braga Netto - está indo “na direção contrária” ao que os norte-americanos fizeram. Por outro lado, o jornal também afirmou que os comandantes das Forças brasileiras ainda assim prometem legalismo, mesmo que de forma discreta e longe do público. Em entrevista ao Correio Braziliense, o ex-deputado federal Alberto Fraga afirmou que pelo fato de os militares não serem “treinados” à prática política, eles cometem erros, pois essa prática exige habilidade que a formação militar não proporciona. O ex-parlamentar, que indicou ainda apoiar o presidente da República, considerou a pandemia como o principal vetor de desgaste do governo Bolsonaro e avaliou que foi um erro nomear um ministro da Saúde que não é médico e que inseriu muitos militares – e não técnicos em saúde – em postos chave do Ministério. Fraga justificou que possivelmente Bolsonaro nomeou militares para a pasta da Saúde a fim de acabar com a corrupção, já que militares, na visão de Fraga, apesar da pouca ou nula habilidade política, são disciplinados e fiéis. (Correio Braziliense - Política - 03/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/08/21)

### **Gravações confirmaram lobby de militar para empresa de vacinas**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o representante da empresa Davati Medical Supply, Cristiano Alberto Hossri Carvalho, entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 gravações de áudio enviadas a ele pelo tenente-coronel da reserva do Exército e ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Marcelo Blanco. Nas gravações, Blanco instruiu Carvalho sobre como redigir um e-mail e para qual endereço eletrônico institucional deveria remetê-lo para acessar seu ex-chefe no Ministério da Saúde, Roberto Dias, e vender 400 milhões de doses inexistentes de vacina contra a covid-19. O tenente-coronel afirmou ao periódico que não negociou vacinas, e que sua orientação se tratava apenas de “dar uma clareza e uma transparência de um ato lícito”. (O Estado de S. Paulo - Política - 31/07/21)

### Periódicos indicam que a ala militar no governo perdeu terreno para o chamado “Centrão”

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, a escolha do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, retirando o general Luiz Eduardo Ramos do posto, se revelou como representação sintomática da abertura dada às forças do “Centrão” em contraposição à base militar do governo de Jair Bolsonaro. De acordo com a notícia, “os militares foram relegados ao segundo plano” não apenas no Planalto, mas também nas pastas de coordenação do combate à pandemia, mostrando que o governo tem distanciado generais que estão no poder. Ainda que existam áreas nas quais o controle militar é presente – como a Petrobrás e Itapu –, fato é que o “Centrão” “já mira outros postos para ampliar a influência”, ocupando o espaço que era dos militares. Consonantemente, o jornal Correio Braziliense atestou que a ascensão de Nogueira à Casa Civil indica uma “mensagem de que a política está finalmente entregue aos profissionais”, implicando assim em uma “esperada diminuição de espaço dos militares”, os quais, na avaliação do periódico, seriam “pouco hábeis” em articulações com lideranças do Congresso Nacional. Trazendo a opinião do professor Eduardo Galvão, avaliou-se que a presença de Nogueira seria uma mudança na configuração do Executivo federal em desfavor dos militares, visto a importância da Casa Civil na elaboração de políticas públicas para a União. Contudo, o Correio também apontou que a desmilitarização não será fácil, já que os oficiais indicam que não irão ceder facilmente e “nem ficarão com o ônus da incompetência no trato com o Legislativo”. Além disso, avaliando que a entrada de Nogueira na Casa Civil seria para apaziguar os possíveis danos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 do Senado Federal pode causar ao governo Bolsonaro, o Correio também afirmou que será difícil que o novo ministro dissocie os militares das “estranhas transações” investigadas pelos senadores, especialmente considerando a forte presença de militares no Ministério da Saúde durante a pandemia de covid-19. A partir disso, o jornal discorreu sobre diversos temores das Forças Armadas com a conjuntura atual, como o desgaste da sua imagem potencializado não só pela CPI como também pela impopularidade do presidente Bolsonaro. Até a indicação de Nogueira, valia a pena para os militares permanecerem no governo e, futuramente, tentar recuperar dos desgastes. Porém, com a reforma ministerial, os militares estariam reavaliando se tal posição é correta, visto as expectativas da sociedade brasileira para com as Forças Armadas. Além disso, outro temor dos militares é que o “Centão” tente “minar a influência dos fardados” no governo, para então culpabilizá-los pelos fracassos da gestão Bolsonaro. Outrossim, o Correio também reportou as afirmações feitas pelo vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, sobre seu cargo. Segundo o Correio, Mourão – que assim como a ala militar foi “escanteado por Bolsonaro” – afirmou que não pensa em deixar o cargo, ainda que esteja sendo cotejado para compor outras chapas para as próximas eleições. Utilizando as redes sociais para se manifestar, vice-presidente não hesitou em divergir de Bolsonaro, chegando a repudiar “veementemente a ideia de não aceitar que o pleito de 2022 seja feito sem voto impresso”. Por fim, a reportagem destacou que, para pessoas próximas a Mourão, seu distanciamento é reflexo de sua postura mais “ponderada” e da tentativa de “chegar em 2022 ‘livre’ de qualquer conexão com o presidente”. (Correio Braziliense - Poder - 01/08/21; Correio Braziliense - Poder - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/08/21)

### Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 continuará investigações contra oficiais das Forças Armadas

De acordo com reportagens dos periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 do Senado Federal avaliaria se o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, deverá ou não depor perante os parlamentares. Segundo o jornal, no dia 02/08/21, os senadores iniciariam informalmente conversas sobre o caso, para então votar a questão. O requerimento de convocação é de autoria do senador Alessandro Vieira. Caso convocado, Braga Netto deverá prestar explicações sobre o período em que chefiou a Casa Civil (fevereiro a abril de 2020), com a CPI apurando se houve pressão no Ministério da Saúde para o fechamento de contratos. Na avaliação dos jornais, os parlamentares estão insatisfeitos com atitudes de Braga Netto, visto o conflito eclodido entre o ministro e o presidente da CPI, senador Omar José Abdel Aziz, além da declaração do militar condicionando

as eleições de 2022 à aprovação do voto impresso. Adicionalmente, o jornal também lembrou que o presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), almirante Antonio Barras Torres, disse em seu depoimento que Braga Netto atuou na tentativa de mudar a bula da cloroquina para que seu uso fosse aconselhado no tratamento contra covid-19, uma das linhas de investigação da CPI. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a CPI deverá encerrar as investigações referentes aos casos covaxin e Davati, para então se concentrar em "novas frentes de apuração". Nisso, os senadores discutem sobre pautas como uma reconvocação do ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, para depor, não sendo consensual entre todos os partícipes se deveriam ou não priorizar o militar. Contudo, a Folha apontou que uma nova oitiva com Pazuello é vista pelos senadores como "um momento fundamental das investigações", tendo sido uma pauta que "ganhou força" com novos indícios de irregularidades e corrupção no Ministério da Saúde durante sua gestão, havendo inclusive parlamentares que dizem ser necessário uma maior análise de elementos antes da convocação. A Folha ressaltou que Pazuello tem sido acusado de ter mentido em oitiva passada, além do envolvimento do militar com uma compra suspeita do imunizante coronavac e com negociações sobre a vacina covaxin. Sobre as investigações do contrato irregular para a compra desta última vacina, a Folha informou que há o registro de oito chamadas do telefone de um capitão de mar e guerra que ocupa cargo no ministério da Defesa, e outras quatro do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), no celular de Emanuela Medrades, diretora da Precisa Medicamentos. Anteriormente já havia sido apontado o intenso fluxo de ligações do telefone da diretora aos principais gabinetes do Ministério da Saúde, simultânea à primeira proposta de negociação da covaxin. A Folha procurou o capitão da Marinha por três dias para questioná-lo a respeito das ligações e não obteve resposta, e Heinze afirma não se lembrar da ligação, por ligar para muitas pessoas diariamente. (Correio Braziliense - Poder - 01/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/08/21)

### **Jornal entrevistou general que chefia a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo**

Em uma reportagem e uma entrevista, o jornal O Estado de S. Paulo abordou a trajetória de João Camilo Pires de Campos, conhecido como "o general do Doria" em razão de sua proximidade com o governador do estado de São Paulo, João Doria. O militar atua na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo desde janeiro de 2019, porém, no passado, esteve duas vezes à frente do Comando Militar do Sudeste (CMSE), ainda se mantendo próximo dos "colegas de Exército", os quais já o procuraram para saber informações sobre Doria. Campos tem formação militar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e foi no posto no CMSE onde teve seus primeiros contatos com o então governador paulista, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Doria. Na sua trajetória nas Forças Armadas, Campos participou de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) no Rio de Janeiro. Em 2018, fez parte da campanha presidencial de Alckmin, época em que as Polícias Militares (PMs) questionavam a administração do partido na Segurança Pública, querendo mais espaço na secretaria. Por fim, em 2019, o recém-empossado governador escalou Campos improvisadamente para pacificar tais queixas, um "arranjo de poder no contexto da volta dos militares à política nacional". Segundo o Estado, apesar de ter iniciado seu percurso na Secretaria sem entender muito do assunto, Campos utilizou-se da experiência no Exército, lembrando, por exemplo, de seus contatos enquanto comandante do CMSE com policiais civis e militares, algo que foi usado na Secretaria quando tentou apaziguar o conflito entre as duas classes por protagonismo. Em sua gestão, o militar atuou para "conter a corrosão que o bolsonarismo provocou em outras polícias estaduais" (como o motim que ocorreu no Ceará ou os episódios de violência contra opositores de Bolsonaro em Pernambuco) de acontecer em São Paulo, prevenindo uma maior politização da PM paulista através de uma postura "afável e conversa mesmo com quem discorda". Segundo O Estado, insubordinação nas polícias de São Paulo é uma "ameaça real", visto que já foram registrados flagras de agentes defendendo o uso da violência contra manifestantes de oposição ao presidente da República. Segundo o sociólogo Renato Sérgio de Lima, Campos "trouxe para a Segurança a ideia de controle na ponta da linha, que existe no Exército". A respeito do governo do presidente da República, Jair

Bolsonaro, e de suas ameaças antidemocráticas contra as urnas eletrônicas, resultando no que o jornal chamou de um “clima de golpe que ronda o País”, Campos disse que o Exército não irá “embarcar em nenhuma aventura” e que a Força continua sendo a mesma que era antes da eleição de Bolsonaro em 2018. O secretário retratou os militares de forma muito elogiosa, discorrendo sobre sua base e sistemas, destacando a educação e cultura como fontes de valores. Além disso, o militar também disse que os integrantes do Alto Comando do Exército, seus conhecidos, estão “comprometidos com os princípios de neutralidade, isenção e apartidarismo”. A respeito do projeto de emenda constitucional (PEC) que busca afastar militares de cargos de natureza civil, Campo disse que “há funções fora da Força que são dedicadas” e típicas de profissionais da ativa, como o Gabinete de Segurança Institucional e o Ministério da Defesa, nas quais não há inconveniência. Contudo, o secretário também disse que, para outros setores, ele não concorda que o perfil militar os ocupem. Ainda assim, ressaltou que caso o indivíduo seja da reserva, não há tanto problema, visto que estes recebem uma “educação continuada” e carregam um perfil bem preparado em várias áreas. Sobre os prospectos para 2022, Campos disse que não pretende ser candidato como outros militares conhecidos seus foram em 2018, mas que ainda não tem certeza de seu futuro. Além disso, quando questionado se assumiria o Ministério da Defesa em um possível governo presidencial do governador João Doria, possível candidato para 2022, Campos disse que nunca conversou com o psdbista sobre o assunto. Também sobre o futuro, o presidente do PSDB paulista, Marco Vinholi, disse que o partido apoiará o secretário caso queira concorrer a um cargo eletivo, dizendo que ele “é um general com o perfil do Doria”. (O Estado de S. Paulo - Política - 02/08/21)

#### **Livro analisa volta de militares ao poder**

Em reportagem da Folha de S. Paulo, o jornalista Igor Gielow teceu críticas ao livro ‘Dano Colateral’ da jornalista Natália Viana, que relaciona a “ação na segurança pública à volta dos militares na política”. O trabalho de Viana buscou mapear a cronologia do processo que levou a volta dos militares ao poder, que tem se mostrado repetitivo desde 1889. Gielow destacou que o melhor conteúdo do livro é a reportagem que analisa “35 mortes de civis em conflito com forças militares brasileiras nas chamadas GLOs (Operações de Garantia de Lei e de Ordem)”, instrumento esse que chegou a ser usado 11 vezes em ações em um só ano de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na avaliação de Gielow, o texto possui viés esquerdista e tem êxito “ao tentar caracterizar as GLOs e o Haiti como berços do militarismo do governo federal”. A autora disserta a respeito do ciclo do papel militar de “lei e ordem” na história do país, e ressalta o uso que presidente Bolsonaro faz do artigo 142 da constituição de 1988 sempre que esse o favorece. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 03/08/21)

## **AGOSTO**

#### **Periódico traçou perfil de coronel acusado de espionagem**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o coronel da reserva Roberval Corrêa Leão é da mesma turma de 1978 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) que o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. Leão foi apontado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) como enviado por Braga Netto para levantar informações de sua vida, como possíveis escândalos, “para saber o que é que podia ter para usar” contra o senador. O militar é coronel de cavalaria, mesma arma de Braga Netto e dos generais Hamilton Mourão e Augusto Heleno, respectivamente vice-presidente da República e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, e desempenha o cargo de primeiro-assessor parlamentar do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, estado de Sergipe. Ainda segundo O Estado, dados do Portal da Transparência apontam que o coronel de 65 anos recebe R\$ 29 mil de aposentadoria, desde que passou para a reserva em 2003, e que em suas redes sociais o apoio ao presidente da República Jair Bolsonaro é expressivo. Questionados pelo periódico, Roberval Leão e Braga Netto negaram as acusações. (O Estado de S. Paulo - Política - 07/08/21)

#### **Presidente do Tribunal Superior Eleitoral se reuniu com o vice-presidente da República Hamilton Mourão sobre apoio dos militares à ruptura democrática**

De acordo com o periódico O Estado de S. Paulo, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luís Roberto Barroso se reuniu com o vice-presidente da República, general Hamilton



Mourão, no dia 10/08/21, enquanto acontecia o desfile militar na Praça dos Três Poderes. No encontro, que não constava da agenda oficial das duas autoridades e foi mantido em segredo, o ministro Barroso indagou sobre a escalada de tensão entre os Poderes e um possível apoio das Forças Armadas a qualquer tentativa de golpe por parte do presidente da República Jair Bolsonaro, e Mourão o teria tranquilizado reafirmando o compromisso do Alto-Comando com a legalidade e que "ninguém impediria as eleições em 2022". (O Estado de S. Paulo - Política - 14/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 15/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/08/21)

### **Hamilton Mourão reagiu às ameaças de Jair Bolsonaro contra ministros do Supremo Tribunal Federal**

De acordo com os periódicos O Estado de São Paulo e Correio Braziliense, o vice-presidente, Hamilton Mourão, declarou que acha muito improvável que os membros do Senado Federal aprovem o impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A declaração veio logo após as ameaças feitas pelo presidente da República Jair Bolsonaro, após os membros do Supremo decretarem a prisão de Roberto Jefferson, presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro e aliado de Bolsonaro. O vice-presidente também declarou que não enxerga Roberto Jefferson como uma ameaça para a democracia brasileira e se disse contrário ao voto impresso. (Correio Braziliense - Poder - 16/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/08/21)

### **Regime militar de "exceção", segundo general Luiz Eduardo Ramos**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, durante audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos, declarou que o regime militar (1964-1985) foi de "exceção", com o Congresso Nacional fechado, porém funcionando. O ministro da Defesa, Walter Braga Netto, também em uma reunião com os deputados federais, negou a existência da ditadura, alegando que houve um "regime forte" no país. Ramos, durante a audiência na Câmara Deputados, comparou o regime militar com a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), segundo ele, ao contrário do período de Vargas, o Legislativo continuava funcionando quando os militares governavam o Brasil. (Correio Braziliense - Poder - 19/08/21)

### **A costureira menção a militares na Comissão Parlamentar de Inquérito**

Conforme o periódico O Estado de S. Paulo, o advento de egressos das Forças Armadas em negociações com empresas intermediárias baseava-se na intenção de obter uma carta de intenções do Ministério da Saúde. A carta de intenções per se, não asseveraria ao grupo findar a venda de supostas vacinas ao Ministério, no entanto, a posse dela seria determinante para outros negócios. Ex- gestores do Ministério afirmaram que o papel teria potencial para credenciar fornecedores junto à indústria. Ademais, segundo apuração do Estado, senadores informam que em posse do documento, o grupo teria amparo para procurar o mercado financeiro em busca de crédito. As investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apontam para a participação direta de ao menos quatro militares na tentativa de facilitar a entrada de supostos vendedores de vacina no Ministério, sendo eles: os coronéis da reserva Gláucio Octaviano Guerra, da Força Aérea Brasileira, Marcelo Blanco da Costa e Hécio Bruno de Almeida, ambos do Exército, e o cabo Luiz Paulo Dominghetti, da Polícia Militar (PM) de Minas Gerais. O tenente-coronel Almeida, presidente do Instituto Força Brasil, atuou para que o reverendo Amilton de Paula, controlador da Secretaria Nacional de Assuntos Religiosos (SENAH), conseguisse uma reunião no Ministério da Saúde, o reverendo foi um dos que tentaram conseguir um acordo com a Davati, empresa estadunidense que oferecia imunizantes da AstraZeneca. Em seu depoimento, coronel Almeida ficou em silêncio quando questionado se seu instituto receberia algum montante caso a vacina fosse vendida à pasta. O coronel Blanco da Costa foi assessor do Departamento de Logística (DLOG) do Ministério, responsável pelos contratos de vacina entre maio de 2020 e janeiro deste ano, foi autor do encontro entre o PM Dominghetti, vendedor da Davati, e o então diretor do departamento, Roberto Dias. Blanco da Costa direcionava Dominghetti sobre as maneiras de acessar o DLOG, no entanto, argumentou que foram direcionamentos francos. Guerra, que está na reserva da Aeronáutica desde 2016, foi

o responsável por conectar Herman Cárdenas, dono da Davati, com Cristiano Carvalho, que se tornaria representante da empresa no Brasil. O coronel negou ter feito a conexão entre ambos com interesses em acordos futuros. Em decorrência esses fatos a tensão entre os integrantes da CPI e as Forças Armadas se mantém, haja vista a menção costumeira a militares durante as sessões. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/08/21)

### **Deputada propôs quarentena de cinco anos para agentes de segurança e militares participarem de eleições**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, a Relatora do novo Código Eleitoral, deputada Margarete Coelho, apresentou um parecer que abarca uma quarentena de cinco anos para militares, policiais, juízes e promotores concorrerem em eleições. O dispositivo dispõe que ficarão inelegíveis para cargos públicos os agentes que não tenham se afastado definitivamente das suas funções por, pelo menos, cinco anos antes da candidatura. O texto prevê que a inelegibilidade não afeta “juízes, membros do Ministério Público, militares e policiais que estejam no exercício do mandato eletivo ou que já tenham exercido mandato até a publicação do código”. A Folha ainda indicou que a proposta encontra apoio na Câmara tanto na oposição quanto entre partidos do chamado “centrão”, unidos pela tentativa de barrar pretensões políticas de integrantes da força-tarefa da Lava Jato, além de conter a politização de quartéis e polícias. O Estado de S. Paulo relatou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, pretende vetar a medida caso ela venha a ser aprovada no Congresso. O jornal citou uma fala de Bolsonaro em transmissão ao vivo nas redes sociais em 26/08/21: “O policial, o militar e o juiz também têm direito de se candidatar. Para tirar o Sérgio Moro não posso prejudicar todo mundo”. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21; O Estado de S. Paulo – Política - 27/08/21)

### **Analistas retomaram história das Forças Armadas e teoria política para discutir problemas atuais**

Em coluna para a Folha de S. Paulo, o jornalista Ruy Castro relembrou o caso de Benjamim Vargas, irmão do ex-presidente da República, Getúlio Vargas. Benjamim foi nomeado pelo irmão Chefe de Polícia do Distrito Federal com o intuito de tramar contra as eleições presidenciais marcadas para o ano de 1945, que marcariam o encerramento do governo de Getúlio. O jornalista lembrou que, além de irmão do ditador, Benjamim Vargas era também oficial do Exército, mas jogava as instituições na rua, e isso o Exército não tolerou. Vendo em sua nomeação um uso da Força Armada para garantir o continuísmo, os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra agiram, depuseram Getúlio Vargas e as eleições transcorreram normalmente. Já a professora universitária Claudia Costin relembrou, em coluna para a Folha, os aniversários de duas datas marcantes: o suicídio de Vargas, em 24/08/1954 e a renúncia de Jânio Quadros, em 25/08/1961. Costin destacou as datas como lembrança de pessoas concretas, com acertos e erros, que enfrentaram o desafio de implementar políticas públicas e deixaram legados concretos, que duram até hoje: de Vargas, a economia diversificada e a legislação trabalhista; de Quadros, o espaço aberto para a posse de João Goulart, o regime parlamentarista e o golpe militar subsequente. O jornalista Severino Francisco, em coluna para o Correio Braziliense, citou o marechal Rondon, herói do Exército, como exemplo de dignidade no trato com os povos da floresta, tendo-os defendido contra os madeireiros, os garimpeiros e os ignaros. Tal exemplo, segundo o autor, deve alimentar maior respeito à dignidade dos indígenas, contrários ao estabelecimento da tese do marco temporal no Supremo Tribunal Federal. Já o advogado Almir Pazzianotto Pinto tratou, em coluna para o Estado de S. Paulo, dos efeitos do militarismo. Segundo o autor, o militarismo é o mais nocivo e cruel dos regimes. Citando Gianfranco Pasquino, teórico político, o autor entende o militarismo como “vasto conjunto de hábitos, ações e pensamentos associados com o uso de armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares. (...) Ele visa objetivos ilimitados; objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé”. A economista Laura Kapurska, em coluna ao Estadão relembrou que o Estado tem como um de seus fundamentos o

monopólio do uso da força. No Brasil, os agentes responsáveis por aplicar as forças coercitivas seriam as Forças Armadas e os agentes de segurança (polícias militares, civis e federais), as quais devem atender a interesses do Estado, não políticos. Segundo a autora, "a partir do momento em que agentes de segurança pública passam a personificar o uso da força ou se mostram viesados politicamente, a estrutura estatal que unifica todas as instituições que firmam uma nação fica ameaçada". Já o jornalista Luiz Carlos Azedo tratou do negacionismo em sua coluna no Correio Braziliense. O autor partiu da definição de negacionismo como o ato de negar uma informação estabelecida em bases científicas, ou seja, amplamente estudada e comprovada. Para isso, segundo o articulista, o negacionismo utiliza os preconceitos e o senso comum para construir teorias conspiratórias. Ele citou como um negacionismo, por exemplo, a postura de se admitir as Forças Armadas como poder moderador, elemento que não existe na Constituição. (Correio Braziliense - Cidades - 27/08/21; Correio Braziliense - Política - 27/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 27/08/21; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 27/08/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 27/08/21)

### **Periódicos comentaram declarações de Bolsonaro**

Em coluna opinativa para o jornal Correio Braziliense, o empresário José Horta Manzano comentou as recentes declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de membros das Forças Armadas sobre a possibilidade de ruptura institucional, afirmando que a declaração do tenente-brigadeiro da Aeronáutica de que "homem armado não ameaça" deixou claro que qualquer tentativa não receberia apoio dos militares. A deputada federal Tabata Amaral, em coluna para a Folha de S. Paulo, assinalou a necessidade de "repactuar" o papel do Exército num regime democrático, por ainda ser tratado por lideranças partidárias como "fiador da nossa democracia", promovendo reuniões com generais da reserva e da ativa sobre o assunto. Amaral sinalizou a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 21/2021, proibindo militares da ativa de assumirem cargos no governo, e a punição a apologias da ditadura militar como um começo para "deixar de tratar os fardados como se fossem um Poder Moderador". O sociólogo Demétrio Magnoli, também em coluna para a Folha, afirmou que Brasília se tornou sinônimo de um "apaziguamento" que precede "traição", citando a ausência de punição ao general Eduardo Pazuello e declarações de Bolsonaro sobre o "meu Exército" como sendo uma tentativa de apaziguamento que preludia uma "milícia nucleada por militares amotinados". Magnoli ressaltou que a agitação entre as fileiras das Forças Armadas "ainda não ganhou tração", mas que o espaço para tal foi aberto pelo comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, quando "jogou à lata de lixo o Regulamento Disciplinar" que proíbe manifestações políticas por parte de militares da ativa. Em editorial, o periódico O Estado de S. Paulo afirmou que o estímulo de Bolsonaro à compra de fuzis por parte da população em circunstâncias normais "já seria uma absoluta estupidez", mas que nas circunstâncias atuais, de crise econômica e sanitária, é uma "criminoso indiferença com a população", inventando atritos com os Poderes legislativo e judiciário para "esquivar-se dos problemas nacionais". Em uma entrevista concedida ao Correio, o ex-prefeito de São Paulo e presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, quando questionado sobre as afirmações de Bolsonaro que implicam o uso das Forças Armadas como uma força moderadora, o político disse que não acredita na concretização das ameaças. Segundo Kassab, tais falas do presidente são "apenas para causar confusão, preocupação", buscando instigar um questionamento na solitude das instituições brasileiras, as quais o político reitera que "funcionam" e que "estabilidade que no Brasil hoje existe". Consonantemente, sobre as Forças Armadas, Kassab disse acreditar que elas "sempre cumprirão seu papel", relegando a condução de questões políticas ao Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Opinião - 28/08/21; Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 28/08/21)

### **General da reserva assumiu Secretaria de Saúde do Distrito Federal**

Segundo o periódico Correio Braziliense, o general da reserva Manoel Luiz Narvaz Pafiadache tomou posse como novo secretário de Saúde do Distrito Federal (DF). O general Pafiadache ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) do Exército em 1973, chegando a ser

instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Passou para a reserva em 2018, quando ocupou o cargo de diretor administrativo do Instituto Hospital de Base do DF. Em junho de 2021 foi nomeado superintendente executivo do Instituto de Cardiologia do DF, cargo que ocupava até a nova nomeação. (Correio Braziliense - Cidades - 28/08/21)

### **Colunistas e especialistas comentaram as preparações do governo para o 7 de setembro**

As convocações para manifestações de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, feitas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foram comentadas por colunistas e especialistas e reavivaram discussões sobre a presença militar no atual governo. Em coluna ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o presidente, não tendo conseguido “arrastar as Forças Armadas para uma aventura golpista”, pretende instrumentalizar o 7 de setembro para mostrar “que pode resolver no braço o que não consegue pelo convencimento”. De modo similar, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, em sua coluna opinativa ao jornal O Estado de S. Paulo, enfatizou que as Forças Armadas “não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político”, e que, portanto, devem ser respeitadas. Nesse sentido, o general reiterou que por maior que venha a ser a adesão às manifestações previstas para o 7 de setembro esta, ainda assim, “não representa a vontade de um povo inteiro”. Já para o consultor e cientista político entrevistado pelo periódico Folha de S. Paulo, Christopher Garman, apesar do momento polarizado em que vivemos, as demonstrações do dia 7 de setembro não devem representar um “risco relevante”, afinal existe um “incômodo [entre os] generais da ativa de quatro e cinco estrelas em ter a sua reputação fisicamente associada com o governo Bolsonaro”. De modo contrário, o jornalista Alvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a Folha, afirmou que a manifestação possui “todas as características de um ensaio de golpe”, inclusive contando com aval “dos generais que aceitaram fazer parte da aventura recebendo altos salários”. O colunista da Folha de S. Paulo Jânio de Freitas declarou que quem “nega altos riscos na ação de bolsonaristas no 7 de setembro [...] está a serviço de Bolsonaro”. Para Freitas, os riscos das manifestações em um “7 de setembro do povo” definitivamente criam uma incógnita em relação ao verdadeiro papel dos militares do Exército, mas não permitem previsões totalmente positivas ou negativas sobre o evento, ainda que “o bolsonarismo seja perigoso em si mesmo”. (Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/08/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 29/08/21)

### **Deputada bolsonarista será relatora da PEC Pazuello**

De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a deputada federal Christine “Chris” Nogueira dos Reis Tonietto foi escolhida como a relatora do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que busca impedir que militares da ativa ocupem cargos políticos, chamada de “PEC Pazuello”. Tonietto foi escolhida pela deputada federal Beatriz “Bia” Kicis de Sordi, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados - colegiado parlamentar que atualmente analisa a PEC - para a posição. A relatora, assim como Kicis, são descritas pela Folha como próximas ao presidente da República Jair Bolsonaro, sendo a presidente classificada como “bolsonarista” e Tonietto como apoiadora dos projetos legislativos da base governista. Além disso, o jornal também ressaltou que a decisão de Kicis foi criticada entre outros deputados, com os apoiadores da PEC dizendo que esperavam “alguém mais técnico e que transitasse melhor com os núcleos da Casa”. Segundo a deputada federal Maria Perpétua de Almeida, autora da PEC, a escolha de Kicis foi previsível e Tonietto “não poderá fugir de um relatório técnico”, isto é, um que vislumbre a constitucionalidade do projeto e não o seu mérito, já que caso o contrário ele terá dificuldades de ser aprovado. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/08/21)

### **Professora analisa artigo de Lewandowski sobre intervenção armada**

Ao periódico Folha de S. Paulo, a professora e advogada Eloísa Machado de Almeida apresentou uma análise do artigo publicado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, intitulado “intervenção armada: crime inafiançável e imprescritível”. No decorrer do escrito, se esclarece que a sublevação de armas por policiais, soldados, milícias e

gerais é rejeitada pelo ordenamento jurídico. A constituição, um projeto de lei sobre crime contra o Estado democrático de direito, o Estatuto de Roma e a jurisprudência do Tribunal Penal Internacional são usados como respaldo, dando base para os argumentos do ministro. Segundo Eloísa, o artigo foi publicado tardiamente, se sua intenção é a de alertar sobre a militarização da política, pois o perigo já se consumou. A professora classifica o governo de Jair Bolsonaro como militar-civil, pelo extenso número de militares ocupando cargos em seu governo, porém se dirigido ao futuro de 2023 aos que anseiam pelo desmonte do estado democrático de direito, o artigo passa a mensagem clara de que “não poderão contar com a certeza de impunidade”, elemento que “forjou as Forças Armadas”, de acordo com a advogada. (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

### **Após cinco anos do impeachment de Dilma, periódico destaca entrevista da ex-presidente**

O periódico Folha de S. Paulo relembrou uma entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo concedida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em que afirmou que o impedimento que sofreu em 2016 foi o ponto inicial da crise política que o país vive atualmente. Segundo a ex-presidente, “O que estamos vivendo são as etapas do possível endurecimento do regime político no Brasil. O governo flertando com a possibilidade de um golpe dentro do golpe”, examinando um potencial segundo golpe à democracia brasileira - pois considera o processo que a depôs ilegítimo - em decorrência das falas do presidente Jair Bolsonaro, com certo tom de ameaça. Rousseff ainda afirmou que o processo de militarização do governo é anterior a Bolsonaro, e se iniciou ainda no governo de Michel Temer, pois como ela destaca “deram uma importância grande aos militares, voltando a ter o GSI [Gabinete de Segurança Institucional] — entregue ao general Sérgio Etchegoyen —, levando um militar para dirigir o Ministério da Defesa? Isso nunca tinha acontecido. Entregar o Ministério da Defesa a um militar”, lembrando inclusive da intervenção federal no Rio de Janeiro, o que estimulou ainda mais a volta dos militares à política. Segundo ela, “o golpe se recusa a ser chamado de golpe, desde o primeiro momento” em 1964, e assim ocorreu durante seu processo de impedimento, em que ações foram movidas com fim de impedir que a ex-presidente se dirigisse ao processo como “golpe”. (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

## **SETEMBRO**

### **Comemorações do 7 de setembro I: o que se esperava das manifestações**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, a jornalista e escritora Cristina Serra contou o que esperava do presidente da República Jair Bolsonaro nas manifestações convocadas pelo Dia da Independência do Brasil. Primeiramente, Serra o classificou de “terrorista” ao lembrar o ano de 1987 quando a revista *Veja* publicou uma matéria sobre o plano de Bolsonaro para explodir bombas em quartéis em uma demonstração de protesto contra os baixos salários da tropa. A jornalista identificou terrorismo com golpismo e notou que um dos conselheiros de Bolsonaro, o general Augusto Heleno, foi ajudante de Sílvio Couto Coelho da Frota, o ministro do Exército durante os anos linha dura do regime militar (1964-1985) sob o comando do general Ernesto Geisel. Durante os anos que foi ministro, tentou dar um golpe, sem sucesso, em Geisel por considerar que o comunismo estava se infiltrando no governo. Apesar da fracassada tentativa, os anos linha dura continuariam promovendo atentados com bombas contra alvos civis. Por essa razão, Serra considerou que “O terrorismo e o golpismo estão no DNA deste governo de gente bandida, criminosa, disposta a ir para o tudo ou nada, como Bolsonaro ameaça o tempo todo”. Para a jornalista, isso não significava que o presidente encontraria apoio nas Forças Armadas pois acreditava que não há uma coesão forte o bastante entre os militares e a direita civil. Dessa forma, concluiu que o melhor teria sido deixar Bolsonaro “latindo sozinho neste feriado”. Por outro lado, em outra coluna opinativa, o jornalista Hélio Schwartsman, comentou sobre a possibilidade de um golpe no Dia da Independência e notou que havia um considerável apoio popular ao presidente e, de forma mais preocupante, Bolsonaro poderia contar com o suporte de Polícias Militares (PMs), milicianos e de vários setores do baixo oficialato das forças militares. Em coluna escrita no periódico *O Estado de S. Paulo*, o escritor e professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) João Gabriel de Lima comentou sobre a democracia brasileira e sua Constituição Federal (CF). Nela, o papel dos militares é exposto de uma forma que não cause nenhuma dúvida. Para discorrer sobre isso, o



professor comentou sobre o livro “Dano Colateral” da jornalista Natalia Viana que relembra nele um artigo que escreveu sobre a “Garantia da Lei e da Ordem”. Neste discorreu que o Exército não serviria como um “poder moderador”, como afirmado por Bolsonaro nas últimas semanas, mas somente agiria quando convocado por poderes civis. Ademais, a jornalista, que conversou com diversos generais, disse que não acreditava que o Exército forneceria apoio a qualquer possível “aventura autoritária” de Jair Bolsonaro. Segundo o professor também, os militares mostraram uma “postura legalista” nos últimos tempos, fornecendo certo apoio aos movimentos civis. Além disso, em uma coluna do jornal Folha de S. Paulo, Celso Rocha de Barros afirmou que as manifestações marcadas para o dia 07/09/21 foram planejadas por um longo tempo. O autor afirmou que tais “manifestações fascistas” eram inéditas, diferenciando-se das de caráter democrático através da tentativa de destruir os limites impostos pela democracia. Para ele, as manifestações deste 7 de setembro seriam um “festival de reacionarismo” e que para as Forças Armadas aplicarem um golpe, dependeria de uma sintonia popular, que não está muito evidente neste momento. Mas para Barros, caso quisessem realmente efetivar o golpe, as Forças Armadas necessitariam somente de uma desculpa para tal ato. Segundo o Correio Braziliense, apesar de possuir apoiadores para uma “guinada mais radical”, o presidente não possuía o respaldo das Forças Armadas para aventuras autoritárias. Nesse sentido, em entrevista para a Folha, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre ainda ressaltou que, apesar do sentimento de impressionismo decorrente do não posicionamento claro das Forças Armadas, estes não apoiariam um golpe se houvesse um grande movimento pró-democrático. (Correio Braziliense- Poder- 07/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 06/09/21; Folha de S. Paulo - Poder- 07/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/09/21)

### **Comemorações do 7 de setembro II: como atuariam os militares segundo a imprensa**

De acordo com o Correio Braziliense, as Forças Armadas não iriam aderir às manifestações pró-Bolsonaro no Dia da Independência do Brasil, apesar das várias tentativas do presidente da República Jair Bolosonaro de envolver os militares em seu discurso político, inclusive com a exigência da presença da cúpula das Forças Armadas no evento. Os militares da ativa ouvidos pelo periódico ressaltaram a natureza das Forças Armadas como uma instituição de Estado, além da necessidade de o presidente focar na governabilidade e desemprego no país. Dois deputados militares também se manifestaram, Major Vitor Hugo e General Peternelli, sobre a não participação dos militares na manifestação do Dia da Independência, além da impossibilidade de uma possível ruptura democrática. Por fim, o periódico ouviu, ainda, Danilo Moraes dos Santos, advogado constitucionalista, mestre em Poder Legislativo e professor da pós-graduação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (IBMEC-DF), que alegou que devido ao histórico da Instituição no país, não seria uma preocupação infundada, mas que no contexto atual não seria possível uma “aventura” antidemocrática. Por outro lado, a Folha de S. Paulo demonstrou preocupações quanto ao que estamos vivenciando, segundo o jornalista Juca Kfoury, colunista da Folha e autor de 'Confesso que Perdi' e formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), o 7 de Setembro apareceria como uma ameaça às instituições ao reunir um “bando de malucos” liderados por figuras autoritárias como os torturadores do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além de reforçar que não faltou mentiras e falácias para rupturas democráticas acontecerem anteriormente. Ademais, ainda na Folha de S. Paulo, uma outra reportagem sobre o Jair Bolsonaro, 7 de setembro e as Forças Militares afirmava que “Comandantes são unânimes em dizer [...] que não há espaço para golpismos, mas o fato é que não houve nenhum teste de realidade [...]”. Segundo a Folha de S. Paulo, o coronel da reserva da Força Aérea Brasileira, Sylvio Malheiro Júnior, declarou que com o desejo de se candidatar para deputado federal na próxima eleição, participaria das manifestações de 7 de setembro, utilizando um helicóptero, alugado por ele mesmo, para filmar a mobilização. De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, com relação aos militares que ocupam cargos no Poder Executivo, não houve unanimidade até o dia 06/09/21 sobre a participação deles nos atos do dia 07/09/21. Apesar de ter sido convidado, juntamente com os demais ministros, pelo presidente da República, o ministro da Defesa general Walter Braga Netto não havia se

pronunciado sobre a sua participação nas manifestações até a antecedência dos eventos. O general Luiz Eduardo Ramos, ocupando o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), eram esperados para acompanhar o presidente Bolsonaro. Em coluna para a Folha, Fabio Wajngarten discorreu que o incômodo de algumas pessoas com as Forças Armadas decorre da não valorização delas nos episódios históricos e da falta de patriotismo. Além disso, o colunista disse que o único impedimento para a realização em 2021, e no ano anterior, de um desfile militar digno da empolgação do presidente Bolsonaro são as medidas sanitárias decorrentes da pandemia da covid-19. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, no dia 08/09/21, “a presença de militares e policiais nas manifestações bolsonaristas neste 7 de setembro foi tímida”, contando com oficiais e membros da reserva. Apesar disso, conforme reportagem do Correio Braziliense, o ministro Braga Netto esteve presente nas manifestações, ao lado de Jair Bolsonaro. Na visão do periódico, o movimento dos militares “desgastados” era de se distanciar do presidente nos atos. Já o jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o Correio, relatou que, ao invés de se manifestar, as tropas do Comando Militar do Planalto, chefiadas pelo general de divisão Rui Yutaka Matsuda estiveram de prontidão para proteger o Supremo Tribunal Federal (STF) contra os manifestantes, caso fossem requisitadas pelo presidente da Corte, Luiz Fux. (Correio Braziliense - Política - 05/09/21; Correio Braziliense - Política - 08/09/21; Correio Braziliense - Política - 10/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 07/09/2021; Folha de S. Paulo - Poder - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/09/21)

### **Periódicos comentaram a presença de membros das Forças Armadas no poder político do Brasil**

Em editorial, a Folha de S. Paulo se manifestou sobre a proposta legislativa na qual os servidores de carreira típicas de Estado precisariam se afastar 5 anos antes de se candidatarem a cargos políticos. No caso de membros das Forças Armadas e das Polícias Militares a proposta exigia 5 anos de afastamento antes do início do processo de escolha de candidatura e coligações. A Folha se posicionou a favor da proposta, afirmando que tanto a farda quanto a toga funcionam como uma segunda pele na República Democrática e que, por isso, não deveriam ser trocadas pelo paletó e a gravata dos políticos como se mudassem de camisas. Segundo reportagem de O Estado de S. Paulo, porém, essa proposta não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, George Abboud e Pedro Estevam Serrano consideraram degenerada a interpretação, apoiada pelo presidente da República Jair Bolsonaro, do artigo 142 da Constituição Federal ao considerar as Forças Armadas um poder moderador, que conteria supostos excessos dos outros poderes. Os autores afirmaram que é o Supremo Tribunal Federal que vem funcionando como o maior freio contra o golpismo nos dias atuais. Também na Folha, Jânio de Freitas afirmou em sua coluna opinativa que faltam militares e policiais autênticos. Já o jornalista Pedro Doria, em coluna para O Estado, observou que sempre que o país se desorganiza, um grupo grande o suficiente de brasileiros insta os militares a tomar o poder, como representantes da ordem, disciplina e competência. Doria considerou exemplos dessa opção pelo autoritarismo a Proclamação da República em 1889, o Golpe Militar de 1964 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, entre outros eventos históricos. O jornalista observou, porém, que “os governos militares foram uniformemente incompetentes, ineptos, desordeiros, corruptos e desorganizados”. (Folha de S. Paulo - editorial - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 10/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 10/09/21)

### **Militares se organizam para possível apagão**

Em análise, o jornal Folha de S. Paulo discutiu a situação energética do país que vem passando por uma forte crise hídrica e faz com que militares das três Forças se preparem para um possível apagão. A relação dos militares com o tema é clara, visto que o Ministério das Minas e Energia é atualmente comandado por um almirante-de-esquadra, que há pouco era da ativa. A preocupação das Forças Armadas é com a reputação da instituição após o fracasso do General

Eduardo Pazuello na área da Saúde, o medo é que o mesmo se repita na área da energia visto que essa área já afeta diversas pessoas com tarifa extra na conta de energia elétrica. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/09/21)

### **Acúmulo de funções e salários por militares dirigentes de estatais**

Em um levantamento realizado pela Folha de S. Paulo revelou que 16 das 46 estatais brasileiras estão sendo comandadas por membros das Três Forças e dessas em 15 há acúmulo de funções, ou seja, os militares estão recebendo remunerações que variam de R\$ 43 mil a R\$ 260 mil, valores esses que excedem o teto do funcionalismo público federal. Um exemplo citado na reportagem é o do General de Exército da reserva, Oswaldo Ferreira, que auxiliou o presidente da República Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018, ele acumula a remuneração como militar de R\$ 31,1 mil e a de presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em R\$ 28,6 mil brutos. Outra informação trazida pela Folha foi a de que muitos militares dirigentes de estatais acumulam remunerações até mesmo em empresas diretamente vinculadas ao Ministério da Defesa e aos comandos das Forças Armadas. Um exemplo é a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), que fabrica fuzis, pistolas e munições, vinculada à Defesa, através do Exército e que o presidente é o General de Exército da reserva Aderico Visconde Pardi, que recebe tanto como militar quanto como presidente da empresa, o que totaliza R\$ 49,9 mil brutos. (Folha de S. Paulo - Mercado - 05/09/21)

### **Militar indicado pelo ministro da Defesa fará parte da Comissão de Transparência das Eleições de 2022**

Segundo o Correio Braziliense, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, anunciou a composição da Comissão de Transparência das Eleições, que acompanhará cada etapa do processo de preparação das eleições de 2022. Fará parte da Comissão um representante militar. Segundo o periódico, Barroso procurou pessoalmente o ministro da Defesa, Walter Braga Netto para obter dele a indicação desse representante. O jornal lembrou que Braga Netto já condicionou a realização de eleições à adoção do voto impresso. Ainda assim, seu indicado, o general de divisão do Exército e comandante de defesa cibernética, Heber Garcia Portella, terá livre acesso a recursos do TSE para ajudar no planejamento de auditoria do processo eleitoral. (Correio Braziliense - Política - 10/09/21)

### **Periódico relembrou a tensão entre civis e militares na Campanha da Legalidade, em 1961**

Em reportagem, A Folha de S. Paulo relatou os 14 dias de tensão entre o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e uma ala golpista das Forças Armadas entre os dias 25/08/61, dia da renúncia do então presidente da República Jânio Quadros e o dia 07/09/61, quando o vice-presidente da República João Goulart conseguiu tomar posse como presidente. Segundo o periódico, Brizola deu início à chamada Campanha da Legalidade, em defesa da Constituição e como resistência a uma ala golpista das Forças Armadas que ameaçava a posse do vice-presidente, que estava em viagem à China, por verem nele uma ameaça comunista. Foi instalada uma rádio nos porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, de onde Brizola denunciava a tentativa de golpe. O jornal relata que uma ordem do general Orlando Geisel, chefe da Casa Militar em Brasília, para bombardear o Palácio foi interceptada pelo então sargento da Aeronáutica, Édio Erig, que providenciou com colegas de hangar para inutilizar os aviões e seguir para o Palácio em apoio a Brizola. O general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército (atual Comando Militar do Sul), também comunicou a Brizola que se posicionava com ele em defesa da legalidade. A posse de João Goulart foi costurada politicamente nos dias seguintes, segundo o jornal, a partir da substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, contrariando Brizola, que se recusou a comparecer à cerimônia. O jornal também incluiu a análise da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e historiadora Heloísa Murgel Starling, de que há uma confusão entre o papel real das Forças Armadas, de força para defesa externa do país, e a tentativa de agir como um poder. A resistência à posse de Jango, afirma o jornal, foi mais um episódio a demonstrar isso. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/09/21)

## Repercussões do 7 de setembro I: “Declaração à Nação” de Bolsonaro e o posicionamento de jornais, militares e especialistas

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a “Declaração à Nação”, divulgada no dia 09/09/21 pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, teve o objetivo de evitar a perda de aliados no Congresso Nacional após críticas da base aliada aos seus discursos nos atos do dia 07/09/21. Na avaliação do periódico O Estado de S. Paulo, a nota decepcionou os apoiadores do presidente, porém a estratégia do governo foi justificar que se tratou de uma estratégia, não de um recuo. Em editorial, a Folha classificou a “Declaração à Nação” como um “recuo cínico” e afirmou que a ação foi necessária para conter o agravamento do isolamento político do mandatário e garantir sua sobrevivência política, uma vez que Bolsonaro havia ameaçado o Supremo Tribunal Federal (STF), insultado o ministro Alexandre de Moraes, pregado a desobediência à justiça e anunciado que só deixa o cargo morto. De acordo com o editorial, na “Declaração” o presidente afirmou que não teve “nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes”. O Estado, também em editorial, ponderou que as palavras de Bolsonaro nada valem e que não há expectativa de que o presidente, que age de maneira truculenta, passe a agir de forma civilizada. Por isso, na prática, para o periódico, a nota divulgada pelo presidente é uma tentativa de fazer os brasileiros esquecerem os crimes de responsabilidades que ele cometeu ao passo que oculta sua incompetência. A Folha e o Estado noticiaram que os generais Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Gabinete de Segurança Institucional, defenderam e elogiaram o presidente. Ramos, no Twitter, pediu paciência aos apoiadores, enquanto Heleno ao mesmo tempo que reconhecia o desânimo dos bolsonaristas, pediu união e confiança. Já o periódico Correio Braziliense apontou que o vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão, elogiou o recuo das críticas de Bolsonaro STF, avaliando que o mesmo teve a grandeza moral de entender e escrever que os comentários sobre o STF foram causados pela “emoção” e o “calor da disputa”. Ademais, de acordo com a reportagem, Mourão afirmou que vê um caminho de diálogo entre os poderes judiciário e executivo e que isso diminuirá a tensão no país. Já em coluna opinativa à Folha, o escritor e cientista político Sérgio Abranches comentou que a “nota de recuo não vai mudar caminho de Bolsonaro rumo ao golpe”. Para Abranches, o que foi afirmado na “Declaração à Nação” não altera a escolha do presidente de distribuir e cultivar o apoio militar com o objetivo de assegurar sua posição no poder. Pelo contrário, Bolsonaro, na visão do cientista político, não se contentou com “o título de comandante em chefe das Forças Armadas” e não será desviado do seu “caminho [...] rumo ao autoritarismo”. (Correio Braziliense - Política - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 12/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/21)

### Vice-presidente da República cumpriu agenda extraoficial

Segundo o periódico O Estado de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, montou sua própria “agenda paralela” com políticos da oposição, diplomatas e empresários. Desde o “afastamento” entre presidente e vice, Mourão recebeu congressistas e magistrados em seu gabinete de forma extraoficial, com destaque para políticos do chamado “Centrão”. Além das reuniões em gabinete, o general também participou de eventos e embarcou em comitivas internacionais sem registrá-las oficialmente em sua agenda. Ao ser contactado pelo jornal, o vice-presidente, no entanto, decidiu não se pronunciar sobre os encontros fora da agenda e seus planos políticos. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/09/21)

### Jornais discutiram o perfil do general Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura

Matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo discutiram o futuro e os trabalhos do general Tarcísio Gomes de Freitas, atual ministro da Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro. O militar, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, é natural do Rio de Janeiro e seguiu carreira no Exército, nunca tendo concorrido para cargos públicos eletivos, apesar de ter ocupado posições nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Ao longo de sua passagem na chefia do Ministério da Infraestrutura, Tarcísio mostrou-se próximo de Bolsonaro, sendo “prestigiado” por ele e

ganhando popularidade nas redes sociais. Além disso, por gerir a principal pasta responsável por obras públicas, com R\$ 100 bilhões em investimentos e planos de outros R\$160 bilhões até o fim de 2022, foi capaz de acumular capital político entre simpatizantes do governo, tornando-se um “garoto-propaganda” de Bolsonaro. Na avaliação da Folha, Tarcísio recentemente assumiu “um discurso abertamente público em defesa do governo”, lembrando uma declaração de Bolsonaro em Alagoas que disse ter um “namoro” com o ministro. Um fator lembrado pelo Estado e pelo Correio foi sua presença nas viagens feitas por Bolsonaro em busca de apoio, incluindo os atos de 7 de setembro de 2021, nos quais Tarcísio disse “vamos lutar pela nossa liberdade, pela liberdade de empreender, de prosperar, de vencer”. Outro episódio ocorreu no dia 09/09/21, quando o militar foi um dos principais articuladores da desmobilização dos bloqueios que caminhoneiros estavam fazendo nas rodovias federais. De acordo com a Folha, essa relação entre Tarcísio e Bolsonaro fez com que o ministro, bem visto por lideranças parlamentares, passasse a ser alvo de críticas e ataques. Recentemente, ele passou a ser cotado, inclusive pelo presidente, como um possível candidato para o governo estadual de São Paulo. A respeito desses planos para o futuro, em uma entrevista concedida ao Estadão/Broadcast, Tarcísio disse que ainda não tem certeza, implicando que também pode concorrer por uma vaga no Congresso Nacional, como uma cadeira no Senado Federal por Goiás ou Mato Grosso. Além dessas Unidades Federativas, a Folha afirmou que a cadeira do Distrito Federal também foi cotada por Tarcísio, mas ele acabou desistindo pela concorrência com a deputada federal Flávia Carolina “Arruda” Péres. Nisso, o Estado apontou que o Senado é onde o presidente Bolsonaro “tem sofrido sucessivas derrotas” e onde, segundo a Folha, há planos de rejeição dos projetos infraestruturais almejados pelo ministro e presidente. Ao mesmo tempo, o ministro também ressaltou sua lealdade a Bolsonaro nas eleições de 2022: “vou caminhar junto com o presidente”, além de afirmar que sua escolha de candidatura dependerá daquela que “ajudar mais o presidente”. Consonantemente, a Folha apontou que Bolsonaro tem pedido para que Tarcísio seja uma pessoa mais midiática, com presença em rádios e entrevistas. Na mesma entrevista ao Estadão/Broadcast, Tarcísio defendeu seu chefe quando questionado sobre a radicalização de seu discurso e disse querer “continuidade”, ao que os jornais implicaram um “projeto” de reeleição de Bolsonaro. Caso eleito ao Senado em 2022, Tarcísio poderá se licenciar de sua cadeira no Senado e, assim, reassumir a gerência do Ministério da Infraestrutura. (Correio Braziliense - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/21)

### **Revista militar criticou o salário do general Silva e Luna, presidente da Petrobras**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, um artigo publicado pela Revista Sociedade Militar no dia 10/09/21 questionou a remuneração mensal do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, a qual está acima de R\$ 200 mil. Na publicação, a Revista questionou “a necessidade e se é realmente ético se pagar um salário tão alto a um funcionário de uma empresa que pertence à sociedade”, referindo-se ao status público da Petrobras, e ressaltou que tal cifra equivale ao pagamento de mais de 230 trabalhadores juntos. A Revista usou uma reportagem da Folha que afirmava que os militares no comando de estatais estão sendo remunerados entre R\$43 mil e R\$260 mil mensalmente, sendo a remuneração de Silva e Luna uma das mais altas. No caso específico do presidente, ele recebe R\$ 32,2 mil brutos por ser um militar na reserva e no topo da hierarquia, na Petrobras, segundo um formulário da estatal aos investidores, a sua remuneração média mensal chega a R\$228,2 mil, baseando-se nos ganhos fixos e variáveis referentes ao ano de 2020. Além disso, o artigo também referenciou Silva e Luna de forma crítica, ressaltando como sua gestão na Petrobras não conseguiu impedir a alta nos preços do gás de cozinha e da gasolina: “infelizmente, sob o comando dos fardados a estatal não tem prosperado em sua função de servir à sociedade”. Sobre essa alta, Silva e Luna já publicou coluna opinativa no início de setembro no jornal O Estado de S. Paulo e no site da Petrobras para se defender, além de justificar a política de preços da estatal. Segundo a assessoria da empresa, o artigo de seu presidente não foi uma resposta às críticas propagadas no meio militar, mas sim direcionada ao consumidor. Por fim, a Folha lembrou que Silva e Luna, antes de presidir a Petrobras, foi diretor-geral de Itaipu, posição na qual mudou as regras de indenização e beneficiou os diretores com salários próximos de R\$150 mil, além de uma



aplicação em 2019 dos bônus concedidos pela empresa que deu ao militar R\$221 mil. (Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21)

### **Editorial relembrou participação das Forças Armadas no processo eleitoral**

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo comentou sobre a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro e, nisso, apontou os papéis que as Forças Armadas exercem ao longo do processo. Primeiramente, o periódico lembrou a formação da Comissão de Transparência das Eleições formada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que busca dar maior segurança a todas as etapas do pleito eleitoral. Nela, dentre outras pessoas, inclui-se o comandante de defesa cibernética do Exército, general Heber Garcia Portella, apontado pelo ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. Além disso, o TSE também renovou um contrato com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para “garantir a segurança das urnas”. Na visão do Estado, tais atitudes não são concessões “às chantagens” do presidente da República, Jair Bolsonaro - que já colocou em dúvida várias vezes a segurança das eleições -, sendo apenas “mais uma revisão periódica de sistema”, algo comum nas últimas três décadas, ressaltando que a Abin e o Exército já trabalharam antes no aperfeiçoamento da fiscalização eleitoral. Por fim, o Estado defendeu as eleições brasileiras administradas pelo TSE, criticou os questionamentos de Bolsonaro e ponderou que, apesar de ser impossível chegar a um sistema eletrônico perfeito, “ele pode e deve ser continuamente aperfeiçoado, e o TSE deu novos passos nessa direção”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 13/09/21)

### **Ex-deputado federal comentou sobre militares no governo Bolsonaro**

Em entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, o ex-deputado federal João Alberto Fraga comentou sobre os militares no governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Ex-amigo pessoal do mandatário, Fraga o conhece desde os anos 1980, quando estudava na Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro. Anos depois, Fraga virou um coronel da Polícia Militar e, posteriormente, deputado federal, mantendo-se sempre próximo de Bolsonaro. A partir da pandemia de covid-19, quando sua esposa faleceu devido ao vírus e Bolsonaro manteve-se “insensível”, a relação dos dois começou a piorar. Em um momento da entrevista, Fraga disse que Bolsonaro “escolheu muito mal seus conselheiros”, afirmando que “um general aí” próximo ao presidente “está mais para puxar o saco do que para ser conselheiro de governo”. Nisso, Fraga ressaltou que um presidente da República necessita estar rodeado de pessoas mais sinceras, dispostas a dar os conselhos, mesmo que eles afrontem o chefe. Ademais, o ex-deputado federal também ressaltou que um general não iria questionar as atitudes do presidente mesmo que as julgasse problemáticas, devido ao fato do chefe do Executivo ser “o chefe supremo das Forças Armadas”. Em outro momento, Fraga referiu diretamente ao ex-ministro da Casa Civil e atual ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, afirmando que o militar “só diz ‘não, senhor’ e ‘sim, senhor’”, lembrando que, na época que comandava a Casa Civil, também coordenou o “orçamento secreto” em troca de apoio no Congresso Nacional. Por fim, Fraga completou que “o presidente precisa se cercar de pessoas com visão de política, que não pensem pequeno”, um questionamento direito a postura de Ramos perante Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/09/21)

### **Comandante do Exército aconselhou militares para que tenham cautela nas redes sociais**

De acordo com a Folha de S. Paulo, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou em um pronunciamento do dia 17/09/21 que o Exército continuará cumprindo as “missões constitucionais” e pediu para que os soldados tenham mais cuidado com as informações divulgadas nas redes sociais. Esta foi a primeira vez que o general se pronunciou desde as manifestações do dia da Independência, embora não tenha feito referência ao presidente da República, Jair Bolsonaro. No mesmo discurso, disse que devido ao grande volume de informações, era necessário estar atento à “verdade dos fatos”. Segundo o periódico, o comandante ainda fez um apelo, pedindo que os soldados confiassem em seus comandantes e chefes, que teriam autoridade e responsabilidade para transmitir informações verdadeiras e

orientá-los para melhor cumprir seus deveres. Além disso, o general estimulou a tropa a “manter o foco em suas atribuições” e lembrou da “hierarquia e disciplina”. Terminou seu discurso com o lema da Brigada da Infantaria Paraquedista do Exército, “Brasil acima de tudo”, tomada como slogan da campanha de Bolsonaro. O jornal mencionou que o general Paulo Sérgio foi nomeado comandante do Exército após uma crise nas Forças Armadas causada por interferência de Bolsonaro, ocasião em que foram substituídos o ministro da Defesa e os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A Folha também lembrou de duas ocasiões em que Bolsonaro tentou “politizar a instituição”, a primeira quando usou a expressão “meu Exército” e a segunda quando se referiu às Forças Armadas como o “poder moderador” do país. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/09/21)

### **Governo Bolsonaro privilegia militares na distribuição do orçamento**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, até o final do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, em 2022, a série de benefícios concedidos a militares, policiais e bombeiros chegará ao valor de R\$ 27,7 bilhões. Para as Forças Armadas, houve aumento de salários e outros adicionais que custaram pelo menos R\$ 21,16 bilhões. O periódico afirmou que o Ministério da Defesa também recebeu um aumento de seu orçamento em relação a 2018 no valor de R\$ 4,79 bilhões. Ademais, Bolsonaro foi responsável por colocar os militares no centro de seu governo, como demonstrado por um levantamento do Tribunal de Contas da União que identificou nos cargos civis a presença de 6.157 integrantes das Forças Armadas, da ativa e da reserva. O jornal ressaltou que no mês de junho de 2021 a Presidência da República autorizou, em um decreto, que os militares permaneçam nesses cargos por tempo indefinido. Em maio do mesmo ano, a chamada “portaria do teto duplo” permitiu que os militares da reserva pudessem acumular seus rendimentos somados com o salário de seus cargos civis, viabilizando salários acima do teto constitucional de R\$ 39,2 mil. Alguns membros importantes da Força tiveram aumento em seus ganhos mensais, como Bolsonaro que passou de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil, o vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão, de R\$ 39,3 mil para 63,5 mil mensais, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência e general da ativa Luiz Eduardo Ramos que passou a receber R\$ 66,4 mil e o Ministro da Defesa e general da ativa Walter Braga Neto que viu seus ganhos mensais chegarem em R\$ 62 mil. O periódico ainda ressaltou que, em um contexto crítico de pandemia e corte de gastos, os militares receberam um reajuste salarial garantido por lei. O Estado conversou com Bruno Carazza, cientista político e professor do Ibmec e da Fundação Dom Cabral, que afirmou que Bolsonaro passou a maior parte de sua carreira no Congresso Nacional defendendo pautas militares e que não é estranho o fato da família Bolsonaro beneficiar esse setor de quem recebeu apoio durante toda carreira política. Segundo Carazza, Bolsonaro, que não possui um partido, utilizou os militares e os policiais para preencher os cargos em seu governo e que busca o apoio destes em 2022 para qualquer decisão que possa tomar durante as eleições. Em editorial, o Estado ressaltou que os benefícios concedidos aos militares advêm de uma estratégia de cooptação política, adotada por Bolsonaro, na intenção de criar relações diretas de influência. O jornal apontou, ainda, que a presença de integrantes das Forças Armadas em cargos públicos representa uma forma de subordinação do Estado aos interesses políticos do governo federal, uma vez que o contingente de militares da ativa e da reserva ocupando postos civis, atualmente, é mais que o dobro do registrado na gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2018). O Ministério da Saúde foi citado como exemplo pelo editorial, tendo em vista que a pasta passou a ser ocupada, em grande parte, por militares sem preparo para cumprir as funções requeridas. Como resultado, o Ministério passou a difundir “terapias pregadas pela medicina bolsonariana”, contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde e colocando em risco a vida de milhões de brasileiros. Para o periódico, a “bolsonarização” do orçamento e da máquina estatal é uma forma perversa de privatização, que impõe elevados custos ao país. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/09/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/09/21)

### **Colunista critica gestão de Augusto Heleno no GSI**

Em coluna opinativa para o jornal O Estado de S. Paulo, o doutor em economia Pedro Fernando Nery discorreu sobre o conflito geracional entre a média de idade dos brasileiros e a idade dos

principais políticos do Brasil. Segundo o colunista, um dos representantes dos “tiosões na política” é o general da reserva do Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que lançou um vídeo afirmando, frente à recorde rejeição do atual governo de Jair Bolsonaro, que este realizou na verdade “inúmeras entregas”. Ademais, Nery também comentou sobre os vexames do GSI que incluem o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para tráfico internacional de drogas e a possível gravação do presidente Bolsonaro no Planalto no caso da Covaxin. (O Estado de S. Paulo - Economia - 21/09/21)

### **Jornais repercutem entrevista de Bolsonaro à Revista Veja**

De acordo com os jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou em entrevista concedida à Revista Veja que não há possibilidade de golpe em 2022. A afirmação coincidiu com a queda na popularidade de seu governo. Na ocasião, Bolsonaro elogiou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso de incluir as Forças Armadas no processo de segurança do sufrágio eletrônico, o que, para o mandatário, tornará o processo eleitoral mais indubitável. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, de acordo com o Datafolha, 50% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro pode tentar um golpe, enquanto que 70% acreditam que a democracia é o melhor sistema para o país, ao passo que o temor do retorno da ditadura é o maior desde 2014. (Correio Braziliense - Política - 25/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/09/21)

### **Desconfiança da população em relação às Forças Armadas atinge maior taxa da série histórica**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, segundo Datafolha, as Forças Armadas estão em primeiro no ranking de confiança popular, com 76%. No entanto, a taxa de desconfiança é de 22%, o mais alto desde o início da série histórica. O periódico destacou também que as Forças Armadas estiveram no centro das controvérsias políticas do presidente da República, Jair Bolsonaro. Foram citados como exemplos a troca de comandantes das Forças, a retórica golpista do presidente, a adesão de militares na campanha eleitoral e o desfile de blindados realizado no mesmo dia da votação da proposta Emenda Constitucional do voto impresso. Em coluna ao Correio Braziliense, o general de divisão do Exército brasileiro Otávio Santana do Rêgo Barros, retomou a pesquisa produzida pelo Datafolha, afirmando que a confiança da população brasileira nas suas Forças Armadas é “atribuída ao trabalho incansável de conquistar, por ações, o coração e a razão do povo brasileiro”, e que, “por anos representamos valores caros ao povo que se transformam em saldo positivo para momentos de desgaste de imagem”. O general, ainda, afirmou que as Forças não assumirão o papel de “guarda pretoriana”: “não se avassala um Exército profissional”, comentou Barros, conforme publicado pelo periódico. (Correio Braziliense - Opinião - 29/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/09/21)

### **Antropólogo afirmou que geração de militares no governo é símbolo de afastamento em relação à sociedade**

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o antropólogo e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Celso Castro, afirmou que a geração de militares que ocupam cargos no governo é marcada por um isolamento que a distancia do “mundo civil”. Segundo Castro, a formação desses militares contribuiu para a criação de uma “separação” entre o Exército e a sociedade: por ser ensinada que os civis seriam “individualistas, menos honestos [e] menos patriotas”, parcela considerável da instituição se vê como a verdadeira “elite moral do país”. Além da educação, o desprestígio social que a profissão militar sofreu desde o fim da ditadura militar também acentuou o afastamento mútuo com a sociedade. O antropólogo também avaliou a aproximação da cúpula militar com o presidente da República Jair Bolsonaro: para Castro, essa se deveu não somente aos desdobramentos da Operação Lava Jato – que reforçaram a visão de um mundo civil “menos honesto” do que o mundo militar –, mas também à defesa do governo Bolsonaro de “pautas caras à corporação, como salários melhores”. Já em relação ao maior envolvimento de militares na política desde o início da Nova República, Celso Castro reiterou que existem riscos advindos do exercício do poder político que podem tanto afetar o – já abalado – prestígio da profissão quanto criar mais “incompreensões” sobre o complexo

fenômeno da participação militar na política, sobretudo por conta do insulamento da instituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/09/21)

### **Juízes militares visam assentos no Conselho Nacional de Justiça**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, membros da Justiça Militar estão se articulando para viabilizar assentos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a classe. Tal objetivo seria assegurado através de um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que possibilitaria a entrada de magistrados militares no órgão. De acordo com uma declaração do juiz federal da Justiça Militar, Fernando Pessôa de Silveira Mello, feita no Primeiro Seminário sobre Direito e Justiça Militar no Brasil - evento coordenado pelo CNJ - na semana do dia 25/09/21, acredita-se que até outubro o apoio necessário para a apresentação da PEC ao Congresso Nacional será agremiado. De acordo com Mello, esse acolhimento de magistrados da Justiça Militar iria "adicionar à qualidade" garantindo "uma representação plural de conhecimento das especificidades e características da justiça Militar" no CNJ. A PEC planejada reservará dois assentos para Justiça Militar, sendo um destinado a ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e o outro para juízes de carreira em um sistema de rodízio entre a magistratura militar estadual e federal. O CNJ é um colegiado de figuras do Poder Judiciário responsável por ditar as diretrizes deste mesmo poder, contando hoje com 15 conselheiros ao todo que incluem representantes do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministérios Públicos estaduais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Congresso Nacional, diversos Tribunais Regionais Federais e outras autoridades do Judiciário, sociedade e Estado brasileiros. Dos conselheiros que atualmente compõem o CNJ, segundo Mello, cinco já declararam apoio à mudança, algo que o juiz vê como "uma janela ímpar de oportunidade que a Justiça Militar tem em mãos" e, assim, a PEC será apresentada ao Congresso Nacional com apoio do CNJ. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/09/21)

### **Em comemoração aos 1000 dias de governo, presidente Jair Bolsonaro afirma a independência das Forças Armadas**

De acordo com os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, em discurso no evento de comemoração de 1000 dias de governo, o presidente da República Jair Bolsonaro, afirmou que as Forças Armadas não cumpriram nenhuma "ordem absurda" vindo dele. O presidente ainda justificou a massiva presença de militares em seu governo pelo fato de se basear em seu "círculo de amizade", assim como em outros governos que basearam a estrutura ministerial de seus mandatos na mesma premissa. Bolsonaro, que a pouco tempo foi acusado de tentar fazer uso político das Forças Armadas, chamando muitas vezes de "meu Exército" e realizando um desfile de blindados no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados rejeitava a adoção do voto impresso, ainda pediu respeito a Instituição. Durante a celebração de 1000 dias, o presidente pretende promover 27 eventos, em cada estado brasileiro e no Distrito Federal, há a preocupação de que os eventos se configurem como campanha eleitoral antecipada, e a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência, publicou parecer afirmando que é preciso "observar a prudência e cautela" nos eventos. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/09/21; O Estado de S. Paulo – Política – 28/09/21)

### **A participação de militares em empresas estatais**

O editorial publicado no jornal Folha de S. Paulo revelou que a Controladoria-Geral da União (CGU) abriu um processo de investigação sobre a participação de militares nas empresas estatais federais. Em reportagem anterior, o periódico apontou que membros das Forças Armadas ocupam altos cargos das empresas, com salários que somam entre R\$ 43 mil e R\$ 260 mil. Citados como exemplos, o general da reserva do Exército Aderico Visconti Pardi, presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), recebe R\$49,9 mil; o vice-almirante da reserva da Marinha Antônio Carlos Guerreiro, presidente da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), R\$ 62,9 mil; e o general da reserva do Exército Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobras, recebe o maior valor, R\$ 260 mil. A reportagem da Folha apontou flagrantes irregularidades nas duas empresas de defesa vinculadas às Forças Armadas, como a Imbel não compor o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para o

processamento da folha de pagamentos, “o que contraria a legislação”, e a Amazul empregar “16 funcionários com recebimento acumulado de aposentadoria”. Na auditoria realizada pela CGU, contudo, as estatais ligadas ao Ministério da Defesa não foram incluídas, alegando que algumas normas legais impedem as ações em órgãos vinculados ao Ministério da Defesa. Nesse sentido, o jornal destacou que os valores vêm causando incômodo nas fileiras militares, “tendo sido objeto de questionamento em uma publicação dedicada a temas do meio”, e afirmou que as Forças Armadas estão ocupando cada vez mais o setor público numa tentativa do presidente da República de conceder privilégios para essa instituição. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/10/21)

### **Reportagem analisou atribuições do general Pazuello em novo cargo**

Conforme reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o general da ativa Eduardo Pazuello completou quatro meses em cargos de confiança na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ligada à Presidência da República, após sua demissão do Ministério da Saúde em março. A reportagem apontou que, em 81 dos 91 dias úteis, não é possível saber o que Pazuello fez na pasta. Pazuello é atualmente assessor especial da Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos totais de pouco mais de R\$ 39 mil, somando seu salário na SAE, o soldo por sua função como militar e descontando-se o valor que ultrapassa o teto atual de remuneração a servidores), além de benefícios como carro com motorista. A agenda do general registrou seis viagens a trabalho, “com passagens aéreas pagas com dinheiro público e direito a diárias”, sendo que em três delas Pazuello acompanhou o presidente da República Jair Bolsonaro em alguma solenidade, e em outras duas, com destino a Manaus, o motivo não foi informado. Questionadas pelo periódico sobre as atribuições do general, a assessoria de imprensa da SAE e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) confirmaram apenas a “reestruturação do organograma da pasta” no início de outubro de 2021, quando Pazuello passou de secretário de Estudos Estratégicos para assessor especial do órgão. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/10/21)

### **Atuação dos militares no governo e o reflexo na imagem das Forças Armadas**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, as Forças Armadas enfrentam uma crise de imagem por se associarem com o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, agravada quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 direcionou seu foco ao período em que o general da ativa do Exército Eduardo Pazuello esteve à frente do Ministério da Saúde. De acordo com o periódico, a atuação do general no ministério foi responsável por causar mais desconfiança sobre as Forças Armadas por parte da população. Além de Pazuello, pelo menos outros 5 militares foram alvos da CPI e responsabilizados por diversas ações, como o atraso na compra de vacinas. Outro fator importante citado pelo jornal se refere ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que juntamente com os três comandantes das Forças Armadas criticou, em tom de ameaça, a comissão, após um comentário feito pelo senador Omar Aziz, presidente da CPI. Esses episódios relatados, segundo a Folha, se somam às suspeitas de apoio dos militares aos anseios de golpe que Bolsonaro demonstra com frequência. O jornal apresentou dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha que demonstram que, apesar dos fatores citados, 76% da população ainda confia nas Forças Armadas em alguma medida, porém em índices menores quando comparados aos dados da mesma pesquisa feita em 2017, quando 83% dos brasileiros confiavam na instituição. Apesar disso, de acordo com o periódico, ainda há quem acredite que os militares são mais eficientes na administração pública do que os civis, mesmo após a experiência do governo Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/10/21)

### **Mudança no Ministério da Defesa teria dificultado diálogo entre os Poderes**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o governo do presidente da República Jair Bolsonaro teria perdido três ministros que agiam como interlocutores entre o presidente e o Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre essas perdas, apontou-se a troca do ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, pelo atual ocupante do cargo, general Walter Braga Netto. De acordo com o periódico, Azevedo e Silva já foi assessor da presidência do tribunal e é próximo



de diferentes ministros, enquanto Braga Netto é visto pelos membros da corte como um auxiliar de Bolsonaro, que não se esforça para frear os ataques do presidente contra o STF e outras instituições. Essas atitudes o diferenciariam, segundo a Folha, de Azevedo e Silva, que tentava manter as Forças Armadas longe da política, com ações “mais imparciais e institucionais”, e procurava mediar as relações quando Bolsonaro insinuava “o uso do exército para impor suas vontades”, elementos considerados à época como os motivos para sua substituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/10/21)

## OUTUBRO

### **Jornalista comentou relatório final da CPI da Covid-19**

O jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou, em coluna opinativa no jornal Folha de S. Paulo, que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, apesar de ter abordado as ações do presidente da República Jair Bolsonaro e seus filhos, “aliviou” para os militares. Segundo reportagem da Folha, o relator Renan Calheiros propôs o indiciamento de cinco membros das Forças Armadas: o coronel da reserva do Exército Antônio Elcio Franco Filho, ex-secretário-executivo no Ministério da Saúde; o tenente-coronel da reserva do Exército Heitor Freire de Abreu, ex-subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e responsável pelo Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19 (CCOP) do governo federal; o tenente-coronel da ativa do Exército e ex-coordenador de logística do Ministério da Saúde Alex Lial Marinho; o coronel da reserva do Exército e ex-diretor do Ministério da Saúde Marcelo Bento Pires e, por fim, o tenente-coronel da reserva do Exército e presidente do Instituto Força Brasil Hécio Bruno de Almeida. Entre os crimes, foram sugeridos indiciamentos por advocacia administrativa; incitação ao crime; epidemia com resultado de morte e improbidade administrativa. (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/10/21; Folha de S. Paulo – Poder – 27/10/21)

### **Polícia Federal colheu depoimento de ajudante de ordens de Bolsonaro**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o tenente-coronel do Exército e chefe da Ajudância de Ordem da Presidência da República, Mauro Cesar Barbosa Cid, foi ouvido pela Polícia Federal no âmbito do inquérito sobre o vazamento de informações da investigação sobre o ataque hacker ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O irmão do militar, Daniel Cid, divulgou o conteúdo das investigações, que foi posteriormente utilizado pelo presidente da República Jair Bolsonaro para defender a tese de que houve fraude na eleição de 2018. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/10/21)

### **Generais defenderam candidatura de “terceira via” nas próximas eleições**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, generais da ativa e da reserva do Exército consultados afirmaram apostar na chamada “terceira via política” para superar a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o atual presidente da República Jair Bolsonaro na próxima eleição presidencial. Para o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, que ocupou a Secretaria de Governo da Presidência em 2019, o caminho da terceira via precisa ser construído, e espera encontrar “outro governante que restaure o respeito, a honestidade, o combate à corrupção e a união nacional”. O general afirmou ainda que os dois principais candidatos, Lula e Bolsonaro, “já tiveram sua oportunidade [...] e deu no que deu”, citando casos de corrupção e destruição da democracia. Do mesmo modo, o general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho afirmou ser importante romper com a polarização atual “para que o país possa reconquistar um nível mínimo de consenso político e de diálogo social”. Nesse sentido, Brito Filho declarou que as Forças Armadas precisam se dissociar da imagem de Bolsonaro, ainda que, em sua avaliação, tenha havido a cooptação de um “segmento significativo de seguidores militares” pelo atual governo. Segundo O Estado, a ideia de uma alternativa à dualidade Lula- Bolsonaro tem conquistado cada vez mais adeptos entre os oficiais das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 24/10/21)

### **Periódico comentou situação de PEC que barra participação de militares da ativa em cargos da administração pública**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que impede a participação de militares da ativa em cargos da administração pública, apelidada de “PEC do Pazuello”, está há três meses parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A presidente da CCJ, Bia Kicis (PSL-DF), demorou um mês para escolher a relatora, optando pela aliada do governo federal Chris Tonietto (PSL-RJ), que já está com o texto desde agosto sem apresentar seu parecer. A reportagem considerou que a proposta possuía grande apoio da sociedade civil quando foi apresentada, perdendo força, contudo, após a queda do então ministro militar Eduardo Pazuello. O jornal destacou ainda que, por não ter sido promulgada anteriormente a 02/10/21, não valerá para as eleições de 2022. (Folha de S. Paulo - Poder - 25/10/21)

### **Candidatura de Sergio Moro à presidência agrada uma parcela dos militares**

Segundo o periódico Correio Braziliense, a possibilidade de filiação do ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro ao partido Podemos para disputar as eleições presidenciais de 2022 atrai a simpatia de uma parcela dos militares. Dentre essa parcela, estão incluídos os generais da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria do Governo, e Paulo Chagas, ex-candidato a governador do Distrito Federal, que veem na figura de Moro uma “terceira via”, distante da polarização entre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o atual presidente Jair Bolsonaro. Além disso, segundo o cientista político André César, um dos motivos pelo qual o ex-juiz encontra respaldo nas Forças Armadas é o seu símbolo de combate à corrupção, que demonstraria um dos principais valores dos militares, isto é, a honestidade. Entretanto, de acordo com o jornal, uma fonte de alta patente das Forças Armadas alega que há militares que ressentem os planos de Moro pois, apesar de sua atuação à frente da Lava-Jato, a renúncia ao Ministério durante o governo Bolsonaro é vista como traição e motivo de desconfiança. (Correio Braziliense – Política – 02/11/21)

## **NOVEMBRO**

### **General concedeu cargo privilegiado ao cardiologista do presidente**

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, acionou o general da reserva Mauro César Lourena Cid, chefe da unidade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em Miami, Estados Unidos, para que admitisse o cardiologista Ricardo Camarinha, que trabalha como assessor especial da Presidência. Segundo a reportagem, Camarinha pretende se mudar para os Estados Unidos por motivos pessoais, e o cargo seria um facilitador para a obtenção de um visto de residência, uma vez que a Apex, voltada para facilitar negócios e atrair investimentos estrangeiros ao país, não teria posto para médicos. A Folha destacou que a Apex esteve envolvida em atritos entre a chamada “ala ideológica” do governo e militares apoiadores de Bolsonaro desde o início do governo, com a queda de diplomatas que entraram em embate com o ex-chanceler Ernesto Araújo. Em maio de 2019, dez militares ganharam espaço na agência, incluindo o general Lourena Cid. O periódico afirmou ainda que as disputas pelos cargos públicos são causadas pelos altos salários, acima do teto do funcionalismo. Como exemplo, Lourena Cid recebeu em junho deste ano US\$ 9,6 mil (cerca de R\$ 50 mil), além de R\$ 38 mil oriundos de sua reserva remunerada. (Folha de S. Paulo - Poder - 05/05/21)

### **Jornalista comentou participação dos militares na história do país**

Em coluna opinativa ao periódico Correio Braziliense, o jornalista André Gustavo Stumpf destacou alguns pontos da linha histórica do Brasil, dando ênfase na presença militar desde a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, passando pela Revolta dos 18 do Forte em 1922, a Coluna Prestes, o governo de Getúlio Vargas e o golpe de 1964. Segundo o jornalista, com o advento da tecnologia, o que se vê hoje como tendência no mundo é um corpo militar cada vez mais orientado por civis, aumentando a eficiência sem exigir presença

em campo dos oficiais. Mas no Brasil, o contrário acontece, em que a presidência e a vice-presidência da República “constituem algo parecido com um quartel”, com uma presença cada vez maior de membros das Forças Armadas no governo, ocupando por exemplo os Ministérios da Defesa e o da Saúde. A vitória do presidente Jair Bolsonaro teria sido entendida por muito militares de alta patente como um novo 1964, agora através das eleições, e o que se percebeu na verdade foi a decepção com os diversos escândalos de corrupção e de proteção dos filhos acusados, a disseminação de notícias falsas, o relacionamento com outros governos e líderes mundiais, e agora com seu mais recente comportamento em Roma. De acordo com Stumpf, o apoio militar a Bolsonaro parece estar sendo transferido para o ex-juiz federal Sergio Moro, que possui aprovação majoritária dentro das Forças Armadas após condenar o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. (Correio Braziliense – Opinião – 09/11/21)

### **Pesquisa revelou que Forças Armadas realizaram ao menos 115 condecorações a ministros do governo Bolsonaro**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, um levantamento realizado pelo periódico com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) revelou que, desde a posse do presidente da República, Jair Bolsonaro, as Forças Armadas já realizaram 115 condecorações a ministros e ex-ministros do governo. As honrarias, como a Ordem do Mérito Naval e a Medalha Exército Brasileiro, se tornaram recorrentes nas trajetórias políticas não só de ministros, mas também de assessores, familiares – como Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Michelle Bolsonaro – e políticos aliados ao atual presidente, demonstrando a “simbiose entre a caserna e o poder civil”. Dentre os parlamentares, O Estado destacou o deputado federal José Priante (MDB-PA), homenageado seis vezes após presidir, em 2019, a comissão da reforma da Previdência dos militares, cuja aprovação resultou em aumento de salários e gratificações para as altas patentes. Segundo a análise, somente a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, somam juntos 21 condecorações desde janeiro de 2019. O levantamento também evidenciou que, dentre os homenageados pelas Forças Armadas, 16 foram indiciados pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, como o empresário Carlos Wizard Martins. Desde que tomou posse, o presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, recebeu três medalhas da caserna. (O Estado de S. Paulo - Política - 14/11/21)

### **Colunista avaliou o processo de “pazuellização” das instituições nacionais**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, o jornalista e escritor Ruy Castro afirmou que as instituições brasileiras estão passando por um processo de “pazuellização”, o que garantiria imunidade ao presidente da República Jair Bolsonaro. O termo utilizado pelo colunista faz alusão ao general da ativa do Exército e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, uma vez que, segundo o jornalista, “o futuro falará dele como símbolo da redução do Estado a um rebanho de invertebrados a mando de Jair Bolsonaro”. Para Castro, essa situação se repete em outras instituições como no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Procuradoria-Geral da República (PGR). Contudo, “o grande empazuellamento, não por acaso, é o do Exército, já que seus generais foram reduzidos a pazuellos por Bolsonaro, e isso também entrará para a história”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 25/11/21)

### **General Santos Cruz se filiou ao Podemos e aumenta especulações sobre papel de militares nas eleições de 2022**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, filiou-se ao Podemos em um evento do partido, com participação do ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Em seu discurso, o general afastou a pretensão de se buscar um salvador da pátria, mas elogiou a pessoa e o projeto de Moro. Segundo Santos Cruz, sua decisão parte de uma vontade de participar mais da vida política, defendendo que ela não deve ser criminalizada, sendo a única ferramenta para se transformar os problemas da sociedade. Ademais, posicionou-se a favor de uma economia liberal que se preocupe com causas sociais, e se declarou contrário aos privilégios, à reeleição e ao fanatismo. Moro afirmou que o general “não está representando as Forças Armadas.

Temos de separar as pessoas das instituições. (...) Mas ele carrega a credibilidade de uma carreira militar e do serviço cível em prol do país". Além disso, elogiou a postura de Santos Cruz de deixar o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, apontando que se deve "superar a separação entre militares e civis". A Folha destacou ainda especulações de que o Podemos considera lançar o general à disputa por um cargo de senador pelo estado do Rio de Janeiro ou Distrito Federal. Em análise para a Folha, o jornalista Igor Gielow avaliou o cenário no qual se encontra a cúpula das Forças Armadas com o fim do mandato de Bolsonaro e a aproximação das eleições presidenciais de 2022, além do posicionamento que Moro, pré-candidato pelo Podemos, está tomando em meio a esses fatores. Em primeiro lugar, o jornalista apontou que Moro vem acenando publicamente aos militares. Evidência disso seria a fala do ex-juiz federal logo em seu discurso de filiação ao Podemos, ao dizer que defende as Forças Armadas como instituição de Estado. Com a aproximação de Moro e o general Santos Cruz, que sempre foi bem visto pela chamada terceira via, especula-se que os militares continuarão a ter importância de 2022 em diante, seguindo a tendência resgatada no governo Bolsonaro. O jornalista advertiu, entretanto, que Santos Cruz não é um interlocutor com o serviço ativo, e menos ainda com o Alto-Comando do Exército. Existiria a possibilidade, entretanto, de que esse seja um jogo combinado com o Alto-Comando, e Moro realmente se torne uma opção mais civilizada para os militares. Segundo Gielow, a candidatura de Moro é vista com bons olhos, ainda mais por imbuir o antipetismo e o discurso anticorrupção – fatores esses que aproximaram os militares e Bolsonaro. Mas, por outro lado, Moro ainda despertaria dúvidas a respeito de sua potencialidade eleitoral. Para o jornalista, Bolsonaro continua sendo o favorito da classe militar, visto que é considerado o mais capaz de vencer um possível embate com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022, e o serviço ativo das Forças Armadas estaria satisfeito em ter saído do escrutínio dos holofotes políticos. Contudo, muitos oficiais-generais preferem distanciamento dos candidatos, de acordo com Gielow, mesmo que a percepção popular seja a de que o militarismo e o bolsonarismo possuam uma relação simbiótica. Frente a isso, o jornalista concluiu que a acomodação desses fatores ainda é imprevisível. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/11/21)

### **Aproximação de generais com Sergio Moro tem apoio da cúpula militar**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, a filiação do general Carlos Alberto dos Santos Cruz ao partido Podemos na última semana provocou reações positivas em um grupo de WhatsApp composto por nomes conhecidos nas Forças Armadas. Segundo o periódico, compõe o grupo os generais da reserva Santos Cruz, Paulo Chagas, Maynard de Santa Rosa, Lauro Luís Pires da Silva e Marco Aurélio Costa Vieira, além do coronel da ativa do Exército Walter Felix Cardoso e do capitão de Mar e Guerra dos Fuzileiros Navais Álvaro José Teles Pacheco. Nas conversas do grupo intitulado "3V" – acrônimo para 3ª Via –, os oficiais de alta patente acompanham a candidatura do ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro à presidência, e encaram a aproximação de membros da caserna com o ex-ministro como uma alternativa possível ao presidente da República Jair Bolsonaro e ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Além do general Santos Cruz, os generais Otávio do Rêgo Barros e Guilherme Theophilo também se aproximaram de Moro, que "acendeu à caserna" em seu último discurso. (O Estado de S. Paulo - Política - 28/11/21)

### **Ministério da Defesa associou intervenções militares na Amazônia à falsa redução de desmatamento**

De acordo com a reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo, em reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal realizada em agosto, discutiu-se uma redução no desmatamento do bioma. Nessa ocasião, estavam presentes representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Defesa, Economia e Minas e Energia, que, juntamente com o vice-presidente da República Hamilton Mourão, presidente do Conselho, elencaram as políticas que teriam levado à redução do desmatamento. No entanto, segundo dados oficiais, no período analisado (08/2020 - 07/2021) não houve redução, mas sim um aumento de 22% do desmatamento. O major-brigadeiro Flávio Luiz de Oliveira Pinto, representando o Ministério da Defesa na reunião, declarou à época que a suposta redução do desmatamento teria

acontecido devido aos esforços do conselho, além de utilizar dados da intervenção militar na Amazônia para afirmar que sem esse empenho os gráficos apresentados sofreriam grandes alterações. Segundo o periódico, as intervenções militares, realizadas com base em decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) assinados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, demandaram R\$ 550 milhões dos cofres públicos e, apesar disso, não garantiram os resultados necessários, mas sim um aumento do desmatamento. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 29/11/21)



# 8 O 7 de setembro

## Cortina de fumaça e os rumos da democracia

O 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, é tradicionalmente uma data que mobiliza a população e a classe política em comemorações e protestos. Porém, em 2021, adquiriu novos contornos em razão de Jair Bolsonaro e seus apoiadores terem convocado manifestações em todo país, no escopo de uma agenda antidemocrática, e da imprensa ter repercutido amplamente os preparativos, assim como especulado a adesão das forças armadas ao movimento.

Os indícios de que a data estaria envolta em polêmicas começaram no mês anterior, quando a Operação Formosa, que ocorre todos os anos desde 1988, passou de um exercício militar da Marinha para uma operação conjunta das três forças. Somado a isso, no dia 10 de agosto de 2021, o trajeto da Operação que anteriormente se deslocava do Rio de Janeiro até a cidade de Formosa, no estado de Goiás, fez um desvio para passar pela capital do país, curiosamente no mesmo dia em que o Congresso Nacional votaria o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso, pauta defendida pelos bolsonaristas. O desfile militar cruzou a frente do Palácio do Planalto em dia útil, sob a justificativa de convidar Jair Bolsonaro, acompanhado do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, para participarem de um exercício da Operação.

Diversas foram as vozes críticas que se posicionaram a respeito do desfile militar, compreendendo-o como uma demonstração desnecessária de força por parte do governo, com o intuito de pressionar os congressistas a aprovarem o voto impresso para as eleições de 2022. Todavia, a PEC não vingou e, frente a isso, Bolsonaro e seus apoiadores passaram a articular de maneira mais sistemática os atos de 7 de setembro, com pautas que incluíam o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

No dia 25 de agosto, governadores de diversos estados anunciaram que pediram reunião com a cúpula das forças armadas, no intuito de discutir as manifestações da base bolsonarista. Na sequência, no dia 28, Bolsonaro fez declarações que colaboraram para aumentar o clima de tensão, afirmando que tinha três alternativas de futuro: "estar preso, ser morto ou a vitória". Acrescentou ainda que não desejava "provocar ruptura", mas que "tudo tem um limite".

Desta forma, estava construída a atmosfera de apreensão acerca da possibilidade de um golpe, acompanhada por uma série de especulações sobre o eventual apoio das forças armadas para sua concretização. A imprensa buscou políticos e especialistas para opinarem e elaborarem cenários sobre as manifestações no 7 de setembro e seus possíveis desdobramentos.

Chegado o dia, os principais acontecimentos foram a invasão da Esplanada dos Ministérios por apoiadores de Bolsonaro, manifestantes exibindo cartazes com frases golpistas e alguns vestindo uniformes militares, além de tentativas de rompimento da barreira de segurança que bloqueava o acesso ao STF e ao Congresso Nacional. Os discursos de Bolsonaro na capital, Brasília, e na cidade de São Paulo foram marcados por posicionamentos antidemocráticos, tais como: "Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil. Ou o chefe desse poder [o Judiciário] enquadra o seu ou esse poder vai sofrer aquilo que não queremos. Porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República" e "Quero dizer aqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá. Aviso aos canalhas: não serei preso". O presidente chegou a fazer ataques pessoais a Alexandre de Moraes, ministro do STF.

A aguardada presença massiva de militares e policiais nas manifestações, como forma de apoio ao governo, foi tímida. Por outro lado, dos doze ministros que acompanharam Bolsonaro nos atos, cinco integram o que a imprensa chama de núcleo militar do Palácio do Planalto: Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral da Presidência), Augusto Heleno Ribeiro Pereira (Gabinete de Segurança Institucional), Braga Netto (Defesa), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura).

As provocações de Bolsonaro aos poderes Legislativo e Judiciário renderam críticas de representantes de diversos setores, especialmente políticos e sociais. Claramente, Bolsonaro ultrapassou os limites daquilo que se espera do comportamento do chefe do Executivo. Para contornar o clima que indicava a subida de tom do governo, cada vez mais próximo a uma ruptura democrática –inclusive insinuando que teria o apoio das forças armadas– Bolsonaro

divulgou, em 9 de setembro, a “Declaração à Nação”, na qual afirmou que não teve “nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes”. O ex-presidente Michel Temer confirmou a jornalistas que auxiliou Bolsonaro a redigir a nota apaziguadora, que embora tenha sido bem avaliada pelos jornais e alguns políticos, também recebeu críticas de que não representaria um recuo do governo em sua escalada autoritária.

**Juliana Bigatão**

*Docente do Departamento de Rel. Internacionais da UNIFESP*

**Alice Tomazzetti da Silveira**

*Graduanda em Rel. Internacionais na Unesp/Franca*

## AGOSTO

### **Colunistas e especialistas comentaram as preparações do governo para o 7 de setembro**

As convocações para manifestações de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, feitas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foram comentadas por colunistas e especialistas e reavivaram discussões sobre a presença militar no atual governo. Em coluna ao Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o presidente, não tendo conseguido “arrastar as Forças Armadas para uma aventura golpista”, pretende instrumentalizar o 7 de setembro para mostrar “que pode resolver no braço o que não consegue pelo convencimento”. De modo similar, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, em sua coluna opinativa ao jornal O Estado de S. Paulo, enfatizou que as Forças Armadas “não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político”, e que, portanto, devem ser respeitadas. Nesse sentido, o general reiterou que por maior que venha a ser a adesão às manifestações previstas para o 7 de setembro esta, ainda assim, “não representa a vontade de um povo inteiro”. Já para o consultor e cientista político entrevistado pelo periódico Folha de S. Paulo, Christopher Garman, apesar do momento polarizado em que vivemos, as demonstrações do dia 7 de setembro não devem representar um “risco relevante”, afinal existe um “incômodo [entre os] generais da ativa de quatro e cinco estrelas em ter a sua reputação fisicamente associada com o governo Bolsonaro”. De modo contrário, o jornalista Alvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a Folha, afirmou que a manifestação possui “todas as características de um ensaio de golpe”, inclusive contando com aval “dos generais que aceitaram fazer parte da aventura recebendo altos salários”. O colunista da Folha de S. Paulo Jânio de Freitas declarou que quem “nega altos riscos na ação de bolsonaristas no 7 de setembro [...] está a serviço de Bolsonaro”. Para Freitas, os riscos das manifestações em um “7 de setembro do povo” definitivamente criam uma incógnita em relação ao verdadeiro papel dos militares do Exército, mas não permitem previsões totalmente positivas ou negativas sobre o evento, ainda que “o bolsonarismo seja perigoso em si mesmo”. (Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/08/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 29/08/21)

### **Forças políticas cogitam convocar as Forças Armadas para manter a integridade das instituições e militares negam mobilização no 7 de setembro**

De acordo com reportagem do periódico Correio Braziliense, após a afirmação do dia 28/08/21 do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que seu futuro se limitaria às possibilidades de ser preso, morto ou vitorioso, lideranças políticas passaram a temer mais fortemente o destino das instituições democráticas do Brasil. Segundo a matéria, a frase foi interpretada pelos partidos políticos - inclusive de aliados de Bolsonaro - como um “salvo-conduto” para que os manifestantes mais radicais - aqueles que ameaçam invadir o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional - que participassem do ato no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, tomassem uma postura mais agressiva. No fim de semana do dia 28 e 29/08/21, conversas dessas lideranças cogitaram pedir aos presidentes do Senado Federal, Rodrigo Otavio Soares Pacheco, da Câmara dos Deputados, Arthur César de Lira, e do STF, Luiz Fux, que acionassem as Forças Armadas para a proteção dos prédios públicos em Brasília. Por outro lado, o deputado federal e líder do governo na Câmara dos Deputados, Victor Hugo de Araújo

Almeida, ainda assim reiterou que os atos marcados para a data apenas defendem a liberdade de expressão e não terão teor de ameaça aos Poderes. Além disso, o 7 de setembro não contará com desfile militar. O Correio Braziliense também ponderou que os atos planejados para o dia da Independência, não estão sendo bem avaliados pelas Forças Armadas. No interior das instituições militares, entende-se que o Brasil necessita de uma trégua na crise entre os Poderes. Segundo o jornal, ainda que exista a presença de militares no governo, que intencionem incentivar os protestos mobilizados pelos apoiadores do presidente, a maioria das Forças Armadas não aspira embarcar nas falas de Bolsonaro, buscando evitar que a instituição seja associada ao chefe do Executivo em um eventual golpe. Foi o que afirmou um oficial do alto escalão militar para o Correio, destacando que cresceu na cúpula das Forças Armadas a percepção de que não há a menor possibilidade de rompimento com a democracia, mesmo ante as pressões do presidente para que elas atuem como forças modeladoras, o que é inconstitucional. O militar acrescentou que, para os militares de altas patentes, o país tem muitas prioridades, sobretudo o combate à pobreza, à inflação e ao desemprego. Luiz Armando Schroeder Reis, deputado federal (PSL-SC) e coronel da reserva do Exército, mostrou apreensão com a possibilidade de que as manifestações bolsonaristas sejam acometidas por atos violentos de pessoas infiltradas. O parlamentar comentou que as Forças Armadas em tempo algum incentivaram os militares a participarem de manifestações de cunho político, e que não seria diferente no momento atual. Roberto Sebastião Peternelli Junior, general da reserva e deputado federal (PSL-SP), declarou que “o país precisa de tranquilidade e o bem comum para todos”. Segundo o periódico Folha de S. Paulo, em evento na Marinha no Rio de Janeiro, Bolsonaro proferiu que, para se ter paz, é preciso se preparar para a guerra. Em meio à tensão dos atos bolsonaristas programados para o feriado da Independência, o presidente espera contar com milhares de apoiadores, na tentativa de ganhar fôlego em meio a crise econômica, sanitária, social e institucional. (Correio Braziliense - Política - 30/08/21; Correio Braziliense - Política - 01/09/21; Correio Braziliense - Política - 02/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/09/21; Folha de S. Paulo - 02/09/21)

#### **Ex-presidentes demonstram preocupação com crise política do país**

Em editorial, o periódico Correio Braziliense destacou o posicionamento de pelo menos dois ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Michel Temer (2016-2018) a respeito da crise política no Brasil. Temer acredita que para uma eventual pacificação entre o executivo e o judiciário seria necessário que os dois lados cedessem em determinados pontos. Já FHC não acredita no apoio das Forças Armadas a uma possível aventura golpista, e a maioria da população parece prezar pelos valores democráticos. Na visão de Cardoso, existem diferenças entre o ambiente que cercava o pré-1964 e o dos dias atuais, pois as pessoas nas ruas estavam dispostas a “matar e a morrer”, o que não se vê hoje em dia. Segundo o Correio, de maneira discreta, ambos os mencionados estariam se empenhando em uma pacificação, e enviado emissários para cercar e entender as intenções da cúpula militar do exército, marinha e aeronáutica, e chegaram à conclusão de que não há apoio à possibilidade de ruptura democrática. Porém, há certa preocupação com a situação entre o chefe do executivo e o STF, já que reservadamente os comandantes demonstram certa preocupação com o comportamento de Jair Bolsonaro, mas por outro lado não parecem satisfeitos com as ações do STF, como a abertura do inquérito das fake News, que seriam de competência do Ministério Público, o que estaria de acordo com a Carta Magna. De acordo com o editorial, as manifestações marcadas em 7 de setembro por apoiadores do governo e da oposição parecem agravar as tensões que sondam o país, e as “vozes do bom senso” devem se posicionar, antes que a violência tome o controle da situação, e a pacificação se distancie ainda mais. (Correio Braziliense - Opinião - 31/08/21)

## **SETEMBRO**

#### **Bolsonaro veta parcialmente projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional**

Segundo os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou partes do projeto aprovado pelo Congresso Nacional que visa revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN), legislação herdada da ditadura militar que define os crimes contra o Estado democrático de Direito. O veto do Executivo inclui cinco trechos, dentre os quais se

destacam o artigo que criminaliza a comunicação enganosa em massa, ou seja, a promoção e veiculação de fake news que comprometam o processo eleitoral, e o artigo que aumenta em 50% a pena de crimes contra o Estado de Direito se forem cometidos por militares ou outros agentes públicos. No que diz respeito às fake news, o Executivo alega falta de clareza na definição do sujeito da conduta criminosa e aponta insegurança jurídica no quesito da apuração da veracidade de informações compartilhadas. O texto do veto afirma “A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de Direito, o que enfraquece”. Quanto ao aumento da pena para militares condenados por crime contra o Estado de Direito, o veto diz que “Viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores”. Além desses, outro veto que se destaca foi ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação, mediante violência ou ameaça, sob o argumento de que há dificuldade na caracterização do que é uma manifestação pacífica, o que afetaria o trabalho dos agentes de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Os jornais apontaram que a LSN vem sendo acionada tanto contra governistas, como o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), quanto contra membros da oposição. A manutenção ou exclusão dos vetos presidenciais depende do Congresso. Após os vetos, já se iniciou a mobilização para derrubá-los entre congressistas da oposição, enquanto outros políticos de centro preferem esperar os resultados das manifestações do dia 7 de setembro. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, disse que o presidente atua a favor de sua própria causa, já que o mesmo vem sendo investigado no inquérito das fake news. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, “Óbvio que o que foi aprovado no Senado é o que nós defendemos que seja mantido, mas respeitamos os vetos do presidente da República e essa avaliação será feita numa sessão do Congresso Nacional para se definir se mantém o veto, se derruba o veto”. (Correio Braziliense - Política - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21)

### Comemorações do 7 de setembro I: o que se esperava das manifestações

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, a jornalista e escritora Cristina Serra contou o que esperava do presidente da República Jair Bolsonaro nas manifestações convocadas pelo no Dia da Independência do Brasil. Primeiramente, Serra o classificou de “terrorista” ao lembrar o ano de 1987 quando a revista Veja publicou uma matéria sobre o plano de Bolsonaro para explodir bombas em quartéis em uma demonstração de protesto contra os baixos salários da tropa. A jornalista identificou terrorismo com golpismo e notou que um dos conselheiros de Bolsonaro, o general Augusto Heleno, foi ajudante de Sílvio Couto Coelho da Frota, o ministro do Exército durante os anos linha dura do regime militar (1964-1985) sob o comando do general Ernesto Geisel. Durante os anos que foi ministro, tentou dar um golpe, sem sucesso, em Geisel por considerar que o comunismo estava se infiltrando no governo. Apesar da fracassada tentativa, os anos linha dura continuariam promovendo atentados com bombas contra alvos civis. Por essa razão, Serra considerou que “O terrorismo e o golpismo estão no DNA deste governo de gente bandida, criminosa, disposta a ir para o tudo ou nada, como Bolsonaro ameaça o tempo todo”. Para a jornalista, isso não significava que o presidente encontraria apoio nas Forças Armadas pois acreditava que não há uma coesão forte o bastante entre os militares e a direita civil. Dessa forma, concluiu que o melhor teria sido deixar Bolsonaro “latindo sozinho neste feriado”. Por outro lado, em outra coluna opinativa, o jornalista Hélio Schwartzman, comentou sobre a possibilidade de um golpe no Dia da Independência e notou que havia um considerável apoio popular ao presidente e, de forma mais preocupante, Bolsonaro poderia contar com o suporte de Polícias Militares (PMs), milicianos e de vários setores do baixo oficialato das forças militares. Em coluna escrita no periódico O Estado de S. Paulo, o escritor e professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) João Gabriel de Lima comentou sobre a democracia brasileira e sua Constituição Federal (CF). Nela, o papel dos militares é exposto de uma forma que não cause nenhuma dúvida. Para discorrer sobre isso, o professor comentou sobre o livro “Dano Colateral” da jornalista Natalia Viana que relembra nele

um artigo que escreveu sobre a “Garantia da Lei e da Ordem”. Neste discorreu que o Exército não serviria como um “poder moderador”, como afirmado por Bolsonaro nas últimas semanas, mas somente agiria quando convocado por poderes civis. Ademais, a jornalista, que conversou com diversos generais, disse que não acreditava que o Exército forneceria apoio a qualquer possível “aventura autoritária” de Jair Bolsonaro. Segundo o professor também, os militares mostraram uma “postura legalista” nos últimos tempos, fornecendo certo apoio aos movimentos civis. Além disso, em uma coluna do jornal Folha de S. Paulo, Celso Rocha de Barros afirmou que as manifestações marcadas para o dia 07/09/21 foram planejadas por um longo tempo. O autor afirmou que tais “manifestações fascistas” eram inéditas, diferenciando-se das de caráter democrático através da tentativa de destruir os limites impostos pela democracia. Para ele, as manifestações deste 7 de setembro seriam um “festival de reacionarismo” e que para as Forças Armadas aplicarem um golpe, dependeria de uma sintonia popular, que não está muito evidente neste momento. Mas para Barros, caso quisessem realmente efetivar o golpe, as Forças Armadas necessitariam somente de uma desculpa para tal ato. Segundo o Correio Braziliense, apesar de possuir apoiadores para uma “guinada mais radical”, o presidente não possuía o respaldo das Forças Armadas para aventuras autoritárias. Nesse sentido, em entrevista para a Folha, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcos Nobre ainda ressaltou que, apesar do sentimento de impressionismo decorrente do não posicionamento claro das Forças Armadas, estes não apoiariam um golpe se houvesse um grande movimento pró-democrático. (Correio Braziliense- Poder- 07/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 04/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 06/09/21; Folha de S. Paulo - Poder- 07/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/09/21)

### **Comemorações do 7 de setembro II: como atuariam os militares segundo a imprensa**

De acordo com o Correio Braziliense, as Forças Armadas não iriam aderir às manifestações pró-Bolsonaro no Dia da Independência do Brasil, apesar das várias tentativas do presidente da República Jair Bolsonaro de envolver os militares em seu discurso político, inclusive com a exigência da presença da cúpula das Forças Armadas no evento. Os militares da ativa ouvidos pelo periódico ressaltaram a natureza das Forças Armadas como uma instituição de Estado, além da necessidade de o presidente focar na governabilidade e desemprego no país. Dois deputados militares também se manifestaram, major Vitor Hugo e general Peternelli, sobre a não participação dos militares na manifestação do Dia da Independência, além da impossibilidade de uma possível ruptura democrática. Por fim, o periódico ouviu, ainda, Danilo Moraes dos Santos, advogado constitucionalista, mestre em Poder Legislativo e professor da pós-graduação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Distrito Federal (IBMEC-DF), que alegou que devido ao histórico da Instituição no país, não seria uma preocupação infundada, mas que no contexto atual não seria possível uma “aventura” antidemocrática. Por outro lado, a Folha de S. Paulo demonstrou preocupações quanto ao que estamos vivenciando, segundo o jornalista Juca Kfoury, colunista da Folha e autor de 'Confesso que Perdi' e formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), o 7 de setembro apareceria como uma ameaça às instituições ao reunir um “bando de malucos” liderados por figuras autoritárias como os torturadores do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), além de reforçar que não faltou mentiras e falácias para rupturas democráticas acontecerem anteriormente. Ademais, ainda na Folha de S. Paulo, uma outra reportagem sobre o Jair Bolsonaro, 7 de setembro e as Forças Militares afirmava que “Comandantes são unânimes em dizer [...] que não há espaço para golpismos, mas o fato é que não houve nenhum teste de realidade [...]”. Segundo a Folha de S. Paulo, o coronel da reserva da Força Aérea Brasileira, Sylvio Malheiro Júnior, declarou que com o desejo de se candidatar para deputado federal na próxima eleição, participaria das manifestações de 7 de setembro, utilizando um helicóptero, alugado por ele mesmo, para filmar a mobilização. De acordo com reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, com relação aos militares que ocupam cargos no Poder Executivo, não houve unanimidade até o dia 06/09/21 sobre a participação deles nos atos do dia 07/09/21. Apesar de ter sido convidado, juntamente com os demais ministros, pelo presidente da República, o ministro da Defesa general Walter Braga Netto não havia se pronunciado sobre a sua participação nas manifestações até a antecedência dos eventos. O



general Luiz Eduardo Ramos, ocupando o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), eram esperados para acompanhar o presidente Bolsonaro. Em coluna para a Folha, Fabio Wajngarten discorreu que o incômodo de algumas pessoas com as Forças Armadas decorre da não valorização delas nos episódios históricos e da falta de patriotismo. Além disso, o colunista disse que o único impedimento para a realização em 2021, e no ano anterior, de um desfile militar digno da empolgação do presidente Bolsonaro são as medidas sanitárias decorrentes da pandemia da covid-19. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, no dia 08/09/21, “a presença de militares e policiais nas manifestações bolsonaristas neste 7 de setembro foi tímida”, contando com oficiais e membros da reserva. Apesar disso, conforme reportagem do Correio Braziliense, o ministro Braga Netto esteve presente nas manifestações, ao lado de Jair Bolsonaro. Na visão do periódico, o movimento dos militares “desgastados” era de se distanciar do presidente nos atos. Já o jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna para o Correio, relatou que, ao invés de se manifestar, as tropas do Comando Militar do Planalto, chefiadas pelo general de divisão Rui Yutaka Matsuda estiveram de prontidão para proteger o Supremo Tribunal Federal (STF) contra os manifestantes, caso fossem requisitadas pelo presidente da Corte, Luiz Fux. (Correio Braziliense - Política - 05/09/21; Correio Braziliense - Política - 08/09/21; Correio Braziliense - Política - 10/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 07/09/2021; Folha de S. Paulo - Poder - 05/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 08/09/21; Folha de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/09/21)

### **Comemorações do 7 de setembro III: Invasão à Esplanada em protestos**

Em reportagem, os jornais O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense noticiaram a invasão à Esplanada dos Ministérios, local ocorreu os protestos no dia 7 de setembro, por apoiadores do presidente da República Jair Bolsonaro. Visando garantir a segurança, as polícias de São Paulo e Brasília, principais focos dos protestos, elaboraram esquemas de manutenção da ordem. No Distrito Federal (DF), o Comando Militar do Planalto (CMP), setor do Exército, disponibilizou “o efetivo da Polícia do Exército, do Batalhão de Guardas Presidencial e do Regimento de Cavalaria de Guardas”, que segundo o órgão costuma estar de prontidão em manifestações. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública do DF ainda afirmou que 5 mil Policiais Militares estão a serviço do monitoramento da Esplanada. (Correio Braziliense - Poder - 09/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 07/09/21)

### **Comparações entre filme brasileiro sobre o nazi-fascismo e a atual gestão de Bolsonaro**

Em coluna opinativa para o periódico Folha de S. Paulo, Claudio Leal discorreu comparações entre o filme “Hitler do 3º Mundo” (1968) do diretor José Agrippino de Paula, à ditadura militar no Brasil (1964-1985) e aos recentes atos públicos de Bolsonaro. O longa foi lançado às vésperas da instituição do Ato Institucional - 5 (AI-5), maior ato de supressão de direitos individuais do regime militar, e se trata de uma alegoria do nazi-facismo disfarçado em meio a sociedade brasileira. Segundo a coluna, os recentes ataques à democracia do presidente da República Jair Bolsonaro renovaram a mensagem desta obra cinematográfica. Nesse sentido, os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), insinuações à intervenção militar, apologia à ditadura, o desfile de blindados em Brasília no dia 10/08/21 e a convocação de protestos antidemocráticos no 7 de setembro fizeram renascer no povo, segundo Leal, “a paranoia de um golpe de Estado”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 07/09/21)

### **A comemoração do Dia da Independência na ditadura**

De acordo com a coluna opinativa de Liz Batista para o periódico O Estado de S. Paulo, o dia da comemoração da Independência do Brasil serviu, ao longo de toda a história, para “mostrar o país ao mundo, para exaltar os militares e para vaia”. Consonantemente também à coluna de Heloisa Murgel Starling para o jornal Folha de S. Paulo, o 7 de setembro foi usado mais de uma vez como uma ferramenta para promover o governo em exercício no momento, como ocorreu em 1972 no mandato do general Emílio Garrastazu Médici durante o regime militar (1964-1985), na celebração dos 150 anos do evento. Na ocasião, o presidente negociou com o governo

militar português para promover o transporte em cortejo dos restos mortais de D. Pedro I pelas capitais brasileiras. Além disso, após o golpe de 1964, a data foi estendida para uma semana inteira de comemorações que ficou conhecida como Semana da Pátria, e teve alta adesão do público, principalmente no final do período ditatorial, passados os denominados “anos de chumbo”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 07/09/21; O Estado de S. Paulo – Política - 07/09/21)

### **Repercussões do 7 de setembro II: manifestantes com uniformes militares participaram de manifestações**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, as manifestações do dia 7 de setembro e dos dois dias seguintes em Brasília contaram com a presença de grupos utilizando uniformes militares. Segundo a reportagem, parte desses grupos, que buscava se vestir e comportar como militares, tentou romper as barreiras que impediam o acesso ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional. A Folha também mencionou que não era possível identificar se eram militares da reserva, civis ou paramilitares. No entanto, o jornal esclareceu que o uso de vestimentas e equipamentos militares com o intuito de enganar a terceiros caracteriza crime, resultando em penas de seis meses a um ano de prisão. Paralelamente, a participação de militares da ativa nas manifestações, mesmo que à paisana, estava proibida. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21)

### **Repercussões do 7 de setembro III: entrevistas abordaram funcionamento da democracia brasileira**

No contexto dos atos e falas antidemocráticos do 7 de setembro, em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, Pedro Abramovay, doutor em ciência política e diretor da Open Society Foundations para América Latina e Caribe, considerou que a responsabilização de Jair Bolsonaro via impeachment ou processo na Procuradoria Geral da República (PRG) é fundamental para o bom funcionamento da democracia brasileira. Segundo o entrevistado, com o atual presidente, está em processo a “desconsolidação da jovem democracia brasileira”, enquanto que as ameaças antidemocráticas ganharam apoio popular e devem perdurar por décadas. Abramovay afirmou também que o país está diante de um grande desafio para preservar a democracia enquanto enfrenta o aumento da miséria e da desigualdade, além da questão ambiental. Em outra entrevista também concedida à Folha, a cientista política e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Daniela Campello, foi questionada se as ameaças à democracia no Brasil vindas do presidente da República, Jair Bolsonaro, “estão sendo subestimadas”. Em resposta, Campello disse que há uma falta de visão nesse tema, implicando que as ameaças por si só - mesmo não concretizadas - já causam danos na democracia brasileira. Para ela, desde a posse de Bolsonaro em 2019, “uma série de cálculos políticos” inéditos passaram a acontecer onde se implicava a possibilidade de uma ruptura institucional, algo que não ocorria na “nossa democracia pré-Bolsonaro”. Nisso, Campello ressaltou que o “nível de destruição institucional” e de “ameaça democrática” já atingidos só foram possíveis por uma credulidade de que eventualmente os militares pudessem se aliar a Bolsonaro em seus planos golpistas. Na avaliação da cientista política, a simples inclusão dessa possibilidade durante a tomada de decisão política já é problemático, mesmo que as instituições ainda permaneçam: “ameaças podem nunca acontecer, mas ele [Bolsonaro] consegue avançar com seus projetos a partir delas”. Um exemplo dado por Campello foi o caso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, que indicou um membro das Forças Armadas para acompanhar a transparência das eleições, algo lido pela cientista política como “uma resposta às ameaças do presidente”. Além disso, quando questionada sobre a presença de militares em cargos e posições políticas no governo e como isso se associa à crise política atual, Campello disse considerar a situação “uma tragédia”, ressaltando que a situação começou após o encerramento da participação de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), até um fortalecimento maior no governo Michel Temer (2016-2018), quando os militares se firmaram como um “ator político”. Para a professora, é “extremamente preocupante” o acompanhamento das eleições por militares e suas declarações opinativas sobre o sistema eleitoral e orçamento, além da sua participação decisória na política

de saúde. Para ela, essa ascensão militar na política era impensável em 2016 e “foi uma das grandes perdas de qualidade democrática” que ocorreu durante o governo Bolsonaro. Além disso, Campello também disse estar preocupada com as ameaças implícitas de Bolsonaro de que os militares estariam juntos a ele em caso de uma ruptura democrática. Para a professora, dever-se-ia haver maiores e mais vocais manifestações das Forças Armadas negando tal posição, optando no lugar por um “não posicionamento” que sugere algum grau de possibilidade de alinhamento golpista. (Folha de S. Paulo - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 13/09/21)

### **Arquiteto revela a importância da fotografia na retórica da ditadura militar e nos eventos de 7 de setembro**

Em coluna opinativa ao jornal Folha de S. Paulo, o arquiteto e fotógrafo Ciro Miguel abordou a importância da fotografia nas demonstrações de força no pré-golpe de 1964. De acordo com Miguel, a criação de uma “retórica visual militar” meses antes do golpe de 1964 se relevou de “grande carga simbólica”: o voo e a aterrissagem de paraquedistas do Exército em frente ao prédio do Congresso Nacional enquanto o presidente João Goulart ameaçava o acionamento do estado de sítio não foi mera coincidência, mas sim uma demonstração de que “o poder [a partir daquele momento] vinha de cima”. De modo similar, a preocupação do presidente Jair Bolsonaro com as fotografias de 7 de setembro de 2021 refletem, segundo Miguel, “o reconhecimento do poder simbólico e instrumental” da fotografia e de sua disseminação. Para o arquiteto, a tentativa, por parte do presidente, de recriar “imagens de tanques de guerra em ruas desertas” antes e durante o dia 07/09/21 remete ao período do pré-golpe de 1964, no qual as fotografias da capital do país, divulgadas pelos militares, revelavam-na como uma “cidade-monumento, vazia, autoritária e desumana”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 12/09/21)

### **Jornais discutiram o perfil do general Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura**

Matérias publicadas nos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo discutiram o futuro e os trabalhos do general Tarcísio Gomes de Freitas, atual ministro da Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro. O militar, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, é natural do Rio de Janeiro e seguiu carreira no Exército, nunca tendo concorrido para cargos públicos eletivos, apesar de ter ocupado posições nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Ao longo de sua passagem na chefia do Ministério da Infraestrutura, Tarcísio mostrou-se próximo de Bolsonaro, sendo “prestigiado” por ele e ganhando popularidade nas redes sociais. Além disso, por gerir a principal pasta responsável por obras públicas, com R\$ 100 bilhões em investimentos e planos de outros R\$160 bilhões até o fim de 2022, foi capaz de acumular capital político entre simpatizantes do governo, tornando-se um “garoto-propaganda” de Bolsonaro. Na avaliação da Folha, Tarcísio recentemente assumiu “um discurso abertamente público em defesa do governo”, lembrando uma declaração de Bolsonaro em Alagoas que disse ter um “namoro” com o ministro. Um fator lembrado pelo Estado e pelo Correio foi sua presença nas viagens feitas por Bolsonaro em busca de apoio, incluindo os atos de 7 de setembro de 2021, nos quais Tarcísio disse “vamos lutar pela nossa liberdade, pela liberdade de empreender, de prosperar, de vencer”. Outro episódio ocorreu no dia 09/09/21, quando o militar foi um dos principais articuladores da desmobilização dos bloqueios que caminhoneiros estavam fazendo nas rodovias federais. De acordo com a Folha, essa relação entre Tarcísio e Bolsonaro fez com que o ministro, bem visto por lideranças parlamentares, passasse a ser alvo de críticas e ataques. Recentemente, ele passou a ser cotado, inclusive pelo presidente, como um possível candidato para o governo estadual de São Paulo. A respeito desses planos para o futuro, em uma entrevista concedida ao Estadão/Broadcast, Tarcísio disse que ainda não tem certeza, implicando que também pode concorrer por uma vaga no Congresso Nacional, como uma cadeira no Senado Federal por Goiás ou Mato Grosso. Além dessas Unidades Federativas, a Folha afirmou que a cadeira do Distrito Federal também foi cotada por Tarcísio, mas ele acabou desistindo pela concorrência com a deputada federal Flávia Carolina “Arruda” Péres. Nisso, o Estado apontou que o Senado é onde o presidente Bolsonaro “tem sofrido sucessivas derrotas” e onde, segundo a Folha, há planos de rejeição dos projetos infraestruturais almejados pelo ministro e presidente. Ao mesmo tempo, o ministro também ressaltou sua lealdade a Bolsonaro nas eleições de 2022: “vou

caminhar junto com o presidente”, além de afirmar que sua escolha de candidatura dependerá daquela que “ajudar mais o presidente”. Consonantemente, a Folha apontou que Bolsonaro tem pedido para que Tarcísio seja uma pessoa mais midiática, com presença em rádios e entrevistas. Na mesma entrevista ao Estadão/Broadcast, Tarcísio defendeu seu chefe quando questionado sobre a radicalização de seu discurso e disse querer “continuidade”, ao que os jornais implicaram um “projeto” de reeleição de Bolsonaro. Caso eleito ao Senado em 2022, Tarcísio poderá se licenciar de sua cadeira no Senado e, assim, reassumir a gerência do Ministério da Infraestrutura. (Correio Braziliense - Poder - 11/09/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 13/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 11/09/21)

### **Uso pessoal de aeronaves da FAB**

Em reportagem, a Folha de S. Paulo afirmou que, de acordo com dados de registros de voos do Ministério da Saúde, o ministro Marcelo Queiroga, acompanhado por sua esposa e seus filhos, assim como por outros parentes e autoridades, utilizou pelo menos 20 voos oficiais de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), no período de 25/03 a 08/08/21. Procurado pela Folha, o Ministério não informou o motivo da presença de tais acompanhantes ou se estes estavam cumprindo a agenda da pasta. O líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e o ministro do turismo, Gilson Machado, também foram acompanhados por suas esposas em voos feitos com aeronaves da FAB. O jornal ressaltou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, apesar de ter alterado, no primeiro semestre de 2020, o decreto sobre uso das aeronaves oficiais para, em tese, tornar as regras mais rígidas, também voou acompanhado por parentes em voos pagos com dinheiro público e utilizou aeronaves da FAB para promover aproximação com aliados políticos. No dia 09/09/21, o presidente ordenou que um jato da FAB buscasse o ex-presidente Michel Temer (MDB) em São Paulo. O encontro resultou na elaboração da nota de recuo quanto às ameaças golpistas e desdobramentos das manifestações do dia 7 de setembro. Ademais, o Ministério da Defesa informou que pagou cerca de R\$ 19 mil em diárias, taxas aeroportuárias e alfandegárias para trazer ao Brasil o presidente da Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló, em avião das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Poder - 20/09/21)

# 9 Política externa e defesa

## Os militares e a conjuntura internacional

O ano de 2021 foi marcado pela permanência ativa dos militares em muitos eventos políticos do Brasil, dada a quantidade de membros das Forças Armadas em cargos de primeiro, segundo escalão e assessoramento do governo de Jair Bolsonaro. No plano internacional, as preocupações com os impactos sanitários e econômicos da pandemia de Covid-19 se mantiveram, apesar do otimismo gerado pela vacinação em larga escala. A despeito de um robusto Sistema Único de Saúde (SUS), capaz de dar conta de um plano nacional de imunização, o governo federal brasileiro continuou praticando uma política sanitária que pode ser denominada de genocida ou, na melhor das hipóteses, incompetente.

O interesse das forças armadas pelo contexto internacional se relaciona a um conjunto de ações intrincadas ao exercício próprio da função, especialmente na defesa contra ameaças externas. A partir de 2018, as manifestações e ações de militares nessa seara, para além dos temas próprios de defesa e segurança, passaram a ser mais recorrentes. A perda de credibilidade internacional do Brasil e os constantes embates com a China, incitados pela família do presidente da República e pelo então chanceler, Ernesto Araújo, cuja gestão se encerrou em março de 2021, levaram ao maior engajamento das forças armadas em temas internacionais, seja para mitigar os danos causados pela política ideológica da gestão de Araújo no MRE, seja para amenizar ou mesmo corroborar as falas de Bolsonaro sobre conteúdos de importância internacional, como as associadas ao meio ambiente e à pandemia.

A polêmica envolvendo a instalação da tecnologia 5G no Brasil suscitou diferentes posicionamentos dos militares frente à questão. O presidente Bolsonaro e seus aliados mais próximos, que o seguem em um discurso ideológico, tendem a se curvar às pressões norte-americanas para que a empresa chinesa Huawei não lidere o mercado brasileiro nessa importante revolução tecnológica, que influenciará muito além da área de telecomunicações. Enquanto o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) se alinha à postura do presidente da República, militares atuantes em outras áreas do governo não veem riscos à soberania e segurança nacional na preponderância chinesa nesse mercado.

Os periódicos brasileiros dedicaram atenções à essa questão, ficando nítido o interesse dos militares no tema. Em julho de 2021, Willian Joseph Burns, chefe da Central Intelligence Agency (CIA), foi recebido pelo presidente Jair Bolsonaro, bem como pelos generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Walter Souza Braga Netto, respectivamente chefe do Gabinete de Segurança Institucional e Ministro da Defesa. Na avaliação do jornal Folha de S. Paulo, a visita teria o objetivo de pressionar o governo brasileiro a impedir a participação da empresa Huawei na implementação do 5G no Brasil, sob a alegação de que isso permitiria ao governo chinês acesso ao tráfego de dados, facilitando serviços de espionagem. A participação da ala militar do governo em tratativas desse teor é revestida de percepções ideológicas, mas também de interesses específicos, como o estabelecimento de um acordo de cooperação militar com os EUA, que, segundo o referido periódico, foi sugerido por Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, a Braga Netto, ministro da Defesa. De acordo com a Folha de S. Paulo, o argumento central do governo norte-americano é o de que empresas não confiáveis no fornecimento de 5G podem se constituir em empecilho à cooperação na área de segurança e defesa.

A atuação de militares em atividades diplomáticas também chamou a atenção dos periódicos nacionais. Em fevereiro de 2021 ocorreu a viagem do almirante Flávio Rocha, secretário especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos e assessor do presidente Jair Bolsonaro, à China e Argentina, países com os quais o então chanceler Ernesto Araújo não desenvolveu bom diálogo por questões ideológicas. Rocha é considerado homem de confiança do presidente e, em muitos círculos, apelidado de "02 do Itamaraty". O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, tem representado diplomaticamente o país em encontros internacionais, como o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrido em Angola, em julho de 2021. De acordo com o editorial da Folha de S. Paulo, Mourão passou por situação vexatória ao tentar defender os interesses da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola. Vale lembrar que a política africana do Brasil atravessa um período de esvaziamento, se comparada àquela desenvolvida durante o governo Lula (2003-2010), que intensificou a cooperação internacional e as relações econômicas e políticas com vários países da África.



As referências à atuação dos militares na proteção de fronteiras e na crise que envolve a migração venezuelana, especialmente focada na cidade fronteiriça de Pacaraima, são recorrentes na grande imprensa. A política ambiental do governo Bolsonaro resvala nas forças armadas, que mantém forte presença no Norte do país, região onde ocorre a maioria dos casos de desmatamento e agressões aos direitos dos povos indígenas. A vitória de Joe Biden, nos EUA, tornou evidente que qualquer apoio de maior abrangência no campo da cooperação militar esbarra nas ações brasileiras de descaso com a preservação dos recursos naturais do país.

Pode-se inferir, a partir dos informes sobre a relação que os militares têm com os temas mais latentes do contexto internacional, ou pelo menos com aqueles que influenciam a realidade brasileira, que se estabeleceu um inusitado poder de deliberação em temas antes relegados exclusivamente ao Itamaraty, burocracia responsável pela implementação da política externa brasileira.

A influência internacional sobre a Amazônia se constituiu em uma preocupação dos militares por muitas décadas. A péssima condução da pandemia e da política ambiental, por parte do governo brasileiro, reacenderam o temor dos militares com essa propalada ingerência internacional sobre o Brasil, agora justificada a partir de temas que, antes de 2018, conferiam respeito e credibilidade ao país. Controverso e curioso que este temor seja resgatado justamente em um governo no qual os militares atuam com intensidade numérica e considerável influência.

**Ismara Izepe de Souza**

*Docente do Departamento de Rel. Internacionais da UNIFESP*

## FEVEREIRO

### **Jornal comentou a candidatura de Kátia Abreu para a presidência de comissão de Defesa do Senado**

Em matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, foi comentada a cotação da senadora Kátia Regina de Abreu para o comando da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) no Senado. Vista como próxima da ala mais à esquerda do Congresso, uma possível vitória assusta a base governista do presidente Jair Messias Bolsonaro, político identificado com a direita, porém, Abreu tentou acalmar os ânimos e se mostrar moderada, dizendo que a presidência “não é espaço de fazer oposição” e que os poderes devem conviver em harmonia. Sobre as posições da candidata relacionadas à Comissão, a senadora já disse defender que assuntos mais relacionados à Defesa entrem nas pautas da CREDN, afirmando também ter disposição para “discutir e aprender” em encontros com o ministro da Defesa e general Fernando Azevedo e Silva, os quais já foram requisitados pela Secretaria de Governo, encabeçada pelo também general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Além disso, Abreu já declarou defender uma discussão mais aberta a respeito da instalação do 5G chinês no Brasil. (O Estado de S. Paulo - Política - 15/02/21)

### **Almirante se destaca no Itamaraty em meio ao desgaste do chanceler Ernesto Araújo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o desgaste da imagem do chanceler Ernesto Araújo no exterior tem dado protagonismo ao almirante Flávio Rocha, secretário especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e assessor direto do presidente da República, Jair Bolsonaro. Mesmo sem status de ministro, o almirante viajou recentemente a países com os quais Araújo não tem desempenhado um bom diálogo em razão de suas posições ideológicas, como a China e a Argentina. Considerado como “olhos e ouvidos de Bolsonaro”, o militar tem sido apelidado de “02 do Itamaraty”, embora negue que tenha ambições políticas. Além disso, assessores do governo negam que haja disputa entre os dois e o presidente confirmou recentemente a permanência de Araújo, por hora. A Folha apontou ainda que o almirante e o presidente se conheceram em 2002, quando o militar chefiava a assessoria parlamentar da Marinha na Câmara. Segundo a Folha, o almirante é reconhecido nas Forças Armadas por seu conhecimento geral, fala seis idiomas e é frequentemente consultado por Bolsonaro, atuando também como “apaziguador” no governo, coordenando assuntos “delicados”. (Folha de S. Paulo - Mundo - 16/02/21)

## MARÇO

**Colunista afirmou que condução da pandemia abre brechas para ingerência internacional, antiga preocupação dos militares brasileiros**

Em coluna à Folha de S. Paulo, o jornalista Igor Gielow analisou de que forma a “condução desastrosa da pandemia” pode se converter em um problema de “internacionalização” do Brasil. O jornalista retomou o histórico temor dos militares brasileiros de que uma possível ingerência internacional acontecesse no país em relação à Amazônia, um dos seus principais motivos de preocupação estratégica, e mencionou que isto pode acontecer, na verdade, em função da incapacidade de controlar o avanço da Covid-19. Para Gielow, o “Sars-CoV-2 é a nova Amazônia” e, diante de 2.000 mortes diárias em solo brasileiro, o argumento da soberania “perde eficácia”. O jornalista destacou que o incômodo tem sido frequente em conversas militares, sobretudo sobre os oficiais do Exército que aderiram aos comandos do governo. Para o jornalista, “numa ironia histórica”, o atual cenário brasileiro demonstra uma “intervenção estrangeira convidada por um governo coalhado de militares que sempre bateram no peito contra essa possibilidade”. (Folha de S. Paulo - Poder - 09/03/21)

**Brasil enviou avião cargueiro da FAB ao Haiti após terremoto**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o Brasil enviou no dia 22/08/2021 um contingente de 32 bombeiros, quase 7 toneladas de material e equipamento de emergência e 3,5 toneladas de medicamentos para o Haiti como auxílio de emergência pelo terremoto de magnitude 7,2 graus ocorrido na semana anterior, o qual vitimou 2,2 mil pessoas. Tal missão foi despachada na aeronave KC-390 Millennium da Força Aérea Brasileira (FAB), em um evento que contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. O Brasil liderou o componente militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah). O Estado também relatou que houve uma “questão técnica” a respeito da aeronave junto à FAB: O avião havia realizado uma escala na Base Aérea de Cachimbo, no Pará, por causa de um problema não detalhado, e sua chegada a Porto Príncipe, capital do Haiti, prevista para o dia 22/03/2021, foi adiada para o dia seguinte. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 23/03/21)

**Forças Armadas articularam-se em negociações sobre instalação do 5G no Brasil**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o edital do leilão para decidir sobre a implementação da tecnologia 5G no Brasil divulgado pelo Ministério das Comunicações estaria formatado para atender investimentos em setores aliados do presidente Jair Bolsonaro, entre os quais estão os militares. O grupo que ganhar o leilão - que está programado para até julho de 2021 - receberá do governo federal políticas públicas e privilégios para expandir a internet em banda larga móvel por todo o país, com investimentos estimados em torno de R\$32 bilhões. O jornal noticiou que os militares conseguiram compromissos para melhorar a rede de fibra óptica da região amazônica, visando a facilitação das redes de comunicação das forças armadas numa região que sofre com condições geográficas e climáticas desfavoráveis. Segundo o Ministério das Comunicações, os incentivos fornecidos foram a saída para resolver tais dificuldades e reanimar o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais). Para tal, será aplicado R\$1 bilhão na construção de uma rede conectará 59 municípios da região amazônica, com especial interligação das cidades de Manaus e Tefé, áreas consideradas estratégicas pelo Exército e Ministério da Defesa. Ao todo, sete infovias serão instaladas no leito do Amazonas e afluentes, totalizando assim 10 mil quilômetros de cabos. Ademais, a Folha informou que outro pleito mais polêmico da ala militar é a construção de uma rede privativa para o governo federal, sem equipamentos fabricados pela empresa chinesa Huawei e com capacidade para discriminar o tráfego de dados. Tal proposta está estimada em ao menos R\$1 bilhão e é controversa entre as operadoras, visto que elas teriam que financiar uma rede que seria operada por uma concorrente, a Telebras - empresa estatal que atualmente emprega diversos militares. (Folha de S. Paulo - Mercado - 29/03/21)

## ABRIL

**Ministério da Defesa monitora conflitos em Apure, fronteira entre Brasil e Venezuela**

O jornal O Estado de S. Paulo noticiou que o ministério da Defesa está monitorando conflitos entre o Exército venezuelano e dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

(FARC) no estado de Apure, fronteira entre Brasil e Venezuela. Segundo o periódico, o estado de Apure tem sido cenário de conflitos que resultaram em mortes, já confirmadas pelo Exército venezuelano, além de denúncias de torturas, prisões ilegais, execução de camponeses e desaparecimentos. Em nota, o Ministério da Defesa declarou que acompanha os desdobramentos dos conflitos, se valendo “de pesquisa e análise das fontes disponíveis” e que a ação ocorre como em outros assuntos internacionais que “envolvem o entorno estratégico brasileiro”. Todavia, não mencionou contatos entre autoridades brasileiras com autoridades colombianas e venezuelanas, nem quais seriam as ações do Exército. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 27/04/21)

## MAIO

### **Em ordem do dia, ministro da Defesa comentou sobre a Segunda Guerra Mundial**

Segundo o jornal Correio Braziliense, na ordem do dia divulgada em 07/05/21, o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto, comentou sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Comunicado em um dia simbólico, visto que era o aniversário de 76 anos do Dia da Vitória - data que marcou o fim da guerra na Europa -, Braga Netto lembrou as perdas brasileiras na guerra, tanto materiais quanto em vidas. Além disso, o ministro retratou a derrota do Eixo como uma “vitória dos valores da democracia, da justiça e da liberdade”, clamando por um aprendizado através da história e louvor à soberania nacional, valores patrióticos e fé na democracia. Por fim, o ministro afirmou que “a cobra fumou e, se necessário, fumará novamente”, aludindo à expressão que mostrou a virada de eventos quando, apesar da descrente opinião pública, o Brasil entrou na guerra e mandou tropas para a Itália em 1944. Além de Braga Netto, o documento foi assinado pelos comandantes da três Armas: general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, do Exército; almirante Almir Garnier Santos, da Marinha; e o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Jr, da Força Aérea. (Correio Braziliense - Política - 08/05/2021)

## JULHO

### **Chefe de inteligência dos Estados Unidos visitou o Brasil**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, William Joseph Burns, chefe da Central Intelligence Agency (CIA), a agência de inteligência dos Estados Unidos, visitou o Brasil. No dia 1/07/2021, o estadunidense encontrou-se com o presidente da República, Jair Bolsonaro, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem Rodrigues, no Palácio do Planalto. A passagem do estadunidense em Brasília foi caracterizada pelo jornal como “cercada de mistério”, visto os encontros sigilosos e a falta de aviso prévio, além de ter tido um enfoque nos temas de segurança regional e tons anti-China. Uma das fontes sobre o que se foi conversado veio de Bolsonaro, que, a apoiadores, disse ter discutido sobre a China e a América do Sul, com destaque à Venezuela, tendo tratado as dinâmicas internas dos demais países do subcontinente como de interesse ao Brasil. Na avaliação da Folha, a visita de Burns buscou pressionar Bolsonaro a interromper as participações da empresa chinesa Huawei nas redes de 5G brasileiras, afirmando que ela permitiria espionagem pelo governo de Pequim do tráfego de dados, uma posição que consona muito com a do GSI de Heleno. Além disso, autoridades brasileiras comemoraram a visita como um sinal de que a cooperação nas áreas de inteligência e segurança regional não serão afetadas pelas divergências ideológicas entre Bolsonaro e o presidente estadunidense Joe Biden. (Folha de S. Paulo - Mundo - 03/07/21)

### **Crise no Haiti suscita debate sobre engajamento do Brasil em missão de paz**

Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, o brigadeiro Maurício Ferreira Hupalo, subchefe de Operações de Paz do Ministério da Defesa, afirmou que as Forças Armadas veem com tristeza e preocupação a crise no Haiti depois do assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 07/07/21. Segundo o jornal, o Brasil enviou 37.449 militares brasileiros ao longo dos 13 anos da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Hupalo informou que o Ministério prepara tropas para ficarem em condições de retornarem para o Haiti, se necessário, embora não há previsão de nova missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre a Minustah, Hupalo destacou que “Todos os forces commander (comandante em-chefe da missão) foram

brasileiros. Colocamos lá muita energia e esperávamos que o Haiti pudesse caminhar com as próprias pernas. Mas houve essa involução, que se espera seja temporária”, acrescentou. Em coluna opinativa para O Estado de S. Paulo, Lourival Sant’anna comentou sobre a participação brasileira no comando militar Minustah, vigente entre 2004 e 2017, em razão dos recentes acontecimentos no país. O jornalista afirmou que uma geração de militares brasileiros foi formada com o desejo de servir no Haiti e que isso garantia um propósito maior às Forças Armadas. E, frente ao assassinato do presidente Moïse, o colunista avaliou a necessidade de retorno da ONU ao Haiti, de forma robusta e duradoura, com um novo engajamento brasileiro. Em sua visão, o envio de militares ao exterior auxiliaria no recuo destes em atividades políticas no Brasil. (Correio Braziliense - Política - 16/07/21; O Estado de S. Paulo - Internacional - 11/07/21)

### **Inspetores da ONU avaliaram as tropas brasileiras**

Segundo O Estado de S. Paulo, em julho de 2021, uma equipe composta de quatro inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma visita de avaliação e assessoramento às tropas brasileiras à disposição no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS). A visita faz parte de procedimentos necessários para que o país seja convidado pela ONU a uma determinada missão de paz. Não seria a primeira participação do Brasil em uma missão desse tipo, explicou o jornal: “atualmente, o Brasil participa de sete das 12 missões de paz da ONU”. Para o periódico, a participação do país nessas missões produz um “incremento da influência política do Estado em nível global, o estreitamento de laços de cooperação, amplia a projeção no concerto internacional e a sua inserção em processos decisórios internacionais”. O resultado dessa avaliação permitirá que as tropas brasileiras ascendam ao nível 2, pré-requisito para futuras consultas de desdobramentos de uma força de paz, seja em operações já em curso, ou a serem implantadas, explicou o periódico. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 28/07/21)

### **Vice-presidente da República e general Hamilton Mourão viajou para Angola**

De acordo com a Folha de S. Paulo, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, embarcou em uma viagem para Luanda, em Angola, onde participou da cúpula da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e autorizou 17 servidores para o acompanharem. O presidente da República Jair Bolsonaro teria, ainda, dado a missão para o general intervir na crise que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) enfrenta no país e que os gastos com a viagem custaram, até a data de publicação do jornal em 25/07/21, R\$ 340 mil ao governo federal. Em seu Editorial, a Folha de S. Paulo comentou o vexame que teria passado o general ao tentar defender a IURD que atualmente passa por acusações de crimes financeiros, com templos tomados pelo governo e a seu braço de mídia, Record, expulso. (Folha de S. Paulo - Opinião - 25/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/07/21)

## **AGOSTO**

### **Estados Unidos propõe cooperação militar em troca de banimento de empresas chinesas do mercado de 5G brasileiro**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, Jake Sullivan, Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, se encontrou com o ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, e com o presidente da República, Jair Bolsonaro. Sullivan se posicionou contra a participação de empresas chinesas, como a Huawei, no leilão do 5G brasileiro, e em troca, assegurou o apoio estadunidense para que o Brasil participe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como sócio global. A mensagem de Sullivan foi que tal apoio depende necessariamente do veto à participação chinesa no mercado de 5G brasileiro. Segundo a Folha, essa pressão esteve muito presente no governo de Donald Trump, e continua a ser uma das prioridades diplomáticas do governo de Joe Biden, argumentando que a presença de fornecedores não confiáveis em redes de comunicação 5G é um empecilho à cooperação de defesa e segurança. O jornal também esclareceu que a posição de sócio global da OTAN permite condições especiais para a compra de armamentos e tecnologia bélica, especialização e capacitação de tropas e assistência no caso de conflitos. Para alcançar essa posição, é necessário o aval dos outros integrantes da OTAN, mas mesmo assim, o apoio dos Estados Unidos é primordial.

Atualmente, o tema divide opiniões dentro da ala militar, de modo que membros do Gabinete de Segurança Institucional são a favor do banimento das empresas chinesas, enquanto outros militares observam favoravelmente a atuação da Huawei no Brasil. No início do mês de julho, William Burns, chefe da agência de inteligência americana (CIA), também esteve em Brasília para discutir o tema com Bolsonaro e outras autoridades brasileiras. (Folha de S. Paulo - Mundo - 06/08/21)

### **Governo Biden propõe que Brasil se torne “sócio global” da OTAN caso o país afaste chineses da oferta de tecnologia 5G**

Em coluna no jornal O Estado de S. Paulo, o ex-embaixador e consultor de negócios Rubens Barbosa discorreu sobre a recente visita ao Brasil pelo conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, na qual ofereceu ao país a chance de se tornar sócio global da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como parte da estratégia estadunidense de enfrentamento à China. O enquadramento do Brasil nesta posição garantiria “condições especiais para a compra de armamentos de países que integram a organização e abriria espaço para a capacitação de pessoal militar nas bases da aliança ao redor do mundo”. Na visão de Barbosa, a intenção do governo de Joe Biden é enfraquecer empresas chinesas que oferecem a tecnologia da rede 5G e, para isto, manifestou ao governo federal que cooperações nas áreas de defesa e segurança só seriam viáveis sem a participação de empresas chinesas. Para Barbosa, a proposta “tem que ver com o possível apoio dos militares no governo para reverter a decisão já tomada de não restringir a participação de nenhuma empresa na licitação da Anatel” e lembrou que não há consenso entre os militares sobre o assunto. Enquanto o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) se manifestou contrário ao acordo com empresas chinesas sob alegações de segurança nacional, outros oficiais das Forças Armadas se posicionaram favoráveis. Além disso, Barbosa ponderou que a questão do 5G também é “crucial” para a China e poderia implicar em outros efeitos negativos ao Brasil, caso adote a posição de Washington, que por sua vez, contemplaria interesses brasileiros em relação à “expansão da Otan no Atlântico Sul, área prioritária na Estratégia Nacional de Defesa”. Para Barbosa, o Brasil teria de “adotar posição de independência” e se posicionar livre de “motivações ideológicas ou geopolíticas”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 10/08/21)

### **Semelhanças dos militarismos de Chávez e Bolsonaro**

O periódico Folha de S. Paulo comparou o presidente da República Jair Bolsonaro com o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Além das trajetórias pessoais dos dois presidentes, oriundos das Forças Armadas, a Folha destacou a semelhança do militarismo nos dois governos. Embora Bolsonaro tenha utilizado como discurso de campanha a promessa de “não nos tornar uma Venezuela”, o jornal lembrou que, quando deputado, Bolsonaro havia prestigiado Chávez em 1999. A Folha destacou que ambos os países viveram uma ditadura militar, mas na Venezuela os militares estavam afastados do poder há mais de 40 anos quando Chávez ascendeu, enquanto no Brasil o contexto era “mais complexo”. De acordo com o jornal, os militares começaram a adentrar o poder já no governo do ex-presidente da República Michel Temer, que criou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e nomeou o general Sérgio Etchegoyen, até então chefe do Estado-Maior do Exército. Isto, contudo, foi aprofundado por Bolsonaro: o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que havia em 2020 6.157 militares da ativa e da reserva ocupando cargos civis, o que superava os números da Venezuela. Ambos investiram na educação militar, nomearam generais para o comando de suas petroleiras, assim como colocaram militares no Ministério da Saúde. A Folha lembrou ainda episódios de intromissão de militares na política e apontou como o custo foi alto no caso chavista. Além disso, militares brasileiros já possuem privilégios de classe palpáveis: excluídos da reforma da previdência, a única categoria que poderá receber reajuste salarial em 2021 e a preservação do orçamento do Ministério da Defesa diante da crise fiscal. Conforme o jornal, especialistas declararam não ser possível aferir o grau de comprometimento das Forças Armadas com Bolsonaro diante de ruptura democrática, mas apenas o fato destas possibilidades serem discutidas já demonstra uma situação “extremamente preocupante” (Folha de S. Paulo - Mundo - 10/08/21).



### **Operação Acolhida lida com números altos de refugiados venezuelanos na fronteira norte do Brasil**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, Pacaraima, cidade do estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela, enfrenta dificuldades para lidar com o alto número de refugiados. O município tem 18 mil habitantes e, de acordo com a matéria, está abrigando 4.015 refugiados, sendo que 2.065 deles estão em situação de desabrigo. Para hospedar os refugiados venezuelanos, o governo brasileiro promove a Operação Acolhida, sob a liderança do Exército. Em Pacaraima, a ação administra dois abrigos: o BV-8 e o Janokoida, o primeiro está atualmente hospedando 1.985 pessoas, tendo capacidade máxima para 2.000; e o segundo 497 indígenas, com capacidade para apenas 400. Segundo o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), esse excesso de pessoas em situação de desabrigo ocorre por dois motivos: a reabertura da fronteira Brasil-Venezuela depois de mais de um ano de fechamento por motivos sanitários - devido a pandemia de covid-19 - e o fato da Operação Acolhida estar trabalhando com equipes reduzidas, também devido ao vírus. Contudo, o Ministério da Casa Civil já apontou que tais equipes serão gradualmente aumentadas. A Folha também ressaltou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, usou a situação de Pacaraima para elogiar o acolhimento promovido pelo Brasil e criticar o governo venezuelano, pretendendo uma viagem a Roraima no dia 29/09/21. Além disso, o jornal ressaltou que a Secretaria de Comunicação do governo usou a Operação Acolhida para divulgar uma campanha nas redes sociais com o slogan "Operação Acolhida, o socialismo segrega, o Brasil acolhe". (Folha de S. Paulo - Mundo - 13/09/21)

### **Congressistas americanos buscam dificultar cooperação militar com o Brasil**

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, deputados do Partido Democrata norte-americano apresentaram uma emenda ao orçamento de Defesa dos Estados Unidos que visa limitar a cooperação militar entre os países ao bloquear o uso de recursos públicos para beneficiar o Brasil em decorrência de seu status de aliado prioritário extra-Otan. A emenda tem motivação no descontentamento dos congressistas democratas com a política ambiental do presidente Jair Bolsonaro, além de o acusarem de violar os direitos humanos dos povos indígenas. Nesse âmbito, os deputados democratas ainda propuseram uma segunda emenda, cujo objetivo é proibir a assistência em "deslocamento involuntário, incluindo com coação ou uso da força, de comunidades indígenas ou quilombolas no Brasil". A emenda será votada na Câmara dos Representantes antes de seguir para o Senado. (Folha de S. Paulo - Mundo - 17/09/21)

### **Crise humanitária e a presença militar na fronteira norte brasileira**

De acordo com o Correio Braziliense, os habitantes de áreas que contam com o apoio de bases militares na região norte do Brasil não têm suas necessidades básicas atendidas, enfrentando falta de médicos, materiais de higiene e alimentos. As Forças Armadas, por meio do programa Calha Norte, atendem 442 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A reportagem do periódico afirmou que a situação da população local foi agravada durante a pandemia e o Exército, apesar de possuir 21 pelotões, uma companhia e um destacamento situados ao longo da fronteira, é incapaz de atender todas as demandas. Em editorial, a Folha de S. Paulo ressaltou a situação preocupante da fronteira do Brasil com a Venezuela, especialmente a cidade de Pacaraima, no estado de Rondônia. O jornal caracterizou o cenário como uma crise humanitária e destacou a insuficiência de contingente e estrutura da Operação Acolhida - comandada pelo Exército - além da precariedade dos serviços municipais e estaduais. Segundo a Folha, a região fronteira em questão enfrenta a lotação dos abrigos e o aumento do número de migrantes e refugiados em situação de rua. (Correio Braziliense - Brasil - 20/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/09/21)

### **Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos falou sobre a politização das Forças Armadas**

Segundo os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o almirante Craig Faller, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos (EUA), divisão do Departamento de Defesa que atua na

América Latina e no Caribe, disse considerar os militares brasileiros “apolíticos” e “profissionais”, assim como os americanos. Segundo a Folha, o almirante realizou sua última visita ao Brasil à frente do Comando do Sul para discutir a cooperação militar com o Brasil, o que inclui acordos, exercícios conjuntos e formação de oficiais. Questionado por jornalistas sobre a politização das Forças Armadas brasileiras, o almirante afirmou que as Forças Armadas dos EUA são apolíticas e leais à Constituição e que “após os encontros com meus homólogos brasileiros, acredito que eles têm a mesma visão sobre o que são militares profissionais”. A Folha ainda registrou que o almirante afirmou que “o propósito das Forças Armadas é defender a Constituição, é o nosso juramento. Não é um juramento a qualquer líder”. A Folha também apontou o contraste entre as falas do almirante e a postura de militares brasileiros. O jornal citou o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que em maio de 2021 participou de um ato político no Rio de Janeiro em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro; o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que sob pressão do presidente decidiu livrar o ex-ministro de qualquer punição; e o ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, que também participou de atos políticos a favor de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Mundo - 24/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/09/21)

### **As controvérsias e dificuldades do projeto de construção do submarino nuclear brasileiro em parceria com a França**

Em coluna opinativa publicada no periódico Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo evidenciou as controvérsias geradas no cenário internacional, incluindo o desagrado causado nos EUA e Reino Unido, pela parceria feita entre o Brasil e a França para a construção de um submarino nuclear brasileiro. Segundo o jornalista, a decisão de construção desse submarino objetiva “aumentar o nosso poder de dissuasão em águas territoriais” e tem como plano de fundo o petróleo na camada do pré-sal e a Guerra das Ilhas Malvinas, em que a derrota da Argentina pela Marinha Inglesa representou uma ameaça à doutrina de segurança nacional dos países sul-americanos, incluindo o Brasil. De acordo com a coluna, a França forneceu tecnologia para a construção do casco do submarino, mas o reator nuclear foi completamente desenvolvido pela Marinha brasileira. No entanto, apesar dos esforços, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha (PNM) sofreram, respectivamente, cortes de 31% e 49% em seu orçamento, e para garantir a manutenção do projeto, a Marinha necessita da recuperação de R\$ 267,5 milhões vetados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, que seriam destinados ao Prosub. O valor estimado para a construção do submarino nuclear, que será nomeado Álvaro Alberto em homenagem ao almirante que liderou o programa nuclear brasileiro, é de 100 milhões de euros, equivalente, segundo Azedo, ao valor da construção de quatro submarinos convencionais em desenvolvimento pela Marinha, que também enfrenta o sucateamento de sua esquadra e a necessidade de novas fragatas e navios-patrolha, em processo de construção. (Correio Braziliense - Política - 21/09/21)

### **Lei antiterrorismo será denunciada na Organização das Nações Unidas**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, diversas entidades de direitos humanos pretendem denunciar em conjunto a nova Lei Antiterrorismo à Alta Comissária para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Verónica Michelle Bachelet Jeria. A denúncia questionará a celeridade do processo de aprovação da legislação que amplia a definição de terrorismo no Brasil e os poderes do Executivo no seu combate. Segundo as organizações Conectas Direitos Humanos, Artigo 19, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal, caso aprovada, a nova lei criará “um sistema paralelo de vigilância e repressão comandado pelo presidente da República”, assim, podendo provocar riscos à privacidade da população e opositores do governo. A proposta, apresentada pelo deputado federal Victor Hugo de Araújo Almeida, apoiador do presidente da República Jair Bolsonaro, já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada em plenário. Por fim, a Folha também ressalta que Bachelet já chegou, no dia 13/09/21, a criticar a proposta durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/09/21)

**OUTUBRO****Novo cargueiro realizou primeiro voo pilotado por estrangeiros**

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, militares da Força Aérea Portuguesa (FAP) participaram de um treinamento realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pilotaram, pela primeira vez, o novo avião cargueiro C-390 Millennium. Portugal é o principal cliente da aeronave de produção brasileira que possui capacidade de reabastecimento em voo. Segundo o periódico, a FAB estima que 700 unidades da aeronave, que se tornou o principal produto aeronáutico militar brasileiro, possam ser vendidas internacionalmente para cerca de 70 países. (O Estado de S. Paulo - Política - 09/10/21)

**NOVEMBRO****General Heleno comentou eleições presidenciais e a política externa brasileira**

O general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comentou, em entrevista ao jornal Correio Braziliense, sobre a polarização entre o presidente da República Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que através do voto e da democracia “aqueles que já mostraram que não são aptos a tratar de um país com a grandiosidade do Brasil, devem ser expurgados da política brasileira”. Já em uma palestra, o general afirmou que a “China depende do Brasil, assim como o Brasil depende dela”. A fala ocorreu no âmbito do seminário promovido pelo instituto do ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas. No evento, Heleno exibiu uma apresentação de slides sobre a China —que contava com a caricatura de um chinês—, e comentou que “somos dependentes [do país] porque temos grandes trocas comerciais com [eles]. E são trocas comerciais. Eles também dependem de nós”, reportou a Folha. (Correio Braziliense - Política - 20/11/21; Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 24/11/21)

# 10 Segurança pública

## Baixo emprego, alta militarização

Durante o ano de 2021, diferentes temas envolvendo a atuação das forças armadas na segurança pública ganharam destaque nos principais periódicos do país. O processo de militarização da área foi intensificado por meio de projetos e decretos, alguns deles promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro, como a flexibilização das normas para o porte e a posse de armas de fogo, a retirada de impostos para a importação de armas e o excludente de ilicitude para militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A política armamentista do governo foi bastante discutida por especialistas da área, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e membros da oposição. A morosidade e a impunidade da Justiça Militar no que se refere a crimes envolvendo militares na segurança pública também foram objeto de discussões, destacadamente no caso da condenação dos militares envolvidos na morte do músico Evaldo Rosa e do catador Luciano Macedo, no Rio de Janeiro. O episódio de abril de 2019 ficou conhecido por “caso dos 80 tiros”, e apenas foi julgado em outubro de 2021.

Ainda no campo jurídico, outros temas que repercutiram nos periódicos foram a revisão da Lei de Segurança Nacional e a discussão de uma nova Lei Antiterrorismo, aprovada em setembro na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas que chegou ao final de dezembro sem definição sobre a votação final. A norma tem sido criticada por especialistas e organizações defensoras dos Direitos Humanos por propor uma definição demasiada ampla para o termo “terrorismo”, podendo resultar na criminalização de movimentos sociais, e por reduzir punições aos agentes do Estado que reajam “em legítima defesa”.

Por fim, a atuação das forças armadas em matéria de segurança pública em 2021 parece ter sido concentrada em estados da região amazônica: em Rondônia, militares entraram em conflito contra comunidades quilombolas por questões territoriais, enquanto em Roraima o Exército foi solicitado para auxiliar indígenas Yanomami contra ataques de garimpeiros. A localidade foi palco da única operação de GLO deflagrada em 2021, referente a delitos ambientais. Apesar do fato de a ação não ter sido classificada pelo Ministério da Defesa como de segurança pública, jornais repercutiram falas e debates acerca dos limites de atuação das forças armadas e das polícias durante o ano.

**Laura M. Donadelli**

*Doutoranda em Rel. Internacionais no PPG San Tiago Dantas*

**Marina Nogueira Souza Soares**

*Graduanda em Rel. Internacionais na Unesp/Franca*

## FEVEREIRO

### **Governo federal quer acelerar aprovação de projeto sobre excludente de ilicitude para militares em operações de garantia da lei e da ordem**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, em encontro com os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, o presidente da República Jair Bolsonaro apresentou uma série de projetos considerados prioritários em seu governo. Na lista, constam propostas para ampliação da posse e do porte de armas de fogo, como por exemplo a que permite que membros das Forças Armadas e das forças de segurança pública possam adquirir até dez armas. Além disso, de acordo com a Folha, outra pauta prioritária é a que prevê o excludente de ilicitude para militares em operações de garantia da lei e da ordem. Segundo o código penal, o excludente de ilicitude infere que não há crime nas seguintes circunstâncias: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/02/21)

### **Família Bolsonaro comentou sobre flexibilização do desarmamento**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, enquanto em visita ao litoral de Santa Catarina, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, comentaram sobre o novo decreto que flexibiliza a posse de armas para o cidadão comum. Nas falas, Eduardo estava cercado por apoiadores e comentou outros assuntos também relacionados a pautas mais ideológicas do presidente, afirmando receptividade da população para com as mudanças. No dia 12 de fevereiro, o governo alterou quatro decretos de 2019 que regulavam a aquisição de armamento para agentes de segurança e civis. Nisso, houve a revogação da necessidade de autorização do Exército para a compra de armas em quantidade por civis. Vale ressaltar também que o decreto que alterou a norma anterior foi assinado não só por Bolsonaro como também pelo seu ministro da Defesa e general Fernando Azevedo e Silva. Por outro lado, segundo o deputado federal Marcelo Ribeiro Freixo e outros parlamentares, tais flexibilizações indicariam um "risco à democracia" e afirmaram que pretendem entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade (Adi) para barrar as mudanças. Outra pauta também defendida pelo presidente e expressa na notícia foi a alteração do excludente de ilicitude para agentes da segurança e militares enquanto em serviço, no caso das Forças Armadas, isso valeria para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs).

### **Periódico comentou sobre o atraso do Exército na publicação de portarias que regulamentam o rastreamento de armas e munições**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o Exército revogou em 2020 três portarias que normatizavam o rastreamento e a identificação de armamentos e munições, o que diminuiu consideravelmente o controle sobre artigos bélicos. Segundo a Folha, as três portarias foram editadas pelo Comando Logístico do Exército em março de 2020 e revogadas pelo Exército em abril de 2020. Em suas redes sociais, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que ordenou a anulação das normas por não se enquadrarem nas "diretrizes definidas em decretos" sobre armamentos. Contudo, especialistas afirmam que as três portarias eram fundamentais para as investigações criminais no Brasil, permitindo o rastreamento de forma mais minuciosa. De acordo com a Folha, após ordem do Tribunal de Contas da União (TCU), o Exército se comprometeu a editar novas portarias até o final de 2020. Contudo, o prazo não foi cumprido. Em justificativa ao TCU sobre a revogação, o Exército afirmou que a criação de um sistema de rastreamento de produtos controlados pelo Exército era incompatível, pois o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, vinculado ao Ministério da Justiça, seria o responsável pela ação. Além disso, em nota, o Exército declarou que por conta da publicação de quatro decretos que facilitam a compra de armas e munições em 12/02/2021, as portarias serão revisadas para depois serem editadas. De acordo com Ivan Marques, advogado, analista de segurança pública e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao abrir mão dessas regras, o Exército promove um descontrole no ciclo de vida das munições, favorecendo o crime organizado e o desvio de lotes de munição para o mercado ilegal. Além disso, Felipe Angeli, gerente de advocacy do Instituto Sou da Paz, afirmou que o Exército descumpriu o prazo e está abrindo mão de sua autonomia, por pressão política. Segundo a Folha, enquanto isso, desde o início do governo Bolsonaro, 30 atos normativos voltados para a flexibilização do acesso a armas e munições foram publicados. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/02/21)

### **Ex-ministro da Defesa acusou Bolsonaro e sua política armamentista de potencializar uma guerra civil**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, encaminhou carta aberta aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar que vetem os decretos do governo de Jair Bolsonaro que facilitam o acesso a armas. Jungmann teceu duras críticas à política armamentista de Bolsonaro, associando-a a um "nefasto processo" que ameaça o sistema democrático, fazendo também alusões ao episódio recente dos ataques ao Capitólio estadunidense, que poderiam se repetir no pleito presidencial brasileiro de 2022. Na carta, o ex-ministro apontou que armar a população sempre serviu, ao longo da história, aos interesses de ditaduras, golpes de Estado, massacres, discriminação, separatismos,



genocídios e governos fascistas. Ademais, Jungmann afirmou que os decretos atentam “frontalmente contra o papel constitucional” dos militares e o monopólio do uso legítimo da força - algo essencial para a manutenção da soberania de qualquer Estado -, clamando assim pela “defesa das nossas Forças Armadas”. A Folha ressaltou que Jungmann é civil e possui “bom trânsito” com o STF e as Forças Armadas. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Jungmann relatou que a repercussão da carta entre os ministros com os quais ele tem acesso foi em tom de “preocupação”. Ao ser questionado sobre o argumento de que o porte de armas é garantia de liberdade da população, o ex-ministro ressaltou que “a garantia da liberdade está na democracia, no respeito à Constituição e aos poderes” e analisou que os decretos atendem “muito mais a uma preocupação política e ideológica” da base eleitoral de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/02/01)

### **Forças armadas e comunidades quilombolas disputam territórios**

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o governo de Jair Bolsonaro tem negligenciado a questão das comunidades quilombolas e aumentado a tensão em territórios disputados por essas comunidades e as forças armadas brasileiras. De acordo com o jornal, o orçamento disponibilizado pelo governo federal aos quilombos em 2020 foi menor que o valor usado pelo Ministério da Defesa para a compra de vinho no mesmo ano. Dentre os conflitos agrários, a Folha destacou os atritos entre a Marinha e a comunidade Rio dos Macacos, na região metropolitana de Salvador (Bahia), pela área da Base Naval de Aratu. Segundo o jornal, a terra foi parcialmente titulada aos quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo um dos poucos exemplos de atitudes durante o governo Bolsonaro em favor dessas comunidades. Outro conflito ocorre entre membros da comunidade Forte Príncipe da Beira e o 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Rondônia. De acordo com os quilombolas, o Exército os persegue por tentar regularizar a posse da área que engloba o forte histórico da região. Após inúmeros embates, incluindo tentativas de barrar o comércio e a roça na região, foram assinados os Termos de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Exército e os quilombolas, com intermédio da Justiça Federal e do Ministério Público Federal, que pacificaram a disputa, mas não esclareceram de quem é a posse por direito daquelas terras. De acordo com o Exército, as áreas de fronteira são “de extremo interesse para atividades militares, a fim de garantir a integridade do território nacional”. Assim, por se tratar de uma região de fronteira, o Exército defende “harmonizar” os interesses de ambos os lados. Por outro lado, segundo a Folha, o presidente da associação quilombola Elvis Pessoa afirmou que o pelotão não tolera a presença quilombola na área. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 22/02/21)

## **MARÇO**

### **Decretos para flexibilização de armas de fogo e retirada de impostos sobre importação das mesmas geram repercussões**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso votou contra a resolução do governo federal que retirou os impostos para a importação de armas, numa ação protocolada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que analisa a constitucionalidade da determinação. Em seu voto, o ministro afirmou que existe “falta de razoabilidade e proporcionalidade na renúncia tributária em momento de grave crise sanitária, econômica, social e, muito notadamente, fiscal”, além de ver a mudança com “extrema gravidade” e “risco para a estabilidade democrática”. Segundo o Correio, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista do processo, isto é, mais tempo para analisar o caso, logo após o voto de Barroso. Além disso, segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Exército, apesar de ter emitido parecer favorável aos quatro decretos publicados no ano passado para flexibilizar o porte e a posse de armas de fogo, fez uma ressalva quanto a um trecho que prevê a autorização automática de pedidos feitos por corporações policiais e órgãos de segurança para a importação de armamentos e munições, caso o mesmo não seja analisado em 60 dias pelo Exército. Segundo a assessoria isso “(...) poderá ter como consequência uma fragilização para a segurança pública e para a política de Estado que foi inaugurada com o Estatuto do Desarmamento, de controlar ou limitar a disseminação de armas de fogo no País”. Além disso, o parecer informou que a previsão de autorização automática não tem jurisprudência consolidada, e citou o veto do ministro Ricardo Lewandowski para o uso dela para agrotóxicos.

Em resposta ao Estadão, o Ministério da Defesa e o Comando do Exército afirmaram que não seria adequado que as solicitações do tipo aguardassem indefinidamente, considerando o prazo de 60 dias apropriado, e que tomarão as medidas necessárias para atendê-lo. Além disso, disseram que a assessoria confirmou a regularidade jurídica integral do decreto. O Estado afirmou que o parecer foi totalmente técnico, não considerando questões políticas nem administrativas. (Correio Braziliense - Política - 27/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/03/21)

#### **Janio de Freitas afirmou que as ações tomadas por Bolsonaro foram consentidas pelo Exército**

Em coluna opinativa no periódico Folha de S. Paulo, o jornalista Janio de Freitas questionou a competência dos militares presentes no governo e o que seria feito pelo Exército caso houvesse um agravamento da pandemia. Além disso, lembrou o depoimento do general Eduardo Villas Bôas em relação à ameaça feita, em nome do Exército, ao Supremo Tribunal Federal. Freitas destacou o distanciamento da Marinha e da Aeronáutica no episódio, sob sua análise esse pode ser um indício de uma possível evolução das duas Forças. Ao passo que, para Freitas, todas as medidas de Bolsonaro possuem o consentimento dos generais do Exército. Como por exemplo, a propaganda, sem evidências científicas, do tratamento com cloroquina, que custaram milhões da União e foram fabricadas pelo Exército. Além disso, Freitas afirmou que o Ministério da Saúde é o órgão civil da administração pública mais militarizado e que também atuou para promover a cloroquina. De outro lado, segundo Freitas, os novos decretos que permitiram que cidadãos possam ter até 60 armas, caso se registrem como atiradores, têm apoio especial do Exército. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

#### **Ministro do STF votou contra decretos para flexibilização de armas de fogo**

De acordo com o periódico Correio Braziliense, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, votou contra os decretos do presidente da República, Jair Bolsonaro, que ampliam a autorização para posse de armas de fogo, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Segundo o jornal Folha de S. Paulo, Fachin afirmou que a posse "só pode ser autorizada às pessoas que demonstrem concretamente, por razões profissionais ou pessoais, possuírem efetiva necessidade", mas que os decretos falham em comprovar essa necessidade, "transformando-a em uma necessidade apenas presumida, sem lastro sólido na realidade dos fatos". (Correio Braziliense - Política - 13/03/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/03/21)

## ABRIL

#### **Editorial comentou crime cometido por membros do Exército e morosidade da Justiça Militar**

Em editorial, o jornal Folha de S. Paulo comentou o caso da morte do músico Evaldo Rosa dos Santos no dia 07/04/19. Segundo o jornal, há dois anos atrás, na Vila Militar no Rio de Janeiro, militares do Exército dispararam 257 tiros contra o carro do músico, onde também se encontravam mais quatro pessoas, incluindo uma criança de 7 anos de idade. Dentre as vítimas, Santos faleceu; um dos passageiros, o sogro do músico, foi internado, mas sobreviveu; e o catador de lixo Luciano Macedo, que tentou ajudar os civis, também foi atingido e hospitalizado, contudo, veio a óbito 11 dias depois. O editorial apontou que mesmo após 2 anos das mortes os 12 militares acusados pelo crime permanecem impunes, uma vez que tiveram seu julgamento perante a Justiça Militar adiado novamente. A Folha descreveu em tom crítico a morosidade do processo na Justiça Militar, apontando-a como contrastante com a gravidade da situação. O caso já foi adiado duas vezes, os acusados foram ouvidos apenas em dezembro de 2019, apresentaram visões desconexas dos fatos e tentaram culpabilizar Macedo, dizendo que ele havia atirado antes e já tentou roubar um veículo. Por outro lado, nenhuma arma foi encontrada junto ao catador. Esse depoimento baseia-se no uso da legítima defesa para justificar o ato, dizendo que, por isso, estaria dentro da lei. Nisso, o jornal também classifica como "no mínimo questionável que militares processados por crimes dolosos contra a vida de civis" tenham julgamento perante a Justiça Militar - uma regra sancionada pelo então presidente da República Michel Temer. Na época, o Comando Geral do Exército tinha afirmado à Folha que as punições perante a Justiça Militar seriam tratadas com mais rigidez e celeridade quando se tratasse de crimes cometidos durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), apesar disso, os acusados não participavam da GLO, mas sim do patrulhamento regular do perímetro de segurança da Vila Militar. Com isso, o jornal também

classificou como abusivo o uso das operações nos últimos anos para o combate à violência, “quando seria preferível o emprego de policiais cedidos à Força Nacional de Segurança Pública”. Por fim, o editorial completou que “quando militares se aventuram a fazer policiamento sem o mandato legal, o treinamento e o controle necessários, é de grande o risco de brutalidades como essa”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/04/21)

### **Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu trechos de decretos de Bolsonaro que facilitavam posse e porte de armas de fogo**

De acordo com o periódico Folha de S. Paulo, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu treze trechos de quatro decretos publicados no Carnaval pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que pretendiam flexibilizar a posse e o porte de armas e reduziam a fiscalização do Exército sobre a circulação de armas. As suspensões impedem que o limite de posse de armas de fogo permitidas por cidadão civil comum suba de quatro para seis e que policiais, magistrados, agentes prisionais e integrantes do Ministério Público tenham permissão para adquirir até duas armas de fogo para uso restrito. Além disso, a ministra revogou a previsão que dispensava a autorização prévia do Comando do Exército no processo de aquisição de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). A decisão de Weber visa que projéteis de munição para armas de calibre máximo de 12,7 mm e máquinas e prensas para recarga de munições, carregadores e miras telescópicas continuem sob controle do Exército, o que Bolsonaro havia revogado. Segundo a Folha, a decisão será analisada pelos outros ministros em sessão virtual da Corte entre os dias 16 e 24 de abril, período em que depositarão seus votos no sistema, referendando ou revogando a decisão de Weber. Em uma análise para a Folha, o professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Supremo em Pauta, Rubens Glezer, afirmou que a decisão da ministra teve o objetivo de impedir que o presidente utilize decretos como mecanismo para se esquivar de recorrer ao Congresso Nacional para atingir seus objetivos e burlar a lei, nesse caso, a Lei nº 10.826/2003, conhecida por “Estatuto do Desarmamento”. Segundo a Folha, “ainda há tempo para que o Legislativo barre a ofensiva do Planalto. Já o plenário do STF fará bem em esclarecer os limites para o uso de decretos a respeito desse tema”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 13/04/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 14/04/21; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/04/21)

### **O debate sobre a revisão da Lei de Segurança Nacional**

Em coluna intitulada “Abertura ‘lenta, gradual e segura’: do AI-5 à Lei de Segurança Nacional”, publicada pela Folha de S. Paulo, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), traçou o percurso do regime militar (1964-1985) que desencadeou na referida lei, que atualmente tem sido motivo de debates. Segundo o magistrado, a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada no contexto de abertura do regime militar, em dezembro de 1983, e passou a definir crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. A LSN é a última versão de textos normativos iniciados em 1935, com Getúlio Vargas, e modificados ao longo do tempo, os quais fundamentalmente buscam reprimir grupos considerados inimigos internos. Lewandowski ressaltou a tipificação aberta de certos crimes, como “incitar a subversão da ordem política”, bem como a remessa do julgamento destes à Justiça Militar. Para ele, esse preceito legal continua a assombrar o país mesmo após a redemocratização, podendo não estar de acordo com o espírito da Constituição Federal de 1988. Em linha com o pensamento de Lewandowski, como reportado pelo periódico Folha de S. Paulo, o Congresso Nacional prevê votação para 27/04/2021 de um projeto de lei que poderá revogar a LSN. O projeto também deverá conter uma nova versão do artigo do Código Penal sobre incitação ao crime que incluirá a “incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, o Ministério Público, instituições civis ou a sociedade” como crime cuja pena será de multa e detenção de três a seis meses. O objetivo disso seria reafirmar o papel das Forças Armadas como instituições de Estado e não de governo, ante as tentativas de politização das Forças pelo presidente Jair Bolsonaro e de manifestações de seus apoiadores pedindo intervenção militar. (Folha de S. Paulo - Opinião - 20/04/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/04/21).

## MAIO

**As Operações de Garantia da Lei e da Ordem completarão 30 anos em 2022**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) completarão 30 anos em 2022, entretanto deixam um legado questionado pelas esferas militar e civil. As GLOs surgiram da "necessidade de dar uma aparência de cidade pacífica ao Rio em 1992", quando a mesma sediou a conferência ambiental Rio-92 durante o governo de Fernando Collor de Mello, mas com o passar do tempo elas também passaram a ser aplicadas em diferentes contextos, como nas operações Verde Brasil 1 e Verde Brasil 2, que tinham como objetivo central combater o desmatamento na Amazônia. Porém, de acordo com Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz, "o uso banalizado de um recurso excepcional traz desmoralização, já que o emprego recorrente não trouxe melhoras significativas no cenário da violência". Além disso, há o risco de corrupção dos militares empregados nas GLOs, uma vez que estão em contato com o tráfico e outras formas de criminalidade. A Folha destacou que o presidente da República Jair Bolsonaro reduziu bastante o emprego de GLOs quando comparado aos seus antecessores, mas isso se deve ao fato de que defende o emprego da "excludente de ilicitude", ou seja, norma que isentaria criminalmente os militares que se envolvessem em tiroteios com vítimas. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/05/21)

**Comunidade indígena Yanomami pede ajuda do Exército contra-ataque de garimpeiros**

Conforme noticiaram os periódicos Correio Braziliense e Folha de S. Paulo, a comunidade indígena Yanomami que vive em Roraima tem sido alvo de ataques de garimpeiros e pediu ajuda à 1ª Brigada de Infantaria da Selva do Exército. O alerta foi emitido pelo vice-presidente da Associação Yanomami Hutukara, Vitório Kopenawa Yanomami, que solicitou apoio emergencial e a instalação de um posto avançado na comunidade de Palimiu e no rio Uraricoera, além de apoio logístico do Exército para ação dos demais órgãos a fim de garantir segurança no local e impedir que os garimpeiros continuem a chegar na comunidade. A comunidade tem sido atacada por tiros e bombas de gás lacrimogêneo, resultando em mortes na comunidade. De acordo com a Folha, agentes da Polícia Federal e homens do Exército permaneceram no local apenas por poucas horas, no aguardo de um helicóptero do Exército. O Comando Militar da Amazônia (CMA) informou através de sua assessoria que "o helicóptero solicitado pela Polícia Federal foi prontamente disponibilizado, e a missão dos agentes da Polícia Federal foi cumprida. A partir de agora, o Exército Brasileiro aguarda as investigações das autoridades competentes e novas demandas dos órgãos responsáveis para prosseguir no apoio". Posteriormente ao primeiro ataque, a Polícia Federal retornou ao local e trocou tiros com os garimpeiros. A comunidade Yanomami segue pedindo ajuda às autoridades para proteger o território da etnia. (Correio Braziliense - Brasil - 18/05/21; Correio Braziliense - Opinião - 18/05/21; Correio Braziliense - Brasil - 20/05/21; Folha de S. Paulo - Ambiente - 18/05/21;)

## JUNHO

**Em crise de segurança pública, prefeito de Manaus solicitou atuação das forças armadas**

Segundo os periódicos Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, na esteira dos ataques que têm acontecido desde o dia 06/06/21 em Manaus (Amazonas) que abriram crise na segurança pública da cidade, o prefeito David Almeida solicitou ao governador do estado autorização para intervenção das forças armadas sob a premissa da garantia da lei e da ordem. Almeida também conversou com o comandante militar da Amazônia, general Luís Carlos Gomes Mattos, alegando que já estava "mais do que na hora de o Exército 'entrar' nas ruas". De acordo com os jornais, foram suspensas as aulas, o transporte público e a vacinação após 29 veículos, 7 agências bancárias e 8 prédios serem alvejados, supostamente por integrantes do Comando Vermelho como revanche pelo assassinato de um membro pela polícia. (Correio Braziliense - Brasil - 08/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 08/06/21)

**Bolsonaro cita Forças Armadas durante evento com motociclistas em São Paulo**

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, em evento com motociclistas na cidade de São Paulo, no dia 12/06/2021, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou respeitar os militares e declarou à polícia militar presente no local que estes são auxiliares das Forças Armadas: "Vocês

são auxiliares das Forças Armadas. Tenho certeza que, no cumprimento da lei e da ordem, pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais, nós estaremos juntos, aconteça o que acontecer". Ademais, o periódico O Estado de S. Paulo publicou um artigo do general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, explicando que o presidente tenta usar o Exército em seu projeto "chavista de poder". Segundo Santos Cruz, instituições sólidas são obstáculos para projetos pessoais de poder e no Brasil, em meio a diversas crises institucionais, o Exército, que junto com a Marinha e a Força Aérea constituem as instituições de maior prestígio do país, vem sofrendo com uma tentativa de erosão pelo presidente da República. Santos Cruz afirmou ainda que, de maneira sistemática, Bolsonaro vem testando o Exército e utilizando-o como uma ferramenta pessoal e partidária, o que acaba por levar, "de maneira covarde", o ônus para as Forças Armadas. Por outro lado, em coluna opinativa para a Folha de S. Paulo, Jânio de Freitas afirmou que o silêncio e distanciamento da Força Aérea e da Marinha demonstram o não endosso a Bolsonaro, e que a grande dedicação das duas forças ao profissionalismo militar seria um empecilho na tentativa de fechamento do circuito golpista - referente a uma nota em 2018 feita pelo general Eduardo Villas Bôas que foi encarada como referência a uma interferência institucional. Ainda segundo o autor, para intervenções na vida política do regime, a unidade entre as três forças é crucial, dada a experiência histórica do século passado. Mesmo assim, segundo Freitas, Bolsonaro insistiria em tentar promover seu projeto, restando à Marinha e à Força Aérea a comprovação de sua dignidade a partir do comprometimento com o regime constitucional democrático. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 13/06/21)

#### **Exército é afastado da fiscalização de clubes de tiro e armamentos, enfraquecendo rastreamento**

Em coluna opinativa à Folha de S. Paulo, Antônio Rangel Bandeira, sociólogo, autor da obra "Armas Para Quê?" e ex-consultor da Organização das Nações Unidas (ONU), ressaltou a flexibilização dos decretos e atos contra o Estatuto do Desarmamento, editados pelo presidente Jair Bolsonaro. A mudança diz respeito à elevação do número de armas que os atiradores esportivos podem adquirir, de 16 para 60, por ano, contou Bandeira. Desse total, metade corresponde às de grosso calibre, que são mal vistas por esportistas, mas "empunhadas pelo número crescente de milicianos que praticam nos clubes", ressaltou o sociólogo. O Exército, responsável por portarias de rastreamento, tem sido afastado da fiscalização dos clubes e dos carregadores de munição, assim como foi retirado do controle da venda de miras telescópicas e quebras chamas, medida que, segundo Bandeira, beneficia criminosos. Após a detecção de desvio de armamentos, o Exército promulgou portarias que aperfeiçoaram o rastreamento, mas que não foram adiante, uma vez que o presidente as anulou. Para o sociólogo, "os decretos canalizam armas e munições para as mãos de milicianos, baderneiros e traficantes". Em transmissão ao vivo do dia 17/06/2021, Bolsonaro defendeu o armamento da população, citando o recente caso do foragido Lázaro Barbosa de Sousa, suspeito de assassinar uma família no Distrito Federal. Segundo o presidente, "arma é segurança, arma é vida", acrescentando que "arma não mata, quem mata é o elemento que está atrás dela". (Folha de S. Paulo - Opinião - 16/06/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/06/21).

JULHO

#### **Há dificuldade em se obter informações sobre armas no Brasil**

Segundo o periódico Folha de S. Paulo, há dificuldade em se obter informações sobre metade das armas de fogo registradas no Brasil. Isso ocorre porque um dos sistemas de registro e rastreio, o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) do Exército é "opaco", e depende de envios de ofício ao Exército para que se obtenha as informações. Segundo o jornal, o decreto 5.123 de 2004 orienta a integração do Sigma com o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), da Polícia Federal, mas isso nunca aconteceu. O temor dos especialistas consultados pelo jornal é que a categoria Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) esteja se aproveitando da dificuldade de rastreio e dos decretos de flexibilização de aquisição de armas e munições editados pelo presidente da República Jair Bolsonaro para aumentar o número de armas presentes no Brasil – possibilitando desvios para grupos como milícias ou traficantes. Segundo o jornal, o Sigma registrou 1.157.476 armas em 2020. É um dado subestimado, pois não conta com os registros das armas funcionais das Forças Armadas. Já o Sinarm tem o restante do arsenal oficial, 1.279.495



entradas, de cidadãos, policiais, guardas civis, seguranças e outros. Apesar disso, o diretor da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme) da Polícia Civil do Rio, Gustavo Rodrigues, afirmou ao jornal não ter problemas em obter dados, quando solicita, da Região Militar fluminense, "contudo, a ausência de uma estrutura integrada para análise atrasa a compreensão do fenômeno do tráfico/comércio ilegal de armas de fogo e munições", afirmou. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 30/07/21)

### **Em entrevista, capitão da Polícia Militar abordou a influência do ideário das Forças Armadas na segurança pública**

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o capitão da Polícia Militar (PM) e sociólogo Fábio França abordou temas que envolvem a atuação da corporação. Primeiramente, o jornal caracterizou o entrevistado como "uma voz crítica" dentro das forças policiais, por questionar a formação dos PMs, e como um especialista no assunto, tendo o pesquisado academicamente os depoimentos que colheu junto a alunos do Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas da PM. Quando questionado sobre a origem da violência nos treinamentos da política, França disse que é cultural na corporação que haja uma necessidade de sofrimento na formação de um oficial e justificou que a origem dessa mentalidade está em uma "cultura militarizada" que vem das Forças Armadas, onde os seus integrantes são preparados para a guerra: "se ocorresse uma guerra no país, eles teriam que estar preparados para matar e naturalizar a morte". França apontou uma contradição em razão do fato das PMs não serem parte das Forças Armadas, e uma singularidade da corporação, sendo essa mentalidade forjada "com base na hierarquia e na disciplina do Exército", algo que foi apontado como uma das causas da violência policial, já que no contato com as pessoas, o policial pode produzi-la simbólica ou fisicamente. França também comentou que a solução está numa humanização do ensino e abandono da "lógica militar". Além disso, em outro momento, o entrevistado também comentou sobre sua experiência com os alunos ainda em formação no curso de força tática, relatando que eles passavam "por situações como privação de sono, humilhação, comida servida misturada com mão suja", sendo estes "testes de sobrevivência" que vêm do período militar e do ideário cultural beligerante do Exército. França chamou esse método de "pedagogia do sofrimento", e o vê como inquestionado dentro da corporação. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 02/08/21)

## AGOSTO

### **Bolsonaro estimulou o armamento da população e negou possibilidade de golpe**

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou no dia 27/08/21 que "todo mundo tem que comprar fuzil", pois segundo ele "povo armado jamais será escravizado". Também rebateu críticas sobre comprar alimentos, como feijão, com "se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer". No mesmo dia, Bolsonaro participou da passagem de chefia do comandante de Operações Especiais do Exército na cidade de Goiânia, estado de Goiás, e durante discurso afirmou que "o soldado brasileiro sempre esteve presente nos momentos mais difíceis", e que o Alto-Comando do Exército está "dedicado e preocupado com o futuro da pátria". No mesmo dia, o presidente da República ressaltou que a Constituição "tem ferramentas lá dentro para ganhar a guerra", mas que a ideia de uma ruptura institucional seria "idiota" por ele já ser o presidente. (Correio Braziliense - Política - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/08/21)

## SETEMBRO

### **Forças Armadas e Polícia Militar**

Em reportagem O Estado de S. Paulo explicou como a Polícia Militar se aproximou do bolsonarismo, e o principal exemplo foi a greve ocorrida em 2017 no Espírito Santo que contou com a ajuda das Forças Armadas para garantir a Lei e Ordem. O jornal ainda lembrou que entre 1997 e 2021, as Forças Armadas foram mobilizadas 26 vezes para lidar com greves de policiais militares. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o antropólogo Roberto Kant de Lima, pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista na área de Segurança Pública, afirmou que a hierarquia da Polícia Militar é subordinada à hierarquia do Exército. A partir disso, ele analisou que a possibilidade de golpe em um país como o Brasil só seria possível com o apoio das Polícias Militares e das Forças Armadas, pois o Exército tem o controle sobre os

armamentos pesados, portanto ou o Exército impede, ou se alia e lidera o golpe. (O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/21)

### **Quarentena eleitoral para magistrados, militares e policiais foi resgatada pela Câmara dos Deputados**

Conforme os periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no dia 16/09/21, em articulação com o Centrão, os deputados finalizaram a votação do projeto do código eleitoral e incluíram a proposta de quarentena eleitoral de quatro anos para juízes, militares e policiais. Porém, a proposta sofreu diversos revezes ao longo do mês de setembro e acabou sendo votada com validade apenas a partir de 2026. O texto ainda necessita da aprovação do Senado Federal e da ratificação do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o Correio Braziliense, Bolsonaro prometeu vetar a proposta de quarentena para militares, guardas municipais, juízes e procuradores que desejam concorrer em eleições. O presidente classificou a proposta como um "retrocesso" sem cabimento, de modo que estaria perseguindo as classes militares e alijando sua participação política. Sendo assim, prometeu vetá-la caso seja aprovada no Senado. Além disso, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária afirmou que tal mudança é inconstitucional, pois anula a capacidade de representação política dos policiais, classificando a manobra como "ardilosa", feita na "calada da noite". O Sindicato dos Policiais Federais de São Paulo também se manifestou contra a proposta, alegando que a medida pode acabar se estendendo para outros grupos, a depender do interesse do Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Política - 17/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/21)

### **Veto a artigo da nova Lei de Segurança Nacional foi motivado por riscos aos militares**

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da República Jair Bolsonaro vetou, no começo do mês, artigos de uma lei aprovada pelo Congresso para revogar a Lei de Segurança Nacional a pedido do Comando do Exército e do Ministério da Defesa. Segundo o periódico, pelo menos dois pontos foram vetados a pedido dos militares. O primeiro se referia ao "atentado ao direito de manifestação", que previa até quatro anos de prisão para aquele que usar violência ou grave ameaça para impedir manifestações, acarretando aumento da pena se a repressão resultar em lesão corporal grave ou a morte. A justificativa para a retirada desse artigo foi a de que ela poderia limitar a ação das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e Ordem. O segundo trecho vetado, aumentava em 50% o tempo de prisão e perda de posto ou patente por crimes contra o Estado de Direito, caso perpetrado por militares. De acordo com a Presidência, esse artigo tornaria desproporcional a punição aos militares quando comparado a outros servidores públicos. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/09/21)

## **OUTUBRO**

### **Justiça condenou militares pelo assassinato de músico e catador**

De acordo com os jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, oito militares do Exército foram condenados pelo envolvimento no fuzilamento e assassinato do músico Evaldo dos Santos Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo. O caso aconteceu em abril de 2019, no bairro de Guadalupe, no Rio de Janeiro. Evaldo levava sua família para um chá de bebê e se encontrou no meio de uma ação de patrulhamento do Exército que procurava por suspeitos de um assalto. Os militares dispararam 257 vezes, e 62 desses tiros alvejaram o veículo. Na tentativa de socorrer Evaldo, o catador Luciano também foi atingido no braço e nas costas, vindo a óbito onze dias depois. Os juízes haviam dado início aos depoimentos das testemunhas um mês após o crime, no entanto, a pedido da defesa dos réus, o julgamento foi diferido duas vezes. A Promotoria declarou que os militares confundiram o carro do músico com um automóvel semelhante que teria sido utilizado para roubar um motorista momentos antes. Por sua vez, a defesa assegurou que os militares reagiram em legítima defesa putativa, quando acredita-se estar procedendo de maneira adequada. O advogado Paulo Henrique Pinto Mello argumentou que aquela era uma zona de "contenção do tráfico", alegando que o catador Luciano era olheiro do tráfico. Após uma sessão de mais de 15 horas, o conselho de juízes da Justiça Militar da União, formado por uma juíza federal e quatro juízes militares sorteados, condenou os militares por homicídio qualificado. Segundo a decisão da juíza, a versão dos

militares — de que atiraram em legítima defesa em resposta a tiros disparados por Luciano — está fora de cogitação. O tenente que liderava o grupo, Ítalo da Silva Nunes, recebeu a maior pena, de 31 anos e seis meses. Os demais, tenente Ítalo da Silva Nunes, sargento Fábio Henrique Souza Braz da Silva, cabo Leonardo Oliveira de Souza e os soldados Gabriel Christian Honorato, Matheus Sant’Anna, Marlon Conceição da Silva, João Lucas da Costa Gonçalves e Gabriel da Silva de Barros Lins, receberam penas de 28 anos, todas em regime fechado. Outros quatro militares integravam o grupo, mas foram absolvidos por falta de provas de que tomaram parte no assassinato de Evaldo e Luciano, conforme solicitação apresentada pelo próprio Ministério Público Militar (MPM). Os dois lados ainda podem recorrer ao Superior Tribunal Militar (STM). (Correio Braziliense - Brasil - 15/10/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/10/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 15/10/21)

### **Especialistas avaliaram punição de militares que assassinaram Evaldo e Luciano**

Em reportagem, o periódico Correio Braziliense entrevistou o especialista em segurança pública Leonardo Sant’Anna que ponderou sobre as mortes de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo serem o reflexo de uma sociedade onde o Estado não se faz presente, não atendendo a população com ações sociais, educação ou emprego. Além disso, Sant’Anna problematizou a utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública. Segundo ele, “sabemos que o nível de capacitação de um profissional das Forças Armadas é distinto. E não tem correlação com segurança pública. Há uma grande confusão que recai nesse tipo de tragédia, sobretudo no momento em que se coloca pessoas não preparadas para realizar atividades de proteção à população, mas que na verdade são capacitadas para atividades de guerra”. Para Marcelo Dias, advogado e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), a condenação contribui para “inibir os atos de violação de direitos, principalmente do povo negro, pobre e periférico, por parte dos agentes do Estado”. Em coluna opinativa para o jornal Folha de S. Paulo, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, avaliou que a condenação não significa uma mudança de paradigma do papel das Forças Armadas e polícias militares na sociedade brasileira, de modo que “continuam a ser operados a partir da ideia de tutela da ordem social e subordinação da vida civil”. Lima apontou que esse paradigma vai além de um governo de posições militaristas, já que entre 1992 e 2021 as Forças Armadas foram convocadas 144 vezes para operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), sendo apenas oito delas no governo Bolsonaro. Ele afirmou que “o Brasil aceita que elas sejam usadas como emplastro para quase todos os problemas do país e, ao fazer isso, não é de estranhar que os militares ocupem tanta centralidade na vida social do país faz anos.”. Ademais, Lima observou que, no Brasil, cabe aos próprios militares a definição de seus mandatos e atribuições, além de não haver limitações para a participação de militares da ativa em cargos de natureza civil. Segundo ele, a condenação após tragédias como essa tem valor simbólico e jurídico institucional, mas “não transforma as bases sociais e institucionais que permitiram que elas ocorressem”. (Correio Braziliense - Brasil - 15/10/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/10/21)

### **Condenação de militares provocou reflexão sobre o papel das Forças Armadas**

Em editorial, o jornal Folha de S. Paulo questionou a utilização das Forças Armadas em funções de segurança pública após a condenação de militares por dois homicídios. O periódico comentou que as Forças Armadas são treinadas para agir na defesa nacional, não para combater a criminalidade urbana, fato que abriria espaço para reações imprudentes dos militares. Essa questão teria sido comprovada no “hediondo assassinato” do músico Evaldo Rosa dos Santos, que estava no carro com sua família, e do catador de material reciclável Luciano Macedo, ambos fuzilados em 2019 em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro, durante uma ação do Exército brasileiro. Segundo a Folha, dos 12 agentes que participaram da ação, 8 foram condenados pela Justiça Militar por duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio, este último referente ao sogro do músico, que foi atingido, mas sobreviveu. O comandante da ação foi condenado a 31 anos e seis meses de prisão e o restante a 28 anos. O periódico lembrou ainda que os crimes cometidos por militares não são mais julgados pela Justiça Comum desde uma lei de 2017, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente da República Michel Temer, e espera que este evento proporcione uma reflexão sobre o emprego das Forças Armadas

no papel de polícia. Em coluna opinativa também para a Folha, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho comentou sobre o caso, afirmando que os militares estão sendo utilizados em excesso em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e sendo julgados pela Justiça Militar, que “julga soldado que mata ou agride civil e julga civil que desacata ou desobedece militar”. O advogado afirmou que existem duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do assunto. A primeira, a ADIN nº 5.901, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apontou para a inconstitucionalidade da Lei 13.491/2017 do governo de Michel Temer, responsável por dar competência à Justiça Militar para julgar crimes contra a vida de civis no contexto de “atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária”. A segunda, a ADIN 5.032/2013, proposta pelo procurador-geral da República contra uma Lei Complementar de 2010, igualmente por “chamar de crime militar aquilo que não o é”, está estagnada desde fevereiro de 2019. Carvalho Filho afirmou que a Justiça Militar deveria ter “alcance restrito e excepcional”, devendo ser responsável somente por aqueles delitos realizados por militares contra bens jurídicos próprios da ordem militar, não incluindo a segurança pública. Dessa forma, reiterou que militares e policiais militares devem responder à Justiça Comum quando ultrapassam as funções de policiamento. Por fim, comentou que a condenação de oito militares apenas parece eficiente, pois dois dos cinco integrantes do Conselho Especial de Justiça Militar votaram por uma condenação mais branda ou até pela absolvição dos infratores. Além disso, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo enfatizou a necessidade de maior planejamento das políticas de segurança pública pelo governo estadual do Rio de Janeiro, já que “não havia justificativa objetiva” para o emprego das Forças Armadas, classificando-o de “ação extrema”. Esses casos evidenciam, segundo o periódico, a insegurança jurídica causada por essa decisão, pois na prática os militares não detêm poder de polícia e nem são treinados para agir como policiais, e a insegurança física para a população, como foi demonstrado pelo “desastre da ação em Guadalupe”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/10/21; Folha de S. Paulo - Política - 16/10/21; O Estado de S. Paulo - Notícias - 19/10/21)

## DEZEMBRO

### **Exército tentou inviabilizar julgamento sobre armas**

De acordo com reportagem publicada pelo periódico Folha de S. Paulo, evidências apontam que o Exército tentou driblar o Supremo Tribunal Federal (STF) para inviabilizar o julgamento da corte sobre a revogação de três portarias, publicadas em 2020, que aumentavam os mecanismos de controle e rastreamento de armas de fogo e munições. O Exército se comprometeu a editar novas portarias que substituiriam as revogadas, mantendo o objetivo de aumentar o controle de armas. As normas, entretanto, só foram publicadas no dia 16/09/21, um dia antes da análise da ação apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) no STF. Conforme documentos obtidos pelo Instituto Sou da Paz, “as novas regras ficaram prontas em dezembro de 2020 e permaneceram paradas na mesa do Comando do Exército por quase dez meses”. Segundo o periódico, do ponto de vista jurídico, os militares não conseguiram inviabilizar a ação, uma vez que o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, deu uma decisão individual para restabelecer a vigência das regras anteriores. Para a diretora do Instituto, Carolina Ricardo, consultada pela Folha, “o fato de essa nova portaria ter ficado na mesa do Exército parada e só ter sido publicada na véspera do julgamento, aponta que a instituição não tem compromisso real com uma política sobre o rastreamento de armas e munições”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 09/12/21).

